

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

**A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA:
Uma Experiência Brasileira na Cobertura do Conflito na Líbia**

SÃO LEOPOLDO

2015

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA:
Uma Experiência Brasileira na Cobertura do Conflito na Líbia

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Christa Berger

SÃO LEOPOLDO

2015

RODRIGO GUIMARÃES LOPES

“A PRÁTICA JORNALÍSTICA EM ÁREAS DE GUERRA
Uma experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovado em 19 de janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Christa Berger (Unisinos) – Orientadora

Profa Dra Beatriz Marocco (Unisinos) – Avaliadora

Profa Dra Zélia Leal Adghirni (UnB) – Avaliadora

Aos colegas jornalistas
que tombaram no exercício da profissão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelos dons do Espírito; a meus pais, Rejane e Darcy, que, mesmo diante das dificuldades impostas pela vida, nunca abriram mão de me proporcionar conhecimento formal e informal; aos demais familiares, que souberam entender os períodos de ausência e reclusão durante a confecção deste trabalho; a minha orientadora, professora Christa Berger, dama do jornalismo gaúcho e brasileiro, que, depois de quase 15 anos de distância desde a graduação, me recebeu, de braços abertos, e com a serenidade e sabedoria de sempre para o acompanhamento desta pesquisa; aos entrevistados neste trabalho, jornalistas Andrei Netto, Samy Adghirni, Deborah Berlinck e Humberto Trezzi, que aceitaram compartilhar suas experiências para esta pesquisa; aos meus amigos, novos e antigos, que também compreenderam os momentos difíceis, acompanharam e torceram para que esta caminhada fosse completa, em especial a amiga Greyce Vargas, que auxiliou na revisão deste trabalho; aos diretores e editores do jornal Zero Hora, que, até aqui, apostaram na minha capacidade de contar histórias, enviando-me a praticar o jornalismo em terras distantes, muitas vezes também em situações de guerra e cujas experiências, em parte, estão neste trabalho. O meu muito obrigado.

“Paz sem voz não é paz.
É medo.”

Marcelo Yuka
(1993-2001)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa a prática jornalística em áreas de guerra. Para isso, procuramos conhecer o percurso do trabalho de correspondentes de guerra das últimas décadas do século XIX até os primeiros 15 anos do presente século, identificando tensões e possíveis mutações na rotina e no perfil profissional com foco na experiência de jornalistas brasileiros na cobertura de conflitos. Como estudo de caso, analisamos a experiência de quatro repórteres brasileiros, Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo, Deborah Berlinck, de O Globo, e Humberto Trezzi, de Zero Hora, que atuaram como correspondentes de guerra no confronto da Líbia, em 2011. A partir de entrevistas em profundidade com estes profissionais, funcionários de jornais de referência, buscamos tensionar suas vivências empíricas com teorias formuladas por pensadores fundamentais do jornalismo. A título de análise, criamos categorias: como tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. A fim de responder à pergunta “como a guerra afeta a prática jornalística”, refletimos sobre questões-chaves do jornalismo em áreas de guerra: diferenças entre uma cobertura local e na guerra; a relação jornalista-fonte e a entrevista; tecnologia; censura, autocensura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.

Palavras-chave: Jornalismo Internacional. Correspondente de Guerra. Líbia. Entrevista.

ABSTRACT

This MA paper analyses the journalistic activity in war zones. For that matter, we've tried to know the track of the war correspondents activity in the last decades from the 19th century to the first 15 years of the present century, identifying tensions and possible mutations in these professional's profile as well as their routine focusing on the experience of Brazilian journalists while covering conflicts. As a Case Study, we analyzed the experience of four Brazilian reporters; O Estado de São Paulo's Andrei Netto, Folha de São Paulo's Samy Adghirni, O Globo's Deborah Berlinck, and Zero Hora's Humberto Trezzi, who worked as war correspondents in Libya's war in 2011. After thorough interviews with these professionals, who are reference where they work, we aimed to tension their empirical experience based on theories produced by thinkers who are of fundamental importance to Journalism. For analyzing it we created categories: How to Become a War Correspondent; The Practice of Exercising Journalistic Production; and Reflections that Go Beyond Practice. In order to answer the question "how does the war affect the journalistic practice", we think on journalism key-subjects in war zones: differences between local and war coverage; the journalist/source relation and the interview; technology; censorship, self-censorship and embedded question; violence and the putting life at risk.

Key-words: International Journalism. War Correspondente. Libya. Interview.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Eu, jornalista, uma experiência empírica.....	13
1.2 A construção do problema	15
1.2.1 Objetivo geral	20
1.2.2 Objetivos específicos	20
1.3 Por que estudar este caso	20
1.4 Estrutura da dissertação	22
2 O CORRESPONDENTE DE GUERRA	24
2.1 Contextualização.....	24
2.1.1 Correspondente internacional, enviado especial e correspondente de guerra	25
2.1.2 O correspondente de guerra.....	28
2.1.3 Os rituais da tribo	32
2.1.4 Censura e controle, o jornalista como parte do esforço de guerra.....	35
2.1.5 O <i>embedded</i>	39
2.1.6 O correspondente de guerra e a relação com as fontes.....	43
2.1.7 Limitações logísticas	47
2.1.8 Exposição à violência	49
2.1.9 O impacto da tecnologia na cobertura de guerra	52
2.1.10 Características do cenário da correspondência de guerra no Brasil	58
2.2 Fundamentação teórica.....	61
2.2.1 O jornalismo e o jornalista.....	62
2.2.2 As competências de procedimento	64
2.2.3 A questão das fontes	70
2.2.4 A entrevista jornalística	76
2.2.5 O caráter testemunhal	78
3 ESTUDO DE CASO E A GUERRA DA LÍBIA	84
3.1 Entrevista em profundidade e a Guerra da Líbia	85
4 O CASO GUERRA NA LÍBIA	91
4.1 A Líbia e os jornalistas.....	91
4.2 O jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora.....	94
4.3 Entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros.....	97
4.4 Apresentação dos entrevistados	98

4.5 Diálogo entre a teoria e a experiência empírica.....	99
4.5.1 Tornar-se correspondente de guerra	100
4.5.2 A prática no exercício da produção jornalística	106
4.5.2.1 Cobertura local e cobertura de guerra	108
4.5.2.2 Relação jornalista-fonte e entrevista.....	111
4.5.2.3 Tecnologia	116
4.5.2.4 Censura, autocensura e a questão do embedded	121
4.5.2.5 Impacto da violência e risco de morrer.....	126
4.5.3 Fatores que transcendem a cobertura.....	129
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ANDREI NETTO	147
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM SAMY ADGHIRNI	156
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM DEBORAH BERLINCK	170
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM HUMBERTO TREZZI.....	183
APÊNDICE E – ÁUDIOS DAS ENTREVISTAS.....	197

1 INTRODUÇÃO

O correspondente de guerra tem sua aposta (sua vida) nas próprias mãos e pode colocá-la neste ou naquele cavalo, ou pode colocá-la de volta no bolso no último minuto. (CAPA, 2010, p. 15).

O que faz o jornalista senão ajudar a escrever a história do tempo presente? Desde os bancos da graduação, nos anos 1990, acredito que é nos textos dos jornais que, dentro de algumas décadas ou de vários séculos, historiadores se debruçarão para analisar o nosso tempo. Porém, mais do que mero subsídio para pesquisadores futuros, o jornalismo, penso, contribui, em sua contemporaneidade, ao ajudar as pessoas a entender o mundo em que vivem, para que, com base nessa compreensão, possam se tornar agentes de mudança.

Renomado jornalista brasileiro, Ricardo Kotscho, no livro *A prática da reportagem*, define o jornalismo como “a arte de informar para transformar” (KOTSCHO, 1986, p. 8). Como pano de fundo desta sentença está o princípio da responsabilidade social da imprensa, que se desenvolveu no século XX nos países democráticos liberais. Alsina nos remete a essa ideia em seu histórico sobre o acontecimento: “A teoria da responsabilidade social da imprensa defende que os meios de comunicação têm obrigações com a sociedade. Devem intervir por causa do interesse público.” (2009, p. 126). A esse conceito, nomes importantes do jornalismo corroboram. Na obra *O que é o jornalismo*, Clóvis Rossi (1985, p. 28) diz que “o fazer jornalismo não é um ofício técnico”, mas compreende “uma função social relevante”.

As questões sobre o papel do jornalismo na sociedade tocam o âmago do existir do jornalismo. Deni Elliot, no livro *Jornalismo versus privacidade*, lista quatro funções da imprensa:

- 1 - Caráter político: ao informar os cidadãos sobre aquilo que o governo e outros centros de poder estão fazendo, a imprensa se torna uma parte integrante do processo político. Ao monitorar os centros de poder – político, econômico e social – a imprensa funciona como uma peça capaz de mantê-los em xeque;
- 2 – Função educacional: o jornalismo inclui a divulgação e o estímulo a uma ampla discussão de ideias, opiniões e verdades. Neste papel, a imprensa segue a tradição das reuniões comunitárias;
- 3 – Serviço de utilidade pública: a imprensa é um canal de informações sobre o que está acontecendo. Ela opera como se fosse um quadro de avisos da sociedade;
- 4 – Função social e cultural: a imprensa ergue um espelho diante da sociedade que reflete a espécie de pessoas que a formam, que mostra seus heróis e vilões, que ajuda a recordar e entender os valores comuns. (ELLIOT, 1986, p. 45).

Ao atuar nas várias especialidades do jornalismo, é possível ao jornalista cumprir com este papel social: desde a reportagem sobre o chamado “buraco de rua” de uma vila esquecida pelo poder público até uma grande investigação política capaz de estremecer as vigas de um esquema de corrupção, está contribuindo para mudar a realidade em que atua, o seu círculo, a sua comunidade. No jornalismo internacional, mesmo ao dissertar sobre temas distantes do ponto de vista geográfico, o papel social da imprensa não difere do jornalismo local ou regional. Por interesse pessoal e experiência profissional como editor do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, desde 2001, observo na prática de repórteres internacionais um esforço em retratar as mazelas do mundo com o objetivo de explicar o tempo presente – principalmente em tempos de globalização – e de despertar a consciência de governantes e populações, cumprindo, a seu modo, também um papel social. Assim como os jornais no início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicação atuais, potencializados pelas mídias digitais, contribuem para transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, graças, em parte, ao trabalho dos correspondentes internacionais:

Neste momento da história humana, em que a economia, a política, a ciência e a cultura em cada sociedade dependem, como jamais antes, do que acontece além das fronteiras nacionais e da interdependência entre os países, em todos os aspectos se torna mais evidente e relevante do que nunca a importância do correspondente estrangeiro de grandes meios de comunicação. (SILVA, 2011, p. 9).

Na área do jornalismo internacional, especificamente um tipo de trabalho cumpre, por excelência, um papel social muito relevante, sobretudo por auxiliar os receptores a compreenderem conflitos atuais e suas implicações nos rumos do mundo e da história: a correspondência de guerra. Roger Rosenblatt, em ensaio para a revista Time, em 1983, logo após a morte de dois jornalistas americanos na fronteira, conflagrada à época, entre Honduras e Nicarágua, refletiu sobre a importância da presença do jornalista na guerra, cumprindo o papel de olhos da sociedade:

Quando o jornalista é removido do relato das guerras, o cidadão também é removido e fica à mercê de informes oficiais de governos. Quando um correspondente morre, também o público morre por um momento, o que é provavelmente a razão por que essa morte é sentida como uma espécie de dor intelectual. (ROSENBLATT apud SILVA, 2011, p. 70).

No prefácio escrito para o livro *Diário de Bagdá*, no qual o jornalista Sérgio D'Ávila e o fotógrafo Juca Varella, da Folha de S. Paulo, relatam suas experiências na Guerra do Iraque, o jornalista José Hamilton Ribeiro, veterano do conflito no Vietnã, reflete:

Guerra é sempre coisa ruim, melhor fora viver sem ela, mas isso tem sido impossível, irreal. (...) Agora, se a guerra existe, melhor é existir com jornalista do que sem ele. Guerra sem jornalista junto, sem a presença dessa testemunha às vezes tão incômoda e até soberba, é pior do que a própria guerra. O homem aí, o combatente, fica liberado para ser a fera que o ser humano traz dentro de si. Haja horror! (RIBEIRO, 2003, prefácio).

Segundo Silva, “apesar de todas as limitações com que trabalha nas guerras, as quais o induzem muitas vezes a erros, o jornalista é um freio a ações mais selvagens de quem por qualquer motivo ultrapassa os limites da humanidade.” (2011, p. 78). A prestigiada repórter de guerra russa Ana Politkovskaya, que cobriu por anos os conflitos na região da Chechênia, contribuiu com importantes reflexões sobre o papel do jornalista em áreas de conflito. No livro *Periodismo Narrativo*, Roberto Herrscher (2009) descreve um encontro de jornalistas e acadêmicos, ocorrido em Bonn, em 2002. O objetivo da reunião era discutir o jornalismo impactado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a atuação da imprensa durante o conflito no Afeganistão. Em certo momento, um jornalista alemão fez uma dura crítica às coberturas de guerra e ao aproveitamento do conteúdo gerado por jornalistas no front de batalha pelos veículos de comunicação ocidentais: ele dizia que esses meios cobrem a atualidade internacional, enviando pára-quadistas cheios de soberba aos pontos quentes do globo e depois reduzem o pouco que esses enviados especiais conseguem entender a três informações e quatro imagens que não ajudam o público a compreender nada: “Melhor seria que não fossem”, disse o jornalista alemão, segundo o relato de Herrscher. Eis que a jornalista Ana Politkovskaya levantou-se de sua cadeira e pediu aos colegas que não deixassem a Chechênia: “Ainda que o jornalismo que faziam os grandes meios comerciais e as agências ocidentais era uma grande porcária, para uma repórter russa tratando de contar essa guerra atroz, era questão de vida ou morte.” (HERRSCHER, 2009, p. 322).

O autor explica o encontro com Politkovskaya, após a intervenção, no qual a jornalista afirmou que os cabos, os flashes com imagens do conflito em Grozny na rede CNN ou os relatos nas páginas do *The New York Times*, por menores que fossem, “cheios de erros e de imperdoável ignorância” eram para ela “como o balão de oxigênio para um barco encalhado nas fundo do mar.” (HERRSCHER, 2009, p. 322).

Os próprios governantes entendem o caráter relevante do trabalho dos correspondentes em áreas de conflito. No auge da Guerra do Golfo, o presidente norte-americano George H. Bush afirmou que aprendia mais com a CNN do que com a CIA, o serviço de inteligência dos Estados Unidos.

Para transmitir informações a seu público, os correspondentes de guerra expõem-se a situações-limite. Silva (2011) estima o número de jornalistas mortos em guerras desde o século XIX em 1,4 mil. Como o risco constante de ser preso, sequestrado, ferido ou morto afeta o trabalho do jornalista? Como a guerra altera a relação fonte-repórter, tão cara ao jornalismo? Estar em outro país, com limitações logísticas para apurar e transmitir informações, aprofundadas por idioma e cultura diferentes, como essas questões afetam o trabalho do jornalista? E a censura ou a exposição à violência alteram a prática jornalística dos correspondentes?

Questionamentos como esses trago desde a graduação até minha experiência no ambiente de produção jornalística como repórter, muitas vezes também destacado a cobrir situações de guerra em outros países, como no Líbano, em Israel e na Líbia. É com essa bagagem que ingressei nesta pesquisa há dois anos, com intuito de colaborar para o entendimento das práticas e processos jornalísticos em situações de extremo risco como são as guerras.

1.1 Eu, jornalista, uma experiência empírica

O interesse pela prática jornalística em áreas de guerra nasceu da experiência empírica, como enviado especial do jornal Zero Hora a zonas de conflito em duas ocasiões. Na guerra de 33 dias entre Israel e o grupo guerrilheiro Hezbollah, em 2006, testemunhei o sofrimento das populações civis, observei vilarejos destruídos por mísseis, fiquei 15 minutos sob bombardeio e embrenhei-me pelos labirintos nada transparentes da diplomacia e da relação fonte-repórter nos dois lados do conflito. Cinco anos depois, também por Zero Hora, cobri o início da Guerra na Líbia, ocasião em que acompanhei uma incursão rebelde em uma cidade libertada do regime do presidente Muamar Kadafi:

Liberdade. De pé, na parte de trás da caminhonete dos rebeldes, o vento do deserto líbio massageia os músculos do meu rosto. Tentando me equilibrar na grade de ferro do veículo, vejo, à frente, o sol se pôr entre cânions de areia. Estamos a 160 km/h. Não sinto medo, embora desconfie de que, detrás das dunas, a qualquer momento, podemos ser atacados em uma emboscada. Não há refúgio. Do que tento enxergar, percebo apenas vultos: não decifro a

diferença entre uma árvore e um ser humano parado; não sei se há uma casa de barro ou um monte de entulhos. Está tudo embaçado. Como se estivesse em outra dimensão. Tenho certeza apenas do que fica no máximo a um metro dos meus olhos: o fotógrafo Ciro Fusco, da agência de notícias Ansa, que está ao meu lado, minha mochila, a câmera fotográfica no pescoço e a lataria do carro. O resto são apenas sensações: as cores do crepúsculo, as rajadas bafoentas que sopram no norte de África. (LOPES, 2011, p. 93).

Trechos como este estão em meu livro *Guerras e Tormentas* (2011), no qual relato a experiência empírica de 14 coberturas internacionais, entre elas as duas guerras citadas, os terremotos no Haiti e no Peru, a destruição causada pelo furacão Katrina no sul dos EUA e situações de instabilidade democrática na América Latina, entre outras. Do trabalho realizado em situações-limite, criei também meu próprio ritual jornalístico. Fotógrafo muito. Entendo que a captura do momento exato de um acontecimento, um fragmento, pode ajudar, posteriormente, a recuperar, por meio dos sentidos, cores, cheiros, sentimentos. Evito usar gravador. Colocadas diante desse equipamento, as pessoas falam de outra maneira e formam seus pensamentos alijados do que realmente pensam. Também percebi que a câmera me ajudou a recompor o cenário, a reviver a atmosfera do acontecimento. Mas também teve um efeito anestésico: o visor digital ajuda a distanciar o acontecimento, muitas vezes difícil de observar: mortos pelo chão, crianças amputadas, caixões por todos os lados. A câmera protege o jornalista, amortece o impacto da visão.

Como jornalista que também experimentou o acontecimento guerra, vivi momentos de extrema pressão interna e externa, em que uma ligação telefônica a mais poderia garantir uma entrevista exclusiva. Passos atrás que evitaram que eu fosse capturado. Recuos e avanços que permitiram estar no centro dos acontecimentos e narrar, de um ponto de vista privilegiado, parte da contemporaneidade que, um dia, será história. É inerente ao ser humano sentir medo, mesmo que muitos jornalistas não o admitam. Este sentimento nos impede algumas vezes de avançar e de ser morto por um franco-atirador. Ao contrário, a adrenalina, componente também comum nos cenários de guerra, nos leva a avançar, a querer chegar mais perto: “se as suas fotos ainda não estão boas o suficiente, é porque você ainda não está perto o suficiente”, dizia o fotógrafo Robert Capa (2010, p. 15).

Ao me relacionar com pessoas que perderam casas e familiares, fontes no jargão da prática jornalística, busquei sempre a discrição: ouvir, deixá-las falar. Situações, gestos, cores, cheiros e formas também configuram linguagem. Ao trabalhar em países nos quais não domino o idioma, passei a aprender a traduzir os sinais. Com o tempo, acabei descobrindo maneiras alternativas de percepção da realidade.

Tenho ressalvas de me incluir explicitamente nas reportagens, mas, diante de tamanhas catástrofes que meus olhos viram, não encontrei em meu livro melhor maneira de transmitir aos leitores esses episódios, senão pelos meus próprios sentimentos. Não sou ficcionista. Como repórter ou pesquisador, escrevo sobre o mundo real – se a realidade é uma utopia no campo jornalístico, acredito, cabe aos jornalistas batalhar para buscar a maior proximidade possível entre o seu discurso e o objeto narrado.

Assim como em meu livro acreditava que não poderia renegar aos leitores minhas percepções pessoais, penso que, nesta pesquisa acadêmica, faltaria com a transparência ao não revelar que também eu, como ser humano, profissional jornalista e pesquisador, fui afetado pela guerra.

Dessas experiências empíricas nasceu a curiosidade de refletir sobre o trabalho jornalístico em áreas de conflito. Não analisarei, no entanto, a minha própria prática. Porém, como se verá adiante, muito do que experimentei em campo se assemelha ao vivido por colegas entrevistados para este estudo. Ao longo desta pesquisa, incluirei pequenas reflexões, em formato de notas de rodapé, à medida em que identificar exemplos do meu próprio fazer jornalístico que possam contribuir para esse estudo.

1.2 A construção do problema

Até chegar ao desenho atual, o problema de pesquisa passou por frequentes adaptações, motivadas tanto pelos desdobramentos da pesquisa quanto por revisões bibliográficas, observações empíricas, entrevistas e contribuições trazidas pela banca de qualificação. Inicialmente, afetava-me a reflexão sobre o elevado número de jornalistas brasileiros feridos, saqueados ou detidos no fenômeno conhecido como Primavera Árabe¹. Em 2011, Corban Costa e Gilvan Rocha, correspondentes da empresa Brasil de Comunicação², foram agredidos durante a cobertura da destituição do presidente Hosni Mubarak, no Egito. Enviado especial de Zero Hora ao Cairo, o jornalista Luiz Antônio Araújo teve seu passaporte, dinheiro e cartões de crédito roubados ao ser agredido por manifestantes que apoiavam o governo egípcio. No caso

¹ Conjunto de revoluções populares em países do norte da África e Oriente Médio, iniciadas em 2010 na Tunísia, com o objetivo de destituir governos autoritários. Além de Tunísia e Egito, houve guerras na Líbia e na Síria, bem como grandes protestos em nações como Argélia, Bahrein, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen.

² Conhecida pela sigla EBC, a Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2009 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. É responsável pela TV Brasil, TV Brasil Internacional, Rádios EBC (Rádios Nacional do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões, Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro e Rádio MEC AM de Brasília), Agência Brasil, Radioagência Nacional e Portal EBC e presta serviços para a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, produzindo o canal TV NBR e o programa de rádio “A Voz do Brasil”.

da Líbia, o correspondente Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, ficou preso por oito dias na cidade de Sabrata, a cerca de 60 quilômetros da capital, Trípoli, após ter sido capturado por forças de segurança do governo líbio. Para que fosse solto, sua empresa de comunicação precisou contatar o governo brasileiro, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras. Outro jornalista brasileiro, Humberto Trezzi, de Zero Hora, foi ferido em acidente de carro durante bombardeio no deserto líbio. Na Síria, que também viveu a Primavera Árabe, o jornalista Klester Cavalcanti, da revista Isto É, foi preso em 19 de maio de 2012, na cidade de Homs. Passou seis dias detido por militares do governo de Bashar al-Assad.

A experiência como repórter e a observação desses episódios motivavam a pergunta, por ocasião do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação desta universidade:

A suposta falta de tradição da imprensa brasileira em coberturas em zonas de risco expunha os jornalistas brasileiros a um maior perigo?

Entendia, à ocasião, que vários fatores afetam o trabalho do jornalista brasileiro nas guerras:

a) Distância geográfica de zonas de guerras: o Brasil não viveu, desde a Guerra do Paraguai³, um conflito em seu território. Tradição em coberturas de guerra exige que o país tenha vivido guerras, segundo leitura de Ribeiro:

Também num debate em universidade, me perguntaram: “Por que no Brasil não tem tradição em correspondência de guerra? Por que isso não é uma carreira do jornalista, como acontece em outros países?”

Eu respondo, sem blasonar muita serenidade, que jornalismo de guerra depende de no país haver guerra, e haver jornalismo. Por graça do destino, somos um país quase sem guerra, e quanto a jornalismo, não é também que tenhamos muito... (2005, p. 108-109)

b) Dificuldades de logística e de acesso ao front: na relativamente curta história da cobertura de guerra brasileira, alguns jornalistas foram obrigados a cobrir confrontos à distância devido ao acesso limitado ao front. Também tiveram dificuldades para fazer chegar seus relatos ao Brasil. Enviado pelo jornal Diário Carioca para cobrir a II Guerra Mundial, Rubem Braga teve seu objetivo frustrado por várias razões. O primeiro foi a dificuldade em receber

³ A Guerra do Paraguai foi um conflito no sul do continente americano que opôs as forças armadas da chamada Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, governado pelo ditador Solano López. O conflito durou de 1864 a 1870. É considerada a última guerra em nível internacional em território brasileiro.

credenciais do Exército para a cobertura da guerra por ser *persona non grata* do Estado Novo⁴, o que lhe impediu de acompanhar o desembarque do primeiro batalhão de combatentes brasileiros na Itália. Há outras razões: a desconfiança dos oficiais brasileiros em relação à imprensa, cujos correspondentes nunca tiveram as mesmas facilidades de informação e transporte que outras unidades de países aliados. Braga também tinha o envio do material limitado à via aérea.

As dificuldades logísticas impostas aos correspondentes de guerra são várias: território sob estado de sítio, liberação de vistos, áreas restritas ao acesso militar, falta de garantias de segurança e de transmissão radiofônica. Mesmo no século XXI, ditadores seguem limitando o acesso à tecnologia como forma de não só evitar que grupos opositores se comuniquem entre si, mas também para que repórteres tenham dificuldade na transmissão de reportagens do front. De 2000 pra cá, alguns jornalistas brasileiros não conseguiram acesso a zonas de guerra, contrariando uma premissa dos correspondentes refletida nas palavras do jornalista inglês Peter Beaumont:

Só se pode obter a essência através da observação mais próxima: estando no lugar. Mais adiante ainda, cheguei a compreensão que, embora aquele conselho fosse fundamentalmente verdadeiro, ele continha também um elemento de atitude. Estar perto, estar no centro, torna-se uma questão de identidade. (2010, p. 54)

Nada que mestres do jornalismo literário já não tivessem praticado em situações menos extremas: Frank Sinatra do histórico perfil de Gay Talese⁵ estava apenas resfriado, mas, do convívio do repórter com amigos do cantor e seu círculo íntimo, emergiu um memorável retrato do cantor. Como falar de medo, dor e sofrimento sem experimentá-los em primeira mão, sem mergulhar no cenário, sem fazer parte da paisagem?

Enviados ao front, jornalistas brasileiros contemporâneos enfrentaram a dificuldade do acesso direto a zonas de combate. Poucos repórteres receberam visto para entrar na Síria atual, país que vive há dois anos uma guerra civil; na Líbia, a maioria dos repórteres entrou clandestinamente, acompanhada de grupos rebeldes⁶; no Iraque, apenas jornalistas *embedded*

⁴ O Estado Novo é o nome do regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Durou até 1945 e configurou-se como um governo centralizador, nacionalista, anticomunista e autoritário. Foi durante este regime que o Brasil entrou na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

⁵ No livro *Fama e Anonimato* (2004), Gay Talese traçou um perfil emblemático do cantor Frank Sinatra, intitulado “Frank Sinatra está resfriado”, baseado apenas na observação e na conversa com amigos do astro, sem nunca tê-lo entrevistado.

⁶ Como repórter, enviado do jornal Zero Hora, ingressei em território líbio, em 2011, de forma clandestina, a bordo de um veículo de grupos rebeldes que lutavam contra o regime de Muamar Kadafi.

com as tropas norte-americanas tiveram acesso a Bagdá, após o início do conflito; e, no Afeganistão, apenas quem acompanhou a Aliança do Norte⁷ teve acesso a Cabul.

c) Redução do espaço das editoriais internacionais nos jornais brasileiros: com a crise econômica dos anos 1980/1990, várias empresas de comunicação reduziram o espaço editorial para a cobertura de fatos no exterior. Diante de dificuldades financeiras, sucursais foram fechadas, e o número de correspondentes, reduzidos. Espaço ao noticiário regional ganhou prioridade, a cobertura internacional passou a ser feita, em sua maioria, por agências internacionais de notícias.

d) Fator econômico: o elevado custo de coberturas no Exterior, em especial às de guerra. Devido ao distanciamento entre o Brasil e os principais locais de conflitos armados nos últimos cem anos, veículos de comunicação avaliam diferentes quesitos antes de enviar um repórter a uma zona de crise: segurança, capacidade de transmissão de dados, condições de deslocamento, custos com passagem, hotéis, intérprete e motorista, tempo de cobertura e apelo do assunto junto ao público. Nos últimos anos, conflitos de longa duração, como no Iraque, dificultaram a manutenção de um correspondente de guerra *in loco* por muito tempo.

e) Internet e comunicação em rede: a facilidade de acesso a relatos do front, por meio de ferramentas digitais levou ao distanciamento entre o jornalista e o acontecimento em terras conflagradas. Tornou-se relativamente simples acessar fontes, por meio de contatos virtuais, sem sair da sede do jornal, o que, mais uma vez, contribuiu para a decisão de não enviar um repórter próprio à guerra.

f) Carência de cursos de treinamento no Brasil para jornalistas que são enviados a uma guerra: profissionais que buscam se aprimorar em segurança e temas relativos a comportamento em áreas hostis precisavam, até 2005, buscar aperfeiçoamento fora do Brasil. Um dos cursos mais procurados é o da Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), realizado no Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (Caecopaz)⁸, em Buenos Aires. Uma versão brasileira foi criada pelo Exército Brasileiro: o Curso de Preparação para Jornalistas em Áreas de Conflito⁹, realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, no Rio de Janeiro.

Com o avançar da pesquisa, fui identificando que países pioneiros em coberturas de guerras têm, a exemplo do jornalismo brasileiro, repórteres presos, feridos ou mortos. Logo,

⁷ Grupo de oposição ao regime talibã, apoiado pelos Estados Unidos. Durante a guerra deflagrada após os atentados de 11 de setembro de 2001, essa organização clandestina, que ocupava especialmente o nordeste do Afeganistão, tomou o poder e derrubou a milícia fundamentalista que estava no poder desde 1996.

⁸ Realizei este curso para jornalistas em áreas hostis no centro de treinamento argentino, em dezembro de 2006.

⁹ Também concluí este curso, versão brasileira, de preparação para jornalistas em áreas de crise, em 2012.

não se trata apenas de uma questão de tradição. A partir do resgate histórico-bibliográfico, percebi que a imprensa brasileira dispõe de, embora poucos, jornalistas que cumpriram a missão de cobrir conflitos em território nacional e internacional: Canudos, a retirada de Laguna, II Guerra Mundial, Vietnã, Iraque, Afeganistão e a Primavera Árabe são exemplos.

Um dos mais importantes jornalistas brasileiros no século XX, Ribeiro considera a correspondência de guerra de Euclides da Cunha um dos “pilares monumentais” do ofício no Brasil, tendo sua narrativa uma “qualidade excepcional”.

Se não houvesse Euclides da Cunha no Vaza-Barris¹⁰, o massacre do Conselheiro e de seus beatos talvez não passasse, hoje, de um episódio militar de rotina, descrito em relatório burocrático e só acessível (acessível?) a erráticos e reduzidos historiadores da caserna. (2003, p. 18).

Tanto por sugestão da banca avaliadora no momento da entrevista para este programa de pós-graduação quanto por conta do reconhecimento de um pequeno, porém relevante trabalho de repórteres de guerra na imprensa brasileira, parecia mais interessante redirecionar o problema de pesquisa para a questão da prática jornalística em áreas de guerra, apresentada, em um segundo momento, sob a forma de pergunta/problema:

Como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front?

Deste questionamento inicial, derivam algumas questões secundárias:

- a) Há diferenças entre uma cobertura local e uma cobertura de guerra?
- b) Como a guerra afeta a relação jornalista-fonte?
- c) Como a violência e o risco de morrer alteram o exercício das técnicas jornalísticas no cenário de conflito?
- d) Como a censura afeta a prática jornalística?
- e) Como a tecnologia impacta no trabalho do jornalista na guerra?

Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de fechar o foco em torno de um único e macroacontecimento. Dentre as guerras cobertas por jornalistas brasileiros, optei por analisar a Guerra da Líbia, um dos conflitos que irromperam no mundo árabe, em especial no norte da África, a partir de 2011. Também com o intuito de focar o objeto de pesquisa, busquei restringir a análise à prática jornalística de quatro repórteres de jornais de referência: Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo (São Paulo), Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo (São Paulo), Deborah Berlinck, de O Globo (Rio de Janeiro), e Humberto Trezzi, de Zero Hora (Porto Alegre).

¹⁰ Vaza-Barris é um rio brasileiro que banha os estados da Bahia e do Sergipe.

A partir desta formulação, esta pesquisa pretende atingir os objetivos descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Discutir como a guerra afeta a prática jornalística, a partir de entrevistas com quatro repórteres dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, que atuaram na cobertura jornalística do conflito na Líbia, em 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Contextualizar a prática da cobertura de guerra ao longo da história.
- b) Diagnosticar as práticas e processos jornalísticos do repórter a partir de afetações como as diferenças entre cobertura local e a cobertura de guerra; o relacionamento jornalista-fonte; impactos da tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.
- c) Identificar novos processos a partir de diferentes tecnologias na cobertura de guerra.

1.3 Por que estudar este caso

Os livros escritos por correspondentes de guerra que relatam suas experiências constituem importantes ferramentas de propagação do saber jornalístico e de sua prática em áreas conflagradas. Em geral escritos por repórteres norte-americanos e europeus, trazem bastidores do dia a dia ao lado de tropas e dilemas dos jornalistas em campo. Uma das obras-primas sobre o tema, *A primeira vítima*, de Philip Knightley (1978), traça um panorama da correspondência de guerra, desde o conflito na Crimeia, o primeiro coberto por um jornalista profissional, até a Guerra do Vietnã. Na obra, o pesquisador reflete sobre o papel do jornalista como propagandista, mito e herói. Entretanto, escassos são os livros de jornalistas brasileiros sobre o tema. Os poucos existentes são compostos por narrativas de batalhas e os percalços pelos quais passa o jornalista para transmitir as reportagens. São exceções aqueles que tecem alguma reflexão sobre suas práticas.

O que diferencia o jornalismo do senso comum é a utilização de técnicas profissionais na busca pelo conhecimento da realidade. Tais técnicas formam um método jornalístico. No âmbito do saber jornalístico, as práticas são reguladas por um conjunto de procedimentos que delimitam o dizível: o que é permitido e o que é proibido nas ações dos jornalistas para que

possam operar em uma ordem do discurso jornalístico, identificada com o presente que nos cerca e que faz o jornalismo ser como ele aparenta ser.

Ora, sabemos que a prática é fundamental ao jornalismo na historicidade em que se desenvolveram os mecanismos midiáticos e nas rotinas diárias das redações. Visto deste modo, o jornalismo é afetado por características que são estruturadas e reproduzidas no tempo e no espaço e alterado por regras e recursos tecnológicos constituídos na produção jornalística.

As novas tecnologias subvertem práticas e desafiam modos de trabalhar para se obter uma entrevista durante a apuração de uma reportagem, por exemplo. A distância e o tempo foram reduzidos graças a novas ferramentas, através das quais as informações são transmitidas em milésimos de segundos para terminais de computadores – ou smartphones – a milhares de quilômetros. Nesses aparelhos, os dados são formatados e redistribuídos com imagem e cor em alta definições para o receptor. Há novos deadlines¹¹ impostos por plataformas digitais que nunca “fecham”, como ocorria nos processos industriais de jornais em papel.

Presume-se que as coberturas de guerras também foram alteradas pelas novas tecnologias – hoje, é possível a um jornalista na redação entrevistar um combatente no deserto sírio, por Skype¹², por exemplo. Imagens de homens decapitados são despejadas nos computadores dos jornalistas sem que o repórter precise deixar a porta da sede do veículo de comunicação.

Nessa equação vertiginosa proporcionada pelos meios digitais, uma premissa, acredito, continua sendo fundamental: quanto mais curta a distância entre o repórter e a fonte na captação de informações melhor o jornalismo. Assim, a entrevista olho no olho continua sendo o coração do jornalismo mais quente. Logo, este trabalho irá se deter ao tipo de reportagem tradicional, no qual o repórter é enviado ao local de guerra para entrevistar, observar, confrontar informações e transmiti-las ao receptor, independentemente do canal ou plataforma utilizados, seguindo o pensamento de Luiz Cláudio Cunha, que nos diz que:

O contato direto, olho no olho, explica e justifica o deslocamento pessoal do repórter até onde está a notícia, que não se sustenta apenas na frenética velocidade de sua transmissão. É preciso gente para dar sangue e sentido humano ao jornalismo. É por isso que redações de grandes jornais, revistas e redes de TV mandam suas equipes desde Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo ou Porto Alegre para as frentes de batalha onde se concentra a guerra da notícia – nas praças do Cairo, no litoral radioativo de Fukushima, nos

¹¹ Jargão jornalístico para o horário estabelecido como limite para o fechamento de uma edição de jornal.

¹² Ferramenta de comunicação digital que permite aos interlocutores falar, como em uma ligação telefônica, e também terem projetadas suas imagens. A transmissão ocorre em tempo real pela internet.

escombros das Torres Gêmeas, no rastro do tsunami na Indonésia, nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro. (2012, p. 56).

A prática do jornalismo no exterior amplifica as características e os problemas da profissão. Por isso, entendo que merece atenção e estudo. Como observado, reflexões desse tipo, no campo do jornalismo, são limitadas na literatura específica. Desta forma, tanto pela carência de análises nas redações e na academia sobre a prática jornalística em situações de guerra quanto pelas constantes transformações tecnológicas que vêm impactando o fazer jornalístico no front, entendo que esta pesquisa possa contribuir para surtir esta lacuna nos estudos dos processos e práticas do jornalismo brasileiro.

1.4 Estrutura da dissertação

O eixo central desta pesquisa está nas afetações do acontecimento guerra nos processos de produção e práticas jornalísticas de repórteres de mídia impressa enviados a países conflagrados. No esforço de contextualizar historicamente as guerras e para compreender como estas afetam a produção jornalística foram mapeados estudos e narrativas de correspondentes de guerra internacionais e nacionais.

Tal contextualização, apresentada no segundo capítulo deste trabalho, tensionada com a rede de conceitos das teorias do jornalismo, dos processos de produção da notícia e apuração, ofereceram recursos importantes para o alinhamento metodológico da pesquisa, especialmente para planejar as entrevistas com os profissionais citados anteriormente. O risco a que são expostos correspondentes de guerra, limitações da censura e de logística, bem como o impacto da tecnologia na atividade dos repórteres no front, ajudam a situar o objeto no cenário contemporâneo, já que são fatores que afetam todos os jornalistas que cobrem conflitos, brasileiros ou estrangeiros.

No capítulo 3, apresento a metodologia do trabalho. Entrevistas estruturadas com os quarto repórteres de guerra citados complementam, no capítulo 4, de análise, informações contidas em eventuais livros escritos pelos mesmos.

Nas considerações finais são sintetizadas inferências acerca do processo de construção da prática jornalística em áreas de guerra, articuladas com reflexões teórico-metodológicas estruturadas nas seções anteriores do trabalho, tendo como objetivo responder a questões de pesquisa. A conclusão deste estudo tem a pretensão de oferecer contribuições para o aperfeiçoamento da atuação de jornalistas brasileiros em zonas de guerra, bem como apresentar uma reflexão sobre o papel do jornalismo na cobertura de conflitos.

2 O CORRESPONDENTE DE GUERRA

(...) esperávamos um sangrento acontecimento em Bagdá, e olhando para o horizonte noturno especulávamos o tempo todo sobre que parte da cidade seria a mais segura para se ficar quando chegasse a hora. Era uma sensação estranha, meio como deve ser a de subir na vigia de um navio alto e olhar um mar calmo pouco antes de um furacão.
(ANDERSON, 2004. p. 85).

Dividido em duas grandes seções, este capítulo apresenta reflexões contextuais e conceituais que entendo úteis para tensionar o objeto de pesquisa. Na primeira parte, faço uma revisão histórico/bibliográfica sobre o papel do correspondente de guerra e sua prática desde o primeiro conflito coberto pela imprensa profissional, entre 1853 e 1856, na Crimeia, até os dias atuais, bem como mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que possam ter contribuído para modificar a prática jornalística nesse tipo de cobertura jornalística. Na segunda grande seção, consta a fundamentação teórica do trabalho, tendo como foco conceitos sobre o fazer jornalístico, a relação entre jornalista e fonte e os estudos de processos de produção jornalística.

2.1 Contextualização

De acordo com Maldonado (2011, p. 282), a contextualização de uma pesquisa é parte constitutiva decisiva da formulação de um problema. A partir deste entendimento, esta seção sugere linhas de contextualização importantes para sustentar o problema apresentado para este estudo na dimensão sócio-histórica e científica em que ele se enquadra: “Os múltiplos contextos que participam na definição de nossas problemáticas precisam entrar na confecção da pesquisa e, simultaneamente, devem ser recortados de forma a intervir adequadamente na investigação.” (MALDONADO, 2011, p. 283).

Este subcapítulo não pretende recuperar toda a história da correspondência de guerra, mas considero relevante pontuar fatores que possam contribuir para diferenciar a prática jornalística na guerra de uma cobertura jornalística em situações cotidianas, locais.

2.1.1 Correspondente internacional, enviado especial e correspondente de guerra

A origem do jornalismo levanta como questão se ele nasceu local ou internacional. Por um lado, o surgimento da mídia jornal, no século XVII, representou o atendimento a uma necessidade da população sobre demandas da própria comunidade: notícias sobre eventos locais, acontecimentos bizarros, catástrofes, decisões governamentais. Desse modo, Espinosa de Los Monteros (1998) afirma que os acontecimentos sobre o mundo exterior entraram nos jornais de forma tardia, porque não havia maneiras para compilar fatos ou porque o interesse não transcendia fronteiras regionais. Para o autor, isso se repetiu, de forma geral, na história da imprensa em todo o mundo. O jornalismo teria nascido, então, como uma atividade local e com vocação comunitária.

Por seu lado, e de forma antagônica, Natali (2004) defende que o jornalismo começou internacional, quando, ainda no século XVII, os primeiros boletins noticiosos eram uma espécie primitiva de *newsletter*, comuns entre grupos mercantis dos Países Baixos. Essas mensagens serviam como canal para a troca de informações entre regiões.

Poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse comum dos mortais, em comunidades compartimentadas, sofria os efeitos de uma infraestrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes. (NATALI, 2004, p. 23).

Além de interesses comerciais, redes privadas de “correspondentes” serviam para o envio de informações militares, diplomáticas e eclesiásticas na Europa. Se, por um lado, havia uma necessidade do público por informações locais, por outro o expansionismo europeu despertava curiosidade pelo que acontece no exterior. Ainda era cedo, entretanto, para se falar em uma produção jornalística efetiva, regular e profissional. Foi no século XIX que redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global. O desenvolvimento de novos meios, como o telégrafo e o telefone, no início, e posteriormente o rádio, a televisão, hoje o celular e a internet, expandiram a capacidade de se transmitir informações por longas distâncias.

Há uma visão mitificada tanto em relação aos correspondentes internacionais quanto aos correspondentes de guerra, alimentada por muitos dos próprios jornalistas: os correspondentes de guerra vistos como heróis, superjornalistas que arriscam a vida pela informação. Há também um suposto glamour de se viver em terras distantes, o status da função,

considerada por muitos o auge da carreira e, ainda, uma suposta a autonomia de trabalho, distante de editores e chefes. Essa percepção, conforme veremos adiante, não corresponde inteiramente à verdade.

Os fluxos de notícias no exterior, sem dúvida, estão cada vez mais complexos e menos dominados pelas elites econômicas. Até mesmo a figura do correspondente estrangeiro tradicional é afetada por aspectos financeiros, editoriais, tecnológicos e relacionados a uma nova ordem global informacional. Tradicionalmente, conhecemos a figura do correspondente internacional como a do profissional que se estabelece em alguma parte do mundo e mantém abastecida a rede de informações formada pelas agências de notícias. Também, os meios de comunicação de maior porte, especialmente impressos e televisão, quando desejam uma cobertura internacional de qualidade, pretensamente independente, investem nessa atividade jornalística com profissionais próprios, não dependendo exclusivamente dos conteúdos fornecidos pelas agências. Para Hannerz (2004), o correspondente é um repórter que fica “estacionado” em determinada cidade, enviando notícias para o seu país de origem. Em complemento, essa atividade profissional também pode ser compreendida como a de um mediador e de um tradutor de culturas. Na maior parte das vezes, o correspondente define as próprias pautas e deve partir de um conhecimento aprofundado da realidade local para conseguir expôr os fatos de modo detalhado e contextualizado para o país de origem. Brasil sintetiza a prática de um correspondente internacional:

O correspondente é um repórter fixado numa cidade estrangeira – muitas vezes a capital de um país –, sendo responsável por uma região, um país ou, às vezes, até um continente inteiro. Ele deve enviar matérias regularmente para a redação da sede de seu veículo. Para isso, ele acompanha toda a imprensa local, mantém contatos frequentes com jornalistas e colegas correspondentes e identifica fontes estratégicas – como entidades, governos, diplomatas, militares e outras que possam fornecer informações importantes. (BRASIL, 2012, p. 778).

Outra característica importante do correspondente é o amplo repertório cultural exigido do profissional, entre noções históricas, geopolíticas e fluência no idioma do país onde mantém sua base. Na prática do correspondente, espera-se uma imersão na cultura local, mas, ao mesmo tempo, que mantenha um nível de distanciamento, necessário para que não perca o referencial do próprio país para o qual escreve. “Se por um lado o correspondente internacional deve conhecer a fundo a cultura do país em que reside, por outro lado, não pode se aculturar”. (BRITTO, 2004, p. 10).

No mercado jornalístico, o correspondente estrangeiro é considerado o ponto alto da carreira, representando um reconhecimento de experiência e realizações como profissional. Nem sempre, a realidade corresponde a esse fascínio. A prática desse profissional obedece a uma rotina burocrática: solitário, cabe a esse repórter zelar por funções como pagamento de contas do jornal, orçamentos de serviços, produções de relatórios de gastos, entre outras.

O jornalista Fritz Utzeri, que foi correspondente do Jornal do Brasil na década de 1980 nos Estados Unidos e na França, destaca que não haveria posição dentro do jornalismo melhor do que a do correspondente, ressaltando que o posto era visto como uma promoção dentro da carreira de repórter ou até mesmo como um “prêmio”. Citando Reali Júnior, correspondente em Paris por mais de 30 anos, Utzeri define a função como a de um “repórter em geral numa cidade que não é a dele”, ou seja, alguém capaz de tratar todos os tipos de assuntos, traduzindo a realidade do país onde está, fazendo “o máximo possível de comparações que permitam às pessoas identificar o que está acontecendo com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui em casa”. (UTZERI, 1989, p. 145).

O jornalista também destaca uma suposta autonomia dos correspondentes, apontando esses como os “mais livres”, por trabalharem fora das redações, em horários diferentes, quase sempre de casa (realidade da maioria dos jornalistas brasileiros no exterior), sem pautas fixas ou encomendadas pelos seus veículos. A liberdade traz consigo grande responsabilidade e disciplina na apuração. O correspondente seria, justamente, os olhos e os ouvidos do jornal naquela localidade. Questiono essa afirmação uma vez que esse tipo de repórter também é pautado por seus editores. Com o advento das redes internacionais de rádio e TV e com a internet, a sede do jornal acaba também por exercer maior controle sobre o trabalho de seu funcionário, a meu ver.

Profissional que descreveu a prática de correspondente internacional no início dos anos 1980, o jornalista americano John Hohenberg afirma que “a maioria desses profissionais acredita que sua primeira obrigação é a de contar a história do povo do país onde trabalha, e não somente os atos oficiais do governo e os comunicados de seu ministério à imprensa”. (HOHENBERG, 1981, p. 38).

Esse trabalho, como relata o autor, exigia longas jornadas e um razoável período para fazer contatos e estabelecer fontes, indo além da leitura de jornais ou das facilidades de comunicação dos países em que estão sediados. Dependiam de telegramas e de relações cordiais com a embaixada, por exemplo. Ele destaca ainda que, para obter as próprias fontes de informação, era necessário tempo e muito dinheiro, ressaltando os custos para transmissão das mensagens. Assim, estar fisicamente no país era essencial para se estabelecer fontes.

Há muitos anos, estabelece-se uma diferenciação entre o correspondente internacional fixo, deslocado para fazer coberturas por um longo período de tempo – com residência determinada no país para o qual foi deslocado –, e o enviado especial. Esta segunda categoria é identificada como sendo um repórter deslocado para outro país a fim de narrar um acontecimento específico, com um tempo determinado de duração, mais curto. Ao término da cobertura, o profissional retorna para a sua nação de origem. As características do trabalho de um correspondente e do enviado especial são semelhantes. No entanto, este segundo sujeito, por dispor de menor período de tempo no local do acontecimento, não possui amplo conhecimento de fontes, lugares e caminhos mais fáceis para fazer suas reportagens. “As contendas entre os dois tipos de repórteres e seus diferentes *modus vivendi* sempre desempenharam um papel relevante na natureza das coberturas internacionais”. (WILLIAMS, 2011, p. 25).

O presente trabalho situa-se na experiência de quatro jornalistas brasileiros como enviados especiais de seus jornais para cobrir um conflito. Três dos entrevistados são correspondentes de seus veículos de comunicação em um terceiro país. Tanto enviados especiais quanto correspondentes internacionais podem exercer a função de correspondente de guerra, desde que sejam deslocados para uma cobertura jornalística em uma zona de conflito. Como veremos a seguir, esse tipo de trabalho exige do profissional preparação, conhecimento e características especiais, dada a complexidade do cenário em campo. Por isso, correspondentes de guerra são, na linguagem informal das redações, reconhecidos como integrantes de um suposto grupo de elite.

2.1.2 O correspondente de guerra

Por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por jornalistas profissionais enviados por órgãos de imprensa ou *freelancers* a uma zona conflagrada no exterior. Nesse sentido, esta prática consiste em um tipo específico de jornalismo profissional internacional, exercido por um repórter no local dos acontecimentos. Ao longo da história da correspondência de guerra, Knightley (1978) nos conta que o mito em torno do jornalista que vai ao front foi crescendo entre leitores e dentro da própria categoria profissional na qual se insere o repórter, a ponto de ser visto como uma estrela dentro da profissão.

Emocionantes relatos de batalhas, carnificina e bravura podiam ser contados de ambos os lados, sem o perigo de que o leitor se identificasse com qualquer um deles, exceto com o intrépido correspondente de guerra que, como resultado, rapidamente se tornava herói de sua própria matéria. O crédito “De nosso correspondente” desapareceu da imprensa popular, e os nomes próprios tomaram seu lugar. Um corpo de elite de jornalistas nasceu, preparado para suportar as duras exigências do noticiário de guerra, em troca das delícias de suas recompensas. (1978, p. 57).

Historicamente, a relação entre jornalistas e o acontecimento guerra confere embasamento à notória frase do senador americano Hiram Johnson, que, em 1917, afirmou¹³: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade.” (KNIGHTLEY, 1978, p. 6). A sentença inspirou o título do livro *A primeira vítima*, de Phillip Knightley (1978), considerado o mais completo compêndio da história da correspondência de guerra, da Crimeia ao Vietnã. A obra traz importantes reflexões sobre o papel do jornalista como herói, propagandista e fabricante de mitos.

Antes de estudar a prática jornalística ao longo dos confrontos, é importante conceituar o termo guerra. A palavra inglesa atual “war” (guerra) vem do inglês antigo werre (e do francês antigo guerre). Ambas descendem do alemão antigo werran, que significa worse (pior). Há também outra raiz variante, verwirren, que significa “arrumar confusão”. (CUMMINS, 2012, p. 5).

A guerra é uma situação extrema. Confrontado com cenas de violência, em que sua vida está em risco, o ser humano costuma expressar instintos primitivos: a luta por sobrevivência, o ódio, a indiferença. Em algumas ocasiões, também expressa solidariedade e senso de proteção da família e de seu círculo social. Assim como os tipos de guerra ou as armas utilizadas afetam a narrativa sobre a guerra, seus contextos histórico, cultural, social e tecnológico alteram a prática e mudam as afetações nos sujeitos que participam dela. É desse caldo sociológico que se ocupa o jornalismo: vítimas, algozes e o próprio jornalista servem, nas palavras de Dapieve, de “fontes primárias” para historiadores: “Há séculos o jornalismo de guerra segue a história como um cão. Não apenas ao recolher os restos, ao farejar o todo nos fragmentos, ao desenterrar as notícias que retornarão à própria história como fontes primárias”. (DAPIEVE, p. 275, 2010).

Há uma visão romântica tanto em relação aos correspondentes internacionais quanto aos correspondentes de guerra, alimentada pelos próprios profissionais. (WILLIAMS, 2011). No caso dos correspondentes de guerra, esse suposto heroísmo se sobressai: são aqueles que,

¹³ Esta frase consta na epígrafe do livro *A primeira vítima*..

compatriotas, se arriscam pela informação. Nas palavras do jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro, os repórteres vão à guerra movidos por diferentes fatores:

O que leva um jornalista a uma cobertura de guerra ou a uma situação de perigo, um pouco é vaidade; um pouco é espírito de aventura; um pouco é ambição profissional; e muito, mas muito mesmo, é a sensação, entre romântica e missioneira, de que faz parte de sua vocação estar onde a notícia estiver, seja para ali atuar como testemunha da história, seja para denunciar o que estiver havendo de abuso de poder (político, psicológico, econômico, militar), seja para açoitar a injustiça, a iniquidade e o preconceito. Após tudo isso, uma pitada de falta de juízo. (RIBEIRO, 2005, p. 103).

A historiografia tradicional, por muitos séculos, se deteve à vida dos grandes personagens e às linhas dos mapas que eles desenhavam. Só no século XX, graças ao marxismo, a historiografia passou a registrar também a história dos povos, movimentos sociais e derrotados.

Se, assim como a História, o jornalismo em grande parte encarregou-se de relatar o papel de líderes que mudaram o mundo, coube também a essa nova visão lançar luzes sobre atores periféricos, registrar a função social de pessoas comuns, que, da noite para o dia, foram sugadas para o epicentro de conflitos. Entre esses jornalistas, está William Howard Russell, em cuja lápide está escrito o epitáfio: “o primeiro e maior” correspondente de guerra.

A cobertura de Russell para o jornal *The Times*, de Londres, é considerada "o início de um esforço organizado para contar uma guerra à população civil da pátria, empregando os serviços de um repórter civil" (1978, p. 8), conforme avalia Knighthley. O jornalista configura-se, nas palavras desse autor, como "o pai infeliz de uma tribo sem sorte" (1978, p. 8). Até a cobertura de Russell na Guerra da Crimeia, os editores ingleses transcreviam as notícias de conflitos a partir de jornais estrangeiros ou aproveitavam oficiais militares, pedindo-lhes que enviassem cartas da frente de combate. Esses militares-correspondentes não apenas eram altamente seletivos no que escreviam, já que se viam mais como soldados do que como repórteres, como também entendiam pouco – ou nada – de práticas e processos jornalísticos e do funcionamento da linha de produção de um jornal. Por isso, passou a ser necessário aos jornais buscar olhares particulares, supostamente mais independentes, sobre a guerra, como escreveu o diretor do jornal *The Times*, de Londres, Mowbray Morris:

O público espera que tenhamos nossos próprios representantes. E como ele há muito está habituado a procurar no *The Times*... a verdade sobre todas as coisas, deixamos de corresponder a uma expectativa razoável, quando não

oferecemos nada melhor do que matérias de outros jornais, embora autênticas. (1854 apud KNIGHTLEY, 1978, p. 9).

Internacionalmente, bibliografias britânicas e americanas sobre jornalismo de guerra se sobressaem e marcam excelência no tema, principalmente por se tratarem de pioneiras na correspondência internacional tradicional e de conflitos. Malcome Browne, que trabalhou no Vietnã para Associated Press, rede de TV ABC e The New York Times, escreveu:

(...) Há o horror, não há dúvida sobre isso. Há a tensão de não saber se você vai ser morto no próximo ataque. Mas existe também uma sensação muito estranha de ter a sua vida em jogo - de saber que você pode ser morto, mas, de alguma maneira, está sobrevivendo. (...) A guerra é de uma dramaticidade única. (...) É uma experiência mais intensa do que qualquer coisa que você possa encontrar na dramaturgia, na ópera ou nas tragédias gregas. (BROWNE apud FEITH, 2004, p. IX).

No livro *Iraque, a Guerra pelas Mentes*, Paula Fontenelle entrevista vários correspondentes de guerra e expõe um sentimento comum: a competição. Em geral, um repórter deseja derrubar o outro, se possível pelo “furo jornalístico” (2004 p. 22). Pelas memórias de Ribeiro, pode-se depreender que as situações testemunhadas na Guerra do Vietnã acabavam colocando em xeque os critérios de noticiabilidade do repórter: “O Vietnã é o lugar com mais notícia por metro quadrado no mundo, disse um veterano. Um outro afirmava que nem era preciso correr: haveria, todo dia, um furo para cada um. Todos obedeciam a essa ordem geral: descubra uma atrocidade a mais dos americanos e você alcançará a glória.” (2005, p. 108).

O período entre a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial é considerado a Idade de Ouro dos correspondentes de guerra, segundo Knightley (1978, p. 56), devido ao surgimento da imprensa popular e ao crescente uso do telégrafo. O aumento da tiragem dos jornais e a expansão do público leitor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos elevaram as receitas das empresas de comunicação. A crescente prosperidade permitia aos jornais o uso do telégrafo, uma tecnologia cara, para noticiar acontecimentos em lugares longínquos. A título de curiosidade, transmitir uma palavra da Europa para os Estados Unidos por meio deste equipamento custava cerca de US\$ 5.

Poucas guerras marcaram tanto a prática jornalística e as relações dos jornalistas com fontes e governos quanto o conflito no Vietnã. Correspondente da revista *Esquire* no país asiático por pouco mais de um ano (1967-1968), Michael Herr fez uma das mais marcantes narrativas do conflito no livro *Despachos do front*, publicado em 1977 e reeditado em 2005. A Guerra do Vietnã foi um conflito não convencional: de um lado, um exército formal que se

utilizava da doutrina, da estratégia e dos treinamentos usuais da academia militar; de outro, um grupo guerrilheiro, com homens não uniformizados, atuando de forma clandestina, revolucionária, atacando e recuando, utilizando-se de elementos surpresa. “O chão era sempre (...) vigiado. Debaixo do chão era dele (vietcongue), acima do chão, nosso. Tínhamos o ar, podíamos subir nele, mas não desaparecer dentro dele, podíamos fugir, mas não podíamos nos esconder”, descreveu Herr (2005, p. 26).

Martha Gellhorn registrou no livro *A face da guerra* (2009) um resumo de suas experiências no front, desde a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) até os conflitos na América Central, nos anos 1980. Deixando entrever o sentimento do jornalista no conflito, ela descreve sua chegada à Inglaterra, em 1943: “(...) senti-me paralisada por emoções conflitantes: um sentido de dever particular, uma sensação pública de asco e o desejo de esquecer tudo e me juntar àqueles que estavam sofrendo com a guerra”. (2009, p. 105). Ela admite: “É extremamente difícil ficar sentada do lado de fora e assistir a eventos que não se pode alterar ou evitar”.

Desde a Criméia, milhares de jornalistas profissionais trabalharam em zonas de guerra. Alguns escreveram livros nos quais o testemunho pessoal se mistura à discussão de questões como censura, propaganda e a relação do repórter com o poder. Robert Capa, Peter Arnett, Jon Lee Anderson e Robert Fisk são alguns integrantes dessa tribo de jornalistas de guerra que contribuiu para erigir uma tradição.

2.1.3 Os rituais da tribo

Não há comprovação teórica que descreva a existência de um ritual seguido pelos jornalistas que cobrem conflitos. Mas, a partir de uma revisão bibliográfica com base em memórias de correspondentes de guerra descritas em livros, é possível fazer inferências sobre uma aparente rotina comum aos repórteres que experimentam o testemunho de uma guerra: há uma preparação logística para se deslocar até o front, conforme descreve o repórter Humberto Trezzi no livro *Em terreno minado*:

Mais importante do que a viagem em si é o preparo para ela. Checo passaporte, vacina, necessidade de visto. Arrumo apenas uma mala de mão, com um blusão e várias camisas e meias. Procuro em casa alguma camiseta ou pano com as cores ou bandeira do Brasil, e evito levar roupas com o tom verde de Kadafi. Nessas horas, diplomacias como essas valem ouro. (2013, p. 33).

Existem aspectos burocráticos para o ingresso em uma zona conflagrada e também preparação psicológica, com ou sem treinamento, para enfrentar a violência. Peter Beaumont,

em seu livro *A vida secreta da guerra*, descreve os pensamentos que ocupam sua mente prestes a testemunhar uma batalha:

(...) na maior parte das vezes em que me exponho ao mundo dos conflitos, eu me vejo tentando antecipar que tipo de pessoa serei quando me confrontar com o contato. (...) Dessa vez não há dúvida. Eu sei que vai haver luta. Entro no veículo consciente de que a minha relação com o medo define minha identidade. (2010, p. 30-31).

Beaumont relata diferentes tipos psicológicos¹⁴ que se apresentam ao jornalista na hora da batalha:

um tipo valente e um tipo temerário, que eu reconheço muito bem, por vezes imbuído de uma sensação de leveza e euforia, de ser invulnerável em meio à violência. O outro lado aparece com a mesma frequência: uma sensação de medo e impotência, de ser desajeitado e estar fora do lugar, que me espreita intermitentemente, em uma paisagem repleta de armadilhas. Existe ainda a figura do depressivo, atônito e desconectado, o observador vazio, fatalista e soturno. Hoje não sinto nenhum aperto nos dentes – nem medo nem excitação. O que sinto é uma ausência sem sabor, como se as emoções tivessem sido expulsas do meu corpo, deixando-me uma consciência fria que olha para o lado externo da minha carapaça. Às vezes eu acho que esses são os melhores dias, quando me sinto mecânico, anotando o que vejo. E só em dias como esses, nas demoras sufocantes entre surtos de combates, que consigo dormir com os soldados na traseira do Bradley, entrando em sintonia com o ritmo da luta. (2010, p. 31).

Uma vez em viagem, um dos primeiros desafios do correspondente de guerra é a busca por um documento (credencial) que permita acesso ao front¹⁵. Knightley relata a dificuldade de acesso dos jornalistas americanos na I Guerra Mundial:

(...) primeiro, o correspondente tinha de aparecer pessoalmente diante do secretário da Guerra ou seu representante autorizado e jurar que “transmitiria a verdade ao povo dos Estados Unidos”, mas deixaria de revelar fatos que pudessem ajudar o inimigo. Depois, precisava escrever – e as autoridades definiam escrever em termos de usar a pena, não uma máquina de escrever – um esboço autobiográfico, que necessariamente incluiria um relatório sobre seu trabalho, sua experiência, seu caráter e sua saúde. Tinha de dizer o que planejava fazer quando chegasse à Europa e onde projetava ir. Então, ele ou o seu jornal eram obrigados a pagar mil dólares ao exército para cobrir seu equipamento e manutenção, e depositar uma fiança de 10 mil dólares a fim de

¹⁴ Durante a cobertura da guerra entre Israel e o Hezbollah, em 2006, testemunhei um confronto entre tanques e posições da guerrilha libanesa. Foram 15 minutos de batalha, em que o chão tremia. Compartilho da reflexão sobre tipos psicológicos: sente-se medo, mas, ao mesmo tempo uma sensação de adrenalina que faz com que queiramos ver mais, estar mais perto.

¹⁵ Em Israel, para ter acesso ao front, durante o conflito de 2006, no qual trabalhei como repórter, era necessário aos jornalistas internacionais comparecerem ao Government Press Office, um órgão do governo, sediado em Tel-Aviv, responsável por cadastrar os jornalistas.

garantir que se comportaria como um cavalheiro da Imprensa. Se fosse mandado de volta devido a qualquer infração do regulamento, os 10 mil dólares seriam pagos como multa e entregues à caridade. Ele tinha permissão para contratar um assistente – pagando mais 500 dólares de taxa de manutenção – e, se não quisesse usar transporte militar, podia comprar um automóvel, ou mandar um, de navio, ao exterior, para seu uso pessoal. Os correspondentes não usavam uniforme, mas eram obrigados a usar uma faixa verde no braço, com um grande “C” vermelho. (KNIGHTLEY, 1978, p. 159).

Para chegar até a guerra é preciso enfrentar trâmites burocráticos para obtenção de visto de entrada no país em conflito. É necessário também, muitas vezes, credenciamento junto a órgãos governamentais e para acesso ao front, além de obedecer a uma série de regras formais e informais sobre como se comportar na zona conflagrada. Quase sempre, essas regulações vêm acompanhadas de propaganda, algo que fica comprovado no relato de Ribeiro sobre o Vietnã:

Para ser correspondente de guerra no Vietnã é preciso, primeiro, credenciar-se junto ao Centro de Imprensa do governo do Vietnã do Sul, e depois fazer o mesmo junto ao MACV – Comando de Assistência Militar ao Vietnã, dos Estados Unidos -, que é o que vale. No Centro de Imprensa, a demora é pouca. Só exigem um documento de identidade e duas fotos – uma eles guardam no arquivo, a outra pregam numa tarjeta, que o chefe assina na frente da gente. (RIBEIRO, 2005, p. 46).

Em outro momento, Ribeiro relembra o diálogo com um oficial americano para ter acesso ao front:

- Gostaria de ver uma aldeia estratégica.
- Não é conosco, é com o Ministério do Interior. Mas eles não têm condições para garantir a vida de quem quer visitar uma dessas aldeias...
- Gostaria de ver um campo de prisioneiros vietcongues, para falar com eles.
- É conosco. Periodicamente, preparamos visitas ao campo e, na próxima, o senhor irá, sendo para isso avisado com antecedência.
- Gostaria de ir à base mais avançada do front, em relação ao norte.
- Isso é com os americanos justo em frente, no outro lado da rua. (RIBEIRO, 2005, p. 46).

Cumprido o protocolo, recebia-se, segundo Ribeiro, uma papelada com informações sobre o conflito, horário e regras para entrevistas coletivas diárias, aspectos morais e jurídicos da participação norte-americana, regulamento e instruções de como se comportar, mapas, situação das estradas e composição do governo. Conforme o jornalista, o repórter tinha acesso ainda à credencial e a um documento que o permitia comprar em almoxarifados militares: “nos clubes de imprensa das bases militares há restaurantes, bar, dormitório, telefone, máquina de escrever, a preços quase simbólicos. (RIBEIRO, 2005, p. 47).

Knighthley cita uma rotina dos jornalistas que cobriam a I Guerra Mundial:

Os correspondentes logo entraram numa rotina. No dia em que estava programado um ataque, tiravam a sorte para ver quem cobriria qual área. Cada um partia, então, em seu carro, dirigido por um motorista, acompanhados por seu oficial de escolta. Chegavam tão perto do front quanto possível, espiavam o bombardeio preliminar, metiam-se em meio ao cortejo dos prisioneiros e dos feridos que podiam caminhar, entrevistavam o maior número possível e tentavam compor uma matéria. De volta a seus alojamentos, os correspondentes mantinham uma reunião e cada um esboçava a parte narrativa de sua matéria, guardando quaisquer impressões pessoais para seu próprio despacho. Então, retiravam-se para seus quartos, escreviam suas reportagens e as submetiam, depois, aos censores à espera. O que os censores deixavam era entregue a um mensageiro o qual levava o material para o setor de comunicações do Supremo Comando, de onde era transmitido por telefone ao Ministério da Guerra e de lá mandado, em mãos, para as várias redações de jornais. (1978, p. 123).

Como se pode perceber, não apenas os correspondentes de guerra são vistos pelos demais colegas como profissionais privilegiados, a elite da elite, como também incorporaram, ao longo dos anos, uma série de atitudes e práticas, antes, durante e depois da guerra, que reforçam mitos e simbolismos em torno dessa função.

2.1.4 Censura e controle, o jornalista como parte do esforço de guerra

O controle da informação é considerado por estrategistas militares uma arma importante utilizada na guerra. Sendo o jornalista um agente do conflito disposto a tornar públicas descrições e narrativas sobre o acontecimento, é presumível que seu trabalho, capaz de influenciar as demais forças envolvidas e a opinião pública, seja alvo de controle. Em muitos casos, o jornalista acaba por se engajar no esforço guerra, com relatos a favor do governo de seu país. Knighthley descreve como frequente o jornalista, em situações de conflito, se deixar manipular por fontes militares ou governamentais (1978). Para o autor, a regra geral na cobertura de guerra é o repórter mais ou menos aderir acriticamente às causas e racionalidades que sua nação defende no conflito. Passa a valorizar a coragem e a bravura dos soldados, sem questionamentos. A relação entre o jornalista e os governantes começa a sofrer afetações mais intensas – equilibrando-se entre conivência, aceitação, conflitos e censura - no final do século XIX. No início da I Guerra Mundial, na Grã-Bretanha, sob o Decreto de Defesa do Reino, foi criado um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até hoje. A boa vontade dos proprietários de jornais na aceitação desse controle e sua cooperação na disseminação da

propaganda trouxe-lhes a recompensa do status social e do poder político. Mas também minou a confiança do público na imprensa.

Grande parte da culpa cabe aos correspondentes de guerra britânicos. Estavam numa posição que lhes permitia saber mais do que a maioria das pessoas sobre a natureza da guerra desgastante na Frente Ocidental, não obstante identificaram-se, de modo absoluto, com os exércitos no campo; protegeram o alto comando das críticas, escreveram jovialmente a respeito da vida nas trincheiras, mantiveram um silêncio deliberado a respeito da carnificina e se deixaram absorver pela máquina da propaganda. (KNIGHTLEY, 1978, p. 103).

A propaganda na guerra não era nova. Sun-tzu já falava sobre esse recurso em seu clássico *A arte da guerra*, mais de 2 mil anos atrás. Mas, pela primeira vez, ela seria utilizada de forma sistemática.

Sob a influência de uma campanha nacional para unir as forças do bem contra as do mal (“há apenas duas divisões no mundo de hoje”, escreveu Kipling, “seres humanos e alemães”), a nação deu seu apoio ao esforço de guerra. O apelo estendeu-se a todo o Império – “nossa história comum, nossa língua comum, nosso único Rei e Imperador”. A guerra, de um caso europeu, que não dizia respeito à Grã-Bretanha, tornou-se uma cruzada esplêndida, um dever imposto a todo homem de honra. (KNIGHTLEY, 1978, p. 108).

Inicialmente, o correspondente de guerra não se enquadrou no esforço de propaganda – os proprietários de jornais estavam ansiosos em cobrir a guerra, principalmente porque ela seria um bom negócio para os periódicos. As dificuldades eram imensas. O governo britânico ordenara que qualquer correspondente encontrado no campo fosse preso, tivesse seu passaporte apreendido e fosse expulso da região. Enquanto o continente mergulhava no conflito, alguns correspondentes entravam e saíam da prisão, outros ingressavam clandestinamente na Alemanha e, outros ainda, conseguiam suas primeiras informações exclusivas, como Granville Fortescue, que noticiou, em primeira mão para o *Daily Telegraph* de 3 de agosto de 1914, a reportagem País invadido por soldados alemães. A Bélgica era ocupada pela Alemanha.

O fim da proibição de acesso ao front, após pressão norte-americana, não era garantia de livre-circulação pelos campos de batalha. O governo britânico estabeleceu uma série de regras para a atividade dos correspondentes de guerra. Não podia haver qualquer menção nominal aos regimentos e tampouco aos lugares, exceto de forma vaga.

O sistemático controle militar sobre os despachos dos correspondentes tinha dois objetivos: dar ao público um panorama orientado segundo seus interesses sobre a forma de

atuação de seu exército no front, e, ao mesmo tempo, impedir a publicação de qualquer informação útil ao inimigo. Mas essas não eram as únicas finalidades:

As verdadeiras finalidades consistiam, em primeiro lugar, proporcionar pitorescas matérias mostrando heroísmo e glória, concebidas para manter o entusiasmo pela guerra e garantir um suprimento de recrutas para o front, e, em segundo lugar, encobrir quaisquer erros que o alto comando pudesse cometer, preservá-lo de críticas à sua maneira de fazer a guerra e salvaguardar a reputação de seus generais. (KNIGHTLEY, 1978, p. 124).

Um dos correspondentes, Philip Gibbs, escreveu, em 1923, admitindo não apenas a censura militar, mas a autocensura a qual os jornalistas se submetiam na I Guerra Mundial:

Nós nos identificamos absolutamente com os Exércitos no campo (...) Varremos de nossas mentes todos os pensamentos de obter furos pessoais e todas as tentações de escrever uma só palavra que tornasse a tarefa dos oficiais e soldados mais difícil e perigosa. Não havia necessidade de censura aos nossos despachos. Éramos nossos próprios censores. (KNIGHTLEY, 1978, p. 124-125).

Quando perceberam que os correspondentes de guerra estavam ao seu lado, a atitude dos comandantes mudou. Estado-maior e jornalistas ficaram íntimos. Impunha-se um dilema ético que, da I Guerra até hoje, acompanha os correspondentes: se o estado-maior era seu “amigo”, confidente, seu censor, então, como poderiam os repórteres escrever a seu respeito quando falhavam? As reportagens não escritas são algumas das principais dúvidas que ficam da cobertura da I Guerra, como pergunta Knightley (1978, p. 137): “se os correspondentes de guerra não tivessem se transformado numa parte da máquina de propaganda, se a censura não fosse tão completa, o que eles poderiam ter escrito?”. Ao retornar do conflito, Philip Gibbs foi homenageado em um jantar, no qual estava presente o então primeiro-ministro Lloyd George. Disse o jornalista: “se as pessoas realmente soubessem, a guerra acabaria amanhã. Mas, naturalmente, não sabem e não podem saber. Os correspondentes não escrevem, e a censura não aprovaria a verdade”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 139).

Em termos de censura, a Guerra das Malvinas (1982) foi um dos conflitos mais controlados de todos os tempos. “O Ministério da Defesa britânico autorizou a participação de um número limitado de jornalistas, todos britânicos.” (FONTENELLE, 2004, p. 26-27). A primeira-ministra Margareth Thatcher não queria jornalistas estrangeiros presentes. Quem viajou, acabou submetido a fortes restrições quanto ao que poderia ser veiculado: nenhuma imagem de TV foi liberada – os militares alegavam problemas técnicos – e a censura foi

largamente imposta aos jornalistas. Os militares exigiam que, ao se referirem às tropas, os veículos de comunicação os tratassem com “nós”. A BBC se recusou a obedecer tal ordem, atitude que causou enormes tensionamentos com o governo.

Em 14 de junho, Margareth Thatcher, chamada internacionalmente de “a dama de ferro”, impôs aos repórteres um blecaute de notícias. Por um período de nove horas, eles não poderiam enviar seus conteúdos a Londres porque ela própria queria anunciar a vitória aos cidadãos britânicos. E assim o fez durante o programa News at ten. O blecaute funcionou: a popularidade de Thatcher saltou de 24% - índice mais baixo de todos os tempos – para 60%. A guerra foi curta, popular e bem-sucedida. (FONTENELLE, 2004, p. 27).

Décadas depois, na Guerra do Golfo, o cuidado excessivo por parte do governo norte-americano era justificado pelos políticos republicanos, uma vez que não havia, no Congresso, consenso em relação ao conflito; a opinião pública estava dividida; e, devido aos avanços tecnológicos, o número de telespectadores acompanhando a crise era alto. O anúncio da guerra, em 16 de janeiro de 1991, foi assistido pela maior audiência da história daquele país, um total de 120 milhões de pessoas.

Apenas três fatos fugiram ao controle do governo: o bombardeio de uma fábrica de leite infantil; a destruição de uma casamata em Bagdá, causando a morte de civis; e o que passou a ser conhecido como “a estrada da morte”, quando mil veículos do exército iraquiano foram destruídos. Na Grã-Bretanha, pesquisas de opinião mostraram que 80% do público era a favor das restrições impostas à mídia.

No segundo conflito no Iraque, em 2003, os governos norte-americano e britânico conduziram uma campanha de comunicação que teve efeito direto na maneira como os acontecimentos foram noticiados em todo o mundo. A estratégia envolvia repórteres “embutidos” (*embedded*)¹⁶ – que acompanhavam as tropas nos campos de batalha; correspondentes no Centro de Mídia do Comando Central, em Doha, Catar; e bases nacionais para a coordenação da campanha. A relação com a imprensa, por parte do Pentágono, foi inovadora, como se verá no subcapítulo sobre os *embedded*.

¹⁶ A expressão *embedded*, que, literalmente, em inglês, pode significar “na cama” foi traduzida por veículos de comunicação brasileiros como “encaixado” ou “embutido”. Constituiu-se em uma ação de relações públicas executada pelo secretário de Defesa do governo de George W. Bush, Donald Rumsfeld, durante a Guerra do Iraque, em 2003, que consistia em “embutir” jornalistas junto com as tropas durante a invasão, para que tivessem acesso “privilegiado” aos combates. Ao mesmo tempo, era uma forma de o governo norte-americano exercer um controle sobre o deslocamento e o ponto de vista desses jornalistas.

É importante esclarecer que, muitas vezes, a manipulação da notícia se deu mediante o entendimento entre os próprios veículos de comunicação e os agentes controladores. Um exemplo disso aconteceu com Ben Brown. Durante entrevista com um piloto da força aérea britânica, o repórter perguntou o que o soldado estava indo fazer no Iraque. A resposta: “Vamos lá para matar pessoas (risos)”. Imediatamente o oficial de imprensa que o acompanhava pediu ao correspondente para não usar a citação. A BBC consentiu, e a entrevista nunca foi ao ar.

No caso da cobertura brasileira na II Guerra Mundial, o trabalho dos correspondentes era triplamente censurado: pelo Quinto Exército Aliado, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): “os exagerados elogios aos soldados nacionais contidos nos textos dos correspondentes chegavam a tal ponto que, às vezes, provocavam constrangimentos entre os próprios pracinhas”. (SILVA, 2011, p. 73). A prática de Rubem Braga teria sido exceção, uma vez que o profissional teria conseguido driblar o controle governamental para fazer chegar ao público o seu pensamento sobre a guerra:

(...) Braga teve o seu trabalho de cobertura de guerra sensivelmente limitado. Por outro lado, paradoxalmente, ele conseguiu uma liberdade que não havia usufruído no Brasil estadonovista. Utilizando-se, para isso, de recursos literários inseridos dentro do seu trabalho jornalístico, como contar a trajetória de personagens que causassem simpatia e identificação do leitor ou relatar situações que validassem a sua opinião. Através da análise da sociedade italiana e de outros aspectos da guerra, ele conseguia expressar as suas opiniões políticas e a sua visão de mundo, o que seria muito difícil de se obter no jornalismo brasileiro da época. (SILVA, 2011, p. 73).

Apesar disso, é importante trazer uma vez mais as palavras de Ribeiro: “se guerra é ruim, guerra sem jornalista (ou escritor) por perto é pior”. Foi a cobertura dos correspondentes britânicos que levou o governo a melhorar as condições de higiene e de assistência médica nos campos de batalha. E foi a cobertura no Vietnã – sobretudo a dos norte-americanos, e lá, principalmente, a de televisão – que fez com que, pela primeira vez na história, a população dos EUA se colocasse contra seu próprio governo, de tal forma que fez minar o apoio político ao conflito. Isso abalou o moral das tropas, levando os Estados Unidos a confrontarem com a mais humilhante derrota militar de sua história.

2.1.5 O *embedded*

Este subcapítulo aproxima-se das reflexões deste trabalho sobre o relacionamento entre jornalista e fontes, censura e controle. Entretanto, para efeito didático, decidi abordá-lo em separado. Entendo que o fenômeno *embedded* pode ter sido a fórmula encontrada por fontes

institucionais para controlar – e por ocasiões censurar – o jornalista em tempos de guerra. Por isso, seria a mais bem acabada estratégia de relacionamento com as fontes, do ponto de vista de quem deseja controlar o acesso do jornalista ao front, bem como seu discurso, ainda que dando uma roupagem de liberdade de expressão para a opinião pública.

Os militares norte-americanos vinham buscando há mais de 50 anos estratégias para se relacionar – e controlar – os jornalistas durante as guerras. A experiência traumatizante do Vietnã, quando pela primeira vez cenas explícitas do front chegaram às residências dos cidadãos, levou comandantes a ampliarem barreiras às ações dos jornalistas: impedindo, por exemplo, o acesso da imprensa durante a invasão de Granada ou limitando seu contato a *briefings* em hotéis ou, ainda, permitindo poucas incursões aos locais de operações, como na Guerra do Golfo.

O então secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, pensou diferente: tornou os jornalistas uma espécie de soldados sem armas. Os repórteres poderiam acompanhar as tropas em campo, com certas restrições, mas durante todo o tempo. Dormiam, acordavam, faziam as refeições, eram bombardeados e sentiam o que os soldados sentiam. Em troca, os “embutidos” se comprometiam com um manual de conduta de 19 normas, entre as quais não revelar o local exato de onde enviavam suas informações nem o número de baixas militares nos combates a que testemunhavam.

Se por um lado poderiam ver os confrontos de perto, tornavam-se também presas fáceis dos relações públicas do exército norte-americano e de outras armadilhas que só descobririam posteriormente e que afetariam sua prática. Pena questiona essa proximidade entre jornalista e fonte no livro *Teoria do Jornalismo*:

Tente se colocar no lugar desses repórteres. Seu país está em guerra, seus chefes dão suporte ao governo, a maioria da população, cega pelo medo, apoia o presidente e, ainda por cima, você está no meio de tiros e explosões, em um país estranho, sendo protegido por “Rambos” que falam a sua língua e também comem bacon no café da manhã. Mesmo para um profissional sério e bem intencionado, é muita pressão e muito constrangimento. (PENA, 2005, p. 11).

Para Berger (2004), ao mesmo tempo em que a nova estratégia informativa pretendia dispor de testemunhos para rebater a propaganda inimiga, aproximar jornalistas e soldados garantiria uma cobertura favorável, pois faria deles companheiros de trincheira. No momento em que o Departamento de Defesa dos EUA criou o programa para inserir jornalistas como *embedded* entre suas tropas, a guerra contra o Iraque ainda era questionada pela ONU. Em uma reflexão sobre o trabalho dos jornalistas da Agência EFE que atuaram no Iraque, a pesquisadora

questiona “por que as empresas jornalísticas aceitaram o *embedding* sem impor nenhuma condição ou sequer tentar alguma negociação sobre as condições de trabalho?” (BERGER, 2004, p. 33). Também os próprios jornalistas nada se omitiram de questionar a liberdade de atuação em campo: “por que tantos jornalistas se ofereceram para cobrir a guerra, sem questionar as condições que o governo norte-americano impôs e as empresas aceitaram?” (BERGER, 2004, p. 33).

Ou seja, os jornalistas se submeteram a uma série de regras, entre as quais não informar sobre operações em curso, não informar os lugares concretos onde os fatos aconteciam, não informar sobre a efetividade do inimigo. O êxito ou o fracasso de uma operação só poderia ser descrito em termos genéricos. Além disso, o governo dos Estados Unidos prometeu gratificações aos autores de artigos favoráveis à política norte-americana. Ao aceitarem regras de não-informar, indo contra o dever primeiro do jornalista para com a sociedade, ou receberem “gratificações”, os jornalistas e suas empresas foram cúmplices do governo na política de comunicação de desinformação ou manipulação da opinião pública. A política de comunicação “girou entre a cooptação dos jornalistas, o constrangimento às empresas jornalísticas e a censura, como último e eficaz método de garantia de informação favorável ao governo norte-americano”. (BERGER, 2004, p. 34).

Como observamos, durante a II Guerra Mundial, os despachos dos jornalistas passavam por estrita censura por parte dos militares. Com as novas tecnologias, isso seria mais difícil durante o conflito no Iraque. Os Estados Unidos não operaram para censurar os despachos. Agiram de forma mais sutil: ao dar ao jornalista as mesmas condições de vida, risco e morte que o soldado, o Pentágono apostou que a empatia levaria o repórter a produzir reportagens favoráveis aos militares americanos, o que, de fato, ocorreu. Beaumont admite:

Em uma viagem com soldados, o ponto de vista do observador passa necessariamente por um filtro. Mas não se trata simplesmente de uma perspectiva determinada pelo fato de sermos americanos em uma terra estrangeira, vistos como instrumentos de ocupação. Os seus contornos são descritos por preocupações mais discretas: a soma das histórias de vida e das experiências desses homens. (2010, p. 17).

Durante a Guerra do Iraque, os aliados estabeleceram uma relação mais aberta e proativa com a mídia. Mas, por trás da abertura, houve manipulação e controle. Embora fosse utilizada em conflitos anteriores, foi no Iraque que a técnica de *embedded* atingiu seu ápice. Em relação à anterior, no Golfo, o número de correspondentes acompanhando tropas quadruplicou no

conflito de 2003, num total de 700. Uma das explicações foi revelada pelo coordenador-geral da operação de mídia, David Howard, do Ministério da Defesa britânico:

O motivo que nos fez adotar o sistema é porque acreditamos que nos rende reportagens positivas. Elas foram muito positivas. Nós queríamos uma cobertura favorável e nós sabíamos que conseguiríamos dessa forma. Sabíamos porque nós sempre conseguimos. (FONTENELLE, 2004, p. 89).

A partir do momento em que o repórter estabelece uma relação de proximidade com os soldados, sua percepção dos fatos é alterada. Os militares garantem aos jornalistas segurança física; eles dividem os espaços, a comida; trocam confidências; compartilham o medo¹⁷. Os aliados apostaram nisso para obter uma cobertura mais positiva. Antes do Iraque, Ribeiro já havia descrito a sensação de acompanhar soldados, nos momentos de seu dia a dia no front, em texto para a Revista Realidade: “Passei meu primeiro dia como “militar” engajado no Vietnã na base de Camp Evans, da Cavalaria Aeromóvel.” (RIBEIRO, 2005, p. 6). E ainda:

Estamos a uns 30 quilômetros da zona desmilitarizada – que separa um Vietnã do outro – e a uns 20 quilômetros de Khe-San – base de marines, atualmente cercada por forças do Vietnã do Norte e na iminência de sofrer um ataque em larga escala.

– Se Khe-San for atacada – diz-me um capitão -, nós seremos os primeiros a ir em seu socorro.

Esse “nós” me incluía, pois eu era agora um integrante da Companhia D (Delta), do 8º batalhão da 1 Divisão de Cavalaria Aeromóvel. (RIBEIRO, 2005, p. 13).

Ainda marcados pelos atentados de 11 de setembro de 2001, convencidos das relações entre Osama Bin Laden e Saddam Hussein e decididos a levar adiante a “luta contra o terrorismo”, os jornalistas não só aceitaram as regras do *embedding* – censura, intervenção de diversos *gatekeepers*¹⁸, privilégios para Fox e CNN – como assimilaram a política de comunicação que apostava na identificação entre jornalistas e soldados. Passou a ser comum ouvir e ler o discurso engajado dos jornalistas embutidos, segundo Berger (2004, p. 34):

¹⁷ Também atuei como *embedded*, ao acompanhar uma missão brasileira das forças da ONU no Haiti, em 2007, e em um comboio rebelde na Líbia. Em ambas as situações, admito que a visão dos fatos foi afetada pela proximidade com os combatentes. Ainda que não tenha existido tentativas de censura, a empatia criada entre repórter e fonte devido à convivência diária obscurece a relação que deveria ser de distanciamento.

¹⁸ Segundo Traquina (2012, p. 152), o termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. Segundo essa teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos “gates”, isto é, portões, ou seja áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher pela publicação ou não de uma notícia.

“Cruzamos uma ponte na mira do inimigo, acabamos de prender dois tanques iraquianos, terminaram nossas roupas limpas”.

Em artigo publicado no Brasil pelo Jornal do Brasil em 25 de janeiro de 2003, intitulado A mídia se prepara para o front, Robert Fisk, que cobriria o conflito no Iraque para o jornal britânico The Independent, vaticinava, quase dois meses antes da invasão, o que seria a cobertura. Em uma pequena lista para se precaver das mentiras e da propaganda na cobertura, ele recomendava atenção para repórteres que dizem “nós” quando estão se referindo à unidade militar em que estão “encaixados”. (GOYZUETA, 2003, p. 54).

Um dos casos mais evidentes de engajamento da imprensa no esforço de guerra no Iraque, graças à estratégia dos *embedded*, foi a história da recruta Jessica Lynch. Correspondentes do The Washington Post a descreveram como uma fantástica heroína, que lutou bravamente até ser capturada pelos iraquianos, em cujas mãos foi tratada brutalmente até conseguir escapar, também de modo supostamente heroico. A própria Lynch desmentiu, posteriormente, toda a história. O roteiro havia sido criado pelos estrategistas de comunicação do Pentágono e assumido, sem a devida verificação, pelos jornalistas do Post.

Como contrapartida do livre acesso dos jornalistas ao front, houve um elevado número de mortes entre membros da imprensa. Na Guerra do Iraque, desde seu início, em março de 2003, a outubro de 2010, foram 4.420 mortes de soldados norte-americanos e 141 mortes de jornalistas. Na II Guerra Mundial, cerca de 292 mil militares americanos morreram (66 vezes mais do que no Iraque), e 68 jornalistas foram mortos (menos da metade do Iraque). Na Guerra do Vietnã, morreram cerca de 60 jornalistas ao longo de 20 anos. Nos dois primeiros anos no Iraque esse número havia sido atingido.

2.1.6 O correspondente de guerra e a relação com as fontes

As interrelações entre jornalistas e fontes são complexas. Em situações de guerra, essa tensão é ainda mais profunda. Mais uma vez, vale resgatar aqui a frase do senador norte-americano Hiram Johnson que dá nome ao livro de Knightley: “A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade”. Em artigo na obra Guerra e imprensa, intitulado Objetividade e reportagem de guerra, Stephen Cviic (2003, p. 17) afirma que o primeiro desafio, durante uma guerra, “é ter acesso às fontes e enxergar as situações dos dois lados”. O jornalista, que cobriu para a BBC a Guerra do Iraque, atribui ao fato de a emissora contar com repórteres em diferentes pontos de cobertura uma maior credibilidade. Seu veículo de comunicação tinha jornalistas *embedded* nas unidades militares americanas e britânicas, mas também dispunha de

relatos de repórteres baseados em Bagdá. Esses correspondentes podiam assistir às coletivas do Ministério da Informação iraquiano, enquanto seus colegas embutidos descreviam como era estar sob fogo. No entanto, ele admite que, “em alguns lugares do Iraque só podiam enviar imagens e reportagens de um lado do campo de guerra”. (CVIIC, 2003, p. 17).

O tensionamento entre jornalista e fonte tem efeito direto na verdade dos fatos descritos. Knightley refere-se à falta de veracidade em relatos da Guerra Civil Norte-americana:

A exatidão tornou-se coisa de somenos. As baixas eram grosseiramente subestimadas; gerais dados como mortos continuavam vivendo e só morriam de velhice; às vezes, todo o exército sulista, segundo o noticiário, estaria marchando para Washington; Atlanta, de acordo com a imprensa, teria sido capturada uma semana antes de ocorrer o combate pela cidade. (KNIGHTLEY, 1978, p. 36).

Em outro episódio do mesmo conflito, o autor mostra como, além de suprimir informações, utilizando a imprensa para desnortear o inimigo, uma autoridade passou a reduzir o números de mortos em combate: o ministro da Guerra Edwin M. Stanton alterou um relato do fracasso de suas tropas em Petersburg, reduzindo as perdas a cerca de um terço de seu número real. O ministro costumava castigar publicações que rompessem as regras, prendendo editores, ameaçando proprietários com a corte marcial e interdizendo correspondentes na frente de combate.

Em um dos episódios mais importantes da II Guerra Mundial é possível, mais uma vez, perceber como o jornalista pode ser enganado pela fonte. Não havia correspondentes de guerra dentro dos aviões que voaram sobre Dresden, não tendo havido, assim, relatos de testemunhas oculares independentes sobre o bombardeio, exceto os de alguns poucos tripulantes dos aparelhos, entrevistados na volta. Foram distribuídas várias explicações inventadas quanto aos motivos para o ataque: os Aliados afirmaram aos jornalistas que estariam atacando quartéis-generais do exército alemão, destruindo depósitos de armas, devastando uma área industrial ou até “eliminando uma grande fábrica de gás venenoso”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 397). Os jornais britânicos aceitaram os relatos.

Um dos principais correspondentes de guerra do final do século XX, Peter Arnett afirma que, desde o Vietnã, não há uma cobertura realmente contestadora, e isso se deve ao controle cada vez maior dos governos. Durante o I Seminário Internacional de Jornalismo, em 2001, o jornalista refletiu sobre sua prática a partir de sua experiência:

Eu estava em Saigon nos anos 60, um jovem repórter nos meus vinte e poucos anos, atuando junto com outros jovens repórteres, e nós olhávamos para a guerra do Vietnã de outra maneira, pois analisando os dados, as mortes dos

jovens americanos, o grande número de baixas, as perdas também do lado vietnamita, nós perguntávamos: “por que essa luta está sendo travada?”. “Essa política é boa ou ruim?”; “E os políticos e diplomatas, estão fazendo um trabalho bom ou ruim?”. Nós tínhamos perguntas sobre o que o governo dos EUA fazia. Assim, para responder a essas perguntas nós íamos para a frente de batalha investigar. Nós não ficávamos em Saigon e falávamos com diplomatas. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2005, p. 195)¹⁹.

Arnett destaca também a importância de conhecer fontes influentes, capazes de facilitar e acelerar o acesso ao locais de confronto:

Era preciso conhecer as pessoas importantes, que poderiam ajudar-nos, e os pilotos eram muito importantes. Nós ficávamos próximos dos pilotos de helicóptero, nós os levávamos a bares, restaurantes, e assim havia muitos americanos e vietnamitas dos quais fazíamos questão de sermos amigos. Era importante fazer essas amizades, pois eles nos conheciam, gostavam de nós, eram “fontes”, e se você quiser ter uma boa história deve ter fontes. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2005, p. 196).

Mais contemporâneo, um episódio conhecido de manipulação da imprensa por fontes oficiais ocorreu com a imprensa norte-americana, que comprou a versão do governo sobre os supostos arsenais de armas de destruição em massa desenvolvidos pelo então presidente do Iraque, Saddam Hussein. Esse foi o principal argumento da Casa Branca para a invasão do país em 2003. Após mais de 10 anos de buscas, o armamento nunca foi encontrado. O jornal *The New York Times*, em exercício de autocrítica, reconheceu ter sido ludibriado pelas fontes oficiais.

A bibliografia sobre o jornalismo e o relacionamento com as fontes, como veremos adiante, reflete a tendência que os jornalistas têm de acreditar mais facilmente em informantes institucionais. Ao mesmo tempo em que os fatos acima comprovam os esforços dos detentores do poder para gerar desinformação, também ilustram como a apuração jornalística pode ser facilmente manipulável.

No livro *Os elementos do jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) determinam como um dos mais importantes pilares do jornalismo a verificação. Esse procedimento está relacionado diretamente à seleção e à credibilidade das fontes. Tucídides, correspondente grego na Guerra do Peloponeso, descreveu seu método de trabalho em uma tentativa de convencer seu público de que podia confiar nele:

¹⁹ Tradução de Erick Felinto.

Em relação à minha narrativa factual dos eventos... adotei como princípio não escrever a primeira história que me aparecia na frente, nem deixar me guiar pelas primeiras impressões; ou estava presente nos eventos que descrevia ou deles tinha ouvido relatos de testemunhas oculares cujas informações chequei o máximo possível. Não que isso tenha facilitado a descoberta da verdade: diferentes testemunhas dão versões diferentes dos mesmos eventos, falando de forma parcial para um lado e outro, ou então com base em lembranças imperfeitas. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 111).

A disciplina do correspondente consistia, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão. Ao preferirem fontes oficiais, em geral pressionados pelo tempo ou em busca de uma pretensa veracidade, os jornalistas empobrecem seus relatos, principalmente em situações de guerra.

Mantra dos jornalistas, a garantia do segredo da fonte, veremos adiante, nem sempre é respeitada na situação de guerra. Em 2005, a jornalista Judith Miller, do *The New York Times*, foi presa porque não revelou suas fontes. Tratava-se de um vazamento sobre a identidade de um agente da CIA²⁰. O curioso, nesse caso, foi que o artigo não chegou a ser publicado. Mesmo assim, um juiz, diante da possibilidade de que o texto fosse redigido, decidiu pela condenação.

Baseada em confiança mútua, a construção da relação jornalista-fonte exige tempo e longo relacionamento, algo exíguo na cobertura de guerra. O repórter normalmente permanece poucos dias na zona de conflito, estabelecendo laços superficiais com os detentores de informações. No início do livro *A vida secreta da guerra*, Beaumont descreve sua tentativa de conversar com um sargento, Garth Sizemore, a bordo de um veículo militar durante a Guerra do Iraque. O exemplo nos ajuda a compreender essa tênue relação durante um conflito: “Não se trata de um diálogo: Sizemore não pede respostas a nenhum de nós e eu fico assistindo e escutando suas palavras”. (BEAUMONT, 2010, p. 14). Em outro trecho, ele afirma: “Há coisas que eu gostaria de lhe perguntar, mas não quero atrapalhar o seu conto de fadas e transformar as suas palavras em uma troca irritada e ríspida de perguntas e respostas”. (BEAUMONT, 2010, p. 14).

Os interesses diversos e a sensação de estar sendo manipulado pelas forças beligerantes como esforço de propaganda fazem o correspondente de guerra duvidar de todos a sua volta, como mostra Beaumont durante a cobertura do conflito no Afeganistão:

Não sinto nenhuma ligação com este lugar, nenhum modo de sentir-me localizado, sem intuições em que possa basear-me, sem ninguém em quem

²⁰ Informar a identidade de um agente da CIA (serviço de inteligência dos EUA) é considerado crime federal segundo a lei norte-americana.

possa confiar diante de 360 graus de ameaças. E sinto que nenhuma orientação é segura em um local desocupado há tão pouco tempo pelo Taleban e seus aliados da Al-Qaeda. (BEAUMONT, 2010, p. 46-47).

2.1.7 Limitações logísticas

Cada guerra exige uma estratégia diferente de atuação e deslocamento dos jornalistas. Em A primeira vítima, Knightley (1978, p. 57) narra o empenho de jornalistas como Archibald Forbes, rival de Russell e seu sucessor entre os grandes nomes da história dos correspondentes, para chegar ao front: “viajavam a cavalo, jumento, camelo, trenó, vapor e trem”.

Além de distâncias geográficas, maximizadas no caso da localização do Brasil, quase sempre distante dos principais centros de conflitos mundiais, os correspondentes de guerra brasileiros enfrentam limitações logísticas de deslocamento dentro da guerra. Sem a segurança de carros de sua empresa de comunicação em caso de coberturas locais, o jornalista, no caso da guerra, é obrigado, normalmente, a alugar um meio de transporte ou a se deslocar junto com as tropas beligerantes – sejam elas militares, paramilitares ou revoltosos: “Ando de helicóptero mais do que eu gostaria, sempre consciente da fragilidade desses aparelhos”. (BEAUMONT, 2010, p. 37). Ao adotar como meio de deslocamento carros de grupos beligerantes, o jornalista também está consciente de que seu ponto de vista será alterado – no mínimo, parcialmente influenciado.

Outra limitação de deslocamento é imposta pelas leis dos países em conflito. Às vésperas da I Guerra Mundial, os jornais britânicos enfrentaram grandes dificuldades, por parte do governo francês, para enviar seus correspondentes para a França. Em Paris, a única fonte de informação eram os comunicados diários emitidos pelo exército. Estes eram incisivos, bem escritos e apresentados com pontualidade, mas, cheios de ficção – enquanto a Alemanha devastava a Bélgica e se aproximava da fronteira com a França, os comunicados oficiais noticiavam avanços do exército francês no front da Alsácia-Lorena. Os russos tinham alguns poucos correspondentes – M. Lebeder, do diário moscovita *Russkoye Slovo*, e M. Sukhovich, do *Kievskaya Muysel* – mas estes não tinham permissão para acessar o front. Os alemães, no começo da guerra, impuseram censura militar. Nenhum correspondente de guerra do país teve permissão para chegar perto da linha de combate, e todas as notícias para consumo interno eram emitidas durante uma entrevista coletiva à imprensa duas vezes por semana, entre um oficial do estado-maior e os jornalistas. Na Grã-Bretanha, a censura foi imposta em 2 de agosto de 1914.

Limitados pelos governos e ansiosos por notícias, os jornais britânicos passaram a organizar coberturas não-oficiais. A proibição de acesso ao front só cairia depois de uma carta do presidente norte-americano Theodore Roosevelt ao secretário do Exterior britânico, sir Eduard Grey, na qual ele pedia ao governo da Grã-Bretanha que permitisse o acesso de alguns jornalistas às linhas de combate. Os relatos que estavam chegando aos Estados Unidos eram escritos a partir da Alemanha e estavam comprometendo os interesses de norte-americanos e da Grã-Bretanha diante da opinião pública.

No caso da Guerra do Vietnã, só entravam no Norte jornalistas previamente avalizados pelo governo comunista, como explica Ribeiro:

Correram para o Vietnã jornalistas do mundo todo, e para onde eles foram? Para Saigon, no lado americano. E por que não foram cobrir a guerra por Hanói, do lado comunista? Porque eles não deixavam. Só entrava no Vietnã do Norte jornalista previamente avalizado pelo PC de cada país, quer dizer, só nequinho que estava a fim de falar bem. (2005, p. 108).

Ribeiro tinha intenção de cobrir a guerra pelos dois lados²¹, mas as limitações do terreno e as situações geopolíticas, não permitiram:

O projeto da minha reportagem na guerra tinha duas partes: uma, do lado sul (Americano); outra, do lado norte (comunista). A ideia era ver a guerra dos dois lados, para chegar, depois, a uma descrição isenta e imparcial (isso é possível numa guerra? Duvido, mas a ordem era tentar). Como o visto para o norte não saía, e nem sairia, como soube depois, o jeito foi começar pelo sul – e ficar por aí mesmo. (RIBEIRO, 2005, p. 108).

O repórter que fica hospedado em um hotel ou cobre o conflito apenas a partir do que vê na televisão ou lê em jornais é visto como figura menor na tribo dos correspondentes de guerra. Humberto Trezzi (2013, p. 78), ao cobrir a Guerra da Líbia, relata em seu livro de memórias: “(...) Tentamos locar algum carro em frente ao hotel. Ninguém se oferece. Os poucos motoristas disponíveis já estão a serviço de grandes redes de mídia. Elas contam também com guias que falam árabe e cobram caro, os chamados *fixers* (quebra-galhos).”

²¹ Como repórter, também experimentei os desafios logísticos da cobertura de guerra durante o conflito entre Israel e o Hezbollah. A maioria dos jornalistas ocidentais cobria a guerra a partir de Israel. Acessar o território libanês era perigoso e cheio de entraves burocráticos – ao contrário de Israel, que, contando com um experimentado serviço de relações públicas, facilitava o acesso ao front, a fontes militares e, inclusive, indicava nomes e endereços de pessoas atingidas pelo “inimigo” e dispostas a contar suas histórias. Para chegar ao Líbano, precisei viajar à Jordânia, Turquia e Síria, em uma jornada que demorou três dias, em busca de documentos e autorizações.

2.1.8 Exposição à violência

A guerra provoca um estresse agudo a quem por ela passa. E, com o tempo, a exposição repetida aos agentes estressantes produz alterações detectáveis na arquitetura do cérebro, que modificam e prejudicam a sua funcionalidade. Beaumont (2010, p. 25) afirma que, “de todas as transmutações causadas pelos conflitos, a mais potente é a súbita iniciação à tremenda realidade da própria violência”. O jornalista utiliza-se de uma expressão para caracterizar o momento em que o profissional é confrontado com uma explosão, um bombardeio, um tiroteio e a cenas de mortos e feridos diante de si: “a coisa ruim”. (BEAUMONT, 2010, p. 26).

A fala começa a vacilar nesse ponto, por causa da consciência que nós dois temos de que as “coisas ruins” são agentes de mudança, que alteram a forma dos que passam por elas. “Vai acontecer”, ela repete com ênfase, para si própria. “Não fica falando isso”, eu digo, para cobrir o silêncio que se formou e lamentando a minha falta de tato. Horas depois as coisas ruins começam. (BEAUMONT, 2010, p. 26).

Mesmo quando não expostos a explosões ou atentados, a tensão e o risco de se tornar um alvo modificam comportamentos, como explica Beaumont (2010, p. 28):

Depois de andar algumas centenas de metros pela rua, sinto uma forte tensão que emana do corpo dos soldados. Não se trata do nervosismo que se percebe na voz, e sim de que o meu cérebro capta indícios físicos sutis – a atitude rígida da cautela e a expressão contraída que reflete não o medo, mas um estado de ansiedade ainda não plenamente consciente. Eu mesmo sinto essa tensão, como o efeito das anfetaminas, que aperta os dentes na hora de dormir – uma sensação que se prende, de maneira poderosa e dolorosa, no presente.

Beaumont (2010, p. 32) afirma que, “no longo prazo, mais cedo ou mais tarde, a guerra transforma e causa dano a quem passa por ela”²².

Todos nós estamos sendo conformados pelo conflito e seus traumas. Estamos sempre mudando as nossas formas, conscientemente ou não. Tomamos pílulas, assumimos uma atitude, ou um disfarce, bebemos demais e todos nos reconfiguramos. (BEAUMONT, 2010, p. 40).

Mas como esse risco de morrer e a exposição à violência alteram a prática? Por lidar com o risco a sua integridade física, inclusive com a possibilidade de perder sua vida na guerra,

²² Ao retornar de coberturas de guerra no Líbano e na Líbia, também senti sintomas de ansiedade e transtornos de sono.

o jornalista está mais vulnerável a erros do que os demais, que atuam em reportagens locais. Uma vez confrontado com situações de extrema violência, o jornalista, no front, não dispõe de tempo nem de condições psicológicas para refletir sobre o que vivencia a seu redor. Por isso, muitos escrevem livros após o retorno ao seu país de origem²³. É terapêutico. Em seu livro *A vida secreta da guerra*, Peter Beaumont explica:

(...) senti falta de um registro sobre como as guerras afetam a experiência pessoal dos indivíduos que as vivenciam. Senti a necessidade de descrever imagens, sons e emoções e relacioná-lo não a histórias, mas sim à condição humana. Isso é o que me dispus a fazer em episódios que focalizam os que matam e os que morrem; os inocentes, os não tão inocentes e os culpados, com o fim de explicar como o conflito opera e altera tudo o que toca (BEAUMONT, 2010, p. 11).

Em artigo no livro *Guerra e imprensa* (2003), Tom Gibb afirma que a “verdade absoluta é algo difícil de encontrar no meio de qualquer guerra” e comenta sua dificuldade em relatar a violência a qual testemunhara. “Refletindo sobre minhas próprias matérias de El Salvador, não acredito que eu tenha sido capaz de passar inteiramente a brutalidade sórdida da guerra àqueles que não tenham vivenciado essa experiência”. (GIBB, 2003, p. 32).

Hoje, quando olho as matérias que escrevi na época, a narração fria dos fatos reflete apenas uma pequena parte da angústia, da raiva e da tristeza que senti, naquela manhã quente ao olhar o jardim da frente da casa deles ainda pegajoso e coberto pelo sangue e pelos miolos deles. O quanto é difícil para um jornalista – um forasteiro na guerra – entender e explicar a esperança, o terror, a empolgação e a crueldade vivida por aqueles diretamente envolvidos. (GIBB, 2003, p. 33).

Na Guerra do Iraque, a morte de dois jornalistas e o desaparecimento de três na primeira semana do conflito impactou as relações do comando dos EUA no Kuwait com a imprensa: “O exército americano não estava ali para proteger jornalistas”, disse coronel americano Guy Shields, diretor do Centro de Informação do comando no Kuwait. Um dos episódios mais emblemáticos sobre a violência a que jornalistas estavam submetidos ocorreu em abril de 2003, quando um tanque americano disparou contra o Hotel Palestine, utilizado por muitos repórteres em Bagdá. A versão de que o estabelecimento tinha sido declarado zona de guerra, razão pela qual deveria ter sido evacuado, não foi confirmada por porta-vozes do Pentágono, e nenhum jornalista hospedado no hotel ouviu essa orientação antes do ataque.

²³ Entendo que o ato de escrever meu livro, *Guerras e tormentas* (2011), no qual conto bastidores de coberturas e reflito sobre situações vividas em coberturas jornalísticas, foi uma forma de terapia, que pode ter contribuído para exorcizar experiências de violência psicológicas a que fui exposto durante o trabalho em zonas de confronto.

Para Berger, mortes de profissionais da imprensa, como as que ocorreram no Palestine, representaram uma derrota do governo e não corresponderam às estratégias de informação.

A morte de um jornalista não só interrompe o relato de um narrador mas interfere na narrativa dos demais narradores. Também a morte tem outro efeito quando bate na porta ao lado. Neste caso, a morte que poderia ter acontecido a qualquer um contamina a notícia. (BERGER, 2004, p. 36).

As baixas de jornalistas repercutiram na cobertura em duas direções: uma interna à categoria, com as mortes motivando uma reflexão sobre a profissão e a denúncias das condições de trabalho, que não teriam vindo à luz se não tivessem ocorrido; e outra, externa, que propiciou uma cobertura mais emocionada sobre o sofrimento entre os civis.

Se for verdade que em uma guerra a contabilidade dos mortos é um indicador de vencedores e vencidos, a morte de 12 jornalistas durante os 40 dias da guerra declarada no Iraque e de outros que seguiram morrendo após a declaração da guerra encerrada, é um indicador importante de que a estratégia de comunicação do governo Bush não foi vitoriosa. Estas mortes não estavam previstas: morreriam soldados norte-americanos, soldados iraquianos, população civil, mas não poderiam morrer os narradores da guerra. (BERGER, 2004, p. 31).

Ou seja, as mortes de jornalistas e ataques indiscriminados contra o Hotel Palestine ou contra escritórios da rede Al-Jazeera contribuíram para mudar a forma de narrativa da guerra: “introduziram um relato emotivo e sensível sobre as dores e os sofrimentos imputados, com um inventário de acontecimentos singulares – imagens de despedidas, olhares de crianças desesperadas, destruição de monumentos históricos”. (BERGER, 2004, p. 38). Em ato contínuo, como um círculo de ação e reação, os relatos alimentavam manifestações contrárias à guerra em várias partes do mundo. A descrição emocionada dos jornalistas nos textos e imagens, inclusive sobre as mortes de colegas de imprensa, mobilizava a opinião pública mundial. As mobilizações incentivavam os jornalistas a abordagens ainda mais sensíveis.

À medida em que também a imprensa se tornava alvo, a cobertura se dividia: por um lado a visão norte-americana, homogênea, favorável e justificadora do governo Bush; de outro, a imprensa francesa, alemã e espanhola centrada no aspecto humano do conflito, com grande ênfase nos movimentos e manifestações contrários à guerra.

2.1.9 O impacto da tecnologia na cobertura de guerra

O desenvolvimento da tecnologia acompanha a história do jornalismo, e, por consequência, dos correspondentes de guerra. Do início, em que as cartas em papel transportadas em navios eram a única possibilidade para fazer chegar às redações notícias do front até a redução, ou quase aniquilamento, do espaço de tempo entre o acontecimento e a notícia nos dias atuais, os jornalistas foram adaptando suas rotinas e práticas produtivas às novas possibilidades de transmissão de informações. Distantes de suas sedes, os correspondentes, ao longo da história, favoreceram-se do desenvolvimento de novas tecnologias para reportarem os conflitos, mas também, em muitos casos, tornaram-se reféns das mesmas.

O telégrafo, cuja primeira linha regular começou a funcionar em 1844, entre as cidades de Baltimore e Washington, foi tão revolucionário quanto a internet nos dias de hoje. George Walley dizia que foi o telégrafo que ensinou a concisão aos correspondentes. O custo nos tempos iniciais de utilização era altíssimo, e os donos de jornais e seus administradores exigiam dos repórteres distantes que escrevessem pouco.

Entre a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial, a tecnologia mudou para sempre a relação temporal entre o acontecimento e a notícia: graças ao telégrafo era possível, pela primeira vez, um jornal publicar a reportagem sobre uma batalha, escrita pelo seu próprio correspondente, dentro de alguns dias, em vez de semanas ou de meses depois de concluído o confronto. Também ficou claro para editores e proprietários de veículos de comunicação que a demanda dos leitores por essas reportagens era grande, desde que fossem escritas principalmente como narrativas de aventuras, sem comentários políticos ou moralistas.

Como em um processo de seleção natural, a tecnologia permitiu o aparecimento de uma nova geração de correspondentes, enquanto antigos e reconhecidos jornalistas, como Russell, ficavam para trás diante das mudanças dos métodos de transmissão da notícia a partir do front:

Russell ainda era o pai da profissão, mas sua reputação já desaparecia, sob o desafio das condições modificadas e das táticas ousadas de uma geração mais jovem, mais ambiciosa. Seus despachos ainda eram eloquentes e abrangentes, mas nem sempre os primeiros. Ele tinha dificuldade em acompanhar os soldados e levava tantos furos que se queixou de uma conspiração de jornalistas mais jovens para superá-lo, e a *The Times*. Teve de ser lembrado de que as coisas tinham mudado, desde a Crimeia – “Suplico-lhe”, escreveu seu editor internacional, “para usar o telégrafo à vontade”. (KNIGHTLEY, 1978, p. 57).

Segundo Nelson Werneck Sodré, em seu livro *História da imprensa brasileira* (1966), o primeiro jornal brasileiro a usar o serviço telegráfico foi *A Notícia*, fundado no Rio de Janeiro, em 1894. O relato inaugural foi sobre a Guerra da Independência de Cuba contra os espanhóis, em 1895. Sodré diz que o público carioca não acreditou na informação e só mudou de opinião quando o *Jornal do Comércio* também a publicou no dia seguinte. Nenhuma das duas publicações contava com correspondente em Cuba à época.

Graças ao telégrafo e à guerra, uma história tornou-se famosa na Redação do *New York Journal*: durante o conflito em Cuba, uma troca de mensagens entre o patrão, William Randolph Hearst, e o correspondente na ilha. Hearst havia enviado para Cuba, além de repórteres, o ilustrador James Creelman. Em um período de calmaria, Creelman enviou um telegrama ao chefe: “Tudo calmo. Não há muito problema aqui. Não vai haver guerra. Quero voltar”. Hearst respondeu: “Por favor, fique. Você fornece as ilustrações. Eu vou fornecer a guerra”. A piada é utilizada, no saber informal das redações, para ilustrar um suposto poder dos meios de comunicação. Hearts inspirou Orson Welles para o personagem de *Cidadão Kane*²⁴.

Depois do telégrafo, a tecnologia de comunicação que mais afetou o trabalho do correspondente de guerra foi o rádio. Nos anos 1930 e 1940, grandes redes investiram muito dinheiro nos EUA e na Europa para fazer a cobertura da II Guerra Mundial. Um novo tipo de narrativa se consagrou: a narrativa oral, in loco, por transmissão radiofônica. O som da voz do repórter “vindo pelo ar” criava uma conexão imediata com os ouvintes, que passaram a esperar, com grande expectativa, as notícias chegarem da guerra na Europa. Em Londres, o jornalista americano Edward R. Murrow criou para a rede CBS uma narrativa bastante dinâmica, ancorando correspondentes que, espalhados pelo continente, contribuía para o todo do discurso radiofônico. Membro dessa equipe que ficou conhecida como “os rapazes de Murrow” (*The Murrow boys*), o repórter Eric Sevareid foi o primeiro a noticiar a derrota da França diante da Alemanha nazista em 1940.

Naquele tempo, tecnologia de transmissão radiofônica, ao vivo, não oferecia garantia de que a narrativa do repórter chegaria aos ouvintes. Vencer as limitações técnicas configurava-se mais um obstáculo a que os jornalistas precisaram superar durante a sua prática no front.

No Brasil, a correspondência de guerra no rádio nesse período se deu, basicamente, via serviço latino-americano da BBC de Londres, que começou a operar em 1938, já dentro da

²⁴ *Citizen Kane* (*Cidadão Kane*, título que recebeu no Brasil), é um filme do diretor Orson Welles, produzido nos Estados Unidos em 1941. Obra-prima do cinema à época, conta a história de Charles Foster Kane, um menino pobre que acaba se tornando um dos homens mais ricos do mundo. Teria sido inspirado na vida de William Randolph Hearst, criador de uma rede de jornais e revistas e um dos maiores barões da imprensa norte-americana no século XX.

estratégia britânica de propaganda com vistas ao conflito. Na América do Sul, o campo de batalha radiofônico estava sendo ocupado por vozes alemãs e italianas. Os responsáveis pela BBC se preocupavam com o fato de que muitos brasileiros, argentinos e chilenos, em posições de influência em seus países, não dispunham de argumentos para defender os interesses britânicos na luta ideológica que se travava no mundo.

Alguns dos maiores ícones do jornalismo norte-americano surgiram e se consolidaram nesse período. A CBS, onde Murrow trabalhava, chegou a ter dezenas de correspondentes na Europa pouco antes de o conflito eclodir. Muitos se dedicaram, posteriormente, à televisão, o passo seguinte do avanço da tecnologia, que, como as demais, afetou de modo profundo a prática jornalística e o conteúdo das reportagens.

As tecnologias do final do século XX em diante beneficiaram a prática do correspondente: os canais televisivos de notícias 24 horas e, acima de tudo, a internet permitem que, mesmo no hotel, o jornalista possa saber o que está acontecendo ou está programado para acontecer durante a guerra.

O envio de notícias pelas ondas de rádio e, depois, pela TV, também alterou de forma significativa a prática de repórteres dos meios impressos. A instantaneidade das informações divulgadas por agências internacionais de notícias a partir de outros países – com imagens, no caso da TV – ampliou o controle por parte dos editores nas sedes dos veículos e diminuiu a margem de autonomia dos correspondentes em campo. A pauta, cuja iniciativa era quase exclusivamente do repórter, passou a ser mais dividida com a redação. A checagem dos relatos passou a ser feita com outras fontes de modo mais simples e rápido, como por telefone, e-mail e, mais recentemente, via redes sociais. Com relação a esse aspecto, vejo com preocupação o distanciamento, proporcionado pelas novas tecnologia, entre o jornalista e as fontes de informação – fenômeno que incentiva apurações superficiais e, às vezes, iverídicas.

Os satélites permitiram que os custos das comunicações telefônicas fossem reduzidos. Em 1990, o que os jornais americanos pagavam por um minuto de interurbano internacional era equivalente a 1,5% do que despendiam em 1930. A velocidade de transmissão de imagens e textos permitida pelas tecnologias digitais, a diminuição do tamanho dos equipamentos e as facilidades trazidas por softwares de edição em computadores portáteis agilizaram o trabalho dos correspondentes. Essas vantagens, entretanto, não necessariamente produziram melhor jornalismo do que no tempo de William Howard Russell. Conforme Silva relata em seu livro *Correspondente Internacional*, em 1851, quando estabeleceu-se a linha fixa de telégrafo entre Londres e Paris, Russell passou a utilizá-la em seu trabalho: “O telégrafo aniquila a capacidade de induzir e especular”. (SILVA, 2011, p. 66). John Maxwell Hamilton, também citado no livro

de Silva, afirma: “A tecnologia poupa tempo na transmissão, mas o devora de outras maneiras”. (2011, p. 66). A exigência, conforme Hamilton, passou a ser por matérias ao vivo, imediatas. Diminuiu a possibilidade de tempo para pesquisar informações, procurar fontes diversas, confrontar opiniões, pensar. Conforme reflexão de Silva, tendo por base as afirmações de Hamilton, o imediatismo que se exige do jornalista pode ser um dos grandes problemas para o futuro de sua credibilidade.

Dizem os jornalistas que cobriram a Guerra do Iraque que este foi o conflito melhor contado da história recente: de maneira mais imediata e de forma mais completa. Por um lado porque a política de comunicação do governo Bush optou por “deixá-la” ser contada, confiando que os fatos seriam favoráveis a ele e que, por isso, mereciam divulgação. Por outro porque os telefones celulares via-satélite e os computadores portáteis revolucionaram o trabalho dos jornalistas ao permitir que estivessem em comunicação ininterrupta com suas redações.

Também a tecnologia reforça o controle das fontes. Berger, ao analisar a narrativa dos jornalistas da Agencia EFE, descritas no livro *Objetivo Bagdá – 12 reporteros en la guerra de Iraq*, afirma que, no conflito no Golfo, em 1991, os jornalistas realizaram seu trabalho enfrentando obstáculos, foram expulsos e controlados, e as imagens mostradas, de tão abstratas e construídas, confundidas com experiências estéticas de videogame. Somente dois jornalistas (um repórter do jornal *El Mundo* e um correspondente da CNN) permaneceram no país nas seis semanas da guerra de 1991. O jornalista espanhol, conforme relata Berger, enviou várias de suas matérias por viajantes que percorriam até 900 quilômetros no deserto entre Bagdá e Amã. A CNN não permitiu que ele compartilhasse seus equipamentos de transmissão.

Em nenhuma outra especialidade do jornalismo, a questão da tecnologia, que permitiu equipamentos menores e facilitou a transmissão das mensagens, ficou tão evidente quanto na correspondência de guerra. Tornaram-se comuns os despachos de repórteres de TV feitos com o uso de microcâmeras acopladas a computadores, que dão às imagens, apesar da pouca qualidade técnica, um tom de dramaticidade incrível.

Mesmo com o advento da internet, porém, os jornalistas continuaram dependendo de boa conexão. Nos primórdios da rede mundial de computadores no Brasil, as conexões via servidores como CompuServe e AOL eram precárias. Quando os problemas estão aliados aos de países com grave infraestrutura – normalmente nações em situação de guerra são assim -, o trabalho do jornalista é dificultado. O telefone, durante boa parte do século XX, funcionou como extremo recurso de comunicação quando todas as alternativas mais contemporâneas falhavam. E ainda hoje funciona.

É possível perceber que, assim como os jornalistas utilizam-se da tecnologia para o envio mais rápido de relatos do front para suas bases, também governos manejam os avanços para limitar ou controlar o fluxo de informações. Pela ponto de vista da sociologia, Manuel Castells nos ajuda a compreender como a luta pelo poder na chamada Era da Informação coloca jornalistas e governos em lados opostos:

São lutas travadas basicamente dentro da mídia e por ela, mas os meios de comunicação não são detentores do poder. O poder, como capacidade de impor comportamentos, reside nas redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais por intermédio de ícones, porta-vozes e amplificadores intelectuais. (CASTELLS, 1999, p. 424).

Um exemplo recente de que trata Castells pode ser observado na Guerra da Líbia. Na disputa por poder – ou para permanecer nele -, um dos primeiros gestos da ditadura de Muamar Kadafi foi cortar o sinal de internet no país²⁵. Era uma estratégia para reduzir o poder de comunicação dos grupos rebeldes, mas também para limitar o acesso da comunidade internacional aos fatos que ocorriam dentro do território líbio, como relata Trezzi:

(...) a internet acaba de ser cortada em toda a Líbia. Kadafi não estava há quarenta e um anos no poder à toa. Percebeu logo que cortar a comunicação dos rebeldes seria tão ou mais eficaz do que bombas sobre suas cabeças. Como efeito colateral, o ditador diminuiu o poder de fogo de uma das maiores armas que pesam contra sua cabeça, as revelações da imprensa. Repórter sem internet é como radialista sem microfone, uma volta à pré-história do jornalismo (2013, p. 33).

Trezzi (2013, p. 70) comenta como os governos - no caso da Tunísia, escala para os jornalistas que tentavam ingressar na Líbia - se preocupavam com a transmissão de informações a partir de seu território: “o telefone de satélite que a RBS me deu para levar (...) é confiscado no aeroporto de Túnis. Os militares que tomaram o poder na Tunísia no início do ano consideram telefone satelital equipamento de espião”.

Transformações tecnológicas alteraram radicalmente a forma como as guerras são transmitidas. Em coberturas locais ou na guerra, a utilização de ferramentas de redes sociais para a transmissão de informações elimina o romantismo da ideia do correspondente que ficava por semanas cobrindo um fato, algumas vezes imerso em zonas sem comunicação para emergir

²⁵ Ao ingressar na Líbia, como repórter, em 2011, permaneci seis horas sem comunicação com o exterior. Não havia sinal de telefone ou de internet. Os relatos só foram feitos para a Rádio Gaúcha, em Porto Alegre, quando estava próximo à fronteira com a Tunísia ou depois de deixar a Líbia.

do silêncio com um relato minucioso em várias páginas de jornal e revista. São hoje uma avalanche de relatos no Twitter e no Facebook, transmissões ao vivo por Snapchat²⁶ e outras ferramentas. O livro *Comunicação e jornalismo – A saga dos cães perdidos*, do pesquisador Cyro Marcondes Filho (2000, p. 30), é anterior ao advento das transmissões ao vivo por redes sociais. Mas já antecipava como, no âmbito das relações entre comunicação e tecnologias, “as novas tecnologias virtualizam o trabalho jornalístico impresso e interferem radicalmente nos conteúdos (tanto explícitos quanto subentendidos nas novas técnicas). Ora, não apenas no meio impresso. O que seria, muito antes do Twitter e do Snapchat, a transmissão da rede CNN na Guerra do Golfo, em 1991, senão a virtualização do conflito?

Em relação aos conteúdos, as tecnologias interferem nos mesmos, favorecendo certas linguagens e depreciando outras. A visibilidade técnica (a qualidade da imagem) impõe-se como modelo estético, inicialmente na televisão mas também no cinema, nos painéis publicitários e em todas as mensagens visuais. O fascínio da imagem, definido como critério principal dos meios visuais, passa a ditar a hierarquia da comunicação: primeiro, uma cena tecnicamente perfeita; depois um texto, uma narrativa, uma notícia. A técnica viabiliza uma melhor montagem cênica de notícias e acontecimentos, com efeitos como se fossem reais. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31).

A relevância da imagem, a institucionalização das fontes (fenômeno que veremos adiante, estudado por Chaparro) e a facilidade das ferramentas que empoderaram os informantes levam a outros fenômenos atuais na cobertura da guerra, como a produção e transmissão de vídeos por grupos extremistas ou terroristas. Na primeira década do século XX, as mensagens de Osama bin Laden, líder da rede terrorista Al-Qaeda, eram entregues para transmissão a um canal de TV, a Al-Jazeera, do Catar. Na segunda década deste século, o grupo terrorista Estado Islâmico dispensa esta mediação: publica seus vídeos, mostrando a execução de seus adversários, diretamente no YouTube, site de compartilhamento de imagens, ou em canais próprios de distribuição. Indivíduos e instituições passaram a poder colocar online, com relativa facilidade, dados e informações de valor extremamente desigual e com propósitos muito diversos, o que, entre outras consequências, configuram um quadro novo, marcado nomeadamente por uma desintermediação, ou seja, a diluição do papel de intermediário dos jornalistas, através da seleção e hierarquização da informação. Essa desintermediação atinge também a cobertura de guerra.

²⁶ Snapchat é um aplicativo de mensagens digitais com base de imagens. Criado pelos estudantes Evan Spiegel, Bobby Murphy e Reggie Brown, da Universidade Stanford, permite que os usuários, de forma gratuita, fotografem, gravem vídeos e adicionem textos. Uma de suas principais características é permitir que o usuário escolha o tempo que a imagem da mensagem ficará na tela do receptor. Após este período, a mensagem se autodestroi.

Como toda tecnologia em si, as redes sociais não são positivas ou negativas – não o eram o jornal, o rádio, a TV –, porém, o empoderamento da fonte, diante do uso da internet, expõe situações e cenas de conflitos que antes necessitavam de um jornalista presente. Imagens de manifestações pró-democracia no Irã, massacres perpetrados por forças governamentais, como na Síria, e mesmo manifestações da Primavera Árabe, foram veiculadas diretamente no YouTube. Ainda que devam ser saudadas essas iniciativas, sem as quais jornalistas e público desconheceriam esses fatos, permanece, a meu ver, o alerta e a necessidade de cautela por parte da imprensa profissional de que a veracidade dos eventos nem sempre pode ser certificada.

2.1.10 Características do cenário da correspondência de guerra no Brasil

Não são muitas as referências que tratam da cobertura de guerra no Brasil. Boa parte dos trabalhos refere-se a relatos autobiográficos ou coletâneas de reportagens de jornalistas que atuaram como correspondentes internacionais, enviados especiais ou correspondentes de guerra. Tratam-se de registros interessantes para o conhecimento de tais experiências e, principalmente, de bons textos jornalísticos. Nessa modalidade, destaca-se o trabalho de Silva (2011) que reúne definições e histórias da correspondência internacional, em meio à própria experiência como jornalista no exterior. Outro trabalho de destaque é o de Natali (2004), como obra de referência sobre o jornalismo internacional no Brasil, que traz contribuições relevantes à questão dos profissionais que atuam nessa função específica. Em complemento, indentificamos alguns trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de dissertações de mestrado que tratam da trajetória de determinados profissionais ou recortes dentro da temática do jornalismo internacional.

O Brasil participou de poucas guerras. A experiência do jornalista no front e a tradição da imprensa brasileira com relação a conflitos armados estão diretamente relacionados à participação dos governos em conflitos internacionais. Na visão do jornalista Humberto Trezzi, não há uma formação sistemática do jornalista brasileiro voltada para cobrir uma guerra:

O Brasil praticamente não forja esse tipo de profissional, tão comum na Europa e na América do Norte. Aquele sujeito que migra de conflito em conflito, em busca da mais recente e chocante cena de batalha. Não. As empresas brasileiras até possuem correspondentes fixos em outros países, mas eles costumam atuar em assuntos mais amenos, como economia e política. Vez ou outra são deslocados para cobrir uma guerra, como enviados especiais. (TREZZI, 2013, p. 17).

Na pior guerra em que o Brasil se viu envolvido em seu território, a do Paraguai, a imprensa brasileira ainda praticamente não existia como negócio e tinha poucas condições econômicas de enviar correspondentes para cobri-la. Ainda assim, segundo Nelson Werneck Sodré, a revista *Semana Ilustrada* enviou três profissionais para testemunhar o conflito. Joaquim José Inácio, futuro visconde de Inhaúma, Antonio Luiz von Hoonholtz, futuro barão de Tefé, e Alfredo d'Escrangnolle Taunay, o visconde de Taunay, eram oficiais militares servindo no conflito. Escreviam ocasionalmente artigos de caráter propagandístico para a publicação. Os relatos de Taunay, por exemplo, serviram de base para o livro *A retirada de Laguna* (1997), um dos clássicos da correspondência de guerra brasileira, escrito inicialmente em francês. O oficialismo da imprensa brasileira, engajada na conquista dos corações e mentes dos 15% de brasileiros alfabetizados no reinado de dom Pedro II, foi tema de pesquisa de Mauro César Silveira. O jornalista gaúcho, mestre em *Relações Internacionais* e professor de *Jornalismo* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mergulhou nos arquivos imperiais e analisou revistas nacionais para mostrar em seu livro *A batalha de papel – A charge como arma na guerra contra o Paraguai* (2009) como as charges e caricaturas serviram de propaganda nos anos da guerra, com uma propositada visão tendenciosa, opondo a barbárie paraguaia à ação civilizadora do Brasil e de seus aliados. Também demonstra como esse movimento teve efeitos danosos posteriores para a imagem do país vizinho.

Não há registro do envio de um jornalista brasileiro para a cobertura da I Guerra Mundial. No livro *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*, Sidney Garambone afirma que, durante o conflito, os jornais brasileiros se valeram de agências internacionais de notícias e da boa vontade de diplomatas em missão no exterior. Júlio Mesquita fez uma série de comentários, publicados semanalmente, com base em agências de notícias e recuperados em quatro volumes da edição chamada *A Guerra* (2002).

No Brasil, o jornalismo internacional esteve ausente nas primeiras décadas da prática jornalística. Natali (2004, p. 21) atribuiu dois motivos a esse fenômeno: primeiro, ao atraso com que as notícias chegavam ao país, já que os textos vinham de navio; segundo, devido ao fato de as publicações nacionais terem de competir com periódicos importados, uma vez que as oligarquias eram bilíngues, tendo acesso a jornais estrangeiros.

Os primeiros indícios de jornalismo internacional no Brasil remontam a 1836, quando começou a circular em Pernambuco o jornal *Gazeta Universal*. O periódico publicava em primeira mão notícias que chegavam nos navios do exterior. Vindas da Europa, as embarcações atracavam primeiro em Recife, antes de seguirem viagem para Rio de Janeiro e São Paulo.

Jornalistas brasileiros só começariam a ser enviados para a guerra propriamente dita,

requisito para ser considerado correspondente de guerra, durante a II Guerra Mundial. Joel Silveira, dos Diários Associados, e Rubem Braga, do Diário Carioca, foram, em uma livre comparação à frase sobre Russell, os pais infelizes da tribo brasileira dos repórteres de guerra.

As reportagens dos brasileiros não fugiram à regra geral da correspondência de guerra de alinhamento por convencimento ou coerção aos objetivos militares nacionais. Rubem Braga chegou a afirmar: “Em tempo de guerra, já é muito não se mentir; dizer a verdade é impensável”. (SILVA, 2011, p. 73).

Escolhido pelo Diário Carioca para ser o enviado à Itália durante a II Guerra, Braga focava sua cobertura na missão dos pracinhas da FEB. Mesmo assim, não esteve perto dos soldados. Seu objetivo foi frustrado por várias razões.

Seus relatos, reunidos no livro *Crônicas da guerra na Itália* (1996), retratam, além do dia a dia dos pracinhas, o dilema brasileiro na participação no conflito: de um lado um governo autoritário de Getúlio Vargas, com tendências fascistas, que censurava a imprensa e prendia dissidentes políticos, por outro, jovens idealistas fazendo no exterior “uma guerra ao lado das potências democráticas”. (BRAGA, 1985, p. 14). Outro brasileiro, Joel Silveira, enviado dos Diários Associados para a II Guerra Mundial, teve maior acesso à tecnologia para mandar suas reportagens, conforme o próprio jornalista relatou em *O inverno da guerra* (2005): “folgada franquia telegráfica” e podendo enviar do front os despachos que quisesse “sem economia de palavras”. (SILVEIRA, 2005, p. 18). Sobre a prática jornalística naqueles meses entre 1944 e 1945, ele descreveu: “O diabo que estava lá (como sempre estive em todas as guerras) é testemunha de que (o trabalho do correspondente de guerra) não foi um passeio”. (SILVEIRA, 2005, p. 9).

Ainda no tocante à história da cobertura de guerra pelo jornalismo brasileiro, tornou-se emblemático o trabalho do repórter José Hamilton Ribeiro, enviado ao Vietnã pela revista *Realidade*. Aos 40 dias de cobertura, Ribeiro acompanhava a Companhia Delta do 8º Batalhão da Divisão de Cavalaria Aeromóvel em uma incursão para reconhecimento e “limpeza” em uma aldeia de agricultores. Ali, pisou em uma mina. “Senti na boca um gosto ruim, como se tivesse engolido um punhado de terra, pólvora e sangue – hoje eu sei, era o gosto da guerra”, escreveu em seu diário (RIBEIRO, 2005, p. 20), um dos mais pungentes relatos de guerra do jornalismo brasileiro. A reportagem para a *Realidade* ganharia o Prêmio Esso de 1968 e se transformaria no livro *O gosto da guerra* (2005).

No Rio Grande do Sul, destacaram-se jornalistas como Flávio Alcaraz Gomes, que cobriu a Guerra dos Seis Dias e o Vietnã pela Companhia Jornalística Caldas Jr., e Carlos Kolecza, que esteve em ambos os conflitos por Zero Hora.

Com a crise brasileira da dívida externa, no início dos anos 1980, e também com o avanço da tecnologia e o advento da internet – possibilitando acesso ao front de forma virtual, a milhares de quilômetros de distância, sem necessidade urgente da presença de um correspondente no local, escritórios no exterior foram reduzidos ou encerrados, e o número de correspondentes que mora fora do Brasil foi diminuindo.

Mesmo assim, na primeira década do século XXI, eventos como os atentados nos EUA, em 11 de setembro de 2001, trouxeram uma sobrevida ao jornalismo internacional. Nessa nova onda, editoras e jornalistas acordaram para o fenômeno de transformar coberturas de guerra em gênero literário, com destaque para a Editora Objetiva, do Rio de Janeiro, que criou a Coleção Jornalismo de Guerra²⁷, a partir dos anos 2000. Nos primeiros 10 anos do novo século, grupos de comunicação brasileiros, especialmente do eixo Rio-São Paulo, enviaram profissionais para o front, com destaque para Sérgio D'Ávila, ao Iraque, Lourival Sant'Anna, para o Paquistão e o Afeganistão e Líbano, e Andrei Netto, para a Líbia.

Apesar disso, hoje, no Brasil, são poucas as empresas de comunicação que ainda mantêm profissionais no exterior, sendo ainda mais raras aquelas que enviam um jornalista para a cobertura de uma guerra. Saem perdendo o leitor, o registro histórico e, em última análise, a sociedade, que, privada do direito à informação garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tem limitada sua capacidade de visão e reflexão dos fatos.

Com base na revisão histórica da imprensa do Brasil, percebe-se que o jornalismo brasileiro dispõe de características próprias, de seus jornalistas, tradição e aspectos econômicos que influenciam diretamente na forma como aborda a prática jornalística em áreas de guerra.

2.2 Fundamentação teórica

Nessa segunda grande seção da presente pesquisa acadêmica, consta a fundamentação teórica do trabalho, tendo como foco conceitos sobre o fazer jornalístico, a relação entre jornalista e fonte e os estudos de processos de produção jornalística. Meu objetivo é levantar alguns aspectos teóricos com base nos estudos desenvolvidos sobre o campo jornalístico como um lugar relevante na construção da realidade social. Entendo a notícia segundo o conceito de Vizeu (2007, p. 223) como

²⁷ Até maio de 2015, a coleção Jornalismo de guerra, da editora Objetiva, havia lançado os seguintes títulos: A queda de Bagdá (2004), O inverno da guerra (2005), O gosto da guerra (2005), Despachos do front (2005), Diários de Guadalcanal (2005), Um escritor na guerra (2008) e A face da guerra (2009).

uma representação social da realidade cotidiana, um bem público, produzido institucionalmente, submetido às práticas jornalísticas, possibilita o acesso das pessoas ao mundo dos fatos (dia a dia) ao qual não poderiam aceder de maneira imediata.

2.2.1 O jornalismo e o jornalista

Conforme Traquina (2012, p. 20), o jornalismo pode ser explicado como “a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias – o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo?, no Timor? no meu país?, na minha terra? – o que aconteceu no julgamento de um ex-presidente de um clube desportivo desde ontem – quem ganhou o jogo?”.

Ao longo dos séculos, as pessoas têm buscado se informar sobre os fatos que as rodeiam, usando o jornalismo para se manterem em dia com os últimos acontecimentos, trazendo-lhes conhecimento dos episódios que lhes permitam participar de conversas pessoais e de grupo. Nesse sentido, ainda segundo Traquina, pode-se dizer que o jornalismo é um conjunto de “estórias”, “estórias” de vida, “estórias” das estrelas, “estórias” de triunfo e tragédia.

Os jornalistas veem os acontecimentos como “estórias” e as notícias são construídas como “estórias”, como narrativas, que não estão isoladas de “estórias” e narrativas passadas. (...) Poder-se-ia dizer que os jornalistas são os modernos contadores de “estórias” da sociedade contemporânea, parte de uma tradição mais longa de contar “estórias”. (TRAQUINA, 2012, p. 21).

Existe um acordo tácito entre os que escolhem a profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador: o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não se trata de ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenções dos jornalistas. A transgressão dessa fronteira incorre em “um dos maiores pecados da profissão de jornalista, merece a dura condenação da comunidade de profissionais e pode representar o fim de uma eventual promissora carreira” (TRAQUINA, 2012, p. 20).

Na democracia, o jornalismo tem um papel central. Nesse sistema de governo, a missão do jornalista constituiu-se em informar o público sem censura. Nesse sentido, reserva-se ao jornalismo não apenas o papel de informar aos cidadãos, mas também, num quadro de *checks and balances* (a divisão de poder entre poderes que formam um Estado), a responsabilidade de ser o cão de guarda (na expressão norte-americana *watchdog*) da sociedade, como fiscalizador do poder público. O jornalismo dentro de um sistema totalitário - seja nas suas formas seculares, como por exemplo, o nazi-fascismo, ou em sua forma religiosa, como no antigo regime do Talibã no Afeganistão – torna-se propaganda a serviço do poder instalado.

Existe uma relação simbiótica entre jornalismo e democracia. Mas a própria teoria democrática definiu claramente um papel antagônico entre o poder político e o jornalismo, historicamente desde o século XIX chamado de o “Quarto Poder” – aquele que fiscaliza os desmandos do poder público.

Na história dos estudos de comunicação, algumas correntes teóricas contribuíram para a compreensão dos jornalistas na prática profissional. Se observarmos o chamado Modelo de Laswell (quem diz o que, a quem, por qual meio, com que efeito), que esquematizou a estrutura básica de um processo comunicacional, a análise sobre o “quem” veio contribuir para a compreensão sobre um dos lados do processo, ou seja, quem são e como agem os produtores de informação e conteúdos midiáticos. No caso do jornalismo, uma série de estudos, iniciados nos EUA e pertencentes a uma “sociologia dos emissores” (WOLF, 1999), passou a questionar por que as notícias são como são, qual o papel do jornalismo na sociedade e, especialmente, qual o papel dos jornalistas na produção das notícias.

Ainda no início da *Mass Communication Research*, o modelo dominante do profissional era o do selecionador, depois, em 1950, foi atualizado com o conceito de *gatekeeping*, estabelecido por Kurt Lewin, na definição da ação do jornalista que seleciona quais acontecimentos se tornarão notícias. Na década de 1960, surge o modelo do defensor (*advocate*) e, na década seguinte, diversos estudos passam a se debruçar sobre os processos de produção das notícias (*Newsmaking*) e o papel dos jornalistas na dinâmica industrial. De acordo com Alsina (2009), esses modelos, que coexistem e não se sobrepõem, foram correlacionados às principais correntes de pesquisas em comunicação: funcionalista, crítica e interpretativa.

Nas primeiras décadas do século XX, as pesquisas americanas que mais se destacaram seguiram a influência do paradigma funcionalista, de bases positivistas, dominante na época em diversas áreas do conhecimento. Sob esse prisma, a noção é a de um jornalista enquanto cumpridor de uma “função profissional”: a de selecionar os acontecimentos que se tornarão notícias. Já a perspectiva crítica enfatiza o papel político dos meios de comunicação e, desse modo, eles não só transmitem informações como também atuam como agentes políticos. Partindo disso, o jornalista assume essa função, comprometido com a realidade social, a fim de perceber as injunções sociais, afirma Alsina (2009). Por fim, a perspectiva interpretativa se dedica a analisar a realidade social, sem pretensões de manter o *status quo* (paradigma funcionalista) ou de modificá-lo (perspectiva crítica). “Portanto, a perspectiva interpretativa observa o jornalista como um construtor da realidade a partir de uma institucionalização do seu próprio papel e de determinados mecanismos de produção”. (ALSINA, 2009, p. 214).

É da produção do real que trata o modelo construtivista do *Newsmaking*. Sobre os modos de produção da notícia, Tuchman (1973) propõe superar a visão das notícias como distorção ou reflexos do real e encará-las como reconstituições do mundo cotidiano, onde a realidade é socialmente construída, e o profissional jornalista participa desse processo de construção. Para tanto, organizações e profissionais buscam exercer um controle do trabalho jornalístico por meio de uma rotinização, que, muitas vezes, é dificultada pela variabilidade da matéria-prima (ou seja, os acontecimentos), e por meio de categorias e tipificações que visam a uma classificação dos eventos/fatos como notícias, diminuindo assim essa variabilidade e possibilitando organizar o dia de trabalho e a produção de notícias.

As empresas jornalísticas precisaram se organizar no tempo e no espaço, unificando as práticas e estabelecendo rotinas para a produção da notícia, desenvolvendo técnicas de apuração e redação, critérios de noticiabilidade, entre outras. Para dar conta do processo industrial, os jornalistas desenvolveram três tipos de competências profissionais: o saber de reconhecimento, que propicia ao jornalista identificar quais fatos têm potencial para serem contextualizados no formato de notícia, com o auxílio de valores-notícia; o saber de procedimento, por meio de técnicas de investigação, apuração e recolhimento dos dados, e relativas à seleção das fontes; e o saber de narração, que consiste na capacidade de compilar todas essas informações e agrupá-las em uma narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante. Tais saberes, em muitos países, foram organizados em conteúdos transmitidos formalmente por meio de cursos universitários.

Esta pesquisa acadêmica foca sua análise no saber de procedimento, uma vez que é na apuração, investigação e checagem junto às fontes durante a cobertura de guerra que se dão importantes afetações da prática do jornalista.

2.2.2 As competências de procedimento

No prefácio do livro *Os elementos do jornalismo*, Kovach e Rosenstiel estabelecem nove itens como fundamentais para a prática jornalística:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.

7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 22-23).

Diante das competências exigidas, a de procedimento se tornou o dever mais simbólico para a prática discursiva jornalística. Trata-se de apuração, de checagem de informação, do que os norte-americanos consideram como a “essência do jornalismo”. Por isso, Kovach e Rosenstiel (2003) defendem a verificação como uma disciplina da atividade jornalística.

O processamento e estruturação dos conteúdos vividos por meio da comparação dos modelos de interpretação gravados no cérebro acontecem em todas as formas de conhecimento. Tanto no senso comum quanto na ciência e no jornalismo, os estímulos advindos do mundo exterior são gravados e estruturados em comparação com aquilo que já sabemos sobre determinado assunto. Por meio de um determinado procedimento, jornalistas entram em contato com a realidade e confrontam as suas hipóteses com a realidade.

Ao produzir uma notícia ou reportagem, jornalistas repetem um mesmo caminho, consciente ou inconscientemente, que é apreendido no processo de socialização nas redações e determinado por rotinas produtivas. Procedimentos de escolha do tema, enquadramento, seleção de fontes, formulação de perguntas exigem uma racionalidade mínima. As fontes escolhidas precisam estar relacionadas com aquilo que o jornalista quer descobrir, ou seja, os informantes precisam ser adequados para fornecer as informações de que o jornalista precisa para sua reportagem.

No entanto, o trabalho jornalístico não é determinado unicamente pela busca por informações, mas também pelas expectativas do leitor, pela estrutura organizacional das empresas jornalísticas e pelos valores profissionais dos jornalistas. Reconhecemos no acontecimento guerra, situação extrema de violência e interesses políticos, econômicos e sociais em jogo, um acontecimento ainda mais complexo, fora da rotina cotidiana do noticiário, a influenciar o trabalho jornalístico.

Em 1989, S. Holly Stocking e Paget H. Gross escreveram um livro chamado *How do journalists think: a proposal for the study of cognitive bias in newsmaking*, que ilumina a área dos processos cognitivos do jornalismo e nos ajuda a compreender como os eventos são processados nas mentes de quem faz as notícias. Os dois professores afirmam que o processo cognitivo dos jornalistas está dividido em seis fases distintas: estímulo, categorização, geração de teorias, teste das teorias, seleção da informação e integração da informação.

Segundo os autores, os estímulos que o mundo real oferece são maiores do que a capacidade de percepção, por isso jornalistas escolhem parte desses estímulos. Ora, em uma situação de conflito, esses estímulos são ainda maiores e intensos: o correspondente de guerra, mais do que seus colegas que cobrem notícias nacionais ou locais, capta uma parte ainda mais restrita desses sinais. Essa captação, subjetiva por natureza, compõe o processo de conhecimento. Através desse, os estímulos são, então, processados e estruturados.

Esses estímulos só podem ser conhecidos porque correspondem a uma situação ou a um objeto que já se conhece. Para tornar isso óbvio, um observador não precisa conhecer gatos siameses toda vez que encontra um. Nós entendemos o novo siamês de um amigo porque nós temos outros objetos como este gravado na nossa memória. (STOCKING; GROSS, 1989, p. 9).

Ainda segundo os autores, os jornalistas classificam o estímulo escolhido dentro daquilo que já conhecem, o que se vivenciou adquire um sentido. Através desse processo, o novo conteúdo vivenciado é categorizado, ou seja, é reconstruído em um novo contexto. O que aconteceu recebe uma ou algumas etiquetas.

Um exemplo disso ocorreu durante a Guerra da Bósnia, quando alguns jornalistas europeus compararam os campos de prisioneiros de guerra a campos de concentração nazistas, uma experiência histórica que faz parte dos conteúdos vivenciados, ou lidos, por eles anteriormente. Diferentemente dos colegas, Cristiana Mesquista, correspondente brasileira no conflito, comparou a situação dos campos na Bósnia com o a das prisões brasileiras.

Geralmente, jornalistas rotulam os acontecimentos de maneira parecida pois já os recebem de assessorias de imprensa, agências de notícias, organizações nas ou com as quais trabalham ou através de acordos com outros jornalistas. Quando um campo de prisioneiros de guerra é comparado a um campo de concentração nazista são tiradas conclusões *a priori* a esse respeito, sem que essas tenham sido necessariamente observadas. Deduz-se, por exemplo, que as pessoas presas nesses campos de guerra eram sistematicamente eliminadas, o que, empiricamente, não aconteceu no caso da Bósnia.

A próxima etapa do pensamento cognitivo do jornalista, ainda conforme Stocking e Gross (1989, p. 8), é a construção de uma teoria ou de hipóteses. A maior parte dos jornalistas, segundo os autores, desenvolve hipóteses sobre o que noticiam. Trata-se de uma tentativa de explicar o acontecimento, segundo seu pré-conhecimento do assunto, suas crenças, experiências e valores-notícia. “Assim, a hipótese “X é um mentiroso” pode gerar uma história melhor do que “X é honesto”. Nestas circunstâncias, os repórteres podem ser levados a fazer o

tipo de perguntas que possa levá-los a uma pauta mais quente”. (STOCKING; GROSS, 1989, p. 30).

Stocking e Gross (1989, p. 24) chegam a afirmar que jornalistas mais experientes tendem a explicar os acontecimentos por meio de teorias complexas e já existentes, enquanto repórteres iniciantes desenvolvem hipóteses novas e mais simples.

Na quarta fase, os jornalistas testam suas hipóteses. Para isso, selecionam fontes, formulam perguntas e lidam com seus entrevistados de determinadas maneiras. Uma característica geral, segundo os autores, é que as pessoas tendem a tentar confirmar suas hipóteses. No método jornalístico, isso ocorre por meio da escolha das fontes e de perguntas que possam confirmar seu próprio ponto de vista.

Na quinta fase do método traçado pelos autores, as informações levantadas são escolhidas. O princípio é o mesmo da fase anterior: informações são selecionadas para confirmar as hipóteses dos repórteres. Logo, dados e declarações que podem refutá-las são ignorados. Os que confirmam as hipóteses são destacados. Outra estratégia, segundo Stocking e Gross, é mostrar “os dois lados” de um problema, mas com meios diferentes: um dos lados é apresentado com o testemunho de uma fonte; o outro é descrito com dados.

No último estágio, as informações são integradas. Nesta fase, deve-se considerar três processos cognitivos: a produção de conexões (onde não há), a simplificação de objetos complexos e o papel de algumas pessoas ou alguns fatores são sobrevalorizados (STOCKING; GROSS, 1989, p. 47).

Outra tentativa de sistematização da prática jornalística foi trabalhada por Elise K. Parsigian (1992), que busca uma explicação do procedimento dos jornalistas no seu contato com a realidade por meio de uma comparação com o método das ciências sociais, nesta sequência: delimitação do tema; levantamento de informações sobre o problema; definição do design da investigação: decisão sobre quem será entrevistado sobre o que; levantamento dos dados: entrevistas, leitura de documentos; codificação dos dados: revisão e organização das informações, eliminação dos dados irrelevantes; análise dos dados: o jornalista verifica os dados de acordo com sua coerência, as suas contradições, a confiabilidade da fonte, comparação da declaração da fonte com as informações dos documentos; avaliação do editor; redação.

Um terceiro pesquisador, Mark Fishman, em seu livro *Manufacturing the news* (1980), examinou o processo de produção de notícias do ponto de vista das rotinas jornalísticas e observou as seguintes fases: detectar eventos; interpretá-los como eventos significativos; investigar seu caráter factual; construí-los como histórias ou notícias. Além de sistematizar o método jornalístico, Fishman reflete sobre a relação entre o jornalista e a fonte:

A declaração “alguém disse que...”, no entanto, só pode ser tratada como noticiável se a fonte for classificada como competente. Competência tem pelo menos dois significados: 1) a fonte tem a capacidade, o talento ou o saber acumulado sobre algo ou 2) a fonte recebeu a tarefa de fazer algo, é responsável por isso. No entanto, dentro da rotina jornalística, os dois são reduzidos a um único significado. Assim, o chefe da polícia é uma fonte competente para fornecer informações sobre as investigações de um crime. Isso não significa necessariamente que ele seja um bom policial, mas é a autoridade responsável pelo caso. (FISHMAN, 1980, p. 96).

Fishman divide as fontes a partir de sua capacidade de oferecerem perspectivas diferentes e pontos de vistas às vezes conflitantes para compor a reportagem. Nesse sentido, as fontes podem ser distintas por sua posição geográfica; posição temporal; competência (natural, experiência ou socioestrutural); divergências na defesa de interesse ou pontos de vista diferentes. (FISHMAN, 1980, p. 121).

O autor complementa o trabalho refletindo sobre os *news promoters*, ou seja, os fornecedores de notícias, como, por exemplo, as assessorias de imprensa. Ele afirma que esse trabalho obedece a interesses econômicos, de forma que a dependência por parte dos jornalistas desses profissionais se deve às rotinas de produção, às quais se somam o interesse das empresas em custos mínimos.

Enquanto todos os pesquisadores descritos aqui tentam sistematizar o método de trabalho dos jornalistas, Michael Haller, ex-repórter da revista *Der Spiegel* e professor de jornalismo, desenvolveu o que chama de “investigação jornalística metódica”, algo como uma cartilha de como os jornalistas deveriam agir. O método se divide da seguinte forma:

Primeiro passo: estimar a relevância;

Segundo passo: averiguar;

Terceiro passo: ampliar as informações;

Quarto passo: formular hipóteses;

Quinto passo: testar hipóteses;

Sexto passo: redigir.

Segundo Haller (2000 apud SPONHOLZ, 2009), a primeira questão que o repórter deve definir é quais são as perguntas, informações e fontes relevantes para trabalhar o tema. Uma vez que o assunto tenha sido escolhido e delimitado, ou seja, depois que se esclareceu o que é importante saber sobre o tema e o que deve ser descoberto ou esclarecido, as informações devem ser levantadas e averiguadas. A busca por informações não envolve somente pessoas, mas também documentos, livros, páginas da internet e artigos de jornal.

Em seguida, segue-se a ampliação do nível de informações. Para isso, o jornalista deve partir de uma tese de investigação. A pesquisa acaba quando o repórter puder contar e reconstruir a sua tese. (HALLER, 2000 apud SPONHOLZ, 2009). Segundo Haller (2000 apud SPONHOLZ, 2009), é depois da averiguação e ampliação das informações que o jornalista formula suas hipóteses. Essas não vêm de uma teoria, mas sim das informações reunidas pelo jornalista sobre o caso.

Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) distingue entre o nível factual (perguntas como quem, o que, onde e quando) e o nível de interpretação (como e por que). O repórter só deve se concentrar no nível interpretativo depois que o nível factual tiver sido esclarecido. A formulação das hipóteses corresponde à busca por respostas sobre como e por que (HALLER, 1991 apud SPONHOLZ, 2009).

A apuração dos níveis factual e interpretativo exige tipos diferentes de fontes. No caso do nível factual, as fontes imparciais são de importância central. Pertencem a essa classificação fontes que podem esclarecer o nível factual em primeiro lugar: especialistas, material de arquivo e de bibliotecas, testemunhas ou pessoas que conhecem alguém envolvido no evento, ou seja, as fontes mais “neutras” possíveis.

Como Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) recomenda, as entrevistas começam sempre com as pessoas menos envolvidas. Primeiro porque elas não têm, aparentemente, motivos para passar informações falsas ou apresentá-las de forma parcial; segundo porque elas geralmente têm um panorama de conhecimento mais amplo do que os envolvidos. Elas podem dar uma visão do que aconteceu de maneira mais precisa.

O jornalista necessita dessas informações porque as fontes envolvidas ou afetadas têm maior probabilidade de retratar os acontecimentos única e exclusivamente a partir de suas próprias perspectivas. A pesquisa do nível interpretativo envolve as fontes que estão diretamente envolvidas no problema e, por isso, são provavelmente parciais. Durante a apuração do nível interpretativo – segundo Haller (1991 apud SPONHOLZ, 2009) – as hipóteses são testadas.

Os esquemas para a apuração de uma notícia definidos por Stocking e Gross, Parigian, Fishman e Heller podem ser sintetizados da seguinte forma:

- a) Escolha do objeto: seleção dos temas, interpretação/categorização do acontecimento;
- b) Pré-investigação: averiguação das informações já disponíveis, escolha das fontes para esclarecer o nível factual e ampliação das informações;
- c) Formulação de hipóteses;

- d) Teste das hipóteses: escolha das fontes para o nível interpretativo, formulação das perguntas (roteiro da entrevista) e realização das entrevistas;
- e) Seleção das informações levantadas;
- f) Redação.

2.2.3 A questão das fontes

A história do jornalismo jamais caminhou sem as fontes. Essa premissa ganhou força de paradigma impregnado na cultura das redações e sintetizado em uma frase que integra o saber cotidiano dos jornalistas: “Bom repórter é aquele que tem boas fontes”. No senso comum da profissão, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação.

Para Traquina, “uma fonte é uma pessoa que o jornalista observa ou entrevista e que fornece informações. Pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assuntos”. (2012, p 192). Para ter acesso a informações, muitas vezes exclusivas, é aconselhável, segundo a tradição das redações, que o jornalista “cultive” fontes. Diz Traquina: “O desenvolvimento da relação com a fonte é um processo habilmente orientado com paciência, compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns, até formar um clima de confiança”. (2012, p. 192).

Para Pena (2005), a fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato: “sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos óculos de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses” (2005, p. 57).

O modelo teórico de Shanon e Weaver, da metade do século XX, baseia-se no tripé fonte/receptor/transmissor. Para Lage (2011), entre o fato e a versão que o jornalista divulga, há um processo de percepção e interpretação que é a “essência da atividade dos jornalistas”. Esse processo está presente em outro modelo, o de George Gerbner, também analisado por Lage, que leva em conta a seleção, contextualização e avaliação dos eventos, e estabelece a função de representar subjetivamente a realidade antes de transmiti-la.

O processo de percepção e interpretação da realidade, então, seria, para esse autor, a parte mais importante na hora de reportar fatos e testemunhos. De acordo com Lage, sua transformação em modelos mentais, e, depois, em proposições linguísticas, fotografias ou imagens em movimento passa a ser uma tarefa coletiva, que começa exatamente na fonte, a primeira a formular uma representação para ser levada adiante: “Cada indivíduo da cadeia

informativa entende a realidade conforme seu próprio contexto e seu próprio enfoque de memória”. (LAGE, 2011, p. 54).

Há diversos níveis de mediação. E, no decorrer desse processo, os próprios jornalistas tornam-se fontes, pois fazem relatos para os outros produtores da notícia em escala industrial. Não é incomum, no caso de coberturas de guerra ou mesmo em nível local, jornalistas serem fontes primárias, secundárias ou terciárias para colegas que chegam atrasados a um acontecimento.

Na teoria do jornalismo, uma categoria importante de fonte é a testemunhal. Como o próprio nome diz, ela tem relação direta com o fato, já que foi sua testemunha. Mas é preciso lembrar que seu relato sempre está mediado pela emoção, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem. Testemunha é apenas a perspectiva de um fato, jamais sua exata e fiel representação.

Por sua relação direta com a informação, a fonte testemunhal também está inserida na categoria de fonte primária. Já a secundária é um tipo de fonte bastante utilizada para contextualizar a reportagem. Ambas categorizações são referências para jornalistas em uma guerra. Em uma reportagem sobre o conflito no Iraque, por exemplo, soldados e moradores de Bagdá seriam fontes primárias, enquanto cientistas políticos e analistas militares seriam fontes secundárias.

O elo entre acontecimento-fonte-notícia é visto como básico na formação do processo jornalístico. Nem sempre o jornalista testemunha a cena a ser contada. Logo, os profissionais descrevem os acontecimentos a partir de relatos secundários ou terciários. Quando os jornalistas ficam impedidos da observação direta, o discurso jornalístico acaba dependente inteiramente do que as fontes revelam. É quando cada um dos lados diz ou deixa de dizer o que lhe convém. Quanto mais complexo é o fato, mais as fontes têm aumentado o seu poder de dizer.

Fontes normalmente são pessoas ou instituições com algum nível de interesse. Para Traquina, os jornalistas utilizam três critérios para avaliar a confiabilidade da informação: a autoridade, a maioria das pessoas acredita na autoridade da posição, quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade, o que leva os jornalistas a utilizarem uma determinada fonte “mais pelo que é do que pelo que sabe” (2012, p. 193); produtividade, fontes que reúnem e fornecem materiais suficientes para fazer a notícia sem que o jornalista tenha que recorrer a muitas outras fontes; e credibilidade, as fontes devem ser tão críveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle.

Com base nesses critérios, seria adequado afirmar que as fontes oficiais corresponderiam melhor do que outras às necessidades de processo das redações – isso reforça,

como vimos ao longo da revisão bibliográfica sobre a história da correspondência de guerra, sua capacidade de manipular o jornalista ou de mentir. As fontes institucionais, entre elas governos ou grandes empresas, estão entre as de mais fácil acesso ao jornalista, uma vez que possuem departamentos de comunicação organizados para passar informações supostamente verdadeiras. Também estas são legitimadas, como fontes de consulta obrigatória de acordo com as normas de trabalho do jornalista. Por força da organização dos processos mercadológicos e industriais do fazer jornalístico, que limita a apuração a *deadlines*, essas fontes acabam ainda por contribuir para uma maior agilidade por parte do jornalista: são as mais acessíveis, sistematizadas e, em tese, rápidas na resposta.

Isso explica porque as fontes oficiais dominam o processo de produção de notícias. Mauro Wolf (1999) destaca que a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento para seu funcionamento reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. Por vezes, esse acesso “privilegiado” contribui, como afirma Livolsi, para uma institucionalização das fontes. “Uma série de agentes sociais tem uma espécie de direito de acesso semiautomático aos meios de comunicação, tanto no tocante a transmitir a mensagem que eles desejam, quanto a conseguir a correção de uma informação que os afeta e com a qual não estão de acordo.” (LIVOLSI, 1985 apud ALSINA, 2009). Essas fontes, em determinados acontecimentos, se tornam rotineiras, ou seja, são acionadas com frequência.

Para Pena, as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as coloca na clássica condição de instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria.

Em oposição a esse tipo de informante, Alsina classifica as fontes “não rotineiras” como importantes para os jornalistas quando é necessário ir além da informação de fácil acesso.

Uma outra forma de categorização abordada por Alsina relacionada ao discurso do jornalista parece adequada, principalmente quando analisamos o trabalho do correspondente de guerra: as fontes utilizadas e as fontes mencionadas: “A princípio, as fontes mencionadas são também fontes utilizadas, mas nem todas as fontes utilizadas são mencionadas”. (ALSINA, 2009, p. 173). Em seus estudos, Alsina concentra a análise sobre as fontes mencionadas, argumentando que estas têm grande importância no discurso e que se institucionalizam socialmente: “Inclusive, poderíamos dizer que elas são elementos essenciais para o estatuto da prevaência da verdade desses discursos”. (ALSINA, 2009, p. 174).

Outras tipificações e classificações dos diferentes tipos de fontes são determinadas por outros autores, como Manuel Pinto, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, em Portugal.

1. segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;
3. segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;
4. segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;
5. segundo o grau de envolvimento nos fatos: oculares/primárias ou indiretas/secundárias;
6. segundo a atitude face ao jornalista: fontes ativas (espontâneas) ou passivas (abertas, resistentes) (Caminos Marcet, 1997; Borrat cit. in Bezunartea et al. 1998, p. 81-82);
7. segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;
8. segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas (MCNAIR, 1998, p. 147-150), preventivas ou defensivas. (PINTO, 2000, p. 279).

É preciso salientar que as reflexões e categorias descritas até aqui se dão a partir do ponto de vista da produção. Ou seja, a fonte é categorizada segundo os critérios do jornalista. É necessário, entretanto, também pensar o binómio fonte-jornalista a partir do poder da fonte. Neveu (2001 apud ALSINA, 2009) descreve estratégias utilizadas pelas mesmas para influenciar os jornalistas: punição e prêmio. Repórteres que fazem críticas a uma instituição podem ser repreendidos pela fonte ou ter seu trabalho questionado perante superiores. Por outro lado, uma vez que o jornalista publica uma informação do interesse da fonte, pode receber novas informações, algumas exclusivas, com potencial de alavancar sua carreira ou lhe trazer méritos e reconhecimentos entre os colegas de trabalho e na comunidade.

Outra estratégia é a de fazer com que o repórter fique em dívida com a fonte. É comum no Brasil empresas, ao lançarem novos produtos, presentear jornalistas ou convidá-los a uma viagem, com despesas pagas. Normalmente, são destinos nos quais o jornalista dificilmente teria condições de ir por suas próprias economias ou para os quais o jornal não enviaria seu profissional devido ao pouco interesse jornalístico pelo local. Com o objetivo de prevenir esses prêmios, algumas publicações têm, entre suas normas, o princípio de rejeitar presentes, gratificações ou compensações financeiras – embora viagens a convite ainda seja habitual na imprensa brasileira.

Deturpações da ética ou manipulações também ocorrem a partir do jornalista. Não é incomum o repórter tentar subornar uma fonte, ou, inclusive influenciá-la a dizer o que não

quer. Janet Malcolm (2004 apud ALSINA, 2009), em sua obra *O jornalista e o assassino*, ilustra uma atitude corrente, que podemos associar à prática na guerra. O jornalista, querendo conquistar a confiança da fonte, a faz crer que está ao seu lado e que ele a apóia. Porém, redige o texto de forma diversa do perfil “amigável” que pareceu ter diante da fonte.

Em seu livro *A construção da notícia*, Alsina (2009) destaca as interrelações entre o jornalista e as fontes, citando um estudo realizado por Gieber e Johnson, intitulado *The city hall beat: a study of reporter and sources roles*, de 1961. Ao analisarem o envolvimento dos repórteres com as fontes do meio político – mas que pode ser estendido a qualquer tipo de cobertura, inclusive na guerra -, os pesquisadores anotam três tipos de relações:

Independência – Quando há um distanciamento entre quem gera informação e quem informa sobre ela. Nesses casos, as fontes que poderiam passar a informação ao jornalista recusam-se a dá-la, o que obriga o repórter a buscar alternativas ou mesmo utilizar técnicas de apuração não convencionais, como as do jornalismo investigativo.

Cooperação – Fonte e jornalista têm objetivos em comum: um precisa que a informação seja publicada, enquanto o outro precisa obter notícias. Nesses casos, a cooperação é total.

Em ocasiões, determinadas fontes fazem vazar alguma informação que têm interesse em que seja publicada e que os meios de comunicação não têm como resistir. Também pode acontecer que a fonte tenha interesse em aparecer na mídia e o jornalista negocia com ela para que, em outra oportunidade, ela lhe repasse informação quando ele quiser e achar que exista um maior interesse jornalístico. Essa troca de favores vai criando uma série de relações e de complicações entre o jornalista e suas fontes. (ALSINA, 2009. p. 169).

A fonte faz a notícia – É o caso das comunicações oficiais. Nesse mesmo sentido, percebe-se uma profissionalização das fontes (NEVEU, 2001 apud ALSINA, 2009) e que Chaparro (2004) irá chamar de revolução das fontes.

As pessoas que trabalham em gabinetes de comunicação conhecem perfeitamente o trabalho jornalístico e, dessa forma, podem se adiantar às expectativas dos jornalistas e apresentar-lhes dossiês perfeitamente completos, que facilitam o trabalho do jornalista. Mas isso nos leva ao seguinte resultado: a fonte, praticamente, é quem redige a notícia. (ALSINA, 2009, p. 170)

Chaparro (2004, online) dedicou-se ao estudo do que chama de revolução das fontes. Segundo o pesquisador, a tecnologia permitiu que as fontes adquirissem capacidade de produzir conteúdos noticiosos “embutidos em ações e falas recheadas de ingredientes jornalísticos. Incorporaram a notícia ao acontecimento que produzem”. Os sujeitos institucionais passaram a exercer o direito de dizer.

Ao contrário do que alguns pensam, a força das fontes não está na quantidade de press-releases distribuídos nem na frequência de entrevistas coletivas que organizam. O poder das fontes está na capacidade adquirida de produzir conteúdos noticiosos, embutidos em acontecimentos recheados de ingredientes jornalísticos. Se preferirem, é o poder de gerar e alimentar conflitos cujo sucesso interessa ao relato jornalístico e só no relato jornalístico se realiza. (CHAPARRO, 2004, online).

Não apenas a tecnologia permite maior acesso de instituições – e do outrora receptor em geral – às ferramentas da produção jornalística. O mercado de trabalho deslocou jornalistas experientes de redações para as assessorias de imprensa ou para funções em escritórios de comunicação institucional. Para Chaparro, antes relegadas a objetos, as fontes “se organizaram, adquiriram competência, poder e querer, transformando o jornalismo no espaço público de suas ações discursivas. Ou seja: incorporaram a notícia ao acontecimento que produzem”. (CHAPARRO, 2004, online). É o que o autor chama de quarta grande revolução do jornalismo²⁸.

Ao criticar, a relação passiva com que os jornalistas tratam as fontes, Chaparro decreta a queda das fronteiras que separavam informantes e redações. Segundo o pesquisador, as fontes, hoje sujeitos institucionalizados, se capacitaram para produzir acontecimentos noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística. “Transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimenta, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz dos seus interesses, provavelmente legítimos”. (CHAPARRO, 1994, p. 14).

À luz dessas novas reflexões, Chaparro estabelece um novo conceito de fonte:

(...) sujeito social organizado, produtor de acontecimentos e/ou detentor de conhecimentos com irrecusáveis atributos de noticiabilidade; sujeito social dotado de saber estratégico para agir e interagir nos espaços da atualidade. E com lugar próprio nos cenários dos conflitos discursivos, onde continuamente se reelaboram as relações sociais; sujeito social competente no uso pragmático da linguagem, que sabe agir, dizendo, e que sabe dizer ao agir. (CHAPARRO, 2013, online).

Outro aspecto importante a ser lembrado, quando se fala sobre a relação jornalista-fonte, é o conhecido segredo profissional dos jornalistas, o *off the record*. Diante dessa normatização da profissão – transformada em lei em alguns países, entre eles o Brasil – garante ao jornalista

²⁸ Para Chaparro, a primeira revolução foi a da notícia, viabilizada pelo telégrafo; depois, a revolução das tiragens, na fase da industrialização, com a rotativa; em seguida, a revolução da reportagem literária, no pós-guerra; e, agora, a revolução das fontes, sob o impulso das tecnologias de difusão.

o direito de proteger suas fontes, a não se ver obrigado a revelar sua identidade. Um dos casos mais emblemáticos do exercício desse direito foi o Watergate, no qual por mais de 30 anos, os jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do *The Washington Post*, mantiveram sob sigilo a identidade da fonte conhecida como “Garganta Profunda”. Graças às informações passadas por esse informante anônimo foi possível levar adiante as reportagens que denunciavam a cúpula do Partido Republicano – e o presidente dos EUA à época, Richard Nixon – por envolvimento na invasão da sede do Partido Democrata em Washington. O segredo da fonte só foi rompido pelo próprio informante, em 31 de maio de 2005. W. Mark Felt, à época das reportagens vice-diretor do FBI (polícia federal americana), anunciou sua identidade como informante dos repórteres do *Post* em entrevista à revista *Vanity Fair*.

No dia a dia da profissão, é considerado imaculável o direito ao uso de fontes anônimas e a proteção de informações *off the record*. Porém, acredito que o jornalismo torna-se uma atividade perigosa quando se reserva o direito de não revelar as suas fontes, alegando a intenção de protegê-las. É claro que essa opção pode ajudar a desvendar casos importantes, como Watergate, mas também é capaz de produzir grandes distorções. Vale lembrar que as falsas reportagens escritas por Jayson Blair para o *The New York Times*, em 2003, tiveram como gênese o desconhecimento por parte de seus editores das fontes das matérias – que não existiam.

2.2.4 A entrevista jornalística

Além de ser uma ferramenta de pesquisa, a entrevista é um instrumento da prática jornalística por excelência. Tudo começa na entrevista.

A entrevista é o microcosmo do jornalismo, onde se assenta a busca elementar, primeval, intuitiva pela informação. A pergunta básica está tanto na base de uma simples apuração sobre o cano furado que inunda a avenida na periferia da cidade, quanto está no leito de uma monumental investigação sobre o plutocrata corrupto ou o governante criminoso no centro do poder. Grande ou pequeno, o jornalismo está assentado sobre a pergunta seminal que define a genética da boa informação. (CUNHA, 2012, p. 55-56).

Em áreas de guerra, essa ferramenta do jornalista é afetada por fatores como interesses de governos, propaganda, marketing e poder político.

Os repórteres recorrem cada vez mais à técnica de entrevistar pessoas na obtenção dos fatos. A técnica da entrevista foi utilizada pela primeira vez, segundo Traquina, por um dos primeiros jornais da nova *penny press*, *The New York Herald*, em reportagem sobre um crime em um bordel, com uma entrevista com a proprietária do negócio. Depois da Guerra Civil

Norte-americana, a utilização da entrevista tornou-se vulgar. Outra técnica no trabalho jornalístico, o recurso a fontes múltiplas, tornou-se uma prática estabelecida.

Não só peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos: a prática dos correspondentes do Norte durante a Guerra Civil norte-americana, que chegaram a viajar disfarçados ao Sul para evitar serem detectados, forneceu um modelo para o “jornalismo de disfarce”, que se desenvolveu a partir dos anos 1880.

A utilização de testemunhas oculares, o desenvolvimento da reportagem, com a utilização da técnica da descrição, foram algumas das inovações no jornalismo do século XIX. Autor do livro “A arte da entrevista”, Fábio Altman (2004) identifica a entrevista como “a essência do jornalismo”, o que pode ser interpretado como o “procedimento clássico de apuração” a que se refere Nilson Lage (2011), no livro *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*: “A entrevista é o procedimento clássico de apuração de informação em jornalismo. É uma expansão da consulta, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos” (LAGE, 2011, p. 73).

Na mesma linha, Medina, autora de *Entrevista: o diálogo possível*, afirma que:

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. (MEDINA, 2008, p. 18).

Ao definir a prática como “o diálogo possível”, Medina refere-se à entrevista como uma interação social em que haja “interpenetração informativa” com a possibilidade de pluralização de vozes e a distribuição democrática da informação, ou seja, um “plurólogo” (2008, p. 18). Essa interpenetração informativa não permite que a entrevista seja considerada apenas como um registro, mas como um lugar interativo para a construção de significados.

Conforme Lage (2011), quanto à circunstância, a entrevista pode ser ocasional, confrontal, coletiva e dialogal. Em todos os casos, está sujeita a vicissitudes da relação entre entrevistado e entrevistador. Um ponto de destaque no pensamento do pesquisador: a entrevista pode se dar entre desconhecidos e em ambiente que pode possibilitar a construção de uma relação de confiança e intimidade ou de desconfiança e intimidação. Em situações de guerra, é rotineira a entrevista entre jornalista e fontes desconhecidas até então e em situações ocasionais.

Para Noblat (2002, p. 71), “não há perguntas inconvenientes”. A seu ver, se for para descobrir algum fato de interesse público, o jornalista pode perguntar o que acreditar que deve e a quem julgar necessário. Mas salienta que os repórteres devem ser “educados”. Entretanto, não devem ficar inibidos diante de uma autoridade. Na visão do autor, o jornalista tem o papel de intermediador da sociedade e de fiscalizador dos que exercem o poder. A entrevista “é um dos mecanismos de obtenção de informações da forma mais direta possível”, de acordo com Noblat.

Para Medina (2008, p. 18), “no jornalismo, embora se dê alguma aparência de representatividade, o aleatório é o específico”. Não que o indivíduo não tenha expressão, mas ele está muito atrelado ao tema da notícia. E pode ser inquirido na rua, sem aviso prévio e de forma até abrupta. O entrevistado também pode ser uma autoridade dando uma entrevista coletiva para toda a imprensa e não apenas para um jornalista. Podem ser curtas, rápidas e até ter poucas perguntas, uma vez que o entrevistado pode apenas entrar como uma fonte da reportagem, por meio de uma eventual citação que busque dar maior veracidade ao texto.

2.2.5 O caráter testemunhal

A força que o objeto de realidade adquire na enunciação jornalística é de um fato dado como algo que foi constatado, embora tenha sido algo apurado por aqueles que assinam os textos. O grau de verossimilhança da adequação do enunciado à realidade vem de um tópico universal, que diz respeito ao conhecimento da natureza de uma ação, passível de observação intersubjetiva. Esse tópico origina o tópico jornalístico da presença, segundo o qual a condição de “testemunha ocular” garante a função de checagem e verificação de informação do jornalista. A assinatura, ou seja, o estatuto dos enunciadores faz parte do grau de verossimilhança, pois o nome do jornalista, no início ou no final do texto, indica que ele, o repórter, foi testemunha das ocorrências descritas.

Em A primeira vítima, Knightley conta um episódio ocorrido na I Guerra Mundial, no qual o repórter William Simms, representante da United Press (UPI), toma café da manhã no Café Viennoise, no Boulevard Montmartre, em Paris. Estava sentado quando um pequeno monoplane alemão sobrevoou a cidade, a uma altitude de menos de 400 metros.

Estava tão baixo que Simms viu o piloto claramente quando este se inclinou por sobre um lado da cabine de comando e atirou uma bomba em direção ao solo. Caiu num pátio do outro lado da rua, no ponto em que Simms se encontrava, fez um buraco no chão e quebrou todas as janelas do prédio. Simms correu para a redação e escreveu uma matéria de testemunha ocular

sobre o primeiro bombardeio que acontecia numa grande cidade. (KNIGHTLEY, 1978, p. 152-153).

No relato de Simms, pode-se inferir a força do caráter testemunhal, o qual dá credibilidade à narrativa do conflito. Na introdução do livro *A vida secreta da guerra*, Peter Beaumont afirma ter sentido a necessidade de descrever imagens, sons e emoções vivenciadas na cobertura que testemunhou, tendo como objetivo registrar como as guerras afetam a experiência pessoal do indivíduo: “os que matam e os que morrem; os inocentes, os não tão inocentes e os culpados, com o fim de explicar como o conflito opera e altera tudo o que toca”. (BEAUMONT, 2010, p. 11).

Na palestra que ministrou durante o I Seminário Internacional de Jornalismo, em 2001, transcrita no livro *Teoria do Jornalismo*, de Felipe Pena, Peter Arnett contou como sua cobertura adquiriu um caráter testemunhal no Vietnã.

Nós íamos ao campo para descobrir as respostas por nossa própria conta. Eu saía diariamente para o campo. Por mais de dez anos eu viajei por todo o país, escrevi três mil histórias e todas elas vinham do campo de batalha. Eu fui para onde estava a ação, fui a vilas, conheci soldados, vietnamitas, camponeses – o que significava que a informação que eu conseguia era incontestavelmente precisa.

Nesse sentido, a primeira lição para todo jornalista do Vietnã é que é preciso ter informação acurada. Na guerra você arrisca sua vida – foram mortos sessenta jornalistas lá – porque é preciso ir ao campo de batalha; vários governos americanos nos contestavam e confrontavam, e nós respondíamos que estávamos lá, que havíamos apurado os fatos *in loco* e visto as cenas com nossos próprios olhos. Portanto, vocês do governo não podem nos contestar. (ARNETT, 2001 apud PENA, 2010, p. 196).

O singular como poder testemunhal é crucial para a construção histórica do jornalismo no momento em que adquire a força da menção autorreferencial “eu vi”, declarada pela testemunha ocular. Essa função autoral assume o sentido de pacto de confiança entre jornalista e receptor. Conforme Dulong (1998 apud LAURINDO, 2012, p. 53): “a sociedade precisa de testemunhas, porque sem elas é muito difícil construir uma história coletiva”. São dispositivos necessários de vigilância e modos de aprendizagem sobre as marcas indelévels daquilo que vai se posicionando como passado, no instante de um presente que se apaga.

A correspondência de guerra tem como uma de suas características uma narrativa testemunhal dos acontecimentos. É condição para sua própria existência o correspondente testemunhar plenamente os eventos da guerra, na retaguarda, no front ou na sala de imprensa. Afinal, como se caracteriza pelo envio de conteúdo de um a outro lugar, a correspondência de

guerra está, na origem, associada ao deslocamento do profissional para a região de conflito, com o objetivo de identificar *in loco* o desenrolar dos acontecimentos e narrá-los com a propriedade de quem vê os fatos diretamente.

O formato de diário tem sido praticado por diferentes narradores de guerra brasileiros ao longo do tempo. Para ficarmos em quatro exemplos de épocas diversas destacamos: Euclides da Cunha e seus textos sobre o conflito em Canudos (1896-1897), publicados originalmente no jornal O Estado de S. Paulo, entre agosto e outubro de 1897, e que foram, posteriormente, reunidos em livro – o último deles, Diário de uma expedição (2000) e serviram de esboço para a elaboração do épico Os sertões (1984); Alfredo d’Escragnoille-Taunay (1843-1899), o visconde de Taunay, no livro A retirada de Laguna (1997), narra o histórico recuo da coluna militar do Império do Brasil, comandada pelo coronel Carlos de Moraes Camisão, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870); José Hamilton Ribeiro (1935-) contou na reportagem Eu estive na guerra, publicada na revista Realidade de maio de 1968, e no livro O gosto da guerra (2005), como é ser vítima da Guerra do Vietnã (1958-1975); e Sérgio D’Ávila e sua narrativa sobre a Guerra do Iraque para a Folha de S. Paulo em Diário de Bagdá (2003).

A pesquisadora Maria Jandyra Cavalcanti Cunha (2012, p. 143) reconhece no diário um formato frequentemente utilizado pelos correspondentes de guerra e identifica sete de suas principais características:

Sequenciamento no registro dos fatos narrados. O diário não segue obrigatoriamente a cronologia formal de anotações diárias, mas tem na datação do texto um de seus principais elementos.

Temporalidade presente. O diário trata de fatos ainda presentes, ao contrário das memórias, que lidam necessariamente com o passado.

Armazenamento da matéria bruta. Cunha defende que o texto do diário, diferentemente das memórias, não é retrabalhado e polido. Isso obviamente ocorre desse modo quando o diário é um instrumento para recolhimento de material no front. Em sua publicação como livro, por exemplo, mesmo mantendo o formato diarístico, o texto é geralmente editado.

Sobreposição da autoria com a narração. O próprio autor do diário é o narrador, o que intensifica o caráter subjetivo da correspondência.

Caráter testemunhal. O autor do diário narra fatos, eventos ou cenas em que ele próprio foi participante ou observador.

Subjetividade no narrar. Cunha considera que o diário permite uma forma de narrar criativa e individualizada, que pode extravasar estados de ânimo, emoções, ou mesmo expectativas por parte do narrador.

Abordagem de temas diversos. A perspectiva de ser subjetivo no narrar não significa absolutamente que o diário seja restrito ao espaço íntimo de seu autor. O diário pode abordar temas de interesse social, político e/ou histórico.

Uma das inovações da imprensa brasileira no final do século XIX foi amplamente utilizada por Euclides da Cunha e o ajudaria a se tornar um dos precursores da correspondência de guerra no Brasil: o telégrafo. A máquina, inaugurada em 1895, era capaz de transmitir mensagens a longa distância e permitia o acompanhamento de conflitos armados simultaneamente aos desdobramentos.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré (1999, p. 267), o jornal Estado de S. Paulo ao enviar Euclides da Cunha para cobrir a Guerra em Canudos, em 1897, inaugurou no Brasil a prática do jornalista que cobre conflitos, ainda que esta tenha sido uma guerra interna: “uma iniciativa pioneira, que anunciava novos métodos de imprensa” (1999, p. 269). Em meio a boatos e à luta política motivada em razão da guerra de Canudos, o jornal envia ao local dos acontecimentos um repórter. Assim, Cunha, para o historiador, foi enviado ao Sertão baiano para “esclarecer” a situação, isto é: estando perto das batalhas, o reporter-testemunha teria condições de contá-las com precisão.

A partir dessas reflexões, podemos perceber como o caráter testemunhal está ligado, historicamente, à cobertura de guerra.

Graças ao envio do jornalista ao front, então um método novo na imprensa brasileira, e ao telégrafo, tecnologia em ascensão, os leitores de O Estado de S. Paulo puderam acompanhar o desenrolar dos fatos de Canudos quase simultaneamente a seus acontecimentos. Reduzia-se o tempo entre o acontecimento e a sua representação, algo que, a partir daquele momento, diminuiria cada vez mais, até chegarmos, nos dias atuais da internet, quando o fato é narrado em tempo real, do outro lado da rua ou do outro lado do mundo. Não é mais necessário ao público, como acontecia a Taunay, na Guerra do Paraguai, esperar o retorno do jornalista do front para entender o que tinha sido a guerra.

O caráter testemunhal está presente em vários níveis da prática jornalística em áreas de guerra. No caso de Cunha, além de presenciar de perto os combates, ele testemunhou e até participou de interrogatórios com sertanejos presos após os confrontos. É o narrador/autor participante, além de observador, protagonizando seus próprios relatos. Quando não presenciou nem tampouco pôde entrevistar suas personagens, Cunha foi até o local do acontecimento e, auxiliado por militares, reconstituiu um dos combates mais marcantes da guerra de Canudos, o de 18 de julho de 1897, que vitimou o correspondente de A Notícia, Cisneros Cavalcanti.

Como em todos os conflitos, a Guerra em Canudos era cheia de boatos. O testemunho era e continua sendo condição fundamental para reportar a guerra. Uma forma de certificação perante o público.

O formato diário também foi e é muito usado na cobertura de guerras no exterior. Um dos correspondents da rede CBS durante a II Guerra Mundial, William Lawrence Shirer manteve um diário, de 1937 a 1940, descrevendo o que viu, ouviu, pensou e acreditou no período de ascensão do nazismo. O profissional obteve, em primeira mão, o resultado do plebiscito que formalizaria a anexação da Áustria pela Alemanha nazista, em 1938.

O correspondente de guerra tem o propósito comunicativo de testemunhar, antes de qualquer tentativa de apresentar, argumentar, analisar, emocionar ou prestar serviço. Ele precisa entender a complexidade do combate, estando lá, para, aí sim, ter condições de narrar ao público, a partir do que vê, ouve, cheira, sente. (CORRÊA, 2012, p. 153).

A palavra “testemunho”, *testemoniu* em latim, significa o depoimento dado por alguém que assistiu a um acontecimento. O diário de guerra permite ao correspondente um relato subjetivo, testemunhal, marcado pela emoção, pelas “cores” locais, com uso ou não de primeira pessoa, capaz de transportar o leitor para o cenário da guerra de forma muito mais rápida do que um relato frio, insípido e inodoro de reportagens que apenas narram fatos passados, como nos diz Rech.

Ao contrário de repórteres de agências, o enviado não deve se ocupar da notícia crua, factual, destituída de emoção e travestida de isenção. Sua primeira missão é colher uma visão exclusiva e, se possível, surpreendente para fornecer ao leitor uma informação única e singular. Nos elementos essenciais de uma notícia (o que, quem, como, quando, onde e por quê), seu esforço deve ser concentrado no por quê e no como. Somente assim, ele poderá, mais do que relatar, interpretar sinteticamente um quadro que, quase sempre, é vasto, confuso e complexo. (RECH, 1997, p. 17-18).

Também é importante resgatar nesta pesquisa acadêmica, ainda que de forma simplificada, o conceito de “enquadramento” usado na teoria do jornalismo, introduzindo nele um ponto exterior à narrativa: o “lugar de fala” do autor.

O enquadramento jornalístico como o emolduramento de um fato em episódios selecionados, apresentados e enfatizados não só na forma (construção narrativa, uso de recursos estilísticos, reforço da linguagem), mas também no conteúdo (presença ou não de fontes, evidência de documentação, fotografias) por jornalistas que escrevem a partir de seus lugares de fala, localizados por coordenadas culturais de tempo e espaço. (CUNHA, 2012, p. 3).

O enquadramento é marcado pelo lugar de fala do jornalista, o autor da narrativa. Esse lugar é exterior e anterior à narrativa, é o ponto de onde emanam as decisões do autor. É como

autor, e não como narrador, que o jornalista delimita o enquadramento dos fatos. No caso do correspondente de guerra e diferentemente de um escritor de ficção, o autor é uma pessoa de carne e osso que experimenta as sensações do conflito. É testemunha da história nas palavras de Rech: “a guerra é terrível por sua própria essência. Tenha a certeza de que seria ainda pior se não houvesse quem denunciasse suas consequências”. (RECH, 1997. p. 15).

3 ESTUDO DE CASO E A GUERRA DA LÍBIA

Conhecer um abismo desses não deixava somente cicatrizes, mas também forças renovadas. A vida não pode mais trazer muitas surpresas ou choques após você ter vivido lá. Essa experiência deixa qualquer um como se estivesse usando colete emocional à prova de balas.
(FRIEDMAN, Thomas L. 1991, p. 35).

Considerado um método qualitativo, o estudo de caso, na definição de Yin (2001, p. 32), é uma “inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e no qual múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. No presente trabalho, busco identificar uma prática comum aos jornalistas que cobrem guerras, tentando responder a questões do tipo “como” atuam e “por que” atuam de determinada maneira durante o exercício de sua prática jornalística.

A exemplo de outras estratégias de pesquisa, o estudo de caso é um modo de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados e que pode ser utilizado, principalmente, com as seguintes finalidades, segundo descreve Yin:

1. explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos;
2. descrever uma intervenção e o contexto da vida real em que ocorreu;
3. ilustrar determinados tópicos dentro de uma avaliação, às vezes de modo descritivo ou mesmo de uma perspectiva jornalística;
4. explorar situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados;
5. ser uma “metaavaliação”, ou seja, o estudo de caso pode ser empregado para fazer o estudo de um Estudo de Avaliação. (2001, p. 34-35).

Como divisão metodológica, adotei as três fases apontadas por Nisbet e Watt (1978 apud LUDKE; ANDRÉ, 1986): a primeira aberta ou exploratória, na qual são esclarecidas questões e pontos críticos, contatos iniciais para o trabalho de campo, a localização de informantes e as fontes de dados para o estudo; uma segunda fase, que consiste na coleta sistemática de dados, com base nas características próprias do objeto estudado, no caso a correspondência de guerra; e, em terceiro, a análise e a interpretação dos dados, bem como a elaboração de um relatório que sirva de análise para conclusões.

Retomo Yin (2001, p. 61) para incluir esta pesquisa como projeto de caso único incorporado, com unidades múltiplas de análise: o caso único compreende a Guerra da Líbia, tendo como unidades de análise os discursos dos quatro jornalistas que testemunharam o conflito, expressos em entrevistas em profundidade e no conteúdo de livros sobre suas experiências no front, que deixam sinais do processo e denotam suas práticas.

Logo, para este estudo de caso, pretendo utilizar para a coleta de evidências, principalmente, três fontes distintas de dados: registros em livros de jornalistas, com narrativas do fazer jornalístico na guerra; entrevistas com correspondentes de guerra; e observação participante – neste último caso, trazendo elementos da própria experiência de repórter/pesquisador na cobertura como jornalista da Guerra da Líbia. A intenção, como já explicitado, é apenas corroborar para a reflexão da prática. Essas últimas observações, vale lembrar, estão expressas em notas de rodapé ao longo do trabalho. Como já explicado anteriormente, minha experiência pessoal não é alvo de análise.

Seguindo a orientação de Yin, tomarei como princípio na coleta de dados a utilização de várias fontes de evidências e a manutenção de um encadeamento das mesmas. Para organizar os tensionamentos entre teoria e experiência empírica, busquei categorizar os assuntos, dividindo-os em três grandes seções:

1. Tornar-se correspondente de guerra;
2. A prática no exercício da produção jornalística;
3. Reflexões que transcendem a prática.

Entendo que a categoria 2 constitui a parte central desta pesquisa que busca, sobretudo, discutir as afetações da prática e dos processos jornalísticos durante o acontecimento guerra. Para um melhor aprofundamento, dividirei essa seção nas seguintes subcategorias: diferenças entre cobertura local e cobertura de guerra; relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer.

Como método de análise, ainda seguindo recomendação de Yin (2001, p. 149), pretendo adotar a explanação, ou seja, analisarei os dados do estudo de caso, de forma a construir uma explanação sobre a prática do fazer jornalístico em situação de guerra. Em forma de narrativa, tentarei explicar o fenômeno, estipulando um conjunto de elos causais em relação ao mesmo.

Pelos argumentos explicitados neste capítulo, entendo que o estudo de caso é o método mais apropriado para cumprir esta exploração, na busca de novas problemáticas e perspectivas para o jornalismo e a prática jornalística em zonas de conflito.

3.1 Entrevista em profundidade e a Guerra da Líbia

Técnica clássica de obtenção de informações nas Ciências Sociais, a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo pesquisador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de fontes, essas selecionadas por deterem informações relevantes para o estudo. Dessa maneira, nesta pesquisa acadêmica, utilizei, ao lado do estudo de caso, esta técnica, que tenta “(...) captar a experiência do entrevistado em seus próprios termos, aceder às significações que para eles têm os acontecimentos que se refere (...)” (VILELA, 2006, p. 48). A expectativa é de que, a partir das entrevistas com os quatro jornalistas com notórias experiências na Guerra da Líbia, possa compreender a prática jornalística em áreas de conflito a partir do ponto de vista do outro. Há nesse método também a pretensão – não um objetivo – de criar um ambiente no qual exista uma conversação entre iguais. Neste caso, um jornalista que também esteve na guerra entrevista outros jornalistas que vivenciaram experiências parecidas. Porém, o entrevistador, neste trabalho, está em outro lugar, utiliza as lentes de pesquisador.

No livro organizado por Beatriz Marocco, *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa* (2012), é possível observar diferentes aspectos da utilização da entrevista, tanto no ambiente das rotinas jornalísticas quanto no âmbito científico:

Ela é uma técnica de obter informação através de uma conversa profissional com uma pessoa especializada para um estudo ou investigação. Ela é uma das principais técnicas de pesquisa nas ciências sociais, embora não seja a única. É vista como um método de pesquisa. E implica na transmissão de uma informação verbal em que o comportamento do entrevistado também oferece obter dados para a pesquisa. (TRAVANCAS, 2012, p. 15).

Parece claro que a entrevista tanto pode ser utilizada como técnica jornalística quanto como ferramenta científica para pesquisa. Nilson Lage (2011, p. 73) afirma que “a entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo”. Ao buscar informações com a fonte, em uma relação que pode ser rápida ou duradoura, a técnica é um meio – o fim é a reportagem. Para Cremilda Medina (2008, p. 18), “no jornalismo, embora se dê alguma aparência de representatividade, o aleatório é o específico”. Ora, uma fonte pode ser entrevistada na rua, sem aviso prévio e de forma até abrupta – algo bastante comum em uma situação de guerra, por exemplo.

Como método de pesquisa, a entrevista tem outros objetivos e funções. Travancas reflete que, neste caso, o foco não é a reportagem final, mas o relatório ou a tese, e, na maioria dos casos, é em profundidade e dialogal. “É agendada com antecedência, o pesquisador não se coloca

em posição de confronto, muito pelo contrário, e em geral é feita por um ou dois investigadores, no máximo. (TRAVANCAS, 2012, p. 18).

Medina (2008, p. 18) lembra que o uso da entrevista, no jornalismo ou na pesquisa, é feito de forma bastante diversa. “Nas ciências sociais, quando se faz uma enquete, uma pesquisa de campo, a técnica de amostragem é rigorosa”. No caso deste trabalho, na linha do que propõe Medina para uma entrevista acadêmica, os entrevistados foram escolhidos previamente, por um motivo evidente e estritamente ligado ao tema da pesquisa: são jornalistas, que trabalham em jornais de referência estadual ou nacional e todos têm, em comum, a experiência de cobrir a Guerra da Líbia.

Ao recordarem suas histórias no front, os quatro entrevistados falam ao mesmo tempo de si e de suas práticas. Isso nos ajuda a ter acesso a quem eles são – ou quem interpretam que são –, mas também às significações que circulam no cotidiano do jornalismo. Ou seja, será a partir das repetições e das relações entre as falas desses repórteres que pretendo alcançar um mapa de significações que dará, acredito, pistas sobre a atuação do correspondente de guerra e de suas rotinas produtivas.

A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para a apreensão de uma realidade, e que guarda semelhanças, mas também diferenças, com a entrevista jornalística:

São próximas no objetivo de buscar informações pessoais e diretas por meio de uma conversação orientada, no cuidado, rigor e objetivo de compreensão e na noção de que há, explicitamente, um participante interessado em apreender o que o outro tem para oferecer sobre o assunto. A entrevista como técnica de pesquisa, entretanto, exige elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos: o marco conceitual no qual se origina, os critérios de seleção das fontes, os aspectos de realização e o uso adequado das informações são essenciais para dar validade e estabelecer as limitações que os resultados possuirão. (BARROS; DUARTE, 2014, p. 64).

A escolha da entrevista como método nessa pesquisa possibilita um encontro com as memórias discursivas (GIDDENS, 2009) desse grupo de profissionais, em sua maioria com mais de duas décadas de experiência jornalística, e cujo reconhecimento por parte de seus pares é notório. Nos estudos sobre a construção da memória, Pollack (1992, p. 204) entende essa técnica como “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Allard e Anderson (2005, p. 833-843) explicam que a entrevista é considerada uma técnica segura e legítima para condução de pesquisas de campo. Além disso, é uma técnica “jornalística”, o que facilita a sua utilização. Trata-se de uma ferramenta básica de apuração, como vimos.

O ato de entrevistar uma pessoa pode ser visto como uma interação. Essa afirmação demarca não só uma postura teórica – vinculada ao interacionismo simbólico e à Escola de Chicago – como permite delimitar o formato das trocas envolvidas nesse tipo de situação. Entrevistar alguém não deve ser considerado como um incidente neutro de coleta de dados, mas um processo de negociação em torno da narrativa que será produzida nessa situação.

Uma entrevista representa um duplo processo de interpretação, do presente e do passado. As narrativas refletem os acontecimentos descritos pelo sujeito, mas também valores e estratégias articuladas *in loco* e que permitem ao entrevistado definir sua realidade, se apresentar de forma específica. Ao falar, o entrevistado ordena e reconstrói sua experiência, buscando criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos. Tais estratégias de argumentação são forjadas em função do interlocutor e também de terceiros – reais ou imaginários.

Outro aspecto que pode contribuir para que dados gerados por meio de entrevistas qualitativas permitam a compreensão de fenômenos sociais mais amplos é o que Darmon (2008, p. 149-167), fazendo referência a Everett Hughes, chama de “agregação qualitativa”. A triangulação de um número expressivo de experiências individuais permitiria, segundo o autor, multiplicar os pontos de vista sobre o fenômeno e encontrar elementos em que ele aparece objetivado. Assim, a mobilização de vários casos faria emergir características que permaneceriam invisíveis em um exame isolado do fenômeno.

Kandel (1981, p. 178) lembra que a entrevista em pesquisa “não é simplesmente um trabalho de coleta de informações, mas, sempre, uma situação de interação, ou mesmo de influência entre dois indivíduos e que as informações dadas pelo sujeito (o material que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. Assim, não estão descartadas distorções produzidas pelo pesquisador, pelo contexto e pela fonte. Como pesquisador, não estou afastado desses riscos e de eventuais equívocos.

Vilela (2006, p. 52) diz que “o sujeito é um espaço interdiscursivo”. Mesmo com as diferentes condições de produção das entrevistas – pessoalmente ou por Skype na maioria dos casos deste trabalho –, pretendo perceber os vários discursos que se entrelaçam nas falas dos quatro entrevistados e encontrar repetições ou semelhanças entre elas, que nos aproximarão

daquilo que podemos interpretar sobre o que é a prática jornalística em áreas de conflito. Como os discursos dos entrevistados são sempre interpretativos e destinados a alguém, a própria entrevista é uma construção em vários níveis, tanto do ponto de vista do entrevistado quanto do entrevistador. O entrevistado, ao falar, seleciona momentos, remete a sua memória, recorda sentimentos que interferem ou fazem parte das situações descritas. Do mesmo modo, o entrevistador seleciona, produz sentido, em diversas etapas do processo, seja na escuta, seja na elaboração da narrativa sobre a fala de seu interlocutor. Acredito que as entrevistas nos aproximam dos sentidos presentes no cotidiano das coberturas de guerra, pois marcam repetições e fixam sentidos.

Para fazer, então, a análise dessas entrevistas, busco temas-chave em torno dos quais é possível gerar redes de associações, a exemplo do que nos coloca Vilela (2006). As categorias foram explicitadas anteriormente, mas me parece importante lembrá-las: tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. Para aprofundar a reflexão sobre a prática, questionarei os entrevistados sobre temas, considerados, aqui, subcategorias: diferenças entre cobertura local e cobertura de guerra; relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, auto-censura e a questão do *embedded*; violência e risco de morrer. A partir daí, buscarei campos semânticos, ou seja, conjuntos de significados que se repetem nas entrevistas e que nos ajudarão a entender como a prática jornalística é afetada pela guerra.

Ainda sobre a entrevista, cabe ressaltar que, no âmbito científico, essa é uma técnica para a obtenção da informação por meio de uma conversa em profundidade com outra pessoa especializada para um estudo ou investigação. O advento da internet provocou inúmeras transformações na sociedade contemporânea, bem como na realização de pesquisas, permitindo ao entrevistador ter acesso ao discurso de seu entrevistado por meio de ferramentas como e-mail, salas de bate-papo, redes sociais e Skype. Na presente pesquisa, conversei com os jornalistas Andrei Netto, Deborah Berlinck e Samy Adghirni, que moram e trabalham no Exterior, utilizando a ferramenta Skype. O quarto jornalista, Humberto Trezzi, que mora em Porto Alegre, é entrevistado de forma presencial.

Em termos metodológicos, a entrevista dá acesso ao fluxo contínuo de conduta e às formas materiais de expressão da atividade por meio de uma descrição familiar. Tomando emprestados conceitos da teoria da estruturação (GIDDENS, 2009), entendo que o mais adequado método para entender as práticas é deixar o jornalista falar por si próprio, elaborar discursivamente o seu fazer jornalístico. Refletindo sobre o uso da entrevista como metodologia de pesquisa, sua utilização remonta à própria consolidação das ciências sociais, no final do

século XIX. A partir daí, tornou-se uma ferramenta importante de compreensão da realidade para diferentes disciplinas, incluindo o próprio jornalismo, que passou a incorporá-la à prática de reportagem.

A utilidade da entrevista nas pesquisas sobre jornalismo resulta, em parte, da afinidade metodológica entre esses dois saberes e também das relações estabelecidas entre o campo profissional e o campo acadêmico da comunicação no Brasil. Nos últimos anos, um número expressivo de professores e pesquisadores da área do jornalismo se originou das redações, o que leva a uma familiaridade – apesar das diferenças intrínsecas – entre novos jornalistas-acadêmicos no uso da técnica da entrevista.

Na presente pesquisa acadêmica, optarei por perguntas semi-abertas, modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa. Ela “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, furo de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. (TRIVIÑOS, 1990, p. 146). Ao longo desse capítulo, espero ter deixado explícito que a entrevista tem papéis distintos no campo jornalístico e acadêmico. O pesquisador tem o tempo a seu favor. Jornalista joga contra o mesmo. A urgência da impressão e da difusão da notícia talvez sejam causas da pouca seriedade no trato da entrevista.

A lista de questões formuladas aos entrevistados tem origem no problema de pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Por conjugar a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle, entendemos que esse método de entrevista alinha-se ao objetivo da pesquisa.

As situações narradas serão confrontadas e contextualizadas a partir de valores institucionais e normas culturais de modo que “façam sentido”. Uma vantagem desse modelo é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes.

4 O CASO GUERRA NA LÍBIA

As histórias eram “boas” em termos jornalísticos, mas também eram horrorosas, as viagens vertiginosas, o sol tão cruel quanto uma espada. E nós, jornalistas, não tínhamos a proteção – nem os direitos à perfeição dos reis. Porém, o importante era que já podia fazer parte do “pequeno exército de historiadores que escrevem a história ao pé do canhão”. Que inocente, como eu era ingênuo. Porém, a inocência, se a pudermos manter, protege a integridade do jornalista. É preciso lutar para crer nela (FISK, ROBERT, 2007. p. 23)

Buscarei neste capítulo da presente pesquisa fechar o foco no estudo de caso Guerra da Líbia a partir de um diálogo entre a fundamentação teórica apresentada no capítulo 2 e as reflexões de quatro jornalistas que cobriram o conflito. Iniciarei pela contextualização do cenário político em que a guerra ocorreu. Na sequência, apresentarei uma breve síntese sobre os jornais brasileiros O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora, empresas de comunicação para as quais trabalharam os quatro repórteres entrevistados e nas quais publicaram suas reportagens. À exceção de Deborah Berlinck, que hoje atua como jornalista independente, os demais seguiam como funcionários desses jornais até a conclusão desta pesquisa. Na sequência, partirei para a apresentação das entrevistas com os jornalistas, tensionando as respostas com os conceitos das teorias do jornalismo e o contexto da produção jornalística atual. O propósito das entrevistas foi o de melhor conhecer o perfil dos profissionais que exerceram a atividade de repórteres de guerra, as trajetórias de carreira que os levaram a chegar ao posto de jornalistas capacitados a cobrir conflitos e, principalmente, fazer uma reflexão sobre suas práticas jornalísticas no caso Líbia. As análises descritivas e interpretativas dos resultados das entrevistas serão estruturadas de acordo com as categorias explicitadas no capítulo 2.

4.1 A Líbia e os jornalistas

No contexto da Primavera Árabe, a Guerra da Líbia impôs aos jornalistas que cobriram esse conflito desafios diferentes dos enfrentados durante o trabalho jornalístico em nações vizinhas, também conflagradas entre 2010 e 2011. Primeiro país a se levantar contra o governo nesse cenário de lutas por liberdade e democracia, a Tunísia destituiu seu presidente, Zine el

Abidine Ben Ali, havia 23 anos no poder, graças a um levante popular de 27 dias. A revolta iniciara em 17 de dezembro de 2010 com uma manifestação na cidade de Sidi Bouzid. Após ter seus produtos confiscados por autoridades, o feirante Mohamed Bouazizi, 26 anos, ateou fogo ao próprio corpo. O gesto marcou o início da Primavera Árabe. No dia 14 de janeiro de 2011, sem apoio e enfrentando grandes protestos populares, Ben Ali deixou o país. A Revolução Tunisiana resultou em 338 mortos e 2,1 mil feridos.

Na sequência, em 25 de janeiro de 2011, começaram as manifestações na Praça Tahir, no Cairo. Começava a Revolução Egípcia. Havia 29 anos no poder, o ditador Hosni Mubarak também não resistiu ao levante popular e foi retirado do governo e preso em 11 de fevereiro. Episódios de violência contra jornalistas foram registrados na Praça Tahir, conforme apontamos na introdução deste trabalho: estupro de uma profissional da imprensa, equipamentos de equipes de televisão destruídos, saques e prisões de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas.

Na Líbia, terceiro país a viver a revolução no contexto da Primavera Árabe, as dificuldades impostas ao trabalho jornalístico foram ainda maiores. Ao contrário de Ben Ali e Mubarak, o presidente líbio, Muamar Kadafi, resistiu no poder por muito mais tempo e usou suas forças armadas contra grupos opositores.

A revolta na Líbia começou em 15 de fevereiro de 2011, quando centenas de líbios saíram às ruas da cidade de Benghazi, no leste do país, para protestar contra a prisão do advogado e ativista de oposição Fathi Terbil. A manifestação foi reprimida com violência pelas autoridades. Dois dias depois, novas manifestações em Benghazi e em outras quatro cidades foram reprimidas. Desta vez, houve 55 mortos. Os protestos se espalharam pelo país, mas Kadafi prometia resistir. No dia 23 de fevereiro, forças opositoristas controlavam Benghazi, declarando a região zona livre, um território autônomo dentro do país. Os revoltosos se autodenominaram Conselho Nacional de Transição (CNT), tendo Benghazi como capital, e com uma bandeira própria, que logo se tornaria símbolo da era pós-Kadafi. Os opositores formaram um governo paralelo. Diante da repressão imposta pelas forças governistas aos rebeldes e contabilizando mais de 300 mortos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução número 1.970, que impôs embargo à venda de armas ao governo líbio e proibindo 16 líderes do regime Kadafi de viajar ao exterior. A repressão das forças governistas foi definida como crime contra a humanidade²⁹. Os rebeldes avançavam rumo a Trípoli, capital

²⁹ Segundo artigo de Luiz Flávio Gomes (2009), a definição do que se entende por crime contra a humanidade (ou crime de lesa-humanidade) foi dada, pela primeira vez, pelos Princípios de Nuremberg (de 1950), aprovados pela ONU, que contam (no plano internacional) com o status de *ius cogens* (direito cogente, imperativo). Praticamente todos os tribunais penais internacionais assim como a Corte Interamericana de Direitos Humanos admitem tais princípios como integrantes do *ius cogens* (do direito internacional cogente ou imperativo). De forma genérica,

oficial da Líbia e sede do regime. Na sequência, vários países reconheceram o CNT como o governo de direito e interlocutor diplomático legítimo da Líbia, embora Kadafi continuasse no poder. Um mês após o início da revolução, o Conselho de Segurança da Nações Unidas aprovou uma nova resolução, instaurando uma zona de exclusão aérea sobre o país, autorizando “todas as medidas necessárias” para proteger populações civis. No dia 19 de março, França e Estados Unidos fizeram o primeiro ataque contra o exército de Kadafi. Facilitados pelos bombardeios, os rebeldes chegaram a Trípoli em 21 de agosto. Em 20 de outubro, Kadafi foi capturado e linchado até a morte.

A maior parte dos jornalistas internacionais que cobriu os primeiros meses da Guerra da Líbia ingressou no país de forma clandestina pela fronteira com o Egito. Esta região no leste do país era controlada pelos rebeldes. Não havia governo oficial – muito menos controle fronteiriço. Jornalistas cobriam apenas o lado dos grupos opositores – muitas vezes, acompanhavam cenas de batalhas contra o exército oficial, mas sempre *embedded* com os revoltosos. Foi o caso de dois jornalistas entrevistados para esta pesquisa – Humberto Trezzi e Deborah Berlinck. Um outro grupo de jornalistas, menor em número do que os de Benghazi, acompanhou a guerra a partir da fronteira Oeste, entre a Líbia e a Tunísia. Foi o caso de Andrei Netto e de Samy Adghirni, os outros dois entrevistados neste trabalho. Nessa região, a apuração restringia-se durante várias semanas a entrevistas com refugiados que deixavam o país e a narrativas sobre campos de exilados formados na fronteira. Nesse lado do país, as forças de Kadafi ainda controlavam o território.

Poucos jornalistas ingressaram na Líbia, de forma clandestina, a partir da fronteira Oeste – foi o caso de Netto e Adghirni³⁰, também de forma clandestina. Em Trípoli, praticamente não havia jornalistas internacionais nos primeiros meses da guerra - o documento de visto para entrar na Líbia demorava meses e normalmente era negado a repórteres estrangeiros.

Além do ingresso como clandestino, o que poderia resultar em prisão e deportação, caso os jornalistas fossem localizados pelo exército regular, havia limitações para a transmissão de relatos de dentro da Líbia. Kadafi cortou a comunicação em cidades controladas pelos rebeldes, impossibilitando o uso de internet e de redes de telefonia. Os correspondentes de guerra também

são atos de perseguição, agressão ou assassinato contra um grupo de indivíduos, ou expurgos, assim como o genocídio, passíveis de julgamento por tribunais internacionais por caracterizarem a maior ofensa possível. Disponível em: <<http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1633577/crimes-contra-a-humanidade-conceito-e-imprescritibilidade-parte-ii>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

³⁰ Como enviado especial de Zero Hora, também entrei na Líbia a partir do território tunisiano, pelo Oeste, chegando a Nalut, em março de 2011. O relato que fiz, para a Rádio Gaúcha, é considerado o primeiro de uma rádio brasileira de dentro da Líbia.

só conseguiam se deslocar com os rebeldes – o que os tornava *embedded* nesses grupos e alvos das tropas de Kadafi. Trezzi foi ferido em um acidente enquanto fugia, junto a combatentes, após testemunhar uma batalha em Ras Lanuf. A confiança em relação a esses grupos era outro ponto de atenção. Correspondente de O Estado de S. Paulo, Netto foi traído por uma fonte e preso, episódio que culminou em sua deportação. Os jornalistas brasileiros não foram as únicas vítimas de violência. No mesmo dia em que o jornal O Estado de S. Paulo anunciou oficialmente que seu repórter estava desaparecido, a rede de TV britânica BBC informou que três de seus jornalistas, Ferras Killani, Chris Cobb-Smith e Goktay Koraltan, haviam sido presos pelas forças do governo líbio e submetidos a tortura.

Por acreditar que esses eventos, experiências e complexidades podem afetar a prática jornalística, entendo que o estudo do caso Guerra na Líbia contribui para a discussão sobre o fazer jornalístico em áreas de conflito.

4.2 O jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora

Antes de partir para as entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros que atuaram na Líbia como correspondentes de guerra, busco fazer um breve resumo bibliográfico dos quatro veículos de comunicação para os quais trabalhavam, à época, os profissionais em questão. Esses jornais foram escolhidos para a pesquisa por serem os maiores do Brasil em circulação, por se tratarem de referências em seus Estados, alguns com circulação nacional, e por contarem com repórteres na Guerra da Líbia, transmitindo reportagens diárias para suas sedes³¹.

Mais antigo dos jornais apresentados nesta pesquisa, o jornal O Estado de S. Paulo (conhecido como Estadão) foi fundado em 4 de janeiro de 1875, em São Paulo. Inicialmente, levava o nome de A Província de S. Paulo. Após a proclamação da República, em 1879, adotou o título atual. Embora tenha apoiado a mudança de regime, o jornal se mostrou independente de partido político nos primeiros anos da República, recusando-se a servir aos interesses do ascendente Partido Republicano Paulista (PRP). Desde as primeiras décadas, tornou-se

³¹ Há pouca bibliografia sobre a história dos quatro jornais. Informações sobre O Estado de S. Paulo foram retiradas do acervo digital do jornal, disponível em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm. Os dados da Folha de S. Paulo também foram pesquisados no arquivo digital da publicação, disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/historia_folha.htm. A história de O Globo está presente no espaço Memória O Globo, de onde foram coletados dados, que estão disponíveis em: <http://memoria.oglobo.globo.com>. Para Zero Hora, foram utilizados os livros RBS: da voz do poste à multimídia, de Lauro Schirmer, e a obra em comemoração aos 50 anos do Jornal Zero Hora e informações retiradas do site oficial do Grupo RBS. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/atuação/zerohora/>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

referência em jornalismo internacional no Brasil, contratando os serviços da agência de notícias Havas, então maior do mundo.

Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Foi estabelecida uma linha mestra, que caracteriza o jornal até hoje: "fazer da sua independência o apanágio de sua força". A mais antiga de todas as seções, conhecida como "Notas e Informações", sempre localizada à página 3, mantém ainda hoje a postura do jornal de unir, em seus editoriais, conservadorismo político e liberalismo econômico, sendo uma das colunas mais emblemáticas de O Estado de S. Paulo. A circulação do jornal em 2014 era de cerca de 237.901 exemplares diários, segundo o Índice Verificador de Circulação (IVC), sendo o sétimo jornal em média de circulação paga.

O jornal Folha de S. Paulo (conhecido entre leitores e jornalistas apenas como "Folha") foi fundado em 19 de fevereiro de 1921, também em São Paulo. Segundo dados do IVC, é a segunda publicação diária de maior circulação no Brasil, com tiragem média de 351.745 exemplares em 2015. Pertencente ao Grupo Folha é considerado, ao lado de O Estado de S. Paulo, um dos jornais mais influentes do Brasil. Sua fundação foi obra dos jornalistas Olival Costa e Pedro Cunha, que, desde o início, estabeleceram-se como oposição à publicação já existente na capital paulista, O Estado de S. Paulo, de viés conservador e ligado aos interesses das elites. Inicialmente, o diário tinha o nome de Folha da Noite. Era um jornal vespertino, com um projeto que pregava textos curtos, enfoque mais noticioso do que opinativo, agilidade e proximidade. A partir do sucesso empresarial, em julho de 1925, um segundo jornal foi criado, a Folha da Manhã. Em 1945, após mudanças acionárias, as edições diurna e vespertina do mesmo grupo foram fundidas, dando origem à Folha de S. Paulo. O diário teve como foco, desde sua fundação, o trabalhador urbano, mais uma vez em oposição ao seu concorrente na cidade, que, nos primeiros tempos, tinha como público-alvo o leitor mais elitizado.

O Globo foi fundado em 29 de julho de 1925 no Rio de Janeiro. Integrante do Grupo Globo, que administra também a Rede Globo de Televisão e a Rádio Globo, o jornal tem como público leitor, em sua maioria, o cidadão do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Funcionou como jornal vespertino até 1962, quando se tornou matutino. De viés conservador, dispõe de uma média diária de 333.860 exemplares, sendo o terceiro jornal em circulação, segundo o IVC, em 2015.

Mais jovem dos jornais analisados e o único em formato tablóide, Zero Hora foi fundada em 4 de maio de 1964 pelo jornalista Ary de Carvalho a partir do fechamento de A Última Hora, publicação pertencente ao grupo de Assis Chateaubriand, os Diários Associados, por

ocasião do golpe cívico-militar brasileiro. Sua primeira sede localizava-se à Rua Sete de Setembro, centro de Porto Alegre. Em 1969, foi inaugurado prédio atual, na Avenida Ipiranga, no bairro Azenha. O atual grupo empresarial detentor da maioria das ações, o Grupo RBS, da família Sirotsky, comprou a maior parte das ações do jornal, passando a controlá-lo, em 21 de abril de 1970. Em 1975, a publicação passou a circular em todos os municípios do Rio Grande do Sul. De viés liberal, sua linha editorial defende o livre-mercado e referencia-se como “porta-voz” da sociedade gaúcha. Em 2015, tinha uma circulação média diária de 210.661 exemplares, sendo o sexto maior do país.

A RBS, ao qual Zero Hora está filiada, é um grupo de comunicação com atuação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com emissoras de rádio e televisão e jornais. É filiada à Rede Globo de Televisão.

Com exceção de Zero Hora, os demais jornais contam com correspondentes internacionais em cidades como Buenos Aires, Caracas, Nova York, Genebra, Paris, Londres, Tel-Aviv, Pequim, entre outras. Em caso de grandes acontecimentos em outras regiões do planeta – em especial guerras -, esses jornais deslocam seus correspondentes para as áreas em questão ou enviam repórteres a partir de suas sedes, os chamados “enviados especiais”. Zero Hora, por não contar com correspondentes internacionais, costuma deslocar um enviado especial a partir de Porto Alegre. As notícias internacionais normalmente são concentradas nas editorias Mundo de O Globo e Folha de S. Paulo e na seção Internacional de O Estado de S. Paulo. Zero Hora é o único jornal entre os analisados que não tem uma editoria específica sobre o tema³².

É importante salientar que a cobertura de notícias internacionais nos jornais brasileiros vem enfrentando particularidades, especialmente a partir da primeira década do século XXI. Embora os estudos sobre a redução dos espaços dedicados aos temas internacionais sejam escassos, alguns autores (NATALI, 2004; SILVA, 2011) relatam a diminuição desse tipo de cobertura após a redemocratização do país. Em consequência, pode-se inferir que, se os espaços para esse tipo de assunto estão menores, há também uma redução das oportunidades para um jornalista exercer a função de correspondente de guerra. Apesar da crise econômica do modelo jornal e da redução apontada na cobertura de fatos internacionais, os quatro jornais brasileiros

³² Em maio de 2014, o jornal Zero Hora passou por uma ampla reforma gráfica e de processos. Uma das principais mudanças foi a extinção de editorias tradicionais, como Política, Economia, Mundo, Geral e Polícia. Esses assuntos passaram a aparecer dentro da editoria de Notícias. À época da Guerra da Líbia, antes da reforma da redação, as reportagens dos enviados especiais apareciam sob a cartola “Mundo”.

dedicaram ampla cobertura à Guerra na Líbia, enviando seus repórteres ao país – em alguns momentos mais de uma vez.

4.3 Entrevistas com os quatro jornalistas brasileiros

Ao escolhermos como um dos métodos de pesquisa a entrevista, tivemos como objetivo ampliar o conhecimento sobre quem são os profissionais que cobriram a Guerra da Líbia e como suas práticas foram afetadas pelo acontecimento guerra. Como explicitado no capítulo de procedimentos metodológicos, o objetivo foi complementar o levantamento de indicadores que pudessem colaborar para a análise mais ampla do fenômeno pesquisado. A decisão pela realização de entrevistas levou em conta a percepção de que as identidades autodeclaradas e a consciência de si dos jornalistas levariam a uma melhor compreensão de como se constitui a identidade do correspondente de guerra e de como ele atua. São os próprios sujeitos que definem seus papéis no processo jornalístico. As histórias individuais, que, em conjunto com as experiências e episódios de progressão na carreira, mostram-se instrumentos fundamentais para uma análise qualitativa de sua prática. Por meio de questões abertas, busquei levantar as características pessoais dos profissionais, informações sobre suas trajetórias profissionais, como se tornaram correspondentes de guerra, e, principalmente, motivá-los a refletir sobre suas práticas jornalísticas, os riscos a que foram expostos, o relacionamento com fontes, o impacto da tecnologia, e possíveis transcendências, que extrapolam o trabalho em si. Andrei Netto³³, Samy Adghirni³⁴ e Deborah Berlinck³⁵ concederam entrevistas via Skype, ferramenta de comunicação por voz e vídeo, pela internet. Trezzi³⁶ e eu conversamos presencialmente. As entrevistas foram feitas entre a última semana de julho e a primeira quinzena de agosto de 2015.

³³ Entrevista com Andrei Netto feita em 7 de agosto de 2015.

³⁴ Entrevista com Samy Adghirni feita em 1 de agosto de 2015.

³⁵ Entrevista com Deborah Berlinck feita em 25 de julho de 2015.

³⁶ Entrevista com Humberto Trezzi feita em 13 de agosto de 2015.

4.4 Apresentação dos entrevistados

Nesta seção, apresentarei uma breve biografia dos jornalistas que compuseram o grupo de entrevistados, a partir de informações fornecidas pelos próprios profissionais durante as entrevistas e por meio de relatos bibliográficos contidos em suas obras.

Andrei Netto é correspondente do jornal O Estado de S. Paulo em Paris, França. Nascido em 1977 em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, graduou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É doutor em sociologia pela Université René Descartes, de Paris. Iniciou sua carreira no jornal Gazeta Mercantil, em Porto Alegre, tendo passado também por Zero Hora. Cobriu a Guerra na Líbia a partir da fronteira com a Tunísia, em 2011, tendo ingressado no território da Líbia *embedded* em tropas opositoras. Foi preso pelas forças governistas de Muamar Kadafi e deportado do país. Registrou seus testemunhos no livro O silêncio contra Muamar Kadafi – A revolução da Líbia pelo repórter brasileiro que esteve nos calabouços do regime³⁷. A obra foi lançada posteriormente em inglês com o título *Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels*³⁸.

Samy Adghirni é correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Caracas, nasceu em Lyon, França, filho de mãe brasileira e pai marroquino, graduou-se em jornalismo pela Universidade Stendhal de Grenoble (França). Trabalha na Folha de S. Paulo desde 2008. Antes, passou por diversos veículos de comunicação franceses, como a agência France Presse e as rádios BFM e Radio France Internationale. No Brasil, trabalhou no jornal Correio Braziliense. Especializado em Oriente Médio, Adghirni foi correspondente da Folha de S. Paulo em Teerã, período no qual escreveu o livro *Os iranianos*³⁹. Participou de coberturas jornalísticas das revoltas na Tunísia e Egito e nas guerras na Líbia e na Síria.

Deborah Berlinck nasceu no Rio de Janeiro, onde formou-se em Comunicação Social na antiga Faculdade da Cidade. É mestre em Relações Internacionais pelo Graduate Institute for International and Development Studies, em Genebra (Suíça), certificado pela Universidade de Maryland (EUA). Tem especialização concluída por meio de bolsa da Fundação Ford para estudar o processo decisório das políticas do governo americano. É co-autora de dois livros, um publicado na França (*“Désirs de France”*⁴⁰) e outro *“Fuelling the Flames: Brokers and Transport*

³⁷ NETTO, Andrei. **O segredo contra Muamar Kadafi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁸ NETTO, Andrei. **Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels**. Palgrave Macmillan, 2014.

³⁹ ADGHIRNI, Samy. **Os iranianos**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁴⁰ BERLINCK, Deborah; et. al. **Désirs de France**. Paris: Éditions Michalon, 2007.

Agents in the Illicit Arms Trade”⁴¹. À época da Guerra da Líbia, trabalhava como correspondente do jornal O Globo em Genebra, Suíça. Foi enviada especial ao conflito, tendo ingressado pela região de Benghazi, território sob controle das tropas da oposição. Hoje, trabalha como jornalista independente.

Humberto Trezzi é repórter especial do jornal Zero Hora. Nascido em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, em 1962, graduou-se em Comunicação pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Iniciou sua atuação profissional como jornalista no jornal Gazeta Mercantil (sucursal Porto Alegre), tendo passado também pelo Diário do Sul. Como enviado especial de Zero Hora, participou de coberturas criminais, de guerras e de rebeliões em lugares como Paraguai, Uruguai, México, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbia, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2010, foi enviado ao Chile para a cobertura do terremoto que atingiu o país. Ganhou mais de 40 prêmios de jornalismo, entre eles o Esso Nacional de Jornalismo 2013 e diversos na área de direitos humanos. Substituiu a mim na Líbia, em 2011, tendo ingressado no país a partir da fronteira com o Egito. Retornou à Líbia no mesmo ano para cobrir a queda final do regime de Kadafi. É autor do livro *Em terreno minado*⁴².

4.5 Diálogo entre a teoria e a experiência empírica

Neste capítulo, buscarei estabelecer um diálogo entre a experiência empírica dos entrevistados durante a cobertura da Guerra da Líbia, as reflexões sobre suas práticas e a fundamentação teórica deste trabalho feita no capítulo 2. É importante salientar que as análises deste capítulo se restringem a uma amostragem – o trabalho de quatro repórteres que cobriram a Guerra da Líbia – e não devem ser estendidas ao conjunto dos veículos de comunicação brasileiros ou internacionais que eventualmente tenham trabalhado na cobertura jornalística do conflito.

Para melhor sistematizar os tensionamentos entre teoria e experiência empírica, foram criadas as seguintes categorias:

1. Tornar-se correspondente de guerra;
2. A prática no exercício da produção jornalística;
3. Reflexões que transcendem a prática.

⁴¹ BERLINCK, Deborah; et. al. **Fuelling the Flames: Brokers and Transport Agents in the Illicit Arms Trade**. Nova York: Oxford University Press, 2001.

⁴² TREZZI, Humberto. **Em terreno minado**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

4.5.1 Tornar-se correspondente de guerra

Iniciamos as entrevistas com uma questão aberta para ouvir os entrevistados relatarem sua formação e descreverem como chegaram à condição de repórteres de guerra. Todos os profissionais ouvidos são jornalistas. Entre as principais competências, o domínio de idiomas é evidente, com predominância do inglês, do espanhol e, em alguns casos, do francês.

Ao observar o todo, alguns detalhes se sobressaem. No geral, os entrevistados têm experiências focadas em um tipo de plataforma midiática, com maior grau de especialização em jornal impresso. Também demonstram interesse por conhecimento histórico, gosto pessoal por viagens, curiosidade em conhecer culturas diferentes, além de sólida formação acadêmica na área da Comunicação e do Jornalismo. Em alguns casos, têm ainda especializações nas áreas de Ciências Sociais e de Relações Internacionais. Dos quatro entrevistados, três atuam como correspondentes internacionais – ou seja, na definição de Brasil (2012), estão fixados em cidades no exterior, são responsáveis por escrever de forma regular para jornais, especialmente sobre o país em que moram. Apenas Trezzi atua, em sua rotina diária, como repórter de assuntos locais. Entretanto, por se tratar de um repórter especial, posto considerado de elite entre os pares, normalmente é deslocado para coberturas de profundidade ou para fazer reportagens investigativas regionais, nacionais ou internacionais.

O jornalismo surge como uma profissão tardia para os quatro repórteres entrevistados para esta pesquisa. Netto afirma que, antes de se decidir pela profissão, estudou Arquitetura e Publicidade. Foi por meio do segundo curso de graduação, inserido no campo das Ciências da Comunicação, que estabeleceu contato com o Jornalismo, migrando, posteriormente, para este ramo do conhecimento. Na entrevista, ele afirma que, enquanto estudante, rejeitava a carreira de jornalista, ainda que esse fosse um desejo de sua mãe. O gosto pelo jornalismo e, pela função específica dos assuntos internacionais, surgiu na graduação:

Eu tinha uma visão ideológica muito fechada na época, muito crítica em relação ao mercado de trabalho gaúcho. Isso gerava uma certa rejeição. Jornalismo internacional veio desde o tempo da faculdade, quando eu estava estudando, quanto mais eu me interessava pelo jornalismo, lia livros jornalísticos, relatos de não-ficção, mais eu percebia que era isso, eu tinha uma tendência pelo jornalismo internacional. (NETTO, 2015).

Trezzi chegou a prestar concurso vestibular para odontologia. Seu pouco conhecimento de matemática, entretanto, o fez optar pela área das ciências humanas, dentre as quais a Comunicação: “Fui para o jornalismo escrito, (...) uma coisa que eu gostava de fazer era ler.

Pensei: ‘Deve ser mais ou menos que nem ler. Vou inventar um estilo aí...’ E fui fazendo” (TREZZI, 2015).

Berlinck compartilha com Netto e Trezzi a descoberta tardia do jornalismo. Buscou primeiro o curso de publicidade e só trocou pelo jornalismo após uma oportunidade como estagiária no jornal O Globo. Filha de uma família de classe média, aliou a teoria aprendida na faculdade à experiência empírica das primeiras reportagens em regiões suburbanas do Rio de Janeiro como repórter iniciante.

Eu nunca tive oportunidade de conhecer esse lado do Rio, as favelas, os subúrbios, pra mim o jornalismo foi um despertar como pessoa (...) Comecei como repórter no Rio, cobrindo tudo relacionado à cidade, incluindo favelas, vi meu primeiro morto na minha vida, esse tipo de coisa, assassinato, toda aquela realidade que alguém de classe média não via. (BERLINCK, 2015).

As carreiras de Berlinck, Trezzi e Netto foram forjadas na prática do jornalismo diário da cobertura de cidades. Com diferentes nomes, a editoria dedicada a abordar temas relacionados às metrópoles tem em comum a cobertura de violência urbana, trânsito, acidentes, condições das estradas, avenidas, inundações, tragédias ambientais, educação. No saber informal das redações, é nessa seção que trabalham repórteres “puro-sangue”, calejados pela crueza do dia a dia dos dramas humanos. Berlinck adicionou à experiência como repórter de Cidades um período como correspondente em Brasília, na cobertura do noticiário político nacional e do Ministério das Relações Exteriores: “Ali, eu já queria ser correspondente internacional” (BERLINCK, 2015). A profissional buscou formação em cursos no exterior, nos Estados Unidos e na França. Foi em um deles que decidiu propor uma reportagem sobre a Guerra na Bósnia⁴³. Em seguida, iria à Albânia⁴⁴ e ao Kosovo⁴⁵.

O trabalho na cobertura de assuntos de cidades, em Zero Hora reunidos na editoria de Notícias, deu a Trezzi uma experiência, ele acredita, útil também em zonas de guerra:

⁴³ A Guerra da Bósnia foi um conflito armado, ocorrido entre abril de 1992 e dezembro de 1995, no contexto de desmantelamento da ex-Iugoslávia. A guerra foi causada por uma combinação complexa de fatores políticos e religiosos: o fervor nacionalista, crises políticas, sociais e de segurança que se seguiu ao fim da Guerra Fria e a queda do comunismo na antiga Iugoslávia. E também, devido ao envolvimento dos países vizinhos como a Croácia e a Sérvia e Montenegro. O resultado: houve uma partilha do território entre Bósnia e Herzegovina, de acordo com o Acordo de Dayton. Enorme número de vítimas bósnias e mais de 1 milhão de refugiados (de todos os lados). Cerca de 200 mil pessoas morreram.

⁴⁴ Nação da península balcânica, a Albânia pertencia ao império soviético entre 1945 e 1992. Era um dos países mais fechados do mundo. Com o fim da URSS, aliou-se à China. Foi um dos principais países receptores de refugiados das Guerras nos Bálcãs.

⁴⁵ Também nos Bálcãs, Kosovo é um território considerado independente por cerca de metade dos países que integram as Nações Unidas. A outra metade o considera uma região da Sérvia. A área viveu uma intensa luta por independência em 1998 e 1999 no momento em que a antiga Iugoslávia se esfacelava como país.

No jornal, em algum momento pensaram que, se eu estava acostumado a lidar com sangue e com situações-limite, eu poderia ir para uma guerra. Então, descobri, lendo o livro “A primeira vítima”, que tu também leste e gostas, que era muito comum, no século XIX, os caras pegarem repórteres que cobriam área de crime e de cidades e mandarem para as guerras. Porque não existia correspondente de guerra. Quando tinha eventualmente uma guerra, eles pegavam o cara que cobria situações duras, que fazia denúncia no jornal. (TREZZI, 2015).

Único dos quatro entrevistados nascido no exterior, filho de mãe brasileira e pai marroquino, Adghirni atribui à influência multicultural do meio familiar e do círculo de amigos o interesse pelos assuntos internacionais. A exemplo de Netto, Berlinck e Trezzi e, apesar da mãe jornalista, ele também optou pelo jornalismo de forma tardia: “Querida ser diplomata porque cresci nesse meio (...) Sempre tive uma pegada meio internacional” (ADGHINRI, 2015).

Ao lado do gosto pelos assuntos internacionais, Netto acredita que seu interesse pelo tema dos direitos humanos o tenha levado à cobertura de conflitos. Uma de suas primeiras reportagens em Zero Hora foi sobre a precariedade do sistema prisional do Rio Grande do Sul. “A guerra pra mim é quando os direitos humanos ultrapassaram a linha vermelha, quando deixou de ser uma ameaça, e passou a ser um risco concreto, iminente. (...) Cobrir este assunto (guerra) é uma forma de cobrir direitos humanos.” (NETTO, 2015)

Apesar do gosto por assuntos internacionais, Netto acredita que a carreira de correspondente é forjada ao longo de anos de acúmulo de conhecimento e de experiências.

Não é uma coisa que acontece do dia pra noite. Inclusive quando eu recebo muita gente se oferecendo para ser correspondente internacional, “eu gostaria de ser correspondente internacional”... Eu digo: “Cara...” Nas vezes em que eu respondo, às vezes eu não respondo porque isso me ofende até. “Cara, isso é uma carreira”. A rigor, na faculdade, não se tem muito claramente a noção de como chegar a essa função. (NETTO, 2015).

O espírito aventureiro é uma característica presente entre os repórteres e que fica evidente nas entrevistas, em congruência com o que Traquina classifica como um mito da cultura jornalística, segundo o qual evoca-se a figura do repórter que “está lá, em cima do acontecimento, em contato direto, a presenciar, testemunha ocular da história em devir”. (2013. p. 54).

É um pouco esse senso de testemunha ocular que Netto (2015) relaciona com o sentido da experiência aventureira: “(...) No sentido de ser uma experiência... de estar além da linha vermelha dos direitos humanos”. Ou, nas palavras de Trezzi (2015), o gosto por situações-

limite: “Eu gostava de aventura, situações-limite. Andava em delegacia, andava nessas coisas da PM”⁴⁶ (2015). Isso, naturalmente, acabou me orientando para esse gosto pelo jornalismo criminal, que é o que eu acabei fazendo a maior parte do tempo.”

Não há regra e tampouco pode-se dizer que existe um caminho formal para tornar-se jornalista de guerra. Entretanto, nos quatro casos analisados, percebe-se que os repórteres foram moldando-se como jornalistas aptos a cobrir guerra a partir de experiências com violência, criminalidade e mesmo conflitos em diferentes graus de intensidade, mas já com algum risco⁴⁷. Adghirni fez sua primeira cobertura em zona de conflito ao acompanhar uma delegação da Câmara dos Deputados do Brasil em visita à Palestina em 2004:

Foi uma viagem muito enquadrada, tinha segurança, a gente tinha estrutura, tinha proteção da embaixada, mas, mesmo assim, tu já sentes a pressão, já vêes destruição, já vêes palestino jogando pedra e recebendo disparo de bomba de gás lacrimogêneo, vêes helicóptero atacando. (ADGHIRNI, 2015).

A segunda experiência foi no Iraque, em 2009, também com segurança relativa: “Fui com um esquema de proteção fornecido pelo governo iraquiano” (2015). Na terceira experiência, de volta ao Iraque, Adghirni viajou sozinho: “(...) Aí eu já estava largado, sozinho. E aí tem que ter os bons reflexos, a experiência ajuda, a maturidade ajuda” (2015).

Netto acredita que se aprende a ser jornalista de guerra. Como requisito, ele afirma a necessidade de gosto pessoal pelo tema guerra ou assuntos afins, como, em seu caso, direitos humanos. Em segundo lugar, ele destaca uma formação técnica, por meio de leituras e da prática:

Você só cobre guerra quando está bem informado. Guerra é uma experiência extrema do jornalismo. Você aprende métodos, você aprende práticas que reduzem riscos, e isso é fundamental. (...) Ser correspondente de guerra não é um improviso. É você buscar formação. (NETTO, 2015).

Há um entendimento entre os jornalistas entrevistados segundo os quais o saber adquirido nas redações e na cobertura do dia a dia ajuda na prática jornalística na zona de guerra. Porém, somente a experiência *in loco* credencia o repórter, perante os demais colegas e perante

⁴⁶ PM é a sigla para Polícia Militar, no Rio Grande do Sul a corporação é denominada Brigada Militar.

⁴⁷ No meu caso, fui repórter da editoria Mundo a partir do fim da graduação em jornalismo, em 2001. Também atuei como repórter de Geral e Política. Antes de cobrir as guerras da Líbia e do Líbano, fui enviado especial de Zero Hora a situações de catástrofes, como o furacão Katrina, que atingiu New Orleans, nos Estados Unidos (2005).

a direção dos jornais, para as próximas: “Uma viagem te credencia mais para a próxima” (ADGHIRNI, 2015). Trata-se de um saber acumulativo, conforme o jornalista: “Se aprende a trabalhar em conflito, a ser enviado especial em conflito (...) A sorte é que, no meu caso, foi muito um processo gradual (...) Foi acontecendo aos poucos”.

Trezzi concorda que “se aprende a ser jornalista de guerra” na experiência empírica da prática na zona de conflito:

Se aprende... se aprende... Acho que, com algumas, uma ou duas... Tu já estás escolado. Porque é tão intenso... Em poucos dias, tu tens de te virar, seja com línguas, seja pra não ser enganado, seja pra não ser assaltado, seja pra não ser sequestrado e seja pra não ser bombardeado ou degolado. Tu tens de te virar. São situações em que o repórter vai testar todas as suas habilidades, não apenas algumas. (TREZZI, 2015).

Como vimos, há uma diferença entre o correspondente internacional fixo, deslocado para fazer coberturas por um longo período de tempo - com residência determinada no país para o qual foi deslocado -, e o enviado especial. Esta segunda categoria é identificada como sendo um repórter deslocado para outro país a fim de narrar um acontecimento específico, por um determinado tempo. Ao término da cobertura, o profissional retorna para sua nação de origem. As características do trabalho de um correspondente e do enviado especial são semelhantes. Williams afirma que “as contendas entre os dois tipos de repórteres e seus diferentes *modus vivendi* sempre desempenharam um papel relevante na natureza das coberturas internacionais” (2011, p. 25). Não há, entretanto, no grupo de jornalistas entrevistados, divergências sobre as classificações de enviado especial e correspondente internacional. Netto, Berlinck e Adghirni eram correspondentes internacionais de seus jornais e atuaram como enviados especiais durante a Guerra da Líbia ao serem deslocados de suas bases para o país africano. Trezzi não atua como correspondente internacional. Porém, também é enviado especial, no momento em que atua fora de seu país, como no caso na Líbia.

Com exceção de Netto, que não entra no mérito da questão, todos os demais jornalistas entrevistados salientam, mesmo sem serem questionados, que não se consideram correspondentes de guerra. Os entrevistados reconhecem em si características comuns aos jornalistas de conflito, como “curiosidade histórica, formação internacionalista e uma característica aventureira que Berlinck, por exemplo, classifica como “kamikaze”⁴⁸:

⁴⁸ Ao se referir ao termo kamikaze, a jornalista utiliza-se de uma metáfora comum no Ocidente para identificar uma ação arriscada, suicida, mesmo que em sentido figurado. A palavra, que significa “vento divino” identifica o

Eu acho que não é qualquer um que pode ser correspondente de guerra. Eu nem me considero uma correspondente de guerra, porque o verdadeiro correspondente de guerra é o cara que praticamente só faz isso. Ele sai de um conflito e vai pra outro. (BERLINCK, 2015).

Adghirni e Trezzi corroboram da opinião de Berlinck. Segundo eles, não existe a figura do correspondente de guerra no Brasil:

O que existe no Brasil é o enviado especial a conflitos. Porque correspondente de guerra, mesmo fora do Brasil, é uma raça em extinção. Correspondente de guerra, na definição que tenho, é alguém que vive de guerra, que vai de uma guerra para outra guerra. Guerra, guerra, guerra, guerra, guerra... São pouquíssimos. Alguns da CNN. Um ou outro cara da Reuters. (ADGHIRNI, 2015).

Trezzi acrescenta:

Não tem correspondente de guerra no Brasil. Até porque o Brasil é um país muito pouco afeito a guerras. (...) O Brasil não se envolveu em guerras, não se envolvendo em guerras, não existe uma galvanização nem da população nem dos leitores para o assunto guerra. E aí não tem correspondente. O que tem são pessoas como tu, como o Marcelo Rech⁴⁹, que são, eventualmente, pinçadas de suas tarefas no dia a dia e enviadas a guerras. E como um cara que fez carreira cobrindo várias guerras, mesmo assim não é só repórter de guerra, que é o Lourival Sant'Anna.⁵⁰ (TREZZI, 2015).

De fato, nenhum jornalista brasileiro vive apenas de cobrir guerras. Porém, como vimos, por definição, a correspondência de guerra consiste na transmissão periódica de notícias de uma guerra por repórteres enviados por órgãos de imprensa a uma zona conflagrada. Nesse sentido, essa prática consiste em um tipo específico de jornalismo internacional, exercido por um repórter no local do acontecimento guerra. Sendo assim, os quatro jornalistas, mesmo que não o admitam e não se considerem como tais, exerceram a função de correspondentes de guerra no caso da Líbia.

grupo de pilotos de aviões japoneses carregados de explosivos cuja missão era realizar ataques suicidas contra navios dos Aliados nos momentos finais da campanha do Pacífico na Segunda Guerra Mundial.

⁴⁹ Marcelo Rech é jornalista gaúcho, diretor de Jornalismo do Grupo RBS e ex-diretor de Redação de Zero Hora. Como repórter, cobriu alguns dos principais conflitos do final do século XX, como as guerras nos Bálcãs e do Golfo.

⁵⁰ Lourival Sant'Anna é jornalista goiano, diretor-adjunto do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, diretor de documentários na 2F Fact Finding Films e comentarista de assuntos internacionais da Rádio CBN. Foi repórter especial de O Estado de S. Paulo, pelo qual cobriu mais de 60 países, entre os quais guerras no Afeganistão, Iraque, Kosovo e Faixa de Gaza.

4.5.2 A prática no exercício da produção jornalística

Como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front? Esta é a pergunta central deste trabalho. Para refletir sobre esta questão, continuarei estabelecendo um diálogo entre a experiência empírica dos quatro jornalistas que atuaram na cobertura do conflito da Líbia e a fundamentação teórica desta pesquisa.

Dos quatro repórteres entrevistados, dois entendem que a guerra altera radicalmente sua prática jornalística de uma maneira geral. Netto refere esta afetação desde o planejamento para a cobertura até o relacionamento com fontes e exposição à violência. Adghirni destaca, de forma enfática, as condições subumanas a que o repórter está exposto – e como essa situação pode levar a alterações no processo de apuração jornalística. Embora menos explícita do que os colegas diante da pergunta “como a guerra afeta a prática jornalística”, Berlinck, à medida que o diálogo avança, avalia tensionamentos na relação com a fonte, na exposição ao risco de morrer e na logística da cobertura: “É uma guerra de armas, mas é sobretudo uma guerra de propaganda”. Trezzi, possivelmente o mais experiente em coberturas de criminalidade locais e nacionais, entende que a situação de conflito no exterior não altera seu modo de trabalhar.

Netto (2015) afirma que sua prática jornalística é “totalmente influenciada” pela guerra. Esta afetação começa, segundo o repórter, desde o planejamento para a viagem a uma zona de confronto: “Muda tudo, desde o início, desde o primeiro momento, desde a decisão de ir”. Na ocasião da entrevista para esta pesquisa, o jornalista escrevia uma reportagem sobre a onda de migração de refugiados de conflitos que buscaram abrigo na Europa. Ele compara o planejamento para uma cobertura como esta, em que praticamente não foi necessário um pré-contato com a comunidade a ser visitada, e no caso de uma reportagem de guerra:

Eu simplesmente peguei um trem até Calais, fui até o acampamento. Se fosse cobrir uma guerra em Calais, eu primeiro estabeleceria, a partir de Paris, contatos com comunidades da região, pessoas com vínculos nacionais. Estabeleceria contatos com ONGs, organizações humanitárias que já trabalham na área. E aí, sim, eu iria para lá, tendo contatos lá, com pessoas que me esperassem lá. Eu não chegaria diretamente. (NETTO, 2015).

Para Adghirni, a principal afetação da guerra na prática jornalística diz respeito à logística com a qual o repórter precisa se preocupar para reduzir riscos e estabelecer condições mínimas de trabalho: “A prática é totalmente afetada. Ela muda completamente, porque, quando tu estás em uma área de conflito, o principal é te manter vivo.” (ADGHIRNI, 2015). O jornalista relata uma situação extrema vivida por ele e um fotógrafo durante a cobertura da Líbia para

exemplificar como a carência de elementos básicos para sobrevivência humana, como comida e água, alteram o aspecto psicológico do repórter, afetando também sua prática.

Ficamos quase cinco dias só com biscoito e atum, isso é um teste, e sem tomar banho, sem água, com duas garrafas de água mineral, para aguentar os cinco dias, um calor de 45 graus, Ramadã, guerra, o hotel sem água, as pessoas cagando na escada, as pessoas arrombando quarto para cagar nos quartos desocupados. Então, numa situação dessas, tu tens de ficar calmo. Isso é o mais difícil. Isso altera totalmente a cobertura. (ADGHIRNI, 2015).

Em situações como essa, o repórter admite preocupação em “não virar notícia”, tornar-se um problema para o jornal ou ser obrigado a abandonar a cobertura por problemas físicos ou psicológicos. A preocupação em não se tornar objeto das reportagens – próprias ou de terceiros – aparece também na reflexão de Berlinck (2015). Ela acredita ter se empenhado em relatar a vida dos cidadãos comuns atingidos pela guerra, “a história por trás do cara que estava lutando”.

Mais do que ir para o front e dizer avançou isso, aquilo, que é o que todas as agências tinham, a minha grande curiosidade em relação à Líbia era o seguinte: a Líbia ficou fechada durante 42 anos, todo mundo conhecia o personagem Kadafi, a minha curiosidade era saber como vivem os líbios, o que é este país, era um mistério total. (BERLINCK, 2015).

Nesse sentido, Berlinck critica a postura que chama de “jornalismo espetacular”, adotado por alguns repórteres na guerra ao descrevem suas afetações e sentimentos, em primeira pessoa, nas reportagens enviadas do front.

As histórias que mais me marcaram durante a guerra não foram necessariamente as do tipo “caiu uma bomba aqui do lado”. Primeiro porque se caiu em um tipo de jornalismo que sou hiper crítica, do jornalismo espetacular. (...) Não somos o tema do jornalismo. Está virando muito isso: “Eu estive na guerra, eu vi a bomba cair do meu lado”. Não é isso. Eu não sou o objeto, o sujeito da matéria. (BERLINCK, 2015).

Trezzi foi o único dos entrevistados a afirmar que a guerra não afeta a sua prática jornalística. Ele entende que a prática do dia a dia da cobertura policial e da violência do trânsito, “situações-limite” nas suas palavras, o tenham preparado para exercer o jornalismo na guerra. Ele cita um exemplo de cobertura difícil do ponto de vista emocional, publicada em Zero Hora, que, ele acredita, o expôs a um grau de tensão tão grande quanto em uma zona de conflito:

Eu fiz, certa vez, uma matéria chamada “Os que se foram no verão”. E era uma matéria em que, no momento em que acontecia um acidente, eu tinha que ir até o local. Eu via os familiares e as vítimas. Às vezes, eu chegava antes dos familiares das vítimas. Eu tinha que escrever quem era a pessoa que morreu, eu passei três meses fazendo isso. Três meses vendo corpos todos os dias e falando com familiares das vítimas. Isso endurece a pessoa. (TREZZI, 2015).

Entretanto, ele afirma que o fato de se acostumar a situações de violência não o impede de se comover com as histórias:

Em uma situação de guerra é mais ou menos assim. Tu vais ver mortos e ver situações incríveis do ponto de vista de falta de humanidade todos os dias. Hospitais lotados, gente gemendo, esperando por auxílio que não vem. Até ambulância ser bombardeada aconteceu no meu caso. A ambulância, atacaram ela propositalmente. Então, tu vê situações em que o ser humano é pior do que bicho. Nesse ponto, não difere muito da minha cobertura, que tive em alguns momentos da minha história. (TREZZI, 2015).

A título de metodologia, as reflexões dos entrevistados sobre suas práticas estão divididas em subcategorias que, trabalhadas na fundamentação teórica desta pesquisa, podem contribuir para tensionarmos o objeto. São elas: cobertura local e cobertura de guerra, relacionamento jornalista-fonte e entrevista; tecnologia; censura, autocensura e a questão do *embedded*; impacto da violência e risco de morrer.

4.5.2.1 Cobertura local e cobertura de guerra

A gestão financeira da cobertura de guerra é, para Netto, uma das principais diferenças em relação ao trabalho de um jornalista em uma zona de conflito, se comparada a cobertura de um acontecimento local. Com infraestrutura precária e rede de comunicações limitada, países conflagrados por guerras não dispõem de serviços como bancos ou agências financeiras em operação. Por isso, a maioria dos repórteres entrevistados para esta pesquisa cita a importância de se levar na viagem importantes somas de dinheiro – em dólar, de preferência, uma moeda aceita com facilidade em nível internacional. O custo financeiro de coberturas de guerra, como vimos no capítulo 2, tem levado empresas jornalísticas a limitarem o número de reportagens internacionais nos últimos anos. Ao mesmo tempo, ao transportar grande quantidade de dinheiro, o repórter na guerra pode se tornar alvo de assaltos – um risco a mais para o jornalista. Além da gestão financeira da sua própria viagem, o jornalista deve se preocupar com a logística

da cobertura, como contratação de fixer⁵¹, procura de hospedagem e pagamento de hotéis, aluguel de celular e carro. Estas preocupações, no caso de uma cobertura local, ficam a cargo de um setor administrativo do jornal. Na guerra, o repórter precisa administrar o uso de equipamentos especiais, como colete à prova de balas. Esses cuidados tornam o planejamento essencial e subvertem a tradição do “furo” entre os jornalistas, a máxima informal das redações de que o melhor jornalista é aquele que chega primeiro ao local do acontecimento e que publica antes suas informações, sobre a qual fala Traquina.

O furo é um elemento importante na cultura jornalística que alimenta os interesses próprios do jornalista. O jornalista que se preza procura o furo. O furo dá um gozo particular, um enorme prazer de conquistador. O furo é uma conquista que está associada ao brilho profissional, razão justificada da vaidade pessoal, e que fornece um prestígio que pode fazer progredir a carreira profissional. (TRAQUINA, 2013, p. 53).

Ainda que não despreze a necessidade de chegar o mais rapidamente possível ao local do acontecimento guerra, Netto vai na contramão do furo, ao reconhecer que um planejamento apurado, mesmo que incorra em atraso na chegada ao destino, possa ser determinante para uma boa reportagem em um conflito.

Você simplesmente não corre para uma guerra. A guerra está lá, ela começou, é importante chegar o mais rápido possível. Mas é importante chegar o mais rápido possível depois de fazer os devidos contatos e tomar as devidas precauções, precauções financeiras, de reunir o dinheiro necessário, de reunir o equipamento necessário e de fazer os contatos necessários. (NETTO, 2015).

Adghirni concorda que a preocupação logística é o principal fator que diferencia as coberturas de guerra da reportagem em nível local. O contexto caótico das situações de conflito obriga o jornalista a não se concentrar apenas na sua técnica jornalística. São questões que transcendem o fazer jornalístico propriamente dito:

Não é tu cobrir uma coletiva da Comissão Europeia em Bruxelas, onde realmente tu podes te focar na declaração, vais pegar o celular do assessor. Se tu chegaste atrasado, alguém vai te passar alguma coisa. É guerra, o contexto é caótico, o contexto é perigoso, a logística é muito complicada. (ADGHIRNI, 2015).

⁵¹ Fixer é o nome dado, no jargão jornalístico, a um morador local contratado por jornalistas para atuar como motorista, intérprete e, por vezes, até segurança em uma situação de guerra.

Tanto Netto quanto Adghirni citam a gestão financeira como determinantes no sucesso ou fracasso da cobertura. A todo tempo, é necessário medir quanto de dinheiro pode ser gasto para uma viagem à linha de frente do conflito, por exemplo:

O que adianta tu errares o cálculo? “Os rebeldes estão avançando para tal cidade, eu vou com eles.” Aí, no meio do caminho, tu percebes que não tem mais dinheiro? Tens US\$ 200 no bolso. Essas coisas precisam ser calculadas o tempo inteiro: “Quanto que tenho, onde eu estou, onde é que vou, como é que é”. (ADGHIRNI, 2015).

Para Berlinck, a exposição à violência é o que diferencia a cobertura da guerra do jornalismo local, ainda que, como veremos no subcapítulo sobre a violência, a jornalista compare o risco a que estão expostos os repórteres que cobrem a criminalidade no Rio de Janeiro a níveis de repórteres de guerra: “Várias vezes, me perguntei durante a Líbia se eu não corria maior risco no Rio de Janeiro.” (BERLINCK, 2015).

Adghirni, que citou a logística, também adiciona a sua reflexão a violência como componente diferencial da cobertura da guerra. O jornalista acrescenta que são misturas de angústia com ansiedade, com reflexos de sobrevivência, diferentes da cobertura diária local.

Voz dissonante, Trezzi não vislumbra diferença entre reportagem local e na guerra. Novamente, atribuo essa opinião a sua experiência diária da cobertura policial, enfoque admitido pelo próprio entrevistado:

A maioria dos repórteres não tem essa experiência do cotidiano. Por exemplo, se tu pegares a maioria dos casos, eles não cobrem criminalidade, PCC ou as quatro facções, aqui, no Rio Grande do Sul. Nunca viram um morto. A maioria dos repórteres nunca viu um morto na rua. Muito menos dialogou com um bandido. Eu te diria 90% das redações hoje nunca viu um corpo. Mas não estou falando nem em ver um corpo. Teve ocasiões, como tu sabes, lendo meu livro, que eu tive que negociar minha vida. Com bandido, com traficante, não tem nada a ver com guerra. Mas isso te dá uma experiência em negociar, passar em checkpoint de rebelde, que são caras inconfiáveis e instáveis. (TREZZI, 2015).

Embora com pontos de vistas divergentes sobre o grau de afetação da guerra no fazer jornalístico, todos os entrevistados concordam com uma semelhança em torno da prática no conflito e no jornalismo local: o caráter testemunhal. Como vimos no capítulo 2, este é um elemento fundamental da prática jornalística, que dá ao repórter, na condição de “testemunha ocular”, o estatuto de enunciador com grau de verossimilhança alto, de acordo com os pactos e acordos estabelecidos entre narrador jornalístico e receptor. Trezzi chega a afirmar que sua cobertura autoral é o diferencial

em relação aos demais colegas. Ele critica o tom que qualifica como asséptico e frio de jornais e agências de notícias, que retratam números sem o caráter pessoal:

(...) Envolve muito geopolítica e que quase não tem colorido local. Eu fico apavorado. Eles parecem uma agência reportando: “Aconteceu a tomada da cidade tal ontem, não sei o que... Tantas pessoas morreram...” Mas o que é isso? Isso eu pego de agência. Tu tens de chegar e personalizar, dar nome e sobrenome de pessoas. (TREZZI, 2015).

Apesar de discordâncias sobre o uso da primeira pessoa no texto, algo visto com questionamentos pela comunidade jornalística, o caráter testemunhal é o elemento unificador dos discursos dos quatro jornalistas entrevistados, que apresentam argumentos que configuram semelhanças entre as coberturas da guerra e local. Como Beaumont, que admitia “uma necessidade de descrever imagens, sons e emoções” (2010, p. 11) ou Arnett, que, no Vietnã, “saía a campo para descobrir respostas por nossa própria conta” (ARNETT, 2001 apud PENA, 2010, p. 195), Adghirni confere à observação do jornalista a força crucial para a construção da narrativa, a ponto de afirmar que, na guerra, “tem notícia para todo o lado” (2015):

Tu olhas para a direita é uma, para a esquerda é outra, as coisas acontecem, é muito intenso, as pessoas falam. E uma coisa eu aprendi com minha mãe: “Para, olha o que está acontecendo e conta. Só isso”. Uma regra básica da reportagem no sentido romântico da palavra. (ADGHIRNI, 2015).

Berlinck acrescenta: “Então, eu apliquei, sim, o jornalismo, mas o jornalismo de contar histórias, de contar belas histórias”.

4.5.2.2 Relação jornalista-fonte e entrevista

Se na guerra a primeira vítima é a verdade, como afirmou em discurso o senador Hiram Johnson, como confiar nas fontes de informações durante um conflito? Esta questão nos parece chave para compreender a prática e os processos jornalísticos na cobertura de guerra. Esse relacionamento fonte e jornalista carrega boa parte do peso da veracidade dos fatos narrados. Sendo a relação com a fonte baseada na confiança, construída com algum nível de profundidade e tempo, como um jornalista na guerra pode acreditar na veracidade de fatos descritos por um informante que conheceu há poucos minutos?

Como vimos no capítulo 2, ainda que o testemunho do jornalista tenha caráter importante, o jornalista não consegue assistir a 100% dos fatos que descreve. Muitas vezes, sua

narrativa é construída a partir do relato de informantes, testemunhas primárias, secundárias ou terciárias. Como garantir que não estão mentindo ou usando o jornalista como propagandista de sua ideologia ou interesse? Como vimos, quando jornalistas ficam impedidos da observação direta, seu discurso acaba dependente inteiramente do que as fontes revelam. É quando o risco é maior: quando informantes dizem ou deixam de dizer o que lhes convêm. Confrontados com essa questão, os entrevistados foram categóricos ao afirmar que, durante a cobertura de guerra, os cuidados precisam ser redobrados, se comparados a uma cobertura local. Netto (2015) acredita que, apesar do pouco tempo de convívio, é possível estabelecer vínculos de confiança com as fontes: “Eu acredito nisso, é um pouco quixotesco, romanesco? Acho que não. Você pode estabelecer vínculos de confiança”. Entretanto, ele admite que, durante a Guerra da Líbia, se expôs a pessoas que não eram de sua inteira confiança. Esse processo de decisão, descrito em seu livro *O segredo contra Muamar Kadafi* (2012), pode ter sido fundamental para sua prisão e posterior deportação.

Esse incidente torna o caso de Netto emblemático na reflexão sobre a relação entre jornalista e fonte. Ao se tornar um dos únicos jornalistas a cobrir a região oeste da Líbia e comprovar, saliente-se aqui o caráter testemunhal, que Kadafi não controlava completamente esse território, Netto assumiu riscos elevados de segurança. Foi detido pelas tropas de Kadafi, situação que o levou a ser deportado do país e, conseqüentemente, a encerrar precocemente a cobertura de *O Estado de S. Paulo*. Na entrevista, questionamos se ele acredita ter sido traído por fontes. O jornalista afirma:

Não era exatamente uma fonte. Era alguém que fazia o papel de passador. (...) Um suposto militante revolucionário que iria nos ajudar a alcançar determinado objetivo. Não foi exatamente a fonte que nos traiu, mas poderia ter sido uma fonte. Aquela pessoa ali até foi uma fonte de algumas informações, mas ela poderia ter sido uma fonte profunda da nossa reportagem, e eventualmente, poderia ter nos traído. Poderia ter acontecido. (NETTO, 2015).

O jornalista admite que a cobertura foi abortada prematuramente em razão de sua prisão. “Foi um erro ser preso. A cobertura em si não foi um fator de orgulho para mim” (2015), ele pondera. A confiança nas fontes é, para Netto, o desafio básico da cobertura de guerra. Como não é possível testemunhar todos os fatos e acontecimentos durante o conflito - e a propaganda de guerra é arma comum de grupos beligerantes -, o jornalista adota, como estratégia, a prática de múltiplas fontes.

Você não consegue checar se em um determinado front as coisas estão de fato acontecendo. Bom, mas você pode falar com alguém que esteja no front, ou que esteja do outro lado do front, ou que tenha estado nessa situação para bater, conferir o relato que você obteve. (NETTO, 2015).

Ao trazermos para reflexão pilares do “saber de procedimento”, é importante lembrar que o jornalista deve mobilizar os conhecimentos precisos que orientam os passos a seguir no recolhimento de dados para elaborar a notícia. Traquina afirma que, ao utilizarmos o recurso das fontes, é necessário reconhecer que:

a) a maioria dos indivíduos, como fontes noticiosas, tem algo a defender. Para ser credível, é preciso ao indivíduo provar ser seguro como fonte de informação, através de um processo de tentativa e erro.

b) alguns indivíduos estão numa posição em que sabem mais do que qualquer pessoa na organização. Apesar de terem algo a defender, a sua informação é provavelmente mais “exata” porque têm mais “fatos” a sua disposição.

Os quatro jornalistas entrevistados nesta pesquisa reconhecem que as fontes sempre defendem um ponto de vista. Também admitem que alguns tipos de informantes, normalmente em posição de poder, são capazes de conceder informações mais precisas. É possível questionar que, se têm mais poder, não teriam maiores interesses em ocultar verdades? Como vimos nas reflexões de Chaparro (2004), as fontes adquiriam uma força descomunal no tempo presente. Pena acrescenta que fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas, uma vez que têm mais interesses a preservar, informações a esconder.

Adghirni concorda que o mais difícil na relação com a fonte é certificar a veracidade do discurso. Ele também adota a prática de ouvir o maior número de pessoas possível a fim de tensionar versões. Em um episódio na Líbia, ele lembra uma entrevista coletiva na qual um líder rebelde afirmou ter conquistado uma cidade estratégica:

Como é que tu vais saber se o cara está falando a verdade? Não adianta tu dizer “achei na internet, vou ver as notícias”. Tem coisa que não dá pra ver no Google. É a cidade que está ali, a 40 quilômetros, numa aldeia que nem está no mapa. Agora, são as únicas fontes que tu tens, muitas vezes, na guerra. (ADGHIRNI, 2015).

Ao diversificar fontes, o jornalista busca confirmar versões no noticiário ou com outros colegas. Em um dos relatos, ele ilustra a tentativa de uma autoridade ligada ao regime de Bashar al-Assad, na Síria, de construir a imagem de seu líder como a de um vencedor do conflito:

Tu consegues permissão para falar com um comandante militar de uma área “x” da fronteira com o Líbano. A gente vê na cara dele que ele matou gente hoje de manhã. Então, a gente diz: “Como é que é?” “Nós vamos ganhar a guerra. Bashar é nosso campeão”. Aí tu dizes: “Sim, comandante, mas os seus homens têm tido muitas baixas aí nas suas fileiras? Os rebeldes ainda controlam parte oeste do país, né?” “Não, isso é mentira. Nós vamos ganhar a guerra”. (ADGHIRNI, 2015).

O jornalista relata outro episódio, desta vez na Líbia, que nos ajuda a refletir sobre o risco de os fatos descritos por fontes serem maquiados por interesses. Ao visitar um manicômio em Trípoli, Adghirni percebeu que o diretor do hospital psiquiátrico não estava falando a verdade graças a uma outra pessoa, que acompanhava a entrevista. O fato de conhecer o idioma árabe o ajudou: “Uma enfermeira puxou e falou: ‘O que o diretor está falando não é verdade’. Ela falou: ‘Vem cá’. Levou a gente para uma sala e tinha um monte de gente simplesmente surtada”. (ADGHIRNI, 2015). No local estavam encarcerados opositores políticos de Kadafi. O jornalista afirma que é impossível não ser “usado” pela fonte como agente propagandista de uma ideologia, de acordo com os seus interesses:

Que o cara está te usando, ele está te usando. Tem que aceitar isso. Tem que aceitar essa premissa. Principalmente em uma guerra, onde o ambiente é muito carregado de emoção, e as pessoas têm ali necessidades comunicacionais muito urgentes. A única razão pela qual um combatente vai parar para conversar contigo é porque ele tem um interesse. Então, tu tens que incorporar isso e dar um golpe de jiu-jitsu para usar isso a teu favor. (ADGHIRNI, 2015).

Como vimos, é comum, entre os repórteres de guerra, a contratação de uma fonte em especial, chamada de *fixer*, que atua como tradutor, intérprete, guia local, motorista e, eventualmente, como segurança da equipe de reportagem. Berlinck reporta a relação frágil que se estabelece entre o repórter e o *fixer*, baseada em um sentimento empírico de confiança: “No caso do *fixer*, eu tinha que negociar na hora. Você tem que mais ou menos estabelecer confiança. No *feeling*. E tem que ser no *feeling*. Não tem como checar muito.”⁵² (BERLINCK, 2015). A jornalista, a exemplo de Netto e Adghirni, relata preocupação com a veracidade dos fatos ou teatralização das fontes, uma vez que, a confiança é estabelecida de forma empírica, levando em conta uma relação superficial que favorece a manipulação dos fatos: “Tanto um lado quanto o outro mentem. Mentem descaradamente”. (BERLINCK, 2015). Para a jornalista,

⁵² Nas ocasiões em que contratei um fixer, no Líbano e na Líbia, também foi com base em *feeling*, na expectativa de que o cidadão nativo cumprisse bem seu trabalho como motorista e intérprete. As condições foram satisfatórias. Certa ocasião, o *fixer* atuou também como segurança, me alertando sobre um tiroteio à frente.

a maior dificuldade é a rapidez com que uma reportagem precisa ser feita, uma vez que os laços são frágeis e é preciso exercer práticas de entrevistas rápidas, proque, em alguns momentos, o jornalista está exposto a situações de perigo⁵³: “Você tem que entrar, fazer a reportagem muito rápido. Para mim, esta é a maior dificuldade da guerra.” (BERLINCK, 2015).

É o que Trezzi classifica como “desembarcar de pára-quedas em um lugar desconhecido, com poucos contatos”. Ele admite usar a estratégia de se identificar como brasileiro, algo que desperta, a seu ver, empatia com as fontes: “Em poucos lugares a minha situação piorou quando eu disse que era brasileiro. Em 99% das vezes melhorou. Eu fui melhor recebido, há uma simpatia generalizada mundo afora”. (TREZZI, 2015).

O jornalista acredita que repórteres americanos são rejeitados à primeira vista. “Existe um sentimento antiamericano generalizado pelo planeta. À direita e à esquerda. Tu vais à Ucrânia, à Rússia, não gostam de americanos. Não sendo americano já te ajuda”, avalia o repórter. Ser originário de países pobres ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil, contribui, conforme Trezzi: “É bem provável que te dêem acesso a pessoas que têm informação e que têm a permissão para que tu chegues ao front”. O repórter acredita que sua experiência com a cobertura da criminalidade no Brasil o habilita a lidar de forma mais confiável com fontes na guerra: “Sou um cara razoavelmente escolado em lidar com povo, com gente que não quer falar, que não quer virar notícia. Fui acostumado a tirar notícias de pessoas que recém perderam alguém ou que são acusadas de crime”. Diante do risco de manipulação, Trezzi a exemplo de Adghirni, defende a técnica de ouvir diferentes fontes. Entretanto, ele não considera, no caso da guerra, uma das máximas do jornalismo diário: ouvir o outro lado.

Tu vais me perguntar: “Tu ouves o outro lado em uma guerra?” Muito difícil. Normalmente, quando tu vais cobrir uma guerra, tu só consegues fazer um lado. Porque se tu tentas passar para outro lado, como tu bem sabes, como tu viveste⁵⁴, vão te encarar como um possível espião ou um agente. (TREZZI, 2015).

Questionado sobre as garantias de que o informante não estaria mentindo, Trezzi afirma: “A propaganda é uma forma constante na guerra. O tempo inteiro, inclusive vai ter no hotel gente do governo ou dos rebeldes, no meu caso lá, tentando te vender um peixe” (2015). Ao

⁵³ Em 2006, na cobertura do conflito no Líbano, experimentei algo semelhante. Ao chegar ao vilarejo de Qana, no sul do país, havia apenas destroços de prédios e poucos moradores para conversar. Rumores davam conta de que haveria um novo bombardeio israelense. Não houve tempo suficiente para entrevistas detalhadas, restando apenas conversas superficiais com as fontes.

⁵⁴ Trezzi refere-se a um momento em que vivi, durante a cobertura da guerra entre Israel e o Hezbollah, em que fui impedido de entrar na Síria por ter, em meu passaporte, o carimbo de passagem pelo território israelense. Os dois países estão tecnicamente em guerra.

defender a diversificação de fontes, o jornalista traz uma reflexão não apontada pelos demais entrevistados: a capacidade das fontes oficiais de mentir.

Em época de guerra, a pior pessoa para tu ouvires é a fonte oficial. O cara está acuado. Seja o rebelde seja o governante, ele está acuado. Ele vai tentar vender publicidade pra ti. Mentir números, mentir situações, ocultar situações, ocultar massacres. O tempo inteiro ele vai fazer isso. (TREZZI, 2015).

Ao lembrarmos a categorização de Traquina, é importante salientar que, no caso da Guerra da Líbia, o informante oficial é representado tanto por autoridades do regime de Kadafi quanto por líderes do grupo de oposição, o Conselho Nacional de Transição (CNT). Como exemplo de que a mentira e a tentativa de manipulação não advêm apenas de fontes do regime, Trezzi cita um episódio, baseado em experiência empírica, no qual integrantes do grupo opositor tentam ocultar dos jornalistas um massacre de prisioneiros.

Aí descubro, em uma rotatória em Trípoli, um monte... tinha 18 cadáveres de caras negros executados, com as mãos pra trás. Eles tinham uma bandeira do Kadafi, a bandeira antiga, da Líbia kadafista, presa no uniforme. Foram executados. Ou seja, eles já começaram mal lá. O cara que estava me dizendo que queria uma Líbia nova estava executando os caras. (TREZZI, 2015).

4.5.2.3 Tecnologia

Nos primórdios das coberturas de guerra, como no conflito da Crimeia, reportagens eram transmitidas por meio de cartas, deslocadas do local do conflito até a sede dos jornais, pelo correio. Daí, acredita-se, deriva a expressão “correspondente” de guerra. Nos primeiros anos do século XX, houve a popularização do uso do telégrafo, durante a Guerra Civil Norte-americana e a I Guerra Mundial. Na sequência, veio o telefone, o fax, os satélites, a internet. O jornalismo e, em especial, a correspondência de guerra, ou seja, a transmissão de notícias de um conflito, de forma regular, de pontos extremos do planeta, sempre esteve ligada – por algumas vezes dependente – da tecnologia. Do caro uso do telégrafo (uma palavra a US\$ 5) na Guerra Civil Norte-americana até a transmissão de um minuto de sinal de dados por R\$ 40 por telefone via satélite, na Líbia, podemos inferir, a partir do relato dos entrevistados em diálogo com a revisão bibliográfica, que a capacidade de autonomia de um repórter para enviar suas narrativas está diretamente relacionada ao nível de investimento de seu veículo de comunicação em equipamentos na cobertura. O aumento da tiragem dos jornais e a expansão do público leitor na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos elevaram as receitas das empresas de jornalismo. No

início do século, como vimos, a crescente prosperidade das empresas de comunicação, propiciada por grandes circulações, permitia aos jornais o caro uso do telégrafo. Mesmo hoje, com facilidades de transmissão por satélite e por internet, os jornalistas entrevistados relatam dificuldades de acesso à tecnologia. Embora diferentes nos processos, as preocupações são muito parecidas entre antigos e novos correspondentes de guerra.

Estruturas de telecomunicações em zonas de guerra costumam, por estratégia das forças beligerantes, serem destruídas com rapidez. O objetivo é deixar o inimigo sem capacidade de se comunicar. Dificultar o acesso à informação é uma das táticas dos estrategistas logo nos primeiros dias de conflito. A Primavera Árabe, como vimos, constituiu-se em uma série de revoluções em países de origem árabe, facilitadas pelo advento das chamadas redes sociais. Grupos opositores de Tunísia, Egito e Líbia utilizaram as novas tecnologias, acessíveis por *smartphones* ou computadores portáteis, para agendar locais e horários de protestos. Por meio do Facebook e do Twitter, reverberaram também suas estratégias e ideologia.

Em uma tentativa de minar a comunicação de grupos revoltosos, Kadafi tratou de, nos primeiros dias da guerra, cortar o sinal de internet, destruindo a infraestrutura de comunicação do país. A medida atingia a população comum, grupos opositores e, em consequência, os jornalistas empenhados em transmitir reportagens a partir do país. Como ocorrera no Afeganistão e no Iraque, com estruturas em colapso, os telefones via satélite, tecnologia que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX para uso civil, tornaram-se a principal ferramenta dos repórteres na Guerra da Líbia para contato com as sedes de seus veículos de comunicação – e, em consequência, com seu público.

Em seu livro *Em terreno minado* (2013), Trezzi demonstra, antes mesmo de deixar o Brasil para a cobertura do conflito na Líbia, sua preocupação com a tecnologia para transmissão de seus relatos: “A orientação é para que eu alugue um telefone por satélite em algum lugar, se possível. Não tenho a mínima ideia de como se faz isso, mas prometo tentar.” (TREZZI, 2014, p. 33).

Depois, ele se tranquiliza ao trocar e-mails com Berlinck, que, àquela altura estava em Benghazi. A jornalista de O Globo informou que as tropas opositoras tinham um centro secreto onde funcionava internet por satélite. Uma vez em viagem, o primeiro relato do repórter, ao cruzar a fronteira entre Egito e Líbia, foi feito por Trezzi para a Rádio Gaúcha com o uso de um celular convencional⁵⁵:

⁵⁵ Também eu, ao ingressar na Líbia pela fronteira tunisiana, fiz o primeiro relato para o Brasil por meio de um celular convencional. O sinal diminuía à medida que se avançava em território líbio, chegando a zero em Nalut. Na ocasião, foram seis horas incomunicável.

Aproveito a existência de sinal no celular (graças à proximidade com o Egito) e ligo para a Rádio Gaúcha. Sou entrevistado por Antônio Carlos Macedo⁵⁶ no Chamada Geral - Primeira Edição, anunciando o ingresso em território líbio. A temperatura é de 5 graus e uma chuva fina enregela até os ossos. Dali seguimos no Lada pela costa. Ainda em Msara, o sinal do celular some. Voltaria por breves momentos em Tobruk, de onde, após muito esforço, dito ao telefone uma reportagem. (TREZZI, 2014, p. 50).

A preocupação com a tecnologia verifica-se tamanha a ponto de, em seu primeiro relato em forma de reportagem, publicada em Zero Hora, em 9 de março de 2011 e reproduzido em seu livro, Trezzi (2014, p. 51) começa a narrativa jornalística citando os problemas de transmissão: “Quase sem telefonia, sem internet, apenas com a TV pública no ar. Poucos opositores líbios ficaram sabendo ontem do suposto aceno feito pelo ditador Muamar Kadafi sobre uma possível negociação para deixar o poder”.

As referências à falta de comunicação entre a Líbia e o exterior ou as estruturas precárias são frequentes no relato de Trezzi (2014, p. 53). Em outro trecho de seu livro, ele afirma: “Devido à falta de telefonia, só vou saber que os rebeldes começavam a recuar na Líbia à noite, naquela terça-feira.”. Em determinado trecho, o repórter afirma ter escolhido o hotel Al Noran por ser o único com internet captada via satélite.

Netto reconhece no telefone via satélite portátil uma ferramenta essencial ao repórter na guerra. Não dispor desse equipamento implicaria, no caso da Líbia, ficar dependente da boa vontade de um dos lados beligerantes – no caso de Netto, do lado dos rebeldes. Berlinck, por exemplo, precisou utilizar um centro de comunicação do grupo insurgente, em Benghazi, para transmitir conteúdos para O Globo: “Infelizmente, eu dependia deles”, admite em entrevista (2015). Além de ter sua autonomia limitada, ao utilizar a infraestrutura de um dos lados envolvidos no conflito, a repórter teve sua segurança ameaçada. Berlinck relata que, quando havia o risco de Kadafi voltar a atacar, preocupou-se por estar ocupando um local que era alvo das tropas do governo: “Eu tenho que sair desse lugar aqui porque é alvo certo” (2015), contou ter refletido, à ocasião.

Essa é a grande frustração durante a guerra. Porque os jornais brasileiros não investem o bastante em uma cobertura internacional. Não é só pouca grana, mas mal equipado. Você pega uma CNN, BBC, jornais Le Monde, eles têm satélite, têm tudo, não ficam dependendo, como eu, que tinha que ir nesse lugar dos rebeldes que era um risco. (BERLINCK, 2015).

⁵⁶ Antonio Carlos Macedo é um comunicador gaúcho, apresentador dos programas Gaúcha Hoje e Chamada Geral – Primeira Edição, da Rádio Gaúcha, de grande audiência no Rio Grande do Sul.

Trezzi também não usou um telefone via satélite em sua primeira incursão à Líbia, em 2011. “Foi desesperador... Até que consegui contato com líderes rebeldes. Eles tinham estações de transmissão montadas pela CIA. Nesses santuários tecnológicos, a reportariada podia transmitir” (2015). Na segunda viagem ao país, também em 2011, o jornalista levou um telefone satelital de sua empresa. Porém, o equipamento foi apreendido no ingresso na Tunísia por autoridades de imigração e devolvido, posteriormente, estragado: “Tive de apelar para um emprestado por um colega brasileiro. É a pior sensação para um repórter testemunhar e não poder relatar”. (TREZZI, 2015).

Para Berlinck, jornalistas brasileiros assumem maiores riscos no momento em que suas empresas jornalísticas não viabilizam equipamentos para transmissão a partir de locais remotos:

Infelizmente, cobertura internacional no Brasil não é valorizada. Você trabalha com o que tem, o risco é muito maior para o brasileiro. A sorte é que, depois de anos de estrada, já conheço muita gente. Então, eu colava muito nos europeus, trabalhava com os italianos, entrei com a televisão italiana. (BERLINCK, 2015).

Por outro lado, a redução no tamanho de equipamentos, como os atuais telefones multifuncionais, os *smartphones*, facilitou algumas práticas jornalísticas, como a possibilidade de fotografar e gravar vídeos em zonas de guerra, muitas vezes sem que o jornalista seja percebido:

O fato de tu ter um negocinho desses, que tu podes tirar foto de tudo, que tu podes filmar qualquer coisa em qualquer lugar, é fantástico. Com esse mesmo aqui, velho de guerra, literalmente, eu fui embedded com o exército sírio. Pô, é uma coisa muito difícil de conseguir. Cara, eu preciso registrar isso visualmente, eu preciso filmar isso. Um iPhonezinho e acabou ficando muito legal. A tecnologia, eu não sei como é que as pessoas trabalhavam antigamente. Teve momentos, mais uma vez na Líbia, em que não tinha celular, não tinha internet, nenhuma, zero. Mas a Folha, época de vacas gordas, ela te dava o Bgan⁵⁷, que é um tijolinho que dá conexão satélite de qualquer lugar do mundo. R\$ 40 o minuto. Essa parada funciona, funciona mesmo. Podes telefonar, e tu terás internet boa, uma internet ótima. (ADGHIRNI, 2015).

Em mais uma evidência de que o investimento financeiro na cobertura é determinante para autonomia do repórter, Adghirni conta que alguns jornalistas *freelancer* trabalhavam em

⁵⁷ Bgan é a sigla de Broadband Global Area Network, um serviço de rede global de transmissão de voz e dados de banda larga por satélite.

situações ainda mais precárias. Em certo momento, ele precisou emprestar seu equipamento de transmissão para que colegas pudessem enviar os textos aos respectivos jornais.

Assim como, no passado, os jornalistas foram adaptando suas rotinas e práticas a possibilidades de transmissão de informações, como o telégrafo, hoje, repórteres nas guerras do século XXI adaptam-se a novas exigências da profissão. Se o preço do envio de texto por telégrafo exigia concisão dos repórteres dos séculos XIX e XX, os custos financeiros de uma transmissão de voz ou de dados via satélite pressionam também por mais rapidez do discurso narrativo do repórter. Pressões como essas alteram rotinas de trabalho: o jornalista que, anteriormente, só preocupava-se em escrever seu texto passou, hoje, a acumular a função de gravar imagens e áudio, por exigência do mercado de trabalho, mas também pela facilidade da tecnologia. As mudanças encontram resistências, como demonstra Trezzi (2015):

Dá para fazer vídeos também, embora algo de qualidade exija mais que um Iphone. Sou um neanderthal em termos tecnológicos, ainda muito ligado a texto. Do tempo em que descrevias mais do que mostravas. Mas sei que essa mudança é inexorável, ainda mais em tempos de internet.

A tecnologia tornou instantânea a cobertura na guerra, reduziu o tempo entre o acontecimento e a notícia, e criou ruídos, na opinião de Adghirni (2015):

Tu estás ali fazendo teu trabalho, e daqui a pouco algum maluco anuncia no Twitter que tal cidade caiu. “Peraí, cara, como assim? Quem é esse cara?” Falam: “Ah, é um blogueiro famoso”. “Porra, meu, mas ele é jornalista?” “Não, é um blogueiro. Um conhecido dos rebeldes.” E daí, como é que faz? Às vezes é verdade, mas às vezes não é. O grau de poluição nas redes sociais é muito grande.

O processo de desintermediação entre o acontecimento e a construção da notícia impõe aos jornalistas novos desafios. Se na guerra a verdade sempre foi a primeira vítima, com o advento das redes sociais, ela pode acabar sendo morta muito antes de passar pelo filtro de certificação do jornalista. Adghirni conta que, enquanto estava na Líbia, circulou a informação sobre a tomada da estratégica cidade de Sirte pelos rebeldes.

Todos os jornalistas no meio da noite levantaram, pegaram suas coisas: “Vamos para Sirte, vamos para Sirte...” Eu acordei, falei: “Cara vamos ou não vamos?” Eu olhei para a grana. Falei: “Cara, não dá pra ir.” Sirte fica a 800 quilômetros daqui. Nós vamos chegar depois de amanhã. Não dá pra ir. Fizemos uma aposta: “Não vamos”. E, por sorte, era mentira. Sirte não tinha caído coisa nenhuma. Os caras fizeram 400 quilômetros e tiveram que voltar. (ADGHIRNI, 2015)

Netto, por sua vez, vislumbra possibilidades futuras, que podem aumentar a segurança de jornalistas na guerra, graças ao acesso a novas tecnologias de transmissão de informações. Preso por tropas governistas durante o conflito na Líbia, o jornalista conta que, um grupo de amigos em Paris, tentou utilizar o mecanismo de geolocalização de seu *smartphone* para encontrá-lo.

Foi ideia de um amigo meu, que tentou, junto com minha mulher e outras pessoas, me localizar pelo localizador do iPhone. Na época era bem precário, era bem incipiente assim. Mas, eventualmente, poderia ter dado certo, se aquele telefone estivesse... O problema é que meu telefone tinha sido roubado também, mas eles não imaginaram isso. Então, se aquele telefone estivesse em minha posse, e o sistema fosse o que é hoje, talvez eu pudesse ter sido geolocalizado. Isso é uma mudança. (NETTO, 2015).

O relato de Netto nos provoca a refletir sobre mecanismos de interação entre produtor e receptor, sobre processos de desintermediação e avanços tecnológicos, que iriam, obviamente além das limitações propostas por esta pesquisa. Mas que, provavelmente, terão afetações, a curto e médios prazos, na prática jornalística em áreas de guerra.

4.5.2.4 Censura, autocensura e a questão do *embedded*

A problematização da censura e autocensura nos remete à questão da tentativa de controle da informação e do acontecimento. Alsina nos lembra que a teoria liberal da imprensa diz que as publicações não devem sofrer qualquer censura prévia. Permite-se que a mídia seja crítica. É uma aversão a tentativas de controle por parte de autoridades, ainda que, saibamos, esses acontecimentos obedecem, hoje, a outras lógicas, como as de mercado. Ainda segundo Alsina, quando obteve importância política, a informação passou a ser muito bem controlada pela cúria e pelo poder civil:

Deveríamos lembrar aqui a teoria autoritária da mídia escrita, onde se justifica a censura prévia, pois entende-se que os meios de comunicação devem estar subordinados à autoridade estabelecida, sem publicar qualquer coisa que a pudesse perturbar. Isto é, defende-se um controle total dos meios de comunicação. (ALSINA, 2009, p. 120).

Ora, sabemos por Briggs e Burke (2002 apud ALSINA, 2009, p. 82-89) que a imprensa, com frequência, não é agente, mas meio tecnológico que indivíduos e grupos usam em diferentes locais para diversos fins. Alsina nos lembra que devemos entender um eventual

controle da mídia como sendo, não apenas a censura de determinados acontecimentos, mas “também como elemento-chave para a criação de acontecimentos convenientes”. (ALSINA, 2009, p. 120). A própria máxima “na guerra, a primeira vítima é a verdade” nos permite inferir que, durante um conflito, sujeitos envolvidos tentam controlar a informação – ou, mais do que isso, criar acontecimentos. Alsina salienta que, mesmo antes da imprensa de massas, o acontecimento estava “compelido pelo poder político, na tentativa de controlá-lo”. Esta é, segundo o autor, uma das constantes do poder. Alsina utiliza Nora para embasar sua reflexão:

Os poderes instituídos e as religiões estabelecidas tendem a eliminar a novidade, a reduzir seu poder de corrosão, a digeri-lo através do ritual. Todas as sociedades estabelecidas procuram se perpetuar através de um sistema de notícias que tem como única finalidade negar o acontecimento, pois o acontecimento seria justamente a ruptura que colocaria em xeque o equilíbrio sobre o qual elas se fundamentam. Da mesma forma que a verdade, o acontecimento é sempre revolucionário (NORA, 1972 apud ALSINA, 2009, p. 127).

No diálogo entre as reflexões dos jornalistas que atuaram na Líbia e teorizações sobre tentativas de censura por parte, não apenas do poder, mas de grupos beligerantes – entre eles revoltosos –, está presente as táticas de controle da informação. Como vimos, no Iraque, o governo americano decidiu adotar como prática de controle permitir que jornalistas viajassem *embedded* com as tropas. A ideia era que estes profissionais tivessem livre acesso ao front a partir de um “ponto de vista privilegiado”. Reportariam a partir de um lugar de fala ao qual o receptor-leitor não teria acesso. No caso da Líbia, ainda que sem a utilização do termo *embedded*, jornalistas estiveram embutidos nas tropas de oposição. No entendimento dos jornalistas e de suas empresas de comunicação, não era possível cobrir a guerra a partir de Trípoli, mostrando o ponto de vista das tropas governistas. A única maneira de cobrir o conflito *in loco* era a partir do acompanhamento dos rebeldes. Desde o princípio, impõe-se a questão: qual nível de autonomia logística, de deslocamento e de acesso às comunicações pelo repórter? Quanto pode sofrer afetações do grupo ao qual está acompanhado? Assim como no Iraque, jornalistas que estavam *embedded* com tropas militares tinham um sentimento de empatia em relação aos soldados que lhes protegiam. Em geral, os jornalistas entrevistados para esta pesquisa entendem que houve, na Líbia, o risco de o repórter se sentir ao lado dos revoltosos e, por vezes, favorecer este grupo em suas reportagens⁵⁸.

⁵⁸ Como repórter, também entrei na Líbia *embedded* com tropas rebeldes.

Adghirni admite em entrevista que o engajamento do repórter junto a tropas, no caso líbio, “pode comprometer” a prática jornalística:

A chance de comprometer é muito grande. Então, tu tens de fazer um esforço proporcional de autocritica, de distanciamento crítico do teu trabalho, tens de ter noção, tens de pensar o tempo inteiro: o que eu estou fazendo aqui? O que eu vou dizer na minha matéria? Como é que eu vou fazer para não embarcar na dos caras, emocionalmente? (ADGHIRNI, 2015).

Como na Guerra do Iraque, no caso de jornalistas norte-americanos, ou no Afeganistão, com tropas da Aliança do Norte, a empatia entre repórter e fonte é perceptível, na opinião de Adghirni (2015):

Como é que tu não vais criar empatia com os rebeldes, que são, principalmente no início, depois foram mudando, que era uma coisa muito espontânea. Pô, tinha cara lá com bastão, chinelo na mão. Diziam: “Vamos lá!” E, pô... Kadafi era um cara sanguinário, completamente louco, cheirador de cocaína, estuprador de guriazinha, tudo o que tu podes imaginar. E aí esse pessoal resolve seguir a história romântica da Tunísia e do Egito, e resolve dar um jeito no cara. É muito difícil não torcer para os caras, né?

No dia a dia da prática jornalística, o risco da empatia com os grupos opositores torna-se ainda mais desafiador para o repórter de guerra, segundo Adghirni, no momento em que o jornalista testemunha situações de violência:

De repente, tu vêes o carro indo fazer uma operação com cinco caras, cinco combatentes, e voltam três. Dois morreram. Assim, na tua frente. Caralho, morreram! Os caras estão chorando ali, desesperados. Muito difícil não criar empatia. (ADGHIRNI, 2015)

A exemplo do Iraque, quando jornalistas norte-americanos chegaram a utilizar expressões como “nossas tropas” para se referir aos militares de seu país, Adghirni viu na Líbia uma identificação semelhante – no caso, com grupos rebeldes.

Eu ouvia muito colegas que diziam assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Ou “Avançamos até tal ponto”. Avançamos? Que avançamos, cara? Quem é “nós”? Ou jornalista que entrevista alguém e que depois bate no ombro e diz: “Boa sorte”. (ADGHIRNI, 2015)

O engajamento dos repórteres à unidade rebelde a que estão “embutidos” na Líbia lembra os alertas feitos por Fisk (2003 apud GOYZUETA, 2003, p. 54) e Berger (2004), sobre o Iraque, presentes na fundamentação teórica deste trabalho: à ocasião, Fisk recomendava atenção aos jornalistas que dizem “nós” ao se referirem aos lado dos militares. Berger destaca o discurso engajado por trás do uso da primeira pessoa do plural, aliando-se, pelo menos de forma discursiva, ao esforço de combate.

Netto (2015) acrescenta:

Essa era uma preocupação minha dentro da Líbia. Inclusive eu cheguei a expressar esta preocupação em relação a algumas pessoas. Na verdade, eu não queria estar com os rebeldes o tempo todo. Estar embedded em um exército, estar embedded num grupo rebelde ou o que quer que seja, não estou falando no caso da Líbia especificamente. Estou falando em teoria. Pra mim, estar o tempo todo de um lado, mergulhado no meio das tropas de alguém, isso é ruim sempre, no sentido de viciar a informação. Então, isso me incomodava, um dos motivos pelos quais a gente acabou preso foi justamente o fato de... embora estivéssemos ao lado de rebeldes, nós havíamos trocado. (...) Era uma preocupação nossa, não estar o tempo todo com o mesmo grupo.

Trezzi (2015) concorda que a empatia pode prejudicar a prática: “Cria, não dá pra mentir. Tu começa a entender os caras. Na hora em que tu começa a entender demais os caras, tens que ir embora. Porque, senão, tu vais ficar simpático aos caras. Trata de não ficar simpático aos caras.”.

Em outra cobertura, no caso da guerra civil da Colômbia, o jornalista de Zero Hora admite ter ficado sensibilizado à causa de um dos lados do conflito, uma vez que o grupo adversário teria cometido atrocidades:

Raptavam jovens para servir na guerrilha. Eu não posso concordar com isso. Então o seguinte: também cria uma empatia. Então é o seguinte: quando tu estiver criando uma empatia demais, é bom tu ir embora. O bom de enviado especial é que ele vai embora. (TREZZI, 2015).

Mesmo tendo estado *embedded* com as tropas da oposição, Berlinck (2015) não faz remissões a sentimentos de empatia e diz não ter sofrido censura ou testemunhado atos desse tipo. Em comparação aos jornalistas que atuaram no Iraque, ela firma que o fato de escrever em português dificultava o entendimento por parte de possíveis controladores da informação: “É diferente de você escrever uma matéria para a BBC, em inglês, em que eles têm acesso. Então, a pressão é menor.

Trezzi (2015) tem a mesma visão em relação ao idioma: “Eles não sabem português. Eu mandava tudo em português... Não fui submetido a censura.”. O jornalista admite que tinha um ponto de vista limitado da situação, ao estar *embedded* com os rebeldes, mas explica que, para buscar um suposto equilíbrio, acessava sites independentes. Isso, segundo ele, não comprometeu a independência: “Não comprometeu. Inclusive até porque eu consegui acesso à internet depois de penar bastante, consegui acesso à internet”.

O jornalista afirma que, mesmo acompanhando tropas opositoras, essas não garantiam sua segurança. Ele contratou um guarda-costas e um motorista. No episódio em que o jornalista ficou ferido, ao pegar carona com rebeldes, ele afirma: “Me deram uma carona na volta, mas não tinha garantia nenhuma, tanto que eles fugiram. Deixaram-nos para trás. Os jornalistas ficaram para trás. Eles não me garantiram (segurança).” (TREZZI, 2015).

Berlinck (2015) percebe uma mudança de comportamento por parte dos rebeldes no início do conflito e com o avançar das tropas, quando foram dominando o país. As tentativas de controle foram aumentando, segundo ela, à medida em que as críticas por parte da imprensa internacional foram aparecendo:

No início, os rebeldes líbios receberam os jornalistas muito bem. Mas depois, quando alguns jornalistas estrangeiros começaram a questionar o radicalismo dos rebeldes, ali mudou completamente. Ali passou a ficar arriscado, inclusive, ficar do lado dos rebeldes. Porque, imagina que essas pessoas, 42 anos sob uma ditadura, eles não têm a menor noção de crítica, eles não estão acostumados a isso. (BERLINCK, 2015).

Nas etapas seguintes da guerra, os rebeldes adotaram, segundo relatos dos entrevistados, comportamentos cínicos, menos amigáveis. Adghirni reflete sobre a possibilidade de os grupos de oposição terem adotado comportamento amigável no início da cobertura, porque esperavam apoio da mídia internacional – e, por tabela, da opinião pública.

Os bombardeios da Otan foram ok, beleza, mas não derrubaram Kadafi. Demorou muito tempo até Kadafi cair. Daí, os caras começaram a ficar impacientes e, como supostamente nós éramos a faixa externa, os interlocutores, eles falaram ó... vamos começar a ficar agressivos, e, como brasileiro, foi uma das únicas vezes em que fui hostilizado por ser brasileiro. (ADGHIRINI, 2015).

Berlinck concorda, porém avalia que se trata de uma questão cultural. Após quatro décadas de regime autoritário, parte da população que se revoltou contra o governo, não havia convivido com liberdade de imprensa e a crítica:

Quando a imprensa estrangeira começou a questionar rebeldes que começaram a matar e a executar pessoas que não pensavam como eles, ou seja, passaram a adotar as mesmas práticas do Kadafi, eles não aceitavam. Eles diziam: “Nós libertamos esse país, como é que vocês podem nos criticar?” Esse cara foi crápula, a melhor forma de lidar com Kadafi é levá-lo a um tribunal, não executá-lo em praça pública. Eles tinham dificuldade com essas críticas que a imprensa estrangeira começou a fazer. (BERLINCK, 2015).

Trezzi (2015), entretanto, afirma que o fato de acompanhar tropas que estavam em vantagem no campo de batalha pode ter contribuído para não sofrer censura: “Dei sorte de cobrir situações em que as (forças) beligerantes que eu acompanhava estavam em uma situação de vitória, favorável. Aí, eles querem mais é que tu fales tudo o que puder.”

A situação de Netto é peculiar entre os quatro repórteres de guerra entrevistados. Como foi detido pelas tropas governistas, o jornalista teve, por um período de 14 horas, limitada sua atuação e não enviou relatos para seu jornal no Brasil. Com intermediação da embaixada do Brasil em Trípoli, um acordo foi feito: ele deixaria o país e, até que saísse do território líbio, não mais enviaria reportagens.

Esse tinha sido o acordo. Ser expulso imediatamente e nesse período não vais escrever, não vais fazer nada. Isso era fatal que aconteceria naquele caso. Mas censura e autocensura ou de alguma reportagem minha ter sido alvo de um corte ou coisa assim, não aconteceu. (NETTO, 2015).

O jornalista entende que, ao ser preso, “era óbvio” que a censura aconteceria:

Era óbvio que aconteceria, mas, quando fui preso e tal, tinha condições muito estritas de liberdade, quando eu fui entregue pelo governo líbio ao governo brasileiro, ou seja, passei das mãos do serviço secreto líbio às mãos do embaixador brasileiro, a condição era de que eu deixasse o país. E que precisava acontecer imediatamente. Só aconteceu na prática umas 12 horas, 13 horas depois, quando eu pude escrever a respeito. E, mais do que isso, a gente foi monitorado nessas 12 horas, tinha um carro estacionado. Em uma caminhada que a gente fez no bairro do embaixador, nós fomos monitorados, então a censura estava ali. (NETTO, 2015).

4.5.2.5 Impacto da violência e risco de morrer

Como observado anteriormente neste trabalho, a exposição à violência e o risco de morrer são apontados pelos entrevistados como um dos principais pontos de diferença entre a cobertura de guerra e a cobertura local. Para Netto (2015), o “limite da cobertura jornalística é

a percepção de risco”. Como a percepção do perigo é algo subjetivo, podemos inferir que alguns jornalistas se arriscam mais do que outros em situação de guerra: “Eu não faço jornalismo sob qualquer risco. Claro que aí depende da própria percepção. Algumas pessoas têm uma percepção mais apurada e tomam menos riscos” (NETTO, 2015), afirma o repórter de O Estado de S. Paulo. Como sabemos, Netto, um dos poucos jornalistas internacionais a ingressar na Líbia na região ainda dominada por tropas de Kadafi, acabou preso, situação que o deixou exposto à violência física e mental: “Foi necessário assumir um risco grande, talvez até alto demais”, avalia Netto (2015).

Não há critérios científicos para se avaliar se uma área é mais ou menos segura na guerra. Netto descreve uma situação vivida em Aleppo, na Síria, em que o medo de ser sequestrado determinou o fim da cobertura.

Em determinada situação, eu reuni todos e disse: “Gente, isso aqui não é seguro” Ser alvo de alguma... que vem e nos sequestram todos. E eu disse isso e briguei com um dos jornalistas, inclusive, discutindo. Não é seguro, é o momento de nós nos retirarmos daqui. Eu saí, alguns saíram, horas depois ou no dia seguinte. (...) Antecipei minha saída da Síria em função daquele grau elevado de risco que eu via. (NETTO, 2015).

Na mesma região, tempos depois, James Foley⁵⁹ foi capturado pelo Estado Islâmico. O risco de morrer, na avaliação de Berlinck, influencia seu trabalho, uma vez que ela está permanentemente em estado de alerta, avaliando riscos.

Lembro de uma noite no hotel, você ouve uma bomba – pá! Não tinha como dormir. De manhã, tinha que levantar muito cedo (...) Acho que influencia nas suas decisões, no que você vai fazer, onde você vai, todo dia de manhã é um novo dia. Novo dia no sentido de que é uma incógnita, você não sabe o que vai acontecer, não sabe para onde você vai nem com quem você vai. (BERLINCK, 2015).

Mesmo afirmando que não tem medo de morrer, Trezzi (2015) admite que o risco de ser sequestrado e torturado altera a sua prática: “Faz com que tu sejas mais cauteloso, que tu não tentes entrar clandestino numa área controlada pelo Estado Islâmico. Um dos piores temores dos repórteres que atuam em zonas de conflito atualmente é o risco de sequestro. Isso torna a Síria, local de atuação do grupo Estado Islâmico, um dos lugares mais perigosos para jornalistas trabalharem.

⁵⁹ O jornalista James Foley foi decapitado por extremistas do grupo autodenominado Estado Islâmico em agosto de 2014, no noroeste da Síria. A imagem de sua morte foi transmitida pelos combatentes por meio da internet.

Medo de morrer, não, mas de morrer lentamente, impiedosamente tenho. Morrer como um anônimo faz parte. Morrer devido a tua condição de jornalista e porque os caras te escolheram como alvo deve ser uma coisa horrível, porque tu vais morrer muito mal. (TREZZI, 2015).

Adghirni (2015) cita dois momentos de exposição ao perigo durante sua cobertura na Líbia. A primeira vez foi ao entrar clandestinamente no território junto com rebeldes: “Se tu parares para pensar, é uma coisa absolutamente irresponsável, imagina se tu tivesse um filho e teu filho fizesse isso. A chance de dar merda é muito grande”. A segunda ocorreu durante bombardeios da Otan a Benghazi:

Isso foi muito marcante também porque era um risco muito louco, porque ali era o front todo dia. Front, front, front. Todo dia. Front avançando, front recuando. Acho que o momento mais tenso foi, nós estávamos nas dunas, com o Apu, o fotógrafo, e observando as posições do Kadafi, estava uma tarde meio modorrenta, não estava acontecendo nada. E os caras começaram a atacar. E começou a voar mísseis. Você ouvia o apito... Míssil, morteiro. Daí, todo mundo começou a correr, na areia tu não consegues correr direito. E aí quando estávamos entrando no carro, um foguete Katiusha bateu e parou a dois metros do carro. E não explodiu. O motorista ficou nervoso, eu também fiquei muito nervoso. Mas eu, nessas horas, é um nervosismo interno, eu não externo. (ADGHIRNI, 2015).

Além do medo de ser sequestrado, ferido ou morto, a exposição a cenas de violência ou o contato com o sofrimento de vítimas do conflito afetam a prática jornalística, segundo Adghirni:

Uma pessoa fala contigo, te deu entrevista, a vida dela acabou, porque a mãe acabou de morrer, o filho está em coma, não sabe se vai sair. O cara tem delírio, diz que não consegue falar direito. Aí, ela fala para ti: “Pelo amor de Deus me dá uma ajuda... perdi tudo, não tenho mais nada”. O que tu fazes em uma situação dessas? Então, esse ambiente todo exige muita energia, definitivamente não são condições normais de trabalho e afetam a maneira de trabalhar. (ADGHIRNI, 2015).

Adghirni (2015) acrescenta que garantir o mínimo de segurança e equilíbrio psicológico, além da já citada logística, são características que o repórter deve ter para trabalhar na guerra. Na cobertura da revolução no Egito, como citado, repórteres brasileiros sofreram agressões. Situação em que, segundo o jornalista da Folha de S. Paulo, alguns apresentaram desequilíbrio psicológico.

Tem gente que desaba, tem gente que não dá conta. Um colega que não vou mencionar, no Egito, surtou, teve um ataque de pânico, a gente passou por um momento difícil, que a gente precisou fugir do hotel. Rolou uma união dos colegas brasileiros... “Vamos embora, vamos embora, vamos embora”. E aí a gente se juntou. (...) Fomos cercados pelos caras do Mubarak, com facção batendo no carro, os caras histéricos. O colega pirou, surtou, começou a gritar, gritar, gritar. E eu tive que chamar a atenção dele. O cara ficou indignado, nunca mais falou comigo. E foi embora. Pediu para ir embora. Mas assim. O cara é um repórter fora de série, muito bom no que ele faz, mas ali não era a dele. (ADGHIRINI, 2015).

Pela expressão “não era a dele” pode-se inferir que nem todos os repórteres estão preparados para enfrentar situações-limite como as da guerra. A mesma percepção foi sentida na entrevista com Berlinck (2015): “É um tipo de jornalismo, um tipo de jornalista, tem que ter um pouco vontade e de um certo risco, não é qualquer um que pode fazer”. Trezzi (2015) corrobora:

Vou te dizer o seguinte: guerra não é lugar pra cagão. Não é. Tu não queres ter aventura e não queres correr algum risco, não vai, então... Não te mete de pato a ganso... Ovelha não é pra mato. A real é essa. Vai chegar a um lugar e ficar no hotel? Não, né... Não é o lugar.

As reflexões dos repórteres reforçam a visão do senso comum, romântica e estereotipada, de que os correspondentes de guerra integram uma suposta tribo de corajosos “superjornalistas”, a elite da elite.

4.5.3 Fatores que transcendem a cobertura

A teoria da responsabilidade social da imprensa defende que os meios de comunicação têm obrigações com a sociedade (ALSINA, 2009). Devem intervir por causa do interesse público. Movido por essa percepção, antes de encerrar o questionário, fiz aos quatro entrevistados uma última pergunta, que os provocasse a refletir sobre a eventual transcendência de sua prática. A ideia era debater um eventual caráter social da cobertura de guerra. Adghirni compara a cobertura do repórter brasileiro na guerra ao trabalho de formiguinha, que se une ao esforço de outros repórteres que, juntos, contam “o que está acontecendo”. “É imprescindível que se conte o que está acontecendo”, na opinião do jornalista da Folha de S. Paulo. Ao enviar um repórter à guerra, para Adghirni, o jornal não fica refém das agências de notícias internacionais, mas traz um “olhar brasileiro” sobre o conflito. Percebe-se um senso de missão,

de “temos que fazer isso” na resposta do jornalista, mesmo que a cobertura, por limitações financeiras e de estrutura, seja menos completa do que a de grandes veículos de comunicação:

É legal a matéria do The New York Times, às vezes vai ser melhor do que a tua, muitas vezes vai ser melhor que a tua porque os caras têm mais gente, tem mais recurso, recurso é fundamental, cara, não adianta, tu não vais competir com a Reuters, que tem 50 pessoas cobrindo o conflito. E tu e um fotógrafo e às vezes um fixer. Mas tem que fazer isso. (ADGHIRNI, 2015).

O repórter reflete que, do ponto de vista geopolítico, o Brasil tem interesses diplomáticos e quer ter voz ativa no cenário internacional. Durante a cobertura da Líbia, o país ocupava uma cadeira não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. “Havia uma expectativa em relação à opinião do Brasil no campo diplomático (...) e do ponto de vista da opinião pública”, conforme Adghirni (2015). O jornalista atribui ao aumento do poder aquisitivo do brasileiro o interesse por mais notícias, inclusive internacionais. “Tu brindas teu assinante com uma reportagem especial em Damasco, ou em Bagdá, ou em Trípoli, tu estás ajudando a amadurecer a opinião pública brasileira.” (ADGHIRNI, 2015). Este suposto interesse por informações além da sua comunidade, que o jornalismo internacional e uma cobertura de guerra traria, pode contribuir para o alargamento de visões e combater o olhar provinciano da imprensa. Adghirni, por fim, acredita que, com sua cobertura, está contribuindo para elevar o nível de educação dos brasileiros.

Alguém uma vez me contou, me mandou uma carta pra dizer que a minha matéria da Líbia tinha sido estudada em um colégio do interior de São Paulo. As crianças tinham debatido a matéria, as crianças tinham... aí a professora tinha feito um trabalho. Pô, cara, que coisa mais sensacional. Se fosse só isso já valeria a pena. Então, é um trabalho de formiguinha, vai ser muito difícil medir, uma coisa social... Não tem como saber, mas acho que a gente tem que acreditar que serve pra alguma coisa. (ADGHIRNI, 2015).

Berlinck acredita que sua cobertura de guerra contribuiu para informar os leitores sobre “a realidade do mundo”, embora não tenha capacidade para amenizar seus dramas, uma vez que a guerra continua ocorrendo com ou sem a presença do repórter. A jornalista vê no excesso de informações, com o advento das redes sociais, uma potencial banalização do conflito: “Mais um bombardeio, um mercado no Iraque, mais de 50 pessoas”. (BERLINCK, 2015). Para evitar essa banalização, ela retoma a defesa de uma prática narrativa que tenha como foco histórias das pessoas envolvidas pela guerra.

O jornalismo que tem mais impacto é o jornalismo que conta uma história, que vai contar uma história em que você tanto no Brasil, você sendo de Porto Alegre, de Gramado, sem nunca ter saído de Pelotas, vai se conectar com o cara da Líbia a partir do momento em que o seu jornalista vai contar uma história real, de uma família, como eles, durante a ditadura. (BERLINCK, 2015).

Netto filia-se à máxima já lembrada nesse trabalho, defendida pelo decano dos repórteres de guerra brasileiros, José Hamilton Ribeiro, segundo o qual “guerra é ruim, mas é pior sem a presença de um jornalista”. O repórter do Estado de S. Paulo afirma: “O que me leva a cobrir guerra é simplesmente a função social da coisa” (NETTO, 2015). Ele acredita que sua prática e narrativa ajudam a definir os rumos do conflito, no momento em que mobilizam autoridades, opinião pública, alteram seu comportamento em relação à guerra e podem ser determinante na resolução da disputa – e, por extensão na vida dos sujeitos afetados pela mesma. Diz Netto (2015): “O jornalismo influencia diretamente, sim, no número de mortes de um conflito. Então, se influencia diretamente no número de mortes ou no tempo de duração de um conflito, eu considero o jornalismo de guerra essencial.”

Trezzi (2015) é cético em relação ao caráter social da cobertura de guerra. Ele acrescenta que o grau de influência dos jornais brasileiros é muito pequeno, se comparado à imprensa internacional: “Se eu trabalhasse no New York Times, talvez eu tivesse essa ilusão, ou na CNN, melhor ainda. A CNN pode questionar um ditador e emparedar um ditador em uma entrevista. Eu, não.” No máximo, na opinião do jornalista, seu trabalho pode ter ajudado os leitores do Rio Grande do Sul, área de alcance de Zero Hora, a criar uma empatia por uma causa libertária.

Mas “não ganha um caráter social mais amplo. Não. (...) por que a gente cobre internacional? Na realidade, porque o mundo é uma aldeia e porque, em algum momento, aquilo vai se refletir, a geopolítica vai se refletir no Brasil. Porque aqueles caras, aquelas pessoas que estão morrendo lá, em algum momento, são como nós. Alguns traços deles no sentido cultural, aliás a internet aproximou tudo isso. Tu vais te identificar em algum momento. A luta contra um tirano, acho interessante isso aí... acho que tem espaço pra esse tipo de leitura. Mas não acredito que a gente transforme. (TREZZI, 2015).

Um dos entrevistados manifestou preocupação com relação à redução de investimentos por parte dos veículos de comunicação em viagens e coberturas internacionais. “Fico preocupado que a crise atual do jornalismo tenha deixado as redações mais conservadoras”, diz Adghirni (2015). Dois dos repórteres afirmam terem se sentido privilegiados em fazer o trabalho na guerra: “Eu me sentia mais como uma testemunha de um período, testemunha de

uma Primavera Árabe, que foi maravilhosa em termos profissionais, viver isso pessoalmente. Estar lá para ver esse curso da história”, diz Berlinck (2015). Trezzi (2015) acrescenta:

Eu voltei a ser mais humano depois de cobrir guerra. Acho que, pra mim, foi espetacular. (...) O cara que disser que não sente emoção por estar cobrindo uma guerra está mentindo. A gente também vai para ter emoção. Como eu disse: situações-limite. Quem gosta de situações-limite ou que pensou em algum momento viver situações-limite, aventura, leia-se a palavra a-ven-tu-ra, tu vais pra isso aí. Aí vais me dizer assim: “Tu és um egoísta”. Pode dizer... Na realidade, acho o seguinte: dá pra aliar a aventura com algum trabalho de informação e que resulte em coisa social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa busquei contribuir para a compreensão do jornalismo contemporâneo enquanto campo profissional, trazendo como recorte a experiência de repórteres brasileiros que atuaram na cobertura da Guerra da Líbia, dentro do contexto das revoltas em países do norte da África conhecidas como Primavera Árabe. A revisão bibliográfica passou por obras que deram a ver a história da correspondência de guerra e de uma tradição do jornalismo profissional em áreas de conflito. Autores como Knightley (1978), que descreveu coberturas de diferentes veículos de comunicação em guerras da Crimeia ao Vietnã, contribuíram para o aprofundamento de uma questão que me parece chave: como fatores extremos, como a guerra, afetam a prática e as rotinas jornalísticas do emissor, com foco no repórter em campo. Outros autores, como Beaumont (2010) e Fontenelle (2004), por exemplo, atualizaram afetações inerentes às rotinas dos correspondentes de guerra contemporâneos pós-Vietnã, com suas reflexões sobre o jornalismo no conflito no Iraque, a partir de 2003. Desde o início desta pesquisa, tendo como recorte o trabalho de jornalistas brasileiros no front, também pareceu necessário revisar a bibliografia existente sobre o tema. Ainda que escassas, muitas vezes limitadas ao relato das experiências desses jornalistas, obras de Mesquita (2002), Ribeiro (2005), Natali (2004), D'Ávila (2003) e Rech (1997), entre outros, contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre a presença brasileira em áreas de guerra. É possível concluir que, ainda que sem grande tradição em coberturas de guerras, como a imprensa norte-americana ou europeia, o Brasil dispõe de alguns repórteres que, na situação de enviados especiais, cobrem conflitos.

Para buscar respostas à pergunta principal – como a guerra afeta a prática jornalística do repórter no front –, objetivo principal deste trabalho, fechei o foco no estudo de caso sobre um acontecimento recente: a Guerra da Líbia. Ainda que, como repórter, tenha coberto o conflito para o jornal gaúcho Zero Hora, tomei a precaução de não me auto-analisar. Entretanto, me pareceu interessante, a título de colaboração ou curiosidade, tecer pequenas observações em notas de rodapé: onde compartilho eventuais experiências (observação participante).

No corpo do trabalho, busquei como método tensionar aspectos teóricos fundamentais do jornalismo, trazidos por Traquina (2012, 2013), Lage (2011) e Alsina (2009), com as reflexões de quatro jornalistas brasileiros de jornais de referência que cobriram o conflito em questão. Como propõe Vilela (2006), este método de pesquisa propiciou extrair das experiências desses profissionais e de suas reflexões sobre suas rotinas, por meio das entrevistas em profundidade e de eventuais obras escritas, padrões de comportamento e tomada de decisão.

Busquei identificar uma prática comum aos jornalistas que cobrem guerras, tentando responder a questões do tipo “como” atuam e “por que” atuam de determinada maneira durante o exercício de sua prática jornalística.

Também aqui uma diferença se estabeleceu. Habitado ao uso da entrevista como técnica jornalística, muitas vezes utilizada de forma superficial, vesti as lentes de pesquisador. Ainda que semelhantes, são dimensões diferentes, como definiu Travancas (2012). Meu objetivo, desta vez, não era uma reportagem final. As entrevistas foram agendadas com antecedência, e não me coloquei em posição de confronto com os entrevistados, como se poderia inferir ao usar a entrevista como técnica de ferramenta jornalística – ao contrário, durante as conversas para este trabalho, busquei um comportamento aberto às fontes. Acredito que, em muitos momentos, houve um diálogo entre iguais – um jornalista que também experimentou a situação de guerra, agora usa as lentes de pesquisador. Isso fica explícito nas entrevistas (ver apêndices), em que, muitas vezes, o entrevistados referem-se a mim com palavras como “cara”, “tchê” e utilizam uma linguagem associada à informalidade do tratamento entre colegas de redação.

Para a análise, busquei redes de associações, como propõe Vilela (2006): tornar-se correspondente de guerra; a prática no exercício da produção jornalística; e reflexões que transcendem a prática. Entre alguns padrões, pode-se verificar dificuldades inerentes ao jornalismo em áreas de guerra, que diferenciam a prática jornalística nesses ambientes de uma cobertura em nível local: o risco de morrer, a exposição à violência, o curto período de tempo em campo para aprofundar a relação com a fonte e para conhecer o microcosmos de sociedade que descreve. Aliado a isso, há problemas mais genéricos que afetam o correspondente: a censura e a barreira da lingual, que pode limitar muito e enviesar a coleta de dados.

Sabemos que a identificação profissional dos jornalistas tem forte vinculação ao grupo, em um processo de assimilação e interiorização dos valores profissionais. Visto por muitos como a elite da elite, algo como repórteres especiais dentro de uma categoria já especial, a dos correspondentes internacionais, a função de jornalista de guerra carrega valores que são reconhecidos socialmente, como visibilidade (muitas reportagens conquistam as capas dos jornais, representam prestígio para os veículos nos quais trabalham), proximidade com autoridades e com personalidades mundialmente conhecidas. Também a esses jornalistas lhes é atribuída a imagem de profissionais corajosos e que têm o privilégio de testemunhar e narrar fatos históricos.

No entanto, há uma contradição entre a importância atribuída ao trabalho de repórter de guerra e a atual redução que se percebe nos conteúdos do noticiário internacional de jornais

brasileiros. A diminuição do espaço editorial – e o desaparecimento de editorias como Mundo em publicações como Zero Hora, por exemplo, aliada à redução no número de correspondentes fixos no exterior estariam contribuindo para a perda de qualidade do noticiário internacional exercido no Brasil. A título de ilustração, vale lembrar o exemplo da jornalista Deborah Berlinck, entrevistada nesta dissertação por sua experiência na Guerra da Líbia. A profissional, uma das mais experientes correspondentes internacionais brasileiras, foi desligada do jornal O Globo em 2015. Ou seja, pertencer a uma suposta elite da elite do jornalismo não garante estabilidade profissional.

Apesar deste cenário preocupante no mercado de trabalho jornalístico, o Brasil viveu nos primeiros 15 anos do século XXI uma ampliação da atuação de sua diplomacia no cenário internacional. O país aparecia como uma nova potência econômica e era reconhecido pelas relações no contexto mundial. Assim, uma suposta visão brasileira de conflitos civis ou entre países teria propiciado a exigência de maior presença de jornalistas brasileiros neste tipo de cobertura. Por outro lado, desde a redemocratização, o noticiário dos veículos brasileiros tem se voltado bem mais para aspectos locais e regionais, como observado na revisão bibliográfica e nos depoimentos dos repórteres nesta pesquisa. Percebo, em um plano conjuntural, uma restrição do público brasileiro interessado no noticiário internacional, apontado como direcionado a pessoas com maiores índices de escolaridade e renda. O suposto baixo interesse do público contribuiria para a visão de empresários dos meios de comunicação dispostos a limitar investimentos na área. A audiência pode ser menor, mas de qualidade, com maior poder de consumo e englobando formadores de opinião. Uma vez que essa parcela da população passou a ter acesso facilitado e direto à imprensa estrangeira, por meio de mídias digitais, tornou-se ainda mais desafiador aos jornais e aos repórteres enviados à guerra trazerem um olhar diferenciado para fidelizar leitores.

Uma das hipóteses confirmadas nesta pesquisa é a da pouca tradição do Brasil em coberturas de guerra. Isso se deve, em parte, ao fato de o país não ter um histórico de participação em guerras internacionais, que justificasse a ativa presença de jornalistas no front. Essa evidência, aliada às reflexões dos quatro repórteres entrevistados, nos leva a concluir que não há, no Brasil, correspondentes que cubram exclusivamente o acontecimento guerra. Logo, não há no jornalismo brasileiro a figura do correspondente de guerra tradicional, aquele profissional que vive exclusivamente de cobrir conflitos. O que há são repórteres ou correspondentes internacionais deslocados, eventualmente, para trabalhar em uma guerra, como foi o caso dos quatro entrevistados neste trabalho.

É importante ressaltar que, embora o jornalismo brasileiro não tenha tradição em coberturas de conflitos, a exemplo da imprensa norte-americana e europeia, como supunhamos na hipótese deste trabalho, a imprensa nacional dispõe de alguma experiência em coberturas de conflitos locais e internos, como a questão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, por exemplo.

Outra conclusão deste trabalho é que a experiência em cobertura da criminalidade é normalmente vista no meio jornalístico brasileiro como uma espécie de pré-credenciamento para o jornalista cobrir situações violentas no exterior. É o caso do jornalista Humberto Trezzi, de Zero Hora, que atuou como repórter de guerra na Líbia, em parte, devido a sua experiência na cobertura do narcotráfico no Brasil. Há também um entendimento na tradição das redações de que as experiências de um repórter em conflitos locais, regionais, nacionais ou internacionais o credenciam para as próximas coberturas do tipo.

No caso dos jornalistas brasileiros que atuaram na guerra da Líbia, identifiquei na pesquisa a exigência de uma formação complementar, que não é ensinada nem nas faculdades de jornalismo nem apreendida na tradição oral das redações. A destacar: o conhecimento de idiomas, a preparação para lidar com outras culturas, o entendimento do contexto internacional e, principalmente, em como lidar com situações de sobrevivência em áreas de conflito. Sendo assim, o sucesso de um repórter na guerra deve-se, em especial, a iniciativas solitárias e talentos individuais, uma vez que, muitas vezes, são os próprios jornalistas, comprometidos e competitivos, que oferecem sugestões de pautas e, não raro, se lançam propondo uma viagem a zonas de conflito, como ocorreu com Deborah Berlinck, de O Globo. Uma vez em campo, forjados por meio de aprendizados individuais e extra-redação, esses profissionais garantem o sucesso ou não da cobertura baseados em iniciativas particulares. Este é um lado da questão. Há outro: em algumas ocasiões, jornalistas brasileiros acabaram presos, como no caso de Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, cuja cobertura foi encerrada após ele ser capturado por tropas do governo de Muamar Kadafi. Também Trezzi teve a cobertura encerrada precocemente, uma vez que foi ferido em acidente automobilístico, durante um bombardeio na Líbia. Países pioneiros em coberturas de guerras também têm repórteres presos, feridos ou mortos. Logo, não se trata de uma suposta falta de experiência dos profissionais brasileiros ou de uma falta de tradição.

Não há um padrão na carreira que possamos delimitar como e porque um jornalista se torna um repórter de guerra. Aspectos pontuais, entretanto, podem ser destacados: são profissionais que se interessam por temas internacionais, seja por influência familiar, como no caso de Samy Adghirni, da Folha de S. Paulo, ou por um gosto pessoal desenvolvido ao longo do tempo. Alguns profissionais buscaram a experiência internacional e complementar por conta

própria, caso de Netto, especialmente por meio de cursos de pós-graduação, outros por influência do cônjuge, como Berlinck. Os quatro repórteres entrevistados para esta pesquisa assumiram a função de cobrir guerra na fase intermediária de suas carreiras e depois de acumularem alguma experiência na cobertura de eventos nacionais – políticos, de dia a dia do noticiário geral, como criminalidade já citada – e mesmo internacionais. Somam-se às características percebidas nos repórteres entrevistados um gosto por aventura, situações-limite ou um senso de “direitos humanos” que transcende a prática.

O mundo social dos repórteres de guerra, nas experiências dos entrevistados, sugere profissionais comprometidos com as atividades que desenvolvem, tendo o jornalismo uma importância grande em suas vidas. A profissão, em geral, exige longas jornadas, viagens extenuantes, pouco tempo com a família. A experiência na guerra eleva esses pontos ao extremo: há o risco de morrer, de ser preso, sequestrado ou ferido; a incerteza de ter um local para descansar e para manter hábitos de higiene e necessidades fisiológicas, como alimentação. Também os desafios logísticos para trabalhar são aprofundados: energia elétrica escassa; limitações tecnológicas para transmissão da reportagem, além da própria afetação provocada pela exposição a um cenário de violência. Sendo assim, três dos quatro jornalistas entrevistados para esta pesquisa, em maior ou menor grau, afirmam que os cenários fluidos e inconstantes da guerra, afetam sua prática jornalística e são suficientes para constatar que uma cobertura de guerra é diferente de uma cobertura local. Apenas Trezzi relatou que o conflito não altera suas rotinas de trabalho.

Concluimos que, não apenas as práticas jornalísticas são diferentes de uma cobertura local e de guerra, como também estas se alteraram com o passar dos anos, muito em função das mudanças tecnológicas. Observamos nos depoimentos dos quatro jornalistas o reconhecimento e a adoção de novas rotinas, que passam a incorporar requisitos em virtude da convergência midiática: produção de vídeos, conteúdos para redes sociais, sites e blogs e comentários ou reportagens para rádio e televisão. A isso se complementa a conquista de novos territórios, o acúmulo de novas tarefas e a ampliação do mercado de atuação. Entretanto, a convergência midiática também torna-se um processo de seleção para o jornalista chegar a repórter de guerra. Além de estar acostumado a cobrir conflitos da criminalidade do dia a dia, ter conhecimento de culturas, o jornalista mais preparado para ser elevado à elite da elite da tribo passa a ser aquele que domina melhor as tecnologias de captação e transmissão de conteúdo. Foi assim com Russell, o pai infeliz de uma tribo sem sorte, que, mesmo sendo o primeiro correspondente de guerra, foi superado por resistir à nova tecnologia do telégrafo. É assim ainda hoje.

As novas tecnologias possibilitam acesso muito mais fácil e rápido aos fatos ocorridos no exterior. A pressão para que as notícias internacionais sejam colhidas de modo virtual em nome da contenção de gastos torna-se fator impactante na atividade do correspondente. Continuam a haver guerras, mas nem sempre há correspondentes para cobri-las.

Sobre limitações do acesso à informação ou o controle da mesma, concluímos que a relação entre o jornalista e fontes oficiais sofre afetações intensas na guerra – equilibrando-se entre convivência, aceitação, conflitos e censura. Os quatro jornalistas entrevistados neste trabalho adotaram a técnica do *embedded*, no caso com grupos rebeldes, na cobertura da Líbia. Eles admitiram, nas entrevistas, estarem conscientes de que seu ponto de vista, ao assumir esta prática, foi alterado – no mínimo, parcialmente influenciado. A prática de se tornar *embedded* a um grupo beligerante compromete o distanciamento necessário entre jornalista e fonte, uma vez que o repórter compartilha experiências de vida e morte ao lado do grupo – cria-se uma empatia que, se por um lado pode facilitar acesso a informações sigilosas e exclusivas, por outro prejudica a independência jornalística.

Podemos concluir também que a relação jornalista-fonte é afetada por diversos outros fatores da guerra: a falta de tempo para aprofundamento de vínculo, interesses políticos, militares e econômicos divergentes, risco de traição da fonte, que podem levar a prisões, como no caso de Netto.

Sabemos que as fontes sempre defendem um ponto de vista. Algumas, normalmente em posição de poder, são capazes de informações mais precisas. Porém, por este status, são também as que têm mais interesse em ocultar dados. Os quatro jornalistas concordam que, na guerra, os cuidados precisam ser redobrados, se comparados a uma cobertura local. Foram unânimes ao refletir que, como não é possível testemunhar todos os fatos – e para minimizar efeitos de uma suposta propaganda –, é necessário adotar, como estratégia, a prática de múltiplas fontes.

Mesmo com todas as particularidades do acontecimento guerra, identificamos a figura do repórter e da prática da reportagem como elemento comum do fazer jornalístico em áreas de conflito. Ao longo das entrevistas, os jornalistas expressaram a consciência de si, como se tornaram repórteres de guerra (um gosto pessoal por assuntos de direitos humanos para Netto, o “viver a aventura” de Trezzi), que papel desempenham e como entendem, na maioria dos casos, uma transcendência social). Também apontaram, mesmo sem serem questionados, as características essenciais a um repórter de guerra: ter experiência de reportagem, manter a curiosidade, ouvir múltiplas fontes foram expressões citadas. Em síntese, habilidades de um “bom repórter”.

Com relação à importância de se cobrir guerras, foi unânime a defesa de um “olhar brasileiro” sobre os fatos internacionais, oferecendo para os receptores um repertório que lhes é compreensível, uma identificação com o jornalista, um compatriota como ele, que lhe envia informações de além-mar, um despertar do público brasileiro por um desejo de conhecer novas culturas e, ainda, um sentimento de pertencimento a uma suposta aldeia global, de afetação do acontecimento guerra enquanto “cidadão do mundo”. No contexto de um mundo globalizado, parece fundamental essa posição do repórter de guerra como ponte entre os ambientes mundial e local.

O trabalho do correspondente de guerra, muitas vezes glorificado ao longo da história, passa, como toda atividade jornalística, por uma crise de identidade nesta segunda década do século XXI. Esta pesquisa espera ter contribuído para refletir parte dessas transformações da função profissional. Durante sua arquitetura, como pesquisador, busquei não resvalar nos riscos de idealizar um trabalho que não dispõe mais das características de heroísmo de seus tempos de esplendor. Também evitei a crítica simplista de ver na atividade uma ideologia a serviço de interesses econômicos e políticos.

Reconheço entretanto, que, ao longo da história, jornalistas que cobriram guerras serviram, muitas vezes, de propagandistas de seus próprios países. Os jornalistas não estariam propagando ideais de terroristas ao transmitir ao vivo as imagens das torres-gêmeas em chamas, dentro da nossa perene pretensão de testemunhar a história e oferecer aos outros a verdade? Na ânsia de estar mais perto dos fatos, *in loco*, não caímos na tentação do *embedded*, servindo muito mais de porta-voz do governo norte-americano do que como cães de guarda da sociedade?

Não chegarei a tais respostas neste estudo. Esses questionamentos, quem sabe parte de uma suposta teoria da prática jornalística na guerra, geram uma inquietação interessante e podem ser ponto de partida para ampliar a reflexão sobre o papel do correspondente de guerra no processo noticioso em estudos futuros.

Por fim, acredito que estejam ocorrendo transformações no papel desempenhado pelos repórteres de guerra. A decisão de um país entrar ou não em guerra, violações a direitos humanos, terrorismo, afetam direta ou indiretamente a vida dos receptores. Empresas são transnacionais. O balanço da bolsa de valores de Hong Kong afeta Frankfurt, Wall Street ou a Bovespa. Em rede, afeta todas as demais. Mais do que nunca saber o que ocorre no mundo é fundamental.

Por certo, o correspondente não é o único emissário de informação – concorre com o próprio cidadão comum, que, por redes sociais, pode emitir informação diretamente de sua

cidade bombardeada. O cidadão comum, por meio da internet, pode dar importantes contribuições ao jornalismo e à sociedade. Mas depender apenas dele para coberturas é extremamente arriscado, como se viu na Líbia de Kadafi, quando o governo cortou a comunicação por internet para enfraquecer as linhas de comunicação dos grupos rebeldes; ou no caso dos terroristas do Estado Islâmico, que tentam impor um califado em território sírio e iraquiano, sem que o mundo saiba com precisão o que acontece lá dentro – entre decapitações e outras violações a populações subjugadas. Ou, pior, criam seu próprio veículo de transmissão de informações, por meio da internet.

O correspondente de guerra segue sendo um agente fundamental do processo de comunicação. Ele conhece o público para o qual produz, é treinado para fazer isso, trabalha segundo métodos jornalísticos testados e eficazes e tem sofisticação necessária para a tarefa. No emaranhado de informações desencontradas – muitas delas inverídicas – dos tempos atuais, o correspondente atua, no mínimo como um certificador, uma testemunha do tempo presente. E, quem sabe, fonte para os historiadores do futuro.

REFERÊNCIAS

- ALLARD, Faye; ANDERSON, Elijah. Ethnography. **Encyclopaedia of Social Measurements**, v. 1.1 Boston, Londres: Elisevier/Academic, 2005.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ALTMAN, Fábio. **A arte da entrevista**. Boitempo Editorial, 2004.
- ANDERSON, Jon Lee. **A queda de Bagdá**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004
- BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BEAUMONT, Peter. **A vida secreta da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, Christa. Jornalistas na “guerra” do Iraque. In: MOREIRA, Sonia Virginia; BRAGANÇA, Aníbal (Orgs.). **Mídia, ética e Sociedade** - Coleção Intercom Nº 8. Belo Horizonte: Intercom/Puc-Minas, 2004.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas de guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- BRASIL, Antonio. A construção da imagem do Brasil no exterior: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. **Revista Famecos**. v. 19, n. 3, pp. 775-794, setembro/dezembro 2012.
- BRASIL, Antonio. A construção da imagem do Brasil no exterior. **Revista Famecos**. Porto Alegre. V. 19, n. 3, p. 775-794, set./dez. 2012.
- _____. Cobertura internacional. O fim dos velhos correspondentes. **Observatório da Imprensa**, Ed. 641, 10 mai. 2011. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o-fim-dos-velhos-correspondentes/>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- BRITTO, Denise Fernandes. O papel do correspondente internacional na editoria exterior. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Porto Alegre, 2004.
- CAPA, Robert. **Ligeiramente fora de foco**. São Paulo: Cosac Naify, 2010
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. Fonte, sujeito jornalístico nos novos cenários da Notícia. Intercom, Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/FONTE-SUJEITO-JORNALÍSTICO-nos-novos-cenarios-da-Notucua164244.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. Quarta revolução, a das fontes. *Comunique-se*, 2004. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp2001200493.htm>. Acesso em 18 jul. 2015.

_____. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: 3 Ed, Summus, 2007.

CORRÊA, Vitor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha**: um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CUMMINS, Joseph. **As maiores guerras da história**. Trad. Vânia Cury. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

_____. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti; CORRÊA, Vítor de Abreu. O lugar de fala de Taunay: Um estudo sobre o enquadramento da narrativa na Guerra do Paraguai. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1250/2052.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

_____; MOTTA, Luiz Gonzaga; MOTA, Célia Ladeira. **Narrativas Midiáticas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

CUNHA, Luiz Cláudio. A entrevista: 1 fundamento, 2 perguntas, 3 condições. In: MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

DAPIEVE, Arthur. Posfácio. In: BEAUMONT, Peter. **A vida secreta da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARMON, Muriel. **La notion de carrière**: un instrument interactionniste d'objectivation. *Politix*, v. 21, n. 82, 2008.

DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá**: a Guerra do Iraque Segundo os bombardeados. São Paulo: Editora DBA, 2003.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal.

ELLIOT, Deni. **Jornalismo versus privacidade**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Guillermo G.. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. **Foro Internacional**, n. 152-153, Cidade do México: Hemeroteca Virtual/UNAM, 1998.

FEITH, Roberto. Prefácio. In: ANDERSON, Jon Lee. **A queda de Bagdá**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

FILKINS, Dexter. **Guerra sem fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

FISHMAN, Mark. 1980. **Manufacturing the news**. Austin: University of Texas Press.

- FISK, Robert, 2007. **A grande guerra pela civilização, a conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- FONTENELLE, Paula. **Iraque, a guerra pelas mentes**. São Paulo: Sapienza, 2004
- FRIEDMAN, Thomas L. **De Beirute a Jerusalém**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GARAMBONE, Sidney. **A Primeira guerra mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- GELLHORN, Martha. **A face da guerra**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOYZUETA, Verônica; OGIER, Thierry (org.). **Guerra e Imprensa**. Um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo: Summus editorial. 2003.
- GROULX, Lionel-Henri; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HANNERZ, Ulf. Foreign news. **Exploring the world of foreign correspondents**. Chicago: The University of Chicago, 2004.
- HERR, Michael. **Despachos do front**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2005
- HERRSCHER, Roberto. **Periodismo narrativo**. Santiago: RiL editores, 2009.
- HOHENBERG, John. **O Jornalista Profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981
- JÄRVINEM, Margaretha. Negotiating Strangerhood: interviews with homeless immigrants in Copenhagen. **Acta Sociológica**, v. 46, n. 3, 2003.
- KANDEL, Liliane. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. Ed. São Paulo: Polis, 1981.
- KNIGHTLEY, Phillip. **A primeira vítima**. Trad. Sônia Coutinho, 1. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Atica, 1986.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: 9 Ed, Record, 2011.
- LAGOS, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: 3 Ed, Vozes, 2010.
- LAURINDO, Roseméri. Posição de autor e gênero na interface entre o jornalismo e a publicidade. In: MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos, teoria e praxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.

LOPES, Rodrigo. **Guerras e tormentas**. Diário de um correspondente internacional. Porto Alegre: Editora Besouro Box, 2011.

LUDKE, Hermengarda Alves; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALDONADO, Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Efendy; et al. **Metodologias da pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. Hacker Editores, 2000.

MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MEDINA, Cremilda. **A Arte da Entrevista** – o diálogo possível. 5 edição. São Paulo: Ática, 2008.

MESQUITA, Júlio. **A Guerra**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002

MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luis Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra. **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NETTO, Andrei. **O segredo contra Muamar Kadafi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002

PARSIGIAN, Elise K., 1992. **Mass Media Writing**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Inc.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. Editora Contexto, 2005.

PINTO, Manuel. Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**. Cadernos do Noroeste, vol. 14, 2000. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf>. 08 out. 2015.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POUPART, Jean. Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (org.). **A Pesquisa Qualitativa** - enfoques epistemológicos e metodológicos da pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2008.

RECH, Marcelo. **Passageiro da História**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1997.

RIBEIRO, José Hamilton. **O gosto da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

RIBEIRO, José Hamilton. Prefácio. In: DÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. **Diário de Bagdá: a Guerra do Iraque Segundo os bombardeados**. São Paulo: Editora DBA, 2003.

ROCHA, Sara de Melo. **Brazilian Correspondents in Europe: Carrers, Routines, Networks, News Coverage and Role Conceptions**. [Dissertação de Mestrado] Graduate School of Communication Universtitait van Amsterdam, Amsterdam, 2013.

ROSSI, Clóvis. **Que é jornalismo**. Brasília: Brasiliense, 1985.

SCHIRMER, Lauro. **RBS: da voz-do-poste à multimídia**. Porto Alegre: L&PM (2002).

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SILVEIRA, Joel. **O inverno da guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SILVEIRA, Mauro Cesar. **A batalha de papel**. A charge como arma na guerra contra o Paraguai. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Além do Espelho e das construções. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

STOCKING, S. H.; GROSS, P. H. **How Do Journalists Think**. A Proposal For the Study of Cognitive Bias in Newsmaking. Bloomington: ERIC Clearinghouse on Reading and Communication Skills, 1989.

TALESE, Gay; MACHADO, Luciano Vieira. **Fama e anonimato**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

TAUNAY, Visconde de. **A Retirada de Laguna**: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, a tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular. 3 ed. rev. 2013.

_____. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 3 ed. rev. 2012.

TRAVANCAS, Isabel. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. In: MAROCCO, Beatriz. **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

TREZZI, Humberto. **Em terreno minado**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

TUCHMAN, Gaye. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. **The American Journal of Sociology**, Vol. 79, N. 1. The University of Chicago, jul. 1973, PP. 110-131.

TZU, Sun; PIN, Sun. **A arte da guerra**. WWF Martins Fontes, 1996.

UTZERI, Fritz. Do outro lado do mundo. In: RITO, L; ARAÚJO, M. E.; ALMEIDA, C.J.M. de. **Imprensa ao vivo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 145-162.

VILELA, Rosário Sanchez. Técnica, método e teoria: a entrevista em profundidade na investigação da recepção. In: JACKS, Nilda; piedras, Elisa; VILELA, Rosário (orgs.). **O que sabemos sobre audiências?**: estudos latino-americanos. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

VIZEU, Alfredo. **O newsmaking e o trabalho de campo**. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

WILLIAMS, Kevin. **International journalism**. London: Sage, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ANDREI NETTO



Andrei Netto

Correspondente de O Estado de S. Paulo em Paris, França, Andrei Netto nasceu em 1977 em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul. Graduou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É jornalista e doutor em sociologia pela Université René Descartes, de Paris. Cobriu a Guerra na Líbia a partir da fronteira com a Tunísia, em 2011. Foi preso pelas forças de Muamar Kadafi e expulso do país. É autor dos livros O silêncio contra Muamar Kadadi – A revolução da Líbia pelo repórter brasileiro que esteve nos calabouços do regime, obra editada também em inglês com o título Bringing Down Gaddafi: On the Ground with the Libyan Rebels.

Data: 7/8/2015

Rodrigo Lopes - Como o jornalismo entra pra ti e como a cobertura internacional aparece na tua vida?

Andrei Netto - Fazer jornalismo foi uma decisão meio complicada. Não que eu não curtisse o jornalismo, eu sempre curti. E mais: eu sabia que escrever era algum talento que eu achava que tinha. Mas, antes de fazer jornalismo, fiz publicidade e arquitetura. Arquitetura, inclusive, eu fiz em paralelo com publicidade, eu fazia as duas. Publicidade me deu o contato mais estreito com o jornalismo. Na época, a minha namorada fazia jornalismo, a Lisi. O contato meio se estreitou quando a Lisi foi fazer jornalismo e, mais tarde, quando eu fui fazer publicidade. Eu não estava cogitando o jornalismo tanto quanto eu deveria estar, era uma certa tendência até da minha família, minha mãe, por exemplo, sempre reconheceu em mim um potencial jornalístico também.

(interrupção na gravação por problemas técnicos)

Lopes - A tua mãe reconheceu em ti um jornalista, eu não entendi por quê?

Netto - Ela mesma tinha... Ela não fez jornalismo, mas ela gostaria de ter feito. Num momento ela me disse isso, anos depois até, que ela própria se via como uma jornalista que acabou não realizando o desejo de ser jornalista, porque, enfim, ela sempre escreveu muito e tal. E ela me

dizia na época já, quando eu comuniquei a ela que eu ia trocar para o jornalismo, ela me disse: “Finalmente”. Eu tinha uma visão ideológica muito fechada na época, muito crítica, em relação ao mercado de trabalho gaúcho, especialmente, né? Isso gerava uma certa rejeição. O jornalismo até internacional veio desde o tempo da faculdade, quando eu estava estudando, e quanto mais eu me interessava pelo jornalismo, e lia jornalistas, e lia livros jornalísticos, relatos de não-ficção e tal, mais eu percebia que era isso, eu tinha uma tendência pelo jornalismo internacional. Era o assunto que me interessava mais. A tal ponto que, na primeira metade da faculdade ainda, eu cheguei à conclusão. Foi um longo percurso pra isso. Não é uma coisa que acontece do dia pra noite. Inclusive, de vez em quando, quando eu recebo muita gente se oferecendo pra ser correspondente internacional, “eu gostaria de ser correspondente internacional”. Aí que eu digo: “Cara...” Às vezes, quando eu respondo, às vezes eu não respondo porque isso me ofende até. Cara, isso é uma carreira.

(interrupção na gravação por problemas técnicos)

Lopes – Não entendi a parte em tu falas do correspondente internacional

Netto – É uma carreira, não é uma coisa que acontece do dia para a noite. A rigor, na faculdade não se tem muito claramente a noção de como chegar a essa função. As faculdades são muito precárias no sentido de instruir as pessoas em como concretizar aqueles teus desejos mais íntimos, da época da faculdade. Por exemplo: como eu me torno um correspondente?

Lopes - E a guerra, como surge pra ti? Tu te formaste na Fabico ou na Famecos?

Netto – Na Famecos. A guerra na realidade... no sentido de me chocar até. Na realidade, era uma coisa que no sentido de ser um limite, uma experiência... de estar além da linha vermelha dos direitos humanos. E, cara, direitos humanos são um conceito assim que sempre norteou a minha prática jornalística. Eu sempre, desde muito cedo no jornalismo, eu tinha claro que o meu maior interesse no jornalismo seria falar sobre direitos humanos. Esse era o meu interesse essencial, de base, tanto que se você pegar minha primeira matéria especial na Zero Hora, minha primeira matéria especial, tirando 4 e 5, matérias do dia a dia, foi sobre o sistema penitenciário gaúcho. Inclusive a guerra, pra mim, é quando a questão dos direitos humanos ultrapassou a linha vermelha, quando deixou de ser uma ameaça, quando deixou de ser uma violação, e passou a ser um risco concreto, iminente de não só de violação mas... A guerra entra nessa narrativa do meu interesse por direitos humanos. Era, digamos, me interessar por este assunto e, mais tarde, cobrir este assunto, é uma forma de cobrir direitos humanos.

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Netto - Acho que sim. Por várias questões. Sem sombra de dúvidas, o assunto precisa atrair. Você precisa, primeiro, se sentir atraído pela questão ou dos direitos humanos, como é o meu caso, ou da guerra em si. Tem que ter uma tendência natural. Tem a questão da formação. Acho que se aprende, sim. E outra, você só cobre guerra, quando você está bem informado. Guerra é uma experiência extrema no jornalismo também. Você aprende métodos, você aprende práticas que reduzem riscos, e isso é fundamental. Então, nesse sentido: não se aprende e se aprende. Não se aprende, como na leitura de um livro, nos filmes que você se interessa. E, por um outro lado, se aprende, sim, no momento em que não é uma brincadeira. Ser correspondente de guerra não é um imprevisto. É você buscar formação.

Lopes - Entrando na questão da prática. Como a tua prática jornalística é influenciada pela situação de guerra?

Netto - É totalmente influenciada. Ela muda, tu te adapta, né? Prática da guerra é uma prática diferente do dia a dia. Você precisa começar com contatos, estabelecer contatos. Comecei a fazer uma reportagem sobre migração agora, daqueles caras que tentam atravessar o Canal da Mancha. Olha a diferença que seria: eu saí, eu simplesmente peguei um trem até Calais, fui até o acampamento. Cobrir uma guerra em Calais, eu primeiro estabeleceria, a partir de Paris, estabeleceria contatos com comunidades com relações com Calais, fossem nacionais, da região, pessoas com vínculos familiares, nacionais, etc, etc, compatriotas. Eu estabeleceria contatos com ONGs, organizações humanitárias que já trabalhem na área. E, aí sim, eu iria para lá, com contatos lá, entende? Com pessoas que me esperassem lá com informações de campo que eu não tenho ainda. Eu não chegaria diretamente. Posso não saber tudo, então eu não chego de mãos abanando. A prática da cobertura de guerra muda completamente, desde o início, desde o primeiro momento, desde a decisão de ir.

Lopes – A minha segunda pergunta, na verdade, era justamente essa: se há diferença nessa prática jornalística em coberturas de guerra e na cobertura local. Tu já me respondente.

Netto - Tem muitas outras diferenças. Gestão financeira da cobertura é completamente diferente, tem equipamentos, materiais, colete, etc, etc. É um conjunto.

(interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes – É um conjunto de coisas, tu falavas.

Netto – Gestão financeira diferente. O que muita gente faz, eu inclusive já fiz, mas hoje eu não concordo mais com isso. Alguma coisa que me fez mudar. Você, simplesmente, não corre para uma guerra. A guerra está lá, ela começou, é importante chegar o mais rápido possível. Mas é importante chegar o mais rápido possível depois de fazer os devidos contatos e tomar as devidas precauções: financeiras, de reunir o dinheiro necessário, de reunir o equipamento necessário, de fazer os contatos necessários.

Lopes - E com relação a tua cobertura na Líbia, Andrei, enfim, teve toda a questão do incidente da prisão, mas, se nós tirarmos esta parte, o que tu destacas na tua cobertura.

O que tu achas que se diferenciou na tua cobertura da Líbia?

Netto - A rigor, o que se diferenciou naquela cobertura, a meu ver, e isso é um fator de orgulho pra mim, porque... na realidade eu não tenho orgulho da cobertura em si. Ela foi abortada pela prisão. Isso foi um erro. Ao contrário de muita gente. Isso não é um elogio, foi um erro ser preso. Então, a cobertura em si não foi um fator de orgulho pra mim. O fator de orgulho pra mim foi o fato de aí sim, isso é fato, eu e o Ghait (Abdul-Ahad, repórter iraquiano do The Guardian), que era o cara que estava comigo, nós termos sido os dois primeiros jornalistas não-líbios a... Se julgarmos que havia jornalismo livre na Líbia, nós fomos os dois primeiros jornalistas não-líbios no país. Se julgarmos que não existia jornalismo líbio, a gente foi simplesmente os dois primeiros jornalistas na Líbia em guerra na parte do país controlada pelo regime. Ou seja, a gente estava atrás da linha de front, como você também esteve. Ali a situação era completamente diferente de Benghazi. Em Benghazi, havia uma linha de front definida: se você estava de um lado, você estava relativamente protegido, se você estava de outro, você estava... enfim... tava provavelmente aparentemente acompanhando o regime. O que não era o caso de ninguém. Então nós fomos os primeiros jornalistas a chegar ao país em condições de trabalhar dentro da área em tese controlada pelo regime, mas trabalhar da forma mais livre possível, digamos assim. E isso nos permitiu publicar matérias que foram as primeiras matérias dizendo: “Olha, ao contrário do que o regime afirma, não é só o leste da Líbia que está conflagrado. Todo o país está conflagrado.” E a gente mostrava... Esse foi, acho eu, o diferencial dessa matéria. Para isso, foi necessário assumir um risco grande, talvez até alto demais.

Lopes - E um dos pontos que eu te falei, que acho que é bem importante, é a relação do jornalista com a fonte na guerra. Ela é diferente do jornalismo local, por exemplo?

Netto - Ela precisa ser, né? Ela precisa ser uma relação de muito mais confiança. Mas essa é uma das grandes chaves da cobertura da guerra. Como ter confiança integral em pessoas que

you know you've only known for a short time. It's possible to establish trust relationships with people that you've only known for a short time. I believe in this, it's a little bit quixotic, romantic, I think you're not... You can establish trust relationships. And the coverage of Líbia proved this. In a certain moment the people went into the coverage that exposed the people that, in reality, were not trustworthy. The relationship with the sources is different. It presupposes a risk before anything else, a risk that doesn't exist in the coverage day by day. You can be in a hostile situation, in a hostile coverage, for example, in an extreme event, in a hurricane, or something similar, something that you've already experienced, you won't pass that risk. There are parallels, coverages that resemble a little bit with the situation of war coverage, like these coverages of organized crime, of trafficking etc, but war coverage is a specific coverage, yes, in general. In the vast majority of cases of journalistic coverages.

Lopes - Essa pergunta eu não fiz aos demais colegas, até pela situação da tua prisão ser diferente. Tu foste traído pelas fontes?

Netto - Não era exatamente uma fonte. Era alguém que fazia o papel de passador. Uma expressão francesa, mas que se usa aqui na Europa. Era um cara que estava ali na função de, digamos assim... não dá nem pra chamar de fixer nesse caso, porque ele não era remunerado. Mas de um suposto militante revolucionário que iria nos ajudar a alcançar determinado objetivo. Não foi exatamente a fonte que nos traiu, mas poderia ter sido uma fonte. Aquela pessoa ali até foi uma fonte de algumas informações, mas ela poderia ter sido uma fonte profunda da nossa reportagem e, eventualmente, poderia ter nos traído. Sim, poderia ter acontecido.

Lopes - E o que tu adotas na tua prática na guerra para garantir que teu entrevistado não está mentindo ou te usando como propagandista da ideologia dele ou dos interesses dele?

Netto - Ah, esse é o desafio básico da cobertura de guerra. Existe um cuidado que é básico, e que eu procuro tomar sempre, que é o de ter múltiplas narrativas. Bom, você não consegue checar se, em determinado front, tal coisa esteja de fato acontecendo. Bom, mas você pode falar com alguém que esteja no front, ou que estejam do outro lado do front, ou que tenham estado nessa situação para bater, conferir o relato que você já teve. Então, a busca é basicamente por multiplicar o máximo possível as fontes de informação para tentar verificar aquela informação original. Não tem um segredo específico aí. Existe uma dificuldade específica na cobertura de guerra, em termos de verificação de informação, uma técnica exclusiva da cobertura de guerra.

Não, é multiplicar, talvez, aumentar o número de fontes que vão na mesma direção daquela narrativa. Acho que é a grande precaução que um repórter pode ter é justamente ter mais cuidado na checagem. Uma checagem mais intensa, digamos.

Lopes - E com relação à tecnologia. Essas novas tecnologias influenciam a tua prática jornalística?

Netto - Elas influenciam, não só as novas, inclusive algumas que não são tão novas mas que são pouco usadas. Por exemplo, o lance de levar o telefone satelital, isso em algumas coberturas é simplesmente essencial. E isso é tecnologia, não é tão nova assim. Mas é tecnologia. Para você ter uma ideia, precisa de um exemplo de como a tecnologia não ajudou, mas poderia ter eventualmente ajudado: quando eu estava “desaparecido”, um tipo de prisão que não tinha sido comunicada, quando eu estava nas mãos do serviço secreto etc, um grupo de amigos meus, aqui de Paris, na verdade foi ideia de um amigo meu, que tentou junto com minha mulher e com outras pessoas, tentou me localizar pelo localizador do iPhone. E na época era bem precário, era bem incipiente assim. Mas que eventualmente poderia ter dado certo, se aquele telefone estivesse... O problema é que meu telefone tinha sido roubado também, mas eles não imaginaram isso. Então, se aquele telefone estivesse em minha posse, e o sistema fosse o que é hoje, talvez eu pudesse ter sido geolocalizado. Isso é uma mudança. Eles vão contribuir muito no futuro breve para a cobertura de guerra, sem sombra de dúvidas. Para o bem e para o mal. Por exemplo, hoje, na Síria, quando eu fui à Síria duas vezes já durante a guerra, eu não tomei essa precaução, mas hoje, eu não entraria com um telefone estrangeiro na Síria. Desde o início da revolução, o regime aprendeu números estrangeiros na Síria podem ser identificados, podem ser localizados e certamente vão levar a presas. Presas que podem ser importantes. Então, eu não me surpreenderia se o Estado Islâmico hoje já faz esse tipo de monitoramento.

Lopes - E com relação à censura. Chegaste a ser vítima de censura ou testemunhaste algum episódio de censura na Líbia? Ou autocensura também?

Netto - Não, a minha autocensura se deveu justamente pela preocupação de checar um pouco mais a informação. Então autocensura foi um... não sei nem se dá para classificar isso de autocensura, mas foi limitada no espaço, questão de horas, ou até de um a dois dias, para checar informação. Não sei nem se eu classificaria isso de autocensura, mas talvez algumas pessoas tivessem classificado. Porque eu já tinha tido informações, mas dei uma checada a mais porque estava me parecendo estranho.

Lopes - Um cuidado maior talvez, né?

Netto - Isso, um cuidado maior, exato, exato. Sobre censura, ali era óbvio que aconteceria, mas quando fui preso e tal, tinha condições muito estritas da condição de liberdade, quando eu fui entregue pelo governo líbio ao governo brasileiro, ou seja passei das mãos do serviço secreto líbio às mãos do embaixador brasileiro, a condição era de que eu deixasse o país. O que precisava acontecer imediatamente. Só aconteceu, na prática, umas 12 horas, 13 horas depois, quando eu pude escrever a respeito. E, mais do que isso, a gente foi monitorado. Nessas 12 horas, tinha um carro estacionado. Numa caminhada que a gente fez no bairro do embaixador, nós fomos monitorados, então a censura estava ali. (interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes - Nessas 12 horas... cortou um pouquinho, eu não entendi. Nessas 12 horas em que tu foste entregue até a saída do embaixador não poderia transmitir reportagem, não podia escrever.

Netto - Esse tinha sido o acordo. Ser expulso imediatamente, e, nesse período, não vai escrever não vai fazer nada. Isso era fatal que aconteceria naquele caso. Mas censura ou autocensura ou de alguma reportagem minha ter sido alvo de um corte ou coisa assim, não aconteceu. O que aconteceu, por exemplo, já em outro momento da cobertura da Líbia, no final... na morte do Kadafi, é que eu tinha vídeos, feitos por outras pessoas, que eram fotos chocantes, que eu encaminhei para o jornal, evidentemente porque era meu trabalho fazer, e que o jornal decidiu não publicar. Nós já publicamos fotos bem duras a respeito da morte do Kadafi, acho que a gente não precisa publicar essas, assim. E eu, particularmente, não sou contra, eu acho que existe limites, exposição, não vai agregar nada em termos de informação, além daquilo que já está escrito.

Lopes – Andrei, e o fato de estar embedded com um exército ou com grupos rebeldes, como era o teu caso, compromete a prática? Compromete a independência?

Netto - Essa era uma preocupação minha dentro da Líbia. Inclusive eu cheguei a expressar essa preocupação em relação a algumas pessoas. Na realidade, eu não queria estar com os rebeldes o tempo todo. Estar embedded em um exército, estar embedded num grupo rebelde, ou o que quer que seja, não estou falando no caso da Líbia especificamente. Estou falando em teoria. Pra mim, estar o tempo todo de um lado, mergulhado no meio das tropas de alguém, isso é ruim sempre, no sentido de viciar a informação. Então, isso me incomodava, um dos motivos pelos quais a gente acabou preso foi justamente o fato de... embora estivéssemos ao lado de rebeldes,

nós havíamos trocado. Muita conexão entre eles. Era uma preocupação nossa, não estar o tempo todo com o mesmo grupo para não ter a mesma versão dos fatos o tempo todo. Se chegássemos a Trípoli, a minha ideia era tentar me misturar à população. Se isso seria possível ou não... A ideia era essa.

Lopes – As duas últimas perguntas: como o risco de morrer influencia a tua prática, se influencia?

Netto - Tem que influenciar. Se não houvesse o risco de morrer, a prática seria muito mais... Cara, na realidade, a tomada de risco, depende muito da situação e da leitura que você faz. Eventualmente, você faz uma leitura errada do risco. Vou dar um exemplo muito prático: quando eu estava na Síria, quando entrei pela primeira vez em Aleppo sob guerra, que foi bem no início da tomada de Aleppo pelos rebeldes, a situação dos jornalistas que ali estavam, que não eram nem uma dezena, uma meia dúzia de jornalistas. Em determinada situação, eu reuni todos e eu disse: “Gente, isso aqui não é seguro”. Ser alvo de alguma... que venham e nos seqüestrem todos. E eu disse isso e briguei com um dos jornalistas, inclusive, discutindo. “Não é seguro, é o momento de nós nos retirarmos daqui”. Eu saí, alguns saíram instantes, horas depois, ou no dia seguinte ou dois dias depois. Todos nós acabamos saindo, alguns já tinham saído. Na verdade, quem mais me chamou atenção, quem me deu a faísca, de que aquele risco ali era extremo foi justamente Jon Lee Anderson. Eu disse para os demais: “Isso aqui não é seguro o suficiente, vamos sair fora daqui”. Então, o Jon Lee Anderson saiu, eu saí, mais tarde outros saíram. Mas, sintomaticamente, naquela região, naquela semana, o americano decapitado pelo Estado Islâmico, o James Foley, com quem eu tinha estado na Líbia, inclusive. Ele foi seqüestrado naquela mesma região em que nós estávamos. Eu antecipei a minha saída da Síria em função daquele grau elevado de risco, que eu via. Essa decisão se mostrou acertadas, outras pessoas decidiram ficar, como o James Foley, por exemplo, ou voltar ao país e acabou se mostrando errada. E quando eu voltei a segunda vez a Aleppo, também clandestinamente, atravessando fronteira, etc, etc, a situação tinha mudado de forma tal que fiquei horas na cidade. Acho que fiquei 24 horas no país, talvez tenha sido um pouco mais, talvez eu esteja exagerando, mas não foi muito tempo em Aleppo. Eu saí porque eu percebi que a situação era muito adversa. Então, o limite da cobertura jornalística, pra mim, é a percepção de risco. Continua sendo. Eu não faço jornalismo sob qualquer risco. Claro que aí depende da própria percepção. Algumas pessoas têm uma percepção mais apurada e tomam menos riscos. Jon Lee Anderson um dia me disse uma coisa que mudou a minha forma de perceber o jornalismo, inclusive. Ele me disse lá na Síria, ele disse que não se sentia grande demais para fazer aquilo que ele estava fazendo. Ele

próprio, que é um dos grandes mestres do jornalismo e coberturas de guerra. Ele assumia riscos mais limitados do que aqueles que eu assumi naquele momento. Se ele que é o grande jornalista...

Lopes – A minha última pergunta é se a tua prática, se a tua cobertura pode transcender essa questão mais do dia a dia da cobertura de guerra, se ganha um caráter social mais amplo? Que tipo de transcendência essa tua cobertura de guerra tem no plano social e no plano geopolítico? Se é que tem...

Netto - Não é uma brincadeira jornalística, também não é um vício, como algumas pessoas dizem. Guerra como um cara viciado no conflito, eventualmente até pode acontecer. Mas, por princípio, eu não cubro eventualmente conflitos armados, porque eu quero emoção de estar lá etc etc. O que me leva a cobrir, e eu asseguro isso, não é demagogia, não é romantismo, não é quixotismo, é simplesmente a função social da coisa. Eu, por ter estado nessas situações, tenho certeza de que jornalismo define rumos dos conflitos. Uma reportagem feita sobre um conflito mobiliza autoridades, mobiliza opinião pública, muda o comportamento da opinião pública, e pode ser determinante no conflito e, por extensão, logicamente, para a sorte e para a vida das pessoas. Então, o jornalismo influencia diretamente, sim, no número de mortes de um conflito, por exemplo. Então, se influencia diretamente no número de mortes ou no tempo de duração de um conflito, eu considero o jornalismo de guerra essencial.

Lopes - Muito obrigado.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM SAMY ADGHIRNI



Samy Adghirni

Correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Caracas, Samy Adghirni nasceu em Lyon, França, filho de mãe brasileira e pai marroquino. Estudou jornalismo na Universidade Stendhal, de Grenoble (França). Especializado em Oriente Médio, Adghirni trabalhou como correspondente da Folha em

Teerã, período no qual escreveu o livro Os iranianos, da editora Contexto (2014).

Data: 1/8/2015

Rodrigo Lopes – Me conta um pouquinho da tua história do jornalismo e como tu entraste nessa do jornalismo internacional?

Samy Adghirni – A minha trajetória é um pouco atípica. Sou filho de jornalista, mas demorei muito a ter o desejo de ser jornalista. Na infância, era uma coisa que nem me passava pela cabeça. Eu, como todo moleque, já quis ser astronauta, zoólogo, enfim, quando comecei a ter um pouco mais de discernimento, eu queria ser diplomata. Porque eu cresci neste meio. Meu pai é marroquino, minha mãe é gaúcha, e eu, nascido na França. Então, sempre tive essa pegada meio internacional. Sem trocadilho... E aí, no final do colégio, quem me deu a luz foi justamente um diplomata, o embaixador do Marrocos amigo nosso em Brasília falou: “Por que você não faz jornalismo que nem a tua mãe?” Falei: “Caramba, realmente”. E aí, assim, uma anedota engraçada: o que me deu vontade mesmo de ser jornalista foi... eu era moleque, era fã do Taffarel... E o Taffarel ficou afastado da Seleção em 1995, brigou com Ricardo Teixeira e voltou à Seleção, em 1997 para um amistoso contra o Chile em Brasília. Bem na época em que eu era moleque, estudante, em Brasília, escrevia para o jornal do colégio. Falei: “Quer saber, vou entrevistar o Taffarel para o jornal do colégio. Foi difícil. Matei aula, tomei chuva, acho que fugi da polícia, não sei o que... Mas consegui a entrevista. Falei, não é que é legal esse negócio de ser jornalista? E desde então eu tenho isso muito claro. Daí, estudei jornalismo na França, fiz todo tipo de trabalho na França, jornalzinho local, rádio local, revista estudantil, fiz muita coisa de música eletrônica, sempre tive o pé nesse meio, acabei escrevendo para as

maiores revistas de música eletrônica da França. Quando terminei de estudar, fui para Paris – estudei no interior -, daí fui para Paris, foi o início da carreira mesmo. Fiz muito coisa para a Rádio France Internacional, eu era repórter de geral, que eu acho que foi minha primeira grande experiência como jornalista. Fui repórter de geral para a Rádio BFN, que era da Bloomberg na época. Mas aí me negaram a cidadania francesa em 2001, eu tive a primeira negativa. Apesar de ter nascido na França, eles não me deram. Falei: “Putz, o que vou fazer agora? Vai ser difícil continuar aqui e ter um contrato”. Poderia viver de frila, mas a longo prazo é insustentável, é inviável. Teve o 11 de setembro, falei: “Ah, cara... pra mim deu. Voltei para o Brasil, e foi uma época muito difícil porque, apesar de ter feito uma faculdade muito boa e já ter uma experiência, eu voltei para o Brasil, tinha 23 anos, mas já tinha feito um monte de coisa. Mas ninguém me quis no Brasil. Ninguém... Ninguém... Ninguém me quis no Brasil. Bati em todas as portas. Não consegui emprego. Tentei treinee da Folha, não consegui, do Estado, não consegui, da Veja, não consegui. Larguei o jornalismo, comecei a ser tradutor e agenciador de DJs de música eletrônica. Isso por um tempo, foi uma época bem sombria. Aí, um dia apareceu no Correio Braziliense e falou: “Ó, vem aqui, tem uma vaga aqui pra ti, pra trabalhar em Cidades”. Falei: “Porra, vou até de graça”. Fui para o Correio, e não cheguei a trabalhar em Cidades, porque no dia em que fui contratado liberou uma vaga em Mundo. E aí eu fui para Mundo e virei setorista de Itamaraty, coincidiu com a eleição do governo Lula, foi o início do governo Lula, e o Itamaraty começou a bombar, muita visita, muita coisa começou a aparecer. Fiquei cinco anos no Correio Braziliense. E fui para a Folha no final de 2007, e na Folha também fiz um monte de coisa, já fui pauteiro, fechador, mas o que eu mais fiz foi reportagem, fiquei quatro anos com base em São Paulo, mas viajando cada vez mais. De fato, eu comecei a viajar mesmo em 2009, 2010, comecei a fazer grandes viagens. Primeira vez que fui para o Iraque. Primeira vez que fui para o Iêmen, e aí quando começaram as chamadas revoltas árabes, eu não parei mais, aí foi uma fase muito legal.

Lopes - Tu estavas morando em São Paulo.

Adghirni - Eu estava morando em São Paulo, minha base era São Paulo. Foi o ano mais marcante da minha carreira foi 2011, não foi o Irã, foi 2011, porque eu ia para o Egito, eu ficava três semanas, voltava para São Paulo, ficava três dias naquela folga merecida, e falavam: “Ó, tem que ir para a Líbia”. Ia para a Líbia, voltava para São Paulo, foi um ano muito intenso, em que eu vi muita coisa, presenciei muita coisa. E, no final desse ano, de 2011, veio a resposta dos iranianos, que foi um negócio que eu tinha pedido em 2010, para as autoridades iranianas para ser correspondente, projeto meu, que a Folha bancou. Só que a resposta nunca vinha, eu

desisti, falei: “Ah, então não vou para o Irã, vou curtir aqui essas revoltas árabes, que está divertido”. Daí eu estava na Líbia, cobrindo a queda de Trípoli, ao mesmo tempo em que o Trezzi e o Andrei, e eu recebi um email dos iranianos: “Teu visto está pronto. Podes vir”. Larguei toda a cobertura, Ninio (Marcelo Ninio, repórter da Folha de S. Paulo) veio me render, e um mês depois eu estava em Teerã. Fiquei três anos em Teerã, e vou completar um ano de Caracas agora, nas próximas semanas.

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Adghirni - Se você me permite, vou fazer um ajuste no que tu disse. Não acho que eu seja correspondente de guerra, e acho que no Brasil não existe a figura do correspondente de guerra. O que existe no Brasil é o enviado especial a conflitos. Porque correspondente de guerra, mesmo fora do Brasil, é uma raça em extinção. Correspondente de guerra, na definição que eu tenho, é alguém que vive de guerra, que vai de uma guerra para outra: guerra, guerra, guerra, guerra, guerra, guerra. guerra... São pouquíssimos. Alguns da CNN. Um ou outro cara da Reuters, tem um cara mais próximo, um grande jornalista italiano do Corriere della Sera... mas no Brasil essa figura não existe. Agora, se tua pergunta for: “Se aprende a trabalhar em conflito, a ser enviado especial em conflito?” Claro... Tem que se aprender, é lógico, tem que se aprender... A minha sorte é que, no meu caso, foi muito, um processo gradual. Nunca quis: “Ah... eu vou cobrir conflitos”. Foi uma coisa que foi acontecendo aos poucos. Da primeira vez, 2004, que eu estava no Correio, e acompanhei uma delegação da Câmara dos Deputados do Brasil em visita à Palestina. Então, eles tinham vaga para dois, três jornalistas, chamaram o cara da Folha, me chamaram e chamaram um cara lá da Revista do Fórum Social Mundial, Marcelo Assad. Pensei: “Porra, nossa, vou para a Palestina, caramba”. Foi meu primeiro contato. Eu digo sorte porque foi uma viagem muito enquadrada, tinha segurança, a gente tinha estrutura, tinha proteção da embaixada, mas, mesmo assim, tu já sentes a pressão, já vê destruição, já vê palestino jogando pedra e recebendo disparo de bomba de gás lacrimogêneo, vê helicóptero atacando. E a segunda foi acontecer muito tempo depois, foi quando eu fui para o Iraque pela primeira vez, também uma viagem muito enquadrada, 2009, fui com um esquema de proteção fornecido pelo governo iraquiano, que tinha um comboio de carros para a minha pessoinha, mas também tu já passas um nível acima de tensão. Só que na terceira, que foi uma segunda viagem ao Iraque, aí eu já estava largado, estava sozinho, e aí tem que ter os bons reflexos, e aí a experiência ajuda, a maturidade ajuda, e claro que uma viagem te credencia mais para a próxima.

Lopes - Vai criando uma casca.

Adghirni - É.

Lopes - Entrando um pouquinho na prática jornalística no campo mesmo. Como tu achas que a prática jornalística é influenciada pela situação de conflito, pela situação de guerra?

Como a tua prática é afetada por essa situação do entorno?

Adghirni - A prática é totalmente afetada. Ela muda completamente, porque eu acho que as pessoas precisam entender que quando tu está em uma área de conflito, o principal é te manter vivo. O principal é tu não virares notícia. É tu não te tornar um problema para o jornal. Porque, se tu quebrares o pé, ou mesmo se tu pegares uma diarreia, já aconteceu comigo no Curdistão, quase acaba a cobertura. Esse é o principal. Porque notícia, história para contar, tem para todo o lado. Tu olhas para a direita é uma, para esquerda é outra, as coisas acontecem, é muito intenso, as pessoas falam. E uma coisa que eu aprendi com minha mãe: “para, olha o que está acontecendo e conta”. Só isso. Uma regra básica da reportagem no sentido mais romântico da palavra. Então, o principal em uma zona de conflito é tu consegues criar condições mínimas de trabalho. Peraí: “Onde vai ser minha base, onde vai ser o lugar onde minhas coisas vão ficar? Onde vai ser o lugar em que... eu vou ter de dormir, eu sou um ser humano, em algum momento eu vou ter que me recolher. Como é que eu vou achar uma internet? Como é que eu vou me alimentar? Na Líbia, o fotógrafo Apu (Apu Gomes) e eu, ficamos quase cinco dias só com biscoito e atum, isso é um teste, e sem tomar banho, sem água, com duas garrafas de água mineral para agüentar os cinco dias, um calor de 45 graus, Ramadã, guerra, o hotel sem água, as pessoas cagando na escada, as pessoas arrombando quarto para cagar, nos quartos desocupados. Então, numa situação dessas, que tu tens que fazer? Tu tens que ficar calmo, cara. Isso é o mais difícil. Isso altera totalmente tua cobertura. Não é... Tu não está cobrindo uma coletiva da comissão européia em Bruxelas, onde realmente tu podes te focar na declaração, vai pegar o celular do assessor... Se tu chegou atrasado alguém vai te passar alguma coisa. Ali é guerra, o contexto é caótico, o contexto é perigoso, a logística é muito complicada. Agora, dito isso, os princípios do jornalismo seguem iguais. E aí tu tens que controlar a emoção também porque quando tu estás nesse ambiente de emoções muito intensas, é muito fácil tu caíres na armadilha do envolvimento emocional. Ou tu criares uma empatia com a fonte, ou tu te identificar com um dos lados do conflito. Eu vi muito isso. Principalmente na Líbia. Na Líbia, tu não podia estar dos dois lados do conflito. Então, a maioria dos jornalistas estava com os rebeldes. Então, eu ouvia muito colegas que diziam assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Ou “avançamos até tal ponto”. Avançamos? Que avançamos, cara? Quem é nós? Ou... jornalista

que entrevista alguém e que depois bate no ombro e diz: “Boa sorte...” Agora, isso é fácil falar. Não estou me colocando na posição de.. “Ah... eu sou melhor que essas pessoas, porque eu, quando fui fazer uma matéria, no hospital de Benghazi, que tinha crianças completamente quebradas, queimadas, pessoas urrando de dor, e aí alguém te pede uma ajuda. Como é que tu reage? Uma pessoa fala contigo, te deu entrevista, a vida dela acabou, porque a mãe acabou de morrer, o filho está em coma, não sabe se vai sair. O cara tem delírio, diz que não consegue falar direito. Aí, ela fala para ti: “Pelo amor de Deus me dá uma ajuda... perdi tudo, não tenho mais nada”. O que tu fazes em uma situação dessas? Então, esse ambiente todo exige muita energia, definitivamente não são condições normais de trabalho e afetam a maneira de trabalhar.

Lopes – Tu já falaste um pouquinho sobre isso na tua resposta, mas, além da exposição à violência qual é a diferença da prática jornalística na zona de guerra e da cobertura local?

Adghirni - Eu acho que são esses dois elementos fundamentais que eu te disse: é a logística, tu vais ter que achar uma internet para mandar matéria, ou um telefone. O que adianta estar lá, ter a puta história se não consegue mandar a história? Tem que ficar dependente de colega, me empresta isso, aquilo. Não rola. Essas coisas acontecem, mas é complicado. E o que adianta tu errar o cálculo: “Putz, os rebeldes estão avançando para tal cidade, eu vou com eles, vai ser uma puta história”... E aí... no meio do caminho tu percebe que não tem mais dinheiro? Tens US\$ 200 no bolso. Essas coisas precisam ser calculadas o tempo inteiro: quanto que eu tenho, onde eu estou, onde é que eu vou. como é que... A parte logística é fundamental. As pessoas não têm entendem isso. E a segunda é a questão emocional. Eu costumo dizer: a guerra é antes de mais nada um estado de espírito. Uma guerra é um estado de espírito, tu podes estar em um momento em que o conflito é de baixa intensidade, em que a vida volta mais ou menos ao normal. As crianças vão para a escola... mas ali é uma zona de conflito, é uma zona de guerra, alguma coisa muito feia pode acontecer a qualquer momento, e isso está na cabeça das pessoas, elas incorporaram isso. É uma mistura de angústia com ansiedade, com reflexos de sobrevivência que não são os que a gente tem aqui no nosso dia a dia mais ou menos normal. Então, tu conseguir garantir, racionalmente, essas condições materiais de trabalho e, emocionalmente, a tua idoneidade e ao mesmo tempo a tua paz psicológica, a tua serenidade, são os grandes desafios. Tem gente que desaba, tem que gente que não dá conta. Um colega que eu não vou mencionar, no Egito, surtou, teve um ataque de pânico, a gente passou por um momento difícil, que a gente precisou fugir do hotel. Rolou uma união dos colegas brasileiros... “Vamos embora, vamos embora, vamos embora...” E aí a gente se juntou. Tive que pedir permissão para o meu jornal, que é meio chato com essas coisas, não pode misturar.. não pode

isso, não pode aquilo... Essa viagem do Luiz Antônio (Luiz Antônio Araujo, editor de Zero Hora). Quando o carro se prendeu, fomos cercados pelos caras do Mubarak, com facão batendo no carro, batendo no carro, os caras histéricos. O colega pirou, surtou, começou a gritar, gritar, gritar... E eu tive que chamar a atenção dele, o cara ficou indignado, nunca mais falou comigo. Mas... E foi embora, pediu para ir embora. Mas assim... O cara é um repórter fora de série, muito bom no que ele faz, mas ali não era a dele. Da mesma maneira que, se tu me mandar cobrir títulos da dívida, eu vou ficar perdido, porque também não é a minha.

Lopes – Samy, e a tua cobertura na Líbia, o que tu destacas na tua cobertura. E em que tu te diferenciaste em relação a outros colegas?

Adghirni - É muito difícil saber isso porque tu nunca sabes, nunca dá para saber o que todo mundo fez. Às vezes tu achas que foi o primeiro a fazer isso, aquilo, mas aí, pô... Quem disse que um jornalista romeno não chegou antes de ti? Só que o cara escreveu na Romênia e tu nunca vais saber. Eu tenho muita cautela com essas coisas de “fui o primeiro a fazer isso, o primeiro a fazer aquilo”. Mas eu fui três vezes à Líbia e foram três momentos muito diferentes. Muuuito diferentes. A primeira vez foi essa em Nalut, que foi uma coisa que tu fizeste, que também passaste pelo deserto, né?

Lopes – Sim.

Adghirni - Tu não passaste pela fronteira... Então, se tu parar para pensar, é uma coisa absolutamente irresponsável, uma coisa... Imagina se tu tivesse um filho e teu filho fizesse isso? Tu tens filho?

Lopes – Não tenho.

Adghirni – Pois é, eu também não. A chance de dar merda é muito grande, cara. Muito grande. Olha o Andrei. O Andrei se ralou nessa. O Andrei foi na confiança. Está dando certo. Ele estava com um cara que, porra, fala árabe fluente, conhece a área, não tem quem não ia se sentir confiante. A outra vez foi no dia seguinte ao início dos bombardeios da Otan em Benghazi, foi a vez mais longa. Isso foi muito marcante também porque era um risco muito louco, porque ali era o front todo dia. Front. Front. Front. Todo dia. Front avançando, recuando. Acho que o momento mais tenso foi, nós estávamos nas dunas, com o Apu, o fotógrafo, e observando as posições do Kadafi, estava uma tarde meio modorrenta, não estava acontecendo nada. E os caras começaram a atacar. E começou a voar mísseis. Você ouvia o apito... míssil, morteiro. Daí todo mundo saiu correndo, na areia tu não consegues correr direito. E aí quando nós

estávamos entrando no carro, um foguete katiusha bateu e parou a dois metros do carro. E não explodiu. O motorista ficou nervoso, eu também fiquei muito nervoso. Mas eu, nessas horas, é um nervosismo interno. Eu não falo, não externo. Foi muito, muito, muito pesado. E a terceira vez foi a queda de Trípoli. Que foi outro tipo de risco porque é uma cidade muito cheia de armadilhas, aparentemente tomada, mas cheia de franco-atiradores, algumas bombas escondidas. A população... Kadafi tinha muito apoio em Trípoli, as pessoas ainda estavam lá, achavam que poderia ter uma volta, tinha pessoas que atiravam da janela de casa. Tu falavas com alguém, tu não sabias quem era. Foi uma coisa muito tensa, atiraram no nosso carro. Não sei... Eu acho que ter entrado rapidamente em Trípoli é uma coisa que me deixa contente. Pô, a gente vinha do Brasil, o Apu e eu, ou seja, competindo com gente que vinha de muito mais perto, muito mais perto. Mesmo assim, entramos rápido. Não sei te dizer se nós estivemos entre os cinco primeiros, os 10 primeiros ou os 40 primeiros. Mas entramos rápido em Trípoli. Então, nós tínhamos o “enviado especial a Trípoli” no jornal antes de muita gente. Isso foi legal. Visitar o manicômio de Benghazi no meio da guerra, isso foi uma matéria importante. Nós descobrimos que pessoas estavam ficando loucas com a guerra. O diretor do hospital não quis falar, aí uma enfermeira, e o fato de eu falar algo de árabe ajuda muito, né? Uma enfermeira puxou assim e falou: “O que o diretor está falando não é verdade”. Ela falou: “Vem cá”. Levou a gente para uma sala e tinha um monte de gente simplesmente surtada. Claro, tinham uma pré-disposição... mas tinha gente amarrada, e aí fomos também na ala desse hospital onde o Kadafi botava os presos políticos. Dizia: “Tu és louco, vai para o manicômio”. Então, paredes pintadas... Nós entramos rapidamente também – não sei se tivemos entre os cinco ou 10 primeiros – na prisão de Abu Salim, em Trípoli, a masmorra do Kadafi... Enfim... Não vou ficar mencionando as matérias. Mas, realmente, foi um conflito que eu cobri em épocas muito diferentes e lamento muito ter abandonado essa cobertura. Queria muito ter visto como estão as coisas.

Lopes – E com relação às fontes na guerra. A relação do jornalista com as fontes e se tu adotas alguma prática para garantir que o entrevistado não está mentindo ou te usando para propagar o interesse dele ou a ideologia dele?

Adghirni – Olha, que o cara está te usando... ele está te usando. Tem que aceitar isso. Tem que aceitar essa premissa. Principalmente em uma guerra, onde, como eu disse, ambiente é muito carregado de emoção, e as pessoas têm ali necessidades comunicacionais muito urgentes... A única razão pela qual um combatente vai parar para conversar contigo é porque ele tem um interesse. Então, tu tens de incorporar isso e dar um golpe de jiu-jitsu para usar isso a teu favor. Agora, eu acho que isso não é o mais difícil. O mais difícil é a veracidade do que as pessoas

estão falando. Isso é uma das coisas mais difíceis. Porque aí o rebelde convoca os jornalistas, convoca uma coletiva e diz assim: “Nós conquistamos tal cidade”. Como é que tu vais saber se o cara está falando a verdade? Não adianta tu ir lá, achei uma internet, vou ver as notícias do Google... Tem coisa que não dá para ver no Google. É a cidade que está ali, a 40 quilômetros, numa aldeia que nem está no mapa, mas que fica em uma zona estratégica porque fica perto do aeroporto militar e eles dizem: “Ah, nós tomamos esse lugar”. Como é que tu vai saber isso? Isso é muito complicado. Agora, são as únicas fontes que tu tens muitas vezes na guerra. Então, tu tens que achar um jeito de formular isso da maneira mais cautelosa possível. E tentar ver na medida do possível se é verificável. Então, pergunta para colegas. Mesmo tu estando em uma guerra, tu tens de ver o noticiário. Tens que saber o que está acontecendo no geral. Tens de ter uma noção do que está acontecendo. Aí, claro... Por isso, eu insisto: não dá para tu mandar para uma guerra alguém que simplesmente é um bom repórter de cidade, porque ele já viu um morto. O cara tem que conhecer broad picture, a imagem. Ele tem que ter uma noção do mapa, tem que ter uma noção da história, quem é quem, a composição étnica, alguma noção de religião. Ele não precisa saber qual é o ritual do Islã norte-africano, mas ele tem que se situar: xiita, sunita, a Argélia faz fronteira com a Líbia e com a Tunísia, mas a Argélia não faz fronteira com o Egito. Essas coisas ele tem que ter em mente. Então, se tu tens o mínimo de conhecimento, tu vês o noticiário, tu conversa com colegas, isso às vezes ajuda a ter uma noção do que a fonte está te dizendo. E tem a coisa mais institucional, que é uma coisa mais opressora, que são os governos. Uma das viagens mais difíceis que eu fiz foi quando eu fui a Damasco, no final de 2012, com um visto, ou seja para cobrir o conflito pelo lado do governo. Porra, só que é o governo do Bashar (Bashar al-Assad, presidente sírio), que é sanguinário, sanguinário. Não sou anti-Bashar, não acho que tem que cair. Os rebeldes não são melhores. Mas o Bashar é barra pesada, eu estou na mão desses caras. Eles sabem o hotel em que eu estou, eles querem colocar alguém na minha cola, tem que pagar o cara para ir lá me pegar, tenho que dizer: “Não, eu tenho amigos aqui”. Tem que inventar uma história. Onde tu vais tem controle policial, tem que ter permissão, e aí tu consegues permissão para falar com um comandante militar de uma área x da fronteira com o Líbano. Essa cara a gente vê na cara dele que ele matou gente hoje de manhã. Então a gente diz: “Então, como é que é?”. “Nós vamos ganhar a guerra. Bashar é nosso campeão.” Ai, tu diz: “Sim comandante, mas os seus homens têm tido muita baixa aí nas suas fileiras? Os rebeldes ainda controlam a parte oeste da cidade, né?” “Não, isso aí é mentira. Nós vamos ganhar a guerra”. Sabe? Mas olha... um bom editor ajuda. Por que tu estás ali, no meio do negócio, mergulhado, com 1 milhão de coisas pra te preocupar, desde a tua própria sobrevivência até onde tu vais estar amanhã, qual pauta tu vais fazer depois de amanhã, ah, o

teu fixer sumiu, tu estás ficando sem grana... Tanta coisa pra pensar que às vezes tu não consegue botar a cabeça pra fora d'água. Então, é imprescindível que tu tenhas alguém bom na base, que te diga: “Não, peraí, é por aí, é por aqui, ah... mas isso que tu estás falando é importante porque a CNN está dizendo isso”. Aí você fala: “Pô, legal, isso faz mais sentido, ou o que o cara está me falando tem sentido...” Então é um trabalho que tem que ser articulado. Muitas vezes, o trabalho de enviado especial é um trabalho solitário. Mas tu trabalhas para uma publicação, e essa dinâmica tem que ser útil. O fotógrafo também pode trazer muita coisa. O fotógrafo tem muito a leitura gráfica, a leitura visual da coisa.

Lopes - E a tecnologia, como ela influencia a prática na guerra? A tua prática, do repórter?

Adghirni - A tecnologia ajuda muito, né, cara? Mas também atrapalha. É uma resposta meio clichê que eu estou te dando. O fato de tu ter um negocinho desses (mostra um smartphone), que tu podes tirar foto de tudo, que tu podes filmar qualquer coisa em qualquer lugar, é fantástico. Com esse mesmo aqui, velho de guerra, literalmente, eu fui embeded com o exército sírio. Pô, é uma coisa muito difícil de conseguir. Cheguei lá, eu ia ver uma região meio conflituosa, das tropas do Bashar, em um momento muito difícil, que o Bashar – tirando 2009, foi um dos momentos mais difíceis para o Bashar, o cara estava quase caindo, aí a Rússia e o Irã resolveram ajudar, e o cara ficou mais tranquilo. Daí quando eu falei: “Cara, eu preciso registrar isso visualmente, eu preciso filmar isso.” Um iPhonezinho e acabou ficando muito legal. A tecnologia... Eu não sei como é que as pessoas trabalhavam antigamente. Teve momentos, mais uma vez na Líbia, em que não tinha celular, não tinha internet assim nenhuma, zero. Mas a Folha, época de vacas gordas, que saudade dessa época, ela te dava o begam, que é o tijolinho que te dá a conexão satélite de qualquer lugar do mundo: R\$ 40 o minuto. Mas essa parada funciona, funciona mesmo. Pode telefonar e tu tens uma internet boa, uma internet ótima. Então, muita gente, principalmente os frilas, as pessoas que trabalhavam em condições mais precárias, pediam pra gente ajudar, e a gente ajudava... “Não, podes mandar tua matéria daqui e tal...”. Agora, por outro lado, a tecnologia também cria ruído, porque tu estás ali, fazendo teu trabalho e, daqui a pouco algum maluco anuncia no Twitter que tal cidade caiu. “Peraí, cara, como assim? Quem é esse cara?” Falam: “Ah, ele é um blogueiro famoso”. Porra, meu, mas é jornalista? “Não, é um blogueiro. Um conhecido dos rebeldes.” E daí, como é que faz? Às vezes é verdade, mas às vezes não é. Só que o grau de poluição nas redes sociais é muito grande, cara. Então, a tecnologia ela exige que tu tenhas muita serenidade. Numa dessas, cara, na Líbia, alguém anunciou que Sirte tinha caído. Cara, todos os jornalistas no meio da

noite levantaram, pegaram suas coisas, “vamos para Sirte, vamos para Sirte”. Eu acordei, falei, cara, vamos ou não vamos? Eu olhei pra grana... Falei: “Cara, não dá pra ir”. Sirte fica 800 quilômetros daqui, nós vamos chegar depois de amanhã. “Não dá pra ir”. Então, fizemos uma aposta: “Não vamos”. E, por sorte, mas aí é cagada, era mentira. Sirte não tinha caído coisa nenhuma. Os caras fizeram 400 quilômetros, tiveram que voltar.

Lopes - A questão de censura, tu testemunhaste ou foste vítima de algum episódio de censura? Ou de autocensura por questão do conflito na Líbia?

Adghirni - Não, na Líbia não. Mas não sei se outros casos te interessam... Mas tenho um exemplo de Síria. Não sei se te interessa.

Lopes - Sim, pode falar.

Adghirni - Na Síria, é o seguinte: eu fui... Não sei se tu lembra, em 2011, tinha um guri que fazia frila para a Folha em Damasco, Germano Assad. Ele achava que não assinando matéria, ele ia ficar tranqüilo. Mandava matéria, a Folha publicava... “Pô, estamos com alguém em Damasco...” É lógico que o guri foi preso. Um guri de vinte e poucos anos. Foi preso, passou um tempo preso. Aí o Itamaraty, não sei o que... a Síria soltou falou: “Vai te embora daqui”. A Folha já ficou assim... Aí, Marcelo Ninio fez um vídeo uma vez, muito punk, os primeiros protestos em Damasco, de alguém tomando tiro no pescoço. O Ninio é terrível. E essa pessoa morreu na frente, filmado pelo iPhone, mais uma vez a tecnologia, então o governo sírio já estava super escaldado com Folha. E eu queria ir para a Síria, eu estava no Irã, falei: “Preciso usar esse argumento, que eu estou no Irã.. parará”. No Irã, não saía. Aí eu fui para São Paulo e, em São Paulo eu consegui o visto. Com o cônsul. O cônsul falou: “Olha vou te dar, confiança”. Ta eu cheguei, superenquadrado, não sei o que... tive que me apresentar, o ministério papapá. papapa. Falei: “Olha pessoal eu preciso, eu quero uma autorização de viagem, quero ir para uma aldeia do Bashar, o coração dos alauítas”. O governo pensou... pensou... falou está aqui, autorização. Eu fui com um motorista e com um francês, que era meu tradutor, um francês muito esquisito. Morava lá tinha alguns contatos. Só que no caminho, quase chegando, os caras ligam. O governo liga para o celular do francês. Falou assim: “Que porra é essa? O que esse teu jornalista está escrevendo?” O que eu tinha escrito? Eu tinha escrito o de sempre. Há controvérsias sobre isso. A Folha chama o Bashar de ditador. Eu não tinha colocado “ditador”. Mas, na edição, alguém colocou “ditador”. E os caras sempre souberam que a Folha chamava o Bashar de ditador. Mas eles acharam... sei lá que eu ia chegar lá e ia mudar as coisas. Aí os caras falaram assim: “Está cancelada a sua permissão e você precisa estar aqui no meu escritório

amanhã às 8h da manhã”. Estávamos a 200 quilômetros de Damasco, de noite, de carro... eu falei: “Cara, não acredito, nós vamos ter de voltar... é o jeito”. Então eu voltei. E eu tinha uma entrevista com o Bashar, cara. Que ia rolar... Os caras chegam e falam. Eu pedi, mas sem muita convicção. Aí quando me deram o visto falam assim ó: “Traz o terno porque talvez role”. Então assim, putz, voltar para Damasco, 200 quilômetros, zona de guerra, que é essa estrada que se fala muito da estrada de Homs, cheguei lá os caras falam: “A gente só não te expulsa porque tu és brasileiro. Mas não conte com a gente pra nada, se vira, tipo... morra... Problema seu”. Você não tem autorização para sair de Damasco, você não vai ter entrevista com o presidente... Então, assim... porra, como é que tu trabalha num ambiente assim? Então, isso é um caso claro de censura que leva a uma auto-censura também. Não tem como dizer que não.

Lopes - E a questão do embedded? Que, de certa forma tu já estiveste com os dois lados: com o governo e com rebeldes. Focando nos rebeldes, que é o caso da Líbia, o fato de tu teres estado com os rebeldes compromete a tua prática jornalística?

Adghinri - Pode comprometer, a chance de comprometer é muito grande. Então, tu tens de fazer um esforço proporcional de autocrítica, de distanciamento crítico do teu trabalho, tens de ter noção, tens de pensar o tempo inteiro: “O que que eu tô fazendo? O que que eu vou dizer na minha matéria? Como é que eu vou fazer para não embarcar na dos caras, emocionalmente?” Tu podes contar: “Olha, o avanço rebelde chegou até tal cidade... apos combate, eles dominaram o vilarejo. Porra, isso aí é um fato, beleza, é relativamente fácil de comprovar. Os caras se instalam, tiram a bandeira do Kadafi, tu viu isso, beleza, isso tu consegue comprovar. Ainda há focos de tensão na cidade, fine. Agora, tanto na qualidade da informação quanto no tom geral, isso tu tens de fazer um esforço constante, principalmente num caso como esse, que... como é que tu não vais criar empatia com os rebeldes, que são principalmente no início, depois foram mudando, principalmente no início, que era uma coisa muito espontânea, pô, tinha cara lá com bastão, com chinelo na mão, vamos lá... E pô... Kadafi era um cara sanguinário, completamente louco, cheirador de cocaína, estuprador de guriasinha, tudo o que tu podes imaginar. E, aí, esse pessoal resolve seguir a história romântica da Tunísia e do Egito, e resolve dar um jeito no cara. É muito difícil não torcer para os caras, né? Aí, de repente, tu vês o carro indo fazer uma operação com cinco caras, cinco combatentes, e voltam três. Dois morreram. Assim, na tua frente. Caralho, morreram!!! Os caras estão chorando ali, desesperados. Muito difícil não criar empatia. As aspas, né? Como tu usas as aspas do cara? O cara te fala assim: “Está tudo pronto, nós vamos atacar amanhã Trípoli, nós vamos matar o Kadafi”. Peraí, não vou usar aspas dessas.

Tem que ser responsável. Minha mãe sempre diz: “O verdadeiro poder do jornalista é poder escolher as aspas que ele quer botar no jornal.” Mas acho que dá para fazer esse esforço de autocrítica e de distanciamento. Mas aí, no final, nas etapas seguintes da guerra, os rebeldes foram ficando mais cínicos, menos amigáveis... O que era realmente espontâneo, os caras ficaram mais aguerridos, os desertores, as forças armadas. Por que os rebeldes eram bonzinhos? Porque eles esperavam que, através da imprensa, se mobilizasse as opiniões públicas, que as opiniões públicas pressionassem os governos e que os governos dessem um jeito no Kadafi. Só que isso demorou a acontecer. Os bombardeios da Otan foram coisas meio... Ok beleza, mas não derrubou o Kadafi. Demorou muito tempo até o Kadafi cair. Daí os caras começaram a ficar impacientes e, como supostamente, nós éramos a faixa externa, o interlocutor, eles começaram a ficar agressivos. E, como brasileiro, foi uma das únicas vezes em que eu fui hostilizado por ser brasileiro. A gente acha que brasileiro sempre é bem recebido. Isso não é verdade. O caso da Líbia teve momento em que tu tive que dizer que eu era francês porque o Brasil era claramente visto como pró-Kadafi. Tem rebelde que falou: “No meu carro tu não vais”. Nesse mesmo posto de fronteira onde tu perdeu o teu cartãozinho⁶⁰, na terceira vez, a gente queria, a gente estava largado, queria passar para o outro lado, ninguém dava carona, os caras do posto de fronteira não deixara a gente passar a pé. A gente pedia carona. Muitas pessoas passavam, perguntavam: “De que país, de que país? Brasil? Não...” Então, enfim... eu insisto nisso: tu tens que estar sempre calculando. O teu software interno tem que estar sempre fazendo mil cálculos para tu produzir um trabalho de qualidade, preciso, sóbrio e tu te manter vivo.

Lopes - A última pergunta é: transcendendo a tua cobertura. Tu achas que teu trabalho ajuda? Como repórter que atuou na zona de conflito na Líbia ajudou alguma coisa alem da reportagem em si, do jornalismo em si? Ganha um caráter social mais amplo? O teu trabalho como repórter em zona de conflito ajuda a amenizar os dramas do mundo? Tem alguma parte de transcendência social que tu vês no teu trabalho na zona de guerra?

Adghirni - A visão romântica diz que sim, né? Mas a visão cínica diz que não. O que eu acho é o seguinte. Na verdade, o que tu está me perguntando é, na minha interpretação, é: se vale a pena fazer isso, fazer tudo isso. E eu digo que sim, claro que vale a pena. Porque o teu esforço ali é parte de um trabalho de formiguinha feito por vários jornalistas de vários veículos, de

⁶⁰ Este pesquisador, na qualidade de repórter, em 2011, durante a cobertura da guerra perdeu o crachá de identificação de jornalista em um posto de fronteira entre a Líbia e a Tunísia. O documento foi entregue ao jornalista Samy Adghirni por um guarda local. O jornalista da Folha de S. Paulo enviou o mesmo, por correspondência, para Porto Alegre, fazendo-o chegar ao destinatário.

vários países, que, juntos, conseguem ajudar a contar o que está acontecendo. E é imprescindível que se conte o que está acontecendo. A situação do Estado Islâmico é ainda mais grave porque ninguém conta o que está acontecendo. É uma matriz comunicacional unilateral o que está acontecendo. Mosul é uma cidade grande. Mosul é muito grande. Mas quem está em Mosul contando? Tem uma ou outra pessoa que consegue acessar internet, que conta uma coisa, algum jornalista, muito pouco, ou o que o próprio Estado Islâmico divulga. Mas eles não divulgam nem a metade. Então, é lamentável. Então, se eu como jornalista brasileiro, tupiniquim, de um jornal x, que ninguém nunca ouviu falar fora do Brasil, se eu conseguir estar em Mosul, pô, todo mundo ia ler minha história. Pô, o cara é brasileiro, foi pra Mosul contar o que está acontecendo. Mas, mesmo que eu esteja em outra cobertura, onde tenha vários outros jornalistas, tu precisas estar lá. É bom ter o olhar brasileiro, olhar próprio, tu não ficar refém das agências de notícias. Não ficar refém do copyright que o teu jornal paga para o The New York Times para poder publicar. É legal, a matéria do The New York Times às vezes vai ser melhor que a tua, muitas vezes vai ser melhor que a tua porque os caras tem mais gente, tem mais recurso, recurso é fundamental, cara, não adianta, tu não vais competir com a Reuters, que tem 50 pessoas cobrindo o conflito. E tu está tu e um fotógrafo e às vezes um fixer. Mas tem que fazer isso. Porque o Brasil é um país importante, o Brasil, no campo internacional, é uma voz que é ouvida. Naqueles anos, tinha um fator que as pessoas esquecem é que o Brasil estava no Conselho de Segurança da ONU. Então, a pressão era maior. Havia uma expectativa em relação à opinião do Brasil no campo diplomático. E, do ponto de vista da opinião pública... Mas aí já é um debate filosófico, mas eu acho que é importante, as condições de vida material dos brasileiros melhoraram nos últimos anos. Alguns dizem que foi o Lula (Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente brasileiro), outros dizem que veio do FH (Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente brasileiro), não importa... O fato, materialmente, as condições de vida dos brasileiros melhoraram, e isso criou e deu espaço para outro tipo de anseios. Então, o brasileiro consome mais notícia. Muita gente que não consumia notícia, passou a consumir notícia. Muita gente que não estudava passou a estudar. E quem vai para uma universidade, mesmo que seja uma universidade chifrín, nos confins do Estado x, tem mais tendência a ter interesse no noticiário, inclusive no noticiário internacional, que é o patinho feio do jornalismo brasileiro, queira-se ou não. Então, se tu brindas o teu assinante com uma reportagem especial em Damasco ou em Bagdá ou em Trípoli, tu está ajudando a amadurecer a opinião pública brasileira. Tu estás ajudando a fortalecer, de alguma maneira, uma consciência mais internacional do brasileiro, que ainda é um tipo provinciano. O Brasil ainda é um país muito pouco cosmopolita. Tirando alguns focos de São Paulo, o Brasil todo é provinciano. Porto

Alegre, Brasília, Rio de Janeiro têm uma mentalidade provinciana. Mas a gente tem que continuar esse esforço, então eu fico preocupado que a crise atual do jornalismo tenha deixado as redações mais conservadoras. As pessoas estão viajando menos. A Folha está viajando menos, todo mundo está viajando menos. Cara, nessa época, que nós estivemos na Líbia, em Nalut, não sei se tu lembras, pô.. tinha SBT cobrindo o conflito, não sei qual jornal do interior de Santa Catarina cobrindo. Eu falava: “Caralho... olha que legal, eu achava isso fantástico!”

Lopes – Naquela época, no Cairo, em que tu estavas lá, com o Luiz, com colegas da Agência Brasil, que também foram atingido, estava todo mundo lá... SBT., acho que Band também..

Adghirni - É, todo mundo, Record, SBT, Band, então isso é muito legal. Tu vias, era um assunto muito presente no noticiário brasileiro. E muita gente... Claro, não estou falando do interior do Ceará, mas havia um interesse tão grande, que até programas de TV que, supostamente, não estão voltados a isso começaram a discutir essas questões. Esses programas de... Eu estou fora do Brasil há muito tempo, mas programas da Globo, de mulherzinha conversando, de repente estavam falando da guerra na Líbia. E uma coisa que sempre me traz uma lembrança muito boa é que alguém uma vez me contou, me mandou uma carta pra dizer que a minha matéria da Líbia tinha sido estudada em um colégio do interior de São Paulo. As crianças tinham debatido a matéria, as crianças tinham... Aí a professora tinha feito um trabalho... Pô, cara, que coisa mais sensacional. Se fosse só isso já valeria a pena. Então é um trabalho de formiguinha, vai ser muito difícil de medir, uma coisa social... Não tem como saber, mas acho que a gente tem que acreditar que serve pra alguma coisa.

Lopes – Muito obrigado.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM DEBORAH BERLINCK



Deborah Berlinck

*Nascida no Rio de Janeiro, onde formou-se em Comunicação na antiga Faculdade da Cidade, a jornalista Deborah Berlinck é mestre em Relações Internacionais pelo Graduate Institute for International and Development Studies, em Genebra (Suíça), pós-graduação certificada pela Universidade de Maryland (EUA). É co-autora de dois livros, *Désirs de France* e *Fuelling the Flames: Brokers and Transport Agents in the Illicit Arms Trade in Small Arms Survey*. À época da Guerra da Líbia, era correspondente em Genebra do jornal *O Globo*. Foi enviada especial ao conflito em 2011. Hoje, trabalha como jornalista independente.*

Data: 25/7/2015

Rodrigo Lopes – A minha primeira pergunta é por que tu escolheste o jornalismo e como tu foste parar aí em Genebra?

Deborah Berlinck - Na realidade, eu comecei com a ideia de ser publicitária. Comecei a faculdade de comunicação com a ideia de me tornar publicitária e, no curso dos estudos, comecei a encontrar jornalistas, alguns de meus professores tinham passado por jornal, tenho uma prima jornalista também.

Lopes – Pô, eu também (risos).

Berlinck – Você também? Comecei a me interessar pelo jornalismo até que em um dado momento *O Globo* abriu vaga para estagiários, e eu resolvi tentar. E foi lá realmente que eu vi, que o jornalismo me despertou. Foi realmente saindo em campo no Rio de Janeiro, até eu, como carioca, vindo da classe média, nunca tinha oportunidade de conhecer esse lado do Rio de Janeiro, as favelas, os subúrbios, pra mim, o jornalismo foi um despertar como pessoa: nossa, eu vivi aqui a minha vida inteira, no Rio de Janeiro, diante de uma favela, não conheço esta

realidade. Foi o jornalismo que me abriu todas as portas para conhecer inclusive uma realidade que estava do meu lado e que eu nunca conhecia. Então, de repente, aquele porteiro que trabalha no prédio da minha mãe, que morava em uma favela, a empregada que trabalhava e que morava no subúrbio, comecei a conhecer a realidade dessas pessoas que conviveram comigo desde pequena. E foi... realmente o jornalismo, pra mim, sempre foi uma grande escola de vida, acima de qualquer coisa.

Lopes - E a ida para a Europa?

Berlinck - A ida para a Europa não teve uma explicação glamourosa em termos jornalísticos. Na realidade, eu comecei como repórter no Rio de Janeiro, cobrindo tudo relacionado à cidade, incluindo favelas, vi meu primeiro morto na minha vida, esse tipo de coisa, assassinatos, toda aquela realidade que alguém de classe média não via, né? E de lá fui convidada para ser repórter de política, então foi interessante porque eu tive uma escola de jornalismo durante os três anos no Rio de Janeiro, uma escola de vida. O dia a dia das pessoas no Rio de Janeiro, dos pobres no Rio de Janeiro, dia a dia da violência. Como repórter de política em Brasília, eu tive um complemento muito interessante profissional, que hoje, inclusive, aconselho vários jornalistas a fazerem essa etapa: que foi ver o centro decisório do país, todas as decisões que eram feitas, os lobbies, eu cobri o Congresso Nacional, e ali foi muito interessante, eu vi a influência, os três poderes, como eles operam, etc. E como eu vinha do Rio de Janeiro, eu tinha uma experiência de rua, eu sabia os efeitos dessas políticas no Rio de Janeiro. Então, pra mim, foi muito interessante, a experiência de Brasília como repórter de política durante a Constituinte, ou seja durante a elaboração da atual Constituição do Brasil, onde eu pude ver todos os lobbies operando. Cobri o Palácio do Planalto também, e aí eu conheci o meu futuro marido, que era um jovem economista... nada a ver com jornalista, que começava a sua carreira na ONU por Brasília. De lá, ele teve uma oportunidade para ir para Nova York. Eu era repórter do Jornal do Brasil na época em que era o jornal mais influente do Brasil nessa época, isso foi bem antes de falir. Era o jornal que ganhava todos os prêmios, era maravilhoso. Eu tive uma experiência no Itamaraty, já visando porque a gente sabia que ia sair fora do país. E eu disse: “E aí, o que que eu faço? Eu podia ir como frila para Nova York, foi para onde a gente foi, mas eu sentia que a faculdade de jornalismo no Brasil, e em especial a faculdade que eu fiz, no Rio de Janeiro, deixava muitíssimo a desejar para as minhas ambições de ser correspondente internacional. Ali eu já queria ser correspondente internacional. Porque eu sabia que eu ia ter uma carreira fora com meu marido. Então, ali eu fiz o meu primeiro passo acadêmico, que eu aconselho a todos os jornalistas. Eu ganhei uma bolsa da Fundação Ford, e fui estudar o processo de decisão do

governo americano, em Washington, que era um programa que eles chamam de mid-career program, são sete meses em que terminava com uma minitese. Na época, eu fiz sobre o Brady Plan, que era o plano de solução do grande problema época, que era a crise da dívida dos países latino-americanos. O México quebrou, você talvez seja muito jovem para isso... Foi o grande tema, se você estudar economia hoje, vai ver que foi uma época marcante na economia brasileira, latino-americana, foi uma época em que quase todos os países quebraram, começando pelo México, o Brasil hiperendividado...

Lopes – Não era na época do que se chamava efeito tequila?

Berlinck – Não, foi antes. Foi o seguinte: durante toda a ditadura, aí eu era muito jovem pra isso, mas isso foi em função dos estudos, pra você não achar que eu sou tão velha... Durante toda a ditadura, o Brasil teve um efeito Índia atual, chegou a crescimento de 12%, 13%, nos anos 1970. Foi a época de ouro do Brasil, aí veio a primeira grande crise do petróleo, 1972, e a segunda crise do petróleo ocorreu em 1979. Foi na segunda crise do petróleo onde vários países da América Latina, que estavam altamente endividados, que nessa época tomavam muitos empréstimos dos bancos estrangeiros, quebraram. E, nessa época, a crise foi tão grande, foi o equivalente à crise de 2008 nos EUA. Foi tão grande que se esses países não pagassem a dívida, vários grandes bancos, inclusive o Citibank, quebrariam. Entendeu? Foi formado na época um clube de devedores, um clube de Paris, de Washington, então isso aí influenciou muito a política americana, e eu fiz todo um estudo sobre isso.

Lopes – Teu trabalho final...

Berlinck – Em cima disso aí. Aí, de lá, a gente veio para Genebra mais por causa do meu meu ex-marido... que hoje é ex...

Lopes – Porque a sede da ONU na Europa é em Genebra...

Berlinck – Exatamente. A gente veio porque, na realidade, ele era um economista especializado, é um economista especializado em meio ambiente, e acompanhava todas essas grandes negociações de mudanças climáticas. Aí a gente veio para Genebra. Genebra não é um posto que os jornais gostem, com exceção do Estado de S. Paulo, com Jamil Chade, nenhum jornal gosta de Genebra. Genebra, para mim, foi um grande desafio porque eu tive de cavar o meu espaço. De novo, cheguei em Genebra e resolvi também estudar de novo. Consegui uma outra bolsa, só que, desta vez, para jornalista, é uma fundação que foi muito conhecida, chamada Fundação Jornalistas na Europa, baseada em Paris. Éramos 30 jornalistas do mundo, e aí, só

estou te explicando isso, porque aí que eu tive a minha, resolvi testar, abrir meu espaço, dizendo o seguinte: “Bem, o que eu vou fazer de diferente, que ninguém fez ainda? Guerra... Vou nos lugares mais perigosos, que é a forma de eu abrir espaço com o O Globo”. Porque haviam vários frilas... Nesse meio tempo, o JB quebrou, não podiamais contar com o JB, então eu estava tentando abrir um espaço com o O Globo, e consegui esta bolsa, em parte com o apoio do O Globo, embora eu não fosse funcionária. Fiz um deal com um dos Marinho, eu tive a cara de pau de escrever diretamente para ele. E fiz um deal com ele e disse pra ele: “Eu vou fazer isso aí, vou me emburacar nos piores lugares e tenho o compromisso de escrever tudo pra vocês, de aproveitar todo o material pra vocês”. Mas eu preciso de apoio, uma parte da bolsa foi paga pelo O Globo. Foi lá que eu me testei como repórter. Nós tínhamos quatro grandes projetos de reportagem para fazer durante essa bolsa. Uma parte da bolsa era estudos europeus, e outra parte era prática, como jornalista. Lá que eu fiz, foi realmente sensacional, a primeira guerra, a Guerra da Bósnia. Fiz Máfia em Moscou, portanto, início dos anos 1990, tão logo depois da queda dos comunistas, foi uma época fascinante na minha vida. Acompanhei o Oman, uma tropa de elite que existia ainda na época dos comunistas, a tropa mais temida russa. Acompanhei esses Oman nos subúrbios de Moscou, para combate à Máfia. Fiz a Albânia, foi um dos lugares mais incríveis que eu fiz. Porque a Albânia ficou fechada durante o comunismo, durante muitos anos, inclusive uma parte da esquerda brasileira idealizava a Albânia como um paraíso na Terra. E o que eu vi na Albânia foi indescritível, em termos de reportagem foi uma experiência sensacional. Aí fiz tudo, fiz Kosovo, cruzei a Macedônia em um ônibus de dissidentes.

Lopes – E foi nesse momento em que o império soviético se diluía, né?

Berlinck - Foi realmente uma experiência fantástica, abriu meu espaço com O Globo, foi ali que comecei a abrir.

Lopes – Tu estavas falando sobre isso, e eu vou aproveitar para engatar uma pergunta que é: o jornalista se torna correspondente de guerra em que momento? Aprende-se a ser correspondente de guerra?

Berlinck – Olha, eu acho que não é qualquer que pode ser um correspondente de guerra. Eu nem me considero uma correspondente de guerra, porque o verdadeiro correspondente de guerra é o cara que praticamente só faz isso. Ele sai de um conflito e vai para outro. Eu acho que além da curiosidade histórica que eu tenho, eu tenho uma formação que vou te falar depois, depois de tudo fiz um mestrado em Relações Internacionais... Além da curiosidade histórica, eu sou meio kamikaze. Eu acho que é preciso ter um pouco desse tino para ser correspondente

de guerra. Por exemplo: nesse estágio que fiz em Paris, éramos 30 jornalistas de várias partes do mundo, e ali você vê... Uma das minhas melhores amigas, inglesa, uma superprodutora da BBC, esse não era o barato dela. Todo o projeto dela eram coisas tipo os novos cozinheiros da França, entendeu? Ela é uma superjornalista, mas é um outro tipo de jornalismo. Guerra não é com ela. Alguns dos projetos, eu fui à Bósnia, por exemplo, com uma irlandesa que, depois, ganhou um prêmio de Mulher do Ano na Irlanda, porque ela descobriu, ela voltou à Bósnia depois, com a televisão irlandesa, e ela descobriu uma dessas fossas comuns, um desses massacres sérvios. Um ano depois o material dela foi usado no Tribunal Internacional.

Lopes – De Haia, sim...

Berlinck – É, então é um tipo de jornalismo, um tipo de jornalista, tem que ter um pouco vontade de um certo risco, não é qualquer um que pode fazer. Realmente, eu acho que não é qualquer um que pode fazer.

Lopes – Entrando um pouquinho na questão da Líbia e da prática no campo. É diferente fazer jornalismo local e fazer jornalismo de guerra? E como o ambiente influencia a tua prática?

Berlinck - Ali, não sei se todo mundo concorda em relação a isso. Se você analisar o meu material da Líbia e comparar com outros, você vai ver que fiz um jornalismo... pra mim o que mais me interessava na Líbia, mais do que ir para o front e dizer: “Avançou isso, avançou aquilo”, que é o que todas as agências tinham... A minha grande curiosidade em relação à Líbia era o seguinte: a Líbia ficou fechada durante 42 anos. Todo mundo conhece, quer dizer todo mundo que segue relações internacionais ou que tem uma curiosidade em relação a essa parte do mundo, conhecia o personagem Kadafi. A minha curiosidade era saber como vivem os líbios, o que é este país, era um mistério total. Ninguém sabia como se vivia na Líbia, quem eram os líbios, como se vivia durante 42 anos com um cara que era doido. Kadafi era doido. O tipo de cobertura que fiz durante a guerra, pra mim, interessava quando eu passava por um checkpoint, pra mim interessava a história por trás do cara que estava lutando. Quem era esse cara? Por que ele estava ali? O que ele fazia antes? Como era a vida dele antes? E qual era o sonho dele, depois de uma eventual queda do Kadafi? Fiz muito jornalismo, apliquei muito a reportagem que eu fazia de campo no Rio de Janeiro, no início do meu jornalismo, apliquei na guerra. O Globo me deu um prêmio na época, eu acho que é diferente. Ou você é uma BBC da vida, você está acompanhando a guerra no dia a dia, você está dizendo: “A tropa avançou aqui, avançou ali”, ou então você vai fazer uma coisa diferente. Eu queria contar a história dos líbios e saber

como esses caras viviam e por que estavam se revoltando. Eu queria entender isso. As histórias que mais me marcaram durante a Líbia não foram necessariamente a matéria que eu fiz do tipo: “caiu uma bomba aqui do lado”. Primeiro porque se caiu em um tipo de jornalismo que sou hipercrítica do jornalismo, do jornalismo...

Lopes – Espetaculoso?

Berlinck - Espetacular. Sou hipercrítica. Sobretudo o pessoal de televisão. Nós não somos o tema do jornalismo. Está virando muito isso: “Eu estive na guerra, eu vi a bomba cair do meu lado”. Não é isso. Eu não sou o sujeito da matéria. Tem um livro que marcou muito minha vida, do Friedman, do The New York Times, e que eu lia há muitos anos, no início da minha profissão, que foi De Beirute a Jerusalém. Que é maravilhoso, mas ali é a história pessoal dele, mas não é ele: “olha eu vi”. Ele conta histórias ao longo do livro. E é isso que é delicioso do jornalismo. Eu quando leio uma bela matéria, que bem escrita, bom jornalista, é uma bela história. Todo mundo... Por mais longe que seja, no Cazaquistão, não é a minha realidade, se você tem uma bela história, bem escrita, todo mundo lê.

Lopes – Então, num certo sentido, você, de certa forma, dá para interpretar que o jornalismo local, que você aprendeu no Rio, aplicou também na Líbia. Nesse sentido, não existe diferença entre uma cobertura de guerra e uma cobertura local?

Berlinck - Existe... Porque eu estou em uma zona de risco. Eu, hoje, considero que o pessoal que cobre favela no Rio de Janeiro está no mesmo tipo de risco. Várias vezes eu me perguntei, durante a Líbia, se eu não corria maior tipo de risco no Rio de Janeiro. Porque quando você está em uma guerra, você está hiperalerta para qualquer coisa. E você tem um risco calculado. Você sabe que, se você for para o frontline, fazer matéria ali, você corre um risco maior. Você sabe, como o Andrei (Netto), que foi preso, ele entrou... À época, quando a gente entrou na Líbia, eu e o Andrei estávamos no telefone, o tempo todo. Ele em Paris, eu em Genebra. Eu disse: “Andrei, eu vou entrar pelo Egito”. Ele disse: “Eu vou tentar pela Tunísia”. Eu sabia que ele ia ter um risco maior. Eu optei por entrar (pelo Egito) porque eu achei que ia entrar mais rápido. Foi o que aconteceu. Então, tem um certo risco calculado. Agora, uma bala perdida na favela... Ou você ser morto estupidamente porque o cara quer... sei lá... Não dá nem pra comparar, são duas realidades diferentes. Várias vezes me fiz essa pergunta. Então, eu apliquei, sim, o jornalismo, mas o jornalismo de contar histórias. Eu ainda acredito muito nesse jornalismo de contar histórias, de contar uma bela história. Uma das matérias mais legais que fiz na Líbia foi contar a ditadura na Líbia a partir do futebol líbio. Porque um dos filhos do Kadafi, graças às

boas relações e os interesses econômicos que a Itália tinha com o Kadafi, o Berlusconi conseguiu que um dos filhos do Kadafi jogasse num time italiano. Ele foi do futebol profissional. Mas quando cheguei na Líbia, em plena guerra, eu conheci um dos rebeldes, não verdadeiramente com armas, mas ele dava apoio aos rebeldes, era um cara que era um locutor famoso de futebol na Líbia. E, conversando com ele, eu passei a conhecer muito ele, hoje é meu amigo do Facebook, ele começou a me dizer as dificuldades de locutar na época do Kadafi. E como era o jogo quando o filho do Kadafi jogava nos times de lá. O melhor jogador da Líbia, tinha que meio deixar o cara fazer gol porque senão ele estava morto. Então, tinha histórias maravilhosas. Eu disse para esse cara: “Eu quero fazer uma matéria com você, porque ele entendia tudo de futebol, conhecia todos os times brasileiros. Tudo... Eu queria fazer uma matéria com esse locutor, que também não podia falar mal do Kadafi, senão ele estava morto também. Eu falei: “Me acha uns jogadores, vamos fazer esta matéria”. E foi delicioso. Você contava através do futebol o que era uma ditadura do Kadafi.

Lopes – Eu te prometi 20 minutos... Mas eu tenho outras perguntas que são bem importantes para mim.

Berlinck - Não tem problema. Pode seguir.

Lopes – Por exemplo, a questão da fonte. Relacionamento com a fonte na guerra. Como é que você... Primeiro, se é diferente de uma fonte normal aqui, no Brasil, em uma cobertura local. E, segundo, você toma algum cuidado se a fonte está teatralizando, tentando te influenciar? Qual é a diferença de relacionamento com uma fonte na guerra?

Berlinck - Muito. Primeiro, em uma guerra você tem que saber o seguinte, é uma guerra de armas, mas é sobretudo uma guerra de propaganda. Tanto um lado quanto o outro mente. Mentem descaradamente. Você tem que ter isso em mente. É muito fácil, tem gente despreparada que chega lá e toma um lado rapidinho. Porque são histórias humanas, é drama humano, mas tem muita, muita, mas muita manipulação durante a guerra. Tem que tomar muito cuidado, tudo tem que ser checado, recheado. É difícil às vezes, porque você está no meio de uma guerra, às vezes você não tem tempo. Ou você está em uma situação de risco, você tem que sair fora rápido. Você tem que entrar, fazer a reportagem muito rápido. Para mim, esta é a maior dificuldade da guerra. Mas você tem que checar várias coisas. Por exemplo, uma outra matéria muito legal que eu fiz, que eu gostei muito, eu estava indo para um bombardeio, meio que para o frontline, passando por um dos checkpoints, eu estava no carro, a gente abre, o cara vem falar com a gente. Esse cara que fala comigo eu digo: “Esse cara não tem um acento (sotaque). Esse cara é americano”. Dito e feito. Era um americano. Eu cheguei pra ele e disse:

“Eu tenho que ir para o front, na volta, podemos conversar?” Eu perguntei. “Ele vinha de Minnesota”.

Lopes – Era um desses mercenários?

Berlinck – Pois é, eu queria saber como um americano foi parar ali. Tinha um inglês no carro comigo, ele também adorou a matéria. Investi nisso na volta do front. E foi uma matéria também muito legal, porque era em uma época que foi antes da decisão dos bombardeios da Otan, então, ou seja, teoricamente não deveria ter um Americano lá. E são americanos de primeira, segunda, terceira geração de famílias líbias que se implantaram nos EUA.

Lopes – E os caras voltaram...

Berlinck – Não, não voltaram. A família, não. Às vezes, o garoto idealizava: “Guerra na Líbia, vamos para Líbia, vamos liberar... vamos liberar esse país de um ditador terrível que é o Kadafi”. Aí começaram a se encontrar através do Facebook. Eu descobri através dele, fazendo a história com ele, com esse menino, que trabalhava como revendedor de carros nos EUA, americano, nascido e criado nos EUA... Não falava nem árabe, desembarcou em uma guerra na Líbia... Descobri através dele que havia toda uma rede de garotos como ele, idealistas, filhos de líbios, ou pai ou avô líbio, e que se conectaram no mundo. Tinha gente da Suécia... tinha filho de imigrante da Suécia... É uma história deliciosa.

Lopes - Essa confiança que a gente espera da fonte, na guerra tudo é muito rápido. Tu precisas estabelecer essa confiança ou não de uma forma muito rápida, né?

Berlinck - Isso. Eu acho que hoje, se eu voltasse para a guerra, porque eu tenho a ideia de um livro na Líbia, que eu não posso, infelizmente investir nesse projeto porque está superperigoso. Em relação a 2011, muita coisa mudou. Porque, por exemplo, para o fixer no do dia a dia eu tinha que negociar na hora. Você tem que mais ou menos confiar na pessoa.

Lopes - No feeling.

Berlinck - E tem que ser feeling, não tem como você checar muito. Hoje, a realidade é muito diferente. Porque, hoje, depois do Estado Islâmico, você pode muito facilmente cair em um radical. Mas muito facilmente. Eu acho que hoje está muito mais perigoso. Cheguei na Líbia na época em que, sabe... fui uma das primeiras a entrar. Fui a primeira jornalista brasileira a entrar. O Marcelo Ninio entrou logo depois de mim. Entrei primeiro. Lembro que eu estava olhando a televisão, eu disse: “Se a CNN entrar, dá para entrar”. E o cara da CNN entrou. O

jornal sabia, eu disse: “Vou ficar de olho na televisão, se o cara entrar a gente entra”. E foi assim: olhei, de madrugada, o cara da CNN não tinha nem imagem, era só falado. Ele entrou, no dia seguinte eu peguei o avião. Fui para o Cairo. Então fui o primeiro grupo a entrar, e foi emocionante. Porque as pessoas que estavam na rua, eram pessoas comuns. Por isso eu estou te falando que eu queria muito fazer essas matérias sobre o que os caras faziam antes. Às vezes, o cara era funcionário do Banco Central, nunca tinha pego em uma arma na vida. O outro era dono de uma sorveteria, pessoas normais como a gente, que tinham uma vida como a gente, normal.

Lopes – Tu chegaste a ficar com os rebeldes? Por que uma das críticas que se faz à Guerra do Iraque, lá de 2003, era de que os americanos e, enfim, britânicos e tal ficaram embedded. Muitos de nós, eu quando entrei em Nalut, um dia depois do Andrei, entrei junto com os rebeldes. Eu estava embedded com os rebeldes. Tu chegaste a ficar embedded com os rebeldes, e que problema isso tem ou não quando tu tens essa censura do outro lado, que não é a censura governamental, mas do grupo que te protege de certa forma.

Berlinck - Ali nós temos uma vantagem: como nós escrevemos em português, é diferente de você escrever uma matéria para a BBC, em inglês, em que eles têm acesso. Então, a pressão é menor. Tanto assim que, no início, os rebeldes líbios receberam os jornalistas muito bem. Mas, depois, quando alguns jornalistas estrangeiros começaram a questionar o radicalismo dos rebeldes, ali mudou completamente. Ali passou a ficar arriscado inclusive ficar do lado dos rebeldes. Porque, imagina que essas pessoas, 42 anos sob uma ditadura, eles não tem a menor noção de crítica, eles não estão acostumados a isso.

Lopes – Uma sensação talvez de vingança? Uma vontade de vingança?

Berlinck – Como assim?

Lopes – Não, eu digo, como eles ficaram muito tempo sob uma ditadura, eles tinham uma vontade de vingança com relação à ditadura. E isso passou a ser criticado em algum momento?

Berlinck - Não, não era nem vontade de vingança. Ao contrário. O que eu achei interessante, logo no início, não é vontade de vingança. Logo no início da Revolução Líbia, o que eu senti, e foi emocionante escrever isso e por isso eu queria escrever histórias reais do país, histórias reais de pessoas, é que existia um idealismo verdadeiro, como existiu no Brasil no final da

ditadura, quando as pessoas desceram para as ruas gritando “diretas já”. Ali era: “Que maravilha, nossa vida vai mudar. Nós não vamos mais ser uma ditadura, vamos ter liberdade”. Eles estavam descobrindo a liberdade. Tinham gerações de pessoas que nunca tinham experimentado a liberdade que nós temos de conversar assim. Então, quando começou a mudar, eu vou te dizer... que justamente porque eles nunca viveram em uma democracia, eles não estavam acostumados com críticas. Quando a imprensa estrangeira começou a questionar rebeldes que começaram a matar e a executar pessoas que não pensavam como eles, ou seja passaram a adotar as mesmas práticas do Kadafi, eles não aceitavam. Eles diziam: “Nós libertamos esse país, como é que vocês podem nos criticar”. Só que eles estavam aplicando... a ideia de libertar de criar uma democracia, tudo bem: “Esse cara foi um crápula, esse cara trabalhou com o Kadafi, a melhor forma de lidar com Kadafi é levá-lo a um tribunal, e não executá-lo em praça pública. Eles tinham dificuldade com essas críticas que a imprensa estrangeira começou a fazer.

Lopes - Mas você pessoalmente não sofreu tentativa de censura?

Berlinck - Eu não sofri, porque fui dessa primeira leva que chegou lá. E nessa primeira leva, eu tive um total de seis semanas na Líbia –a primeira vez, eu passei três semanas, na libertação de Benghazi, e na segunda, quase três semanas com Andrei, quando Trípoli foi libertada. Ali, na segunda vez que eu fui...

(interrupção da gravação por problemas técnicos)

Lopes – Oi, caiu... Tudo bem, estamos de volta. Você estava falando da segunda vez.

Berlinck - Então, na segunda vez que eu fui já era um pouco diferente. Na realidade o que começou a acontecer na guerra era justamente isso: você pegava as pessoas que tinham trabalhado para o Kadafi e cometia as piores atrocidades. Começava a executar, foi ali que a coisa virou. Mas logo no início eu não senti isso porque eles tinham acabado de tomar Benghazi. Era uma guerra, não tinha jeito, o pessoal do Kadafi ainda estava em ativa. Então, ainda havia realmente uma confrontação de morte. Isso é diferente de você pegar um monte de prisioneiros, que é o que aconteceu durante a Bósnia, os caras já são prisioneiros de guerra, e você executar. Aí não tem como você não escrever sobre isso. E o jornalista que deixou de escrever sobre isso ou que não escreveu sobre isso, a meu ver não é um bom jornalista. Tomou posições, não pode. Você não pode, por pior que fosse o Kadafi, você não pode defender que rebeldes se vinguem dessa forma.

Lopes – Tu achas que o risco de morrer influencia o teu trabalho?

Berlinck – Risco de morrer... se influencia o meu trabalho... Claro. Eu acho que influencia no sentido de avaliação de risco. Cobertura de guerra é altamente cansativa porque você está permanentemente em alerta. Me lembro de noite no hotel, às vezes a gente ouvia bomba... “Pá!...” Não tinha como dormir. De manhã cedo, tinha que levantar muito cedo, você tem que estar permanentemente em alerta. Então, acho que influencia sim. Influencia nas suas decisões, no que você vai fazer, aonde você vai, todo dia de manhã é um novo dia. Novo dia no sentido de que é uma incógnita, você não sabe o que vai acontecer, não sabe para onde você vai nem com quem você vai. Normalmente, jornalistas ficam no mesmo hotel. Você esteve lá? Não, você acabou não indo...

Lopes – Não, eu acabei não indo. Eu fiquei dois dias em Nalut e retornei porque não tinha como transmitir. Eu retornei para a Tunísia. E aí o Kadafi retomou a fronteira naquela região e fechou. E o Andrei ficou. E eu saí.

Berlinck – Isso. Então, é isso. Eu não tinha outra opção, como a maioria dos jornalistas, do que não sair com os rebeldes. Eu saía o tempo todo com os rebeldes, era com eles que a gente tinha uma certa “proteção”. Até porque eram eles que estavam em guerra contra as forças do Kadafi, você saindo com eles, eles tinham as conexões, eles tinham os telefones do pessoal que estava no front, que dizia: “Pode avançar, não pode avançar, pega tal estrada, não pega tal estrada”. Isso é importante também.

Lopes – E você dependia deles para transmitir as matérias, do ponto de vista tecnológico?

Berlinck - Sim, e isso, infelizmente, eu dependia deles porque... Na realidade, em Benghazi, os rebeldes tomaram um antigo lugar onde havia todas as conexões de rádio e tal. Tanto assim que, quando, depois de três semanas, quando havia o real risco de o Kadafi voltar e atacar, eu disse assim: “Eu tenho que sair desse lugar aqui”. Porque eu dependia de internet, eu não ficava lá, mas eu passava muito do meu tempo lá transmitindo matéria. “Porque aqui é alvo certo”. Ainda por cima era na frente do mar, então... alvo certo. Dito e feito. Foi ali que... Você depende muito disso. Essa é a grande frustração durante a guerra, porque os jornais brasileiros não investem o bastante em uma cobertura internacional.

Lopes – A gente chega lá com pouca grana, na real... Eu passei por isso também.

Berlinck - Não só com pouca grana, mas mal equipado. Você pega uma CNN da vida, uma BBC, jornais, Le Monde, eles têm satélite, eles têm tudo, não ficam dependendo, como eu, que tinha que ir para esse lugar dos rebeldes onde era um risco 100%. Porque qual é a primeira estratégia de uma guerra, é você acabar com a comunicação. Infelizmente, cobertura internacional no Brasil não é valorizada. Você trabalha com o que tem, e o risco é muito maior para o brasileiro. A sorte é que, depois de anos de estrada já conheço muita gente, então eu me colava muito com os europeus, trabalhei muito com os italianos, entrei com a televisão italiana na Líbia.

Lopes – **Minha última pergunta é aquela, extrapolando a questão da prática em si. Que tipo de transcendência a tua cobertura pode ter num plano geopolítico? Ou seja, na prática? Tu te sentiste realizada, achas que tu contribuístes para amenizar os dramas do mundo por meio deste trabalho? O que fica de legado?**

Berlinck - Eu não diria amenizar os dramas do mundo, mas de certa forma eu acho que contribuir para informar sobre uma realidade do mundo. Eu não acho que jornalista ameniza dramas do mundo. Porque os dramas do mundo ocorrem independentemente de ter jornalista ou não. Jornalista, historiador, aliás uma coisa que estudei no mestrado, não sei se você estudou no seu... O primeiro grande historiador foi o que escreveu sobre a Guerra do Peloponeso, que foi uma guerra violentíssima.

Lopes - **E a guerra continua sendo violentíssimo com ele ou sem ele...**

Berlinck - Exatamente, assim como a Guerra da Síria, continua ocorrendo, apesar das atrocidades estarem sendo muito mais visíveis hoje em um mundo de redes sociais, você conhece muito mais. Às vezes, há até o risco quando você tem informação demais e muito picada sobre uma guerra, ela se banaliza. Então, você diz: “Ah, mais um bombardeio, um mercado no Iraque, mais de 50 pessoas...” Entendeu? Por isso que eu estou te falando o jornalismo que tem mais impacto é o jornalismo que conta uma história, que vai contar uma história em que você, tanto no Brasil, você sendo de Porto Alegre, de Gramado, nunca ter saído de Pelotas, você vai se conectar com o cara da Líbia a partir do momento em que o seu jornalista vai contar uma história real, de uma família. Como eles viveram durante a ditadura, qual a vida deles hoje. Você vai se conectar muito mais com esse tipo de jornalismo do que com uma reportagem dizendo: “As tropas avançaram não sei mais quanto... ou bombardearam”... Você entende o que eu estou te falando? Então, eu acredito muito nisso. Histórias movem pessoas. Mas não vão mudar o curso da História. Eu me sentia mais como uma testemunha de um

período, testemunha de uma Primavera Árabe, que foi maravilhosa em termos profissionais, viver isso pessoalmente. Estar lá para ver esse curso da História, mas não somos nós... Essa é uma coisa que jornalista tem que aprender, nós não somos ativistas. E nem devemos ser ativistas. Não estou lá para mudar a realidade da Líbia. Meu papel não é ativismo. Meu papel é informar. E informar com o máximo de imparcialidade possível.

Lopes – Muito obrigado.

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM HUMBERTO TREZZI



Humberto Trezzi

*Repórter especial do jornal Zero Hora, Humberto Trezzi nasceu em Passo Fundo, em 1962. É graduado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Como enviado especial, participou de coberturas criminais, de guerra ou de rebeliões em lugares como Paraguai, Uruguai, México, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbia, Rio de Janeiro e São Paulo. Substituiu este pesquisador na Líbia, em 2011, como enviado especial de Zero Hora. É autor do livro *Em terreno minado, da Geração Editorial*.*

Data: 13/8/2015

Rodrigo Lopes - Por que tu fizeste jornalismo? Por que tu inventaste de fazer jornalismo?

Humberto Trezzi - Não inventei. Fiz uni-duni-tê no vestibular, entre cursos da área humanas, porque eu não sabia o que eu queria, botei o dedo e caiu em Jornalismo. Eu fiz isso porque eu não gostava de matemática. E descobri que na área de humanas tu precisavas de pouca matemática para passar no vestibular. E aí botei o dedo lá e... Eu tinha .. Eu sou um odontólogo frustrado. Eu fiz vestibular para Odonto.

Lopes - Ah, fez?

Trezzi - É, mas aí bombou na matemática. Me derrotou. O resto eu fui acima da média, mas na matemática fui bem abaixo da média. Na matemática e na física. Daí, fui para o jornalismo. E aí, até achei que não ia dar certo, porque eu tinha bastante timidez em frente de câmara, por exemplo. Pra mim, como para qualquer jovem, acho que já na minha época, e agora muito mais, jornalismo era áudio e vídeo. Eu não lia jornal. Achava que aquilo era algo de vô.

Lopes - Sim, mesmo naquela época?

Trezzi - Já naquela época. Eu lia livros e tal, mas não jornal. E assistia ao noticiário em TV. E aí eu digo: “Não vai dar certo”. Não me vejo ligando um botão... Eu vou ficar mudo.

Lopes - Que ano era isso?

Trezzi - 1980. E aí, no fim, eu fui para o jornalismo escrito. Por isso também. Fui para o jornalismo escrito, que era uma coisa que eu gostava de fazer era ler. Digo: “Bom, não deve ser... Deve ser mais ou menos que nem ler. Escrever deve ser mais ou menos que nem ler”. Vou inventar um estilo aí... E aí fui fazendo. Eu gostava de aventura. Então, eu sempre... Aventuras, situações-limite. Sempre fui atraído, desde guri, desde adolescente... Situações-limite, era um cara... andava com turmas da cidade, via muita briga... Andava em delegacia, andava nessas coisas da PM (Polícia Militar). Isso naturalmente acabou me orientando para esse gosto de jornalismo criminal, que é o que eu acabei fazendo a maior parte do tempo.

Lopes - E como o teu interesse por jornalismo internacional aparece?

Trezzi - Cara, desde que eu era jovem, criança, eu gostava de livros e filmes sobre lugares exóticos, como tu. Eu botava o dedo no mapa-múndi ou olhava um globo e sonhava em estar naquela paragem. Eu li coleção completa do Emilio Salgari, que era um aventureiro italiano, que morou no Extremo Oriente. Emilio Salgari tinha o Sandokan, Pirata da Malásia, e outros troços. Tinha Tigre de Bengala, livros sobre aquela região lá. Parece que o Salgari era, inclusive, navegador. Ele andou em navios embarcado lá no Extremo Oriente, chamava as Índias Orientais na época. E aí eu gostei muito. Outro cara que eu li muito foi o Carl May. Carl May era um alemão que nunca saiu da Alemanha e escreveu uns 30 livros sobre as terras do Mahdi, Sudão Épico, não sei que... De Cartum a Bagdá. Ele delirava e escrevia sobre os caras. Ele sabia cinco, seis línguas e ele escrevia sobre esses caras. Do Julio Verne, esse sim, eu tenho certeza de que eu li tudo o que ele escreveu. Então, está meio que explicado. Eu digo: “Bom, um dia eu gostaria de poder viajar para lugares como os que eu...” As coisas mudaram, mas esses lugares continuam exóticos.

Lopes - E como a cobertura de guerra surge pra ti?

Trezzi - Porque... A cobertura de guerra, que eu fiz muito pouco na vida, se comparado com outras, mas fiz mais do que a média, é assim... No jornal, em algum momento pensaram que, se eu estava acostumado a lidar com sangue e com situações-limite, eu poderia ir para uma guerra. Então, descobri, lendo o livro A Primeira Vítima, que tu também lestes e gostas, que era muito comum, no século XIX, os caras pegarem repórteres que cobriam área de crime e de

idades, mandar para as guerras. Porque não existia correspondente de guerra. Quando tinha eventualmente uma guerra, eles pegavam o cara que cobria situações duras, que fazia denúncia no jornal. E aí mandavam o cara. E o cara ficava dois, três anos numa guerra, cobrindo. Mandando despachos diários, né? Sonho meu... Mas aí fui inventar de ter filho, casar, um monte de coisas... Mas, na realidade, é uma coisa que eu gostaria de fazer. Fazer que nem certos caras que eu conheci e que tu conhecestes também, que migram de guerra em guerra, isso é uma coisa que, se me dissessem ainda hoje: “Escolhe”. Com a saúde que eu tenho, eu faria isso. Tu estás entendendo? Mas eu não sou egoísta. Tem que ser um bocado egoísta pra pensar só em ti. Tu tens uma mãe, que tu adora e tal. Namorada, não sei o que... Eu tenho dois filhos pra terminar de ver e sustentar. Não fosse isso, bicho, eu estava migrando de guerra em guerra. É fascinante, é o lugar onde as situações-limite são mais limite.

Lopes - Existe correspondente de guerra no Brasil?

Trezzi - Não. Não tem correspondente de guerra no Brasil. Acho até porque o Brasil é um país muito pouco afeito a guerras. Não tem uma história no século XX em diante que envolva o Brasil em guerras. Não vem me dizer que a II Guerra Mundial... A participação do Brasil foi mais que simbólica, foi pífia. Os últimos dias da II Guerra. Então, não tem. O Brasil não se envolveu em guerras, não se envolvendo em guerras, não existe uma galvanização nem da população nem dos leitores para o assunto guerra. Tá? Os leitores, os telespectadores... Existe para outras coisas: telenovelas, tem muito pra crime, tem muita leitura a questão do crime, que eu cubro. Mas guerra eu acho que não. E aí não tem correspondente. O que tem são pessoas como tu, como Marcelo Rech (diretor de Jornalismo do Grupo RBS), que são eventualmente pinçadas da sua tarefa no dia a dia e enviadas a guerras. E como um cara que fez carreira cobrindo várias guerras, mesmo assim não é só repórter de guerra, que é o Lourival Santana (ex-repórter de O Estado de S. Paulo, atual jornalista independente).

Lopes - Se aprende a ser correspondente de guerra?

Trezzi - Se aprende... se aprende... Acho que com algumas, uma ou duas... Tu já estás escolado. Porque é tão intenso, né, Rodrigo, como tu bem sabes, que em poucos dias tu tens que te virar, seja com línguas, seja pra não ser enganado, seja pra não ser assaltado, seja pra não ser seqüestrado e seja pra não ser bombardeado ou degolado, eu diria agora. Tu tens que te virar. São situações que o repórter vai testar todas as suas habilidades, não apenas algumas.

Lopes - Se aprende com a prática?

Trezzi - E daí é que eu te digo: se aprende, sim, se aprende com a prática. E só com a prática. Tudo o que pode dar errado costuma dar errado. Tem mais isso. Tu sabes bem, tu teve aquele problema de passaporte em Israel, que foi brilhante a tua saída ali. Eu acho que talvez eu nem teria esta ideia. Então, é uma coisa assim. Mas a gente tem outras idéias. A gente às vezes é obrigado a subornar alguém pra passar uma barreira. Eu não me envergonho disso, são os caras que te estorquem. Se tiver que pagar, paga, velho. Pra chegar aonde tiver. Só não vale pagar informação. Mas se o cara está com arma, e dizendo aqui tu não passa se não pagar, tu vais pagar. É uma coisa que tu vais aprender na prática.

Lopes - **Entrando na questão da prática no campo, uma pergunta bem teórica: como a prática jornalística é influenciada pela situação de guerra? Como a tua prática é influenciada pela guerra?**

Trezzi - Se eu me comovo ou não me comovo, se eu me abalo ou não me abalo? Esse tipo de coisa?

Lopes - **Se a guerra influencia o teu trabalho lá. É diferente de uma cobertura local?**

Trezzi - Não.

Lopes - **Não é diferente?**

Trezzi - Na real, não. Porque eu sou acostumado com cobertura de coisa violenta. Eu sou acostumado. Fui acostumado com situações-limite aqui. Por exemplo, eu fiz... Deixa eu te dar alguns exemplos e vai responder a tua pergunta. Eu fiz certa vez uma matéria chamada “Os que se foram no verão”. E era uma matéria em que eu tive que, no momento em que acontecia um acidente, eu tinha que ir até o local do acidente e eu via os familiares e as vitimas. Às vezes, eu chegava antes dos familiares das vitimas. Eu tinha que escrever quem era a pessoa que morreu, eu passei três meses fazendo isso. Três meses vendo corpos todos os dias e falando com familiares das vitimas. Isso endurece a pessoa. E, ao mesmo tempo, te causa comoção. Então, eu te digo: em uma situação de guerra é mais ou menos assim. Tu vais ver mortos e ver situações incríveis do ponto de vista de falta de humanidade todos os dias. Hospitais lotados, gente gemendo, esperando por auxílio que não vem. Até ambulância ser bombardeada aconteceu no meu caso. A ambulância... atacam ela propositalmente. Então tu vê situações em que o ser humano... é pior do que bicho. Então, eu acho que, nesse ponto, não difere muito da minha cobertura que eu tive em alguns momentos da minha história. Digamos das matérias especiais que fiz que me envolveram mais? Não... não difere muito. Ela difere mais da maioria dos

repórteres. A maioria dos repórteres não tem essa experiência do cotidiano. Eles não têm. Por exemplo, se tu pegares a maioria dos casos, eles não cobrem criminalidade, PCC (Primeiro Comando da Capital, facção criminosa que atua dentro dos presídios de São Paulo) ou, aqui, as quatro facções que tem grandes aqui no Rio Grande do Sul. Nunca viram um morto. A maioria dos repórteres nunca viu um morto na rua. Muito menos dialogou com um bandido.

Lopes - A maioria do pessoal não está acostumado com isso.

Trezzi - Eu te diria 90% das Redações hoje nunca viu um corpo. Mas não estou falando nem em ver um corpo. Teve ocasiões, como tu sabes, lendo meu livro, que eu tive que negociar minha vida. Com bandido, com traficante, não tem nada a ver com guerra. Mas isso te dá uma experiência em negociar, passagem em checkpoint de rebelde, que são caras inconfiáveis e instáveis. Eles estão muito bem quando estão ganhando. Quando estão perdendo, eles enxergam inimigo em qualquer parte. É bem assim que é com bandido também, como aconteceu comigo no Rio de Janeiro. O cara achou que eu era um policial e quase morri. Quase morri! Tive que negociar pra não morrer.

Lopes - Trezzi, pra ficar claro então: na tua opinião, não tem diferença na tua prática jornalística em uma cobertura de guerra e em uma reportagem local?

Trezzi - Pra mim, não teve do ponto de vista de emoções. Não. Não mudaram muito minhas emoções. Tem algumas coisas...

Lopes - Relação com fontes?

Trezzi - Quando eu vou fazer investigação eu ajo completamente diferente. Agora, vamos para as particularidades. Na guerra, o melhor de tudo é sempre te identificar como repórter. Numa matéria investigativa o melhor de tudo é evitar se identificar como repórter, ser o mais invisível possível. Tu tens que fazer com que o outro cara seja protagonista e tu estás só colhendo informação dele. Em alguns casos, tu não podes nem revelar que tu és jornalista. Vais gravar um cara sem ele saber. Tá? Principalmente se ele for um sacana. Vais gravar ele para, depois, expor a sacanagem que ele está te propondo. Certo? Na guerra, é o contrário. Se tu não te expor como jornalista, muito provável que tu vá parar numa prisão ou morto.

Lopes - No caso da Líbia, o que tu destaca na tua cobertura? Em que tu te diferenciaste?

Trezzi - Cara... tudo. Tudo! Eu já tinha estado em outras coberturas que envolvem guerra. Guerra civil, isso e aquilo. Mas não em campo de batalha. Nunca tinha entrado em um campo

de batalha, como tu tivesse no Líbano. E um campo de batalha é uma coisa caótica, é um salve-se quem puder. Em um bombardeio é assim. Depois, vira uma normalidade, depois as pessoas param de fugir quando tem um bombardeio. É muito incrível. Há uma espécie de anestesia coletiva, e as pessoas continuam fazendo seus afazeres mesmo em local que está sendo bombardeado. Mas, no começo, a primeira tendência é fugir. Então, isso aí foi algo impressionante. Pude ver pessoas correndo, pude ver bomba caindo do meu lado o tempo inteiro. Até dizer chega. Depois, eu fiquei em um hotel em que, no hotel, caía balas e balas. Bala de canhão caiu em uma mesa, uma bala, enquanto nós estávamos tomando café. Quebrou toda a mesa, estilhaçou. Nós perdemos a fome na hora. Uma outra bala pegou em um colega que estava fazendo uma filmagem, pegou na perna do cara. Na frente da gente, um colega russo, que estava fazendo uma filmagem. Bala de franco-atirador. Um franco-atirador disparou contra nós quando estávamos visitando o palácio do Kadafi, e pegou tudo na parede perto de mim. Eu só vi as marcas da bala baixando na direção onde a gente tava. Depois, a gente se atirou no chão. Um troço impressionante. Coisa de filme. Coisa de filme. Ataque de avião ao solo, e tu se abaixando na areia. Troço de... Ou seja, emoção não faltou.

Lopes - Mas na tua cobertura em si, o que tu achas que se diferenciou em relação aos colegas?

Trezzi – Não, cara...

Lopes – Em relação aos outros colegas que estavam cobrindo a Líbia.

Trezzi - Quando eu estava cobrindo a Líbia ali, acho que mais do que os caras do Estadão e coisa, eu vi situações-limite, eu tive algumas ali. Mais do que o Lourival, mais do que outros caras. Teve um pessoal da Folha de S. Paulo que estava comigo nesse local. Essa é uma das coisas.

Lopes - Isso no dia...

Trezzi - No dia em que eu fiquei ferido no acidente.

Lopes - Da ambulância?

Trezzi - É. Mas ali eu estava mais longe que eles. Eu fui na linha de frente mesmo.

Lopes - Ali é front mesmo.

Trezzi - Front de verdade. Front que não tinha pra onde tu ir quando começou o bombardeio. Agora, a maioria deles, em algum momento da cobertura, eles acabaram tendo uma experiência assim. Aquele dia eu fiz isso. Aquele dia eu fui o cara que foi mais longe. E consegui acho dar um tom mais diferentes nas matérias.

Lopes - Mais autoral?

Trezzi - Mais autoral. Tu também conseguiste. Os caras têm um padrão, os jornalões brasileiros, tirando a Zero Hora, assético em relação à cobertura de guerra. É algo impressionante. Eles fazem matéria telegráfica.

Lopes - Fria.

Trezzi - Fria. E que envolve muito geopolítica e que quase não tem colorido local. Eu fico apavorado. Eles parecem uma agência reportando. Aconteceu a tomada da cidade tal ontem, não sei o que... Tantas pessoas morreram... Mas o que é isso? Isso eu pego de agência. Tu tens de chegar e personalizar, dar nome e sobrenome de pessoas. Gosto da terra, tu disseste.

Lopes - Da guerra.

Trezzi - O gosto da guerra e o gosto da terra, que tu sentiu ali. É isso aí que tem que ter. Então tu não vais, se é pra ficar falando faz por telefone. Eu acho que isso aí a Zero Hora foi muito bem, tanto contigo, quanto comigo quanto com o Araújo. Panorâmicas assim.

Lopes - E como se dá a relação do jornalista com a fonte na guerra?

Trezzi - Muito difícil porque tu desembarcas de pára-quedas num lugar que ninguém te conhece, com pouquíssimos contatos. É bom fazer uns contatos antes, eu fiz contatos, tu também fizeste, mas são pouquíssimos contatos. E tem que cativar. Uma das coisas que dá muito certo é dizer que é brasileiro. No nosso caso é um passaporte. Poucos lugares da vida a minha situação piorou quando eu disse que era brasileiro. Noventa e nove por cento das vezes melhorou. Eu fui melhor recebido, há uma simpatia generalizada mundo afora.

Lopes - Mas é uma relação, pra tu teres fontes exige-se confiança. Confiança exige tempo, na guerra tu não tens este tempo, né?

Trezzi - Não, mas a primeira coisa que tu não podes ser nessas guerras de Terceiro Mundo que a gente anda cobrindo é ser americano. Todos. Existe um sentimento antiamericano generalizado pelo planeta. À direita e à esquerda. Tu vais na Ucrânia, na Rússia, não gostam de

americanos. Não sendo americano já te ajuda. Sendo terceiro-mundista te ajuda muito. Se cria uma empatia. Se criando essa empatia, é bem provável que te dêem acesso às pessoas que têm informação e que têm a permissão para que tu chegues no front. Muito importante. Dizendo que é brasileiro. Eu acho muito importante esse troço. Eu levava a bandeira brasileira, levo camiseta brasileira. Levei a Angola, levei no México, levei na Líbia, no Egito. Entende? É um negócio interessante. Outra coisa, evidentemente, sou um cara razoavelmente escolado em lidar com povo, com gente que não quer falar, que não quer virar notícia. Fui acostumado a tirar notícias que recém perderam alguém ou que são acusadas de crime. Isso ajuda. Esse tipo de treino ajuda. Como abordar uma pessoa. Na verdade, tu ficas observando ela, fica sentado, descreve ela, ela vai perguntar, ela vai ficar curiosa a teu respeito. Aí tu atrai ela. Essa é uma maneira. “Vim aqui para falar sobre o teu povo, a tua realidade. Não me interessam os políticos”. Outro sentimento universal: qualquer lugar do mundo odeia-se políticos. Se tu falares mal de político, tu ganhou o cara. Até político odeia político. Então, tu chegas lá para um cara do povo e diz: “Esses caras...” Ele diz: “Esses caras não prestam, só tiram dinheiro”. É isso aí: “Só tiram dinheiro, eu vim aqui pra mostrar a tua situação. Sabe? São coisas assim. E falar a linguagem dos caras, na língua que tu puderes usar. Inglês normalmente, fala um pouco de italiano. Ali na Líbia eu achei uma coisa muito engraçada, eles são muito visitados por turistas da Itália.

Lopes - É, ex-colônia italiana...

Trezzi - E eu tenho cara de italiano. Então já foi outra empatia.

Lopes - O que tu fazes para garantir que o teu entrevistado não está mentindo? Ou te usando como propagandista?

Trezzi - Vão tentar o tempo inteiro. Não tem garantia. É ouvir mais gente. Outra coisa que tu vais me perguntar: “Tu ouve o outro lado em uma guerra?” Muito difícil. Normalmente, quando tu vais cobrir uma guerra tu só consegues fazer um lado. Porque, se tu tentar passar para outro lado, como tu bem sabes, como tu viveste, vão te encarar como um possível espião ou um agente daquele cara. Então, ou tu pega e dá um tempo, vai para outro país, depois vai para o outro lado, ou tu não faz. Não só tu não...

Lopes - Tu não tens garantia que os caras estão te mentindo?

Trezzi - Não... Aliás, a propaganda é uma forma constante na guerra. Como diz o livro aquele: “A primeira vítima numa guerra é a verdade”. Foi um senador americano, Hiron Johnson, que

ficou famoso num pronunciamento pacifista que ele fez no Congresso americano tentando demover os Estados Unidos de entrarem na I Guerra Mundial. Esse cara disse: “A primeira vítima em uma guerra é a verdade”. Isso aí é uma Bíblia. Bíblia para jornalista. O tempo inteiro, inclusive vai ter no hotel gente do governo ou dos rebeldes no meu caso lá, tentando te vender um peixe, te levar para um lugar que...

Lopes - E aí? Então a saída é diversificar fontes?

Trezi - Diversificar. E ouvir gente do povo mesmo. Nós temos um péssimo costume no Brasil, não sei se isso é universal, porque não conheço o Primeiro Mundo mesmo. Jornalismo no Primeiro Mundo nunca fiz. Tu fizeste, eu não. Nós temos um péssimo hábito: só ouvimos fontes oficiais. No Brasil, tem um jornalista, em Brasília, que é pautado em fontes oficiais. Se ouve o cara, se vai a coletivas.... Em época de guerra, a pior pessoa para tu ouvires é fonte oficial. O cara está acuado. Seja o rebelde ou seja o governante, ele está acuado. Ele vai tentar vender publicidade pra ti. Mentir números, mentir situações, ocultar situações, ocultar massacres. É o tempo inteiro ele vai fazer isso.. Eu inclusive descobri com os rebeldes que estavam comigo estavam ocultando massacres também. Ou seja, os mocinhos não eram tão mocinhos.

Lopes - Fonte oficial, neste caso, é o líder rebelde...

Trezi - Os caras falaram mal do governo, que eram torturados, o que é verdade. Aí eu descobri, em uma rotatória em Trípoli, um monte... tinha 18 cadáveres de caras negros executados, com as mãos pra trás, eles tinham uma bandeira do Kadafi, a bandeira antiga, da Líbia kadafista presa no uniforme dos caras. Foram executados. Ou seja, eles já começaram mal lá. O cara que estava me dizendo que queria uma Líbia nova estava executando os caras.

Lopes - Trezi, tu já foste vítima ou testemunhaste algum episódio de censura? Ou autocensura por conta da guerra? Ou tiveste o teu trabalho limitado pelas circunstâncias? Por governos? Por fontes?

Trezi - Incrivelmente, não. Eu dei sorte que nos momentos em que eu estava, as pessoas as quais eu estava acompanhando não estavam perdendo. Eu acredito que a censura é muito maior quando eles estão perdendo. Eu dei sorte de cobrir situações em que as beligerantes que eu acompanhava estavam em uma situação de vitória, favorável. Aí, eles querem mais é que tu fales tudo o que puder. Na Colômbia, interessante esse caso, eu cobri uma incursão do exército. O exército tem força aérea lá, é uma coisa rara. Aqui no Brasil tem força aérea e exército. Lá o tem a força aérea do exército. E aí eu acompanhei uma incursão deles contra os guerrilheiros

das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, grupo guerrilheiro de esquerda). Uma frente das Farc, Frente 19, acho que é.

Lopes - Com os Blackhawk.

Trezzi - Com os Blackhawk, aquela é famosa, está no meu livro. E aí... como eles mataram os caras e prenderam alguns. Mataram a maioria e prenderam uns poucos, eles estavam em êxtase, eufóricos, me foi franqueado no quartel todos os bens dos caras, o diário do comandante, que foi apreendido. O diário com uma bala cortou ao meio uma folha do diário e pegou nas costas dele, do comandante. E aí, pude falar com prisioneiro, com soldado ferido, que teve uma perna arrancadas por uma mina, então é o seguinte... foi maravilhoso. Agora, te pergunto: se eles tivessem perdido, se tivessem sido eles os atacados, eles iam deixar eu contar que eles perderam? Não... não me iludo.

Lopes - O fato de estar embedded com exército regular ou com rebeldes, como foi teu caso na Líbia...

Trezzi - No caso da Colômbia, foi com exército regular, na Líbia foi com rebeldes.

Lopes - Focando na Líbia, o fato de tu estares embedded com grupos rebeldes comprometeu a tua prática jornalística, a tua independência jornalística?

Trezzi - Não, eles não sabem português. Eu mandava tudo em português... Não fui submetido à censura.

Lopes - Mas tu tinhas a visão de um lado só.

Trezzi - Só de um lado, claro. Mas eu tentava acessar sites independentes. Por exemplo, uma que eu matei a charada. Eu estava entrando na Líbia, até fiz uma transmissão para a Rádio Gaúcha, e o Macedo me surpreende com uma pergunta: “E essa história que o Kadafi fugiu, hein?” E eu disse... Pensei comigo mesmo, um segundo na minha cabeça: “Não, não pode, eu estou entrando aqui e terminou a guerra”. E aí eu disse: “Olha, eu estou com os rebeldes aqui, acabei de entrar no país, estão dando tiros para o ar, mas não estão dizendo que o Kadafi caiu. Eles estão dizendo que vão até o fim, até a vitória. Se tivesse caído o Kadafi eles estariam comemorando.” Ai, ele disse: “Pois é, pode ser boato”. Era boato. Quem tinha fugido era um ministro do Kadafi.

Lopes - Acho que lembro disso.

Trezzi - É, fugiu num avião lá.

Lopes - Então, tu achas que estar embedded em um grupo, no teu caso, não comprometeu a independência?

Trezzi - Não comprometeu. Inclusive até porque eu consegui acesso à internet depois de penar bastante, consegui acesso à internet.

Lopes - Mas eles garantiam tua segurança? O teu deslocamento?

Trezzi - Não, não garantiam nada. Eu pagava à parte um guarda-costas e um motorista.

Lopes - No momento em que tu foste ferido, por exemplo.

Trezzi - Me deram uma carona na volta, mas não tinha garantia nenhuma, tanto que eles fugiram. Deixaram-nos para trás. Os jornalistas ficaram para trás. Eles não me garantiram (segurança). Quem me garantiu segurança foi o exército colombiano na Colômbia, esse aí eu fiquei no quartel...

Lopes - Mas cria uma empatia, uma vez embedded?

Trezzi - Cria, não dá pra mentir. Tu comesas a entender os caras. Na hora em que tu comesas a entender demais os caras, tem que ir embora. Porque senão tu vais ficar simpático aos caras. Trata de não ficar simpático aos caras.

Lopes - Naquela situação, os caras estão lutando contra uma ditadura sanguinária...

Trezzi - Óbvio. Mesmo o exército, os caras estavam lutando contra um grupo que tinha seqüestrado o bispo da região e faturado US\$ 1 milhão para o resgate dos caras.

Lopes - Na Colômbia, né?

Trezzi - É. E outra, que raptavam jovens para servir na guerrilha. Eu não posso concordar com isso. Então o seguinte: também cria uma empatia. Então é o seguinte: quando tu estiver criando uma empatia demais, é bom tu ir embora. O bom de enviado especial é que ele vai embora.

Lopes - E o risco de morrer muda o teu jeito de cobrir uma guerra?

Trezzi - Não. Eu não tenho medo de morrer. Eu tenho medo de ser torturado lentamente. Tenho medo de ficar despedaçado, aí um ser totalmente dependente dos outros. Isso eu tenho medo.

Isso me faz pensar um pouquinho. Mas medo de morrer não tenho medo. Se morrer foi pá, pum, acabou. Valeu. Mas a questão de.. muda na questão de que tu podes ser pego, seqüestrado, torturado na frente das câmeras, como os nossos colegas... Esse tipo de coisa dá medo. Muda, sim, Faz com que tu sejas mais cauteloso, que tu não tentes entrar clandestino numa área controlada pelo Estado Islâmico. Tens razão. Reformulando: de morrer, não, mas de morrer lentamente, impiedosamente tenho. Morrer como um anônimo faz parte. Morrer devido a tua condição de jornalista e porque os caras te escolheram como alvo deve ser uma coisa horrível, porque tu vais morrer muito mal.

Lopes - Como a tecnologia afeta a tua prática jornalística?

Trezzi - A tecnologia tornou instantânea a cobertura... ou quase. Tu acabas mandando várias notas ao longo do dia. E podes checar depois o que escreveste, lendo.

Dá para fazer vídeos também, embora algo de qualidade exija mais que um Iphone.

Sou um neanderthal em termos tecnológicos, ainda muito ligado a texto. Do tempo em que descrevias mais do que mostravas. Mas sei que essa mudança é inexorável, ainda mais em tempos de internet. O Kadaffi cortou a internet de toda a população. Foi desesperador... até que consegui contato com líderes rebeldes. Eles tinham estações de transmissão montadas pela CIA (agência de inteligência Americana). Nesses santuários tecnológicos, a reportaiada podia transmitir. O meu telefone de satélite foi apreendido na Tunísia (na segunda vez) e aí me devolveram sem funcionar. Tive de apelar para um emprestado por um colega brasileiro. É a pior sensação para um repórter...testemunhar e não poder relatar.

Lopes - Tu achas que, na comparação com empresas internacionais, o fato de os jornais brasileiros deixam a desejar em investimento na cobertura - repórter ir com pouco dinheiro e às vezes sem telefone satelital - nos deixa pra trás?

Trezzi - Com toda certeza, não temos tradição de cobertura de guerra. Nossos jornais investem pouco nisso, até porque o Brasil não se envolve em conflitos. Com isso, temos de poupar centavos nas viagens. Podemos fazer uma cobertura focada, mas não ampla...Não conseguimos cobrir ao mesmo tempo dois lados de uma guerra, até para poupar. Não temos perna de mandar dois repórteres ou três para o mesmo front, como os americanos e europeus fazem. Mas já foi pior: não se mandava reporters.

Lopes - E para a parte final, a terceira parte, tu te sentiste realizado, tu acreditas que contribuiu para... O teu trabalho na Líbia, como correspondente, como enviado especial,

naquele momento um repórter de guerra contribuiu para amenizar os dramas do mundo, para transcendendo a tua própria prática jornalística, contribuiu para alguma coisa?

Trezzi - Não. Contribuiu pra mim, não pra eles. No mundo, de maneira alguma, a Zero Hora é um jornal completamente regional. Não teria essa ilusão. Se eu trabalhasse no New York Times talvez eu tivesse essa ilusão, ou na CNN, melhor ainda. A CNN pode questionar um ditador e emparedar um ditador em uma entrevista. Eu, não. Na realidade, contribuiu pra mim. Para meu crescimento pessoal, como jornalista, como pessoa, como ser humano. Diz o nosso amigo Carlos Wagner que já viu muito ser humano virar repórter e nenhum repórter voltar a ser ser humano. Acho que não... Eu voltei a ser mais humano depois de cobrir guerra. Mas não tenho nenhuma ilusão que meu trabalho tenha ajudado aqueles caras, acho que não. Talvez a criar uma empatia aqui no Brasil, para causas libertárias, pode ser... Um pouquinho, entre alguns gaúchos... “Olha só, uma causa libertária contra um tirano que manda há 40 anos na África...” Talvez... talvez... talvez o trabalho de formiguinha do repórter ajude um pouquinho. Mas nós não temos penetração, nossa mídia é muito fraca no Brasil.

Lopes - Nesse sentido, tu não acredita, então, que tua cobertura ganhe um caráter social mais amplo? Ou tu reformula a tua resposta?

Trezzi - Não, não ganha um caráter social mais amplo. Não. Se fosse no Brasil, sim... Não... por que a gente cobre internacional? Na realidade porque o mundo é uma aldeia e porque, em algum momento, aquilo vai se refletir. A geopolítica vai se refletir no Brasil. Porque aqueles caras, aquelas pessoas que estão morrendo lá, em algum momento, são como nós. Alguns traços deles no sentido cultural, aliás a internet aproximou tudo isso. Tu vais te indentificar em algum momento. A luta contra um tirano, acho interessante isso aí... acho que tem espaço pra esse tipo de leitura. Mas não acredito que a gente transforme. Sou bem cético quanto a essas coisas. Acho que pra mim foi espetacular. Eu estou me aproximando do meu terceiro terço da minha experiência profissional, o cara que disser que não sente emoção por estar cobrindo uma guerra está mentindo. A gente também vai para ter emoção. Como eu disse: situações-limite. Quem gosta de situações-limite ou que pensou em algum momento viver situações-limite, aventura, leia-se a palavra a-ven-tu-ra, tu vais pra isso aí. Aí vais me dizer assim: “Tu és um egoísta”. Pode dizer... To nem ligando. Na realidade, acho o seguinte: dá pra aliar a aventura com algum trabalho de informação e que resulte em coisa social. E vou te dizer o seguinte: guerra não é lugar pra cagão. Não é. Tu não quer ter aventura e não quer correr algum risco, não vai, então... Não te mete. De pato a ganso... Ovelha não é pra mato. A real é essa. Vai chegar a um lugar e ficar no hotel? Não, né... Não é o lugar.

Lopes – Obrigado.

APÊNDICE E – ÁUDIOS DAS ENTREVISTAS

Falso Rosto em arquivo corel draw

Folha de rosto em arquivo corel draw

Capa: Marco Cena
Revisão: Maitê Cena
Produção: BesouroBox
Editoração eletrônica: Bruna Dali e Maitê Cena
Assessoramento de edição: André Luis Alt

L864g Lopes, Rodrigo.
Guerras e tormentas / Rodrigo Lopes. – 1. ed. – Porto Alegre:
BesouroBox, 2011.
320 p. ; 23 cm (Coleção Frente e verso)

1. Jornalismo. 2. Jornalismo investigativo. 3. Relato de viagens.
4. Guerras. I. Título.

CDU 070

Catálogo na publicação: Renata de Souza Borges CRB-10/1922

Todos os direitos desta edição reservados à
Edições BesouroBox Ltda.
Rua Brito Peixoto, 224 - CEP: 91030-400
Passo D'Areia - Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3337.5620
www.besourobox.com.br

Impresso no Brasil
2011

Aos meus pais.

“Não éramos belicosos porque assim o desejávamos,
mas porque, se a uns coube o destino de Atenas,
a outros coube o destino de Esparta.”

(General Antônio de Sousa Neto, em
Neto Perde sua Alma, de Tabajara Ruas)

Sumário em arquivo corel draw

Sumário em arquivo corel draw

Em qual quer hora, em qual quer lugar, em qual quer missão

Marcelo Rech*

Confesso que já virou quase um ritual. Estoura uma crise no Oriente Médio, o solo se derrete no Haiti, um furacão ameaça devastar New Orleans, e a minha primeira reação é pensar: “Onde está o Rodrigo Lopes?”.

Rodrigo está onde os melhores e mais arrojados jornalistas devem estar: sempre pronto para qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora, em qualquer situação. Nunca deixei de alcançá-lo em minutos por telefone ou e-mail. Rodrigo está permanentemente conectado ou ao alcance de uma conexão – outra diferença fundamental para quem vive de extrair seu ganha-pão em meio a um turbilhão de fatos e notícias que se sucedem incessantemente.

A pergunta não é muito original:

– Rodrigo, estás pronto para embarcar?

A resposta, igualmente, contém poucas variações.

– Só preciso arrumar uma mochila. A que horas? Vamos lá!

Rodrigo faz parte de uma reduzida legião de profissionais: aqueles que desejam entrar em um lugar de onde todos querem sair. Tais jornalistas não são movidos por vaidade, dinheiro ou 15 minutos de fama. O que os guia para frente – e me sinto tão familiar com este sentimento – é o desejo de fazer diferença e, admita-se, ser

testemunha privilegiada da História. É uma regalia única, uma bênção, uma sensação de que, aconteça o que acontecer, nunca ou nada vai tirar esta experiência de sua vida, e que ela, de alguma forma, vai fazer parte de sua genética, transmitindo-a de geração em geração.

Quem já viveu o momento sabe o que é isso. Ao final de uma cobertura, depois de bater a poeira, respirando aliviado ao se acomodar em um avião que o conduzirá de volta à base, vem a recompensa maior: a convicção de que, ao nos desdobrarmos para extirpar retalhos de um cotidiano distante e transportá-los a milhares de quilômetros, de alguma forma contribuímos para que aquelas imagens que ficaram para trás sejam menos duras e que os dramas sejam superados mais rapidamente.

Esta espécime de *Homo journalisticus* não se forja somente nas terras em abrasão. Em meu livro sobre mais de duas dezenas de coberturas internacionais, “Enviado Especial – Passageiro da História”, reforço a relevância da escola do buraco de rua. Grandes repórteres não são apenas aqueles que cobrem grandes histórias: são aqueles capazes de extrair grandes matérias de situações corriqueiras. Eles não obedecem aos espaços determinados por editores – com ângulos inesperados, abordagens criativas e narrativas atraentes, rebelam-se contra pautas, previsões e orientações burocráticas. A força de suas matérias obriga editores – aqueles com um mínimo de sensibilidade, ressalve-se – a abrir espaços e a se engajar, eles também, na oportunidade de fazer bom jornalismo que se abre diante de si.

Correspondentes que saltam de uma catástrofe para outra, que estão em uma guerra hoje e outra daqui a uma semana, costumam, com o passar do tempo e das tragédias, a considerar momentos históricos parte da vida. O olhar tende a ficar preguiçoso, insensível, com uma sensação de déjà vu que antecede a morte da percepção jornalística, da capacidade de se espantar e de se indignar. Os melhores repórteres não refugam: nem para cruzar a fronteira da Líbia em guerra civil e nem para descobrir a história por trás da escolinha de periferia que está caindo aos pedaços. As duas podem ser grandes

matérias: é o talento do repórter que determinará a dimensão delas. Rodrigo desvia-se do excesso de adrenalina recarregando-se com a visão do buraco de rua. Seja em suas belas matérias na cobertura diária na RBS TV Porto Alegre, seja nas colunas de Zero Hora, nos comentários na Rádio Gaúcha ou no blog no ClicRBS, Rodrigo faz de sua atividade diária um exercício de jornalismo de primeira que será vital assim que respirar o ar de terras estranhas.

Os enviados especiais ao fim do mundo ou onde o mundo parece estar tendo um fim guardam semelhanças fundamentais com seus predecessores, mais de 150 anos atrás. Além da ânsia de capturar a história cruzando a frente, suas personalidades guardam inclinações para a aventura e para a capacidade de se desembaraçar de situações intrincadas. Estas ocasiões não são glamourosas. Atrasos em conexões aéreas, dificuldades com obtenção de vistos e burocratas de escalões diversos ou até discussões com motoristas de táxi que querem saquear a carteira do repórter em geral causam mais tormentos a um enviado especial do que a turbulência em si.

Outra semelhança: correspondentes do século XIX ou do século XXI, como Rodrigo, também se movem por cenários parecidos, nos quais governos e populações locais podem ser aliados ou um temível inimigo da informação correta, sobretudo em momentos de conflito armado nos quais as paixões se aguçam e enviados estrangeiros são apanhados no redemoinho de desinformações. Além disso, tanto no passado como hoje, os correspondentes são testemunhas pagas para relatar, com independência e olhar próprio, o que se passa em uma terra longínqua. Eles são o escalão avançado do público, alguém que um veículo de comunicação despacha a uma terra distante para transmitir informações exclusivas, visões diferenciadas e percepções peculiares de um fato que galvaniza o mundo.

Quando um meio de comunicação investe em enviados especiais, o material padronizado das agências noticiosas é substituído por uma retribuição da deferência do público ao veículo. Por isso, ao chegar a uma terra distante, o enviado passa a ser um representante deste

público na História. Leitores, ouvintes, telespectadores, internautas sentem que aquele veículo está fazendo um esforço para atender seu interesse de forma diferenciada e retribuem com sua audiência e interesse.

Foi por isso que correspondentes passaram a ser deslocados, há um século e meio, e continua sendo assim. Mas um fator crucial diferencia Rodrigo de seus congêneres de 150, 100 ou 50 anos atrás. Rodrigo transita por todas as mídias, do jornal impresso ao twitter, com a naturalidade de quem entra e sai de um cômodo da própria casa. Ao ser onipresente em jornal, rádio, TV e web, ele expande dramaticamente os horizontes de sua cobertura. A intensa atuação multimídia é uma das marcantes características de Rodrigo, que escreve bem, fala bem na rádio e atua bem em TV, sem contar que faz vídeo, fotografa e blogueia freneticamente.

Ser um jornalista completo assegura que uma viagem de Rodrigo nunca passará despercebida. Mas não basta abastecer todas as mídias: Rodrigo gerencia como poucos em campo a complementaridade entre plataformas. Notícias instantâneas na rádio, um tom intimista no blog, imagens e textos de impacto na TV, uma narrativa mais elaborada e interpretativa para o jornal. Assim, em vez de se anularem, as plataformas se realimentam dos conteúdos transferidos por Rodrigo – e leitores, telespectadores, ouvintes e internautas são contemplados com uma cobertura de alta qualidade e diversidade.

Mesmo um jornalista com dom multimídia não sobreviveria ao tipo de cobertura que Rodrigo faz se outro traço não estivesse presente o tempo todo: a ética sobre a qual Rodrigo assenta sua curiosidade, sua vontade de saber, ver e contar. Correspondentes formam uma tribo muito seletiva, na qual a moeda de troca em campo é a solidariedade entre enviados. Na fornalha de uma cobertura em terras inquietas, o repórter que deixa na mão o colega em apuros está fadado ao desterro. Idem para quem expõe desnecessariamente entrevistados e fontes, muitas vezes sujeitos à ira de um regime ditatorial. Na consciência dos correspondentes de guerra e tragédias, já

basta o peso de saber que, diferentemente daquele soldado ou refugiado diante de si, o repórter pode sair dali a qualquer momento e voltar à segurança e ao aconchego de um hotel ou redação.

Por tudo isso, os grandes correspondentes não colecionam apenas coberturas. Eles guardam também grandes memórias e momentos únicos que nem sempre são divididos com o público no fragor do trabalho em campo. Com seu natural talento para contar histórias, é isto que Rodrigo Lopes faz agora. A narrativa a seguir tem o raro dom de desmistificar o estereótipo de super-heróis da reportagem atribuído a correspondentes. Rodrigo divide conosco também os percalços, ironias e angústias que permeiam a vida dos enviados especiais. Sofremos, rimos e viajamos com Rodrigo. É, como sempre, bom jornalismo deste membro destacado da legião dos correspondentes.

Prontos para embarcar?

* Diretor de Produto do Grupo RBS, o jornalista Marcelo Rech é autor do livro "Enviado Especial – Passageiro da História", onde narra algumas das mais de duas dezenas de coberturas internacionais pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre. Como repórter, testemunhou episódios marcantes do final do século XX, como a Guerra dos Balcãs e a invasão do Kuwait pelas tropas de Saddam Hussein, entre outras crises internacionais.

O MUNDO QUE EU VI

Porto Alegre, agosto de 2011

Há um aspecto curioso na *Odisséia*, de Homero: esteja onde estiver, Ulisses, talvez um dos primeiros errantes repórteres deste mundo, sempre é bem recebido. Dizem que isso acontecia porque, naqueles tempos, não se sabia se o recém-chegado do Exterior era um homem ou um deus, ou talvez, um enviado de um dos habitantes do Olimpo. Por esse ângulo, o hóspede adquiria um *status* especial. As pessoas demorariam séculos para aprender as diferenças entre homens e deuses. Há algo nesse tipo de relação que o jornalista polonês Ryszard Kapuscinski afirma se manter até hoje. Uma vez acolhido pela população local, em uma vila ou comunidade, o enviado especial sabe que pode dormir tranquilo: nada vai lhe acontecer de mal. Não porque os anfitriões tenham medo. Ao receberem o forasteiro, normalmente solitário, com um colete de jornalista de vários bolsos e uma mochila cheia de equipamentos eletrônicos, os nativos tornam-se senhores de sua situação: são eles que decidem se aceitam ou não o estranho, se o expulsam ou permitem, por alguns dias, que ele compartilhe sua rotina. Ao sermos embuídos da missão de enviados especiais, somos nós, os recém-chegados, quem devemos pedir aos moradores que nos permitam entrar em sua comunidade, cidade ou país. Para nossa sobrevivência, precisamos estabelecer

uma rápida relação de confiança – às vezes, não ficaremos ali mais do que algumas horas. E quando essa teia invisível se estabelece, ainda que superficial, a convivência nos livra de todos os medos.

Costumo viajar com uma câmera fotográfica porque adoro fotografar, captar o momento exato da emoção – imagens que, posteriormente, no quarto do hotel, me ajudam a lembrar os cheiros, as cores, os sentimentos, recompor a atmosfera. Evito usar gravador. A experiência me ensinou que, colocadas diante de um microfone, as pessoas falam de outra maneira e formam seus pensamentos alijados do que realmente pensam. Perdem sua originalidade. A câmera de vídeo muitas vezes a usei não apenas para capturar o momento, mas para me afastar dele. O visor tem uma estranha capacidade de filtrar a dura realidade, distanciar-me de cenas dantescas: mortos espalhados para cada lado que eu virava o rosto, em Porto Príncipe, após o terremoto de 2010, imagens que talvez eu não conseguiria enxergar a olho nu. A câmera me protege, ou pelo menos amortece o meu pavor.

Recolher histórias, para mim, significa, sobretudo, chegar ao âmago das pessoas. Para isso, tento ser discreto para que meu interlocutor se revele o mais natural possível. Por isso, é tão importante ouvir. Não apenas ver ou falar, mas ouvir. Não somente o que dizem, mas como dizem. Situações, gestos, cores, cheiros, formas também constituem linguagem. As informações chegam até nós não só por meio de palavras, mas também pela paisagem que as envolvem, a atmosfera, o comportamento das pessoas. Tudo o que nos rodeia fala, na verdade, grita.

Ao trabalhar em países nos quais não conheço o idioma, fui obrigado a aprender a traduzir os sinais. Com o tempo – e os anos – somos capazes de descobrir métodos alternativos de percepção da realidade, não necessariamente a palavra falada ou escrita. Escrevo sobre aquilo que encontro na viagem. Não sou ficcionista. Não falo de mundos imaginários, tampouco do meu próprio mundo. Descrevo o mundo real, tal como o testemunho.

Há muitos anos não acredito no chamado jornalismo objetivo, de relatos frios e textos que são nada mais do que amontoados de datas e estatísticas, desprovidos de emoção, assépticos. Ora, o jornalismo é o templo da subjetividade. Tenho ressalvas de me incluir explicitamente nas reportagens, mas diante de tamanhas catástrofes que os meus olhos viram ou momentos de glória da democracia e do mundo livre, testemunhando a História ser escrita à minha frente, não encontrei melhor maneira de transmitir a meus leitores esses episódios, senão pelos meus próprios sentimentos: o cheiro de pólvora que senti no norte de Israel; o medo no meio do deserto líbio; a claustrofóbica dúvida de ficar mais um dia ou pedir para sair da embaixada brasileira sitiada em Honduras. São sentimentos que, imagino, não apenas devem, como obrigatoriamente têm de estar em uma reportagem. Cada texto é o meu eu por inteiro. Não posso renegar aos leitores o que vivi e senti. Seria furtá-los de praticamente metade da história.

Apesar de ter grandes parceiros de reportagem, fotógrafos e cinegrafistas, amizades forjadas na cumplicidade do front, a maioria das coberturas que relato neste livro as fiz sozinho. Muitas vezes o que me manteve de pé deveu-se a uma mágica sensação que se estabelece entre o enviado especial e o seu público: o repórter em terras distantes, vendo, sentindo, ouvindo a realidade para o leitor, que, longe do fato, tem o direito de receber a informação, emocionar-se ou não, criticar ou não, interpretar segundo seus próprios valores, sim. E quantos foram os e-mails, mensagens que recebi, muitas vezes no meio da madrugada, solitário no hotel, de leitores dizendo que, por meio de meus relatos, sentiram-se em um posto de fronteira, em uma batalha, em um vilarejo. O jornalista Ricardo Stefanelli, diretor redação de Zero Hora, a quem tive a honra de ter como um dos mestres, costuma dizer que a primeira missão de um jornalista em viagem é conduzir o leitor pela mão, como se estivessem juntos na jornada. Assim fazendo, leva milhares de pessoas a lugares que, provavelmente, nunca conseguiriam ir ou teriam dificuldade de alcançar

por conta própria. Não há melhor reconhecimento a um contador de histórias, garanto, do que sentir quando essa mágica acontece.

Um dos mantras do jornalista Marcelo Rech, outro mestre da escola dos correspondentes, é que a viagem para uma cobertura jornalística, seja local, nacional ou internacional, exclui toda e qualquer característica de excursão turística. Quantas vezes entrei e saí da Praça de São Pedro, no Vaticano, sem uma foto sequer para guardar de recordação. Durante 12 dias, a caminho da fronteira com a Líbia, cruzei de carro uma estrada dezenas de vezes, sem saber que estava ao lado de relíquias romanas na Ilha de Djerba, na Tunísia. Estive em Damasco, mas nunca visitei sua grande mesquita. Os hotéis, sim, em alguns momentos fiquei nos melhores, em um contraste incrível com turistas em férias, divertindo-se na piscina ou jantando iguarias locais no restaurante, enquanto eu estava, muitas vezes sem comer havia 24 horas, por causa da maratona da cobertura, com prazo exíguo para enviar vídeos, textos e fotos para a redação. É inquietante muitas vezes saber que o lugar que piso em uma cobertura talvez nunca mais volte a ver. E, no entanto, às vezes, tenho apenas poucos minutos para conhecê-lo. Escasso tempo para ver, reparar, cheirar, ouvir, sentir, fotografar com a máquina e com a retina o ambiente para reproduzi-lo depois.

Para viajar nessas condições – e ainda gostar –, reconheço, é preciso uma paixão que nem todos têm. E nem precisam ter.

Quando estudantes de jornalismo me perguntam como devem se preparar para serem correspondentes no Exterior, uso uma frase que ouvi certa vez do jornalista Luiz Antônio Araújo, de Zero Hora. Eu mesmo o fiz essa pergunta, no momento em que ele se preparava para embarcar para a Ásia Central, para cobrir os episódios subsequentes ao 11 de setembro de 2001, a Guerra no Afeganistão:

– A gente se prepara a vida inteira para um momento como este – ele me disse.

É verdade. Ao ser avisado de que iremos embarcar para uma cobertura nos confins do Oriente, nos grotões da África ou América

Latina normalmente não temos tempo para ler tudo o que gostaríamos sobre o assunto, absorver ensinamentos de reportagens escritas anteriormente ou sair alugando DVDs de documentários. São poucas horas, suficientes apenas para organizar a mala, equipamentos, pegar os dólares na redação e se despedir de alguns poucos familiares – infelizmente, não todos.

A gente se prepara a vida inteira. Todos os conceitos, experiências, aquilo que você ouviu certa vez de um professor de Geografia, História, no colégio, suas emoções, capacidade de estar aberto ao diferente, empatia, tudo estará em jogo. Kapuscinski escreveu alguns requisitos para ser um repórter internacional, com os quais concordo: ter boa saúde, resistência psíquica, curiosidade pelo mundo, conhecer línguas estrangeiras, saber viajar, ser aberto a outras pessoas e a outras culturas, sentir paixão por esse trabalho e, finalmente, tentar passar tudo pelo crivo da reflexão. Também, ele adverte, é uma profissão dura, às vezes extremamente perigosa, e que desgasta tanto que pode chegar a provocar estragos na pessoa que a exerce.

Estar “perto”, no “centro”, vira quase uma obsessão. De todas as grandes reportagens que já li, as que mais admiro não foram escritas à margem da ação, mas sim os relatos de testemunhas oculares, que seguiam, cada um a seu jeito, o conselho do célebre fotógrafo de guerra Robert Capa, que dizia: “Se as suas fotos não são boas o suficiente é porque você não está perto o suficiente”.

Com os textos ocorre o mesmo. Nunca me arrisquei gratuitamente. Mas algumas vezes fui empurrado pela obsessão de estar no epicentro dos acontecimentos. Não sei fazer reportagem de hotel, apenas acompanhando o que a CNN exibe pela televisão. Meu negócio é pisar no barro, ver. Em momentos de risco, no calor dos acontecimentos, não se pensa que se pode morrer, apenas em como chegar, entrar, observar. Testemunhar. Só depois vem a reflexão.

Após 14 horas de viagem até Nalut, na Líbia, cheguei exausto de volta ao hotel em Djerba, na Tunísia. Havia cumprido a missão de entrar no país de Muamar Kadafi. Eu estava radiante. Fora uma

incursão de sete horas no país, sem condições de permanecer: não havia sinal de telefone ou internet, e nada pior do que um correspondente dos dias de hoje do que ter nas mãos a melhor história sem poder contá-la. Ao ligar o computador, no quarto do hotel, recebi um recado do colega Andrei Netto, do jornal O Estado de S. Paulo. Por razões de segurança, ele não informava sua localização em território líbio. A mensagem vinha por meio de um e-mail enviado por outro colega de Zero Hora, o repórter Humberto Trezzi.

“Sei que pode ser tarde, mas manda o Rodrigo avaliar muito bem, muito bem mesmo, a sua ida a Dehiba. Segundo as informações que eu tenho, jornalistas do Corriere della Sera foram roubados e espancados por “passadores” tunisianos. Outros decidiram não entrar pela fronteira por causa da insegurança. Me parece que uma equipe francesa passou e estaria em Nalut, mas o exército está reforçando posições e pode atacar a cidade a qualquer momento. Não é o melhor momento de tentar passar por ali, velho.”

Só então caiu a ficha, o risco. Veio o medo. São momentos como esse, de tormentas, que nem sempre são contados no dia a dia da cobertura jornalística, que pretendo dividir com você, leitor, nas páginas a seguir. Bastidores de viagens, momentos de extrema pressão interna e externa, em que uma ligação a mais no telefone poderia garantir uma entrevista exclusiva. Passos atrás que foram determinantes para não ser capturado por tropas regulares ou irregulares, exércitos constituídos formalmente ou rebeldes. Recuos e avanços que me permitiram muitas vezes estar no centro dos acontecimentos e narrar, de um lugar privilegiado do fim do mundo, a História.

Minha primeira cobertura internacional foi a eleição na Argentina, em 2003: de um lado, o então desconhecido Néstor Kirchner; de outro, o velho *homo politicus* Carlos Menem. No entorno, um país arremessado, da noite para o dia, na pior crise política e institucional de sua história. Foi naquela viagem que ousei estabelecer um modo de trabalhar que se tornaria, anos depois, conhecido

como jornalismo multimídia. No quartel general menemista, o Hotel Presidente, em Buenos Aires, entrei pela primeira vez ao vivo para a Rádio Gaúcha, mesmo tendo sido encarregado apenas de uma cobertura para jornal. Passei a acreditar que a melhor forma de minha mensagem chegar ao destino é usar as diferentes plataformas de comunicação de maneira complementar. A base de qualquer reportagem é o conteúdo. Um bom texto será sempre um bom texto. Um texto ruim será sempre um texto ruim. Independentemente da mídia.

Você vai encontrar neste livro momentos em que tive vontade de desistir, em que me perguntei porque diabos escolhi esta profissão-sacerdócio. Debaixo de um bombardeio de foguetes Katiusha, no norte de Israel, meus joelhos fraquejaram, tive vontade de dobrá-los e deixá-los cair ao chão, diante do ruído ensurdecedor das armas do Hezbollah.

Todos sentimos medo, mesmo que não o admitamos. É parte inerente do ser humano e, eu diria, anjo da guarda dos repórteres. É ele que nos impede de avançar – de sermos varridos por uma saravada de balas de um AK-47 ou fulminados por morteiros. A diferença é como lidamos com ele. O medo não pode ser paralisante, a ponto de você não conseguir se mover, sair do hotel. Tampouco, inexistente, que, combinado com a adrenalina do momento, o leva a cometer atos pseudo-heroicos – e à morte. Na maioria das vezes, os riscos são calculados dentro de um espectro que só o repórter no front tem capacidade de perceber. Qual a chance desta estrada estar minada por tropas que coloquem sua segurança em risco? Qual chance de eu ser sequestrado por esses rebeldes que, à primeira vista, se mostram tão receptivos? Quando avançar, até onde caminhar? Feliz ou infelizmente, confesso que vamos ficando mais reféns do medo com a idade. Sigo acreditando que nenhuma reportagem vale a vida do repórter. Embora acredite que, no calor dos acontecimentos, esta frase é mais bonita na teoria do que na prática.

Embora tenha minha memória encharcada por situações de horror, como no Haiti, no Líbano e na Líbia, também houve momentos de êxtase: o funeral de João Paulo II, enquanto a multidão de fiéis exigia: *Santo Subito!* (Santo, já!); a eleição de um papa em pleno século XXI, segundo rituais que remontam aos primeiros cristãos; o primeiro presidente negro da história americana.

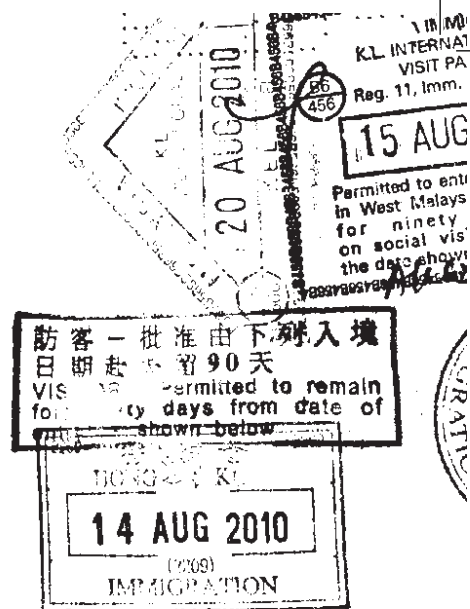
Sou apaixonado pelas diferentes culturas, tribos, clãs. Uma aventura de descobrir que nasceu de uma brincadeira. Aos sete anos, enquanto meus colegas de escola disputavam a jogo de bafo as figurinhas dos jogadores do Campeonato Brasileiro de futebol, eu me esmerava em completar um álbum com as bandeiras dos países. Logo abaixo de cada figurinha, o colecionável trazia informações sobre a respectiva nação: capital, população e PIB. Durante anos, brincar de adivinhar o país e sua capital foi meu passatempo preferido. Completei o álbum, meu primeiro atlas, e até hoje o tenho – pelo menos a parte dele que não se esfarelou pelas traças. Ficaram algumas poucas figurinhas-bandeiras, aquelas cuja cola resistiu à deterioração química dos anos, que a faz perder suas forças. Como a nós, os animais, humanos ou não. O fato é o que o álbum de países me despertou a curiosidade pelo mundo, histórias, gentes.

Como adulto, admito, até hoje de vez em quando desafio alguém a dizer a capital de uma determinada nação. Mas o mundo mudou. O meu e o que eu conheci. Muros caíram, mas a divisão entre alguns povos só aumentou. Fronteiras avançaram, recuaram e avançaram de novo. Aliados de grandes potências viraram inimigos de morte. E adversários passaram a ser amigos incondicionais. Líderes históricos morreram, outros nasceram. E, nesses anos todos, alguns países que colecionei no álbum de figurinhas descolaram do mundo real, nem existem mais.

Boa leitura!

UMA NOVA CHANCE PaRA A ARGENTINA

Madri, janeiro de 2004



As normas do cerimonial eram rígidas. Para cumprimentar o rei, apenas estique o braço, jamais tente abraçá-lo. Só diga algo se ele lhe dirigir a palavra. Diante da rainha, redobre as reverências: cumprimente como se fosse a um homem. No máximo, beije a mão. Isso, se ela o permitir. Enfileirados no salão do Palácio de Zarzuela, a residência dos reis da Espanha Juan Carlos e Sofia, para a cerimônia de entrega do Prêmio Rey de España¹, eu estava ansioso. Terno azul, gravata dourada e botton com a bandeira do Brasil na lapela do casaco, seria o primeiro dos seis jornalistas ali presentes a cumprimentar os monarcas, atrás do secretário de Estado para a Cooperação Internacional e para Iberoamérica, Miguel Ángel Cortés Martín, e do presidente da agência de notícias EFE, Miguel Ángel Gonzalo.

A porta se abre: “Senhoras e senhores, vossa majestade os reis da Espanha”, anunciou uma voz. Com o cabelo hermeticamente arrumado, Sofia veio à frente. Juan Carlos em seguida. Esportista

¹ O prêmio Internacional de Jornalismo Rey de España é uma condecoração de reconhecimento internacional pelo trabalho jornalístico concedido pela agência de notícias EFE e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional a profissionais de informação nos países ibero-americanos, Estados Unidos, Filipinas, Guiné Equatorial, Israel e Marrocos. Entregue pelos monarcas espanhóis desde 1983, é a principal premiação jornalística em trabalhos publicados nos idiomas português e espanhol. O autor venceu a categoria principal, Ibero-Americana, em 2003, pela série de reportagens Uma Nova Chance para a Argentina, publicada em abril daquele ano no jornal Zero Hora. A cerimônia de premiação foi em 27 de janeiro de 2004, em Madri, Espanha.

desde a adolescência, o rei era mais alto do que visto pela televisão. Caminhava como se estivesse marchando. Observando os dois tão de perto, não pude deixar de reparar em uma coincidência. O que me levava até aquele momento frente a frente com os reis, com apenas 24 anos idade, havia sido, ironicamente, as trapalhadas políticas de um país de colonização espanhola que, por 10 anos, vivera ostentando uma pujança artificial, como se fora uma nação europeia encravada na pobre América Latina: a Argentina de Juan Domingo Perón, Carlos Menem e Néstor Kirchner.



Destacado pelo jornal Zero Hora para cobrir a primeira eleição presidencial depois da crise econômica de 2001, desembarquei em Buenos Aires com a missão de retratar como nossos vizinhos aproveitariam a chance para recuperar a economia e, de roldão, a autoestima que durante décadas cunhou um estilo inconfundível de uma nação que já foi considerada um pedaço da Europa no sul do mundo. O fim da equidade entre dólar e peso, o corralito² e uma taxa de desemprego que beirava os 20% arremessaram a Argentina no pior caos social e institucional desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Empresas esfacelaram-se. O país decretara moratória da dívida externa, e o presidente eleito, Fernando de la Rúa, deixara o poder pela porta dos fundos. Em duas semanas, a Casa Rosada tivera cinco presidentes³. O pleito daquele abril de

²O corralito foi a política de restrição aos saques bancários de contas correntes e poupanças imposta pelo governo do presidente argentino, Fernando de la Rúa, e por seu ministro da Economia, Domingo Cavallo, em dezembro de 2001, com o objetivo de evitar a saída de dinheiro do sistema bancário. A medida deflagrou uma onda de protestos e saques em supermercados que derrubou o governo.

³De 20 de dezembro de 2001 a 1º de janeiro de 2002, alternaram-se na Casa Rosada cinco presidentes. Com a renúncia de Fernando de la Rúa, a presidência ficou com o presidente do Senado, Ramon Porta. No dia 22 de dezembro, Adolfo Rodríguez Saá, governador da província de San Luis, foi escolhido pela Assembleia Legislativa como o novo chefe de Estado, mas, sem apoio político dos peronistas, ele renunciou dias depois. No lugar, assumiu como interino Eduardo Camaño, presidente da Câmara dos Deputados. Em janeiro de 2002, a Assembleia Legislativa escolheu o senador Eduardo Duhalde como o novo presidente do país. Ele governou a Argentina até a eleição de dezembro de 2003.

2003 era mais do que a escolha de um novo líder. Tratava-se de uma oportunidade para a Argentina, saudosa do tempo em que era mais conhecida pela garra no futebol e pelo talento para produzir tragédias do que pelos saques e pela recessão, recuperar seu lugar na História.

Deparamo-nos, o fotógrafo José Doval e eu, com uma Buenos Aires descrente na classe política. “Todos são mais do mesmo”, diziam os argentinos, da Florida à Avenida de Mayo, da Recoleta a La Boca. O candidato com mais chances de chegar ao segundo turno, o chamado *ballotage*, e encarar o ex-presidente Carlos Menem era um governador pouco conhecido além dos cerros gelados da Patagônia: Néstor Kirchner.

Metido em um terno que parecia alguns números maior, estrábico e meio sem jeito, o candidato adentrou no Teatro Coliseo, no centro da capital, sob aplausos. As atenções, especialmente as masculinas, voltavam-se mais para a mulher, Cristina. Não muito pelo cargo de senadora que ocupava, mas por sua beleza. Àquela altura, parecia que toda a força do candidato Kirchner emanava dela. Os anos se encarregariam de mostrar que era ele, na verdade, o baluarte político do Casal K.

Dividi a cobertura com a colunista de Zero Hora Rosane de Oliveira, uma das mais completas e éticas jornalistas que conheço. Enquanto escrevia as reportagens para o jornal, Rosane encarregava-se de analisar os meandros de uma política que muito se parecia com a nossa. Depois de percorrer as ruas da capital em busca de informações, combinávamos ao final do dia os dados em nossa redação improvisada em um dos quartos do hotel.

O clima de tensão pairava no ar portenho. O presidente Eduardo Duhalde reconduzira o país aos trilhos da estabilidade depois da turbulência, mas o grito de 20 milhões de famintos que viviam abaixo da linha da pobreza apavorava os políticos. Os ecos dos painelaços mantinham as autoridades em alerta. As paredes de Buenos Aires exclamavam: *Que se vayan todos!* (Que todos vão embora!)

Depois dos anos rebeldes de 2001, é possível perceber uma mudança sutil na paisagem de Buenos Aires. Outrora de vidro, as fachadas dos bancos são recobertas com placas de aço, como um caixa-forte, para conter a ira dos inconformados. Cidadãos que foram dormir com a vida organizada, casa em Punta del Este e Ferrari na garagem, e acordaram debaixo das marquises da Calle Florida. Não eram apenas as paredes que falavam. Na Argentina daqueles dias, até as estátuas tinham opinião.

– É difícil acreditar que alguém poderá mudar o país.

A voz era de Alejandro Lewin, um dos tantos artistas de rua que sustentava a família como estátua-viva em frente às Galerias Pacífico. Fantasiado de rei, encarnava um dos símbolos da alegria perdida. Havia 16 anos, ele divertia turistas e nativos, mas nos últimos tempos, demorava mais para ouvir o tilitar do prato de moedas, como recompensa por sua arte. Chegara a ganhar 90 pesos por dia. Agora, se conseguisse juntar 30 pesos, estaria feliz.

Ricardo Flores, um dos tantos caloteados pelo governo, surpreendeu-se quando bati à sua porta, no número 389 da Avenida Independência, em San Telmo, o famoso bairro do tango de Buenos Aires. Seu semblante estava mais triste do que da última vez que concedera entrevista a Zero Hora, em março de 2002. Naquela ocasião, usando um gorro com a inscrição *boludo* (bobo), ele oferecia dólares e um cigarro de maconha em protesto irreverente contra o bloqueio de dólares capitaneado pelo governo. Um ano depois da medida determinada pelo ex-ministro da Economia Domingo Cavallo, que congelou o dinheiro depositado em fundos de investimento e outras aplicações, perdera o emprego. O corralito lhe tirou R\$ 50 mil, e sua empresa de projetos de energia quebrou. Tentava na Justiça receber o valor referente à desvalorização do peso.

No dia em que o encontrei, Flores alertou-me sobre uma manifestação na Calle Florida. Munido de bloco, caneta e gravador, acompanhei o protesto, mas, dispersos, os manifestantes já não tinham a mesma força dos casseroles que ejetaram De La Rúa da

Casa Rosada. A eleição de 2003 era mesmo a nova – e talvez única – chance para a Argentina.



– Vila Fiorito, por favor.

O taxista paralisa:

– Para onde, senhor?

– Vila Fiorito.

– O senhor tem certeza? – insiste o homem, na Avenida Nove de Julho, próximo ao Obelisco.

Até poucos anos atrás, as duas palavras provocavam orgulho. Representavam quase uma Belém dos tempos bíblicos, o berço do Messias. Localizada na periferia de Buenos Aires, Vila Fiorito, com seus casebres feitos de latão e ruas empoeiradas, dera ao mundo do futebol em geral – e aos argentinos, em particular – Diego Armando Maradona. Hoje, no cotidiano das delegacias da região, é chamada de terra maldita pelos moradores e provoca arrepios em turistas, autoridades e... taxistas.

Esses detalhes só fiquei sabendo depois, pelo motorista, integrante da constelação de anjos da guarda de repórteres envolvidos em coberturas internacionais. Para o bem ou para o mal, são normalmente eles, os taxistas, que dão as primeiras informações ao jornalista recém-chegado a um país. Normalmente com poucas fontes, tempo escasso e ainda meio perdido, acaba sendo esse profissional – reforço, para o bem ou para o mal –, que estabelece o primeiro contato entre o repórter e a terra estranha. Naquela ocasião, na Argentina, repórter iniciante, valorizei a dica.

– Passem com os vidros fechados e tranquem as portas.

Era a primeira, de muitas visitas, nos anos seguintes, a zonas conflagradas. Inexperiente, deixei de tomar medidas que, depois,

passei a introjetar como regras básicas de sobrevivência ao incursionar por territórios sitiados pela criminalidade, por grupos extremistas ou por tropas regulares: sempre comunicar a um colega – mesmo que de outra emissora – de que se irá entrar em um local perigoso, ter um motorista de confiança, certificar-se de que ele conhece bem a área e suas rotas de fuga, fazer um contato precedente com um líder local, deixar no hotel equipamentos e dinheiro. Quebrando todas essas regras que só o tempo – e os apuros – ensinam, entrei em Vila Fiorito com a cara e a coragem.

A região compõe uma Buenos Aires desconhecida dos turistas. Em 2001, no auge da crise, a onda de saques teve ali suas mais violentas cenas. À primeira vista, a comunidade não me parecia muito diferente de uma favela brasileira – muito menos ameaçadora. Pedi ao taxista que parasse na frente de um mercadinho cujo dono atendia por uma abertura de 40 centímetros entre grades, a partir da qual era possível ver as prateleiras vazias.

– Antes da crise, elas estavam cheias. Hoje, mal sobra para pagar as contas de água e luz – contou Vicente Stranges.

Do outro lado da grade por onde Vicente via o mundo, estava Liliana Rosamilia, que, com 600 pesos mensais (o equivalente a atuais R\$ 231), alimentava cinco filhos. A frieza das cifras ganhava vida na explicação da mãe que, para não desagradar a nenhum, evitava presentear-los individualmente.

– Antes, eu dava um tênis para o meu filho mais velho e comprava para os novos também. Hoje, ou dou para um, e o outro fica sem, ou não dou para nenhum.



Os copos de uísque nas mãos de caciques do Partido Justicialista acomodados nos velhos, mas confortáveis, sofás do Hotel Presidente lembravam um tempo que a Argentina já não reconhecia.

Eram 18h de 27 de abril de 2003, recepção no quartel-general de Carlos Menem, em Buenos Aires. Velhas raposas do peronismo preparavam-se para anunciar o primeiro lugar no primeiro turno da eleição presidencial. Mas toda aquela ostentação soava como um tango decadente, com hora e data para terminar. Daquele que foi um dos discursos mais importantes de Carlos Menem, lembro apenas do uísque e das taças de champanha nas mãos dos correligionários. Menem subiu ao palco com a arrogância que lhe é conhecida:

– Agora, já me considero presidente da República. A eleição do dia 18 será mera formalidade.

Estava lá como enviado do jornal Zero Hora, mas, deixar para relatar aquele momento frente a frente com um homem que mudara a vida dos argentinos apenas no dia seguinte no jornal, me provocava ansiedade. Com um celular na mão, decidi telefonar para a Rádio Gaúcha⁴ e colocar o discurso ao vivo no ar. Começava assim, no Salão Chanceler do Hotel Presidente, a minha carreira de jornalista multimídia⁵.

A vitória de Menem no primeiro turno, por um percentual de 24,45% contra 22,24% de Néstor Kirchner, não chegava a ser surpresa em um país que, assim como o Brasil, carece de novas figuras políticas. Não havia como isentar o ex-presidente da crise, mas boa parte dos argentinos ainda identificava nele a possibilidade de voltar ao tempo em que o peso era equivalente ao dólar – especialmente uma elite que ganhou muito dinheiro na era Menem e uma multidão de miseráveis seduzidos pelas promessas de pão e um pouco de circo.

Carlos Menem era uma raposa política argentina, um mito quase do tamanho de Carlos Gardel e Juan Domingo Perón.

⁴ A Rádio Gaúcha é uma emissora de rádio do sul do Brasil, com sede em Porto Alegre. Pertence ao Grupo RBS e opera nas frequências 600 KHz AM e 93,7 MHz FM. É a cabeça-de-rede da Rede Gaúcha SAT, que detém mais de 150 emissoras.

⁵ Jornalista multimídia é o profissional de comunicação habilitado para realizar coberturas jornalísticas para diferentes plataformas de comunicação: rádio, televisão, jornal e internet.

Advogado, Menem começou sua carreira política em 1973, como governador da província de La Rioja, no noroeste da Argentina. Em 1989, foi eleito presidente e reeleito em 1995. Seus 10 anos na Casa Rosada foram marcados pela privatização de empresas estatais e pela abertura da economia. Sedutor e fanfarrão, Menem desfrutou como poucos do poder. Seu primeiro casamento foi com Zulema Yoma, com quem teve dois filhos: Carlos Jr., morto em um acidente de helicóptero, e Zulemita, a ciumenta filha caçula que fez o papel de primeira-dama depois da separação dos pais. Desde 2001, porém, quando se casou com a ex-Miss Universo chilena Cecilia Bolocco, Zulemita não falava mais com o pai. Em 2002, o político foi detido sob a acusação de contrabandear armas para a Croácia e o Equador. Ficou sob prisão domiciliar e foi solto pela Suprema Corte, onde tinha vários amigos.

Seu ato de encerramento de campanha, em 2003, no estádio do River Plate, seguiu a cartilha populista, com shows de artistas, luzes e fogos de artifício. Estava coroada a ressurreição política de um homem que, durante 13 anos, conhecera o céu e o inferno no poder.

– Vou dar comida e remédio para quem precisar – foi uma de suas promessas naquela noite quente, em que Menem era comparado a todo momento a Perón, e Cecília Bolocco, a Evita.

Nos dias seguintes, os jornais insistiam em destacar o tamanho da barriga da ex-Miss, mesmo que, de onde eu estava, a cerca de cinco metros da senhora Menem, ela me parecesse imperceptível.

O último tango de Carlos Menem seria dançado 15 dias depois. Sozinho, no 19º andar do mesmo Hotel Presidente, sem os companheiros que eu havia encontrado no dia do primeiro turno. Sem champagne ou uísque, ele tomou a decisão mais difícil de sua vida. Lutar contra as próprias vaidade e sede de poder. A cinco dias do segundo turno, ele reconhecia a impossibilidade de reverter uma vantagem de mais de 40 pontos percentuais em relação ao concorrente. O jogo virara. Menem renunciaria à disputa.

Sua fama de corrupto cunhara uma rejeição de 57%. Arrogante, ele julgava-se incapaz de suportar a derrota nas urnas. Fugiu do combate. Havia subestimado seu povo ao acreditar que o fracasso do governo De La Rúa e a transição cheia de traumas de Eduardo Duhalde seriam suficientes para que os argentinos o alçassem, como um salvador da pátria de volta ao poder. Das cinzas da pior crise desde o regresso da democracia argentina, os nossos vizinhos erguiam-se vacinados de arroubos caudilhistas. Kirchner e Cristina fariam História.

Nos anos seguintes, Menem despencaria nas catacumbas da política latino-americana. A série de reportagens “Uma Nova Chance para a Argentina”, redigida naqueles dias em Buenos Aires, me conduziria ao Palácio de Zarzuela, diante da corte espanhola em Madri para receber o Prêmio Rey de España de Jornalismo. Aos 24 anos.



– Senhoras e senhores, vossa majestade os reis da Espanha – anuncia a voz.

Sofía e Juan Carlos entram no salão. Ele está sério. Sofía vem sorridente. “Serei elegante”, pensei. A rainha estica o braço. Eu tomo-lhe a mão e abaixo a cabeça, em reverência. Porém, meus lábios sequer conseguem tocar sua pele. Sofía interrompe o movimento e baixa minha mão, como um golpe certo de caratê. Meus lábios ficaram no ar. Se foi uma gafe, não sei. Mas a cena rende até hoje boas risadas.



O Vietnã PREFERE VISA

Ho Chi Minh, dezembro de 2004

Nos guichês da imigração do Aeroporto Tan Son Nhat, em Ho Chi Minh, a fila se estende. Sisudos, os guardas exigem passaporte, visto, carteira de identidade e até de motorista. Perguntam o nome do hotel e quando deixarei o país. Reviro a mochila, mas não encontro o documento de habilitação. O funcionário revisa o passaporte e, finalmente, sorri.

– Brasil?

O interrogatório é suspenso.

Na parede, o painel publicitário evidencia mudanças: “Vietnã prefere Visa”, uma cena esquizofrênica para um dos últimos bastiões comunistas do globo. E esta não era a minha primeira surpresa. Pouco antes, ao desembarcar do avião da Vietnam Air, os ônibus que faziam o trajeto entre a aeronave e o terminal de passageiros traziam nos vidros propagandas da Pepsi. São alguns dos contrastes de Ho Chi Minh que me acompanhariam durante 12 dias: a burocracia de um Estado que conserva as bases do totalitarismo de Josef Stalin combinado a uma abertura irrestrita a cartões de crédito, dólares e turistas.

A guerra que marcou a geração de meus pais nasceu para mim na adolescência como um assunto dos livros de História. Anos depois, na prática diária do jornalismo internacional, intrigava-me como aquela brava gente resistira, com técnicas artesanais, em um canto do Sudeste

Asiático, aos desmandos da maior potência militar do planeta. Em dezembro de 2004, pude, enfim, esquadrihar a história do Vietnã 30 anos depois do conflito.

Ho Chi Minh, como a antiga capital do Vietnã do Sul foi rebatizada após o fim da guerra, em homenagem ao líder norte-vietnamita, consta apenas nos documentos e nas placas de trânsito. Nos guias de turismo, outdoors e no dia a dia da população, a cidade continua se chamando Saigon. Sem ressentimentos. É mais prático, explicam os vietnamitas. Durante os 10 anos da guerra, foi aqui que os Estados Unidos montaram sua base e também onde ocorreram duas cenas simbólicas do conflito: um tanque norte-vietnamita T-54 derrubando os portões do palácio presidencial e americanos se engalfinhando para embarcar no último helicóptero que deixava a embaixada pouco antes da invasão comunista.

Trinta anos depois, a capital econômica do Vietnã está tomada por motocicletas. Mal deixo o aeroporto a bordo de um táxi, e elas parecem engolir o carro. De fabricação taiwanesa – a US\$ 2 mil cada –, elas estão por todos os lados. Cada família vietnamita tem pelo menos uma. No semáforo, é possível contar até 60 delas para apenas dois carros. Veículos de quatro rodas são considerados artigos de luxo em um país cujo salário médio é de US\$ 33 mensais (equivalentes a R\$ 51).

O trânsito de Ho Chi Minh parece não ter regras. Em cima das motocicletas, os habitantes deslocam-se de um lado para o outro, cortam a frente uns dos outros, dobram à direita, à esquerda, sem ligar o pisca – algumas motos não têm sequer espelhos – e buzina muito. Tudo isso faz do simples ato de atravessar a rua uma aventura perigosa até para os acostumados à selvageria do trânsito brasileiro. Não pense em cruzar uma grande via de Ho Chi Minh sem esperar no mínimo cinco minutos. Na maioria das vezes não há semáforo – e, quando há, os motociclistas ignoram. John Peter Klovstad, um guia norueguês que vive há cinco anos no Vietnã, dá a dica: o negócio é seguir em linha reta, caminhando rapidamente, deixando a missão de desviar para os motociclistas... Será?

Na Avenida Le Loi, no distrito 1, como é chamado o centro de Ho Chi Minh, uma cena curiosa: capacetes dos mais variados modelos e cores abarrotam prateleiras e calçadas em frente às lojas. Na rua, porém, ninguém usa o equipamento de segurança. Há alguns anos, uma lei tornou obrigatório o capacete. Resultado: o número de acidentes aumentou. A justificativa é cômica, mas faz certo sentido: em um trânsito caótico, os vietnamitas, acostumados a malabarismos com o pescoço ao fazer uma manobra, tinham seu ângulo de visão reduzido pelo capacete. A lei foi revogada, e agora a proteção é obrigatória apenas nas estradas.

Ho Chi Minh é o principal mercado vietnamita. Como uma herança da antiga Saigon, é aqui que os estrangeiros investem seus dólares. Nas décadas de 60 e 70, a cidade já era alvoroçada pelo comércio e pelos negócios. Era o centro da vida cultural e capital do Vietnã do Sul. Influenciada pela colonização europeia, a metrópole tinha um ar de província francesa. Um turbilhão cultural, capaz de rivalizar com outras capitais asiáticas, Saigon era chamada “A pérola do Oriente” pela imprensa internacional. Após a queda do Vietnã do Sul, em 1975, a cidade – e seus habitantes – foi convertida a um novo modo de vida. Saigon fechou as portas para o mundo.

Em uma tarde de novembro, ataco um táxi-bicicleta em frente ao Hotel Hai Long, na Rua Pham Hong Thai. O xich lo é guiado por um homem que pode transportar até dois passageiros sentados em um banquinho à sua frente. Nguyen é seu nome. Aparentando pouco mais de 50 anos, ele me leva até o Comitê do Povo de Ho Chi Minh – um dos prédios mais fotografados do Vietnã. No final do passeio, pergunto sobre o que ele fazia nos tempos de guerra.

– Eu era economista em Saigon – diz.

Como muitos daquela geração, Nguyen prefere calar. Mas não esconde o orgulho da profissão que teve. Antes do conflito, alguns homens que hoje guiam os xich lo exerceram outras profissões. Médicos, professores, jornalistas foram punidos por terem tomado partido do lado americano. Depois do cessar-fogo, tiveram suas cidadanias negadas

e foram enviados a campos de reeducação por sete anos. Até hoje, não conseguiram retomar suas profissões e sequer têm permissão para comprar uma residência – o que significa que eles não podem ter propriedade nem negócios. Sua presença na cidade é ilegal. São fantasmas. Sem famílias, vagam pelos arredores de restaurantes, hotéis, danceterias e bares de karaokê.

Os xich lo são cada vez mais raros no Vietnã do século XXI. Eles cedem, aos poucos, lugar aos táxis e aos chamados “Honda ôm” – motocicletas onde o cliente é transportado na garupa. Em Ho Chi Minh, os moto-táxis assediam: para qualquer lugar que você olhe, sempre parece haver um à espera de um aceno: “Taxi, sir?” – sorriem.

Um deles me acompanha, próximo ao meio fio da calçada.

– Hei, Mister – grita.

Ouçõ em silêncio, olho para o outro lado, como se não fosse comigo. Não funciona.

– Qual é o seu nome, de onde você é? – pergunta, em inglês.

Penso que, se parecer simpático, ele irá embora. Respondo meu sobrenome, já sabendo que, para um asiático, pronunciar meu primeiro nome demandaria minutos de treino. E a palavra mágica: “Brazil”.

O motoboy olha com total estranhamento. E, confesso, devo ter feito cara de mais surpresa ainda. Pela primeira vez nessas andanças pelo Sudeste Asiático, alguém parece não saber nada – sequer que estranho país é este tal de “Brasil”. Agora, quem faz questão de continuar o papo sou eu.

– Football! Ronaldo, Rivaldo, Cafu” – destrincho quase toda a Seleção de 2004, simulando embaixadinhas com os pés.

– Oh, Spain – diz, satisfeito, como se tivesse matado a charada.

Insisto:

– Football! Brazil!

Ele parece ainda não entender – só mais tarde descobri que Brasil em vietnamita se pronuncia “Braxim”.

O objetivo do motoboy era outro. Afinal, toda a conversa era apenas uma desculpa para ele tentar me convencer a me levar até o hotel.

– Para onde está indo? – pergunta.

Digo que vou para o hotel, a uma quadra à frente. Sigo caminhando. Ele insiste:

– É muito longe. Quarenta minutos.

Eu garanto que vou caminhando, que levarei não mais do que cinco minutos. Agradeço, e ele desiste.

Contando mais tarde esta conversa a um amigo vietnamita, descobri que as pessoas em seu país não entendem por que os estrangeiros gostam tanto de caminhar. Para eles, andar é perda de tempo. E tempo, até no Vietnã, é dinheiro.

Outra característica chama a atenção na velha Saigon. Não se está em um país muçulmano, mas muitas mulheres cobrem o rosto com lenços. Aqui, a explicação não é a religião ou a tradição. É a vaidade. Preocupadas em não ter a pele queimada pelo sol, elas cobrem o rosto com um pequeno pano – ao estilo das máscaras da guerrilha zapatista – e usam luvas até os cotovelos. Ter pele clara obedece um padrão de beleza. A vaidade da mulher vietnamita é um resquício da romântica Saigon – e um atrativo para a investida capitalista. Hoje, não fossem os lenços, as motocicletas e os nón (os tradicionais chapéus em forma de cone), Ho Chi Minh lembraria qualquer capital brasileira. A maior cidade do Vietnã, com 6,5 milhões habitantes, tem prédios altos e futuristas. No mais conhecido palco da guerra, também está o único McDonald's do país – frequentado, ironicamente, por funcionários do Partido Comunista.

Mais moderna do que a capital, Hanói, a cidade dá passos rápidos para a abertura. Na esquina das ruas De Tham e Bui Vien, o bar Go2 chama a atenção pelas luzes de néon na fachada. É como se estivesse pisando em território internacional – ele está no distrito 1 de Saigon, mas poderia estar no Quartier Latin, em Paris, ou no East Side, em Nova York. A especialidade da casa é hambúrguer e Coca-Cola. O mais próximo da culinária vietnamita que o bar oferece é uma cerveja Tiger Bier.

É fim de tarde em Ho Chi Minh. Entro no Go2 e logo recebo uma refrescante borrifada de água que sai de caninhos na porta. Um agrado aos turistas – especialmente americanos e europeus que derretem com o clima tropical do país. Um telão exhibe o filme *Predador*, com Arnold Schwarzenegger. Vestidos de preto, os garçons educadíssimos falam inglês perfeito. Demoro um pouco para perceber que o local foi desenhado para turistas, principalmente de Primeiro Mundo, mal acostumados com o corre-corre, a poeira e o trânsito do Terceiro Mundo. Em confortáveis poltronas, eles se refestelam bebendo Coca-Cola e escolhendo o próximo ponto a ser visitado com suas mochilas e mapas.

Outdoors da Sony, Mercedes-Benz e Toyota se acendem um a um na margem oposta do rio Saigon. Do lado de cá, namorados entrelaçam dedos nos bancos – uma ousadia em uma cultura na qual beijar em público ainda é considerado falta de respeito. À noite, no Shadow Bar, na Rua Mac Thi Buoi, a poucas quadras dos hotéis Continental e Caravelle, base dos velhos jornalistas da guerra, garçonetes de minissaias servem gim-tônica ao som de Oasis e REM.

O Vietnã vive um comunismo à chinesa, de resultado. Fruto de uma política implementada em 1986, quando o país enfrentava uma crise econômica sem precedentes. "Doi Moi", ou reestruturação, é o termo que o Partido Comunista escolheu para reforma e renovação nas finanças. Consiste na transição da economia centralizadora e planejada ao estilo stalinista para uma "economia de mercado com direção socialista", frequentemente chamada de socialismo de mercado. Em contraste com os países do Leste Europeu, a reforma Doi Moi preconizou uma transição gradual e a estabilidade política.

Na sua nova guerra em busca do tempo perdido e do desenvolvimento, o Vietnã aposta no turismo. Nos mercados, os chapéus típicos não disputam espaço com bonés Reebok. Ao lado de sandálias de bambu amontoam-se tênis Nike. E, como a observar as mudanças destes 30 anos, entre as propagandas ocidentais, estão bandeiras vermelhas ornamentadas com o rosto do líder Ho Chi Minh.

A economia informal está em cada esquina e se transformou em uma das maiores preocupações do governo. Iniciada em 1986, a abertura econômica trouxe a variedade de produtos que só a globalização pode oferecer, mas está cobrando um preço alto: a migração da população do campo para as grandes cidades em busca de oportunidades. O maior problema hoje diz respeito aos índices demográficos. Nos últimos 10 anos, o governo tem criado campanhas para que os casais tenham menos filhos, pois já não há recursos para prover educação, transporte e alimentação para 80 milhões de habitantes.

Go2, Café Saigon, danceterias como Apocalypse Now são para turista ver – de preferência aqueles que desembarcam aqui ainda pensando que vão encontrar uma Cuba incrustada na Península da Indochina. Os vietnamitas comuns não estão nesses lugares e não gozam da “liberdade” que têm as garçonetes do Shadow Bar. Tampouco as marcas do conflito são visíveis. Por trás das luzes das fachadas da eterna Saigon, o Vietnã é ainda uma sociedade conservadora. Gestos simples para os ocidentais, como andar de mãos dadas ou beijar em público, são conquistas da nova geração. Mas ainda raras. A restrição não é da ditadura do Partido Comunista. Neste caso, é dos próprios vietnamitas.



O barco faz a curva à direita, em frente ao vilarejo de My Tho, capital da província de Tien Giang, no rio Mekong. Na margem, duas garotas vietnamitas abrem o sorriso.

– Hello! – gritam, tentando, com a voz, vencer o ruído do motor do barco.

A saudação se repete nos outros barcos, nas janelas das casas sobre palafitas, nas vielas das ilhas deste que é um dos mais famosos estuários do mundo – ao lado do Amazonas e do Nilo. Os sorrisos daquelas duas meninas me acompanhariam por cada segundo dos 12 dias em que fiquei no Vietnã. Aberto, escancarado, inocente, de quem ainda não

sabe que a terra onde brincam foi manchada com sangue. Uma ferida que teima em não cicatrizar.

A curiosidade das garotas tem explicação. Não é comum ver ocidentais nesta região do Mekong, o rio que nasce no Tibete, singra China, Laos e Camboja, antes de desembocar no Vietnã, onde despeja suas águas escuras no Mar da China. Entre as palafitas, mulheres com carrinhos de mão empilham tijolos, crianças com uniforme impecavelmente branco ou em vestidos tradicionais caminham em direção à escola e vendedores atracam seus barcos, trazendo frutas e verduras compradas antes do amanhecer no mercado flutuante de Cai Rang.

São 8h30min. A calma nesta manhã passa ao largo das cenas de *Apocalypse Now*, um dos mais famosos filmes sobre a Guerra do Vietnã. Apenas o palco é o mesmo: as águas do Song Cuu Long (rio dos Nove Dragões, como os vietnamitas chamam o Mekong), locais de algumas das piores batalhas do conflito. À época, as operações americanas no Mekong estavam sob comando da Força de Patrulha Fluvial da Marinha dos EUA. Calcula-se que, nos últimos seis meses de 1968, estas patrulhas tenham matado mais de mil guerrilheiros. Hoje, as mesmas águas que testemunharam a carnificina refrescam meninos que se banham dentro de bacias transformadas em sua imaginação em imponentes transatlânticos.

Chego ao delta do Mekong depois de quatro horas de carro desde Ho Chi Minh. Daqui por diante, o trajeto só pode ser feito de barco. São centenas. Pequenos, grandes, de pescadores e de turistas. Subo em um deles, com lugar para até 10 pessoas e motor forte para superar a correnteza. O propósito da viagem a esta região é conhecer o trabalho de pequenas empresas familiares, de fundo de quintal, que usam os recursos do Mekong para sobreviver, e de indústrias de médio porte, que aproveitam a mão de obra de agricultores na entressafra.

Do fundo do rio sai o barro que dá forma a vasos vendidos na Europa a peso de euro. Em Vinh Long, o agricultor Cuong produz 70 unidades em uma jornada de 10 horas na fábrica Tan Vinh Hung. Como

boa parte dos 15 mil habitantes do delta, ele planta arroz e aproveita a entressafra para trabalhar fora em troca de US\$ 10 (o equivalente a R\$ 15,7) por dia. Como se fosse gesso, o barro do Mekong ganha contornos de pequenos ou grandes gatos sentados. Cuong prepara a massa e a coloca nas formas, em um trabalho braçal que demanda cinco minutos de seu dia para cada vaso. Uma peça grande vale o equivalente a US\$ 3 (R\$ 4,72) no Vietnã. No Exterior, ele pode valer 20 vezes mais, explica o proprietário, dono de uma área de dois hectares, na qual também fabrica tijolos.

– Os homens ganham mais do que as mulheres, porque fazem o trabalho pesado – explica.

Meus olhos percebem justamente o contrário. Cuong modela os gatos de barro, e quem carrega os tijolos são as mulheres. Com seus chapéus nón, vestes simples, coloridas, e sorriso nos lábios finos sem batom, elas puxam carrinhos de mão do fundo do galpão até a frente. Outras esperam para empilhar os tijolos.

Nas estreitas ruelas de Vinh Long, há também pequenas fábricas artesanais de azulejos. Em uma delas, três homens confeccionam peças coloridas. Orgulhosos ao exibirem o trabalho para estrangeiros, sorriem. Eles não falam inglês. Mas não precisam do idioma para comunicar sua arte. Gentilmente, convidam-me a experimentar o ofício: extrair o barro do fundo do rio, esperar secar e depois pintar cada peça com tintas naturais. O formato é definido por diferentes moldes geométricos.

No Mekong, o Vietnã dos vietnamitas se revela por inteiro. Com um rio tão rico, a especialidade culinária é o peixe, servido com camarões gigantes, arroz e os “nem”, rolinhos de massa frita com recheio de legumes. Para refrescar, coco gelado, como na Bahia. O pescado é vendido no mercado flutuante de Cai Rang.

O arroz é a base da comida vietnamita. Mas nem sempre foi assim. Uma década depois do fim do conflito, a economia do país estava em colapso. A agricultura implantada pelo regime socialista de Ho

Chi Minh não produzia o suficiente para alimentar o povo. Em 1986, o governo importou 1,5 milhão de toneladas do cereal. A fome imperava. Com a falta de arroz em Saigon, os moradores iam até o delta para comprar sacas do produto no mercado negro. Para reprimir o tráfico, o governo limitou o transporte a 10 quilos por pessoa.

Diante da crise, o Partido Comunista decidiu abandonar o modelo centralizador, de agricultura coletivista e de subsistência, e adotar um socialismo de mercado. Que deu resultados. Em 1995 o país crescia a 9,5% ao ano e, em 1997, já exportava 3,5 milhões de toneladas de arroz. Pela primeira vez na História, havia excesso. Dez anos depois, o Vietnã se tornaria o terceiro maior exportador do mundo do cereal.

A metade da produção de arroz do Vientã sai dos 400 mil km² de lavouras do delta do Mekong para compor pratos típicos, omelete de arroz (*banh xeo*), mingau de arroz (*chao*) e o fortíssimo vinho de arroz (*ruou gao*). Os restaurantes servem também arroz branco (*com*) para acompanhar carnes cozidas e vegetais ou sopa de macarrão (*pho*).

Do arroz também se faz papel. Assim como a celulose é a matéria prima no Ocidente, o cereal do Mekong é usado para produzir folhas tão finas que parecem hóstias, usadas em pratos típicos. Pham Thi Kieu Phuong trabalha em volta de um fogão à lenha, de barro, desde a infância. Duas filhas auxiliam na produção artesanal. Mas quem dá o ponto no papel é Phuong. Como se fosse leite, uma calda de arroz é derramada em uma forma redonda aquecida. Logo, a massa adquire consistência. Delicadamente, Phuong raspa com a faca o fundo e as bordas. O resultado é uma película quase transparente. Papel comestível.

As produções, mesmo familiares, obedecem a uma linha de montagem. Na fábrica de balas, os meninos descascam o coco verde com facilidade. O pai trabalha no forno, preparando a massa que os adolescentes despejam em um imenso caixote. Depois, cortam em pequenos retângulos. As mulheres embalam o produto no papel de arroz. É um trabalho bonito de se ver. Uma beleza escondida na simplicidade. Nos barcos, casas flutuantes, roupas coloridas no varal emolduram um cotidiano no qual mães amamentam filhos agachadas. Uma posição

habitual do povo vietnamita. As mesmas mulheres que transportam tijolos também exibem uma estupenda força nas panturrilhas.

As águas do Mekong começam a subir em maio e atingem seu ponto mais alto em setembro. Os desmatamentos no vizinho Camboja têm aumentado a frequência das inundações na região. Nos últimos anos, as enchentes têm matado centenas de ribeirinhos. Além de criar uma legião de desabrigados, as cheias provocam milhões de dólares em prejuízos, efeito catastrófico nas lavouras de arroz e café.

Perto de Vinh Long fica Ben Tre, um vilarejo tranquilo. Em 1968, a aldeia tomada pelos vietcongues durante a Ofensiva do Tet⁶ foi riscada do delta pelas bombas americanas. Concluída a matança de mil civis, um major das forças armadas dos EUA tentou justificar: “Tivemos de destruir Ben Tre para salvá-la”. A frase evidenciava a arrogância americana daquele momento: autoelevados a um poder divino, julgavam que, para os moradores de Ben Tre, a morte era melhor do que a dominação.

Os canais do Mekong eram sinônimos de emboscadas. Hoje, trazem simpáticas surpresas. Em um deles, o trajeto do barco é interrompido por três senhoras sorridentes e suas canoas. Pés descalços e chapéus cônicos amarrados abaixo do pescoço com tiras coloridas, elas convidam a subir a bordo.

Tento ser gentil, uso o chapéu típico. E aprendo algumas palavras no idioma local:

- *Xin Chao* (Olá)
- *Cam on* (Obrigado)
- *Ten là gì* (Qual é o seu nome?)

Tempos de paz. Bananeiras e coqueiros margeiam o rio. Ensaia-se um final de tarde. Minha educação ocidental me constrange ao vê-las

⁶ A Ofensiva do Tet foi um ataque em larga escala lançado pelas tropas norte-vietnamitas e guerrilheiros vietcongues contra as forças dos Estados Unidos e sul-vietnamitas em janeiro de 1968. As operações receberam este nome porque ocorreram nas primeiras horas da manhã do Tet Nguyen Dan, a comemoração do ano novo lunar. Cerca de 84 mil homens atacaram simultaneamente cinco grandes cidades, 36 capitais de província e mais de 50 aldeias. Mais de 560 mil pessoas morreram na ação.

remando, enquanto eu apenas desfruto da paisagem. Trançados em “X”, os remos de madeira são manejados por essas mulheres fortes, de pé. Um esforço disfarçado pelo sorriso. Peço para experimentar e quase viro a embarcação só ao levantar e trocar de lugar com uma delas.

Melhor desistir.

Paramos em uma ilha. No meio da mata, tendas exibem, como em uma vitrine, peixes e cobras em aquários. O vendedor retira uma jiboia de três metros do cativeiro e a coloca sobre os ombros. Em seguida, os turistas são convidados a compartilhar a ousadia. Recuso. Para minutos depois me render a uma experiência ainda mais exótica. Sou apresentado ao *snake wine*, o vinho de cobra. A bebida alcoólica é produzida a partir do arroz. E a cobra, fatiada ou inteira, é mergulhada no líquido. Com uma concha, o homem retira a minha dose, que inclui pedaços do réptil.

– Ela está se mexendo – diz um engraçadinho.

Se você esquecer que está tomando vinho de cobra, a bebida até se parece com tequila. Desce direto, queima. E, não, não tem gosto de cobra...

O sol se põe no horizonte do Mekong, preparando-se para nascer no Brasil. O barco que traça os mesmos caminhos dos navios de guerra ainda faz a curva para que possamos aproveitar melhor o ângulo para fotos. São 19h (4h da madrugada pelo horário de Brasília). Porto Alegre ainda dorme, mas o pôr-do-sol do Mekong me lembra o Guaíba. A 16.870 quilômetros de casa, a recordação conduz a instantes de melancolia. De volta à realidade, reparo na brincadeira de dois meninos inocentes, que lutam com espadas de madeira à margem das mesmas águas que cuspiram defuntos.

A casa onde vou dormir esta noite no delta foi uma requintada residência rural. Mosqueteiros caem sobre as camas de lona, a garantia de um sono tranquilo. As poucas luzes vêm dos faróis das motonetas que cortam vielas no meio da selva. A rua é tão estreita que só passa uma por vez. Antes do jantar, apresso-me em explorar o local. Ao som

de um rádio portátil, um grupo de vietnamitas reúne-se na varanda de uma casa. Ao verem dois estrangeiros, cumprimentam em inglês:

– *Hello, sir.*

Um dos homens oferece um petisco: caracol fervido. Todos riem, como se não acreditassem que um ocidental tenha coragem de provar aquilo. Olho para o colega que me acompanha, e como. Desafio vencido, o prêmio é um copo de licor – de cobra...



O vento sacode as folhas de palmeiras e bananeiras. Vento dos mortos. Na autoestrada 1, que liga Ho Chi Minh a Hanói, é possível experimentar o melhor e o pior do Vietnã: em trechos que misturam asfalto, chão batido e lodo, veem-se motonetas apinhadas de alimentos, móveis e até um caixão amarrado na transversal. Quando vacas não cortam a frente do carro, a surpresa fica por conta de bicicletas levando cães para o restaurante – carne de cachorro é iguaria no norte do Vietnã, apreciada mais por homens do que por mulheres, mais no interior do que nas capitais. A número 1 também conduz a um dos emblemas da estupidez humana.

A duas horas e meia de carro de Hoi An, está My Lai, a vila de plantadores de arroz que guarda as cicatrizes do pior massacre da guerra. Era o dia 16 de abril do agitado 1968. Nas primeiras horas da manhã, os soldados da Companhia Charlie receberam uma missão: “limpar” a aldeia de My Lai. Suspeitava-se de que ali, no humilde vilarejo, estivessem escondidos combatentes inimigos. Eram 7h30min, amanhecia quando dois pelotões invadiram o povoado, enquanto um terceiro ficara na retaguarda. Em quatro horas, estava consumada uma das maiores matanças de civis do século XX. Os soldados americanos vasculharam choupanas, onde se encontravam apenas mulheres, crianças e idosos. Centenas de tiros foram disparados a esmo. As mulheres eram estupradas e mortas. Os homens, torturados e mutilados antes

de serem assassinados. Os soldados ainda usaram baionetas para inscrever “Companhia C” no peito das vítimas. Ao fim, o saldo era de 504 agricultores abatidos sob a liderança do tenente William Calley.

Embarco em um táxi em Hoi An. O motorista, um vietnamita que fala poucas palavras em inglês, é simpático. Oferece-me o banco traseiro e garante que a viagem será tranquila. Mas não foi o que se revelara ao longo dos 100 quilômetros entre Hoi An e My Lai, duas horas e meia de buzinações, travadas bruscas e buracos em trechos de asfalto, chão batido, mão dupla e mão simples. E muita poeira. Para minha intranquilidade, o motorista buzina a cada 10 segundos, empurrando para fora da pista cada motociclista que insiste em se atravessar na frente.

Nas rodovias vietnamitas, há cenas prosaicas, como a de estudantes dirigindo-se de bicicleta para a escola. E outras inusitadas: um touro cruza a pista, uma motocicleta carrega um armário. A Rodovia 1, ladeada por lavouras de arroz, bananeiras e casas simples, corta muitas aldeias de gente trabalhadora. Homens e mulheres pegam na enxada. Campos encharcados são sinais de que um tufão passou por aqui. A estrada liga Ho Chi Minh a Hanói e segue até a fronteira com a China. Cercada por mercados de flores e frutas, é a mais importante rota comercial do país.

Para chegar a My Lai é preciso sair da Rodovia 1 e percorrer mais 10 quilômetros de chão batido em direção ao litoral. A paisagem pouco muda. O carro para próximo a um portão, em uma área que lembra uma pequena fazenda. Esperava um vilarejo como tantos no Vietnã, mas esta é My Lai, uma área deserta de casas.

O vento sacode as folhas de eucaliptos e casuarinas nesta manhã de dezembro à medida que avanço pelo chão que parece mais um grande canteiro de obras. Troncos ainda guardam as marcas dos tiros. Aqui, o trabalho em silêncio impera. Homens e mulheres carregam tijolos e cimento. Os próprios agricultores estão reconstruindo as 19 casas arrasadas pelos americanos. Mas apenas três serão reerguidas em sua totalidade – as dos moradores Dô Ky, Ng Cai e Dô Phi. As demais serão feitas apenas as fundações em cimento. Ao lado estão também

porcos moldados em barro, como se fossem esculturas – é um lembrete de que naquela manhã de 1968 nem os animais de My Lai foram poupados. Ao lado de um novo museu, as casas, os alicerces e os porcos de cimento e barro irão compor um memorial.

Entre o portão e um monumento às vítimas, Ha Thi Quy colhe comida para seus porcos de verdade. Uma das 18 sobreviventes do horror, ela continua morando na comunidade. Tem 78 anos. No massacre, ela perdeu a filha He e o filho Duc. O marido e a outra filha escaparam. Todos os dias, vai cortar comida para os animais.

– Choro às vezes. Tento esquecer. Mas não consigo – diz, com olhar baixo, balbuciando palavras.

– No momento em que os soldados chegaram, eu estava colhendo tomates. Não estava preocupada. Apenas poucos dias antes, os soldados americanos estiveram aqui pedindo água e dando doces e cigarros. Mas, naquele dia, as bombas começaram a cair, e as armas, a atirar. Eles me pegaram junto com os outros e nos alinharam em fila no córrego. Então, começaram a atirar do início ao fim da fila. Eu fui atingida na nádega e cai no fosso com corpos, e sangue tomou conta de mim. Eu pensei que estava morta também porque eu estava coberta de sangue e chocada. Eu sobrevivi. Mas minha filha He e meu filho Duc estavam entre os mortos. Meu marido e minha outra filha, felizmente, escaparam. Antes do massacre, eu pensei que os americanos eram como vizinhos. Depois, eu passei a odiá-los.

Uma guia local leva até um duto: no compartimento, 170 pessoas foram torturadas e fuziladas.

No velho museu, há reproduções de fotos famosas do massacre. Quy aparece em uma das fotos, ao lado do filho. O que mais chama a atenção é um mural negro, com a identificação das 504 vítimas de My Lai – 182 mulheres (17 delas grávidas), 173 crianças, incluindo 56 bebês, 60 idosos e 89 homens. No quadro, a fileira de sobrenomes iguais indica que sete membros da mesma família foram mortos. As idades das vítimas: 10, oito, um, seis, quatro e maiores de 50 anos – nenhum vietcongue, nenhum soldado norte-vietnamita.

– Logo após o massacre, muitas pessoas odiavam os EUA. Mas hoje elas sabem que não foi o povo americano que fez isso, e sim o exército – diz a recepcionista do local, Kim Chung, com a voz baixa em sinal de respeito ao local.

Elas choram de vez em quando. Tentam esquecer, mas não conseguem. Alguns psicólogos vão a My Lai regularmente conversar com os sobreviventes. O governo ajuda com dinheiro, mas são os próprios moradores que fazem a reconstrução.

O massacre de My Lai foi abafado pelos oficiais da companhia por quase um ano. Só veio a público em 1969, graças a uma reportagem do jornalista Seymour Hersh, na revista *New Yorker*, provocando reações de repúdio. Durante as horas de atrocidades, não houve sequer um tiro que não tivesse saído das armas dos soldados americanos. Ou seja, a suspeita de que My Lai era esconderijo de combatentes do Vietnã do Norte era falsa. Quando o massacre foi divulgado, descortinou-se para o mundo o que o conflito estava provocando em americanos e vietnamitas. Revelou, também, os rumos que a guerra tinha tomado em termos de objetivos e custos, e como era urgente um desfecho. Jovens e inexperientes – o pelotão responsável pelo massacre estava há apenas três meses no Vietnã –, muitos soldados da Companhia Charlie entraram em pânico durante a carnificina. O único americano ferido foi um soldado que deu um tiro no pé para não ser obrigado a participar da missão que via. O piloto de um helicóptero que dava cobertura à operação, Hugh Thompson, pousou na frente de um dos pelotões pedindo para que parassem de atirar.

Alguns fragmentos da chacina foram preservados – no Vietnã, onde a guerra virou atração turística, é comum ver restos de bombas e arsenais, mas em poucos lugares a tragédia é tão humana como em My Lai. Em uma mesa do museu, há sapatos infantis, lápis escolares apontados dos dois lados, bolinhas de pedra e um caranguejo de plástico, brinquedo abandonado às pressas – com os nomes e sobrenomes dos pequenos donos.

A farsa demorou a ser reconhecida. Ao reportar-se a seus superiores, o capitão Ernest Medina disse que haviam morrido apenas 20 civis na ação. De todos os oficiais que foram à corte marcial, apenas o tenente William Calley foi condenado. Ele teria de cumprir prisão perpétua. Mas não chegou sequer a ficar em uma cela. Durante três anos permaneceu em prisão domiciliar em uma base do exército, no Estado da Geórgia, Estados Unidos. Em 1974, sua pena acabou comutada para 10 anos de reclusão. No mesmo ano, ele foi perdoado pelo presidente Richard Nixon e libertado.

O piloto Hugh Thompson, por outro lado, foi considerado um traidor durante anos, recebendo até ameaças de morte. O reconhecimento pelo ato de heroísmo chegou com mais de três décadas de atraso. Em 1998, ele recebeu a mais alta condecoração dada pelo exército americano a atos de bravura quando não em contato direto com o inimigo, a Medalha do Soldado. Ao programa 60 Minutes, da CBS, questionado sobre seus sentimentos em relação aos companheiros da Companhia Charlie, ele respondeu:

– Eu entendo. Quero dizer que sou homem suficiente para perdôá-los, mas jurei a Deus... eu não posso.

No final, a guia agradece pelo assunto ter despertado meu interesse. Era o mínimo que eu poderia fazer. Quem gosta de temas militares, como eu, precisa reconhecer na guerra o que há de pior: a submissão, a injustiça e a morte do homem pelo próprio homem.



Calça cáqui, camisa um tom mais escuro, sapatos mocassim pretos e um sorriso sádico. Assim se apresenta o guia do governo vietnamita:

– Carreguem as mochilas no peito. Vamos rastejar por 50 metros.

Avalio a distância e decido seguir. Afinal, milhares de vietnamitas fizeram desta cadeia subterrânea seus quartos, salas, cozinha e hospital por pelo menos 10 anos. Olho para os turistas excitados

em percorrer a famosa herança da guerra: os túneis de Cu Chi, a 65 quilômetros de Ho Chi Minh. Eram dessas tocas que os guerrilheiros comunistas lançavam na calada da noite ataques que desnorream os marines americanos.

Escavados na década de 40 para a resistência aos franceses, os túneis ganharam forma ao longo de 25 anos. Foram construídos por agricultores, utilizando argila vermelha que, ao secar, endurece como concreto. Tiveram papel decisivo na estratégia dos vietcongues na tomada de vilarejos importantes do Sul durante a ofensiva do Tet, em 1968. Por meio dessas úmidas rotas subterrâneas, grandes unidades de combatentes foram deslocadas sem despertarem suspeitas.

Evitar que a guerrilha controlasse Cu Chi era um dos principais objetivos dos americanos ao estabelecer uma base militar no distrito – eles ignoravam o fato de a unidade militar ter sido construída exatamente sobre a cadeia de túneis. Os soldados da 25ª Divisão de Infantaria levaram meses até conseguirem se fixar no local, uma vez que seus acampamentos eram alvejados a cada noite por disparos do meio da mata.

A eficiência dos esconderijos ao provocar pesadas baixas americanas despertou a ira dos generais do Pentágono. Desorientados, os Estados Unidos decidiram transformar os 420 km² da área no que os autores de “Os Túneis de Cu Chi” (Tom Mangold e John Penycate) chamaram de “a região mais bombardeada, contaminada por gases, desfoliada e devastada da História”.

Para tentar neutralizar as redes de abastecimento dos vietcongues, lavouras de arroz foram desfolhadas, árvores, derrubadas, e vilarejos, evacuados e queimados. Os vietcongues continuavam a salvo em seus túneis. Disposto a vencer a batalha com armas químicas, o exército americano decidiu infiltrar seus homens nos subterrâneos. Os chamados ratos dos túneis tinham a ingrata missão de lutar embaixo da terra. Caíram na ratoeira. Quando os militares começaram a usar cães pastor alemão, treinados para localizar passagens secretas e guerrilheiros, os vietcongues usaram pimenta para distrair os animais. Outra tática era

lavar-se com sabonete de marca americana, confundindo o olfato dos cães. Mais: os cachorros não estavam preparados para armadilhas de bambu. Assim, muitos foram mortos ou mutilados, levando seus treinadores a recusarem-se a enviá-los às profundezas.

Tudo isso fez com que os Estados Unidos declarassem Cu Chi região de tiro-livre: uma autorização simples que tornava qualquer parte da área alvo potencial para os disparos dos caças. Pilotos que voltavam às bases após missão no Norte aproveitavam bombas não-detonadas para despejar sua ira sobre Cu Chi. Os túneis resistiram até que um avião B-52 americano realizou o bombardeio conhecido como “carpet bombed” (tapete de bombas). A operação – uma das mais cruéis estratégias de ataque, ao estilo arrasa-quarteirão – destrói tudo que há pela frente. O carpete de bombas arrasou a maioria dos túneis – e tudo o que havia em volta. O gesto já era desnecessário. Os EUA estavam deixando o Vietnã, e os túneis já tinham cumprido o objetivo.

Neste solo carregado de histórias, deço alguns degraus escavados na terra. É o primeiro nível, a cinco metros da superfície. Aqui embaixo, a boca do túnel é ainda mais estreita. Agora entendo o que o guia quis dizer com “carreguem as mochilas no peito”. Seria impossível levá-las às costas. A altura não passa de um metro. É hora de bancar o vietcongue – mesmo com 1m86cm de altura. Entro, mas recuo ao ver a fila à minha frente. Um engraçadinho pergunta se há congestionamento.

Deixo todos passarem. Assim, por último, posso imprimir o meu ritmo. Começo agachado, mas logo sou obrigado a engatinhar, empurrando a mochila com as mãos. Lâmpadas amareladas tornam o cenário sombrio – e quente! Não tenho como voltar. Passo o dorso da mão na testa. Está encharcada. A umidade do ar e toneladas de terra a centímetros da cabeça aumentam a sensação de calor. Lá em cima fazia 32°C.

A estratégia de ficar por último tem seu preço. Estou sozinho, com respiração ofegante e... perdido embaixo da terra. Chego a uma encruzilhada: direita, esquerda ou descer mais um nível? A camiseta está molhada de suor. A respiração torna-se ofegante, e o coração bate rápido.

A que ponto dos 50 metros anunciados pelo guia devo estar? Ao fundo, escuridão. Um flash vem do buraco. Desço com dificuldade. Primeiro a mochila, depois meu corpo. Já não engatinho, rastejo. Lá embaixo, encontro uma turista americana com o namorado, registrando o passeio. Peço uma foto também: afinal, não é todo o dia que se banca o vietcongue – e uma aventura assim merece ser dividida com os amigos.

Ao fundo, um clarão natural é mais tranquilizador do que o flash. Uma escada de 20 degraus conduz à superfície. É uma saída, digamos, de emergência. O sufoco é aliviado com chá verde, ao melhor estilo oriental – quente...



Volto a Ho Chi Minh a tempo de tomar o trem à noite para Nha Trang, na costa do país. Após um dia e uma noite incomunicável no delta do Mekong, fico sabendo que um ciclone atingiu a região central do Vietnã – cidades como Hoi An, Da Nang, Hué, meus destinos nos próximos dias, estão com problemas de comunicação. No hotel, a rede de televisão estatal informa que a enchente obstruiu a Rodovia número 1, a única estrada entre o Sul e o Norte. Não há notícias sobre as condições da ferrovia.

São 21h30min, hora do rush. Entre o hotel e a estação, leva-se meia hora de táxi. A cidade pulsa no ritmo ditado pelas motocicletas. Inóspito e até irritante para um recém-chegado, o trânsito caótico agora deixa saudades. Um sentimento recorrente nas minhas viagens: a estranheza inicial e, antes de partir, um afeto tamanho, como se eu já pertencesse também àquele lugar. A eterna Saigon começa a ficar para trás. Antes de embarcar no Expresso da Reunificação para uma viagem de sete horas, faço um contato com o Brasil para avisar minha família que, “perdido” no delta, sequer sabia da passagem do ciclone. Do outro lado do mundo, no Brasil, a tormenta fora registrada apenas como uma nota, em um canto de página das editoriais internacionais

dos jornais. Mas o suficiente para capturar o olhar preocupado de minha mãe.

A bordo do trem, a janela emoldura casebres, vilarejos. Crianças de pés descalços brincam perigosamente próximas aos trilhos. Nos cruzamentos, chancelas estancam o avanço das motocicletas de um lado e outro da ferrovia para a passagem do longo serpentear de vagões. Ho Chi Minh se esvai na escuridão.

O Expresso da Reunificação liga os 1.726 quilômetros entre o Sul e o Norte separados durante 21 anos pelo paralelo 17. Existe apenas uma ferrovia com três linhas: a mais rápida faz o trajeto entre Ho Chi Minh e Hanói em 30 horas. A mais lenta leva 41 horas. Há também rotas locais, cujos trens viajam a 15km/h. Há várias razões para a lentidão. Em pouquíssimos pontos, composições com diferentes rotas podem dividir o mesmo trilho. Na maioria das vezes, quando um trem divide o mesmo trecho, uma das composições tem de parar e esperar. Trens que vem atrás, no mesmo sentido, sofrem atraso.

No começo da viagem, as cabines estão limpas. Não se pode dizer o mesmo na chegada a Hanói. Pequenos furtos também são um problema, especialmente na classe econômica. Por isso, adoto a estratégia de manter as bagagens não só ao alcance dos olhos, mas também em contato com pernas e braços – assim, posso perceber qualquer movimento, mesmo adormecido. Os compartimentos, de dois metros e meio de comprimento por dois de largura, são separados por divisórias de madeira. Na categoria *soft sleeper*, cada cabine tem quatro camas, duas de cada lado, tipo beliche. É previsível que os trens, a exemplo dos túneis de Cu Chi, sejam projetados para a pequena estatura dos vietnamitas. As camas são curtas, e os colchões, fininhos.

Acampo na parte debaixo de um dos beliches. Fraco, o ar-condicionado não dá vencimento. Lâmpadas fluorescentes, combinadas às paredes azul-esverdeadas, conferem ao local um aspecto hospitalar. Divido a cabine com três cidadãos britânicos. Aventureiros, carregando apenas uma mochila cada um – o que significa mais espaço para minhas exageradas bagagens embaixo das camas.

As cervejas Tiger Beer compradas na estação de Ho Chi Minh e biscoitos fazem da noite com meus novos parceiros de viagem uma agradável experiência. O trem não é dos mais rápidos – desloca-se a uma velocidade média de 48 km/h. Desembarco em Nha Trang às 5h do dia seguinte, ainda escuro, após uma noite de sono interrompido pelas freadas bruscas.

A Transindochina, um dos símbolos da unidade do país, começou a ser construída em 1899 e só ficou pronta em 1936. Durante a II Guerra Mundial, japoneses utilizavam a ferrovia, tornando o trecho alvo frequente de bombardeios aliados. Anos depois, durante a Guerra da Indochina (1945-1954), guerrilheiros do Viet Minh, que defendiam a independência do território, então colônia francesa, também fizeram da estrada de ferro palco de emboscadas. Quilômetros de dormentes eram arrancados a cada madrugada. Diante da ameaça, em 1948, a França reagiu com astúcia: introduziu na rota dois trens blindados, equipados com canhões, artilharia antiaérea, lança-granadas e morteiros.

No final da década de 50, apoiado pelos EUA, o Vietnã do Sul reconstruiu a linha entre Saigon e Hué. No Norte, o governo comunista também recuperara mil quilômetros. Mas a península da Indochina respirava de novo ares belicosos. Entre 1961 e 1964, os guerrilheiros vietcongues realizaram 795 ataques contra a ferrovia. Finda a guerra, um maior esforço de reconstrução foi deflagrado e trechos inteiramente recuperados: um deles nos arredores de Saigon, outro entre Nha Trang e Qui Nhon e o terceiro entre Danang e Hué. Até hoje é possível ver crateras de bombas próximas a pontes e estações.

A viagem entre Ho Chi Minh e Nha Trang me deixara boas impressões. O mesmo não aconteceria na segunda etapa, até Hanói. Embarco em Hué no dia 26 de novembro de 2004, às 22h. A estação da antiga capital imperial não perde para as rodoviárias brasileiras – viajantes amontoados em bancos, ambulantes oferecendo bebidas, salgadinhos e poucos funcionários dispostos a dar informações. A exceção é um vietnamita simpático, funcionário da Duong Sat Viet Nam, a empresa que administra a ferrovia. Ele pergunta de onde venho:

– Brasil!

Abrem-se as portas. O funcionário, responsável por conferir os bilhetes, aprendeu com viajantes brasileiros duas palavras em português: “saúde” e “obrigado”. E, no meio da multidão, para meu constrangimento, cantarola na minha frente “Besame mucho”, com voz de tenor. Muitos vietnamitas têm curiosidade sobre o Brasil. O homem pergunta primeiro sobre o futebol, depois quer saber sobre a beleza das mulheres e, ao final, comenta que somos um povo alegre.

Com um sorriso orgulhoso, típico de brasileiros elogiados longe de casa, estou de volta ao Expresso da Reunificação para o último trajeto até a capital. Para um trem que já percorreu 1.041 quilômetros, as condições de higiene não são das piores. À procura da minha cabine, encontro a porta fechada. Abro, e três das quatro camas estão ocupadas por vietnamitas. Simpáticos, eles apontam o meu lugar no alto de um dos beliches. Jogo as bagagens para cima: mala, laptop e duas mochilas.

Tudo certo, só falta lugar para mim. As bagagens ocupam boa parte da cama, o que me obrigaria a passar as 12 horas seguintes com as pernas encolhidas. O ar-condicionado está desligado – ou não funciona. As luzes se apagam. Acomodo-me conformado – estou a caminho de Hanói, fortaleza comunista que nunca capitulou aos exércitos invasores, hoje uma das mais bonitas metrópoles asiáticas.

Na madrugada, a porta da cabine é aberta com força. Um funcionário da empresa que opera os trens oferece o jantar: em uma bandeja de papel laminado com divisórias, arroz, carne de porco e couve-flor. Comida a uma hora dessas? Quero mais é tentar dormir, penso. Mas sou induzido a pegar o prato por um dos companheiros de cabine – que, aliás, como seus amigos, não fala inglês. Ele me passa a bandeja. Não quero fazer desfeita. Os hashi, os palitinhos usados para comer na maioria dos países do Extremo Oriente, são o de menos – já estou acostumado. Mas o porco está frio, e salada, não como. Só arroz me salva. Invento uma competição imaginária: ver quem come mais rápido na cabine. Os vietnamitas devoram seus pratos. Óbvio que perco. Logo desisto e dou um jeito de me ver livre da bandeja.

Sempre gostei de mapas e de saber o local exato onde estou. Mas, fechado na cabine do Expresso da Reunificação, sem instrumentos modernos de navegação, a viagem noturna vai se tornando claustrofóbica. Não sei onde estou, mas o barulho produzido pela água nos trilhos leva-me a concluir que o trem singra a região inundada pelo tufão que matou 40 pessoas há uma semana. Nas janelas, grades de ferro dão, ironicamente, uma sensação de insegurança. Se houver um acidente – penso – o local mais acessível para escapar está bloqueado. Acendo a luminária na cabeceira da cama. Livro na mão e MPB nos ouvidos, tento me tranquilizar. Apesar de antigo, o trem parece seguro. E, afinal, não se ouvem muitas notícias de acidentes ferroviários no Vietnã.



Passa do meio-dia em Hanói, capital do Vietnã. Ao redor do lago Hoàn Kiem, no centro da cidade, um jovem vietnamita chamado Hùng, 27 anos, pede licença para dividir o banco.

– Quero praticar meu inglês – explica.

Surpreendo-me com a abordagem. Como faz todos os dias neste horário, Hùng aproveita o intervalo de almoço no Banco Estatal do Vietnã para conhecer turistas. Seu sonho é viajar aos EUA ou à Grã-Bretanha para estudar Economia. Os ocidentais que visitam Hanói fazem a conexão entre o Vietnã de Hùng e o Exterior:

– Gosto muito do meu país, mas não sabemos manter turistas aqui. O Vietnã tem maus serviços. As pessoas vêm, ficam poucos dias e logo preferem Tailândia, Cingapura ou Indonésia.

Depois de perguntar sobre a vida no Brasil e elogiar o futebol, ele confia seus planos para 2005: além de casar, quer se filiar ao Partido Comunista:

– É uma forma de ser promovido.

– E o governo? – pergunto.

– Acho bom. É ele quem paga o meu salário.

O comunismo que garante segurança a Hùng é interpretado como comodismo por uma amiga que me guia por Hanói. Repórter de um dos mais importantes jornais do país – estatal como todos os meios de comunicação no Vietnã –, ela diz:

– A situação está cômoda agora que o Vietnã se abriu para o mundo e mantém um comunismo disfarçado. Na prática, temos tudo o que os países capitalistas têm. Podemos ter acesso às mercadorias ocidentais, filmes americanos. Os vietnamitas estão acomodados justamente porque têm tudo.

T. esquece que seu país não tem tudo. Falta liberdade de imprensa e expressão. Por isso, não a identifico aqui.

Apesar da censura, das bandeiras vermelhas e das imagens onipresentes do líder Ho Chi Minh, em 12 dias no Vietnã foi difícil sentir-me de fato em um país comunista. Os jovens exibem penteados modernos, frequentam danceterias e karaokês. A internet é lenta nas pequenas cidades, mas veloz em Ho Chi Minh e Hanói. Em uma cafeteria, testo o acesso à rede. A página do Google aceita pesquisas com palavras como “democracia”, “liberdade de imprensa” e “oposição”, o que não ocorre em nações como a China. Sucessos da música ocidental chegavam aqui com atraso. Hoje, nas ruas e danceterias, ouve-se Rick Martin e Shakira.

Mas diferenças existem. Sutis. A duas quadras de onde Hùng projeta seu futuro está localizado o Trang Tien Plaza, um dos shoppings mais caros de Hanói. No primeiro andar, joalherias dividem espaço com lojas de eletrônicos e televisores de marcas famosas. Mas os vendedores estão de braços cruzados à espera de poucos clientes – em sua maioria turistas. O padrão de vida dos vietnamitas melhorou nos últimos anos, mas shopping ainda é luxo de ocidental.

– Há 10 anos não imaginávamos que um dia teríamos uma casa grande e cada um, seu quarto – me conta um pai de família, que comemora a compra de uma residência no bairro de Dong Da.

Hanói é menos cosmopolita e mais conservadora do que Ho Chi Minh: com 3 milhões de habitantes, a metade da população da metrópole do Sul, é mais limpa e tão arborizada quanto Porto Alegre. Saias curtas, toleradas na velha Saigon, aqui ainda são raras. As motocicletas voltam ao meu olhar, mas aqui elas compartilham as ruas com bicicletas coloridas. Subi na motocicleta de T., minha amiga jornalista. Foi uma cena engraçada: 1m86cm de altura, branco, usando óculos de grau, sendo conduzido por uma mulher. Não havia como passar despercebido pelas ruas de Hanói. Do meu ângulo de visão, centenas de motociclistas parados lado a lado no farol. Não ando de moto nem no Brasil. Tenho medo. Mas precisava fazer isso no Vietnã para me sentir parte daquele país que sempre se equilibrou entre dois tempos: de paz e de guerra. O que é o medo para uma nação que sobreviveu a tantos conflitos? Minha amiga desliza com rapidez pelos bulevares que lembram Paris. E o que mais gosta é o vento fresco no rosto, sensação de liberdade, que só é valorizada com esse grau de reverência em nações que não a têm – ou não a têm por completo.

Infelizmente, ainda são poucos os vietnamitas que perseguem esse estado de espírito. Afundados no trânsito caótico, nesse novo tempo de abertura política e econômica, parecem mais preocupados em olhar para fora do que apreciar sua bela capital. Consumir e exportar são verbos que eles têm urgência em conjugar. No futuro mais que perfeito.

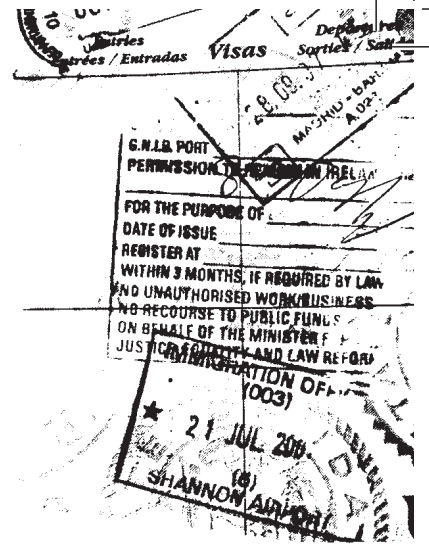
DOR E Fé NO CORAÇÃO DO VATICANO

Cidade do Vaticano, abril de 2005

Quinta-feira, final de tarde, 1º de abril de 2005. A notícia de que João Paulo II recebera a unção dos enfermos, sacramento destinado a fiéis em perigo de morte, sobressaltou o mundo. Desde o dia anterior, o Papa era alimentado por meio de uma sonda. Imagens de sua última aparição em público eram repetidas à exaustão nas emissoras de televisão: o microfone posto à sua frente no domingo de Páscoa, na janela do Palácio Apostólico, e rapidamente retirado quando sons incompreensíveis saíram de sua boca. Quatro minutos de um calvário ao vivo.

Como todos os dias daquela semana, na redação de Zero Hora, eu escrevia sobre a agonia papal baseado em relatos de agências internacionais de notícias. A mais de 12 mil quilômetros do Vaticano, tentava em Porto Alegre juntar um mosaico de informações e dar alguma emoção aos textos normalmente sem sabor que recebia. Com a reportagem do dia seguinte praticamente pronta, naquela tarde de 1º de abril, aguardava na bancada da TVCOM⁷ para entrar ao vivo com o último boletim sobre o estado de saúde de João Paulo II. A minhas costas, em televisores instalados na redação, a CNN interrompeu sua

⁷ A TVCOM é uma emissora comunitária do Grupo RBS, em Porto Alegre, transmitida pelo sinal UHF e a cabo, pela NET Sul, no canal 36. Com foco local, a emissora conta, em sua programação, com a participação dos profissionais de diferentes veículos da organização, incluindo jornal Zero Hora e Rádio Gaúcha.



programação: o Papa tivera um colapso cardíaco e apresentava septicemia (infecção generalizada). A morte chegara a ser anunciada por apressadas emissoras italianas. Os boatos corriam o planeta até o porta-voz do Vaticano, Joaquín Navarro-Valls, desmentir a notícia. Mas alimentar poucas esperanças:

– Os parâmetros biológicos estão visivelmente comprometidos.

Em suas últimas horas, João Paulo II pedira a assessores que lessem para ele as 14 estações da Via Sacra e a terceira prece da liturgia das horas: “Ó Deus, venha salvar-me. Senhor, venha logo ao meu auxílio, Glória ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, assim como era no princípio, agora e sempre, por todos os séculos. Amém, aleluia”.

Àquela altura, cerca de 30 mil pessoas se reuniam na Praça de São Pedro. Um ato simbólico, mas intrigante, agitava os fiéis. As portas de bronze do Vaticano haviam sido fechadas. O grande portal que fica sob um pórtico fora da praça só é fechado pelos guardas suíços quando um Papa morre. O significado do ato não foi explicado.

Sempre me interessei por assuntos relacionados a religiões. Na adolescência, frequentei um grupo de jovens católicos, em Porto Alegre, e cheguei ser catequista por alguns anos. Sabedor da minha predileção pelo assunto, o editor de Mundo de Zero Hora, Luciano Peres, delegara-me havia meses a função de setorista⁸ de Igreja Católica. Diante da iminência da morte do Pontífice, era necessário produzir um caderno póstumo, com o legado do Papa. Viagens, canonizações, João Paulo II influenciara a Igreja e a história do mundo como poucos. Uma edição requintada, à altura de seus 26 anos de pontificado, não poderia ser produzida de pronto. Por isso, eu me encarregara da missão que, na verdade, se revelaria muito maior do que um caderno.



⁸ Jornalista especializado em determinado assunto: religião, segurança pública, saúde, cinema.

Malas na porta do apartamento, à espera do táxi para me levar até o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. O breaking news⁹ da rede CNN invadiu a tela do televisor da sala. Depois de uma semana em que o mundo ficou em suspenso, estava consumado: João Paulo II morrera às 21h37min (16h37min em Brasília). Eu e o cinegrafista da RBS TV Fernando Rech, convocados para a missão, estávamos a um oceano de distância.

Na tarde anterior, sexta-feira, ao ser comunicado da viagem para cobrir aqueles dramáticos dias no Vaticano, tratei de dar dois telefonemas: o primeiro para o bispo emérito de Porto Alegre, dom Antônio Cheuíche, um dos organizadores da visita de João Paulo II ao Rio Grande do Sul, em 1980. Minha intenção era pedir orientações, contatos, mas sua secretária informara que ele já estava no Vaticano. O outro telefonema fora para um velho amigo dos tempos de grupo de jovens, Harlei Antonio Noro, frei carmelita que passava uma temporada em Roma para estudar e que se tornaria peça fundamental da nossa cobertura na Itália.

Durante as 12 horas em que sobrevoamos o Atlântico a caminho de Roma, os rituais fúnebres, definidos pelo próprio João Paulo II na Constituição Apostólica de 1996, seguiram uma cartilha que a maior parte dos católicos desconhecia. Um papa morre oficialmente somente depois de uma cerimônia comandada pelo camerlengo – administrador interino da Igreja. Desde 1993, o cargo era ocupado pelo cardeal espanhol Eduardo Martínez Somalo. Em ato simbólico, o anel apostólico (piscatório, ou anel do pescador) e o selo de chumbo com os quais o papa enviava cartas apostólicas são quebrados.



⁹ Breaking news é uma expressão americana que caracteriza uma notícia urgente. Sempre que algo muito importante acontece, emissoras de televisão americanas interrompem a programação normal, e o selo aparece na tela.

Noite de domingo, 7°C em Roma. Harlei estava no portão de desembarque do Aeroporto Leonardo da Vinci, de Roma, a bordo de um Cinquento do convento dos frades carmelitas descalços. Pelo adiantado da hora, encontrar dom Antônio Cheuiche¹⁰ era a única forma de eu conseguir alguma informação sobre o que acontecia atrás dos muros do Vaticano, enquanto ficáramos encerrados no avião. Eram 20h. Mentalmente, calculei o fuso horário em relação a Brasília: estávamos cinco horas adiantados. Em Porto Alegre, eram 15h. Se corrêsemos, teríamos tempo de mandar o primeiro relato para a edição do jornal do dia seguinte. Harlei pisou fundo no acelerador do Cinquento no alucinado trânsito romano. Estacionamos na Via delle Fornaci. A pé, cruzamos por um arco renascentista que era, nada mais, nada menos, que uma das colunas de Bernini¹¹. Imponente, a Praça de São Pedro, o coração do Vaticano, abria-se diante dos nós.

Era um grato cartão de visitas, mas não havia tempo para admirar a cúpula da basílica iluminada. Estranho: estava em um lugar histórico, sagrado, que vira centenas de vezes em fotografias, um local que eu sempre desejara visitar... Naquele momento, eu estava ali, diante de toda a imensidão do Vaticano, e não podia estancar o passo para vislumbrar a paisagem. No meio da caminhada, Harlei e Fernando à frente, busquei com os olhos a terceira janela do Palácio Apostólico. Era a dos aposentos do Papa. As luzes, que nos últimos dias ainda inspiraram um sopro de esperança ao mundo católico, estavam apagadas.

Cruzamos a Praça de São Pedro a passos largos, desviando de colchonetes, velas, cadeiras, grupos de jovens com seus violões e idosos com cartazes de homenagens. Naquela torre de babel horizontal em plena praça, meus ouvidos estavam atentos para qualquer palavra que

¹⁰ Natural de Caçapava do Sul (RS), dom Antônio Cheuiche foi bispo católico em Porto Alegre pertencente à Ordem dos Carmelitas Descalços. Foi membro do Conselho Episcopal Latino-Americano. Em 1980, organizou a visita do papa João Paulo II a Porto Alegre. Como amante da arte, foi membro da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja no Vaticano. Morreu em 14 de outubro de 2009.

¹¹ Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) foi um artista do barroco italiano que se destacou como escultor e arquiteto. Suas obras ornamentam museus em Roma e no Vaticano. A colonata que abraça a Praça de São Pedro é composta por 284 colunas simetricamente dispostas e 140 imagens de santos que coroam as duas alas da obra. Foi desenhada por Bernini em 1657, quando o papa Alexandre VII aprovou o projeto do pórtico de São Pedro. A estrutura ocupa um espaço de 20 mil m².

soasse em português. Um brasileiro naquele caldeirão de nacionalidades valeria uma entrevista. De repente, ouvi o idioma familiar. Vestindo sobretudo preto, um homem passara por mim falando com outro uma língua que eu conhecia.

– Ei, brasileiro? – gritei.

– Sim – virou-se, a voz grave, conhecida de milhões de brasileiros.

– William Bonner? – não acreditei.

Enviado da Rede Globo para cobrir os funerais do Papa, o editor-chefe do Jornal Nacional era o primeiro brasileiro que eu encontraria no Vaticano. Não exatamente quem eu buscava entrevistar.



Em 26 anos de pontificado, João Paulo II esteve quatro vezes no Brasil. Em 1980, em Porto Alegre, provara chimarrão, usara um chapéu de barbicacho e proferira uma frase que permaneceria no imaginário da população do Rio Grande do Sul:

– O Papa é gaúcho.

Naquela viagem, João Paulo II também fizera um gesto que não atraía nenhum flash, mas fora extremamente significativo no Brasil que tentava abrir brechas no regime militar já decadente. Graças à intervenção de dom Antônio Cheuíche, o Papa encontrou-se rapidamente com as Mães da Praça de Maio, a organização argentina de mulheres que tiveram os filhos torturados e mortos pela ditadura. O encontro estava fora do protocolo da visita e só foi possível graças à intervenção do bispo.

Depois que o Papa foi embora, dom Antônio passou a dormir na mesma cama que João Paulo II ocupara na Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Nos anos seguintes, sempre que ia ao Vaticano, o bispo gaúcho lembrava ao Papa as marcas deixadas aos brasileiros.

– Rezo sempre ao cardeal Scherer – ouviu o gaúcho, certa vez, quando João Paulo II lembrava o nome do cardeal dom Vicente Scherer.

Por tudo isso, quando deixou Porto Alegre naquele 21 de março de 2005 para uma viagem à Terra Santa que tinha como escala Roma, dom Antônio pegou na estante um livro com a biografia do cardeal Scherer para presentear o Papa já convalescente. Desembarcou na Itália ainda a tempo de ver a última aparição de João Paulo II na janela do Vaticano. Mas não conseguiu entregar o livro.

No dia em que desembarquei em Roma, escorriam lágrimas contidas pelas rugas no rosto de dom Antônio, no hall da casa de bispos no Vaticano. Desde que chegara, o religioso passara horas caminhando pela Praça de São Pedro, rezando o rosário. Naqueles dias, João Paulo II ainda expunha sua fragilidade, lutava contra a morte, mas os jornais italianos já anunciavam seis ou sete possíveis sucessores – entre eles o então arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes. Na noite em que encontramos dom Antônio, em nossa primeira parada no Vaticano, o bispo encerrou a entrevista com um ditado típico romano: “o cardeal que entra papa no conclave, sai cardeal”. Em outras palavras, quem canta vitória antes do tempo, decepciona-se. A realidade desmentiria a tradição: desta vez, aquele que entraria papa sairia Papa.



Agonizante, João Paulo II foi informado por assessores de que a praça tinha grande presença de jovens. Conforme relato do porta-voz do Vaticano, Joaquín Navarro-Valls, o Papa, então, murmurou:

– Eu busquei vocês. Agora, vocês vêm a mim, e eu agradeço.

Com essa frase martelando na mente deixei a residência de dom Antônio Cheuíche. Voltamos à Praça de São Pedro. Mais do que entrevistar alguém, eu queria sentir, observar aquela imensa via-crúcis viva, humana, que se formara espontaneamente no coração do mundo católico. Fazia 7°C. A oração do rosário acabara, mas poucos fiéis arredaram o pé. Pareciam ainda esperar a aparição do homem vestido de branco na janela do terceiro andar do Palácio Apostólico. Era para lá que a maioria da multidão esticava o pescoço.

As luzes se apagaram. No chão, ao lado do obelisco, no centro da praça, os italianos Rafael e Serena acomodavam-se em um colchonete azul finíssimo. Eles viajaram 300 quilômetros até Roma para participar da oração do rosário. Agora, permaneceriam em vigília até que as portas da Basílica de São Pedro se abrissem para as últimas homenagens ao Papa que amou, acima de tudo, os jovens.

– Ele era um exemplo, uma referência – disse Rafael.

Ao lado, o obelisco egípcio no centro da praça estava crivado de flores, velas, fotos e imagens de João Paulo II, com homenagens simples e delicadas. Todas emocionavam. Em um papel de carta rosa, com corações em vermelho, Sicília, de nove anos, escreveu:

– João Paulo II, te quero bem.

Nos dois chafarizes da praça e nos postes com luminárias, as cenas se repetiam. Enrolado a uma bandeira do Equador, Washington Lcaizachna e a mulher, Melva, estavam em silêncio em frente a um desses altares de devoção. O casal de Quito fez o sinal da cruz e se despediu.

– Esperamos ter um novo papa com a mesma energia que ele tinha – disseram.

Perto dali, grupos de jovens, os chamados papaboys, tocavam violão em pequenas rodas, sentados ao chão. O som dos acordes chamava a atenção de quem estava na praça. Atraiu também a nós. Eles cantavam e rezavam as rezas e os cantos que João Paulo II ensinou nas Jornadas Mundiais da Juventude, uma das marcas de seu pontificado. A polícia montava cavaletes de madeira para ordenar a fila na entrada da basílica para o velório, que começaria no dia seguinte.

Fora dos muros do Vaticano, nas ruas de Roma, a sensação era diferente, como um burburinho. Sem choro. Pessoas andavam de um lado para o outro, como um rebanho sem pastor. A cidade inchava de estrangeiros, peregrinos que vinham de todos os quadrantes. Agora, e pelos próximos dias, Roma ingressaria em uma gigantesca máquina do tempo que a levaria de volta ao período em que era a capital do mundo.



Aos poucos, frei Harlei tornava-se mais do que um amigo: era o nosso intérprete, motorista, guia turístico, anfitrião em Roma. Passamos a considerá-lo parte da equipe. Com o trânsito conturbado de sempre, a cidade de Roma inflando à medida que se aproximava o dia do funeral, e o nosso hotel distante do Vaticano, decidimos acampar no convento dos frades carmelitas descalços, no Gianicolo. A poucas quadras do Vaticano, o monastério, a casa de Harlei, era uma base avançada perfeita: subíamos e descíamos a pé as íngremes ruínas inúmeras vezes por dia. Entrávamos e saíamos pelas grandes portas de madeira do convento, subíamos as escadas correndo. Com autorização expressa do Harlei e de seus superiores, mas sob o olhar desconfiado de alguns monges. Não tenho dúvidas de que algumas dezenas de vezes quebramos o silêncio e a oração dos carmelitas no alvoreço de fechar as reportagens a tempo de enviá-las para o Brasil.

Apaixonado por tecnologia, Harlei dispunha em seu quarto de computadores de provocar inveja a muitas emissoras de TV. Enquanto no nosso hotel o acesso à internet era discado – em 2005, acreditem! –, no convento tínhamos banda larga em altíssima velocidade. Ao final da primeira noite, Harlei já havia conectado o seu computador ao servidor da RBS, o que nos possibilitava enviar arquivos pesados de vídeos em poucos minutos. Uma outra vantagem: por ser uma espécie de universidade para religiosos, circulavam pelos corredores do convento alguns dos grandes teólogos da ordem. Volta e meia, encontrávamos algum padre envolvido nas exéquias do Papa ou no conclave – o que nos garantia algumas informações exclusivas. Muito do que acontecia no Palácio Apostólico e, posteriormente, nos salões da Casa Santa Marta, ficamos sabendo graças a essa base privilegiada.

Acordávamos pelo horário italiano (cinco horas a frente do Brasil) e dormíamos pelo horário brasileiro, quando já eram por volta de 3h da madrugada em Roma. De sono propriamente dito, tínhamos apenas quatro horas. Estabelecemos uma rotina: pela manhã, buscávamos a agenda do dia no Vaticano e apurávamos as primeiras informações. Ao meio-dia, quando o Brasil ainda estava acordando, já tínhamos um bom material apurado para enviar à redação. À tarde,

nos dedicávamos aos boletins para Rádio Gaúcha e a atualizar o texto enviado mais cedo. Depois das 18h, nos encarregávamos, no convento-redação, de editar as imagens que seriam enviadas para a RBS TV.

Enquanto Fernando e Harlei enviavam o conteúdo pelo computador, eu me trancava em uma sala anexa ao quarto, com o notebook para escrever o texto final do jornal do dia seguinte. Muitas vezes, me distraía com as risadas dos dois do outro lado da parede. Enquanto tomavam chimarrão, o colorado Harlei, saudoso do Pampa, aproveitava para matar a saudade de casa, ao som do hino do Internacional e músicas gauchescas. Combinávamos que só sairíamos para jantar depois que eu enviasse o texto – o que poderia levar horas. Muitas vezes, sentado na mesinha simples de estudos do Harlei, caía sobre meus ombros o peso de toda aquela responsabilidade: diante de um fato histórico, selecionado entre centenas de colegas para estar ali, exigia-me um texto de excelência, à altura do acontecimento.

– Vou fazer o melhor texto da minha vida – repetia para mim mesmo, mentalmente, a cada noite.

Depois de enviados os textos, nos permitíamos uma pizza, a legítima italiana, e um caneco de Guinness, em um bar que o Harlei adotara como seu naqueles anos em Roma. Em várias ocasiões, no meio da madrugada, percorremos passagens que, para mim, pareciam secretas do convento até a garagem. Mesmo com o avançado da hora, fugindo da rotina do convento, o Cinqüento do monastério tinha pelas ruelas do centro histórico de Roma. Buscávamos algum lugar aberto para jantar.



23h do dia 5 de abril, uma terça-feira. Sentado no chão gelado de paralelepípedos da Via della Conciliazione, sinto-me como uma ilha, cercada de gente por todos os lados. Para onde olho, há pessoas chorando, rezando, cantando:

“Do horizonte, uma grande luz
Viaja na História
E ao longo dos anos venceu as trevas
Fazendo-se memória
E iluminando a nossa vida.”

A música Emanuel cantada para João Paulo II em 2000, durante a Jornada Mundial da Juventude, é agora um réquiem. Emociona.

A decisão de entrar na fila que se tornaria a imagem daquela despedida, como um peregrino comum, fora tomada à tarde. O mundo inteiro estava preparado para a morte de João Paulo II, menos a assessoria de comunicação do Vaticano: haja vista a desorganização do escritório de imprensa para receber as centenas de jornalistas que despencavam diariamente na frente do número 54 da Via della Conciliazione, a sede do centro de imprensa da Santa Sé. Filas quilométricas ao sol, senhas, desinformação. Ou ficaria oito horas na fila para conseguir a credencial que daria acesso à Basílica de São Pedro, ou trabalharia. Desisti do documento e resolvi adotar o ponto de vista de um peregrino comum, sem o privilégio de jornalistas credenciados. Para isso, seria necessário passar oito, 10, talvez 14 horas em outra fila, a gigantesca coluna humana que se montara ao longo da Praça de São Pedro para ver o corpo do Papa, no interior da basílica. Eu seria apenas mais um entre 1 milhão de fiéis na maior via-sacra que o mundo já viu.

O local, uma espécie de brete formado por cavaletes de metal, era um microcosmos da comoção planetária. Estavam ali turistas, padres, freiras, religiosos de diferentes credos, crentes e descrentes. Até hoje me pergunto como as pessoas faziam suas necessidades fisiológicas naquele ambiente. Quem saía da fila, não voltava. De tempos em tempos, o lento avanço era interrompido. Um grupo de funcionários da prefeitura de Roma ingressava na área vazia entre um lado e outro, no vão aberto entre os peregrinos, para fazer a limpeza da área.

Por isso, às 23h, estou sentado no chão. Com as portas da igreja fechadas para a limpeza, a fila foi estancada, sem previsão para recomeçar a

caminhada. Lá dentro, o corpo de João Paulo II está só, acompanhado apenas por funcionários do Vaticano. Ao meu lado, muitas pessoas trouxeram cobertores, jaquetas de náilon, sanduíches e garrafas térmicas com café. Eu não trouxe nada para beber ou comer. Nos corredores ao lado do brete, funcionários da Defesa Civil distribuem garrafas de água. Jornaleiros oferecem edições vespertinas. A capa de *Il Messaggero* traz a imagem congelada da tarde anterior, em que o Papa irrompera pela última vez na praça.

O corpo surgira entre os arcos do Vaticano carregado por 12 funcionários vestidos com terno preto e luvas brancas. Ao dobrar dos sinos, João Paulo II estava de volta aos braços do rebanho. Foram 25 minutos de um dos trajetos mais curtos e mais emocionantes do Papa peregrino: do Palácio Apostólico até a nave central da Basílica de São Pedro. No meio, uma multidão acompanhou o andor. Quando os 12 homens chegaram às escadarias da basílica, viraram o féretro. O Papa estava de novo de frente para o seu povo. Foi quando franzi o rosto, tentei segurar o choro. Não funcionou.

Tudo isso retornou à mente ao olhar a capa do *Il Messaggero* e a manchete:

– Os abraços.

Telões espalhados ao longo da Via della Conciliazione exibem imagens internas da basílica: o vitral do Espírito Santo, a estátua de São Pedro, a Pietá, o corpo de João Paulo. Às 4h, a temperatura cai de 7°C para 5°C. Lá na frente, alguém se levanta, e a massa humana atrás acompanha silenciosamente. Em uma noite normal, o trecho entre o prédio da embaixada brasileira e a entrada da Praça de São Pedro pode ser percorrido em poucos segundos. São apenas 40 metros. Mas esta não é uma noite normal.

O gigantismo da praça aumenta a sensação de frio, e o vento por entre a colunata de Bernini corta a pele. São palmas, salmos e gritos ritmados:

– Giovanni Paolo – diz a multidão, perto do obelisco egípcio, no centro da praça.

Estou na fila há mais de três horas. Garrafas plásticas vazias, sacos e papéis jogados no chão atrapalham os passos, enrolam-se nos nossos pés, mas a procissão continua. Dou um passo sobre a rampa que conduz à basílica, e pombas brancas voam do obelisco até a fachada da igreja. Olho para trás, para quem ainda está lá no fundo, no final da fila. São 5h41min, a fachada da basílica toma conta do campo de visão, e faz o meu pescoço entortar com sua beleza.

– Mais rápido, por favor – pede um segurança.

Com os dois pés na escadaria da basílica, decido telefonar para a Rádio Gaúcha e oferecer um boletim. É começo de madrugada no Brasil. A ligação completa quando ingresso no corredor central da igreja.

– Me põe no ar, vou ficar na frente do Papa – falo, ansioso, com a produção.

Com o sinal verde dos apresentadores Sara Bodowsky e Rafael Colling, começo a narrar para os ouvintes do sul do Brasil os últimos passos até o caixão de João Paulo. Uns 300 passos, no máximo. Constrangido com a cena ao redor: mulheres chorando, muitas rezando, um silêncio cortado por murmuros. Passos lentos, curtos. Falo baixo, como se eu mesmo estivesse chorando. Uma narrativa sem intervalos a ponto de, ao final de oito minutos, eu já não ter certeza se ainda estou no ar.

– Sara, Rafael, estão na escuta? – questiono os apresentadores.

– Na escuta, Rodrigo, podes continuar – ouço o Rafael do outro lado da linha.

– Agora, estou a cem metros do corpo do papa João Paulo II, já é possível ver o seu rosto. Ele está sereno – cochicho, constrangido ao atrapalhar a concentração dos fiéis ao meu redor. Alguns me olham, incomodados.

– Mais alguns passos... Estou neste momento frente a frente com o corpo do papa João Paulo II.

São 5h48min. Um arrepio percorre o meu braço direito. Estático a dois metros de João Paulo, é como se o tempo parasse. Os fiéis passam por mim. Prendo o passo, ando devagar, para que o guarda não perceba

que quero ficar mais tempo. Ganho uns 15 segundos extras. Mas não é mais possível ficar. Um segurança se aproxima e interrompe meu êxtase.

– Proibido celular – ele diz.

Os 10 minutos mais emocionantes da minha vida se encerram em duas frases, ao vivo para o sul do Brasil:

– Tenho que desligar a pedido de um segurança. Voltamos a qualquer momento...

Sigo caminhando, à direita do caixão. Tempo apenas para uma foto. Ao sair da basílica, o azul matutino do céu de Roma se abre na praça. Meu telefone toca:

– Seu f.d.p, me fez chorar!

Do outro lado da linha, Luciano Wilson, meu amigo de infância, o Jesus das encenações da via-sacra do nosso bairro, nos tempos do grupo de jovens da igreja:

– Estava ouvindo teu relato na rádio e te vi passar na frente do Papa, pela CNN.

Da escadaria da basílica, observo, com os olhos marejados, a multidão. Roma amanhece para o penúltimo dia de despedida.



Além do cinegrafista Fernando Rech, eu tinha como colega de cobertura a jornalista Ana Amélia Lemos¹². Como ela se encarregava de esmiuçar os fatos que ocorriam na Praça de São Pedro, eu procurava buscar um ponto de vista diferente, fora dos muros do Vaticano. Foi assim que conheci os médicos Giosue de Lorenzi e Vincenzo Giovinazzo. Apaixonado pelas praias brasileiras, Lorenzi havia visitado o Rio de Janeiro e o Nordeste brasileiro. Giovinazzo morara em Porto Alegre

¹² Ana Amélia Lemos é, desde 2010, senadora do Partido Progressista pelo Rio Grande do Sul. Durante mais de 30 anos, ela trabalhou como repórter e comentarista de política do Grupo RBS.

para um curso de cirurgia plástica. A convite dos dois, almocei no hospital que por anos atraiu os olhares do planeta e manteve a respiração dos católicos suspensa a cada internação de João Paulo II: a Policlínica Agostino Gemelli.

Uma escada íngreme conduz ao pavilhão D, no décimo andar do hospital, localizado no bairro Trionfale, a 45 minutos de carro do Vaticano. A quatro passos dos aposentos que João Paulo II frequentou nos últimos anos de sua vida, uma sala ampla costumava amenizar o sofrimento do Sumo Pontífice: o setor de oncologia pediátrica. Era ali que o João Paulo dos jovens e das crianças partilhava a sua dor com os pequenos pacientes.

– Frequentemente, o Papa pedia a seus assessores que o levassem até a pediatria para ver as crianças – contou Giovinazzo, que trabalha na clínica desde 1994.

São dois pavilhões reservados ao Papa: o D, onde João Paulo II ficou na última vez, e o E, no qual se recuperou do tiro no abdômen no atentado de 13 de maio de 1981. As alas são separadas por duas portas de vidro. A entrada para o pavilhão D estava trancada. Em um canto do vidro, uma flor e um coração pintados com tinta vermelha, azul e amarela prestavam uma homenagem: “Karol está sempre em nosso coração”.

Na noite em que o estado de saúde de João Paulo piorou, o apartamento que o Papa ocupou em duas ocasiões foi preparado para recebê-lo. Mas os médicos descartaram reinterná-lo. Temia-se que sua debilidade tornasse o traslado uma operação de alto risco. Referência em neurocirurgia, endoscopia cirúrgica e cardiologia, a Gemelli é a clínica oficial do Vaticano. Porém, mesmo quando está hospedando um Papa, funciona como um hospital comum. No complexo da Università Cattolica Del Sacro Cuore, 2 mil médicos trabalham para atender 700 leitos. No hall de entrada, um teto de vidro ilumina o saguão. Um pequeno palco, usado outrora pelo porta-voz Navarro-Valls para as coletivas de imprensa e boletins médicos, é ocupado por um piano.

A ala E ainda recebe pacientes. No corredor, um quadro estilizado de João Paulo II e a imagem de Nossa Senhora são as lembranças dos médicos que salvaram o Papa dos dois tiros disparados pelo então estudante turco Mehmet Ali Agca. Nos quartos E1002, E1003, E1004, e E1005, que abrigaram João Paulo II, as portas foram trancadas e as persianas estão baixas.

Um pequeno corredor, com duas cadeiras, uma mesa e um quadro com uma cena de batalha que lembra Dom Quixote conduz a uma sacada. Em 1981, quando o mundo acompanhou o drama do Papa, foi dali que João Paulo II deu o sinal de que não seria daquela vez.



– Desce, faltam 10 minutos!

No carro, a voz do Harlei é uma ordem. Paramos um táxi com acenos, na sinaleira, de dentro do Cinquencento do convento dos frades. A pressa era justificada: era 1h50min. Pontualmente às 2h da madrugada da sexta-feira, 8 de abril, entraria em vigor o toque de recolher imposto pelas autoridades para tentar dar alguma ordem ao caos romano do amanhecer da cerimônia de sepultamento de João Paulo II. Qualquer veículo particular dentro do Grande Raccordo Anulare, uma perimetral em forma de anel que circunda Roma, seria multado e recolhido.

O carro do Harlei seguiu para o convento dentro do prazo. Fernando Rech e eu fomos para o hotel, em uma decisão que posteriormente se mostraria equivocada. Com 2 milhões de peregrinos chegando – quase o dobro da população da capital italiana –, o sistema de transporte de Roma entraria em colapso. Deveríamos ter dormido no convento para evitar, no dia seguinte, ter de caminhar vários quilômetros até o Vaticano. De trem, ônibus ou táxi, não havia garantias de que chegaríamos à Praça de São Pedro às 10h, horário previsto para o início da cerimônia.

Roma acordou inserida em uma zona de exclusão aérea: o sempre presente medo de atentados terroristas levou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a vigiar os céus. Na hora do enterro, aeronaves comerciais e particulares estavam proibidas de sobrevoarem os céus da cidade. Mísseis antiaéreos foram posicionados nos arredores da capital, atiradores de elite estavam nos telhados históricos e homens-rã vigiavam o rio Tibre. Nos parques, centenas de barracas transformavam qualquer área verde em camping urbano. Cerca de 200 governantes, reis e rainhas, prêmios Nobel e milhões de pessoas de todo o mundo rumavam para o coração da fé católica. Era tanta gente que, em um determinado momento, as autoridades passaram a suplicar para que os peregrinos italianos e europeus não viajassem de carro até a capital. A Defesa Civil pediu aos romanos que abrissem as portas de suas casas e ajudassem a receber os fiéis, uma vez que hotéis, albergues e acampamentos estavam lotados. Taxistas se negavam a transportar passageiros em direção ao Vaticano. Houve quem abandonasse os carros particulares na rua e os pegasse de volta somente às 18h do dia seguinte.

Na noite anterior ao sepultamento, graças à ordem do Harlei, chegamos ao hotel antes da entrada em vigor do toque de recolher.



Para quem já estava com um nó na garganta desde o início da manhã, foi a gota d'água. Passava das 13h30min (8h30min em Brasília) de sexta-feira. Cardeais da Igreja de rito oriental prestavam com incenso a última homenagem ao corpo do Papa no altar, exposto de frente para a Praça de São Pedro. O sol se escondeu entre as nuvens no Vaticano. O vento soprou mais forte. Doze funcionários da Santa Sé se aproximaram do caixão e se ajoelharam. A multidão pressentiu que chegara a hora. Cerca de 2 milhões de pessoas começaram a aplaudir. Passaram-se um, dois, cinco minutos, e as palmas eram cada vez mais fortes, como que prendendo o Papa ao seu povo. Adiado a despedida.

Nessas horas, não há muito o que um jornalista possa fazer, a não ser observar. Meus olhos queriam eternizar aquele momento, como um instantâneo fotográfico. Na mente, a consciência de que era um momento para a História, como se os 2 mil anos da Igreja Católica se descortinassem ali, à minha frente – os primeiros cristãos, os mistérios dos santos, a perseguição de imperadores, a pujança, o poder e o obscurantismo da Idade Média, o libertador Concílio Vaticano II, as viagens do Papa peregrino. Eram dimensões diferentes da História, passado e presente mesclados, estancados ali, nas escadarias da Basílica de São Pedro.

A 500 metros do altar, de pé, observo o vento revirar as vestes dos cardeais. O cheiro de incenso toma conta do ambiente. O fato de o sol se esconder, como reverência dos céus, ajudava a dar contornos místicos aquele momento. O nó na garganta.

Vestindo preto com luvas brancas, os funcionários do Vaticano ergueram o caixão. Os sinos da basílica irromperam no coração do Vaticano. O caixão avançava pela última vez em direção à igreja, enquanto fiéis, órfãos do Papa, choravam. Não eram apenas peregrinos que lamentavam o adeus. Funcionários da Defesa Civil e policiais que durante quase uma semana garantiram a segurança na via-crúcis do velório se permitiram naquele momento, por alguns instantes, largar a missão, esconder a carrancuda face entre as mãos. Rezar. Chorar.

Os funcionários de preto viraram o caixão. O Papa dava adeus à praça. Ao meu lado, José Arthur, um mineiro de 22 anos que eu conhecera naquela manhã, engrossava o coro que vinha lá do fundo, do início da Via della Conciliazione.

– Giovanni Paolo – gritavam, acompanhando as palmas ritmadas, como uma *hola* formada por vozes.

Por alguns instantes deixei de apenas observar. Virei protagonista. Aplaudi e também gritei, ainda que timidamente, constrangido ao me render também ao momento de católico – não era, ali, apenas jornalista. Não havia como não se misturarem os papéis. Não havia o Rodrigo repórter ou o Rodrigo ser humano. Era apenas um. Emocionado.

A cena do caixão indo embora, as portas fechando-se atrás, diante do rebanho, coroavam o final de duas horas e meia de demonstrações de fé. Fechada ao tráfego de veículos particulares desde as 2h da madrugada, Roma amanhecera em silêncio. O único barulho era o de batedores da polícia que escoltavam as mais de 200 autoridades mundiais presentes ao funeral. Prevendo o caos no trânsito na área central de Roma, decidimos, Fernando Rech e eu, sair do hotel às 7h da manhã, três horas antes do início da cerimônia de despedida, e seguir a pé até o Vaticano. Assim, os romanos também o fizeram. De tempos em tempos, limusines escoltadas por batedores da polícia passavam por nós em alta velocidade em ruas vazias.

No dia anterior, eu enfrentara uma fila de duas horas para, finalmente, conseguir as credenciais. Na frente de uma funcionária da comunicação do Vaticano que insistia em dizer que nossa carta da empresa não chegara ao escritório, liguei várias vezes para a redação em Porto Alegre, que enviara o fax com nossos dados. O documento parecia não ter chegado a Roma. Ou pelo menos não até a funcionária. Depois de muita insistência – e graças à boa vontade de um colega dela –, a folha de fax foi encontrada dobrada dentro de uma pasta, em um armário qualquer. Estava lá havia cinco dias. A credencial àquela altura não ajudava muito, mas pelo menos garantia um acesso mais próximo ao altar da celebração.

Nas margens do rio Tibre, os ambulantes queriam ganhar todo o dinheiro que não receberam nos dias anteriores. Havia imagens de João Paulo II de diferentes tamanhos – algumas eram tão toscas que se tornava difícil definir nos traços a imagem do Papa. Em gesso, cera, relógios, medalhas, chaveiros. Eu sabia que não haveria tempo para suvenires depois do sepultamento, por isso, puxei cinco euros da mochila em troca de um punhado de chaveiros do Papa. Minha mãe jamais me perdoaria se eu estivesse ali e não levasse nada de recordação daquele momento.

Para ter acesso à área reservada à imprensa, somente em comitiva. Em uma rua lateral, que chegamos graças a muitas perguntas e poucas respostas dos funcionários do Vaticano, o policial avisou:

– Vamos caminhar devagar até o meio da praça.

Estar naquele grupo de jornalistas, entre 10 e 15 reunidos a cada 20 minutos, já era uma vitória. Mas não adiantou o aviso do policial. Tão logo o grupo começou a caminhar, imprimimos um ritmo acelerado até nossos postos. A exemplo de uma pizza de diferentes sabores, a Praça de São Pedro estava repartida em vários pedaços, separados por cavaletes de metais. Ficávamos limitados a corredores entre os cavaletes, áreas de escape para veículos de emergência e equipes de socorro. Mesmo assim, conseguíamos caminhar por vários setores, o que nos possibilitava, antes do início da missa, caçar bandeiras do Brasil entre a multidão.

Buscar nos números, nas horas, a dimensão histórica daquele dia virou pra mim obsessão. Às 10h3min, o caixão com o corpo do Papa saiu da basílica sob aplausos. Treze foram as vezes em que o cardeal Josef Ratziner, amigo, assessor de João Paulo que presidiu a celebração, foi interrompido por aplausos durante a homilia. E então veio o grande momento. Com as portas da basílica fechando-se, o Papa sumindo diante da multidão, veio o coro.

– *Santo subitu!* – gritavam.

Santo, já. João Paulo II teria feito ali mesmo um milagre? O fato é que pessoas de todos quadrantes do globo, crianças, adultos de diferentes credos e raças se abraçavam durante a Oração da Paz. Morto, o Papa conseguiu reunir no mesmo altar inimigos históricos: Lech Walesa, chefe histórico do sindicato polonês Solidariedade, e o presidente polonês, ex-comunista, Aleksander Kwasniewski, ou o presidente de Israel, Moshe Katsav, e o líder iraniano Mohamed Khatami.

Ao som de cantos gregorianos, o caixão simples de cipreste claro, com uma cruz e a letra M gravados na madeira, em sinal da devoção à Virgem Maria, foi colocado sobre um tapete oriental, diante do altar. Sobre o esquife, um livro com os santos evangelhos, cujas páginas viravam ao vento. O Papa foi enterrado na cripta, diretamente ao nível do solo, sob uma lápide simples de mármore branco. Depois de se esconder, o sol ainda reapareceu, mas, no final da tarde, choveu pela primeira vez em Roma desde a morte de João Paulo II.



De um lado, rolos de tecido nas cores preta, branca, vermelha e roxa. De outro, vendedores de terno e gravata desdobram roupas diante de uma mesa larga. O ambiente é mal iluminado e estreito – cerca de 10 metros de comprimento por três de largura. Em suas mãos habilidosas, os cinco funcionários manipulam tesouras e fita métrica. Não fossem o estilo das roupas que saem daqui e o endereço de seus compradores, o pequeno prédio de número 34 da Via de Santa Chiara abrigaria uma alfaiataria antiga qualquer. Mas não é. Da loja Gammarelli, no centro histórico de Roma, sairão as roupas que o futuro Papa irá vestir no momento em que for apresentado ao mundo, no balcão da Basílica de São Pedro, no Vaticano.

Na fachada, uma inscrição anuncia: *Sartoria per Ecclesiastici* (alfaiataria para religiosos). Costura-se à mão. Corta-se sem auxílio de máquinas. À entrada, cheiro de naftalina e madeira escura dos móveis. Não fossem adesivos na porta de vidro a garantir que são aceitos cartões de crédito, o visitante teria a impressão de que voltou à década de 40. Durante todo o ano, a loja localizada atrás do Panteão de Roma vende batinas, estolas e outras vestimentas para padres, bispos e cardeais. Mas é quando um papa morre que a tradição se renova. Um dos quatro alfaiates da empresa familiar corre para confeccionar a vestimenta do sucessor. Como a eleição é secreta e não se sabe o tamanho corporal do novo Pontífice, a loja prepara as roupas em três tamanhos diferentes.

– Estamos trabalhando há três dias. Nos próximos dois ou três, a batina do novo Papa será colocada na vitrine – explicou Filippo Gammarelli, um dos três sócios.

Tão sagrada quanto a fumaça branca a subir da chaminé da Capela Sistina, quando o conclave dá seu veredicto, é a visita de um alfaiate enviado pela Gammarelli ao Vaticano. À exceção de Pio XII, que preferiu a alfaiataria de um amigo, a loja confeccionou as roupas de todos os papas desde Pio X, em 1903. A loja produziu as de João Paulo II do dia em que foi eleito até o final.

A vestimenta do sucessor será de tecido branco, 100% lã de ovelha. Como se fizesse parte do cerimonial do Vaticano, a Gammarelli preserva certos princípios. Não permite que seus funcionários e clientes sejam fotografados. Tampouco as roupas que produz. Apesar do sorriso e da cortesia, Fillipo mantém segredos. Não divulga preços das roupas, por exemplo, embora saiba-se que um traje de cardeal custa em média 2,5 mil euros (cerca de R\$ 5,7 mil). Fillipo dá algumas pistas de como será a roupa do futuro Pontífice, confeccionada no andar de cima. A primeira fase é o corte. Depois, todos os pedaços são costurados. É necessário fazer as casas dos botões à mão. Em seguida, devem ser colocados os botões, e a roupa é passada à ferro. Para o novo Papa, serão feitas seis batinas – para cada medida, uma de lã e outra de seda moiré.



A chuva do fim de semana em Roma distensionou o semblante carregado dos romanos nos últimos dias: o centro da capital voltou a ser ocupado por turistas comuns a observarem as elegantes vitrines. Os ambulantes, a maioria imigrantes africanos ilegais, retornaram aos arredores do Castel Sant'Angelo. No lugar dos suvenires do Papa morto, bolsas Louis Vuitton falsas vendidas sobre lonas nos paralelepípedos seculares da Ponte Vittorio Emmanuele. Com a data do começo do conclave marcada para o dia 18, havia uma semana de distensão. A jornalista Ana Amélia Lemos decidira voltar para o Brasil, e assumimos, eu e o Fernando, toda a cobertura. O convento dos carmelitas e o quarto do Harlei viraram de vez nosso acampamento. Pela manhã, descíamos o Gianicolo a pé com câmera, microfone e mochila. Gravávamos no Vaticano e retornávamos para o convento. À tarde, repetíamos a mesma procissão.

Em plena era da internet, de comunicação instantânea, parecia surreal 115 homens enclausurados dentro da Capela Sistina, decidindo o futuro de uma instituição que é administrada muito mais como empresa do que como fé. Em total sigilo. Vazariam informações? Como seria

o jogo de poder? Teriam os cardeais com mais peso político na Santa Sé, como o todo-poderoso Josef Ratzinger, maior poder de decisão do que desconhecidos colegas dos confins da Ásia, África e América do Sul?

No dia a dia da cobertura, saía de cena a emoção e entrava a especulação. Antes mesmo de se deslocarem para a Santa Marta, os cardeais votantes foram convencidos por Ratzinger a respeitarem uma lei de silêncio que causou antipatia. As especulações de um período como o conclave, entre a morte de um Papa e a eleição do sucessor, são tão tradicionais quanto a fumaça branca. Em 1978, o conclave que elegeu João Paulo II foi precedido de um intenso debate público. Os cardeais concederam inúmeras entrevistas e opinaram de forma relativamente aberta sobre os problemas da Igreja, as prioridades e o perfil que deveria ter o futuro Pontífice. Quando a reunião acabou, o mundo conheceu um cardeal polonês chamado Karol Wojtyła. Nem por isso se questionou a discussão pública nos meios de comunicação. O próprio Ratzinger havia sido um dos que mais conversara com os jornalistas em 1978.

Hoje, graças aos avanços da comunicação, os cardeais se conhecem mais e melhor do que há 26 anos. Mas os únicos que conhecem a todos, porque diariamente mantêm contato com eles, são os que trabalham no Vaticano. Nos bastidores, alguns cardeais admitem que as informações de que dispõem sobre os colegas são superficiais – em alguns casos, quase inexistentes. O silêncio favorece os homens fortes da Santa Sé: Ratzinger, Ângelo Sodano e outros. Diferentemente dos estrangeiros que estão em Roma, distantes de suas dioceses, estes continuam celebrando missas e se pronunciando por meio de homilias.

Nesse lapso de informação, quase tudo vira notícia. A declaração de um vaticanista ganha o mundo, reproduzida nas capas dos jornais. Marco Politi, do La Repubblica, ganha status de celebridade na sala de imprensa. Todos querem saber quais são suas apostas do dia. Nessa guerra de desinformação, que nos angustia no desafio de manter a cobertura em alta até o início do conclave, o único fato concreto é a instalação da chaminé no teto da Capela Sistina.



Quando o cardeal chileno Jorge Arturo Medina Estevez assomou ao balcão do Vaticano e pronunciou o nome do cardeal alemão Joseph Ratzinger como o novo representante de Cristo na Terra, a Praça de São Pedro lotada aplaudiu fervorosamente. Todos ali sabiam quem era o novo Papa. Menos eu.

Eram 17h54min do dia 19 de abril de 2005.

Naquela tarde de terça-feira, eu chegara à Praça de São Pedro para o 17º dia de cobertura. Não apostava que o nome do novo Papa sairia daquela vez. A fumaça preta na chaminé após três votações sem resultado indicava um impasse entre os cardeais. Era como acompanhar um ritual medieval. Um meio de comunicação ancestral, um sinal de fumaça atraía os holofotes do planeta. O composto preparado meticulosamente pelos cardeais para não deixar dúvida sobre a coloração da fumaça que sairia pela chaminé não dera muito certo. Desde o primeiro dia, o filete parecia claro nas primeiras golfadas, para logo em seguida escurecer, diante de um “ohhhhhhhh” que era ouvido entre os fiéis na praça, onde telões exibiam a chaminé de lata em close.

Por volta das 17h45min (12h45min em Brasília) do dia 19, saiu o resultado da primeira votação da tarde. Fumaça preta de novo. O mesmo “ohhhhhh” dos últimos dias foi seguido de dispersão da multidão. O lamento vinha de gente que havia saído do trabalho mais cedo para acompanhar os resultados da votação da tarde, de alguns turistas que estavam de passagem por Roma e aproveitaram para esticar a viagem, e de nós, jornalistas, frustrados diante de mais uma tarde de expectativas não confirmadas. Os telões eram o termômetro do que ocorria na Capela Sistina. Quando os cardeais estavam em seu interior, as câmeras focavam a chaminé. Em momentos de descanso, as imagens mostravam planos abertos da praça.

Já deixávamos a praça, ao final do dia, quando alguém se virou. No telão, a chaminé começava a cuspir fumaça novamente – preta no início, mais preta... E antes que o “ohhhhhhhh” da frustração voltasse

a reverberar pela praça, a fumaça foi esbranquiçando, esbranquiçando... até ficar completamente branca.

– Liga a câmera – gritei para o Fernando.

– Sai a fumaça branca no alto da Capela Sistina, anunciando que o mundo já tem um novo Papa. A multidão grita, acenando bandeiras de todo o mundo – gravei para a televisão, tendo a chaminé ao fundo.

A fumaça branca era um misto de emoção e relaxar de músculos. Mesmo em momentos de descontração, quem se reunia em pequenos grupos para conversar na praça, não conseguia manter por mais de dois minutos o olhar afastado do pequeno equipamento no alto da capela. Ninguém queria perder o sinal, o aviso. E ele durou 10 intermináveis minutos. Logo em seguida, os sinos da basílica confirmaram: o mundo católico já tinha um novo Papa, e a Igreja, o seu 262º sucessor de São Pedro. A expectativa pelo nome do novo Pontífice aumentava à medida que centenas de moradores de Roma, seguindo uma tradição milenar, rumavam para a praça.

Foi quando surgiu o cardeal chileno Arturo Medina Estevez no balcão da basílica para a frase tão esperada:

– *Habemus papam.*

Ao vivo, eu dividia o microfone da Rádio Gaúcha com Antônio Carlos Macedo, que viajara durante o conclave para auxiliar na cobertura. Em Porto Alegre, no estúdio, André Machado entrava no estúdio para a apresentação extraordinária, que interrompia a programação normal. Macedo e eu tentávamos traduzir em palavras o que sentíamos, vez que outra colocávamos para falar algum brasileiro, polonês, espanhol, para dar a cor local da cobertura. Mas bastou o cardeal Medina pronunciar a segunda palavra em latim para me atrapalhar.

– Cardinale...

Quem? Ratzinger era o nome mais conhecido dos cardeais, assumira para si a responsabilidade de guardião da herança teológica do Papa polonês. Mas sua escolha desmentiria o ditado romano, aquele que aprendi com dom Antônio Cheuíche no primeiro dia em Roma: seria o único que entraria no conclave favorito para ser papa e sairia como tal.

Àquela altura dos acontecimentos, com a multidão gritando ao meu lado, os alto-falantes chiando, eu não conseguia definir quem era o novo papa. Também não escutava o retorno do áudio, pelo telefone, sobre o que os colegas no estúdio em Porto Alegre estavam dizendo. Desesperado, ouvi apenas o André Machado dizer meu nome, abrindo o microfone novamente para uma intervenção ao vivo:

– Neste momento, o novo Papa se aproxima do balcão da Basílica de São Pedro – eu disse, confiante.

A multidão gritava. Sem ter como vencer com a voz os aplausos, gritos e sem ainda saber quem era o novo Papa, falei:

– Agora, a multidão saúda o novo Papa!

Levantei o celular para transmitir o áudio ambiente. Foi quando possivelmente um milagre de João Paulo II tenha colocado na minha frente um homem com uma bandeira alemã. Não sei até hoje seu nome, mas ele salvou meu trabalho naquela tarde. Com o celular ainda no alto do braço esticado, toquei com a outra mão o ombro do senhor à minha frente.

– Quem é o novo Papa? – perguntei.

– Ratzinger!!!!!!

– Ah, claro. Ratzinger... – baixei o braço e falei ao celular:

– E então, Joseph Ratzinger, o novo Papa, parece bastante emocionado – afirmei no celular, agora sim, com nome e sobrenome.



Eu nem havia terminado o texto sobre o conclave quando meu celular tocou, no quarto do Harlei, no convento em Roma.

– Amanhã, vocês vão para a terra do novo Papa – disse meu editor.

Não houve tempo para despedidas. Já era início de madrugada, sobrava tempo apenas para dormir algumas horas antes de pegar o

avião para Munique, no sul da Alemanha. Acordamos antes de o sol nascer em Roma. As imagens da fumaça branca, a catarse na Praça de São Pedro, o fim do mistério, ainda na mente. O destino final: uma cidade que eu nunca ouvira falar e que descobri no mapa pela internet: Marktl am Inn.

Pronunciar o nome da cidadezinha natal de Josef Ratzinger era tão difícil quanto encontrá-la nos mapas. Mas não há lugar no mundo que a competente equipe do administrativo de Zero Hora não faça um repórter chegar. Tampouco lugar na Alemanha que as eficientes linhas de trens de alta velocidade não alcancem. Graças a essa conjunção de fatores, Fernando Rech e eu desembarcamos na estação de trem de Marktl am Inn, um pequeno povoado na fronteira com a Áustria, mal-dizendo nossas malas e equipamentos, no início da tarde do dia 20, menos de 24 horas depois do conclave. A estação era como uma daquelas rodoviárias do interior do Brasil. Pequena, quase abandonada. Não havia ponto de táxi, e parecia que havia semanas não passava um ônibus de linha por ali.

A região de Marktl am Inn é cercada por bosques e plantações. A comunidade de 2,7 mil habitantes foi fundada pelo conde de Leonberg e mencionada pela primeira vez em um texto em 1386. É um povoado de comerciantes que chegou a ser destruído por um incêndio em 1701. Foi também uma rota de correios dos príncipes de Thurn und Taxis entre Viena e Munique. Em 16 de abril de 1927, nasceu, em uma casa branca no final da Schulstrasse, Josef Ratzinger.

Sob chuva fina e 6°C, buscávamos um carro que nos levasse a um hotel, pousada ou qualquer coisa parecida, que tivesse uma estrutura mínima para nos abrigar. Internet naquele aparente fim de mundo seria um sonho. E isso atormentava principalmente o Fernando, que tinha de enviar imagens – arquivos pesados, que exigem uma conexão rápida e eficiente – para Porto Alegre. Possivelmente, éramos a primeira equipe de jornalistas brasileiros a chegar à cidade natal de Ratzinger. Fotos, vídeos, qualquer registro da cidade seria um material exclusivo no Brasil.

Mais do que transmitir o material, nossa convivência com os moradores seria difícil. Eu havia morado na Alemanha um ano antes, durante alguns meses, para um curso sobre jornalismo ambiental. Sabia que, em cidades do interior, ainda hoje é difícil se comunicar em inglês. Nem eu, nem o Fernando falamos alemão. Problemas à vista.

Porém, o santo protetor dos jornalistas estava ao nosso lado. Max Humel, um simpático senhor de bigode, passava pela estação de trem, quando nos viu. Parou. Entramos no veículo. De alguma forma que até hoje não sei como, ele entendeu que precisávamos de uma pousada. E nos levou para a sua. Ao chegarmos, parecíamos os únicos hóspedes do prédio. A terra do novo Papa estava prestes a ser invadida por uma avalanche de jornalistas sedentos pelas raízes de Bento XVI e dispostos a acabar com o sossego de Marktl am Inn.

Decidimos chamar Max de “tiozinho da pousada”. Fizemos um pacto, Fernando e eu. Não tentaríamos falar com ele em inglês, embora ele insistisse em falar alemão conosco, contar histórias que até hoje não sabemos sobre o que eram e, ao final, rir sozinho. Quer dizer, sozinho não, porque, nesse ponto, tentando parecer simpáticos, rindo de nós mesmos e da situação. Acabávamos às gargalhadas também. Era a velha e eficiente linguagem da mímica e da simpatia.

Max nos ajudou muito. Ao chegarmos à sua pousada, ele nos presenteou com um pote de mel. No dia seguinte, descobriríamos que o mesmo mel, que há anos Max e a família vendem, se tornara o Mel do Papa. Ao acordarmos, vimos ele e a mulher recortando uma folha de papel, que seria o rótulo impresso no computador, com a imagem da primeira aparição pública de Bento XVI, o filho ilustre da cidade. Tudo virava produto do Papa. Assim, meio de forma improvisada. Era o mel do Papa, a cuca do Papa e, claro, a cerveja do Papa. Afinal, estávamos na Baviera alemã. Marktl am Inn aprendia da noite para o dia a conviver com a fama.

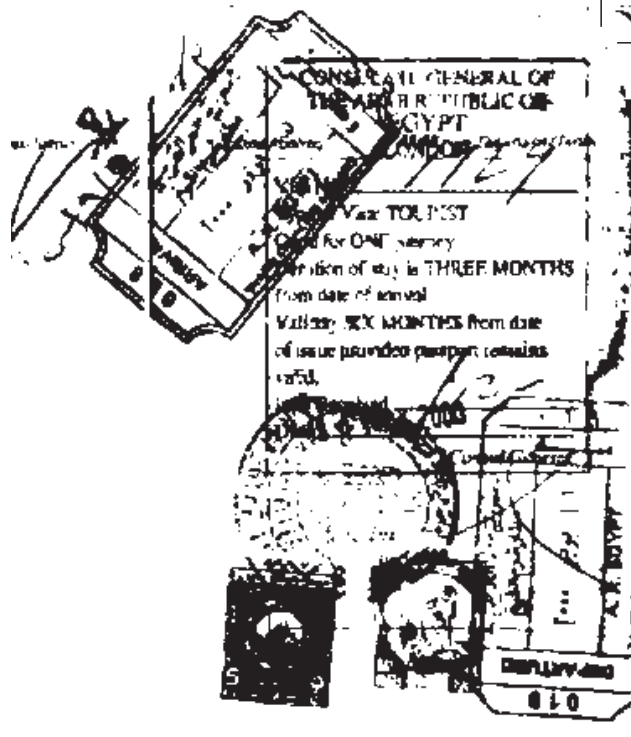
Alguns exemplos: no centrinho do vilarejo, por detrás do vidro decorado com cortinas de renda branca, um menino loiro brincava na janela com um fotógrafo, que insistia em registrar o que ocorria

dentro de uma casa. Um pouco mais abaixo, na Marktplatz, um casal de idosos se assustava com a câmera de um cinegrafista próximo de sua porta. O menino que brincava com o cinegrafista morava na casa branca, de três andares e janelas marrons, onde Ratzinger nasceu e viveu até os dois anos. O casal que se assustou com a presença do cinegrafista morava em frente à igreja onde o cardeal elevado a Papa deu seus primeiros passos na fé. Em uma carrocinha, cerveja alemã Weideneder era distribuída gratuitamente pela prefeitura.

– Hoje é de graça, mas amanhã vamos passar a cobrar quatro euros a garrafa – avisou Sabine, 18 anos, filha do dono da marca, produzida desde 1854, mas que só agora, graças a Ratzinger, ganhava o selo papal.

As primeiras percepções da terra do Papa já eram suficientes para compor uma primeira reportagem para enviar a Zero Hora. Mas como enviar? Não conhecíamos ninguém na cidade, além do “tiozinho da pousada”, tampouco lugares com conexão rápida. Max insistia em oferecer sua internet discada na pousada, mas que demorava 10 minutos para abrir uma página. Se com uma boa velocidade, um minuto de imagem em vídeo da câmera do Fernando levava 30, 40 minutos para chegar a Porto Alegre, imagine com a rede do nosso querido Max?

Convencemos o tiozinho de que ele precisava nos levar a uma cidade maior. Burghausen, a 20 quilômetros dali. Era quinta-feira, final de tarde. Dia de semana na Alemanha, mas parecia feriado nacional. Lojas, supermercados fechados. Um pub era a nossa alternativa. Tomamos conta de uma mesa no centro do bar. Mas mal eu tirei o computador da mochila, as cortinas do estabelecimento se fecharam. À nossa frente, grandes telões baixaram diante dos clientes, ensandecidos com a partida de futebol entre Arminia Bielefeld e Bayer de Munique, prestes a começar. Foi assim, entre narrações exasperadas, gols, gritos de torcedores fanáticos, segurando canecos de chope e brindando muito, que enviamos os primeiros relatos da terra do novo Papa. Concentração? Depois de 21 dias de cobertura quase ininterrupta, era o mais fácil.



A VIDA NO CAOS DE NEW ORLEANS

New Orleans, agosto de 2005

Porto Alegre, 31 de agosto de 2005. Como editor assistente de Mundo de Zero Hora, minha missão naquele dia era representar o editor executivo Luciano Peres em uma reunião-almoço, com os demais editores de área do jornal. Vesti uma roupa de acordo com a importância do encontro, no qual, semanalmente, eram avaliados os rumos, erros e acertos da publicação: camisa impecavelmente branca e calça de linho.

Naquela manhã, o mundo ainda não conhecia a real dimensão dos estragos provocados pelo furacão Katrina, que tocara o sul dos Estados Unidos com ventos de 280km/h. Silenciosamente, New Orleans enchia de água, como uma grande bacia, abaixo do nível do mar, entre o rio Mississippi e o lago Pontchartrain.

Na reunião, eu me sentia feliz por ter realizado uma das únicas entrevistas com brasileiros que moravam na região: a gaúcha Claudia Zimmer, que havia trocado Porto Alegre por Metairie, na periferia de New Orleans. Na conversa de 40 minutos, ela narrara os ruídos terríveis do estalar de portas e janelas de sua casa, enquanto o Katrina

passava. A água começava a invadir sua rua. Exclusivo, o áudio da entrevista fora reproduzido na noite anterior pelo Jornal Nacional, da TV Globo, em rede nacional.

Ao final do almoço, antes de retornar para minha mesa na redação, fui chamado à sala do diretor Marcelo Rech.

– Estás pronto para ir para New Orleans?

Me acostumei a responder de pronto “sim” a convites como aquele, a cada convocação, antes mesmo de medir os riscos e consequências da resposta. Um jornalista puro-sangue quer estar onde os fatos ocorrem e, naquele início de tarde de agosto, o melhor lugar para um repórter estar era em New Orleans.

Às 16h, eu já estava no Aeroporto Salgado Filho, rumo aos EUA. Com o Aeroporto de New Orleans fechado, a Flórida seria a primeira – e mais rápida – escala para tentar chegar próximo à Costa do Golfo. Antes de pousar, pela janela do avião, observava a formação das nuvens. Pouco entendo de meteorologia, mas algo não estava bem nos céus americanos.

Quando o voo da American Airlines entre Miami e Houston sobrevoava o Estado da Louisiana, o comissário de bordo anunciou que o avião estava passando por New Orleans. Alguns passageiros correram para as janelas, mas o máximo que se podia decifrar era o traçado do rio Mississippi. O Aeroporto Internacional George H. Bush, que leva o nome de Bush pai, em Houston, era o centro de convergência de duas tribos que normalmente se cruzam em lugares diferentes do globo com o mesmo motivo: socorristas da Cruz Vermelha e nós, jornalistas. Cada um com sua missão.



17h no Texas, 20h em Brasília. Trabalhar contra o fuso horário é uma das várias dificuldades enfrentadas pelos correspondentes internacionais. Apressado, sem banho havia mais de 12 horas, eu precisava

tomar parte da situação a tempo de enviar a primeira reportagem para Zero Hora. Decidi deixar as malas no hotel e rumar, no mesmo táxi que tomara no aeroporto, para o Astrodome, o grande estádio coberto que, por 30 anos, foi a casa das equipes de futebol americano Houston Oilers e de beisebol Houston Astros. Para lá tinham sido levados os refugiados do Katrina, depois de dias insanos no ginásio Superdome, de New Orleans.

As vítimas do furacão eram, em sua maioria, negros e pobres, que não fugiram porque não tinham dinheiro ou por medo de ter suas casas saqueadas. Por ordem do presidente George W. Bush, foram empilhados no Superdome. Até hoje nunca ficou claro completamente o que ocorreu lá dentro, enquanto a água subia. Estupros em banheiros e assassinatos por comida faziam parte das descrições que corriam o mundo. Por isso, se o Astrodome de Houston não era o paraíso, pelo menos poderia ser uma espécie de purgatório. O inferno seria ficar em New Orleans.

Um grande congestionamento formara-se em frente ao complexo esportivo do Astrodome. A população de Houston se mobilizara para levar comida e remédios para os desabrigados. A fila de carros era tão grande que decidi pagar e dispensar o táxi ainda na entrada. Assim que desci e fechei a porta, resvalei na lama da calçada. Caí, sujei o equipamento e a camisa branca, aquela mesma que vestira 24 horas antes, na manhã em que acordei em Porto Alegre com a missão de representar meu chefe naquela reunião.

Cansado e me sentindo um lixo humano, levantei. Ergui a cabeça e entrei no Astrodome transformado em campo de refugiados. O primeiro contato com uma das vítimas do Katrina foi com um menino de 10 anos. Ao me olhar, sujo, despenteado e enlameado, desdenhou:

– *You are dirty, man!* (Você está sujo, cara!)

Sorri amarelo. Afinal, quem ali era mesmo o refugiado...?



Camisa sem mangas, Reese Jones, nove anos, corria pelo meio do que outrora fora o campo de beisebol do Astrodome. O moderno complexo parecia ser qualquer lugar esquecido do mundo: o Haiti, a Somália, o Benin. Mas eram os Estados Unidos da América.

– Jornalista? – perguntou-me Reese.

– Sim.

– Eu gosto de jornalistas.

Na reação do menino, vislumbrei uma chance para o contato com a família. Apressado, Reese carregava folhas de papel coloridas e canetinhas. Eram pequenos recados que ele levava até um dos locais mais tristes do Astrodome: um mural, em um dos cantos do estádio, onde as famílias deixavam bilhetes para pais, filhos, maridos e mulheres perdidos na fuga de New Orleans.

“Eu sou Crystal Bynum, procuro por Albertia Bynum”, dizia um dos papéis, seguido de um número de celular. Não sei até hoje se Albertia e Crystal se reencontraram. Reese, o menino que encontrei, levava o recado para os tios. Quando o furacão passou pela casa deles, mãe e filho só tiveram tempo de pegar uma mochila, colocar cinco peças de roupa dentro e fugir para o Superdome. A água engoliu a casa e o carro. Com o resto da família, que estava no trabalho na hora do Katrina, eles não sabiam o que havia acontecido. Os dois já estavam havia quatro dias em Houston. Sem notícias. Para eles, New Orleans ficara para trás. O futuro começava ali dentro do Astrodome.

Mesmo derrotados pela natureza, os americanos não abrem mão de algumas comodidades coerentes com o estilo de vida que criaram e exportaram. No Astrodome, havia camas de campanha, pessoas pobres que tinham perdido casas, dramas do tamanho de uma população abandonada por seus governantes. Mas havia também garrafas de Coca-Cola e de cerveja distribuídas de graça.



O Katrina expôs algo inimaginável em se tratando do país mais rico do mundo: o despreparo de uma nação incapaz de lidar com uma tragédia dentro de casa. Furacões costumam deixar rastros de vítimas em ilhas caribenhas, nos países da América Central, até no México. Não nos EUA, que desenvolveram ao longo de décadas sistemas e procedimentos de alerta, proteção e resgate, todos considerados eficientes. Isso até a segunda-feira, 29 de agosto de 2005.

Inundada, saqueada e destruída, New Orleans virou o símbolo da incompetência do governo George W. Bush e das autoridades estaduais e municipais. Na teoria, New Orleans estava bem preparada. Um ano antes, 40 órgãos públicos atuaram em conjunto durante um exercício para evacuar os moradores, evitando danos de um fictício furacão chamado Pam. Mas, quando a cidade precisou colocar em prática o plano de ação, deu tudo errado.

– Não acho que alguém tenha previsto o rompimento das barragens – chegou a dizer Bush, à época.

Previram. Desde 2002, engenheiros da Universidade estadual da Louisiana trabalhavam com essa hipótese. Já haviam até dado um apelido ao desastre. Chamaram-no de *The Big One*, termo usado também pelos californianos ao se referirem ao grande terremoto que um dia deverá acontecer naquele Estado. O *The Big One* da Louisiana chegou, e deixou a superpotência de joelhos. Desmoralizada.



Uma das maiores frustrações para um repórter é estar muito próximo do epicentro de um fato e não poder ingressar no local: pode ser um país, uma cidade, um prédio. Entrar ou não muitas vezes independe de nossa competência. Planejamento, logística, entraves diplomáticos e burocráticos e até o fato de um policial não ir com a sua cara podem determinar o sucesso ou o fracasso de uma cobertura. Ingressar em New Orleans demandaria uma lição que nenhuma faculdade de jornalismo

do mundo jamais ensinou. E não estava relacionado com apuração, edição ou a arte de entrevistar e escrever.

Como sempre, uma tragédia escancara o melhor e o pior do ser humano. Nos dias seguintes ao Katrina, muitos americanos se ofereceram para trabalhar como voluntários na ajuda às vítimas, mas, como era previsível, também havia quem tentasse tirar proveito da catástrofe. Um taxista se ofereceu para me levar até New Orleans, sem garantia de que iríamos entrar na cidade, por US\$ 1 mil (cerca de R\$ 1,5 mil). Dar aquele dinheiro significaria entregar quase a metade do valor que eu havia levado para a cobertura inteira. Sem nunca ter dirigido fora do Brasil e, mesmo sem ideia de como sair de Houston, decidi alugar um carro.

Seis horas depois, a bordo de um Chevrolet Cavalier, eu cruzava a imensa ponte Horace Wilkinson, em Baton Rouge, capital da Louisiana. O ar-condicionado do veículo amenizava o calor de 28°C. Na beira da estrada, McDonald's cheios, lojas de conveniências abertas e postos de combustíveis funcionando. Quase nada fazia crer que o pior desastre natural da história dos EUA estava a duas horas dali.

A um olhar mais atento, porém, era possível perceber que nem tudo estava normal. Escortados pela polícia, os famosos ônibus escolares amarelos passavam em comboio no sentido contrário da Interstate-10. Não transportavam crianças para o colégio, levavam famílias a caminho de um futuro incerto. Logo atrás, vinham carros de resgate, equipes do Departamento de Segurança Interna, bombeiros. Encerravam mais uma tarde de buscas por sobreviventes. O fluxo no sentido de Houston crescia.

No caminho de New Orleans, meu Chevrolet Cavalier seguia solitário na pista, como naquelas típicas cenas de filmes de catástrofes americanas, em que você está indo para um lugar do qual todo mundo quer fugir. Ao meu lado, placas luminosas indicavam que a rodovia estava bloqueada à frente. Eu sabia a razão, só não sabia quando esse momento ia chegar.

À medida que avançava rumo a New Orleans, já não era tão fácil encontrar postos de combustíveis, e o cheiro de vegetação molhada

impregnava o ar do final de tarde. O ponteiro do combustível marcava $\frac{1}{4}$ de tanque. Quantos quilômetros eu ainda teria pela frente até o centro de New Orleans? E, ao chegar lá, teria hotel para ficar? Energia elétrica? Internet? Telefone? As notícias que chegavam pelas rádios locais eram terríveis: não havia luz na cidade, supermercados tinham sido saqueados, delinquentes estavam armados pelas ruas.

Meus pensamentos, sempre tentando adivinhar o que encontraria adiante, foram interrompidos por uma seta luminosa indicando um desvio para a rodovia 61. Diminuí a velocidade. Dois policiais e um carro faziam uma barreira. Estacionei o veículo no acostamento, peguei minha carteira de jornalista, uma carta da empresa, explicando em inglês o motivo de eu estar ali, e me preparei para um longo discurso. Uma policial olhou o documento, leu a carta e disse:

– Ok, pode passar.

Surpresa! Foi mais fácil do que eu pensava.

– Mas não garantimos a sua segurança lá dentro – completou ela.

Entre continuar a viagem ou recuar, decidi enveredar pela rodovia lateral. A noite caía, e um posto de combustível era o único funcionando na região. Estava lotado. La Place se transformara no ponto de saída de New Orleans. A porta do hotel Quality Inn, o mais próximo da I-10, estava guardada por policiais. Não havia mais vagas, e as autoridades tentavam evitar uma invasão.

– Posso estacionar o carro aqui na frente e dormir? – pedi à proprietária de um restaurante, que fechou seu estabelecimento temendo saques.

– Dormir aqui, nem pensar. É perigoso – aconselhou.

Retornei ao posto de combustível. Sam, o dono, tentava contentar a todos: limitava a venda de gasolina e diesel. Só permitia que duas pessoas por vez entrassem na loja de conveniência. Na minha vez, comprei duas garrafas de água, algumas bolachas e uma lanterna. Já o principal, combustível:

– Acabou – todos diziam.

No caixa, insisti com Sam. E, com a sorte dos repórteres ao meu lado, ele abriu a porta de vidro, foi até a bomba de gasolina e mandou eu estacionar ali – para protesto dos demais clientes.

– É para a imprensa do Brasil – tentou justificar, provocando uma enorme vaia.



Na madrugada de 3 para 4 de setembro de 2005, o corpo pedia descanso, mas o único local de repouso possível era o banco reclinável do Chevrolet Cavalier, o veículo que alugara em Houston e que se tornara meu hotel sobre rodas. Havia desistido de entrar em New Orleans naquela tarde. Com o combustível no fim, sem água e comida, cansado, decidi recuar. Acredito que às vezes é preciso dar um passo atrás para dar dois à frente. Seria a primeira das várias outras ocasiões em que eu adotaria essa espécie de regra...

Entrar à noite na cidade que o lago engoliu significaria ultrapassar aquela tênue linha entre a coragem e a irresponsabilidade, que só o repórter – e não o editor à distância, sentado na redação – tem condições de avaliar. Felizmente, de meus chefes em Zero Hora, sempre recebi o apoio para, livremente e sem pressões, decidir quando avançar ou recuar. Quatro dias depois de o Katrina tocar o solo americano, poucos repórteres brasileiros haviam chegado até onde eu estava. A maioria dos enviados a New Orleans era de correspondentes que trabalhavam nos EUA e que optaram por avançar pelo lado leste da cidade. Nenhum conseguira, até aquele momento, entrar.

Eram 4h da manhã, e as palavras da policial, na tarde anterior, na barreira da Interstate 10 ainda ecoavam nos meus ouvidos:

– O senhor pode entrar, mas não garantimos a sua segurança lá dentro.

Uma hora depois da decisão de parar o carro no estacionamento de caminhões do posto de combustível, eu já me arrependera da decisão

de deixar para o dia seguinte. Poderia, deveria ter avançado? Graças à boa vontade do dono, eu completara o tanque de 50 litros do veículo, havia comprado duas garrafas de água de cinco litros e algumas bolachas. Eu estava pronto para a incursão na cidade devastada. Mas ainda havia uma madrugada pela frente. Martelava na minha mente um certo arrependimento. Ontem, tivera chance de passar, ao amanhecer teria a mesma sorte?

Como um soldado em preparação para a batalha, me entrinchei: após o último contato com a redação do jornal, em Porto Alegre, desliguei o celular. Não usei o laptop nem liguei o rádio do carro. No dia seguinte, se tudo desse certo, eu precisaria de todos os equipamentos com baterias a pleno para reportar a tragédia.

Em toda a cobertura internacional, quando algo dá errado, em algum momento você se pergunta: “Afim, o que, diabos, eu estou fazendo aqui?” É a hora da impotência, da insegurança, que você lembra que poderia ter escolhido outra profissão e naquela madrugada estar em uma cama quentinha, abraçado à sua mulher, com os filhos no quarto ao lado. O pior é que, àquela hora, na margem da rodovia, a dúvida vinha acompanhada de um cheiro de umidade misturado ao de corpos em decomposição. Não havia mais vento, o que tornava a noite mais abafada. O silêncio era quebrado apenas pelo zumbido dos mosquitos. Dormir? Nem pensar. Naquela noite escura, insone, isolado do mundo, às portas do horror de New Orleans, fiquei com meus pensamentos – e meus fantasmas.



O Chevrolet Cavalier singra os pântanos da Louisiana. Romper a primeira barreira policial havia sido mais fácil do que eu imaginara. A madrugada toda passei construindo estratégias mentais para convencer o policial a me permitir passar e, chegada a hora, foi necessário apenas mostrar a carteira de jornalista. E avançar.

O amanhecer na Costa do Golfo trouxe a compreensão do cenário ao redor. Confirmei de onde vinha o cheiro de umidade.

– Cara, isso aqui é uma zona alagada – falei alto, para mim mesmo.

Nos 65 quilômetros entre La Place e New Orleans, descobriria de onde vinha o cheiro de morte. A metrópole inundada da Louisiana é como uma bacia, uma cidade localizada abaixo do nível das águas do lago Pontchartrain e do rio Mississippi. Um amontoado de casas e arranha-céus que emergem do meio de pântanos.

Até onde conseguiria ir? Passaria por novas barreiras? Teria combustível suficiente para retornar? Havia traçado como objetivo chegar ao centro de New Orleans, se é que aquilo fosse possível. O horizonte da cidade surgiu como uma imagem familiar. Desde que deixara Porto Alegre, quatro dias atrás, eu havia visto centenas de imagens como aquela nos jornais e emissoras de TV. Prédios brotando da água suja do lago Pontchartrain. À frente, um xerife com o carro estacionado no meio de um cruzamento me obrigou a parar:

– Para onde está indo?

– Quero chegar ao centro de New Orleans – respondi.

– O que vai fazer lá? – perguntou.

– Sou jornalista brasileiro, quero contar o que está acontecendo lá.

O rosto do sujeito não se alterava, nenhuma simpatia. Pior: ele balbuciava um inglês que, confesso, me deixava em dúvida sobre se estava brincando com a pergunta que me faria:

– Você sabe o que aconteceu lá? Centenas de pessoas estão mortas, não há luz, água potável, hotel, não há nada lá.

Depois de todo um discurso que me fez sentir um estudante da quinta série que está tendo sua primeira aula de geografia, o tal xerife me deu uma dica que valia a repreensão:

– Siga o rio.

Ele referia-se ao grande Mississippi. Como a margem do segundo maior rio dos EUA está localizada em uma área mais alta do que o restante da cidade, havia um naco de terra de New Orleans que não havia sido

inundado. O mapa do caminho para o centro passava pelas ruas da costa do Mississippi, no sentido Oeste-Leste até o coração da cidade.

Fui apresentado à destruição de New Orleans pouco depois do tenso bate-papo com o xerife. Um poste de energia elétrica caído e um posto de combustível destelhado. Uma cena simplória demais, incapaz de dar a dimensão mínima do que era aquela tragédia. No entanto, sem saber até quando me seria permitido avançar, fotografava tudo o que encontrava de evidências do desastre: árvores caídas, postes.

Só aos poucos eu me dava conta de que fachadas de prédios desabadas sobre carros, galhos pelo chão e acessos interrompidos me levavam apenas ao encontro do real significado daquilo tudo: homens e mulheres, seres humanos com nome e sobrenome, sobreviventes daquela história em tempo real que eu, de uma forma ou de outra, estava ajudando a escrever.

Pelo distrito de Jefferson Parish, uma área residencial de casas de madeira e muitas árvores, encontrei um casal sentado na varanda da residência. Eram os únicos moradores que ficaram naquela quadra da D'Arquin Street. Marie Holzenthal era o nome da mulher de 74 anos. Ainda lembro do timbre de sua voz ao responder lentamente seu sobrenome, com um acentuado sotaque alemão: Hooozzennthaaal, como se tivesse assombrosamente saído de um filme de terror. Marie estava sentada em um balanço. Robert, o marido, entrara na casa assim que me aproximei.

Ela olhava distante ao contar que os quatro netos haviam prometido tirá-los dali antes da chegada do Katrina. Não deu tempo.

– Meu marido parece não entender o que está acontecendo aqui. Ele não caiu na realidade – disse, desculpando-se pela atitude do homem.

O casal tinha comida para mais um dia. Trêmula, ela tentava segurar um crucifixo de ferro, com um terço do rosário enrolado à mão.

– É isso aqui que nos mantêm vivos – mostrou-me, chorando.

Ouvir, anotar algumas palavras, agradecer, virar as costas e ir embora. É isso que nós, jornalistas, costumamos fazer diante dos personagens

de nossas histórias. Ouvimos os piores dramas do mundo, desejamos boa sorte e, incapazes de ajudar – e normalmente com pressa –, voltamos correndo para a redação para escrever o texto. Quando retornei para o carro, eu me dei conta de que, mais uma vez, estava repetindo aquele ritual. Envergonhado, dei meia volta. Apertei forte a mão de Marie entre as minhas. E saí. Mais uma vez incapaz, com pressa.

Aos poucos, o cenário arborizado de Jefferson Parish cedia lugar ao cinza do asfalto. Poucos moradores ficaram. As ruas vazias e o som dos rasantes dos helicópteros aumentavam a sensação de cidade sem lei. A julgar pela movimentação de veículos militares e da Guarda Nacional, é como se uma guerra estivesse acontecendo em território americano.

De repente, uma van com seis policiais com fuzis apontados para o alto irrompeu à minha frente em uma das esquinas da Tchoupitoulas Street. Era apenas uma patrulha, mas a demonstração de força assustava. Da garagem dos imensos Marriot e Sheraton, emergiam carros de combate. Os hotéis haviam se transformado em centro de comando das operações de resgate.

Desci do carro para um dos mais estranhos diálogos de minha vida de repórter. Camisa para fora das calças sujas de barro, Edward Cottingin, de chapéu preto para se proteger do sol do meio-dia, caminhava lentamente. Trazia junto ao peito duas garrafas de água que ganhara de uma amiga. No bolso da camisa, um pequeno pacote de bolachas. É o que tinha para passar os próximos dias em um apartamento a duas quadras dali.

– O senhor sabe onde posso encontrar mais comida? – perguntou.

– Desculpe, senhor. Não sei – respondi.

Edward não tinha carro. Mas não foi esse o motivo que o fez ficar em New Orleans e não fugir dos ventos do Katrina, como seus vizinhos.

– Tenho seis canários em casa. Não podia deixá-los – explicou, sorrindo timidamente.

Sim, ele não deixou a casa por causa de seus animais de estimação. Conversávamos em uma larga avenida, com palmeiras que nem os

ventos do Katrina levaram. No canteiro central, havia trilhos de trem. Sem saber ao certo onde estava, busquei em uma placa a informação: Canal Street, New Orleans Downtown. Se eu desse 10 passos para a direita, afundaria o pé na água. Para a esquerda, aconteceria o mesmo. Era possível caminhar no máximo até a esquina da Rampart Street. A partir dali, só de barco. Lá no fundo, como um gigante adormecido, surgia diante dos meus olhos o gigantesco Superdome, o depósito de gente do governo americano, que agora estava vazio. Tirei o celular do bolso e, para minha surpresa, havia sinal. Sessenta horas depois de deixar Porto Alegre, transmitiria naquele momento, ao vivo para o sul do Brasil, pela Rádio Gaúcha, o primeiro relato da tragédia vista por dentro.



Com o carro convertido em hotel, eu precisava manter uma organização mínima que garantisse a continuidade da cobertura – e a minha própria sobrevivência. Diariamente, percorria cerca de 300 quilômetros até encontrar um posto de combustível para abastecer o veículo ou um restaurante de beira de estrada funcionando para comprar comida e água. Não saber ao certo a localização desses estabelecimentos era o que mais me angustiava. Menos pela comida – o calor do sul dos EUA e a adrenalina despejada no sangue pela odisséia mantinham a fome à distância. Mas gasolina, isso não poderia faltar. Em um raio de 800 quilômetros em torno de New Orleans não havia rede de apoio disponível. Quando encontrava um posto de combustível aberto, eram filas que duravam de duas a três horas.

Aos poucos, a região de desastre se convertia em zona militar. Pressionado pela opinião pública, o governo Bush começara a fazer aquilo que deveria ter feito antes de o Katrina chegar ao território americano: retirar sua população da área de risco. No quarto dia depois da tragédia, quem não houvesse saído por bem, sairia por mal, retirado à força de casa por policiais e militares. Cerca de 8 mil moradores resistiram em

New Orleans, muitos por causa de seus animais de estimação, como Edward. Equipes de resgate não retiravam os bichos. Levavam apenas gente. Muitas vezes, ao circular pelas ruas abandonadas, ouvi o latido de cães por detrás de portas trancadas.

Com o decreto de zona militar em vigor, qualquer cidadão que fosse encontrado nas ruas sem identificação seria detido. Era uma tentativa de os policiais colocarem alguma ordem ao caos – e, sobretudo, conter os saques. No país que inventara a rede mundial de computadores, abria-se um buraco negro sobre o sul dos EUA, onde as comunicações eram muito difíceis.

Quando não havia gasolina ou internet, os postos pelo caminho funcionavam ao menos como porto seguro. Neles, eu bebia água e sentava para escrever as reportagens. Sem internet, na maioria das vezes o jeito era telefonar para a redação para ditar o texto.

Depois de duas noites dormindo dentro do carro, decidi que daria um presente para a minha coluna. Dirigiria o tempo e os quilômetros que fossem necessários até encontrar uma cama. Foi preciso cruzar os Estados de Louisiana, Mississippi e Alabama até, exausto, esticar o corpo em um hotel de Pensacola, na Flórida. Longe de New Orleans, mas muito próximo do paraíso.



– Espero que seus olhos não vejam mais cenas como essa em nenhum outro lugar do mundo.

Ouvi a frase, que soava como uma bênção, de Robin Milner, uma mulher de 37 anos, depois que visitamos a pé o que restara do prédio da igreja que ela frequentava todas as manhãs de domingo. Encontrei Robin enquanto voltava de uma caminhada pela orla da cidade de Gulfport, dentro de uma área fechada aos moradores.

A catástrofe na cidade não tinha, aos olhos do mundo, a mesma dimensão de New Orleans. Gulfport não havia sido inundada, mas

pagara o preço de estar localizada de frente para as águas azuis do Golfo do México. Seus 64 mil habitantes viram o Katrina levantar-se no horizonte, do mar, em sua direção, como um gigante avassalador a levar tudo que havia pela frente.

Lá, tive a real sensação de estar em uma cidade devastada por um furacão. Em New Orleans, o horror estava submerso pelas águas. Em Gulfport, a destruição era escancarada: prédios de seis andares no chão, casas transformadas em montes de entulho, barcos emborcados a 500 metros de distância da costa.

Com o olhar saturado por cenas como essas e tentando imaginar como converteria todo aquele turbilhão de emoções em palavras que pudessem ser compreendidas – e sentidas – pelos leitores brasileiros, retornava até meu carro-hotel pela Avenida 24 de Gulfport. Foi quando veio Robin. Ela convencera o militar que fazia guarda em uma barreira a deixá-la entrar na área restrita. Caminhava rumo à praia, até que nos encontramos.

– Com licença, senhora, o que faz aqui? – questionei.

– Quero ver minha igreja.

Tocado pela bravura da mulher, que fazia o caminho inverso dos demais moradores que fugiam, pedi permissão para acompanhá-la naquele tour macabro. Imaginei que contar a tragédia em Gulfport pelo ponto de vista de Robin fosse o diferencial que eu procurava para traduzir tudo aquilo aos brasileiros. O drama de cem pessoas na maioria das vezes se perde nos frios números das estatísticas. A história de um ser humano com sonhos, desejos, perdas e ganhos, emociona muito mais.

Robin tivera a casa destruída e agora queria ver o que o Katrina reservara ao templo presbiteriano que frequentava desde criança. Caminhamos a passos rápidos, ansiosos, angustiados. Eu, por acreditar que estava atrapalhando um momento que talvez fosse só dela. Ela, provavelmente porque não sabia quanto tempo teria até que os militares a tirassem dali.

De longe, Robin avistou uma árvore debruçada sobre a van que, aos domingos, trazia os fiéis para o culto. Ela apenas apontou. Não

falava. Entendi aquele sinal como o fim das esperanças de encontrar algo de pé. Entramos na igreja pela porta principal, obedecendo a um ritual que não fazia mais sentido: entrar pela frente, pelos fundos, lados ou pelas janelas e teto não fazia a menor diferença. Tudo havia sido arrancado. Os pilares que ainda sustentavam parte da estrutura estavam rachados, alguns vieram abaixo quando o telhado se foi. No lugar de bancos, fios de luz e galhos de árvores. Apenas o órgão dourado foi poupado.

– Perdi minha segunda casa – disse Robin.

Ela parecia não se preocupar com o risco de o resto do prédio desabar. Caminhava cada vez mais próximo do altar. Mesmo temendo que aquele monte de tijolos deslocados caísse sobre nós, a acompanhei, mantendo uma distância respeitosa de pelo menos dois metros. Queria deixar Robin experimentar aquela sensação sozinha. Sentia que era minha obrigação influenciar o menos possível – se é que isso é possível – naquele momento de luto particular.

Não era lugar para filosofias, mas a todo momento eu tentava buscar explicações para o desastre. Primeiro, as mais racionais: por que o governo da nação mais desenvolvida do mundo não retirara sua população mediante os alertas de que um furacão de categoria 5 (a mais devastadora) se aproximava da costa. Depois, as filosóficas: por que a natureza, um Ser Superior, com força colossal, teria devastado justamente a área conhecida como Bible Belt (Cinturão Bíblico), onde estão localizadas muitas igrejas construídas por homens e mulheres como Robin, cheios de fé, para louvá-lo. Uma vingança divina, como no Dilúvio? Uma nova Sodoma e Gomorra, em resposta aos desvios morais do império? O Apocalipse?

Infelizmente, o desejo de Robin não se realizaria. Meus olhos ainda veriam muitas outras cenas de tragédias como aquelas da sua cidade – algumas produzidas pela natureza, como em Gulfport, outras, pela mão do próprio homem...



7001, Bundy Road, apartamento C17. Ali morava a mineira Benilda Caixeta, 56 anos. Praticamente tetraplégica – com mínimos movimentos nas mãos e nos pés, Benilda vivia sozinha no andar térreo de seu apartamento, a poucas quadras do lago Pontchartrain. Quando meteorologistas do Centro Nacional de Furacões, da Flórida, anunciaram que o Katrina se aproximava da Costa do Golfo e pegaria New Orleans em cheio, Benilda ligou para os parentes em Patos de Minas, no oeste de Minas Gerais. Disse que o céu estava feio, mas que ficaria em casa até o temporal passar. Foi o último contato.

Depois de uma semana de cobertura pelo sul dos Estados Unidos, dormindo algumas noites dentro do carro, dirigindo solitário por cerca de 4 mil quilômetros na zona de desastre e com saudades de casa, recebi do editor Luciano Peres um telefonema. Eu rodava pela Interstate-12, a caminho de Houston, onde entregaria o veículo alugado, embarcaria em um avião e voltaria para casa.

– Tem uma brasileira desaparecida em New Orleans. Topas ir atrás dela? – perguntou-me Luciano.

Sabedor de minha frustração ao adiar o retorno e adivinhando a dificuldade que seria encontrar aquele endereço em uma cidade com 80% de seu território debaixo d'água, ele deixava-me à vontade para rejeitar a missão. No fundo, porém, tenho certeza de que sabia que eu não faria isso.

– Vou achá-la – respondi, depois de conferir no mapa onde ficava o endereço de Benilda.

No entroncamento das rodovias I-12 e I-10, fiz a curva à esquerda, enquanto no horizonte o sol se punha. Acampe em mais um dos tantos postos de combustíveis que haviam servido de base naqueles dias. Com a noite chegando, seria mais difícil seguir. Dormir e partir para a odisséia na manhã seguinte era o mais indicado.

A Bundy Road, onde morava a brasileira, fica localizada no noroeste de New Orleans. Pela manhã, tentei o acesso pela Interstate-10, pelo Oeste. Mas uma barreira militar na localidade de Slidell impedia o avanço. A rodovia havia sido transformada em rota de socorro

e retirada. Outra alternativa seria seguir pela I-12, contornar o lago Pontchartrain e entrar pelo Leste. Seguindo pelas ruas do subúrbio de Jefferson Parish, dirigi por três horas até as margens do rio Mississippi, centro de New Orleans. Uma vez dentro da cidade, mais uma hora e trinta minutos. Percorri nacos de terra e asfalto que a água não havia encoberto, venci quatro barreiras policiais, mas o máximo que cheguei foi até a Avenida Rampart, longe da casa de Benilda.

Era desolador. Virava à direita e deparava-me com uma rua alagada, árvores caídas e postes partidos ao meio. Virava à esquerda e observava carros engolidos pelas águas, prédios destruídos. Não havia como passar. Exausto, limitado pelas circunstâncias, sem um barco, o melhor meio de transporte naquele ambiente, recuei. Os mapas já não valiam mais nada. Antes de chegar de novo ao centro, encontrei integrantes de uma equipe de resgate. Entreguei-lhes o papel:

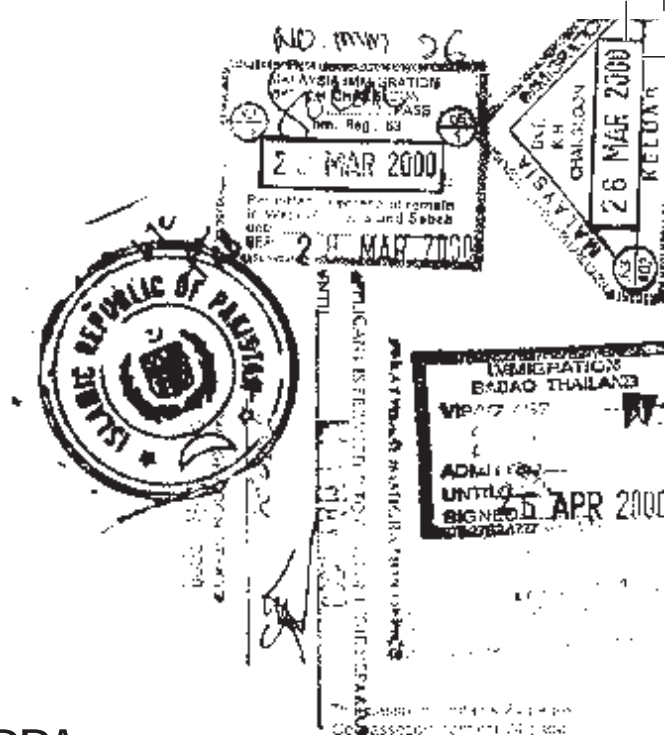
Benilda Caixeta, brasileira 7001, Bundy Road – C17 – New Orleans – Louisiana.

Há 20 anos, Benilda viajara aos Estados Unidos para uma cirurgia e acabou fixando moradia. Vivia sozinha em um apartamento no andar térreo adaptado à sua deficiência física, causada por uma doença que a família chamava de paralisia no crescimento dos nervos do corpo. Já em New Orleans, seu quadro evoluiu para a paraplegia e, posteriormente, tetraplegia.

Três dias depois, quando desembarquei em São Paulo, li no jornal que o corpo da mineira havia sido localizado. Rotineiramente, nós, repórteres, estamos muito próximos do poder, obtemos informações às vezes privilegiadas, de bastidores, entramos em áreas conflagradas, onde a maioria das pessoas quer fugir. Por isso, alguns jornalistas se julgam heróis. Confesso que eu até vislumbrava algum glamour na vida de correspondente. Até aquela tarde em New Orleans, com o carro parado no entroncamento, cercado por água pela frente e pelos lados. Fracassei. Quando contei essa história para amigos e colegas, algumas vezes ouvi a pergunta:

– Se tu encontrasses a mulher, o que farias?

Enquanto dirigia pelas ruas de New Orleans em busca do endereço de Benilda, eu não tinha dúvidas: se eu a encontrasse viva, a colocaria dentro do carro, com todas as minhas forças, e a levaria até um grupo de socorristas. Avisaria a embaixada. Jamais a deixaria lá. Àquela altura, a viagem havia se transformado em algo mais do que uma missão jornalística. Tirar Benilda do meio das águas, viva, era quase impossível, mas acreditei até o último momento. Talvez não rendesse uma linha de reportagem. Mas era uma missão humana.



O CHEIRO DA GUERRA

Tel- Aviv / Beirute, julho de 2006

A guerra tem cheiro, cor e gosto. No Oriente Médio, ela tem várias caras: agonizante, como nos intermináveis segundos em que você se dá conta de que, lá do céu, os aviões israelenses estão lhe vendo e você não pode fugir de Beirute; estática, como no relógio de parede quebrado, com os ponteiros parados no instante exato em que o foguete do Hezbollah atingiu um prédio em Haifa, deixando exposta por um rombo a sala de jantar; desesperada, ela está nos olhos das mães que morreram abraçadas a seus filhos no meio da noite no sul do Líbano. Para mim, a guerra tem todos esses significados e alguns outros: tormentas internas que tentei domar em 17 dias nos quais testemunhei pelo lado de dentro a insanidade das mentes que regem o Oriente Médio.

Desde menino sonhava em ir à guerra, em ver a história sendo escrita diante dos meus olhos. Certa noite, quando tinha oito anos, em um restaurante de Porto Alegre, perguntei ao meu pai se deveria ser médico, soldado ou bombeiro. Ele me disse, entre sorrisos, que o importante era ser feliz com a escolha da profissão. Ao me alistar para

o serviço militar, sobrei. Na adolescência, a bravura dos poucos correspondentes que decidiram permanecer em Bagdá, ao cair das bombas do presidente George H. Bush sobre o Iraque de Saddam Hussein, me fascinava. Menos pelo espetacularismo das luzes, das baterias antiaéreas e dos mísseis Tomahawk americanos no céu escuro sobre o rio Tigre e mais pela curiosidade em descobrir o que faziam os cidadãos comuns, enquanto sua capital era bombardeada. Onde estavam as famílias? Por certo, crianças debaixo da cama, pais tentando explicar as razões que levavam homens a lutar contra outros homens. Ou não. Quem sabe dormiam, porque no dia seguinte, mesmo com o conflito, precisavam ir à escola. Mesmo na guerra, há rotina.

Em 17 de julho de 2006, três dias depois do meu aniversário de 28 anos, fui chamado à sala do diretor de redação de Zero Hora, Marcelo Rech, para, até então, o maior desafio da minha vida. A guerrilha xiita libanesa do Hezbollah que, em árabe, significa Partido de Deus, havia violado a fronteira entre Israel e Líbano, cujas delimitações eram garantidas por uma frágil tropa de paz das Nações Unidas. Dois militares israelenses, Ehud Goldwasser e Eldad Regev, haviam sido raptados pelo Hezbollah e levados para território libanês. Com o argumento de recuperar seus homens, Israel deflagrou uma série de bombardeios à Beirute, acompanhados de uma invasão por terra no sul do país árabe. Não era apenas um capítulo a mais da conturbada história do Oriente Médio. A reocupação era emblemática.

Em 1948, com a fundação do Estado judeu, centenas de milhares de palestinos fugiram do território, buscando abrigo em vizinhos árabes. Na Jordânia e no Líbano, os refugiados formaram bolsões de resistência à Israel. Foi nos campos do sul libanês que nasceram grupos de resistência, como a Organização para a Libertação da Palestina, a OLP, de Yasser Arafat, à época apenas um líder terrorista que se tornaria presidente da Autoridade Nacional Palestina. Nos anos 80, a OLP lançou dezenas de ataques contra Israel, que, em retaliação, invadiu o Líbano. Dois dos massacres mais conhecidos da história do Oriente Médio ocorreram ao norte da fronteira israelense: Sabra

e Shatila, campos de refugiados palestinos no sul libanês. Crianças e adolescentes que nasceram naquela década cresceram sob a intervenção de Israel e a omissão do governo em lhes proteger. Onde o Estado não existia, abriu-se um vácuo de poder, território perfeito para o embrião do Hezbollah. Jovens viam nos guerrilheiros xiitas, orientação religiosa de um terço da população libanesa, modelos perfeitos de heróis. Insuflados por interesses políticos de Síria e Irã, o Partido de Deus, Hezbollah, tornou-se o Estado dentro do Estado. Em 24 de maio de 2000, o exército de Israel saiu do sul do Líbano, encerrando 22 anos de ocupação. Os libaneses interpretaram no ato a derrota israelense e a vitória do Hezbollah. A milícia adquiriu tamanha força que se tornou um partido político legalizado, com direito a vagas no parlamento. Fora das fronteiras libanesas, porém, o Hezbollah continuava nas listas de organizações terroristas de Israel, União Europeia e Estados Unidos, conhecido por sequestrar jornalistas estrangeiros.

A reocupação israelense de 2006 trazia de volta ao imaginário da comunidade internacional os explosivos anos 80. Com a região em chamas, embarquei para Israel na manhã de 18 de julho, uma terça-feira. A missão: retratar os dois lados da guerra. Naquela conversa na sala de Rech, ficaram esclarecidos pontos que, no dia a dia da cobertura seriam decisivos.

Apesar de o jornal Zero Hora ser administrado por uma família de origem judaica, os Sirotsky, durante os 17 dias de trabalho tive total liberdade editorial para descrever aquilo que testemunhasse – mesmo episódios que manchassem a reputação internacional de Israel. A decisão de ter como primeiro destino o território israelense era uma questão prática: o país não exige visto de brasileiros.

Um pedido de autorização para entrar no Líbano atrasaria em pelos menos uma semana a viagem. Também ficou acertado que, uma vez mostrado o lado israelense, eu tentaria entrar em Beirute para revelar o outro lado do conflito. Naquela conversa de menos de 10 minutos na redação de ZH, ficou reafirmado um dos pilares do jornal: apenas o repórter em campo tem condições de avaliar o momento

certo para recuar ou avançar, uma decisão que muitas vezes pode lhe custar a vida.

Para mim, a guerra transmutava-se de um sonho ingênuo de menino na mais dura e difícil cobertura da minha vida. Medos que pareciam distantes, como o de tornar-me um alvo fortuito, viraram reais: de madrugada, ter o carro confundido com um veículo do Hezbollah em uma estrada do Vale do Bekaa e ser mandado pelos ares por um bombardeio ou dirigir por um vilarejo do norte de Israel, a sirene antiaérea soar e eu não ter para onde escapar.

Era essa possibilidade sempre presente de morrer de repente que me assustava no Oriente Médio.



Guerra não combina com praia lotada, música, danças mediterrâneas e sorrisos. Mas é assim que Tel-Aviv convive com ela. A cem quilômetros da fronteira com o Líbano, a capital econômica de Israel desfruta da distância do front para viver em relativa normalidade. A ideia de que seus moradores têm apenas um minuto para correr, caso as sirenes antiaéreas disparem, está introjetada na população, mas ninguém parece se preocupar com um ataque.

– É só descer para o hall, que arrumamos um local – disse-me o recepcionista do hotel, quando perguntei, recém-chegado, se havia um abrigo antiaéreo no prédio.

É difícil para nós, brasileiros, entendermos como os israelenses vivem, relativamente tranquilos, com uma guerra tão perto. Na minha primeira caminhada por Tel-Aviv, encontrei o casal paulista Carlos Alberto e Regina. Eles não entendiam essa lógica. Por isso, desembarcaram em Israel para levar o filho de volta ao Brasil.

Imagine-se em Porto Alegre e os foguetes Katyusha, do Hezbollah, caindo no litoral norte do Rio Grande do Sul. É essa relação que os habitantes de Tel-Aviv têm com o conflito. É ao mesmo tempo

tão perto e... tão distante. Perto porque os Katyusha estão matando israelenses a 140 quilômetros daqui. Distante porque basta desligar a televisão ou o rádio e ir tomar sol na belíssima praia do Mar Mediterrâneo para esquecer a guerra.

Às 17h45min, o calor do verão no Oriente Médio sufoca. Enquanto analistas militares especulam nos telejornais se o Hezbollah tem ou não um míssil capaz de atingir Tel-Aviv, centenas de israelenses e turistas se divertem à beira-mar. Jogam futebol, vôlei e frescobol na areia. No calçadão, jovens tomam cerveja. Os serviços funcionam normalmente. O único indício de guerra são os helicópteros que sobrevoam a orla. Em 30 minutos sentado na areia, conto 14 aparelhos cruzarem o céu em direção ao Norte. Um desconforto, por certo, que pode se transformar em tensão muito rapidamente. Basta tocarem as sirenes.

– O que você faz se as sirenes tocarem neste momento? – pergunto a Michel Homsí, um jovem israelense, em um cybercafé a duas quadras do mar.

– Corro para praia – ele diz.

As consequências, porém, serão muito menos prosaicas. Se um foguete cair em Tel-Aviv, a guerra que hoje está restrita ao norte israelense e ao sul libanês pode adquirir status regional. Certamente, Israel reagiria com uma ofensiva ainda mais pesada e não estariam descartados ataques a outros países, como Síria e Irã, regimes que financiam e armam o Hezbollah. Em 1990, na Guerra do Golfo, mísseis Scud iraquianos conseguiram desviar dos Patriot americanos e atingir a cidade. Por isso, Tel-Aviv tem hoje uma das maiores concentrações de abrigos antiaéreos por metro quadrado do mundo. Mas, no meu hotel, não há um refúgio sequer.

Por enquanto, o perigo de um homem-bomba explodir em uma danceteria da cidade parece mais real. À noite, na orla, não são apenas os helicópteros israelenses cruzando o céu que me trazem a sensação de que algo não está normal, por mais que por aqui tentem passar essa impressão. É a frase de um amigo judeu, que nasceu no Brasil e se mudou para Israel, que me transmite o desconforto. Depois de falar da música,

bebida e frequentadores da noite israelense, Ricardo (Itay, seu nome em hebraico) lembra, apontando um a um os bares da beira-mar:

– Todos esses aqui já explodiram nos últimos anos.



Estar em Tel-Aviv, a cem quilômetros do campo de batalha, era como cobrir a guerra a partir de outro país, baseado em relatos de terceiros ou pelos noticiários de televisão. Antes de viajar até o norte de Israel, onde os combates ocorriam, decidi tomar duas precauções: a primeira, avisar a embaixada brasileira da minha chegada e conversar com o embaixador sobre os riscos para os jornalistas. A segunda, conseguir alguma credencial junto ao governo israelense que, se não garantisse minha passagem pelas barreiras militares, em algum momento haveria de facilitar a minha vida.

Em busca desse documento, embarquei em um ônibus rumo a Jerusalém, ao lado do colega e experiente jornalista brasileiro Nahum Sirotsky. Um dos fundadores da legendária Revista Cruzeiro, ícone do jornalismo nos anos 40, Nahum vive em Israel desde os anos 90, tem fontes influentes no governo israelense e fala hebraico fluentemente. A curta viagem até Jerusalém é mais do que uma aula de História. Ao lado de Nahum, que me ofereceu sua casa para usar como base, tive um intensivo de 12 horas sobre os descaminhos do Oriente Médio, e relatos contundentes da história da imprensa do Brasil.

G.P.O – Essas eram as siglas que buscávamos nos prédios de Jerusalém, ao desembarcarmos na cidade três vezes santa, epicentro da eterna cruzada entre judeus, cristãos e muçulmanos. Government Press Office ou escritório de imprensa do governo. Nahum se desloca pelos corredores da burocracia como um habitué. Escancara portas com dizeres de acesso restrito, joga seu galanteio sobre as funcionárias e dispara impropérios em português quando percebe que algum burocrata de plantão está tentando nos enrolar.

Ao olhar de um repórter inocente, a sede do GPO pode parecer a casa dos sonhos para um jornalista recém-chegado e ansioso por entrevistas. Em uma das salas, o mural exhibe dezenas de nomes de famílias israelenses vítimas dos foguetes da guerrilha libanesa. Ao lado, os telefones para contato. Também estão lá os dados para entrevistar o comandante das tropas e militares no front. Fácil demais. Tudo que está no mural é entregue ao repórter na hora do credenciamento. Basta telefonar para um dos números e obter, em alguns minutos, a história, ou a visão de UM lado da história. Educadamente, pego o dossiê. Até hoje, guardo a pasta. Nunca entrevistei aquelas famílias. No caminho, encontrei outras, menos preparadas para receber um jornalista, sem respostas prontas. Bem mais reais.



Um termômetro da preocupação de uma cidade sob bombas é a qualidade dos serviços oferecidos nos hotéis. No Méridien, de Haifa, o recepcionista avisa:

– Desculpe-me, senhor, não temos serviço de quarto nem café da manhã. O senhor sabe como está a situação...

Depois de uma hora e 50 minutos de carro, entro em Haifa no início da noite, tarde no Brasil. O sol se põe no mar, à esquerda, ensombrecendo as montanhas de Israel, à direita. A estrada que leva ao Norte segue a direção da orla. O intenso movimento de veículos que deixam a cidade é inversamente proporcional ao número dos que chegam.

Ao lado dos que ficam, carros militares e policiais. Na margem da rodovia, estacionamentos de fábricas vazios. Canteiros de obras parecem ter sido abandonados às pressas, com retroescavadeiras ainda no campo de trabalho.

Escolhi o Méridien como base pela sua localização: às portas de Haifa, o hotel fica na região sul da cidade. Pelo meu raciocínio, quanto

mais distante da fronteira com o Líbano, mais longe estarei dos foguetes do Hezbollah. Anoitece, e o calor de 28°C desta quinta-feira de verão no Oriente Médio dá lugar a uma brisa que sopra do Mediterrâneo. Aqui é noite, mas no Brasil, os programas jornalísticos estão em horário nobre. Tenho ainda um boletim a fazer para a Rádio Gaúcha. O sono terá que esperar. De volta ao carro, hora de explorar Haifa.

Os vidros quebrados da estação ferroviária lembram um dos primeiros ataques mortíferos do Hezbollah neste conflito: seis funcionários israelenses morreram no local. Se Tel-Aviv permitia em alguns instantes esquecer a guerra, Haifa não dá essa chance. As marcas do conflito aparecem em árvores caídas, em crateras no meio da rua. De repente, os faróis do carro iluminam o que sobrou de um prédio residencial de três andares. Um lado inteiro do edifício está no chão.

– Escreve aí para os brasileiros que isso foi resultado do terrorismo – diz um funcionário da defesa civil que guarda o local, enquanto outros dois bebem café sentados próximos às ruínas.

Através do rombo na fachada reparo na sala de jantar. A mesa posta, quadros tortos na parede, o cotidiano eternizado e abruptamente interrompido. Perto dali, na Rua Haifa, as luzes do minimercado Toblerone se destacam no breu do bairro. É um dos poucos estabelecimentos abertos. O proprietário Faraj, um árabe-israelense, contabiliza com a mulher os prejuízos.

– Vale a pena abrir? – pergunto.

– Claro, as pessoas têm de comprar em algum lugar para continuar vivendo – ele justifica.

Depois de ver o resultado dos ataques do Hezbollah, volto ao hotel decidido a conferir o abrigo antiaéreo do meu andar, o 10º. Trata-se de uma sala escura de quatro metros quadrados, fechada com uma porta de aço. Úmida, sem ventilação externa e com cheiro ruim. Em um dos cantos estão uma mesa de passar roupas e cobertores. A pintura branca disfarça as paredes de concreto blindadas. Um alçapão, no chão, dá acesso a uma sala semelhante no andar de baixo. E assim sucessivamente. Todos os andares são interligados por uma pequena escada. Não há

ar-condicionado ou calefação. Indagações, aparentemente banais, me atormentam: Devo ir para a cama com a roupa do corpo, pronto para o caso de a sirene antiaérea soar? Trinta segundos ou um minuto são suficientes para se vestir e correr para o abrigo? E se estiver tomando banho na hora das sirenes, o que devo fazer? Dois minutos a passos lentos lá dentro, e o suor já escorre pelo rosto.

Insone, desço ao lobby. Sou atendido pelo único funcionário que ficou, o recepcionista, que dá a última revisada nas portas do hotel. Estão chaveadas. Peço uma cerveja, e ele se desculpa: o restaurante está fechado. Constrangido, ele encontra, em um dos armários, uma última lata de Heinekken. Quente. Oferece-me a cerveja, junto com um folheto de tele-entrega de pizzas.

– Haifa está sob toque de recolher, e há tele-entrega de pizzas? – eu me pergunto.

Cai, para mim, um mito da guerra: o romantismo, se é que algum dia houve, das coberturas de conflitos.



A guerra se revela aos poucos, nas curvas das íngremes estradas que beiram a fronteira com o Líbano. Dirijo em direção a Kiryat Shmona, o vilarejo que há uma semana vê cair do céu sob suas casas os foguetes Katyusha do Hezbollah. Os primeiros indícios de que o front está próximo são os jipes militares que cruzam o caminho pela rodovia 899. Quinze minutos depois, à esquerda, no vale, posições do exército de Israel destoam da paisagem de pinheiros, vegetação rasteira e pedras: no local, há pelo menos seis carros de combate com os canhões apontados para o Norte, alguns caminhões e barracas de campanha desmontadas.

Na primeira barreira, um militar bloqueia o caminho. A experiência ensina que, de dentro de um carro, à distância, a teleobjetiva de uma câmera fotográfica pode ser facilmente confundida com uma

arma por um recruta inexperiente e com medo. Em um país onde toda a população presta serviço militar, os soldados israelenses são incrivelmente jovens. Melhor evitar movimentos bruscos. Desço do carro com as mãos para o alto e com apenas a credencial do governo israelense.

– Jornalista brasileiro – grito, em inglês.

Percebo que o homem, a 10 metros de distância, mexe a arma quando faço menção de me aproximar. Ainda que tenso, adivinho sua preocupação: meu colete de repórter é largo o suficiente e poderia esconder uma bomba. Melhor manter distância. Ele grita para eu tirar o colete. Feito isso, me libera. Entro no carro, acelero e passo muito devagar pela barreira até porque o soldado não deu uma ordem explícita de que eu poderia seguir viagem por aquele caminho.

Logo à frente, um aglomerado de mochilas e caixas de papelão denuncia entre as árvores um acampamento militar. Soldados descansam em camas de lona ou no chão. O comandante do pelotão se mostra descontente com a aproximação. Deitado, abraçado ao fuzil M16, ele diz “no”, em inglês, antes mesmo de qualquer pergunta. Seus homens, porém, não se escondem da câmera: indiferentes, três soldados continuam brincando de arremessar entre si sementes de pinho, enquanto fotografo.

Ao fundo, o som das bombas explodindo no vale se mistura com as risadas de outro grupo de militares. Ao lado de um jipe, nove jovens vestindo camisetas e bermudas debruçam-se sobre uma mesa grande de madeira. Jogam gamão. Espalhadas ao redor do tabuleiro, há latas de conservas de pepino, azeitonas e milho. Sobre um banco repousa um exemplar do dia do jornal Jerusalem Post. “Em estado de guerra, Israel recruta 6 mil reservistas”, diz a manchete.

O riso de Maya, a única mulher no grupo, denuncia uma pausa nos combates nesta manhã de sábado. Há um ano no exército, ela está nas montanhas do norte israelense há uma semana. Hoje é seu dia de folga.

– Poderia voltar pra casa, mas preferi ficar com os amigos – conta ela, a única no grupo que responde às minhas perguntas.

Os colegas de farda olham desconfiados. Todos falam inglês perfeitamente, mas diante das questões, fingem não entender. Tentam chamar a atenção de Maya, interrompendo a conversa. Depois, discutem em hebraico entre si. Desconfio de que estão decidindo se falarão ou não comigo.

– Não temos autorização – sentença, enfim, um deles.

Mais simpática, Maya dá uma dica:

– Se queres movimento, siga adiante – aponta o rastro das esteiras dos tanques na estrada à frente.

É como se estivesse em um roteiro turístico, onde uma batalha seria a atração principal.



Estrada 899, entre os vilarejos de Avivim e Kiryat Shmona, extremo norte de Israel. No alto da torre branca de observação no meio de uma lavoura, a bandeira do Líbano indica o limite da fronteira mais perigosa do mundo nesses dias. Atrás, ergue-se uma cadeia de montanhas de vegetação rasteira. É lá de cima, de pequenos pontos brancos quase imperceptíveis a olho nu, que os homens da guerrilha do Hezbollah resistem ao avanço dos blindados israelenses sobre Maroun al-Ras, do lado libanês. Aqui de baixo, na base da montanha, não se percebe o momento em que os foguetes são lançados. Ouve-se apenas o estrondo contínuo, e a fumaça negra ergue-se.

Manchado com o óleo dos carros de combate israelense, o asfalto está crivado de barro das esteiras dos veículos. Como um monstro lento e desengonçado, um tanque Merkava aproxima-se na direção do meu carro. Ele gira o canhão em seu eixo, aponta para as únicas quatro testemunhas (dois colegas de uma TV francesa, uma fotógrafa brasileira e eu) e vira para as montanhas. Uma explosão levanta a terra um quilômetro à minha frente. Começa a batalha. Durante 15 minutos no fogo-cruzado entre Israel e o Hezbollah, não há medo. É como assistir

a uma peça de teatro muito real de camarote. A diferença é que aqui, a qualquer momento, você pode se tornar protagonista. No início, as explosões provocadas pelos foguetes Katyusha do Hezbollah parecem distantes. Mas basta o Merkava avançar montanha acima para que a terra trema. Um foguete explode a cerca de um quilômetro da estrada onde estou. O chão treme. Os joelhos tremem. Sinto vontade de deitar no chão, como se isso diminuísse a chance de eu ser atingido.

O Merkava abre fogo. Ouve-se um estampido seco. Depois, só se vê a fumaça branca da explosão no alto da montanha. Um, dois, pelo menos 10 disparos pelo lado israelense. O estrondo das explosões dos foguetes do Hezbollah parecem mais distantes. Pelo Leste, um veículo de tropas Ahzarit e outro blindado Puma avançam pela rodovia, passando em frente aos jornalistas.

Tudo dura cerca de 20 minutos, faço questão de calcular. Nessas horas, é normal perdermos a noção do tempo. Por isso, marco no relógio o primeiro e o último minuto em que ouço explosões. Depois, é só silêncio. Uma ambulância do exército israelense se aproxima com as sirenes desligadas. Quatro militares desembarcam.

– De onde vocês são? – quer saber o médico Oren Schwarz.

Admira-se ao saber que venho do Brasil e tenta quebrar a tensão com um gracejo:

– *Bad Football* (futebol ruim).

Schwarz diz que uma mulher foi ferida na batalha. Instantes depois, um blindado Puma de Israel desce as montanhas e entra na estrada. O veículo para e, da porta superior, soldados retiram na maca uma libanesa de Maroun al-Ras. A mulher, na faixa dos 40 anos, está desacordada e tem o braço enfaixado.

– Sintoma de ataque cardíaco – diz Schwarz.

A ambulância ainda não havia sumido na direção de Kiryat Shmona, quando os tanques regressam do front. O primeiro vilarejo ocupado pelo Hezbollah na ofensiva começa a cair.

Sigo na estrada para Kyriat Shmona, um tanto incerto se devo continuar a viagem. Daqui para frente, cenas como as que eu testemunhara serão mais frequentes. Quando se escuta o silvo de um Katyusha, não sobra tempo para correr. Diferente das grandes cidades israelenses, no meio da estrada, não há sirene. E, mesmo se houvesse, não tenho tido muita sorte com elas. As duas vezes em que a ouvi, não havia um abrigo por perto. É como um uivo vindo das montanhas de Haifa. Você está lá, tranquilo, fazendo qualquer coisa, e um som diferente rasga o ar. Você se pergunta: será que é a sirene? Ela continua, agonizante, intermitente. Sim, é ela. Não há muito o que fazer. Nas duas vezes em que ela soou enquanto estava em Haifa, houve tempo apenas para jogar o carro, em uma manobra brusca, debaixo de um viaduto e esperar. Dentro de dois, três minutos, ela cessa. Você olha para os lados, vê as pessoas abrindo as portas das casas, espiando pelas janelas. E, aos poucos, a vida volta ao normal.

Os foguetes Katyusha não perseguem um alvo. São simplesmente lançados para cima e podem cair em um acampamento militar, em uma casa ou apartamento, ou sobre um carro cujo motorista teve o azar de estar no local errado na hora errada. Simples. Aterrorizante.

No caminho para Kyriat Shmona, perdi as contas de quantos foguetes vi caírem ao lado da estrada, incendiando plantações. Sigo atrás de um comboio de jornalistas que desce uma ladeira. Sou o último da fila. De repente, o primeiro, lá embaixo, para. Um forte estrondo agiganta-se sobre nós, como se estivesse cada vez mais próximo. Por ser o último, consigo manobrar o veículo de forma que fico pronto para fugir no sentido contrário. O barulho aproxima-se ainda mais. E, detrás da montanha, uma fileira de tanques aparece. Eram apenas tanques, mas, para a minha mente, que já viu nesta manhã o suficiente do pior da guerra, poderia ser um foguete na nossa direção. Aborto a missão ali, com um sentimento dúbio entre a covardia e a coragem. A adrenalina quer me levar adiante. Mas o medo, outro anjo da guarda dos repórteres, me diz que já vi o suficiente por hoje. Um jornalista morto vale muito pouco por aqui.



“Na guerra, a primeira vítima é a verdade.” Com essa frase do livro de Phillip Knightley¹³ sempre presente, adotei como princípio no Oriente Médio narrar somente aquilo que testemunhasse. Era uma espécie de vacina para não cair em manobras de assessores de imprensa, governos e boatos. Não há verdades incontentáveis entre israelenses e libaneses. O que há são versões. Em um ambiente de posições extremadas, resvalar para um dos lados me levaria a perder a credibilidade. Narrar apenas o que estava vendo, meu mantra, significava, em um primeiro momento, escrever apenas o que testemunhava em Israel: os combates, as famílias destroçadas pelos ataques do Hezbollah. Mas esse era apenas um lado da guerra. Era preciso mostrar o outro. Depois de oito dias em Israel, decidi que era a hora de entrar no Líbano.

O mundo não é plano¹⁴. Descobri isso ao peregrinar alguns dias por aeroportos e embaixadas do Oriente Médio. Em um planeta racional e naquele que conhecemos pelos mapas, estando em Israel bastaria apenas dar alguns passos para cruzar a fronteira e chegar ao sul do Líbano. Mas são tempos de guerra. A fronteira entre os dois países está fechada, o aeroporto de Beirute, destruído. O acesso mais rápido me parece tomar um avião até Amã, na Jordânia, alugar um carro e ir por terra até Damasco, na Síria, para a incursão final até a capital libanesa. Em Tel-Aviv, o visto para a Jordânia é rápido e no mesmo dia consigo um voo para Amã. No táxi, a caminho do Aeroporto Ben Gurion (Israel), meu celular toca. É minha mãe:

– Tu estás bem?

¹³ Philip Knightley é jornalista australiano, durante 20 anos trabalhou como correspondente do jornal The Sunday Times. Sua obra prima é “A Primeira Vítima”, escrito em 1975 e lançado no Brasil dois anos depois. Considerado a Bíblia dos correspondentes, o livro dedica-se a uma análise do trabalho dos colegas, a propaganda de guerra e os meandros da imprensa e do poder em duas dezenas de conflitos, desde a Criméia, que opôs Grã-Bretanha e Rússia, entre 1854 e 1856, até o Vietnã (1965-1975).

¹⁴ Referência ao livro “O Mundo é Plano – Uma Breve História do Século XXI”, escrito em 2005 pelo jornalista Thomas Friedman. A obra analisa o progresso da globalização com particular ênfase no princípio do século XXI. O autor acredita que o mundo é plano no sentido em que os campos de competição entre os países desenvolvidos e os países em via de desenvolvimento, como o Brasil, tendem a ficar nivelados, apontando os exemplos de China e Índia.

Percebo a voz preocupada, além do habitual.

– Sim.

As notícias que chegam ao Brasil sobre a situação dos jornalistas assustam: ameaça de sequestro pelo Hezbollah, bombardeios de alvos civis por Israel.

– Teu pai está com medo que tu voltes em um saco preto.

A frase me choca. Disfarço a lágrima.

– Está tudo bem, mãe. Fica tranquila.

Desembarco em Amã e, na manhã seguinte, busco a embaixada síria. O histórico de cooperação entre Damasco e Beirute faz correr o boato que, para entrar no Líbano, basta apenas autorização síria.

– O que você quer fazer no Líbano? – pergunta a funcionária da embaixada.

Ela observa meu passaporte e uma carta que levei comigo da direção do jornal explicando a missão. Agora, sorri, e faz uma piadinha sobre o desempenho da Seleção brasileira na Copa do Mundo de futebol daquele ano.

Por alguns minutos, ela some com os documentos. Ali, nos corredores da burocracia internacional, entendi a lição de intolerância que nenhum livro sobre o Oriente Médio havia me dado. Antes de embarcar para a Jordânia, um país que já esteve em guerra com Israel, me livreii de todas as pistas que pudessem, em caso de revista, denunciar que eu havia estado no lado israelense: coloquei fora, com dor no coração, mapas, pequenas lembranças. A credencial do governo, eu queria guardar de recordação. Por isso, enviei pelo correio para meu endereço no Brasil, com um nome que inventei na hora.

A funcionária retorna ao guichê. Já não tem o mesmo humor.

– Você não vai entrar. Esteve em Israel – diz, como se eu tivesse cometido um crime.

Eu havia tomado todos os cuidados, mas esquecera um detalhe: registrado no passaporte, o carimbo de visto para entrar na Jordânia

“Made in Tel-Aviv” denunciara que eu havia estado em Israel, um país inimigo da Síria e do Líbano. Pecado mortal que me tornava *persona non grata* nesses territórios.

Com a cobertura ameaçada, preciso pensar rápido, buscar as portas que ainda não estão fechadas. Volto para o hotel e encontro um e-mail do jornalista Luiz Antônio Araújo, colega e amigo que cobriu a guerra no Afeganistão após o 11 de setembro de 2001: “Pense, planeje, mas não volte sem entrar no Líbano”, dizia a mensagem, como se adivinhasse meu drama. Retornar ao Brasil sem ingressar em território libanês era deixar de contar um lado da guerra. Fazer um novo passaporte, que me livrasse do carimbo israelense, pensei, seria minha única chance. Com a sorte ao meu lado, ou pelo menos bem próxima, o documento novo saiu em poucas horas.

Com a cara de pau que não tenho e um passaporte zerado, volto à embaixada síria esperando que outro funcionário me atendesse.

– Próximo – diz a recepcionista.

Para meu azar, a voz é a mesma que me negara o visto. Ainda tento disfarçar o rosto atrás do vidro, mas a mulher me reconhece.

– Agora você não vai entrar mesmo.

Pela primeira vez, chorei na guerra. Não pelo sofrimento, mas pela impotência. Voltei ao hotel desolado. Todas as portas pareciam fechadas por razões que não me pareciam justas. Tentar o visto em outro país exigiria um gasto financeiro maior e um tempo perdido. Todos os demais países ao redor da Jordânia exigem autorização especial para o ingresso de brasileiros.

Olho o mapa-múndi e penso na Turquia, um dos mais receptivos países da região. Mas permaneceria fora da zona de guerra, afastado do noticiário e, pelo menos por 24 horas, sem fatos a reportar. Apesar da distância do front, decido ir para Istambul, a antiga Constantinopla. Lá, na histórica cidade, entreposto entre dois mundos, conseguiria o visto sírio com facilidade. Enquanto aguardava a tramitação do meu pedido, não havia mais o que fazer a não ser visitar o Estreito de Bósforo e a Santa Sofia. Istambul era a porta que não havia se fechado.



Sob a luz amarelada a iluminar um pórtico, três cães vira-latas descansam. Sequer latem quando o carro estaciona. Ao lado, dois militares libaneses guardam a fronteira entre Síria e Líbano. Um deles dorme estirado sobre um banco de madeira; o outro está sentado com os coturnos sobre a mesa.

São 2h55min da madrugada de sexta-feira. Há 20 minutos, Damasco, capital síria, ficou para trás. No carro, estão o motorista libanês Mohammed Nasser, que cotratei no aeroporto, Poul Hansen, chefe dos correspondentes da Danish Broadcasting News em Moscou, que conheci na fila da imigração, e eu. Sonolento, um dos militares aproxima-se do veículo e manda abrir o porta-malas. Procura armas, mas encontra apenas a maleta com a câmera de Poul.

Mohammed faz as vezes de mediador. Pega nossos passaportes e entra no posto de imigração vazio. Não satisfeito com as fotos nos documentos, o militar quer ver as nossas caras:

– Vocês têm os formulários com autorização para jornalistas entrarem no Líbano?

Não temos. E, descobriríamos depois, não havia formulário algum. O soldado só tentava encontrar uma irregularidade que lhe rendesse alguns dólares. Sem sucesso com a propina, o militar irrita-se, xinga Mohammed em árabe e, ao invés de um mês, concede-nos uma autorização para ficarmos 15 dias no Líbano. O outro militar acorda:

– *Welcome to Lebanon* (Bem-vindo ao Líbano) – acena, afastando as moscas a tapas.

Eles não conseguiram arrancar o suborno, mas atrasaram a viagem. Normalmente, o trajeto entre Damasco e Beirute é percorrido em uma hora e meia. Mas a rodovia principal foi bombardeada por Israel nos primeiros dias da ofensiva. Pontes foram destruídas e crateras de até 10 metros de diâmetro interrompem o tráfego. Nesta madrugada, o exército libanês colocou pneus para obstruir o caminho quilômetros antes dos pontos onde a rodovia foi danificada.

Daqui para a frente, será preciso pegar estradas alternativas pelo perigoso Vale do Bekaa, enclave do Hezbollah, que utiliza suas montanhas como rota para o tráfico de armas da Síria para o Líbano. Mohammed aceitou nos conduzir por US\$ 350 por pessoa. Experiente, ele havia trilhado a rota horas antes.

– A noite está tranquila, sem bombardeios – avisa, como se pudesse antecipar as intenções dos generais israelenses.

Havia 72 horas Beirute não era alvo das bombas. O Vale do Bekaa, porém, expunha as cicatrizes da tarde e manhã anteriores: a carcaça de um carro incinerado na margem direita da pista que sobe o morro em direção a Zahle. Quinze minutos depois, um caminhão ainda exala um odor de ferro queimado. À frente, mais um veículo retorcido.

– Não podemos escutar, mas eles estão lá em cima – diz Mohammed.

“Eles” são os aviões israelenses – caças F-16 ou aeronaves não-tripuladas de reconhecimento cujo som pode ser ouvido por quem está no solo. Aparentemente, não há nenhum no céu estrelado desta noite, mas não há garantias.

– Quando querem atacar, eles não fazem barulho. Só fazem quando querem assustar – ensina Mohammed.

Só meu motorista ouve os ruídos. Os libaneses estão acostumados: nasceram, cresceram, tornaram-se adultos ouvindo esse som. Têm ouvidos preparados. Nós, ocidentais, não os escutamos.

Poul dorme a viagem toda, como se estivesse entediado com a conversa. Mas eu não consigo. Aquilo tudo para mim já era parte da reportagem que eu escreveria: cada cheiro, cada sentimento. Olho para o céu e imagino o que passa na cabeça dos pilotos na hora de apertar o gatilho. Nosso carro, com os faróis acesos cruzando uma rota suspeita em um horário incomum, nos põe na mira dos olhos do alto, certamente. Penso em minha família, lembro dos fins de semana de folga, dos passeios, recordo a minha formatura, primeiras reportagens. Penso no que pretendo fazer quando sair do Líbano. No fundo, é tudo uma tentativa de desviar o pensamento, quem sabe enganar o medo.

Poul segue dormindo. De vez em quando desperta e tira uma garrafa de vodca da bolsa, bebe um longo gole e volta aos seus próprios sonhos – pesadelos? Às 5h30min, iniciamos a descida do Monte Líbano. Vejo as luzes de Beirute misturarem-se aos primeiros raios de sol. Alguns carros começam a aparecer na estrada, no sentido contrário. Beirute ainda dorme.

Na orla do Mediterrâneo não há veículos. Apenas um grupo de refugiados na fila próximo ao porto, de onde estão saindo os navios canadenses com destino ao Chipre. É uma das rotas de fuga. Trazem mochilas e travesseiros nas mãos. Beirute acorda para o 15º dia de conflito.



Um simples blecaute na madrugada é o suficiente para acordar de sobressalto em Beirute. Aconteceu na quinta-feira. Por volta das 3h, o alarme de incêndio do Hotel Intercontinental dispara, e a luz apaga. Instintivamente, corro para a janela à procura de aviões ou explosões vindas do sul da cidade.

Não há nada de anormal, nem o irritante som dos aviões MK israelenses no céu. É como passar o dia inteiro escutando o barulho de um cortador de grama que, você não vê, mas sabe, está ali monitorando os seus passos. É assim que a capital do Líbano acorda e vai dormir.

Escolhi o Intercontinental Phoenicia por duas razões. A primeira, estratégica: é um dos cinco estrelas mais caros da cidade, onde estão hospedadas famílias ricas libanesas. Calculo que, por essa razão, dificilmente será atacado. Também não deverá faltar comida. A outra razão, sua história: o hotel fora campo de batalha na Guerra Civil Libanesa e ficou em ruínas. Foi abandonado por quase 25 anos até o final dos anos 90, quando Mazen e Marwan Salha, do conselho de administração da La Société des Grands Hotéis du Liban, decidiram reconstruí-lo. Foi reaberto em março de 2000 e danificado no atentado de 2005, quando foi assassinado o primeiro-ministro Rafiq al-Hariri, do outro lado da rua.

O Intercontinental me remetia às imagens de filmes da Guerra do Líbano de 1982, onde velhas raposas do jornalismo abrigadas nos bares descansavam, comiam e bebiam depois de um dia nas trincheiras. Projeções analíticas sobre o futuro dos combates ou palpites da boca para fora, entre um gole e outro de uísque ou cerveja, eram lançados a um ar impregnado de fumaça de cigarro. Estar hospedado ali era um pouco realizar aquele sonho de adolescente. A autorização – era um investimento realmente caro e precisava de um aval do jornal – veio com um e-mail do diretor de redação Marcelo Rech: “Ok, mas cuidado: grandes carreiras foram construídas ou perdidas nos bares do Intercontinental”.



Há duas Beirute. Uma a pleno funcionamento, na qual é possível comprar celular, comida, roupas. Lojas funcionam, bancos estão abertos e jovens lotam o calçadão à beira do Mediterrâneo. Na segunda é que o conflito acontece. O bairro de Dahye é um imenso amontoado de prédios no chão, monitorados no céu pelos aviões de reconhecimento MK e, em terra, por homens do Hezbollah.

A qualquer hora e por todas as Beirutes estão alguns vestígios de anormalidade: filas de três horas para abastecer o carro, refugiados nas escolas e um toque de recolher informal a partir das 15h. É o horário no qual normalmente começam os bombardeios. À exceção de Dahye, a cidade que 16 anos atrás era fatiada em guetos religiosos, hoje permite que você ande sem distinguir com facilidade em que área está. O conflito uniu Beirute. A revolta contra Israel cerrou fileiras de muçulmanos xiitas, sunitas e cristãos ao lado do Hezbollah. Há quem não apoie a guerrilha, mas é difícil que algum libanês fique indiferente quando as bombas caem.

À direita do viaduto Hadi Nasrallah partido ao meio por bombas israelenses, um amontoado de areia e barro vermelho retirado de uma

cratera de 10 metros de diâmetro interrompe uma das ruas. Quando aponto a câmera em direção ao local, um homem com barba, vestindo jeans e camisa polo amarela, levanta-se com um fuzil à tira-colo.

– Sem fotos – grita, em inglês.

Quem dá as ordens aqui não é a polícia, tampouco o exército. Em Dahye, um enclave onde vivem 1,5 milhão de moradores no sul de Beirute, mandam os homens do Hezbollah. O grupo tem tamanho poder que o viaduto agora destruído leva o nome de um dos filhos do líder máximo da organização, xeque Hassan Nasrallah. Governo paralelo, a milícia administra uma ampla rede social – com distribuição de alimentos e remédios para populações carentes em locais onde o Estado não entra. É o caso de Dahye, cuja população é majoritariamente xiita. O prestígio da localidade também trouxe a dor. Algumas das casas de alvenaria de dois a três pisos foram sugadas pela terra durante os ataques israelenses. Como cicatrizes do último bombardeio, o asfalto e as calçadas estão cobertos de destroços. Carros atingidos por blocos de concreto continuam estacionados como na hora do ataque. Nos postes, Nasrallah reina onipresente – está em oito de cada 10 cartazes colados ao longo da avenida principal.

Por precaução, o Hezbollah sitiou o bairro e o transformou em fortaleza. Além dos montes de areia que formam barricadas, o grupo obstruiu a passagem com pneus e carcaças de carros incinerados.

Ao se dar conta de que ultrapassou a fronteira invisível e está na área da milícia, o motorista pisa no acelerador. Olhos aparecem nos cantos dos prédios. O perigo vem dos lados: não é possível parar, porque o Hezbollah exigiria explicações. E de cima: o bairro pode ser atacado a qualquer momento, com ou sem civis dentro.

No horário previsto para o início do show de morte, os moradores ficam tensos. Quem está de carro passa com o sinal vermelho, corta a frente no cruzamento. Quem está a pé, aperta o passo. Na orla, a guerra deixou obras inacabadas, grandes edifícios abandonados às pressas. Até 20 dias atrás, a região atraía centenas de turistas. As ruas

estão sujas, porque muitos funcionários da limpeza urbana fugiram do país. Próximo ao aeroporto, cartazes descolando das paredes lembram cenas de batalha, a espada do Islã e uma mesquita dourada ao fundo. Não há sirenes antiaéreas. As pessoas sumiram. O carro avança mais rápido, como a escapar de um ataque que não veio.



No banco de trás de um Echo Toyota cinza, sou conduzido pela primeira quadra da região de Dahye, um bairro de classe média baixa. O motorista, um homem na faixa dos 35 anos, veste calça jeans e camisa social azul. “F”, como vou chamá-lo aqui, fala pausadamente em árabe com o amigo, um outro libanês nascido em Dahye e com contatos na “Resistência”, que vou identificá-lo apenas como “L”. Para um repórter que desembarca em um canto do mundo de repente – uma rotina dos enviados especiais – fazer fontes é, talvez, uma das maiores dificuldades. Não ficamos no país o tempo suficiente para conquistá-las. E aqui, no Oriente Médio, confiança é algo ainda mais difícil.

Não posso admitir que confio nos dois. Conheci “L” no consulado do Brasil, enquanto buscava informações sobre a retirada organizada pelo Itamaraty. Eu queria mostrar o que ocorria no bastião do Hezbollah, “L” estava interessado em mostrar ao mundo aspectos pouco conhecidos da milícia – enfim, a versão exatamente que eu buscava. Em um hotel na orla, acertamos a entrada em Dahye em um café com “F”, uma espécie de porta-voz do Hezbollah. Não havia como confiar inteiramente neles. A guerrilha é conhecida por sequestrar jornalistas, mas o fato de um dos homens falar português e ter família no Brasil me garantia um pouco de tranquilidade.

Para chegar até Dahye, “F”, a quem me dirijo apenas por meio do amigo, pediu autorização à cúpula do Hezbollah uma hora antes de deixarmos um hotel no centro de Beirute. Seu telefone celular não para de tocar. Enquanto seguimos para o bairro, informantes avisam

sobre a localização de aviões israelenses na área. Mais cedo, um deles havia fulminado uma van suspeita de transportar armas para a milícia. Levava, segundo os moradores, apenas verduras e frutas a refugiados.

O Hezbollah tem interesse em permitir a entrada de jornalistas em Dahye para mostrar que Israel está matando civis. Mas, desde o início da guerra, fechou o acesso ao bairro com barricadas de barro retirado das crateras das bombas. Noite e dia, monitora quem entra e quem sai.

O carro segue lentamente. Quando um dos vigilantes se aproxima para parar o visitante, reconhece quem está ao voltante e recua. Ninguém no carro fala nada. A apreensão responde pela sigla MK, como são conhecidos os aviões teleguiados israelenses que monitoram o bairro do alto. Basta que um veículo suspeito se aproxime, para que a informação seja repassada aos caças de Israel e o alvo mandado pelos ares.

– A gente cresce acostumando o ouvido a perceber o barulho dos MK – explica-me “L”.

Não ouço nada no céu. O veículo avança em uma rua deserta margeada por prédios cujas janelas de vidro foram estouradas pelo impacto de explosões. No final da rua, apenas um homem caminha. Intrigado, “F” olha para o céu a cada 10 segundos. De repente, para. Faz uma manobra brusca para a esquerda, coloca o carro em cima da calçada e inicia um retorno em alta velocidade.

Continuo sem ver ou escutar nada ameaçador do alto, mas a sensação é de que alguém lá em cima está nos seguindo. O telefone de “F” toca.

– Os israelenses conhecem o teu carro e estão te vendo – traduz-me “L”, sobre a mensagem que receberam.

“F” acelera. Quanto mais se afasta de Dahye por atalhos, mais tenho a impressão de que estamos entrando bairro a dentro. Cruzamos uma avenida, e o carro para sobre a calçada, colado à fachada de um prédio, sob a marquise.

– Aqui, estamos protegidos – diz “F”, em árabe, espiando pelo retrovisor.

Passam-se dois minutos. Não se ouve explosão. Como havia prometido que nos levaria aos estragos, “F” quer cumprir com sua palavra. Pelo menos uma foto para mostrar aos brasileiros os estragos de Israel, me pede. O amigo aconselha a não seguirmos. Concordo com a cabeça, tentando aparentar tranquilidade:

– Sem problemas. Fica para a próxima.



A 15 quilômetros da fronteira com Israel, não há tanques ou blindados, tampouco soldados. Não há sequer pessoas para entrevistar. Restam o silêncio e as imagens de prédios sugados pela terra. Todos se foram de Qana, o vilarejo no sul do Líbano que no domingo escreveu seu nome na história da infâmia. Chinelos infantis, lenços femininos e fraldas descartáveis ainda estão a três passos do prédio onde morreram 57 pessoas quando as bombas caíram. Como aquele edifício, há pelo menos outros 15 em Qana – todos em ruínas.

São necessárias 10 horas para ir e voltar ao inferno. A rodovia principal está crivada de crateras de bombas. A saída de Beirute, às 9h30min, é atrasada pelas filas nos postos de combustíveis. Amer Kaskas, o motorista que concordou com a viagem por US\$ 400, um valor superfaturado em razão do risco, esquecera-se de abastecer o carro. Os estabelecimentos abertos limitam a venda a poucos litros de gasolina.

A estrada principal está interrompida nos primeiros quilômetros. Amer toma a esquerda e segue por uma estrada secundária, margeada por plantações de bananas. Eu decidira viajar até o sul do Líbano ao acordar, às 6h da manhã e ver pela CNN que Israel declarara trégua. Motivo: havia bombardeado um prédio civil. Era a minha chance, pensei.

– Israel anunciou uma trégua de 48 horas – tento animar Amer e o colega Mahmoud Awad, que viajam no banco da frente, um pouco arrependidos de terem aceitado a viagem.

– Eu não confio – diz Mahmoud.

Outros carros juntam-se na estrada de asfalto que sobe e desce três montanhas consecutivas. São centenas de pessoas que aproveitam a trégua para voltar para casa e conferir os estragos. Há duas horas na estrada, o motor do carro aquece demais e para no lugarejo de Wadi Alzzaini, próximo a uma ponte partida pelas bombas. Às 11h30min, a temperatura ao sol é de 37°C. A cidade de Tire tem uma praia belíssima. Mas, como é alvo consecutivo de bombardeios, restaram apenas as cadeiras de praia e os guarda-sóis. Na avenida principal, há montanhas de terra levantadas pelas explosões. Nos postes, as imagens de políticos xiitas rasgadas. O turismo se foi, mas há quem ganhe com a crise. Vestindo uma camiseta cinza com a foto do jogador Ronaldo Nazário, um jovem chamado Ahmed, 17 anos, junta as moedas da venda de água na beira da estrada.

– O pior ainda está aí à frente – avisa, antes de ensinar o caminho para Qana.

A água de Ahmed ajuda a amenizar o calor em uma grande área de areia e pedregulho, parte de uma estrada em construção. É a esse deserto em meio a plantações de soja que Ahmed se referia. O local virou uma espécie de entroncamento entre quem tenta ingressar no Sul e quem foge para o Norte. Há postos de controle do exército libanês, com latões pintados de vermelho e branco e casamatas abandonadas.

O celular de Mahmoud, que ficara sem sinal nas montanhas, volta a tocar. Ele fala rápido, em árabe, e desliga.

– Bombardearam perto daqui – avisa.

O número de crateras ao longo da rodovia aumenta. Em uma delas, um carro vermelho foi sugado pelo buraco. Um parque de diversões na saída de Tire tem os portões abertos. Mas, dentro, alguns brinquedos estão queimados e retorcidos. Do outro lado da rua, lojas e mercados têm as portas de ferro descoladas da parede, como se o impacto da explosão tivesse feito as salas inflarem de ar.

Antes de cada buraco aberto pelas bombas, há carros batidos contra postes, denunciando o pânico do motorista.

– Uma boa notícia pra você, brasileiro – ironiza um jornalista americano ao reparar a bandeira verde-amarela no meu colete.

– Olha lá! – continua, apontando para a bandeira do Brasil no alto de um prédio, a menos de 200 metros do edifício onde morreram as mulheres e crianças em Qana.

Sorrisos sem graça. Remexido por retroescavadeiras em busca de sobreviventes, o prédio de três andares virou uma montanha de concreto sob ameaça de desabar. À direita, estão colchonetes nos quais as vítimas dormiam na hora do ataque. A imagem mais chocante é a de uma fileira de sacos plásticos com roupas, fraldas descartáveis e lenços femininos coloridos. Adiante, Mahmoud toma a câmera da minha mão e tenta ele mesmo fotografar. Aponta para o chão: é um chinelo infantil azul, partido ao meio.

– Por que fizeram isso? – grita, como se eu pudesse explicar.

Ele perde o controle pela primeira vez em quatro dias que tem me acompanhado como intérprete e motorista no Líbano.

De repente, um boato começa entre os jornalistas. O som dos aviões, dizem os intérpretes. É como um trovão contínuo, sem relâmpago, sem explosão.

– Vamos embora – interrompe Mahmoud.

A imagem do desespero de quem deixa o sul do Líbano pode ser resumida em uma cena: a ponte sobre Damour. Ela não existe mais, mas os motoristas descem do carro e retiram as placas do guard rail. Em cinco minutos, abrem passagem em um dos cantos, próximo ao abismo aberto pelo bombardeio. Dá certo. É por ali que dezenas de carros dão continuidade à fuga. De vez em quando, ambulâncias da Cruz Vermelha libanesa acionam as sirenes para indicar que mais um corpo foi encontrado na estrada ou dentro de veículos retorcidos. Com os carros cheios, centenas de famílias pegaram as estradas de Saida e Beirute, esvaziando povoados inteiros.

O tráfego é intenso. Uma mãe com quatro filhos reuniu seus pertences mais valiosos, colocou-os no carro e abandonou Nabatiyeh, a 70 quilômetros da capital.

– Não fugimos antes porque achávamos que a ONU votaria uma resolução mais firme, condenando o massacre de Qana – explicou, referindo-se à resolução votada no domingo pelas Nações Unidas, que condena apenas a morte de civis. – Se eles não podem fazê-lo, não podem nos defender.



São 23h25min de terça-feira na rodovia que singra o norte da Síria em direção a Damasco. A fronteira do Líbano ficou para trás há cerca de quatro horas e meia. A bandeira brasileira presa ao teto do ônibus número 6 bate contra a lataria, dando uma falsa sensação de chuva. É apenas o vento.

O veículo percorre os últimos cem quilômetros do caminho para Damasco. Espremidos entre malas, travesseiros, sacos com garras d'água, um carrinho de bebê e uma cadeira de rodas, 20 brasileiros fogem da guerra. São parte dos 250 refugiados que deixam o Líbano em oito ônibus organizados nesta tarde pelo consulado do Brasil em Beirute.

No veículo número 6, são oito homens, sete mulheres e cinco crianças – entre elas, um bebê de 24 dias. Embarquei em Beirute às 16h10min, os demais passageiros abandonaram suas casas no vilarejo de Sultan Yacoub Tahta, no Vale do Bekaa, às 14h. Fogem de três semanas de bombardeios israelenses. Saem com uma mala de no máximo 20 quilos e uma mochila de mão cada um.

Por causa dos bombardeios, para chegar até Damasco é preciso viajar até a costa mediterrânea, tomar a direção Norte, pela Rodovia do Sol, cruzar a fronteira síria e descer para o Sul. Ao todo, 500 quilômetros de uma jornada de 10 horas.

Os ônibus trazem bandeiras brasileiras no teto, na frente e nos vidros. Para evitar equívocos, a embaixada do Brasil em Israel comunicou as placas e cores dos veículos aos governos israelense e americano. Apesar do alívio de deixar a guerra, o clima no ônibus é pesado. Para trás está ficando uma terça-feira de perdas.

Natural de São Bernardo do Campo, São Paulo, Nagib Barakat, abandonou a casa, os negócios e uma vida de cinco anos no Líbano. Há pouco, despediu-se da mulher e dos três filhos, Dib, 10 anos, Fátima, 15, e Luana, três, que seguiram com o comboio para a Turquia, onde embarcariam para o Brasil. Com a esperança de poder voltar ao Líbano tão logo o conflito acabe, Nagib decidiu ficar em Damasco. “Vou tentar encontrar tempo para chorar”, desabafa.

Nagib perdeu o pai nas três semanas de insanidade no Oriente Médio. Dib Barakat trabalhava na fábrica da família quando um míssil israelense atingiu o local, penetrando 10 metros prédio adentro.

– Em duas semanas, perdi meu pai, perdi meus negócios e agora estou mandando meus filhos para o Brasil e vindo para a Síria – lamenta.

No Líbano, ficou o Nagib conhecido pelo sorriso largo e as piadas. O que veio para a Síria é o Nagib frágil. Depois de organizar os passaportes dos companheiros e comprar água, ele subiu no terceiro ônibus do comboio para a despedida da família. Despedaçou-se quando o filho Dib implorou: “Pai, não volta para o Líbano”.

O ônibus número 6, o nosso, é o único do comboio que se desloca para Damasco. Os demais vão para Adana, na Turquia. A preferência pela capital síria deve-se à gravidade do estado de saúde de Abdul Abdouni, 79 anos. Com problemas nos pulmões, diabetes e um derrame que lhe tirou os movimentos, ele embarcaria para o Brasil em Damasco.

– Parece que estou saindo pela porta dos fundos – diz o filho, o também paulistano Mohamad Abdouni.

O ar-condicionado do veículo não vence o calor. Abdouni, o pai, viaja deitado em um colchão no lugar onde foram retirados três conjuntos de poltronas atrás do banco do motorista. Os sintomas de cansaço e perda de líquido preocupam a médica e o enfermeiro libaneses contratados por Mohamed para cuidar do pai durante a viagem. Preocupado com os sintomas de Abdouni, o motorista acelera. O velocímetro

se altera entre 100 km/h e 120km/h. Quando as luzes de Damasco piscam à frente, passa da 0h30min de quarta-feira. A maioria no carro dorme. As honras da casa ficam por conta do motorista:

– Espero que você volte ao Líbano em tempo de paz – despede-se.



Pior do que entrar na guerra é conseguir sair dela. Em Damasco, o voo de retorno para o Brasil passa por Tel-Aviv, Israel. De novo, um pecado aos olhos intolerantes dos governos da região.

– Você não vai viajar. Primeiro, vai conversar com nossos agentes – diz o funcionário da companhia estatal Síria, no sujo aeroporto de Damasco.

Previendo complicações, ligo para a redação do jornal em Porto Alegre e aviso que estou com problemas. Mas antes que seja necessário qualquer comunicado à embaixada, um outro funcionário do aeroporto salva a situação:

– Você vai para Amã, ok? – afirma, olhando como quem diz: “Concorda, antes que dê problema”.

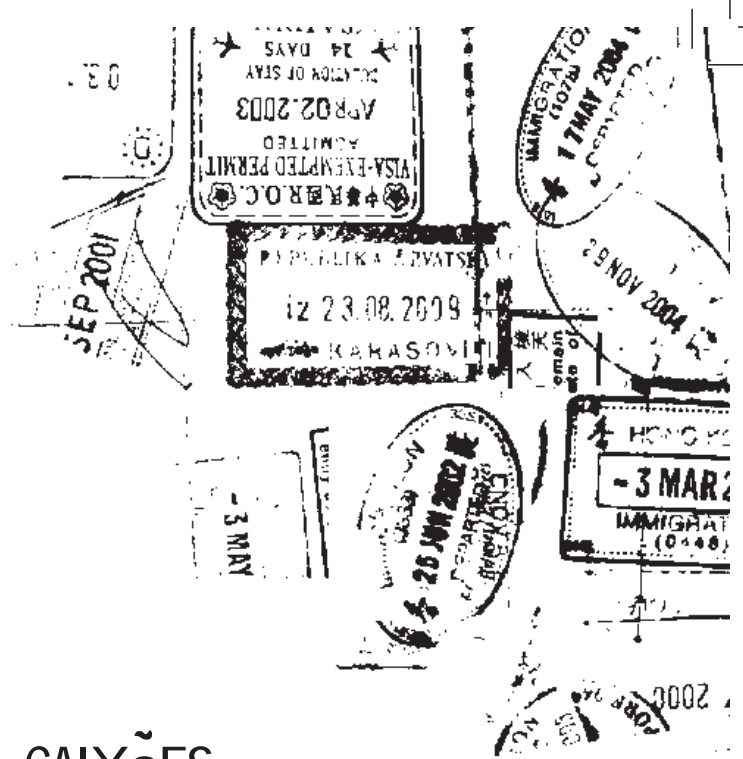
Era este o meu destino imediato, mas o fato de eu pegar uma conexão para Israel, levantava suspeitas. Conexões feitas, chego a Tel-Aviv esperando não perder tempo para o voo para a Europa e, por fim, ao Brasil. Mas esbarro de novo nos entraves diplomáticos. Com os carimbos de Síria e Líbano no passaporte, sou conduzido a uma sala para interrogatório.

– Não quero entrar em Israel, quero apenas conexão para o Brasil – argumento.

– Por quê? Você quer dizer que nós não gostamos de jornalistas? – ameaça a agente.

Sou obrigado a abrir o computador e mostrar todas as fotos da cobertura. A funcionária também manda eu traduzir as anotações do bloco. Só sou liberado com a intervenção da embaixada brasileira. Graças a um telefonema rápido que consegui dar ao Nahum Sirotsky.

Quase dois anos depois, em 16 de julho de 2008, Ehud Goldwasser e Eldad Regev, os soldados israelenses raptados pelo Hezbollah em 2006 – fato que originou a guerra naquele verão no Hemisfério Norte –, foram entregues pela milícia ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que os transportou para Israel. Estavam dentro de caixões.



UMA CIDADE DE CAIXÕES

Pisco, agosto de 2007

Colado a um saco preto no chão da Praça de Armas de Pisco, um papel com código “3545A” identifica um dos corpos retirados dos destroços da Igreja San Clemente. Receosa, sem saber ao certo como se dirigir aos médicos legistas, Elisabet Gutiérrez fura o cordão de isolamento ao redor dos cinco cadáveres depositados no local. Foi incumbida pela mãe de uma missão dura, certamente a mais terrível de seus 16 anos: identificar o cadáver do irmão.

Elisabet vence a timidez e sinaliza para o médico legista: fala baixinho algumas palavras e passa a mão ao longo da cabeça, até os ombros. Com o gesto, explica ao médico que o irmão tem cabelos compridos. O legista aponta um dos sacos pretos no chão. A jovem dá cinco passos. Para. Então, o médico abre o saco. Nesse instante, logo atrás, uma mulher grita de cima do que sobrou do chafariz:

– Fecha os olhos, Leonardo.

Ela se dirige ao filho, um menino de cinco anos que se debruça sobre um pilar, curioso em olhar a morte pela primeira vez.

O saco preto é aberto. Leonardo atende à ordem da mãe e vira de costas para a cena. Elisabet apenas confirma com a cabeça. O cadáver deixa de ser um código. O “3545A” ganha nome e sobrenome. Mais: rosto e história. O “3545A” chama-se Jorge Luis Gutiérrez, irmão de Elisabet, membro do grupo de jovens da Paróquia San Clemente. Tocava violão, animava a missa quando a terra tremeu no final da tarde de quarta-feira, 16 de agosto de 2007, sugando o prédio da igreja, o altar e enterrando todos os fiéis. Entre eles, Jorge Luis, o irmão de Elisabet.

Acompanhei em silêncio a cena a cerca de quatro metros da família. Elisabet não sabe, nunca saberá, mas quando ela esticou o pescoço para reconhecer o corpo do irmão, eu estava junto com ela. Quase pude sentir a mesma dor que ela sentiu. Estiquei eu também o pescoço, e logo virei o rosto. Os cabelos compridos, o jovem alto, me remeteram diretamente à imagem de um antigo amigo da época em que também eu frequentava grupo de jovens e animava a missa com violão.

Pisco era uma cidade tomada por caixões. Nas caçambas de caminhões, sobre bancos de praças, entre ruínas na frente do que um dia foram casas. A Praça das Armas tornou-se o grande centro nervoso da catástrofe que se abateu sobre Pisco, cidade de 140 mil habitantes localizada a 230 quilômetros de Lima e a mais devastada pelo terremoto de quarta-feira, o pior dos últimos 37 anos no país. É para uma área entre as árvores e fontes da praça, ao redor de uma enorme estátua do libertador José de San Martín, que são trazidos os corpos achados nos escombros. Em frente à igreja, amontoam-se famílias à espera de um grito que não vem do meio dos destroços do templo.

A alguns metros dali, cinco homens carregam com dificuldade um caixão cinza. Deslocam o féretro da praça para o primeiro banco que enxergam longe dali. O peso e o cansaço os fazem largar o caixão rapidamente sobre o banco de cimento. Um barulho seco ecoa em meio aos ruídos das retroescavadeiras que remexem prédios ao lado. Com o caixão no banco, enfim, a família se permite um abraço.

O lamento não dura mais do que dois minutos. Logo, um padre aparece para encomendar o corpo. Fala rápidas palavras, inicia o Pai

Nosso. A cinco passos dali, um dos parentes revolta-se com o padre, com as câmeras dos jornalistas, com Deus.

– Odeio a todos – grita, aos prantos, enquanto é contido por outro familiar.

Recuo a câmera. Caixões não estão apenas nos bancos das praças. Estão no que sobrou das calçadas, espalhados pelos cantos dos prédios, dentro de casas que não caíram. Pisco virou um grande velório a céu aberto. Uma gigantesca vala comum.

Joe Razetto, dono de uma empresa de seguros e de uma funerária em Pisco, lamenta a morte de seus segurados:

– Nunca pensei que tantos clientes fossem morrer ao mesmo tempo – diz o homem que, em três dias, entregou cerca de 150 caixões, a maioria de graça.

Aproximo-me do número 419 da Rua San Francisco, onde uma família está sentada sobre pedaços de concreto que despencaram das paredes. Dentro do ataúde, Daniel Orbeguero Vélez volta ao local onde estava às 18h40min de quarta-feira. Tomava o chá do final da tarde quando o teto da casa despencou. O filho Luis Fernando correu. Mas Daniel, 70 anos, já estava caído, com a cabeça sangrando. Luis Fernando ainda levou o pai ao hospital, mas Daniel não resistiu.

– No dia anterior, ele começou a me passar as responsabilidades da casa. Como se estivesse se despedindo – conta-me Luis Fernando.

Ele e a prima Marina Palomino retiram as pedras do que sobrou da casa para abrir um vão. Arrastam o caixão. O velório seria ali mesmo, na rua, onde a família tem passado as noites desde o terremoto. Na árvore da esquina, a inscrição em uma placa da prefeitura conclama os cidadãos de Pisco: “Construamos o que falta em vez de destruir o que existe”.

A natureza não entendeu o apelo.



O pior para um repórter em um cenário como este é a sensação de impotência. Você ouve com atenção as histórias mais terríveis. De sangue, morte e dor. De quem perdeu o pouco que tinha: uma casa de barro, um carro velho, uma geladeira ou um fogão enferrujados. Então, você pede licença, abre o bloco e anota tudo em detalhes. Logo, o entrevistado se sente à vontade e apresenta os filhos, os vizinhos, os amigos.

Todos o olham com reverência. Como se a simples presença de um jornalista brasileiro ali fosse mudar seus destinos ou pelo menos amenizar suas dores do espírito. Talvez sirva como bálsamo.

Não está escrito em manual de redação algum que seria fácil andar entre os destroços de uma cidade devastada como se fôssemos alheios ao sofrimento. Alguém que desembarca ali em uma terra estranha e logo irá embora, voltando para a sua cidade, onde tudo funciona – luz, telefone, internet.

Em Pisco, a todo momento, passava pela minha mente algo que eu já sentira nas tragédias do furacão Katrina e na guerra do Líbano, mas em nenhum dos dois cenários conflagrados eu tivera essa visão de destruição total. O que eu senti nos episódios anteriores e que só aqui consigo identificar é culpa. Culpa de ouvir, anotar. Pedir desculpas, licença. Desejar sorte. Virar as costas e ir embora.



Demora para amanhecer na costa peruana. Às 6h30min, quando o carro cruza o quilômetro 140 da Rodovia Pan-Americana, a Estrada que singra o Peru, entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, já apresenta diferenças em relação ao momento em que deixamos o centro de Lima às 5h da manhã.

Nos primeiros quilômetros em direção à zona de devastação, ao Sul, não há energia elétrica. Os postes ainda estão de pé, mas as luzes estão apagadas. Os postos de combustíveis estão fechados. Não há

restaurantes, bares ou lancherias. O único alento, além da visão do Pacífico, são as condições da rodovia. Trânsito rápido, como uma Freeway.

Isso acaba no quilômetro 182. As três pistas se tornam duas, uma de ida, outra de volta. O asfalto bem cuidado cede lugar a rachaduras de mais de 20 metros de comprimento no meio da rodovia. Além de mim, estão no carro Carolina Brunstein e o fotógrafo David Fernandez, do jornal argentino Clarín, e a enviada do La Nación, Inés Capdevilla. São veículos de comunicação concorrentes, mas nessa hora, no front, as disputas entre as empresas são deixadas de lado pelas colegas, que compartilham não apenas o carro, mas, a partir dali, os medos e o terror.

Chegamos ao povoado de San Clemente, uma espécie de antessala do inferno. A localidade sofreu tanto quanto Pisco. Casas de adobe no chão, famílias amontoadas nas ruas. Porém, por ser menor e menos conhecido do que Pisco – a cidade que deu nome à famosa cachaça peruana cuja base é a uva –, o distrito assiste à maiora dos caminhões com comida passar sem parar.

– Toda a ajuda está indo para Pisco. E nós precisando de tudo – lamenta Paulina de Sarota.

Ao saber que sou brasileiro, um professor de San Clemente se entusiasma:

– Ele é brasileiro. O presidente Lula vai nos ajudar – grita para os vizinhos, que começam a se levantar e caminhar na nossa direção.

Fico constrangido. Sei que o Brasil prometeu enviar remédios e comida. Mas tudo o que vier parece pequeno demais diante do gigantismo da devastação.



Depois de um dia na zona de devastação, comendo no lugar do almoço a poeira dos lugarejos do sul do Peru, tudo o que eu queria na noite de sexta-feira, 17 de agosto de 2007, era um suculento bife com

batatas fritas. Às 21h54min, no quarto localizado no nono andar do Hotel Sheraton, em Lima, liguei para o serviço de hóspedes. Deitado na cama, perguntava à atendente se poderia substituir o frango do cardápio por carne de gado.

A cama começou a tremer. Para a direita, para a esquerda e para a direita de novo, como se embalada por uma mão gigante.

– Ops... Está mexendo – disse a atendente, com tranquilidade.

Eu havia, claro, percebido.

– É... – concordei, tentando aparentar calma.

Foram entre cinco e sete segundos de tremor. Lá pela metade, a parede de trás da cama começou a produzir um barulho estranho, como se estivesse se rasgando. Do outro lado da linha, a mulher insistia nos detalhes do tal bife:

– Bem passado ou malpassado? – queria saber.

Sequer respondi.

– Ok, entendido? Gracias – dei um jeito de desligar.

A sensação é de impotência. As pernas tremem, e se demora pelo menos dois segundos para se acreditar que está acontecendo de novo – e desta vez é com você. Quando a gente se dá conta de que, sim, é um terremoto, pensa: “Não, um prédio deste tamanho, mais de 15 andares, não vai cair”.

Depois, a gente se questiona: “Devo descer de elevador ou pela escada? Dá tempo?”. Na dúvida, vesti o colete com os telefones celulares nos bolsos – o mínimo necessário para entrar ao vivo em um boletim para a Rádio Gaúcha –, peguei o bloco e a caneta e corri para o corredor do hotel.

– É seguro? Ou é melhor sair para a rua? – perguntei ao primeiro funcionário que encontrei.

O homem parecia mais em dúvida do que eu. O Sheraton de Lima tem um grande vão na parte central, a partir do qual é possível ver todos os andares, como grandes sacadas. Como eu, vários hóspedes

decidiram sair dos quartos – e só se viam as cabeças olhando para o alto e para baixo. Entre eles, dois comissários de bordo de uma companhia aérea brasileira. Sorrimos amarelo:

– Tremeu, né?

É. Tremeu. Então rimos nervosos. As pernas ainda tremiam. Desta vez, só as pernas. Felizmente.



A despeito de todo o glamour que o cinema e os livros criaram – e alguns jornalistas fazem questão de cultivar – em torno do enviado especial, o correspondente nada mais é do que um ser com uma tarefa inglória. Solitário, longe de casa, soterrado por centenas de informações, sempre com a sensação de que algo está acontecendo sem que ele saiba, tendo que se virar em idiomas diferentes, alugar carro, intérprete e ainda concorrer com jornalistas algumas vezes mais experientes, que contam com equipes de produção e suporte técnico que lhes permitem transmitir de qualquer lugar a qualquer hora. Em coberturas mundo afora, sempre tenho em mente que, no computador do meus editores em Porto Alegre, as agências de notícias internacionais despejam mais de 800 textos e fotos sobre o local em que estou. Se optar por apenas descrever o que vejo, certamente serei apenas o autor de mais um dos artigos que chegarão à minha redação. Fazer a diferença, trazer aos leitores um relato exclusivo, autoral, aquilo que eles não lerão em outros jornais. Esse é o meu mantra durante as coberturas. Dois dias depois de chegar ao Peru, pensava como descortinar um ângulo diferente da tragédia. Optei por passar uma noite na cidade arrasada.

A nova incursão a Pisco começou às 20h de sábado em Lima. Pela frente, 240 quilômetros. Deixo a capital peruana em um carro alugado com os colegas do Clarín e do La Nación. Trabalhar em equipe é fundamental. Há rumores de saques a veículos na região de desastre. No caminho, a ponte Huamani, na localidade de San Clemente, é o

único acesso à cidade de Pisco. Os pilares da estrutura estão rachados, mas a ponte continua perigosamente em operação. Com os congestionamentos dos últimos dias, leva-se 40 segundos para cruzá-la, lentamente, em comboio de caminhões e ônibus. É prender a respiração e pensar que não será na sua vez que ela cairá.

Ao chegar a Pisco, as imagens do dia tornam-se mais apavorantes. Como em um filme de terror, os faróis do nosso carro são a única fonte de luz em muitas ruas. Como fantasmas, silhuetas de seres humanos caminhando sem rumo surgem à nossa frente. Sentado no banco da frente, no carona, recebo no rosto a poeira levantada pelo vento revirando os destroços das casas.

À 1h46min do domingo, o último refletor que iluminava os escombros da igreja de San Clemente, em Pisco, é apagado. Os bombeiros dão por encerradas as buscas por corpos no templo que virou o símbolo dessa catástrofe peruana. Com autorização do comandante dos bombeiros, capitão Jorge Molina, podemos entrar por alguns minutos no interior da igreja. Visto por dentro, o templo se tornou um grande terreno vazio. Ficaram de pé apenas a fachada, as duas torres frontais, as paredes laterais e a abóbada que ficava sobre o altar. Não há teto, e no chão, apenas areia.

O capitão Molina, há 30 anos no serviço, diz que nunca viu tamanha destruição. Enquanto se desloca com familiaridade pelo local, descreve os primeiros dias do resgate. Desde as 9h de quinta-feira, ele comanda os 200 homens que trabalham cavocando em busca de corpos. No total, 140 foram encontrados, apenas na igreja. Acostumado à poeira, ao cheiro de morte do ambiente, o bombeiro aponta com precisão onde os cadáveres foram encontrados. A descrição ajuda a montar na mente o cenário da tragédia.

Cerca de 300 pessoas participavam da missa na tarde de quarta-feira. Às 18h40min, no altar, o padre José Torres dava por terminada a comunhão. A celebração se encaminhava para o final. Quando ele virava de costas para os fiéis e se dirigia para guardar as hóstias que sobraram no sacrário, o chão tremeu.

– Foram dois. O primeiro assustou as pessoas e possibilitou que tentassem fugir. Então, veio o segundo, que fez desabar a igreja – conta Molina.

Isso explica porque o maior número de corpos fora localizado próximo às saídas, na frente e nas laterais. É da entrada que Molina terá suas melhores e piores recordações. Na quinta-feira, seus homens resgataram com vida ali dois homens. Na madrugada de sábado, retiraram os corpos de uma mãe e de uma criança de quatro anos. Estavam abraçadas.



Os fantasmas de Pisco perambulam pela Praça das Armas enrolados em cobertores até as cabeças. Nos rostos, usam máscaras cirúrgicas. A um primeiro olhar, eles não têm idade definida. O sofrimento lhes tirou os traços da juventude. Meninos viraram homens da tarde de quarta-feira para a manhã de quinta. Meninas, como Leila Véllez, de 15 anos, tornaram-se mulheres amadurecidas precocemente pela crueza da morte.

Ao meio-dia de quarta-feira, ela conversava na Praça das Armas com a colega Susan Surita, da mesma idade dela, sobre as aulas do dia. Nesta madrugada de domingo, está de novo ali, a poucos metros do banco onde sentaram naquela manhã. Cobertor nos ombros, touca na cabeça. Na falta de máscaras cirúrgicas, um moletom serve para evitar o cheiro da noite de Pisco. Ajoelhada, Leila chora ao lado do corpo da amiga.

Pouco antes, às 2h43min, os bombeiros que trabalham nos escombros da igreja San Clemente percorreram os 98 passos que separam o templo destruído do quadrilátero da praça onde são depositados os corpos. Leila levantou a cabeça, caminhou apressada no rastro dos socorristas. O cadáver, que ela pensava ser de Susan, era, na verdade, de um senhor na faixa dos 50 anos. Dois minutos depois, os bombeiros

refizeram os 98 passos. Não dera tempo nem de Leila voltar ao banco, seu refúgio.

– É de uma menina – gritou um dos bombeiros.

Leila agora tinha certeza. Junto a um grupo de curiosos, ela foi até o quadrilátero restrito por um cordão de isolamento. Quando o médico legista abriu o saco preto, todos viraram a cara. Só Leila olhou no rosto de Susan. Ao contrário do que se possa pensar, o choro da menina não era de desespero. Murmurado, o grito saiu abafado pelo abraço dos amigos.

O quadrilátero dos mortos é incensado pela fumaça das fogueiras na praça. Pisco cheira a morte, poeira e fumaça. As fogueiras, alimentadas pelas madeiras retiradas de portas e janelas de casas destruídas, servem como aquecimento e iluminam Pisco. De longe, ainda da Rodovia Pan-Americana, se pode avistar a coluna grossa de fumaça que contrasta com o céu sem nuvens desta noite. Não há luz elétrica, telefone ou água.

Passa das 2h. Com o apagar das luzes dos refletores na Praça das Armas, a cidade fica às escuras. Retirada da igreja, uma grande estátua de Cristo na cruz foi encostada a uma árvore ao lado da Virgem Maria. Ao redor, há santos sem cabeça, com pernas e braços amputados. Mas, mesmo assim, servem para veneração. A estátua de San Clemente, o padroeiro da igreja destruída, está encostada no monumento a San Martín desde que foi retirada do altar. Nesta noite, ganhou a companhia de Santa Rita. Os peruanos de Pisco fazem vigília.

Entre as famílias amontoadas na praça estão as de Gustavo Centeno, Domingo Mantras e Eduardo Torres. Aproximo-me do grupo, peço licença. Sento no chão para conversar com eles. Estão ao redor de uma fogueira. São vizinhos no distrito de Independência. Comem ovos cozidos e arroz. Bebem a última garrafa de água das compras da semana.

– A reserva que tínhamos está acabando – conta Eduardo.

Um grito de mulher interrompe nossa conversa e assusta até os cães que rondam os grupos ali. Os animais também procuram comida.

Mais um corpo é depositado no quadrilátero. Uma senhora desmaia e é carregada até uma ambulância. Segundo os socorristas, a intensa descoberta de corpos esta noite deve-se ao reforço da equipe.

A Praça das Armas é iluminada por quatro faroletes alimentados por geradores. Nas ruas ao redor, seguranças particulares fazem a guarda em frente às parcialmente destruídas agências do Banco de Crédito e do Banco Continental. Há ainda uma delegacia pequena e uma loja de perfumes que foi saqueada.

Fora dessas quatro ruas que limitam o centro do horror de Pisco, é só escuridão. Enquanto caminhamos pela cidade, o capitão Molina aconselha:

– Andem pelo meio da rua. Toda a hora há replicas, e as paredes podem desabar.

Próximo aos destroços de um edifício de três andares, um som, como o de o clique de uma câmera fotográfica, rompe o silêncio. Qualquer barulho, por menor que seja, pode significar uma tentativa desesperada de algum sobrevivente fazer contato com a superfície. Molina para. Permanece dois minutos em silêncio, mas lamenta:

– Deve ser apenas o vazamento de um cano de água.

Na Rua San Francisco, fogueiras iluminam fachadas destruídas e aquecem famílias que não deixaram os escombros de suas casas com medo dos saques. A luz do fogo molda a sombra de quatro homens que surgem da escuridão a passos rápidos. Trazem nos braços um caixão branco de tamanho médio. São 4h9min. Os homens trazem o caixão de Susan, a amiga de Leila.



Pisco acorda como foi dormir. Na praça, nas ruas, nas calçadas. Cheirando a fumaça, poeira e morte. Dormimos das 4h30min às 6h30min, como sardinhas enlatadas dentro do carro. Somos quatro – eu e David Fernandez, fotógrafo do Clarín, à frente, e as repórteres

Carolina Brunstein e Inés Capdevilla, no banco traseiro. Durante as duas horas de sono, fomos interrompidos por caminhões de lixo, carros da polícia que nos impediam de permanecer nos arredores da praça e pelo ruído dos geradores.

Antes de voltar para Lima, decidimos visitar o estádio municipal de Pisco, para onde foram deslocados muitos moradores que perderam suas casas. O acesso é permitido, mas assim que entramos, várias pessoas começam a empurrar o portão para tentar invadir o campo por meio da fresta aberta para nosso grupo. Um dos sete campos de desabrigados de Pisco, o estádio abriga 2,2 mil pessoas que deixaram para trás suas residências. Quem veio para cá, é porque perdeu tudo. E precisa comer.

Depois de dois dias alimentando-se apenas de arroz, Dora Chávez, 50 anos, finalmente sorri ao receber das mãos de um militar peruano um pacote com produtos como açúcar, bolachas e leite em pó. Sentada próximo a um tonel no que seria o centro do campo de futebol, ela festeja:

– Vamos poder variar o cardápio – diz para o marido, deitado na barraca cedida pela Defesa Civil.

Propagada aos quatro ventos pelo governo do presidente Alan García, a ajuda aos sobreviventes finalmente chegou às mãos de pessoas como Dora. Lentamente, mas chegou.

Basta iniciar a conversa com alguém, que outros moradores se aproximam. Querem informações:

- A que horas será a entrega de comida?
- Quando chegarão mais barracas?
- Por que demora tanto?

Sou bombardeado por perguntas que, obviamente, não sei responder. Repórter e entrevistado parecem inverter os papéis. Dora cansou de perguntar – e esperar. Pela manhã, ela deixara o campo para comprar verduras. Encontrou apenas mercados cujos donos, com

medo de saques, fecharam as portas. Quem abriu, jogou os preços na estratosfera: o açúcar, por exemplo triplicou de preço.

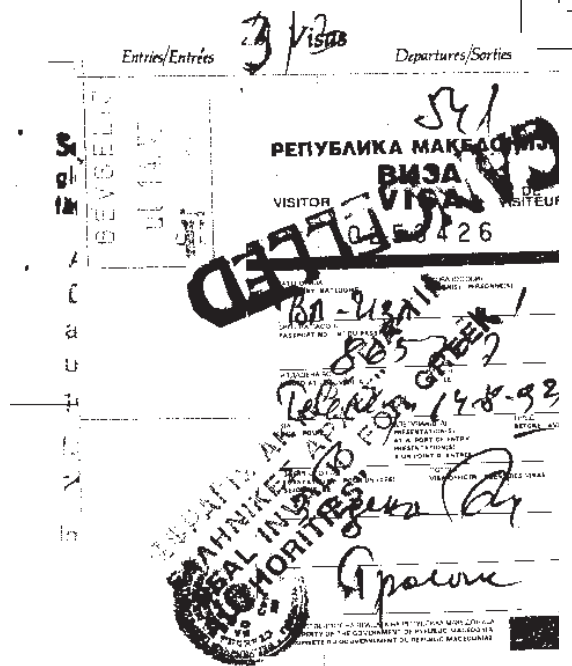
Aproxima-se do meio-dia. Os 27 militares peruanos que guardam o abrigo parecem desorientados próximos a uma das goleiras do campo. Quem faz o trabalho de juntar sacos de comida e água são os próprios moradores. Os sacos reunidos na marca do pênalti contêm atum, açúcar, massa, leite em pó e garrafas de água. No portão do estádio, há pelo menos 200 pessoas à espera de uma vaga no campo. Também querem comida prometida pelo governo. E ela é visivelmente insuficiente para alimentar toda essa gente.

Cansados, com o corpo pedindo uma cama decente, decidimos retornar a Lima. Mas, na saída, ao longe, avistamos um caminhão vindo em nossa direção. Na caçamba, homens atiram sacos de comida e garrafas de água para esfomeados moradores que correm ao lado do caminhão. Brigam entre si por um saco de atum e um pacote de açúcar. Instintivamente, o fotógrafo David para o carro, abre a porta e corre para registrar o momento. Também deixo o veículo e tento seguir o caminhão por algumas quadras. É uma confusão de pessoas e animais em uma maratona de desespero. Acompanho apenas duas quadras e me dou por vencido. David ainda corre mais duas. Volto para o carro à espera do colega para iniciarmos o regresso. Pelo retrovisor, observo David caminhando. Ele entra no carro. Tenta dar a ignição, mas desaba em choro. A visão de um menino abraçado a um pacote de arroz o fez lembrar de seus filhos. David é abraçado pelas colegas. Sem saber o que fazer, como consolar o colega, aperto seu ombro. Todos se emocionam no carro. Estamos exaustos, abalados pela noite dentro da cidade arrasada. Naquela manhã, a caminho de Lima, todos telefonemas foram para nossas famílias. Em momentos diferentes. Do outro lado da linha, ao ouvir o alô de minha mãe, Rejane, segurei o choro.

– Oi, meu filho! Como está?

Meus olhos lacrimejaram.

– Está tudo bem, mãe – forcei a voz, que quase não saiu.



OGUM, O SENHOR DA GUERRA, QUER SANGUE

Porto Príncipe, junho de 2005

– Vocês vêm aqui, tiram fotos e levam embora as imagens das piores favelas do mundo. E a vida deles não muda nada.

A frase era do general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro, o primeiro comandante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah). Desconfortável com o peso do colete à prova de balas e capacete, estou sentado no último banco de uma van da Organização das Nações Unidas. À frente e a nossas costas, blindados Uru-tu do Exército Brasileiro, pintados de branco e com as iniciais UN, ONU em inglês, fazem a escolta. Sobre os carros de combate, militares com o brasão nacional espreitam, por trás dos óculos de sol, becoss de Bel Air, um dos redutos da criminalidade que mantém sitiados 400 mil moradores da região. É junho de 2005.

Oprimido pelos desmandos da dinastia Duvalier – primeiro François, o Papa Doc, depois seu filho Jean Claude, o Baby Doc –, saqueado pela corrupção do ex-pai convertido em presidente Jean-Bertrand Aristide e violado por sucessivas intervenções estrangeiras, o

Haiti disputa os principais recordes de pobreza, analfabetismo e subdesenvolvimento humano. Em 2004, milícias golpistas originárias da cidade de Gonaives marcharam do norte do país em direção à capital para forçar a renúncia de Aristide, que acabou exilado na África do Sul. O país mergulhou em uma crise política e social de grandes proporções. Um governo provisório foi organizado às pressas, e uma força de paz foi enviada pela ONU para impedir que grupos rebeldes, guerrilheiros e criminosos comuns entrassem em choque e deflagrassem um massacre.

O pequeno país caribenho virou peça-chave no xadrez político que o Brasil passou a jogar para conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Chegar entre os grandes era quase uma obsessão do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O sucesso da operação no Haiti não garantiria a vaga, mas projetaria a imagem de potência em desenvolvimento que o Brasil almejava – e em parte conquistou – para ser respeitado em fóruns internacionais.

Em sua empreitada para conquistar os corações e mentes da opinião pública brasileira – nem sempre simpática à ação de seus soldados contra a violência no Caribe, enquanto não consegue fazer o tema de casa dentro de nossas fronteiras –, o Ministério da Defesa organiza, periodicamente, voos para jornalistas, em aeronaves da Força Aérea Brasileira. Nesta, viajamos 14 repórteres, cinegrafistas e fotógrafos de diferentes veículos de comunicação brasileiros, além de 19 oficiais do Exército que iriam supervisionar a tropa.

Não importa o tempo que se passa no Haiti. Pisar em Porto Príncipe sem tomar 10 vacinas aconselhadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é correr um sério risco de contrair doenças como hepatite, febre amarela e febre tifoide. Não existe água potável. Por isso, somos aconselhados a só bebê-la na base brasileira. Nem mesmo água mineral, vendida em Porto Príncipe, tem origem certificada.

No interior da van, o calor do Caribe dá as caras e faz o colete e o capacete pesarem o dobro do que realmente pesam. Ao entrar em Bel Air, observo homens, mulheres e crianças esqueléticos. Olho para nosso

comboio e não entendo a razão de tamanho arsenal militar. Preocupados em sobreviver em um país onde a maior parte dos 8 milhões de habitantes vivem abaixo da linha da pobreza, os haitianos me parecem incapazes de oferecer perigo. Até que uma pedra voa de um dos prédios de Bel Air.

– Pá!

Seja lá quem foi o atacante ou de onde a pedra veio, a ira do haitiano que a jogou foi despertada pela aproximação, a partir da janela da van, de um fotógrafo do nosso grupo. Só então, entendemos a frase do general Heleno:

– Vocês vêm aqui, tiram fotos, levam consigo as imagens das piores favelas do mundo. E nada muda na vida deles.

Pela primeira vez, sou tomado por uma sensação que me acompanharia em todas as três ocasiões em que estaria no Haiti: incômodo, constrangimento com todo aquele aparato bélico, nós, jornalistas superprotegidos atrás de coletes e capacetes, fuzis apontados para a população civil e um comboio cortando o cotidiano da população. Por mais que a missão seja de paz, sinto-me como um americano no Iraque, interferindo, como estrangeiro, na rotina da população. Nosso comboio interrompe o perambular sem destino de moradores, que olham em nossos olhos com uma profundidade incrível. Sem poder desembarcar, o jeito é fotografar pela janela, como um safári humano que, cobertos de razão, irrita alguns haitianos.

Ao longo da História, o Haiti sempre foi explorado por tropas estrangeiras – e, ao mesmo tempo, jamais se rendeu. Em 1492, foi na Isla Hispaniola – hoje dividida entre Haiti e República Dominicana – que o navegador Cristóvão Colombo desembarcou em sua primeira viagem do descobrimento. Os colonizadores espanhóis fizeram dos índios seus primeiros escravos, mortos tempos depois por maus-tratos e doenças do homem branco. Foi preciso importar escravos principalmente do Benim, de Angola e do Congo. Mais tarde, chegaram corsários franceses, que ocuparam o norte da ilha. Com o ouro acabando, os espanhóis perderam interesse, e os franceses tomaram conta do território à Oeste.

O jeito foi dividir, como no Brasil com o Tratado de Tordesilhas, a Isla Hispaniola em duas: à Leste, espanhola, onde depois seria a República Dominicana, e à Oeste, o embrião do futuro Haiti. Coube a um ex-escravo chamado Toussaint L'Ouverture liderar um exército de 40 mil homens que botaram para correr os franceses. No poder, em 1791, muito antes da Lei Áurea no Brasil, ele declarou que todos os escravos negros estavam livres. L'Ouverture acabou preso e morreu em uma prisão de Napoleão Bonaparte, mas os ideais defendidos por ele inflamaram a população que, com a revolução de 1804, libertou o país da França. O Haiti tornara-se, assim, a primeira república negra das Américas.

Depois de uma sucessão de presidentes e imperadores, em 1915, o país cairia nas mãos americanas pela primeira vez. Durante uma crise envolvendo corrupção do governo e escândalos financeiros, os fuzileiros navais dos EUA desembarcaram na ilha sob alegação de proteger a vida e os bens dos estrangeiros. Na verdade, o canal do Panamá acabara de ser aberto e, por questão estratégica, os americanos queriam evitar qualquer ameaça à estabilidade no Caribe. Os haitianos perderam o controle do país – o qual só foi retomado em 1941. A instabilidade continuou até o Haiti sucumbir à ditadura Duvalier, que só chegou ao fim 28 anos depois por meio de um golpe orquestrado – de novo! – pelos EUA. Durante a transição para um arremedo de democracia, ganhou força nas favelas o nome do ex-padre Aristide.

O Brasil não é os Estados Unidos. E, certamente, a pedra arremessada contra a nossa van é um ato isolado, irrelevante. Mas, neste junho de 2005, o país vive um dos períodos mais críticos desde a queda de Aristide, o que torna o deslocamento de jornalistas uma operação delicada. As regras do Exército: desaconselhável circular pela cidade sem a escolta dos militares; indispensável o uso de capacete e colete; proibido descer do veículo durante as patrulhas. Por certo, um repórter ferido – ou pior, morto aqui – colocaria o governo brasileiro em apuros diante da opinião pública mundial.

Logo que desembarcaram em Porto Príncipe pra chefiar a missão de paz, os militares brasileiros cunharam uma máxima: “No Haiti,

tudo pode se transformar de repente de uma situação tranquila para o caos”. Bel Air e Cité Soleil eram enclaves das gangues que ensanguentaram as ruelas da capital após a queda de Aristide. Em 2004, as tropas brasileiras eram recebidas a tiros nesses locais. Só em 2007, depois da ocupação de Cité Soleil, um conglomerado de 34 favelas, onde sobrevivem 400 mil haitianos, a maioria sem luz elétrica e saneamento básico, é que o Brasil pôde declarar Porto Príncipe pacificada.

Fora desses territórios, cujas fronteiras estão delimitadas com caneta vermelha nos mapas do Brabat, sede do batalhão brasileiro, os episódios de violência são esporádicos. Em geral, os haitianos tratam com gentileza as tropas brasileiras, enxergam nos fuzis dos capacetes azuis e nos blindados Urutu e Cascavel uma ajuda. Mais do que uma intervenção. No comando da Minustah, o Brasil desenvolveu no Caribe uma azeitada organização que equilibra força com atividades sociais. As Aciso (Ações Cívico Sociais) ocupam um papel estratégico: ainda que incapazes de aplacar a fome e resolver problemas crônicos de saúde decorrentes de uma histórica carência, a distribuição de alimentos e o trabalho de dentistas e médicos do Exército Brasileiro no atendimento à população ajuda a trazer os haitianos para o lado das tropas. O objetivo principal da missão é garantir a segurança do povo, mas, na maior parte das vezes, em um país com as instituições aniquiladas, os militares exercem atributos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Com a queda de Aristide, o Brasil – e a ONU – se tornaram o Estado.

Do alto, Porto Príncipe assemelha-se a uma gigantesca vila espremida entre morros e o mar verde do Caribe: é o anti-Rio, definiria um militar: as favelas ficam na orla e as casas dos poucos ricos, nos morros. Chove, e o trânsito é intenso. Praticamente não há sinaleiras, e dezenas de moradores se amontoam nas carrocerias de caminhonetes ou nos tap-tap, caminhões coloridos, transporte público número 1 do país. A chuva fina não espanta o abafamento. Porto Príncipe é uma mistura de odores. Na calçada, uma mulher prepara feijão com caranguejo. O cheiro de comida junta-se à fumaça do escapamento

dos carros, ao fedor de lixo e de porcos. Entre cartazes de King Cola, o refrigerante mais popular, dois homens armados protegem a entrada de um supermercado. É assim no Haiti: quem tem um pouco mais investe em segurança privada para se proteger de quem não tem nada. A maior parte da população não tem acesso à energia elétrica, nem coleta de lixo. Montanhas de dejetos fazem parte da paisagem.

À noite, as luzes de Péttionville, o bairro rico das embaixadas e hotéis, são as únicas que iluminam Porto Príncipe. Na maior parte da cidade, não há iluminação pública. São 22h, e as ruas estão desertas. O Visa Lodge Hotel, onde nos hospedamos, lembra um resort nordestino sem mar: palmeiras verdes, cabanas bem cuidadas e até uma piscina com cachoeira. Um oásis no meio da pobreza. Dois funcionários se debruçam sobre o balcão do restaurante, olhos fixos em um filme erótico na TV. O bar está fechado, mas um dos jornalistas retira da mala duas camisetas da Seleção. Imediatamente, dois felizes haitianos com o número 9 às costas se colocam à disposição para o plantão. A luz é garantida por geradores, mas, desconfiado da origem da água do chuveiro, normalmente contaminada, decido enforçar o banho. Sem poder sair para a rua, confinado ao hotel e com tropas nos portões, só resta dormir. Se os mosquitos assim o permitirem.



Porto Príncipe é um lugar de nomes estranhos. Você anda um pouco e entra na Cozinha do Inferno. Mais um pouco, e passa pela Favela do Cemitério... Na quarta-feira à noite, por exemplo, estávamos acompanhados por Maldito, Morcego e outras figuras com nomes arrepiantes. Participo de uma patrulha a pé noturna por uma das vilas da capital. A Favela do Cemitério, um aglomerado de casebres que lembra uma favela brasileira, foi o local da operação. Maldito e Morcego são, na verdade, os codinomes usados por dois dos militares brasileiros responsáveis pela minha segurança. O grupo deixa a Base

Charlie às 21h15min a bordo de dois blindados Urutu. Antes, o coronel Carlos Jorge da Costa descreve no mapa o trajeto. E alerta:

– Não deve ter luz, está completamente escuro. Apesar de a área estar pacificada, à noite, as coisas se tornam um pouco diferentes.

Para enxergar, utilizamos óculos de visão noturna. O ruído do motor dos Urutu quebra o silêncio da noite de Porto Príncipe. Na favela de Bois Neuf, o grupo desembarca. Apenas duas crianças recepcionam a tropa. E estranham:

– Muita gente da Minustah – diz um menino em português aprendido no contato com os militares.

As crianças sentem que a movimentação pode indicar uma operação na área. No passado, elas eram utilizadas pelos criminosos como informantes. Nada muito diferente das favelas brasileiras.

Estamos em Cité Soleil, o conglomerado de favelas que, de forma irônica e cruel, significa Cidade do Sol. Pode haver piores lugares na Etiópia, Somália ou Sudão, mas nenhum outro no continente americano. Diferentemente do Brasil, as favelas no Haiti são planas. Quatrocentas mil pessoas sobrevivem em casebres de folhas de zinco, sem eletricidade, água ou esgoto. A maioria da população não tem emprego. Homens perambulam de um lado para o outro, o dia inteiro, sem nada para fazer. Mulheres carregam os filhos pelas mãos, cozinham nas calçadas, em grupos, em volta de fogueiras e latas transformadas em panelas. Crianças andam nuas por montanhas de lixo, misturadas a porcos e cabras.

Território sitiado por gangues lideradas por criminosos como Evens Jeune e Pierre Belony Emalise, Cité Soleil se tornou o símbolo da pacificação do Haiti, depois de uma ofensiva de quase dois meses (de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007). Homens do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), tropa de elite do Exército Brasileiro, levaram a ONU para a região nos maiores combates enfrentados por militares brasileiros desde a II Guerra Mundial. Porta a porta, enfrentando emboscadas e com o uso preciso de fuzis de assalto M-4, versão modernizada dos M-16, os capacetes azuis brasileiros prenderam 400

bandidos. Caía o reduto de cativos e do tráfico de drogas. A pior favela das Américas virava símbolo do sucesso da missão de paz.

Estamos em outubro de 2007, oito meses depois da tomada de Cité Soleil, cujo maior símbolo da vitória brasileira é a Casa Azul, um imóvel de dois andares na Rodovia Nacional 1, que foi tomado do bandido Evens e serviu de largada para a ocupação. Em 2005, na minha primeira viagem, os capacetes azuis eram recebidos à bala na área e não conseguiam entrar. Nesta noite, antes de iniciarmos a patrulha a pé, pergunto a um dos oficiais sobre possíveis riscos.

– De zero a 10, diria que o risco é sete – explica um tenente.

Sou orientado a colar em Maldito e Morcego. Uso uma pequena câmera de vídeo, com visão infra-vermelha, carrego a mochila de 10 quilos nas costas, além do colete à prova de balas que também pesa 10 quilos. De capacete, sinto-me como um Robocop, com dificuldade de movimento. Nesse tipo de operação, é necessário que o repórter seja responsável por sua segurança, sem atrapalhar o trabalho das tropas. Andar colado às paredes das casas é um conselho. O maior risco é na hora de atravessar as ruelas. Por isso, é preciso ser rápido e só cruzar com a autorização de Maldito ou Morcego, depois que o perímetro for rastreado.

As mira a laser dos fuzis reflete raios vermelhos em sacadas e fachadas de edificações semidestruídas. A preocupação é com um eventual franco-atirador, embora os oficiais acreditem que a maioria dos bandidos da favela esteja desarmada. Passo a passo, sobre pedras espalhadas em meio ao barro, evito pisar na lama. Cair aqui provocaria barulho e distrairia o grupo. No meio da escuridão, logo nos primeiros passos, o sapato afunda na terra. Quase desequilíbrio, mas resisto.

O silêncio do lugar preocupa. Apesar de tarde da noite, deveria haver pessoas em frente às casas, é uma cena comum no Haiti. Hoje, escutamos apenas o latido de cães e o volume alto do rádio de um dos casebres. É um mau sinal.

– Meses atrás, isso seria um indício de enfrentamento com a força adversa – preocupa-se um dos militares.

De fato, os tempos mudaram em Cité Soleil. A patrulha avança tensa, mas sem incidentes violentos. No final da Favela do Cemitério, a surpresa fica por conta da despedida de uma sorridente família de haitianos que aparece na janela.

– Bon soir (Boa noite).



– O cheiro é convidativo – antecipa alguém do grupo.

Obviamente, é uma ironia. O estômago alerta para não continuar. À frente, cerca de 3 mil pessoas se amontoam no meio de uma ruela cercada por galpões de zinco, próximo ao porto da capital do Haiti. O nome oficial é Marché Croix des Bossales, mas os brasileiros deram ao local um apelido pertinente: Cozinha do Inferno, uma das mais perturbadoras visões do Haiti.

Trata-se de um gigantesco mercado público a céu aberto. O barro no chão é cinza. No meio da rua, um porco chafurda em um monturo enlameado pelo vazamento do esgoto. Ao lado, uma mulher sob um guarda-sol colorido vende peixe cru em seu tabuleiro. Para limpá-lo, lava o animal no esgoto que corre sob sua cadeira.

No chão, são vendidas frutas, verduras e carnes de porco e frango sob o sol e o ataque das moscas. Há quem cozinhe gatos sem retirar as vísceras. Tudo misturado com lixo. Muito lixo. A ponto de o cheiro de rum que às vezes toma conta do ar ser recebido como alívio em meio à mistura de odores fétidos.

Os carros insistem em passar pelo estreito espaço entre os vendedores ambulantes. Quem está a pé, não tem como desviar. É preciso passar pelo lixão. Prende-se, então, a respiração, na tentativa de evitar o fedor. Pisa-se sobre roupas velhas, papel e comida. Do outro lado do cruzamento, o cabo Cristiano da Silva, um dos responsáveis pela nossa escolta, ironiza:

– E aí? Padrão o lugar? – brinca o integrante do 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada.

Sinto vontade de vomitar. Mas resisto. É ruim, mas é trabalho. Com 85% da população desempregada, o Haiti é o país mais pobre das Américas. E a Cozinha do Inferno é um dos poucos lugares onde há trabalho.



O veículo cruza o portão de uma residência, deixando o barulho e a sujeira de Mariani, na periferia de Porto Príncipe, para trás. Aqui dentro é como um refúgio em meio ao caos haitiano. Os galhos das árvores cobrem a visão do céu no final da tarde de quinta-feira, e as construções em pedra no interior da propriedade acrescentam um frescor, deixando lá fora o calor do verão caribenho.

Um homem alto, negro, vestindo túnica, calças e sandálias brancas aproxima-se do carro. Com o olhar sereno e um sorriso nos lábios, Max Beauvoir foge a todos os preconceitos que se poderia ter de um líder vodu.

A religião é praticada no Haiti desde o fim do século XVIII, e a mistura de deuses e deusas com santos católicos é parte integral da vida no país – e de sua sobrevivência. Fala-se por aqui que 70% dos haitianos são católicos, 30% são protestantes e 100% seguem o vodu.

Gentil, Max dá as boas-vindas em francês, mas muda para o inglês e o espanhol, enquanto conduz à entrada de seu pequeno museu particular. Em duas salas feitas de pedra, o mestre, o maior de todos do vodu haitiano, coleciona imagens de entidades – como os orixás das religiões afro-brasileiras. Sempre sorridente, Max bate palmas duas vezes.

– Vamos bailar? – convida.

O som do tambor simboliza a voz dos ancestrais. No quintal da casa, eles chamam para a roda. O mestre caminha até o centro de um círculo de areia com um tronco de árvore no meio, envolto por concreto

em sua base. Ali estão uma bandeira, um facão com fitas nas cores vermelha e azul da bandeira haitiana e uma garrafa.

Os ancestrais ecoam suas vozes na casa de Deus – como Max chama o terreiro onde testemunhamos uma das mais antigas expressões da cultura haitiana. Uma mulher e outros ajudantes começam a ornamentar o chão com símbolos vodus. Uma fogueira é acesa. Onze mulheres e dois homens dançam, cantam frases em créole para afastar os anjos do mal.

A noite cai rapidamente. A atmosfera de uma senzala aparece como por encanto. Agora, eles clamam pelos espíritos. Uma das mulheres pega o facão do centro da roda, revira-se, dança, requebra. Os tambores batem a um ritmo crescente. Outra mulher carrega debaixo do braço uma galinha. Tem os olhos arregalados, como se estivesse em transe. Encarna Ogum para os seguidores voduístas.

Max reaparece, e a mulher passa a galinha pelos braços e pescoço do mestre. Rum, dança, tambores em ritmo máximo. O facão em uma das mãos da mulher passa a centímetros do cinegrafista brasileiro que está dentro da roda. Em ato contínuo, a mulher torce o pescoço da galinha e dá uma mordida. Ogum, o senhor da guerra, quer sangue. E sangue jorra na terra.

Olhos arregalados, alguns de nós damos um passo atrás. A mulher tem um naco de carne e penas na boca. A galinha ainda se contorce. Como se fosse uma manivela, a mulher então continua a torcer o animal. Para por um instante e se dirige a um dos repórteres. Oferece a mão desocupada. Na boca, ainda há pedaços de penas. Ela resmunga:

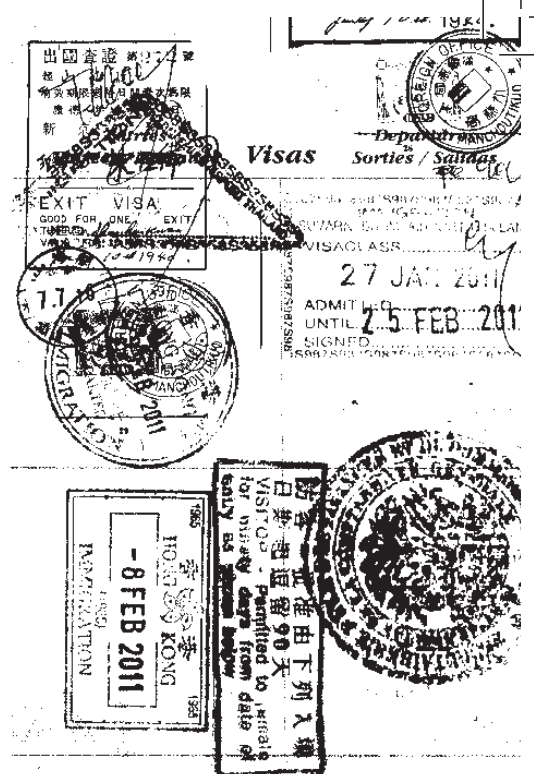
– *Thank you* (Obrigado).

Um a um, cumprimenta os jornalistas e militares brasileiros. A oferenda a Ogum, aos olhos dos visitantes, é o ápice da cerimônia vodu. A mulher volta para o terreiro. Retoma o facão e o encosta no peito de um dos visitantes, chamado-o ao centro da roda. Enquanto quem assiste ainda tenta se recuperar das imagens fortes, ela segue em transe com a galinha na mão. Os ancestrais ainda falam por meio de tambores. Goles de rum, assopros, bebida na areia.

Uma hora se passou. A mulher toma distância de um dos homens do grupo. Corre, salta e o enlaça na altura dos quadris. Outra mulher a segura pelas costas. O trio deixa o círculo correndo. Max reaparece.

– Foi uma cerimônia para saudar Ogum, mas também um sacrifício de solidariedade – esclarece.

O mestre chama os participantes da cerimônia, que encerram o ritual com apertos de mão, como ao final de um espetáculo. Os cheiros de rum e fumaça estão no ar. Os tambores se calam. Os ancestrais também.



A AMÉRICA VERMELHA

Caracas, janeiro de 2006

2006 foi um ano e tanto para a América Latina. Depois de sobreviver a um golpe de Estado, voltar nos braços do povo e ser referendado para concluir o mandato, o tenente-coronel Hugo Chávez Frias, ele mesmo autor de uma quartelada fracassada em 1992 contra o presidente Carlos Andrés Pérez, foi reeleito presidente da Venezuela com incríveis 62,9% dos votos. Vitaminado por uma máquina assistencialista, que lhe garante apoio popular, mas que pouco altera as estatísticas de pobreza em um país com subsolo encharcado de petróleo, Chávez surfou na marola esquerdista do continente para esticar seus tentáculos além-fronteiras. Seu sonho não é novo. Simón Bolívar, no século XIX, já pensara nisso. El Libertador chefou várias campanhas militares para libertar a América Latina do domínio espanhol. Em 1819, ele ajudou a criar uma vasta nação, a Gran Colômbia, que abrangia as atuais Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Mas as rivalidades políticas e guerras internas frustraram o sonho de ver surgir os Estados Unidos da América do Sul.

Inspirado em ressuscitar esse sonho, Chávez tentou ampliar sua área de influência. Foi graças ao padrinho venezuelano que o índio aimará Evo Morales saiu do altiplano dos Andes para se tornar presidente da Bolívia. Líder do movimento de esquerda boliviano cocaleiro, uma federação de agricultores que tem por tradição o cultivo da coca para atender ao costume milenar de mascar folhas da planta, Evo ficou conhecido, como sindicalista e depois como parlamentar, por resistir aos esforços do governo dos Estados Unidos na substituição do cultivo de coca na província do Chapare por bananas brasileiras. Ele chegou à presidência como o primeiro índio a comandar a frágil democracia boliviana, dominada por oligarquias empresariais e frequentemente ameaçada por golpes de Estado. Com 9,9 milhões de habitantes, a Bolívia é um dos países mais pobres do continente. Diferentemente da Venezuela, boa parte da receita das exportações da Bolívia vem do gás natural. Com discurso de viés nacionalista, ele assumiu prometendo devolver a Bolívia aos bolivianos – leia-se aos índios que, como ele, correspondem a cerca de 60% da população.

Com essa bandeira, Evo anunciou a nacionalização das reservas de petróleo e gás natural do país, determinando que o Estado tivesse o controle e a direção da produção, transporte, refinamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos do país. A medida afetou cerca de 20 empresas multinacionais, entre elas a Repsol YPF (Espanha e Argentina), a British Gas e British Petroleum (Grã-Bretanha), Total (França) e a brasileira Petrobras, que respondia por 15% do Produto Interno Bruto da Bolívia. Da noite para o dia, tropas amanheceram dentro de duas unidades brasileiras no departamento de Santa Cruz.

Com o governo George W. Bush voltado para a guerra contra o terrorismo, Chávez ocupou o vácuo deixado pelos EUA na América Latina. A Venezuela gasta hoje cinco vezes mais do que os americanos em ajuda ao restante do continente, em boa parte petróleo subsidiado para Cuba, Nicarágua e Bolívia, a compra da dívida pública argentina e projetos de desenvolvimento no Haiti. Ao lado do afilhado Evo, na

Bolívia, de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Michelle Bachelet, no Chile, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Rafael Correa, no Equador e Daniel Ortega, na Nicarágua, Chávez conduziu a América Latina rumo à maior guinada à esquerda desde os anos 60 do século XX. Mas com formas e interesses divergentes, como se vira no episódio da ocupação das unidades da Petrobras: Lula, Michelle e Tabaré distanciaram-se do radicalismo trilhando o que se chamou de esquerda light, enquanto Evo, Chávez, Correa e Ortega optaram pelo confronto com todo o tipo de influência americana na região.

Dentre todos os regimes de centro-esquerda latino-americanos nesta primeira década do século XXI, a proposta de Hugo Chávez Frias, um menino pobre da localidade de Sabaneta transformado em militar paraquedista, é a mais radical: ele quer refundar a pátria libertada por Simón Bolívar. Aproveitando-se da omissão da oposição em seu país, o presidente implantou à força na Venezuela o que chamou de socialismo do século XXI – uma cartilha que bebe de fundamentos do socialismo, flertando com o autoritarismo, a censura dos meios de comunicação e uma boa dose do velho populismo latino-americano. Para isso, Chávez comprou briga com o governo George W. Bush, a quem chegou a chamar de “Diabo” durante sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, mantendo uma relação esquizofrênica com o país do qual é o quinto maior fornecedor de petróleo (a Venezuela vende para os EUA cerca de 1 milhão de barris por dia). Chávez mudou o nome da nação, que passou a se chamar República Bolivariana da Venezuela, alterou a Constituição, governou por decreto – um deles, instituindo-se com superpoderes –, e modificou até o fuso horário da nação, que passou a ter uma hora quebrada em relação aos demais países.

O engano de Chávez foi pensar que o movimento de centro-esquerda na América Latina era uniforme. Nunca foi. Lula manteve sempre uma distância segura dos arroubos chavistas – estabelecendo boas relações – em 2006, a estatal petrolífera PDVSA investiu R\$ 1 milhão em patrocínio para a escola de samba carioca Vila Isabel, que venceu o carnaval com um enredo que falava da união latino-americana –,

mas afastando-se em casos como violações dos direitos de expressão e liberdade de imprensa.

Por todos esses movimentos, urgia uma incursão à América vermelha. Essa oportunidade me foi dada em janeiro e em abril de 2006. Viajei até a Caracas de Hugo Chávez para cobrir o Fórum Social Mundial que, pela segunda vez, ocorria fora do Brasil. Mais do que traduzir aos brasileiros o evento que nascera em Porto Alegre, em 2001, meu objetivo era fazer um raio x do governo Chávez. Não havia dúvidas de que o presidente transformara o encontro mundial das esquerdas na vitrine de sua experiência bolivariana.

– Que venham todos, falem com todas as pessoas e se deem conta de que este é um processo social profundamente democrático, de reivindicação de liberdade, fundamentada na justiça – disse-me José Vicente Rangel, vice de Chávez, durante uma marcha pela Avenida Bolívar, centro de Caracas, durante a abertura do fórum, ocasião em que consegui me aproximar do político, apesar dos oito seguranças que o circundavam.

Caracas foi convertida na nova meca das experiências sociais – ainda que com métodos duvidosos de democracia. As vitórias de partidos de centro-esquerda não só enfraqueceram a direita no continente como insuflaram uma onda contestatória. E a capital venezuelana virou o epicentro desse sentimento de “alternativa ao neoliberalismo”.

Desembarquei em uma Venezuela rachada ao meio entre chavistas e antichavistas. Em nenhuma outra cobertura até então vivenciara a dificuldade de alcançar um relato independente. Qualquer frase escrita ou falada era interpretada por um ou outro lado – admiradores e críticos ferrenhos lá e aqui no Brasil – como sendo favorável ou contrária a seus interesses.



São 9h da manhã de quinta-feira, 26 de janeiro de 2006, em Caracas. Em frente ao Hotel Hilton, onde fica o centro do Fórum Social Mundial, um grupo de jornalistas embarca em um micro-ônibus branco. O veículo limpo contrasta com as vans sujas e abafadas que os venezuelanos precisam usar para chegar ao trabalho diariamente.

Somos 29 jornalistas de veículos de comunicação de várias partes do mundo, entre eles Zero Hora. O objetivo é percorrer uma das chamadas rotas sociais, uma espécie de roteiro turístico criado pelo governo de Hugo Chávez para mostrar à imprensa internacional um de seus mais famosos e polêmicos projetos sociais, as Misiones.

Chávez criou o programa em 2003 por sugestão de Fidel Castro. Trata-se de uma rede assistencialista de educação e saúde que trabalha dentro dos bairros mais pobres. A alfabetização de adultos é feita com a supervisão de professores cubanos. O atendimento na saúde é feito por médicos cubanos, que moram dentro das próprias comunidades. Para a oposição, trata-se de uma indústria de votos que mantém os índices de popularidade de Chávez nas alturas.

Desde 2001, Cuba recebeu carregamentos de petróleo venezuelano avaliados em US\$ 2,5 bilhões por ano como pagamento aos serviços prestados nas misiones. Também há milhares de venezuelanos com problemas oftalmológicos que já foram enviados a Cuba para tratamento médico especializado.

O destino desta manhã é o bairro Kennedy, um dos mais pobres de Caracas, com 1,2 milhão de habitantes. Tão logo o micro-ônibus deixa o hotel, um jornalista que se propõe a ser o guia do grupo avisa:

– Minha intenção é dar a vocês aquilo que nem sempre é vendido como verdade.

Em seguida, ele mostra uma edição em papel do jornal El Diálogo de 10 de fevereiro de 1992, seis dias depois do fracassado golpe de Hugo Chávez contra o governo de Carlos Andrés Pérez. O então militar acabara preso. Na mão do homem na van, a página do jornal está em branco.

– Isso aqui, sim, era censura – aponta para o local onde deveria haver um editorial.

Depois, ele mostra a capa do jornal El Universal, um dos principais opositores ao regime de Hugo Chávez. O periódico retrata a foto de uma marcha de apoio ao golpe de 2002, que tirou o presidente do poder por 47 horas.

– Vocês acham que se não houvesse liberdade de imprensa na Venezuela sairia uma foto dessas? – questiona.

Antevejo uma tentativa prévia de catequização, e aceito passar por esse cursilho de bolivarianismo, mesmo sabendo que pouco do que encontrarei pela frente estará livre da maquiagem feita pelo governo para nós, estrangeiros, vermos. A menção do guia é uma amostra da guerra midiática na Venezuela. Nas semanas que antecederam o golpe, os veículos de comunicação, em especial a rede de TV RCTV, conferiram ampla cobertura às manifestações anti-Chávez, ao mesmo tempo que ignoraram os protestos pró-Chávez. A edição de 11 de abril do jornal El Nacional trouxe estampada a manchete: “A batalha final será no Miraflores”. O apoio explícito de redes privadas à oposição era claro e, de volta ao poder graças a militares leais, Chávez nunca perdoou a imprensa. Perseguiu jornalistas, caçou a permissão da emissora RCTV, em 2007, em um dos maiores golpes contra a liberdade de expressão nas últimas décadas, criou uma emissora própria, a Telesur, e, no dia a dia, exerce um controle econômico e social sobre os veículos independentes, que colocaram o país na lista vermelha dos regimes violadores dos direitos de imprensa e expressão.

O veículo para na entrada do bairro Kennedy. A primeira visita será a uma área da Fundação Siembra, que dá aulas para crianças e distribui almoços para a comunidade. Assim que o nosso micro-ônibus estaciona, dezenas de crianças nos cercam com mensagens de boas-vindas.

Acompanhados por três voluntários da favela, somos levados até um ponto alto do morro. Subimos em fila indiana. Tento ficar atrás para conversar com algum morador, mas basta um dos voluntários

perceber minha estratégia para se juntar a mim. Com alguma destreza nas pernas, sorrisos irônicos e rapidez, consigo chegar até a divisa entre as comunidades de Bello Monte e Bloco 8, ponto de disputa do tráfico entre as áreas.

– Há tiroteios aqui todos os dias – deixa escapar um morador, que parece não se preocupar com a vigilância ideológica dos voluntários chavistas da comunidade.

Em um casebre de zinco mora Amanda Gomes, 42 anos, e o filho Fran Júnior, de 15. Ela convida-nos a entrar. Não identifico se aquilo é armado ou faz parte da habitual gentileza da população. A todo momento, penso, é preciso ficar com os sentidos atentos para perceber – ou pelo menos tentar – o que é real e o que é vitrine do governo. Amanda parece sincera. Entro em seu casebre, formado por uma sala, onde um aparelho de som toca salsa, e dois quartos.

– Aqui estamos sempre sujeitos a desabamentos – reclama ela.

Desempregada, a mulher almoça no restaurante popular, logo ali abaixo. À noite, ela se vira com o que tem:

– Um pão, uma arepa (comida típica venezuelana), o que sobra.

– E o que pensa sobre Chávez? – pergunto

– Ah, é meu comandante! – ela diz, sem titubear.

Agradeço, deixo a casa ainda tentando entender o que de bom Hugo Chávez fez por ela para tamanha devoção, quando há uma quebra no script.

– Por que trazem gente de fora para trabalhar aqui? – um homem grita.

Constrangimento. Os guias estão impacientes. Alguns jornalistas caminham até o senhor de meia idade para entrevistá-lo, mas ele é retirado do local por vizinhos e levado para dentro de uma casa. Afasto-me do grupo e consigo chegar até ele. O homem é André Moreno, desempregado há mais de três anos. Lamenta que as obras do bairro sejam feitas por “gente de fora”, no caso, os médicos e professores cubanos.

– Eles têm de dar emprego para a nossa gente – diz, enquanto é obrigado a sair dali de vez por amigos que insistem para que ele “não se meta”.

Percebendo que estou desgarrado do grupo, um dos guias chavistas vem até mim. Desdenha do protesto:

– Ele não quer trabalhar. Se Chávez viesse aqui, ele diria a mesma coisa.



“Toda pessoa tem direito a uma educação integral de qualidade, permanente, em igualdade de condições e oportunidades.” O trecho, artigo 103 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, está estampado em letras grandes na embalagem de açúcar sobre a mesa da cozinha da Fundação Siembra, no bairro Kennedy. O culto à personalidade do presidente Hugo Chávez e à sua revolução produziram situações curiosas como essa. Chávez ordenou que trechos da Carta Magna do bolivarianismo fossem impressos em diferentes produtos. Cópias da Constituição são vendidas em livretos em camelôs, por exemplo.

Na Fundação Siembra, nesta manhã, encontro Mercalina Iepes, Velkis Roja e Norma Cardoso, cozinheiras da comunidade. Elas lidam no dia a dia com produtos como açúcar, feijão, mas nunca tinham se dado conta do trecho da Constituição nos pacotes dos produtos.

Nesta manhã, elas estão preocupadas em fazer bonito. Querem exibir o cardápio do dia: arroz e frango. A refeição foi servida sob o olhar atento dos discípulos em um quadro da Santa Ceia pregado à parede. Cada uma das cozinheiras ganha 180 mil bolívares por mês, algo em torno de R\$ 180. Trabalham das 6h30min até as 15h.

– Não dá para quase nada – lamenta Normal, de 39 anos.

No bairro Kennedy, não entra Coca-Cola ou Pepsi. A versão bolivariana de marcas multinacionais é o Mega Big Cola, de 3,1 litros. Outra diferença: na capital venezuelana, as palavras definem a posição

dos habitantes na pirâmide social. Os bairros são os locais onde vivem moradores com menor poder aquisitivo. As classes média e alta habitam “urbanizações”. Não há diferença, a não ser no luxo e no tamanho das casas e edifícios. Os pobres vivem em “cerros”, os ricos moram em “colinas”. É uma diferença apenas de vocabulário, mas que ajuda a compreender muito o grau de ramificação social em Caracas, o maior laboratório das políticas de Hugo Chávez.



Não fui autorizado a entrevistar os médicos ou professores cubanos, blindados pelos guias do governo, que imprimiram como condição para nossa estada no bairro Kennedy a não abordagem desses profissionais estrangeiros. Farto da propaganda chavista, decido conhecer a Venezuela real – e não há melhor lugar para isso do que um hospital.

A cerca de 20 quilômetros do bairro Kennedy, no Hospital da Universidade Central de Caracas (UCC), uma longa fila de mães com filhos no colo se forma na emergência pediátrica. Uma cena não muito diferente da que estamos acostumados a ver no SUS brasileiro. A temperatura na rua é de 20°C. Mas, dentro, a sensação é de abafamento. Sento em silêncio em um dos bancos da emergência. Depois de algum tempo, percebo o suor no rosto da mulher ao lado. Puxo conversa. Kelen, 28 anos, espera atendimento para a filha, Arlene, de quatro anos. Ao perceber uma crise de asma na menina, ela deixou às pressas sua casa, no bairro Santa Tereza, e viajou duas horas de ônibus até o hospital. Chegou às 13h. Passa das 16h, e até agora Arlene não foi atendida.

– No meu bairro, há esses consultórios, mas está pior do que aqui. Não há remédios – reclama.

Conto, incluindo Kelen e Arlene, 32 pessoas aguardando atendimento na fila da emergência pediátrica. Algumas com poucos meses de vida.

Os 20 mil médicos cubanos que vivem e trabalham nas comunidades pobres do programa Barrio Adentro são ótimos para a propaganda do governo, dentro e fora da Venezuela. Mas, segundo os sindicatos médicos venezuelanos, esses profissionais importados são treinados para lidar apenas com doenças simples. Pacientes com queixas mais graves ou ferimentos são encaminhados para as longas filas de hospitais como o Universiário.

Deixo a fila e aguardo fora da emergência a saída de algum profissional do hospital. Interpele uma médica a caminho do estacionamento. Com alguma insistência e sob a promessa de que não terá seu sobrenome divulgado, “para não ficar marcada”, Angelica aceita conversar.

– Não temos gaze, luvas, material para sutura e desinfetantes – reclama a ginecologista de 26 anos, que encerra oito horas de trabalho.

Há dois anos trabalhando ali, ela diz que o governo deveria investir na formação de administradores de hospitais.

– Às vezes, não há leitos suficientes aqui, e temos de deslocar pacientes para outros hospitais.

A importação de médicos cubanos é motivo de discórdia tanto entre profissionais, como Angelica, quanto entre estudantes, que estão preocupados com o futuro profissional.

– Há médicos desempregados na Venezuela. Por que não investir nos que estão se formando – comenta um aluno do sexto semestre de Medicina da UCC.



Lisete Roblle deixa o Mercado Mercal, na Avenida Roosevelt, na zona oeste de Caracas. Na mão, traz um saco de lentilha pelo qual pagou 800 bolívares, o equivalente a R\$ 0,82. Se fosse comprar o produto em um supermercado comum, pagaria 1,2 mil bolívares (R\$ 1,23). O Mercal da Avenida Roosevelt aparentemente não tem nada de especial. Entro no estabelecimento esperando encontrar alguma

coisa curiosa, mas não. Parece um mercadinho de esquina, desses de bairros – pequeno, com prateleiras baixas e com muitos produtos da cesta básica.

A rede é apenas um dos pivôs da infindável malha de motivos que leva governo e oposição a se demonizarem um ao outro. Criada por Hugo Chávez, os mercados Mercal possibilitam a venda de produtos até 40% mais baratos graças a subsídios do governo. Porém, empresários atribuem a Chávez sua quebraadeira.

O Mercal é parte das dores de cabeça dos empresários. Para Oberto, há uma ameaça à propriedade privada. Ele cita como exemplo a reforma agrária levada a cabo pelo governo. Segundo o empresário, funcionários do Instituto Nacional da Terra se instalam em uma fazenda e declaram o território sob intervenção, às vezes auxiliados por militares da Guarda Nacional.

Em El Hatillo, na zona leste, vive boa parte da classe média de Caracas, que diminuiu desde a ascensão de Chávez. É lá que colho o depoimento da dona de casa Elisa Padrón:

– A qualidade de vida caiu. Só sobra dinheiro para sustentar a família.



Em abril de 2006, voltei aos países andinos para entender o fenômeno Ollanta Umala¹⁵, militar da reserva que despontava como o salvador da pátria da vez no Peru. Financiado e apadrinhado por Chávez, ele perderia a eleição no segundo turno para Alan García – e, assim como Lula no Brasil, aprenderia que, para chegar ao poder, precisava deixar de lado o radicalismo, em troca de um pragmatismo que resultasse em votos.

De Lima, voei para La Paz, para conhecer o berço dos protestos que por anos ameaçaram a estabilidade boliviana e entender as raízes

¹⁵ Em junho de 2011, Ollanta Humala venceu Keiko Fujimori, sendo eleito presidente do Peru em segundo turno.

de uma realidade complexa: como a folha de coca, que é legal no país, nasce como planta terapêutica nos desfiladeiros dos Andes e se transforma em pó, movimentando um mercado de entorpecentes que só nos Estados Unidos chega a US\$ 37 bilhões.

Entrevistei Evo Morales duas vezes. Ambas por telefone. As duas vezes, antes de ele se tornar presidente da Bolívia. Enquanto líder do Movimento ao Socialismo (MAS), Evo atendia o celular antes do terceiro toque, falava de pronto, sempre tinha opinião sobre tudo: a coca, Chávez, Lula, a esquerdização do continente, o governo Bush. A fala é rápida, como se estivesse discursando para uma multidão, aos gritos. Apesar de meus contatos com a base do governo Evo – e com o próprio presidente –, ao chegar a La Paz, não consegui passar da recepção do Palácio Quemado, a sede do governo.

Sentir dificuldade para subir as ladeiras em La Paz, enquanto uma autêntica chola gordinha carrega um filho ou um butijão de gás nas costas, fazendo o mesmo trajeto com facilidade, não é uma cena incomum. Em altitudes elevadas – La Paz está a 3.660 metros do nível do mar –, o coração aumenta o ritmo do batimento, em função da redução parcial da pressão de oxigênio. O organismo também aumenta a frequência respiratória para atender às necessidades metabólicas.

– A pessoa poderá sentir a perna mais pesada, ter náuseas ou dor de cabeça – alertara um médico.

E mascar a folha de coca ajuda mesmo? Questionava-me isso, mesmo sabendo que a planta é um vasodilatador, que ajuda a reduzir os sintomas e a sensação de mal-estar. Não chegarei a tanto, imaginava. Antevia-me acima dos efeitos da altitude que tanto amedronta as equipes de futebol brasileiras que jogam lá.

Naquele dia, em La Paz, lembro de um episódio engraçado. Depois de ser barrado no palácio, desci duas ruas até uma cafeteria para conversar com um parlamentar ligado ao MAS, o partido de Evo. Com a bateria do celular acabando, eu precisava fazer um boletim para a Rádio Gaúcha no programa Chamada Geral II Edição. Eram 17h30min no Brasil. Deixei os entrevistados no café e procurei um telefone público.

La Paz é uma cidade de altos e baixos. Subi uma quadra, até encontrá-lo. Ao completar a ligação, percebi que estava sem ar.

– Boa tarde, Túlio. Falo de La Paz – comecei o boletim.

Respirei fundo, mas o ar não vinha.

– Tive que correr até aqui...– tentei explicar aos ouvintes, mas não conseguia mais pronunciar uma palavra.

Vendo meu desespero, o Túlio interrompeu:

– Enquanto tu recuperas o fôlego, vou explicar aqui para os nossos ouvintes os efeitos da altitude.

Fiquei um minuto ouvindo o locutor falar, sem conseguir me manifestar. Até que, recuperado, pude retomar a conversa. Foi em meio a esse episódio que, incentivado pelo motorista, provei a folha de coca. Ele trazia um saco no porta-luvas do carro. Tradições indígenas incas diziam que a folha de coca tem um valor espiritual capaz de conectar os humanos com o mundo dos deuses. Desde a origem da palavra que define a folha – *K’oca*, que em quéchua significa “sagrado” até sua utilização como remédio ou alimento. Civilizações tão antigas como a de Tihuanaco, região do altiplano boliviano, já apresentavam indícios do uso da folha em representações artesanais em vasos. Além de anestésica, a coca tem forte propriedade energética e ajuda a combater o mal-estar decorrente da altitude. É muito comum ver um camponês *picchar* coca (manter as folhas na bochecha e pressionar para retirar seu líquido – e não exatamente mascá-la) diversas vezes para vencer o cansaço do duro trabalho rural e longas caminhadas pelas montanhas.

Fora das fronteiras bolivianas, o uso da folha de coca está na lista de substâncias entorpecentes das Nações Unidas. A Bolívia é considerada o terceiro maior produtor mundial de cocaína – com 113 toneladas, atrás de Peru (302 toneladas) e Colômbia, o líder (com 450 toneladas). Pesquisador e diretor do Museu da Coca de La Paz, Jorge Hurtado, costuma dizer:

– Cinco mil anos de consumo tradicional sem dano para o organismo humano demonstram que o problema surgiu quando o invasor branco tocou a folha de coca e a converteu em cocaína.

A chegada de um cocaleiro à presidência com a promessa de discriminalizar a folha de coca no mercado internacional deixava os EUA em alerta. Em novembro de 2008, Evo Morales ordenou a saída da agência antidrogas americana, a DEA, alegando que o órgão incentivou os tumultos de setembro daquele ano em departamentos separatistas como Beni, Pando, Tarija, Santa Cruz e Cochabamba. A expulsão da DEA levou analistas a acreditarem que a produção da folha de coca duplicara e a de cocaína triplicara. A Bolívia tinha 12 mil hectares de coca legal, agora seriam 32 mil hectares, dos quais 80% a 90% iriam para o narcotráfico.

Ao término daquele dia em La Paz, sem entrevista com Evo Morales, o cocaleiro, e sentindo os efeitos da altitude, amenizados pela folha de coca, decidi buscar o caminho da planta, do agricultor ao mercado de coca, onde a folha se perde entre os atravessadores, que a transformam em subproduto da cocaína que chega até as favelas brasileiras.



Dedos calejados, calça jeans rasgada no joelho e chapéu de caubói entortado pelo sol. Patrício Gutiérrez, 67 anos, ouve música cortada pelo chiado que sai do rádio depositado sobre um banco da cabana improvisada com estacas de madeira e telhado de zinco de frente para a lavoura. Com a chegada de estranhos, ele desce rapidamente a encosta:

– O que querem aqui? Não há nada de especial.

No universo de 32 mil hectares de lavouras de coca da Bolívia, os dois hectares de Patrício são, de fato, quase nada. Mas a planta cultivada pelo agricultor está em uma região especial. A coca de Los Yungas, nas montanhas da Cordilheira Real, é a de melhor qualidade em toda a Bolívia. Menor e mais doce do que a do Chapare, no sul do país, a planta daqui é a preferida pelos bolivianos para o milenar ato de mascar.

Los Yungas abriga em suas encostas os cocaís mais próximos da capital La Paz. São apenas 100 quilômetros de distância. Mas, para se chegar até aqui, são necessárias cinco horas de uma tensa descida de 2 mil metros pela chamada Rodovia da Morte, uma estrada de barro entre os desfiladeiros da cordilheira. Em alguns trechos, o espaço entre o paredão da montanha e o precipício é de apenas três metros. Quase não há espaço para o carro, que disputa a via com caminhões abarrotados de sacos de coca, que sobem as montanhas rumo à capital.

As lavouras nunca são visíveis, ensina um morador de Coroico, povoado rural encravado entre as montanhas. Escondidas entre culturas como banana e bergamota, driblam os satélites americanos. Monstro a pairar sobre as plantações bolivianas, os EUA são uma figura mítica por aqui. A real dimensão dos cultivos de Los Yungas é um mistério. Os americanos calculam em 20 mil hectares na região. Os produtores falam em 9 mil.

– Há muito medo – explica Federico Soria, vice-prefeito de Coroico e membro do partido Movimento ao Socialismo, o MAS, o mesmo do presidente Evo Morales.

É esse temor que justifica a surpresa de Patrício com a nossa chegada. A planta verde que o agricultor cultivava desde os 20 anos tem dois destinos: pela rota legal, chegará à casa de uma família boliviana, que normalmente masca a folha três vezes ao dia. Se desviada, a coca cultivada pelas mãos calejadas do agricultor acabará em um laboratório de La Paz ou El Alto, onde fica o aeroporto da capital. Será transformada em cocaína e nutrirá as veias do tráfico internacional de drogas.

– Dizem que vão erradicar nossa coca. Vamos morrer se isso acontecer – reclama Patrício, que, com o dinheiro da folha, sustenta a mulher e seis filhos.

Sua esperança reside em outro cocaleiro: Evo Morales, o líder dos produtores do Chapare convertido em presidente pela promessa de descriminar a cultura da coca.

– Evo é nosso irmão – diz.

Os produtores são responsáveis pelo controle da coca da produção até o mercado de Villa Fátima, um atacado de La Paz. A partir daí, a responsabilidade é do governo. É quando a folha é desviada para a ilegalidade. Pressionados pelos EUA, os sucessivos governos bolivianos aumentaram a fiscalização na Estrada da Morte. Policiais montavam guarda na rota, e os produtores denunciavam maus-tratos. Agora, é diferente.

– Com Evo, vamos mostrar ao mundo que a coca não é cocaína – diz o vice-prefeito.

Em Los Yungas, cerca de 10 mil famílias vivem da planta. Um coqueiro ganha o equivalente a US\$ 80 por saco de 22,6 quilos, o equivalente a R\$ 171. Se vender seis sacos a cada colheita, são US\$ 1,9 mil (R\$ 4 mil) por ano, quase duas vezes a renda per capita boliviana. Patrício divide o lucro com cinco trabalhadores.

– Para o dono, sobra pouco – diz.

Por aqui, é preciso logo de cara deixar claro que se sabe a diferença entre a folha de coca e cocaína. Feito isso, bastam 15 minutos de conversa para conquistar a confiança de um agricultor arredio como Patrício. Agora, ele até sorri, exibindo dois dentes de ouro:

– No fundo, não queremos que a nossa coca vire cocaína.



Passa das 8h30min de quarta-feira em Villa Fátima, La Paz. O movimento no mercado da coca já é intenso. A fachada verde esconde o interior de tijolos quebrados, sem reboco. O cheiro forte da folha de coca toma conta do ambiente. Combinado com os 3,6 mil metros de altitude de La Paz, o odor da folha sufoca. O ambiente é úmido e abafado.

Em depósitos à meia-luz, homens e mulheres carregam nas costas sacos com a inscrição Adepcoca (Associação Departamental de

Produtores de Coca), entidade que reúne 15 mil plantadores de coca de Los Yungas. Um grande atacado, o mercado de Villa Fátima vende 200 mil tambores de coca por ano.

A folha é negociada com comerciantes, que revendem o produto pelo dobro do valor. Há muita coca nesta época – as chuvas do outono aumentam a produção e baixam o preço. A lei da oferta e procura joga a favor do narcotráfico: aproveitando o custo baixo, atravessadores oferecem cinco vezes mais do que o mercado legal pagaria.

– O governo não tem efetivos para fazer esse controle – reconhece um dirigente da Adepcoca.

A expectativa dos produtores é de que uma nova lei reconheça a coca como patrimônio cultural boliviano.

– Evo é parte de nós. Não exigimos, apenas propomos – diz Guillermo Mamani, dirigente da Adepcoca.

A discussão deve incluir a pressão da base de Evo para aumentar ainda mais a área de plantio de coca legal, oficialmente destinada ao consumo tradicional milenar.

Nos dois primeiros anos, o governo Morales foi relativamente bem avaliado na luta contra o tráfico. O cultivo da coca aumentou 8% em 2006 e 5% em 2007, segundo a ONU, ante, por exemplo, os 27% de aumento da Colômbia em 2007. Mas os dados de 2008 ajudaram a complicar o quadro para o ex-cocaleiro. Enquanto Colômbia reduziu sua produção, a da Bolívia voltou a aumentar.

A Polícia Federal brasileira diz que 80% do pó da Bolívia marcha rumo ao Brasil. Pela fronteira porosa de 3 mil quilômetros com o Estado do Mato Grosso entra a droga que alimenta as artérias das quadrilhas e chega nas portas das nossas casas e escolas transformada em crack.



Como um urso em hibernação, as ruas de El Alto estão em silêncio, mas podem despertar a qualquer momento. Berço dos protestos que derrubaram dois presidentes – Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa – a cidade de 1 milhão de habitantes encravada nas montanhas que circundam La Paz viveu os três primeiros anos de mandato em lua de mel com o governo de Evo Morales.

– É preciso dar um tempo. Não se pode mudar tudo da noite para o dia – afirma Desiderio Quispe, secretário-geral da Fejuve.

Entre as promessas do cocaleiro-presidente, uma toca diretamente os interesses brasileiros – a nacionalização dos recursos naturais bolivianos. Somente a Petrobras investiu R\$ 1,5 bilhão em duas usinas de gás na Bolívia. O decreto – que transformaria empresas multinacionais de produtoras em prestadoras de serviços ao Estado boliviano – espera apenas a assinatura do presidente.

– Somos um país rico em gás e somos um país pobre – afirma Juan Carlos Valencia, secretário-geral da Central Obrera Regional (COR), que representa 350 mil trabalhadores.

Dois cabeças do urso adormecido, as sedes da COR e da Fejuve ficam lado a lado na Avenida 6 de Março. Como La Paz é refém do humor de El Alto, por abrigar o aeroporto internacional, qualquer bloqueio deixa a capital isolada. O primeiro rugido foi dado: os sindicatos da cidade ficaram de fora das listas de votação para a eleição da Assembleia Constituinte.

– Apoiamos o governo, mas, se ele não cumprir suas promessas, vamos medir forças – ameaça Valencia, como profecia.

Dezembro de 2010. Era o dia depois do Natal. O presidente Evo Morales estava em viagem à Venezuela, de modo que coube a seu vice a tarefa nada invejável de anunciar um aumento repentino de 73% no preço da gasolina. A reação foi imediata. Manifestantes depredaram repartições do governo e queimaram fotos de Evo Morales, que provocou o aumento do preço ao cortar o subsídio governamental do combustível. Plantadores de coca, que há anos são uma importante base de

apoio do presidente, montaram barreiras numa rodovia principal, em protesto contra a medida. Motoristas de ônibus entraram em greve e açoitaram publicamente seus colegas que se atreveram a receber passageiros. Quando a medida foi revogada, cinco dias depois, estava claro que Morales, que pode ser visto como o líder boliviano mais forte desde a década de 1950, tinha sofrido o maior revés de sua presidência. Pichações surgiram em muros de El Alto e de La Paz, a capital boliviana, resumindo o sentimento popular: “Evo = Implosão”.

A agressividade dos protestos e a capitulação rápida de Morales abriram um capítulo de incertezas para o presidente. A presidência do ex-cocaleiro vem sendo reforçada por um período de crescimento econômico inigualado na turbulenta história recente do país, crescimento esse que é, em grande medida, fruto dos preços altos das exportações de minerais e da política econômica prudente. Mas esse crescimento econômico não se reflete no bolso dos bolivianos. O país continua sendo um dos mais pobres da América Latina. A turbulência suscitada pelos protestos contra a alta dos combustíveis serviu para lembrar o papel ainda exercido pela agitação popular na frágil democracia boliviana. Apesar de exercer influência maior que seus predecessores, Evo Morales descobriu que também pode ter suas ambições bloqueadas. Há uma frase comum entre analistas bolivianos: o maior referendo que existe na Bolívia é uma barreira montada em uma Estrada. El Alto, o urso, saiu da hibernação.



Sim, 2006, foi um ano e tanto. Desde as ditaduras que obscureceram o Cone Sul nos anos 70, poucas vezes as veias da América Latina estiveram tão expostas.

Os oito anos de George W. Bush na Casa Branca mudaram o mundo. Ou o mundo mudara os oito anos de George W. Bush na Casa Branca. Por um ou por outro lado, foram durante os dois mandatos do presidente republicano que assistimos, ao vivo, pela TV, aviões comerciais serem arremessados como mísseis contra alguns dos maiores símbolos do poderio econômico e militar dos EUA. Testemunhamos duas guerras (Afeganistão e Iraque) e, já no apagar das luzes, mergulhamos em uma crise econômica só comparável à quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Apenas por esses fatos, a eleição de 4 de novembro de 2008 já seria histórica. Mas havia mais: ao insuflar-se do dever quase messiânico de terminar o trabalho que seu pai George H. Bush havia começado no Iraque de Saddam Hussein, em 1991, Bush filho levou o país a uma nova guerra, passando por cima das leis internacionais, da ONU, e sob um argumento falacioso: a suposta existência de um arsenal de destruição em massa que nunca foi encontrado. Antes mesmo da era Wikileaks comprovar com documentos secretos o que de mais podre ocorria nos porões militares americanos, fotos e vídeos revelavam torturas e execuções nas prisões de Abu Graib e Guantánamo. Ainda não era o Choque de Civilizações previsto por Samuel Huntington, mas uma onda de antiamericanismo – ou, no mínimo, uma antipatia planetária velada – pairava sobre o apagar das luzes da dinastia Bush.

Não poderia haver maior ironia. O principal expoente da política americana e candidato com reais chances de romper a hegemonia das famílias tradicionais Clinton e Bush, que por 20 anos se alternaram no poder em Washington, era um descendente de imigrantes, filho de pai queniano e mãe americana, avós nascidos na Indonésia, o maior país muçulmano do mundo, e com Hussein no sobrenome. Além disso, negro, em um país com feridas raciais ainda expostas.

A simpatia, a conexão direta com os eleitores, a oratória exemplar, os toques messiânicos, a esperança de mudança... Alçado ao cenário político americano em um momento-chave da história dos Estados Unidos, Obama chamou a atenção de público e mídia por destoar do

discurso dos falcões de Washington e catalisar a insatisfação do americano médio com a administração republicana.

Desde 2000, o confuso sistema eleitoral americano tornou-se um ode ao improvável. Poderia-se esperar tudo: cédulas anuladas, brigas judiciais e até um candidato que perdeu no voto popular se tornar o presidente. E o fantasma estava vivo. Como naquele ano, a Flórida prometia ser o fiel da balança, ao lado de Ohio. Eram os dois principais Estados-chave da eleição de 2008, aqueles que decidiriam a disputa. Nos últimos dias, Obama e John McCain, os dois principais candidatos, deveriam passar, pelo menos uma vez, por esses Estados.

Com a missão de traduzir para os brasileiros o furacão midiático e político Obama, revelar o sentimento dos americanos após oito obscuros anos Bush, eu e o repórter Daniel Scola desembarcamos nos Estados Unidos. Nossa despedida foi no aeroporto de Miami: eu ficava na ensolarada Flórida, Scola partia para o enregelado Ohio. A se confirmarem as pesquisas de intenção de voto, voltaríamos a nos encontrar em Chicago, o berço político de Obama, no dia da eleição, 4 de novembro.

Em sua autobiografia, *A Origem dos Meus Sonhos*, Obama escreveu:

“Mudança na Casa Branca (...) Mudança no Congresso, complacente e corrupto. Mudança no espírito do país, maníaco e egocêntrico. A mudança não virá do topo (...) A mudança virá das bases.”

Falava de 1983. As frases denunciavam à época a transfiguração do jovem Barack, estudante em Nova York, no líder comunitário Obama dos guetos de Chicago. As palavras de 25 anos atrás não poderiam soar mais atuais.



No guichê da imigração no aeroporto de Miami, o agente faz as perguntas rotineiras para quem pretende entrar nos Estados Unidos: pra onde vai? Quanto tempo vai ficar nos EUA? E o motivo da viagem?

Ao identificar-me como jornalista embuído da missão de cobrir a eleição americana, o agente acrescenta uma pergunta a mais: Quem você acha que vai ganhar? Surpreso, penso por um segundo: Devo ou não dar a minha opinião? Nos EUA pós-11 de setembro, qualquer resposta errada poderia significar rejeição à minha entrada. Mas, afinal, este não é o país da livre-expressão? Arrisco: Obama.

– Sim! – vibra o agente.

Ufa! Resposta certa.

Na Flórida, é mais fácil se sentir no Brasil do que nos EUA. Não apenas pela grande população de brasileiros que aqui vivem, mas principalmente pelo velho vírus do jeitinho, que aqui contamina cubanos, haitianos, hondurenhos, colombianos. Desci do avião procedente do Brasil às 18h de uma quarta-feira, abri meu e-mail ainda no aeroporto. Uma mensagem do meu editor em Porto Alegre: “Obama fará um comício nesta noite, em Kissimmee, ao lado de Orlando. Com sorte, conseguimos pegar”.

Sim, meu editor estava certo. Com sorte, muita sorte, conseguiríamos chegar a tempo a Kissimmee. Se tomasse um táxi ainda no aeroporto, cumpriria, logo na largada, aquela que era a mais angustiante missão: ficar cara a cara com um dos candidatos, a fim de traçar um perfil psicológico, observar como ele se comunica com os eleitores, o circo da mídia, dos assessores, da imprensa. Não era fácil. Um trabalho que não dependia apenas de sorte: era angustiante, porque as agendas dos candidatos só eram divulgadas horas antes de suas chegadas aos locais dos comícios. Estrategicamente, Obama e McCain poderiam alterar suas rotas dependendo do humor das pesquisas, divulgadas nos canais de TV à noite. Participar de um comício de Obama logo na chegada seria sorte demais, quase um milagre.

Entro no táxi, e o motorista, pelo sotaque, identifico como haitiano. Está bem-humorado:

– Espanhol ou americano?

– Brasileiro – respondo.

– Oh, brasileiro...

Explico a ele que preciso chegar em uma hora a Orlando. O taxista então diz que sabe onde será o comício, que escutou no rádio e insiste em me desmentir.

– Você está errado. Obama não vai discursar em Kissimmee, será aqui perto, eu sei onde é...

Eu insisto que não, que será perto de Orlando. Acompanho pelo mapa, de olho nas placas informativas, e percebo que o haitiano está indo no sentido contrário de Orlando. Rodamos quase 30 minutos, até que ele se dá por vencido.

– Onde Obama vai discursar? – pergunta em um bar de beira de estrada.

Ninguém sabe. Pela última vez, insisto, mas parece que ele não entende meu inglês:

– Por favor, o senhor me leve a Orlando. Se não for lá, eu me responsabilizo.

Irritado, o haitiano desliga o taxímetro. Entendo no gesto que, para ele, é uma questão de honra encontrar o local. Mas está irritado.

– A partir de agora, você vai pagar o combustível – grita.

Olho no relógio, faltam 10 minutos para o início do comício. Imagino Obama subindo no palco, os gritos de *Yes we can* dos fãs, a notícia em todos os jornais do dia seguinte, na internet, e eu, ali, no meio da estrada, a 350 quilômetros de distância.

– Leve-me para o hotel – desisto.

Irritado, cansado, desembarco no Hyatt Regence, em Miami Downtown. O motorista tira minhas bagagens do porta-malas e as joga na calçada. Não quer cobrar a corrida. Mas faço questão de pagar pelo menos o trajeto do aeroporto até aqui. Desde então, aprendi que no primeiro dia de cobertura, tudo pode dar errado. Mas nada que um bom banho quente no quarto do hotel e uma noite de sono não apague todo o azar. A partir do segundo dia, a cobertura deslancha. Acredite...



Nos arredores do Ed Smith Stadium, em Sarasota, nem parece que há um comício. Há lugares para estacionar o carro tranquilamente. De pé, na frente das catracas, agentes do serviço secreto – ou nem tão secreto assim, já que eles trazem às costas a inscrição os identificando como *Secret Service* – são rigorosos. Não há revista – guarda-chuva e bolsas não são permitidos –, mas eles encaram cada um dos frequentadores como um terrorista em potencial.

Para chegar até o estádio do Reds, time de beisebol de Sarasota, foram quase quatro horas de viagem de carro, cruzando a Flórida de Leste para Oeste. Em boa qualidade, a estrada corta uma bonita área de preservação, o Parque Nacional de Big Cypress. Como a temperatura é alta, ficar dentro do carro sem ar-condicionado é um tormento. Quero economizar combustível já que não sei exatamente a localização dos postos no caminho. O GPS salvador e com uma estranha voz feminina em português ajuda a guiar nas estradas, embora eu ainda não consiga desgrudar do bom e velho mapa em papel.

Faltam 15 minutos para as 11h, horário previsto para o início do espetáculo. Os portões estão abertos desde as 9h. Algumas pessoas estavam na fila desde as 5h, mas eu não sou uma delas: só conseguira chegar ao estádio em cima da hora. Estar ali, a postos, olhos arregalados para não perder nenhum gesto do homem que promete ser a salvação dos EUA, é a primeira vitória da cobertura que começara um tanto turbulenta.

Barack Obama escolheu Sarasota para desequilibrar a balança a seu favor na Flórida. É seu último grande comício no Estado. O sol do meio da manhã exige uma garrafinha de água. Bridget Jones, uma mulher baixinha como a personagem do filme, traz a sua em uma das mãos. Na outra, arrasta o filho Smith, de 10 anos. O menino está a postos com um cartaz azul que segura com as duas mãos: “Obama/Biden” está escrito. Às 10h40min, os rumores de que o avião de Obama aterrissou no aeroporto, perto daqui, começam a percorrer a arquibancada. Pontualmente às 11h, o senador Bill Nelson sobe ao palco.

A música *The Rising* irrompe. Obama surge correndo pelo gramado do Reds. Apesar do calor, veste terno preto e gravata azul. Aperta a mão de Bill com energia e se dirige ao microfone:

– Sarasota, eu vim aqui para lhes dizer apenas duas palavras: Cinco dias. Nós estamos a cinco dias de mudar a América.

Confortavelmente sentados nas cadeiras ou de pé, os cerca de 10 mil ouvintes vão à loucura. A essa altura, a testa de Obama está tomada por pingos de suor. Mas ele continua. Com o domínio exemplar do público a um metro abaixo da linha de seu olhar ou nas arquibancadas, ele gesticula. Atrás, um grande cartaz com a palavra “mudança”. A crise econômica é a base do discurso, a que toca nos bolsos de americanos como David Braveravh, que está desempregado. Por alguns minutos, ele tira os olhos de Obama para puxar conversa.

– És do Rio? – quer saber.

– Não, Porto Alegre, sul do Brasil.

– Certa vez tive uma namorada no Rio – conta.

De algum canto lá atrás, alguém puxa em coro:

– *We can change! We can change!* (Nós podemos mudar!)

Estabelece-se, então, uma conexão quase religiosa entre o público e Obama, que abre o sorriso. Candidato e plateia parecem um só. O circo ao redor se desfaz com a mesma velocidade com que foi montado. Obama some. As pessoas saem ordeiramente. A estrutura é desmontada. Em meia hora, quase nada indica que um furacão político passou pela cidade.

Ficam os jornalistas. O centro de imprensa é uma área coberta por lona atrás do palanque. Muito quente. Aquele come-comes de sempre, porque, em coberturas como essa, jornalistas costumam se preocupar apenas com três coisas: entrevistar, digitar e roer *donnuts*. Não necessariamente nesta ordem. Depois de quatro horas de estrada, 40 minutos de uma catarse difícil de traduzir em palavras, descubro que a tecla A do meu notebook sumiu. Só me resta comer *donnuts*.



Little Havana, a pequena Havana, ficou conhecida pelo caso do menino Elian González, resgatado das águas do Mar do Caribe e pivô de uma disputa entre o pai biológico, que morava nos EUA, e a família da mãe, em Havana. Com suas casas em estilo colonial espanhol, reúne uma população de exilados cubanos, fugidos do regime de Fidel Castro. Em grande parte foram eles os responsáveis por transformar a Flórida em bastião republicano. Nas últimas 10 eleições, os candidatos presidenciais do partido venceram oito vezes no Estado. Quem ganha a disputa na Flórida, leva 10% do mínimo necessário para ser presidente – 27 votos do Colégio Eleitoral. E os cubanos? Esses não perdoam os democratas.

– Por quê? – pergunto a um morador.

– John Kennedy era democrata.

Mal ele termina a frase, entendo, sem que seja necessário refletir duas vezes, que a empoeirada lógica da Guerra Fria ainda está por trás do ódio. Kennedy ordenou a invasão da Baía dos Porcos, a fracassada tentativa dos americanos de usar os cubanos exilados para tirar Fidel Castro do poder.

Aproveitando-se dessa lógica, nos últimos dias, John McCain lançou mão de uma estratégia de ataque fulminante: tem dito que Obama é “socialista” – o que, para a comunidade exilada cubana, soa como “perigo”.

No centro de Little Havana há uma praça coberta onde os moradores se reúnem para jogar dominó. O local é ideal para colher algumas impressões da população sobre a crise econômica. Mas, antes, uma pintura na parede atrai meus olhos. Vejo Bill Clinton cercado por ex-presidentes latino-americanos. Entre alguns dinossauros da política, estão lá Carlos Menem, Alberto Fujimori, Itamar Franco... Um presidente democrata pintado no principal ponto de fumadores de charutos cubanos? Fico com a sensação de que nem todos os exilados estão

seguindo a tendência republicana dos pais e avós. Principalmente os jovens, que não têm o ranço dos ancestrais e apostam na mudança.

Se McCain é forte entre os cubanos, nada mais lógico do que ter um comitê no coração do bairro Little Havana, certo? Só que a sede do Partido Republicano está praticamente vazia. Ao entrar, me identifico como jornalista e peço para fazer umas fotos. Duas voluntárias olham desconfiadas e pedem a identificação. Levam minha carteira de jornalista para o fundo, analisam, viram o documento de cabeça para baixo. E uma das duas volta e diz:

– É melhor você não tirar fotos. Está muito vazio. Volte mais tarde.



É sexta-feira, Dia das Bruxas nos EUA. Com os textos na redação, decido relaxar um pouco e chamo um táxi para ir a Miami Beach. O trânsito está um inferno. Parece que toda a Flórida teve a mesma ideia. Na Lincoln Road, uma multidão mascarada caminha de um lado para o outro, bebe, diverte-se. São monstros, odaliscas, índios. Até Sarah Palin, a polêmica governadora do Alasca e vice de John McCain, está lá. Pelo menos nas máscaras. Vestidos como o candidato republicano ou como Barack Obama, dois americanos gesticulam, discutem, dão-se tapas na cara e no traseiro.

Em meio a tanta gente mascarada, fico com a impressão de que seria muito fácil cometer um atentado ali. Faltam quatro dias para a eleição, e uma tragédia às vésperas do pleito poderia mudar os rumos da Casa Branca. Foi assim na Espanha, em 2004, quando as bombas nos trens de Madri derrocaram o partido do conservador José María Aznar e contribuíram para a vitória do socialista José Luiz Rodrigues Zapatero. Fantasmas do 11 de Setembro? Paranoia particular? Talvez seja apenas cansaço. Decido voltar para o hotel. É mais sadio e seguro relaxar no quarto, vendo as bruxas apenas pela televisão.



Desembarco em Chicago na noite de domingo, 2 de novembro. Minha missão: esquadrinhar a cidade que gestou Barack Obama, o político, o senador que está a dois dias de se tornar o homem mais poderoso do planeta. Pela segunda vez, as luzes destes arranha-céus se refletem em minha retina. E de novo me emociono.

Havia sido esse o destino da minha primeira viagem internacional como repórter, em 1999. Estive aqui com um grupo de jornalistas especializados em coberturas automotivas. Uma multinacional fabricante de caminhões, a International, queria apresentar seus novos modelos e convidou Zero Hora para a viagem. Iniciante, percebi a oportunidade como uma espécie de prêmio por ter feito uma entrevista exclusiva com o general paraguaio Lino Cesar Oviedo, foragido da Justiça e uma ameaça à democracia latino-americana. Foca, é assim que são chamados os jornalistas ainda em formação, sentia-me deslocado naquele grupo especializado em salões de automóveis mundo afora. Desafiado a guiar um caminhão em uma pista de testes, aceitei, mesmo que não tenha passado das três primeiras entre as 18 marchas do veículo.

Ainda não dirijo caminhões, mas volto a Chicago mais experiente. A terra de Caponne, com suas torres imponentes, entre elas a Tribune Tower, sede do meu jornal favorito, o Chicago Tribune, é, para mim, uma das melhores cidades para viver. O lago Michigan emoldura a metrópole. É a partir dele que sopra um vento gelado que levou os americanos a rebatizarem-na de Windy City.

Nesta noite, Chicago se prepara ou para a maior festa de sua História, ou para sua maior decepção. Avenidas bloqueadas, viadutos interrompidos, checagem nas portas dos hotéis. O Congress Hotel, nossa base, fica bem em frente ao Grant Park, cenário da festa que está sendo organizada para Obama. Dos quartos frontais, é possível ver toda a extensão do parque. No meu quarto não tenho esta sorte. Preciso de boas fotos. Peço ao recepcionista para subir até os andares mais altos.

– Só com a autorização dos policiais – diz ele.

A atenção com potenciais abrigos de franco-atiradores foi redobrada. Para chegar ao último andar, preciso deixar meu passaporte retido na recepção.

– Cinco minutos, no máximo – rosna o policial.

O tempo é suficiente para registrar as coberturas brancas dos toldos que estão sendo instalados para os convidados.

Com o nascer do dia, percebo o Grant Park convertido em área militar: uma cerca de metal isola o palco, o espaço reservado para 7,5 mil jornalistas e o público de 1 milhão de pessoas. O aparato de segurança contrasta com a tranquilidade do passeio de americanos com seus cães. Por ali, até esquilos brincam debaixo das árvores.

Caminho por toda a extensão da cerca. Sinto o clima, fotografo e gravo imagens para a televisão. Em alguns momentos, misturo-me a quem descansa ou faz exercícios. Não é bom levantar a suspeita dos policiais.

Às margens do parque, na Michigan Avenue, encontro um bar. Aproveito a mesa para atualizar meu bloco de notas. Peço água. Na televisão, o apresentador dá as últimas notícias sobre a eleição. Os clientes conversam, tomam café. Ninguém parece interessado. Pelo menos até eu me aproximar da TV para aumentar o volume. Acidentalmente, troco o canal. E, surpreso, escuto xingamentos. Ainda preciso aprender muito sobre o comportamento dos americanos.

Depois de atualizar os ouvintes brasileiros com um boletim na Rádio Gaúcha, rumo para o Hyatt Regency, um dos hotéis mais luxuosos de Chicago e quartel-general do Partido Democrata. Na grande mesa do saguão repousam as credenciais, cobiçados pedaços de papel plastificado que valem o acesso para uma das grandes celebrações políticas da história americana. Um mapa do Grant Park também é distribuído aos correspondentes. Com o período de credenciamento esgotado, saio de lá apenas com o mapa.



Com os vidros abertos, o meu carro penetra no coração de South Side, um conglomerado de bairros pobres no sul de Chicago.

– Vá se f., homem branco – escuto de um negro.

Recepção agressiva, mais do que eu esperava.

É segunda-feira, 3 de novembro de 2008. Mas poderia ser 1985. À época, um líder dessa comunidade procurava um assessor. Planejava reunir negros em torno de um projeto para salvar empregos na indústria de Chicago. Encontrou em Nova York um jovem chamado Barack.

– O que você sabe sobre Chicago? – perguntou o homem a Barack.

– É a cidade mais segregada da América – respondeu o jovem.

Pouco depois, Barack Obama desembarcava em Chicago com um diploma de Direito e outro de Ciências Políticas nas mãos, um mapa debaixo do braço e um novo emprego – organizador de comunidade.

A história está no livro *A Origem dos Meus Sonhos*, a autobiografia de Obama, que trago comigo nesta imersão a Chicago. Um dos trechos sublinhados ainda no avião é exatamente este: o encontro de Barack com Gerald Kellman, o homem que o contratou para trabalhar como organizador comunitário em Chicago. Quando fui informado de que cobriria a eleição americana, comecei a ler o livro. Como sabia que não conseguiria terminá-lo até chegar aos EUA, aprofundei a leitura nos capítulos que, para mim, eram essenciais: a vida adulta de Obama em Chicago, sua formação como líder comunitário, a transformação do jovem Barack no senador que hipnotizaria os democratas na convenção do partido, no Fleet Center, em Boston, e, agora, o mundo.

Vinte e três anos depois daquela conversa entre Kellman e o estudante de Nova York, o bairro que acolheu Obama pouco mudou. As feridas raciais continuam abertas, e a prova eu experimentara na chegada. O mergulho no mundo suburbano de Chicago exige cautela, paciência,

diálogo. Ficam para trás os arranha-céus do centro, os cartões postais. Preenchem a paisagem agora conjuntos habitacionais populares, ruas cortadas por trilhos. Aridez.

– Estas áreas melhoraram bastante de 10 anos para cá. Os negros hoje têm mais dinheiro. Há cinco anos, eu não entraria aqui – conta o motorista do carro que aluguei, um americano branco.

O passado de Obama em South Side pode ser rastreado a partir da Trinity United Church of Christ, uma igreja batista que ele frequentou por 20 anos. Peço ao motorista que me leve até lá, mas o homem comete um erro que derruba minha expectativa de conseguir qualquer entrevista: estaciona na vaga reservada ao poderoso pastor Jeremiah Wright. Im-per-do-á-vel. Todos na igreja, fiéis, funcionários e religiosos, estão escaldados com a imprensa. Na porta do templo, um cartaz proíbe o uso de máquinas fotográficas, filmadoras e gravadores. A relação com os jornalistas desandou de vez depois que o pastor Wright apareceu em um vídeo publicado por um jornal dizendo:

– Deus amaldiçoe a América.

No mesmo dia, outra de suas frases veio a público:

– Os atentados de 11 de Setembro foram uma resposta à política externa americana.

No mês seguinte, o religioso deu a entender que o vírus da Aids era uma invenção do governo dos EUA. Obama rompeu com a igreja e, desde então, todos os pastores foram proibidos de dar entrevistas.

Nesta tarde, a igreja está vazia. Tento contato com um fiel, mas ele se nega a conversar. Uma segurança do templo me recebe com a cara fechada. Ao fundo do prédio, que mais parece uma grande residência, moderna, envidraçada, um quadro da Santa Ceia, com os participantes, Jesus e os apóstolos, usando máscaras africanas.

– Isso é um lugar de culto religioso, e hoje não tem culto. Então, vá embora! – diz a mulher.

Desistir não é uma tarefa fácil. Mas, afinal, o pastor nem estava ali. Do contrário, a vaga no estacionamento não estaria vazia.



Grant Park, Chicago. 4 de novembro de 2008. Às 21h50min, o vento do lago Michigan enrijece músculos e provoca arrepios. Distraída, a multidão se reúne em pequenos grupos. Alguns conversam, tiram fotos, como em um gigantesco piquenique noturno, ao melhor estilo Woodstock. Outros fazem filas em quiosques para comprar pizza e refrigerante, afinal, estamos nos EUA...

A apuração dos votos promete ser longa. Foi assim em 2000. Em vários pontos do Grant Park, telões transmitem a cobertura impecável da rede CNN, com mapas, comentaristas, hologramas e, o que mais interessa aos eleitores e ao mundo, os resultados, Estado por Estado. A contagem parece ter esfriado. E seis horas depois de ter ingressado no Grant Park, aumentou a fila dos comes e bebes.

A outra fila para entrar já havia sido longa. Uma demora compensada por gestos singelos de solidariedade, como o de um americano que abriu um saco de pirulitos e os distribuiu entre desconhecidos. As autoridades sempre temem atentados terroristas, e, nós, jornalistas, o que tememos mesmo é ficar fora da festa. A revista foi rigorosa. Dos itens proibidos, os mais visados são as mochilas, que podem esconder bombas. A minha deixei no hotel. Para evitar qualquer tipo de desconfiança, trouxe o notebook na mão, celular e máquina fotográfica nos bolsos.

A tarde foi quente. E só quando os prédios de uma das mais belas silhuetas urbanas dos EUA começaram a sombrear o parque é que senti o vento do Michigan. Não há muito a fazer, a não ser sentar-se na grama úmida do Grant Park e esperar. Me surpreendo com tipos americanos: um homem vestindo uniforme de beisebol traz às costas o nome “Obama”. E até uma fotografia do democrata em tamanho real vira atração para eleitores, que fazem pose, abraçam e beijam o rosto do candidato de papel. Às 18h, a expectativa cresce rumo à catarse. As urnas da Costa Leste são fechadas, e os primeiros resultados exibidos nos telões dão vantagem a Obama. A sensação é de que Ohio e Flórida,

os Estados que ainda podem tirar dos democratas a vitória, vão ceder mais cedo ou mais tarde.

– Agora é difícil eles nos pegarem – diz a estudante de Psicologia Mical Zere, ao lado de três amigas.

Cai a noite, e a iluminação dos prédios de Chicago acrescenta um componente a mais de patriotismo ao cenário: em um dos edifícios, as luzes nas janelas exibem as iniciais USA. Quando o helicóptero da CNN equipado com câmeras de vídeo sobrevoa o parque, a multidão se reconhece nos telões. Os gritos se misturam.

É aí que o vento fica mais forte. Às 21h50min, o pêndulo dos chamados *swing states*, Estados que podem definir a eleição, pesa para o lado de Obama. Se a Flórida ou a Virgínia caírem, a disputa estará decidida. Mas a maioria dos eleitores que está aqui não sabe disso. Conversam, brigam. O cachorro-quente está demorando. E só quando a vinheta da CNN anuncia uma notícia urgente é que esticam os pescoços procurando os telões. “Encerrada a apuração na Virgínia, Obama vence”, anuncia a emissora.

Os 13 votos do Estado tradicionalmente republicano desta vez somam-se para o lado democrata. Festa, vibração momentânea. Logo, outra dispersão. Imediatamente, cai também a Califórnia. E uma frase surge nos telões da praça: “Obama eleito presidente dos EUA”.

Sou um dos surpreendidos na fila da pizza.

Volto a sentir arrepios, e agora não é o vento. É verdade? Está terminado? Alguém sai correndo com uma imensa bandeira dos EUA, enquanto o rosto do reverendo Jesse Jackson, chorando, aparece nos telões. Em uma sucessão muito rápida de fatos, um palco no Arizona surge na tela. Nele, está o candidato republicano John McCain. O Grant Park ensaia uma vaia. Mas logo silencia para ouvir o pronunciamento do derrotado:

– É uma eleição histórica, e reconheço o significado especial que ela tem para os afro-americanos e para o orgulho todo especial que deve ser deles nesta noite.

McCain engana-se, não é uma noite especial apenas para os afro-americanos. O mundo pulsa no compasso do Grant Park. Nas avenidas ao redor, a sirene da escolta policial é mais alta do que os gritos. Barack Obama surge. Ao vivo.

– Hello, Chicago! – diz o presidente eleito.

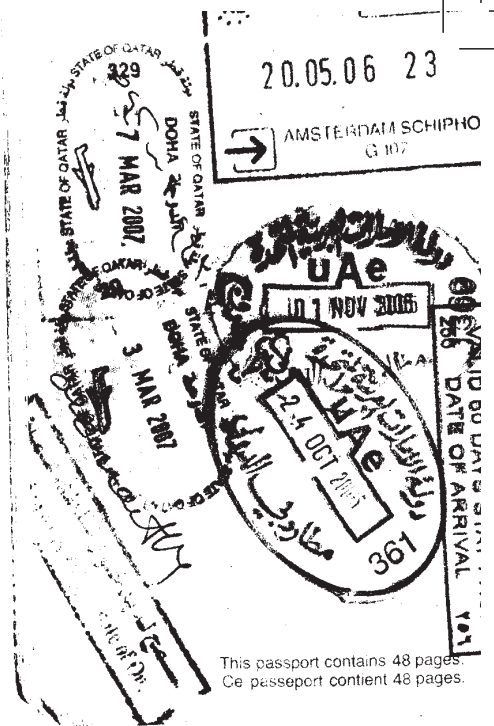
E desabafa:

– Quando nos encontrarmos com o ceticismo e as dúvidas e com aqueles que nos dizem que não podemos, responderemos com esta crença eterna que resume o espírito de um povo: sim, nós podemos.

Sim, nós podemos. O refrão, legado da campanha, explode entre a multidão. É Obama, é o vento do lago Michigan, é o povo.

– Obrigado! Deus abençoe a América.

Barack Obama se retira lentamente ao som de *I'll take you there*, do The Staple Singers, e *Simply the Best*, de Tina Turner. Sai de mãos dadas com a mulher, Michelle. Abraçam-se. Ao meu lado, na grama do Grant Park, o casal Michael e Linda, voluntários da campanha em Ohio, repete o gesto de afeto. Eu também sou abraçado por gente que nunca vi. Aquele arrepio vira calor humano. Lá se foram 10 horas desde a chegada à fila até o grito final de vitória. Obama fez História. Quem estava lá ajudou a escrevê-la.



MUDANÇA NA AMÉRICA

Washington, janeiro de 2009

Washington DC, 14 de janeiro de 2009. O táxi cruza a ponte sobre o rio Potomac. O obelisco a George Washington é a primeira visão que reconheço da capital americana. Trata-se daquela gostosa sensação de que você já viu aquilo tudo nos filmes, por isso lhe é familiar. Frio de 12°C negativos. Nas imensas áreas verdes do National Mall, dezenas de americanos, com luvas e toucas, exercitam-se, o jogging parece o esporte preferido em Washington. A caminho do hotel, descortina-se, ao fundo, o prédio do Congresso Nacional, branco como mármore. Entre as árvores, à minha esquerda, procuro a Casa Branca e quase não creio que ela é bem menor do que aparece naquele *Independence Day*, quando alienígenas fulminam a casa presidencial. Parece de brinquedo.

Chego a Washington quatro dias antes da posse de Barack Obama, o democrata que arrebatou corações e mentes dos americanos – e do mundo. Como eu, migram para a capital americana legiões de jornalistas, políticos, líderes sociais, sonhadores, como para uma Roma ou uma Meca dos tempos modernos.

Quando o rotor do helicóptero girar nos fundos do Capitólio, na terça-feira, levando George W. Bush para fora de Washington, sua popularidade terá chegado a meros 20%. Ele fechará com vaias, não duvide, uma era tenebrosa em que os EUA sofreram um atentado que dividiu a História, atolaram-se em dois conflitos e, às custas de uma alegada guerra ao terror, mancharam sua imagem com episódios sistemáticos de tortura. Bush entrega o país em recessão e, impotente, vê o mundo mergulhado em uma das maiores crises econômicas desde 1929.

Por tudo isso é que a posse de Barack Obama se tornou um marco.

Pelo trajeto que deverá estar tomado por 1 a 2 milhões de pessoas na próxima terça-feira, o táxi vai passando pelos principais pontos turísticos de Washington. Afasta-se do centro, e percebo que erramos na escolha da localização do hotel, o Quality Inn. No mapa, parecia próximo ao National Mall. Na realidade, é bem mais longe do que eu esperava. Isso significa que terei vários deslocamentos de táxi pela frente em um trânsito que só promete piorar. Um problema logístico que, antevejo, resultará em gasto maior de dólares e, pior, em perda de tempo.

O taxista, claro, faz o lobby. Antes de me deixar no hotel, avisa:

– Tome cuidado, essa área é perigosa – diz.

Mas exagera na comparação:

– Como São Paulo, ok?

Olho ao redor, e a região mais parece um pacato bairro de Nova York: casinhas geminadas, árvores, moradores passeando com seus cães.

– Não ande a pé aqui à noite – ele insiste.

Na dúvida, não pretendo correr riscos. Mas, pelo que há de policiais nas ruas, Washington parece hoje – e pelos próximos dias – a cidade mais segura do mundo.



A cobertura, pra mim, só começa de fato quando as malas estão no hotel, a redação e minha família no Brasil avisados de que cheguei bem e a internet do quarto testada e aprovada. É um ritual mais psicológico do que real, eu sei, mas funciona como uma fronteira invisível. Um cordão umbilical que preciso romper para me permitir vagar, por alguns dias, na atmosfera daquilo que preciso reportar. Feito isso, tomo medidas práticas: visto meu colete com 16 bolsos, separo na mochila só aquilo que vou precisar na rua – bloco, caneta, mapa, câmeras de foto e vídeo, microfone e documentos. Passaporte e dinheiro guardo em bolsos de acesso fácil, mas seguros. Adoto como regra levar o documento brasileiro sempre comigo: não é o caso aqui, mas em uma guerra isso pode definir a diferença entre você ser considerado um jornalista e um espião, o que pode decretar sua vida ou sua morte. O dinheiro evito guardar todo no hotel. Não são incomuns histórias de repórteres saqueados durante a cobertura e obrigados a abreviar a viagem por falta de verba. Por isso, boa parte vai comigo. São itens de uma cartilha que não levo mais do que cinco minutos para cumprir. Feito isso, Washington, aí vou eu...

Além de o hotel ficar distante do centro, os taxistas aqui simplesmente não cumprem o chamado pelo telefone. Claro que só descubro isso depois de esperar 40 minutos pelo táxi. É mais fácil caminhar quadras e quadras e atacar um deles pelo caminho. Nenhum problema não fosse a temperatura abaixo dos 10°C negativos.

Ao desembarcar em frente ao prédio do Congresso Nacional, quase não sinto as mãos. O rosto parece queimar por causa do frio, e a respiração é difícil. O ar gelado faz doer até as costelas. O local da posse está todo enfeitado com faixas nas cores da bandeira dos EUA. Há várias cercas ao redor, demarcando o que, na terça-feira, será o espaço de jornalistas, convidados, autoridades e público. Hoje ainda há passagens entre as barreiras, é possível ficar bem perto do local onde Obama fará seu juramento.

Diferentemente de outras coberturas, em que é preciso correr atrás de fontes em vários locais de uma cidade, nesta, tudo parece ter horário e data para acontecer. Todo o cerimonial estará concentrado no National Mall, entre o Lincoln Memorial e o Capitólio, recheado de museus, bosques e história.

Esse cenário é parte indissociável da reportagem que pretendo enviar para o Brasil. Por isso, diante do Capitólio, decido gravar as primeiras imagens. Preparo tripé, câmera, mas quando tento apertar o botão “gravar”, meus dedos não respondem. Estão congelados! Não sinto as unhas, as palmas. O desespero bate. Olho para os lados, e os turistas parecem não estar nem aí para o frio. Penso em buscar abrigo em um dos mais de 20 banheiros químicos na área, mas todos estão acorrentados. Um táxi é minha última esperança. Uma senhora desce do carro, e imediatamente entro.

– Um bar, por favor. O mais perto possível – ordeno ao taxista.
São cinco minutos de corrida. Para mim, uma eternidade.

– Uma dose de vodka, por favor – peço ao garçom no bar, um tanto envergonhado.

Não apenas porque estou trabalhando, mas principalmente pelo horário: 10h da manhã. E, inspirado nos valentes habitantes da Sibéria, bebo o líquido de um só gole, antes de correr para o banheiro. Dez minutos de água fervente, a vodka fazendo efeito, e recupero os movimentos das mãos. Washington, agora, só com touca e luvas.



De repente, a capital americana parou. Às 19h30min de sábado, nos arredores da Casa Branca, o único som era o das sirenes da polícia. Em cada esquina havia uma viatura. Trânsito bloqueado. Parece irreal, um filme daqueles ao estilo *Nova York sitiada*. Pela normalmente movimentada Avenida Pensilvânia, agora é possível caminhar e até se deitar no asfalto, como fazem alguns turistas.

Um policial se aproxima:

- Não andem pela rua, se passarem, eles te atropelam.
- Obama vai passar aqui? – perguntamos.
- Não posso dizer – responde o policial.

Nem precisa. Parece óbvio.

Um helicóptero sobrevoa o noroeste da cidade. Seu holofote ilumina quase toda a extensão da Avenida Pensilvânia. Pertence a alguma emissora de TV. Não há dúvidas, está seguindo o trajeto da comitiva pelas ruas de Washington. Obama escolheu um cerimonial simbólico que não se via desde a posse de Dwight Eisenhower, em 1953. Embarcou em um trem para uma épica viagem que evoca o trajeto feito por Abraham Lincoln, um dos maiores presidentes da história do país. Admirador confesso do homem que uniu os EUA, Obama dá vários significados para a viagem que começou na Filadélfia. Lá foi redigida a Constituição dos EUA, em 1787. Em Baltimore, Maryland, foi composto o hino nacional americano. A viagem termina no Lincoln Memorial, onde Martin Luther King fez seu famoso discurso *I have a dream*. A Federal Aviation Administration estabeleceu restrições de voo no espaço aéreo sobre a rota dos trilhos: devem ficar afastados pilotos particulares, balonistas. No caso de Lincoln, foram 101 paradas. Houve uma tentativa de assassinato. Não havia cobertura de televisão.

Neste momento, milhares de pessoas em suas casas acompanham pela TV a chegada do presidente eleito. Em uma das esquinas da Avenida Pensilvânia, o barulho do helicóptero se torna mais próximo. Longe, é possível ouvir palmas, gritos. Passam-se cinco, 10 minutos. O frio não parece tão intenso quando se espera algo grandioso. A sirene de um carro policial leva a pensar que a comitiva chegou. Alarme falso. Passam-se mais 10 minutos, e o cortejo começa. Uma, duas, 10 motocicletas de batedores voam baixo pela avenida, no lado contrário ao da calçada em que estamos posicionados com a câmera. Então, várias limusines seguem. Em questão de segundos, os carros somem atrás das grades da Casa Branca. Fica a certeza de que em algum dos veículos está Obama.

O presidente eleito já está em sua nova cidade. Falta apenas assumir sua nova casa.



28 de agosto de 1963, escadarias do Lincoln Memorial, Washington. Um pastor negro externa um desejo:

– Eu tenho um sonho... que meus quatro filhos viverão, um dia, em um país onde não sejam julgados pela cor de sua pele, e sim por seu caráter.

18 de janeiro de 2009. Quarenta e seis anos depois, um outro negro está sentado no mesmo lugar, nas escadarias do Lincoln Memorial.

De repente, você percebe-se no meio de gente que nunca viu, compartilhando a mesma emoção. Sob os pés da estátua de Abraham Lincoln, naquele domingo abaixo de zero em Washington, passado e presente se uniram por alguns instantes.

Acompanhei pela TV, no quarto do hotel, parte da festa *We are One*, preparada para dar as boas-vindas ao presidente eleito Barack Obama na capital federal. Precisava terminar um texto para Zero Hora, mas consegui enviar a reportagem a tempo de não perder o melhor da celebração. Não me perdoaria se isso ocorresse. Afinal, quando e onde estaria de novo na frente de Bruce Springsteen, Shakira, Jon Bon Jovi, Stevie Wonder, Beyoncé, entre outros, juntos?

Era uma constelação reunida para saudar Obama. Todos falaram, cantaram. Mas nenhuma das estrelas reunidas naquela tarde em Washington simbolizou tanto o início de uma nova era nos EUA como Bono Vox, o vocalista do U2. O próprio Obama escolhera as músicas da banda irlandesa como trilha sonora de sua campanha vitoriosa.

Houve vários momentos de catarse naquele dia. Ocasões que, até hoje, quando lembro, revivo a sensação muito particular de se sentir parte da História. Para mim, distante uns mil metros do Lincoln Memorial, um desses momentos foi quando Samuel Jackson anunciou

a entrada do U2 no palco. Uma cortina com as bandeiras dos EUA se abriu, e Bono começou a falar:

– Que a liberdade ressoe. Nesse lugar onde estamos, há 46 anos, o Dr. King teve um sonho. Na terça-feira, o sonho acontecerá.

E começou a cantar a canção *Pride (In the name of love)*, cuja letra foi composta em homenagem a Martin Luther King.

Em nome do amor. Ao lado do vice, Joe Biden, Obama sorria, um gesto que, visto pelos telões, incendiava a plateia. Não era apenas um sonho americano. A prova estava ali. Obama fora o candidato do mundo. O sonho de Martin Luther King não era também sonho apenas americano.

– Também um sonho irlandês, um sonho europeu, um sonho africano, um sonho israelense e também... palestino.

A música encerrou com Bono voltando a conclamar a multidão:

– Que a liberdade ressoe.

E estouraram os acordes de *City of Blinding Lights at (We are one)*, a música usada pela campanha de Obama para os momentos da chegada do candidato aos comícios:

– Que emoção para quatro rapazes irlandeses saírem da zona norte de Dublin para homenageá-lo, senhor, o próximo presidente dos EUA, Barack Obama, por escolher essa música para a sua campanha.

Inacreditável. Éramos meio milhão de pessoas. Se por mágica ou ficção científica pudessem estar dividindo o mesmo espaço temporal, Martin Luther King, o sonhador, e Barack Hussein Obama Jr., o presidente, os dois estariam, não tenho dúvidas, lado a lado. Se esse encontro fosse possível nos dias atuais, Luther King certamente abriria um sorriso, como aquele que Obama não conteve ao ouvir Bono. Parte do sonho de King estaria realizado. Obama talvez agradecesse ao velho pelo caminho aberto. Até a plateia poderia ser a mesma.



Três horas da manhã do dia 20 de janeiro de 2009, uma neve fina cobre a madrugada de Washington. Acordo de súbito no quarto do hotel. Minhas costas doem. O corpo reclama. Descansou apenas três horas. Ao retomar a consciência, penso que acordo para um dia histórico. A sensação é de que não há retorno. De que, quando eu voltar a dormir, sabe-se lá que horas ao término daquela jornada, meus olhos terão visto de perto cenas que marcariam a minha retina, o calendário americano e do mundo para sempre.

A insônia me acompanha em coberturas internacionais – além do cansaço, da ansiedade, penso que posso ser surpreendido por algo extraordinário no lugar onde estou... e eu, dormindo. Por isso, acostumei-me a um ritual notívago: quando acordo, no meio da madrugada, ligo a televisão. Nesta noite, sintonizo na CNN com o volume baixo para não acordar o Caio Correa, meu colega de quarto. Estudante de jornalismo e amigo de longa data, Caio é um desses jovens da chamada Geração Y, ligado em 220 volts. Conheci-o como estagiário inquieto na TVCOM em janeiro de 2008. Enxergava em seu jeito irônico, descontraído, ansioso, um jovem talento do jornalismo a ser lapidado. O jornalismo multimídia que aprendi quase artesanalmente, em dezenas de coberturas, Caio aprendeu na faculdade, sem que tivesse que passar por todos os percalços que eu passei. Nasceu e cresceu com o pensamento voltado para a tecnologia. Para essa nova geração de repórteres, não existe jornalismo impresso, televisivo, radiofônico ou online. É tudo informação, independentemente da plataforma.

Naquele janeiro, Caio fazia um curso na MSNBC, uma das grandes emissoras de televisão de Nova York. Quando soube que eu estava escalado para cobrir a posse de Obama, ele pediu dispensa ao professor, tomou um trem para Washington e apareceu na porta do meu quarto no hotel com uma mochila às costas e o notebook debaixo do braço.

– Vim viver esses dias históricos contigo – ele disse.

Caio tornara-se meu câmera, editava vídeos que transmitíamos para Porto Alegre, discutíamos pautas e, ao final do dia de trabalho, brindávamos o sucesso da cobertura com pizza e cerveja.

Quando sento para escrever um texto, reconheço, sou um pouco chato, neurótico até. Preciso de silêncio, não me concentro com facilidade e qualquer barulho externo atrapalha meus pensamentos. Caio, ao contrário, é capaz de fazer tudo ao mesmo tempo e ainda contar piadas. Na sexta-feira anterior à posse, eu tinha quatro páginas de reportagem para escrever, e ele ficava no quarto, deitado na cama, com o laptop aberto. Queria que eu assistisse aos vídeos do YouTube que ele achava curioso. Com os nervos à flor da pele, pressionado pelo pouco tempo, propus um pacto de silêncio:

– Cara, durante duas horas não fala comigo, combinado?

Sentia-me um pouco rabujento, o irmão mais velho que não tenho. Quem sabe até via nele o Rodrigo alguns anos mais jovem, sedento de mundo. Nosso pacto funcionou. Dali para frente, estabelecemos uma hora ou duas por dia de silêncio.

Ligo a televisão. A imagem da CNN que ilumina o quarto desperta os últimos neurônios que ainda resistem dentro do meu cérebro sonolento: o National Mall, a grande esplanada verde de Washington que naquela manhã seria palco da posse de Barack Obama, está tomado pela multidão. Faltam ainda sete horas para o início da cerimônia, mas não identifico lugares vazios. A câmera foca o Obelisco. Ao redor, a grua dá um rasante sobre as cabeças de centenas, milhares de americanos. Dos degraus do Lincoln Memorial até os degraus do Capitólio, a área tem 3 quilômetros de extensão. Calculo mentalmente: aquela gente no Obelisco deve estar a uns dois quilômetros do local da posse. Para elas, quando Obama fizer o juramento, o presidente não será mais do que um grão de areia no campo de visão. O que sobraria para nós?

– Caio! – grito. – Cara, estamos atrasados. Levanta!

Meio dormindo, Caio não entende meu espanto.

– Temos que ir. Já está lotado – digo, enquanto visto por cima do pijama uma calça jeans, quatro blusões de lã e duas meias.

Lá fora faz 5°C negativos, e a tendência é de que a temperatura despenque ainda mais. Sonolento, o Caio espreguiça-se. E, por fim,

pula da cama ao também avistar as imagens da multidão na TV. Sentimos que já estamos correndo atrás do prejuízo. Dormir naquela noite, agora, avalio, havia sido um erro. E a culpa não perdoa: como não me dera conta de que deveria ter pernoitado na frente do Congresso. Na noite anterior, estivéramos lá, a poucos metros do local da posse: algumas pessoas se preparavam para dormir no parque, em bancos da praça, sob barracas improvisadas, enroladas em papéis laminados para resistir ao frio. Poderíamos ter ficado, garantido nosso lugar.

Depois dessa rápida sessão de autoflagelação, lembro que não é hora para lamentar. É assim que gosto de trabalhar. Sob pressão, sinto-me desafiado. Talvez uma das características que sempre me ajudaram a vencer obstáculos logísticos em coberturas é a perseverança, a capacidade de buscar soluções alternativas – no Oriente Médio, com fronteiras fechadas, ou aqui, em plena Washington, que agora também se fecha para nós.

Penso por alguns instantes: pedir um táxi significaria perder tempo. A experiência dos últimos dias nos deixara receosos. Mal-humorados, pouco profissionais e, em alguns casos, malandros. Tento não generalizar, mas todos os taxistas em cujos táxis eu havia entrado recentemente deixaram-me uma péssima impressão: você ataca o veículo na rua, eles param, abrem o vidro, perguntam onde você quer ir e só depois decidem se querem levá-lo ou não. Se a corrida é curta ou “não estão com vontade” de ir para uma determinada região da cidade, simplesmente fecham o vidro e arrancam. Na hora de pagar, cobram a mais. E não é troco, pelo menos não para os padrões brasileiros. Pedem US\$ 2, US\$ 3 de gorjeta. Sem falar nas quatro vezes em que telefonamos para uma empresa solicitando um carro no hotel e ficamos esperando por 50 minutos. Nunca chegaram.

Caminhar, eis a solução. Serão cinco quilômetros a pé do hotel Quality Inn, a nossa base, até o National Mall. Com o dia amanhecendo, deixamos o hotel e nos unimos a uma multidão em marcha:

– Cara, não vai dar.

Não disse isso ao Caio, mas mentalmente pronunciei essa frase algumas dezenas vezes, enquanto caminhávamos pelas ruas até o National Mall, naquela manhã de 20 de janeiro de 2009. Sem credencial para entrar na área reservada à imprensa e vendo os acessos ao público serem, um a um, fechados por superlotação, cheguei a pensar: “Viajei até aqui para acompanhar a posse de Obama pela televisão, no balcão de um bar ou restaurante em Washington”. Quanto mais caminhávamos, mais nos afastávamos do Capitólio, e essa possibilidade de ver tudo pela TV – ao mesmo tempo tão perto e tão longe – parecia cada vez mais real. Entrar no local da posse virou um pesadelo.

Eram 9h da manhã. Andávamos havia três horas. Faltavam ainda outras três para o juramento de Obama. As áreas mais próximas do palco montado em frente ao Congresso Nacional americano estavam reservadas para autoridades, familiares e outros convidados. O restante do público ficaria atrás, bem atrás, disputando filas quilométricas para ter acesso ao parque cercado, do dia para a noite, por grades e policiais. Incrivelmente, o National Mall amanhecera blindado.

– Pega a microfona – disse o Caio.

Eu levava às costas uma mochila com câmera, microfona, gravador, bloco de notas, documentos e algum dinheiro. Diante da frase do Caio, logo entendi a ideia. Na fila gigantesca, decidimos entrevistar alguns populares, para saber o que pensavam de Obama e de George W. Bush. Não parecia ser hora para aquilo, mas a estratégia estava dando certo. Avançamos até muito próximo do portão. Furamos, admito, a fila. Falta-va, agora, apenas passar pelo detector de metais e uma revista policial:

– Imprensa? – perguntou o oficial.

– Sim – eu respondi.

– Não – disse o Caio.

– Aqui não é o lugar da imprensa – respondeu o policial.

– Ele disse não – gritou o Caio, ainda tentando garantir nossa entrada.

Inutilmente.

– Ele disse sim. Fora!

Ali não era mesmo o lugar para jornalistas. Era do público. Estávamos nos EUA, não no Brasil, onde dá-se um jeito para tudo. Com os ponteiros do relógio avançando, decidimos insistir. Entrar na fila de novo, agora, separados. E torcer para que outro policial nos revistasse. Com a câmera na mão, o Caio entrou. O outro policial olhou minha mochila e me barrou de novo. Havia um peso máximo permitido para ingressar ali. Eu fiquei de fora.

Desesperado, com a cobertura ameaçada, avalei prós e contras de abandonar a mochila. Em um país traumatizado por atentados de 11 de setembro de 2001, largar a bolsa em qualquer esquina poderia me causar mais problemas. No meio da multidão, olhei para um prédio alto que se erguia à direita: o National Press Association. No hall do edifício, expliquei à recepcionista minha situação. Ela permitiu que eu deixasse ali, sob uma mesa, meus apetrechos, sem garantias. Abandonnei microfone, gravador. Peguei apenas uma folha de papel ofício, que dobrei em quatro partes, caneta e uma câmera pequena de fotografia. Separei passaporte e dinheiro. E deixei o resto no prédio já pensando em como explicaria aos meus chefes em Porto Alegre o fato de ter praticamente jogado fora o microfone da empresa. Diante do policial, o terceiro naquela manhã a me apalpar, sorri.

– Turista brasileiro – tentei ser simpático.

Estava dentro.



No quarteirão onde estávamos, cercados por grades que nos impediam de nos movimentar por um raio maior do que 200 metros, existia um bar e uma farmácia. Claro que estavam completamente lotados, principalmente no intervalo entre a posse e o desfile da família presidencial pela Avenida Pensilvânia. A farmácia estava menos cheia, e foi nossa salvação: em duas ocasiões, compramos latas de energético,

salgadinhos e chocolate. Nessas incursões do Caio ao local, ele descobriu um desses apetrechos que só os americanos são capazes de inventar e que se tornariam, junto com luva, casaco e cachecol, fundamentais para a nossa sobrevivência a 12°C negativos: os aquecedores de mãos.

Trata-se de um sachê, com um composto de carvão que, agitado, produz calor. Basta colocar dentro das luvas. Na primeira vez, até que resolve. Mas duas horas depois, o calorzinho passa. E pior: o tal sachê estoura de vez em quando e, por dias, você fica com unhas e dedos escurecidos.

Para distrair o público, em vários momentos, músicas lembravam a vitoriosa campanha. Enquanto esperava pelo começo da cerimônia, analisava os tipos humanos ao redor. Havia gente coberta por diferentes tipos de agasalho: sacos plásticos, papel laminado, cobertor. Mas havia quem escolhera casacos de pele para ir para a calçada esperar Obama passar.

Estávamos sobre uma plataforma de concreto de um canteiro do jardim, acima do nível da calçada. Um lugar privilegiado, sem dúvida, do qual eu não podia me mover sob pena de perdê-lo. Quando o Caio ia buscar energético e os tais aquecedores de mãos, eu procurava ampliar o terreno, abrindo as pernas, para guardar a vaga. Correr sem sair do lugar, levantar os braços, tentar fazer algum movimento para aquecer o corpo ou para lembrar alguns membros de que eles ainda existiam, eram alguns dos stratagemas que criamos para resistir ao frio e à espera. Mas também havia fatos inusitados a nos distrair.

– É hora de ir embora – gritava uma mulher com um cartaz “*Arrest Bush*” (Prendam Bush) em mãos.

Os números da rejeição do presidente que comandou a nação por oito anos, jogando-a em duas guerras e deixando um legado de recessão e crise econômica, materializavam-se nas reações do público. Quando um comboio de limusines passou em alta velocidade pela Avenida Pensilvânia, entre a Casa Branca e o Capitólio, muitas pessoas pensaram que era Bush. O boato se espalhou rapidamente, e logo se fez uma desorganizada vaia.

Em outro instante, quando o helicóptero Marine One decolou, levando embora o ex-presidente e sua mulher Laura, muitos acenaram com os braços, dando “tchau”. Ficara a sensação de “já vai tarde”. Muito mais do que a de “obrigado”.



Frio e emoção. Eram essas as sensações no momento em que escutávamos silenciosamente o discurso de posse de Barack Obama. O longo cerimonial para tornar-se o 44º presidente dos EUA foi enfrentado com serenidade pelo protagonista do dia. Um pouco sério no início da cerimônia, ao aparecer nas escadarias do Congresso, Obama cumpriu os ritos que lhes encargam da missão.

– Eu, Barack Hussein Obama, juro solenemente cumprir fielmente as funções de presidente dos EUA, e, na medida de minhas possibilidades, salvaguardar, proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos – jurou.

Às margens da Avenida Pensilvânia, onde eu me encontrava, fez-se silêncio. Um militar deixou de lado o olhar sisudo e se permitiu uma foto como recordação. Touca preta com o nome do presidente gravado, Catherine Cooper, 27 anos, levou um radinho de pilha. Logo formou-se uma roda. Ouvimos juntos, pelo radinho de Catherine, a oração do Pai Nosso, de mãos dadas com aqueles anônimos que comungavam do mesmo momento. O policial chorou quando Obama falou uma das frases mais marcantes do dia:

– O mundo mudou, e precisamos mudar com ele.

Eu precisava manter-me firme, transmitindo ao vivo, pelo celular, para a Rádio Gaúcha. Mas não era o juramento nem o discurso os momentos mais aguardados. Queríamos ver Obama de perto. E à medida que a comitiva se aproximava pela Avenida Pensilvânia, já no meio da tarde, os gritos da multidão sinalizavam a quebra de protocolo tão esperada. A cerca de 200 metros de onde estávamos, Obama e

Michele desceram da limusine blindada para caminhar um pequeno trecho previamente selecionado pelo serviço secreto para que não houvesse possibilidade de o casal ser alvejado por franco-atiradores. Era impossível ficar imune à onda de energia que tomava conta. Quando as motos dos batedores se aproximara dos meus olhos, avistei o carro presidencial. Na esquina da Avenida Pensilvânia com a Rua 14, a duas quadras da Casa Branca, foi possível ver a cerca de 20 metros o presidente acenando atrás do vidro do carro, suas duas filhas e a primeira-dama Michelle sorrindo. Nesse momento, faltaram mãos: com uma segurava o celular, transmitindo para a Rádio Gaúcha, com a outra tentava fotografar a passagem. Foram 10 horas de espera ao longo do dia por 10 segundos na frente de Obama. Os 10 segundos que valeiram a viagem.



AO VIVO DE DENTRO DA EMBAIXADA SITIADA

Tegucigalpa, junho de 2009

Naquela manhã de quinta-feira, 25 de junho de 2009, um segredo unia os taxistas de Tegucigalpa, capital de Honduras. Eles sabiam que algo explosivo estava para acontecer, mas não podiam revelar. Havia um pacto de silêncio. Dentro de algumas horas, todos se reuniriam nas ruas próximas ao Congresso. Para fechar os acessos ao parlamento, eles haviam recebido dinheiro antecipadamente.

Dali a três dias, no domingo, o presidente Manuel Zelaya realizaria uma polêmica consulta popular que, se aprovada, mudaria a Constituição e permitiria a reeleição do chefe de Estado. Mas, três dias antes, as cartas já estavam marcadas. Nas ruas, só os taxistas sabiam o resultado: Zelaya ganharia, e sua proposta de reformar a Carta Magna e seus artigos “pétreos” seria aprovada. Para evitar que isso acontecesse, os taxistas fechariam as avenidas que levam ao Congresso, como parte de um plano maquiavélico da oposição para não apenas evitar a vitória de Zelaya, mas também ejetá-lo da cadeira presidencial.

Metade verdade, metade ficção, a história sobre a participação dos taxistas no golpe é como todas as que envolvem a crise em Honduras.

A realidade quase sempre está maquiada por teorias de conspiração, guerras de interesses e campanhas fantásticas de demonização dos inimigos. Naquele 25 de junho começava a se delinear o plano para tirar Manuel Zelaya da presidência. Na verdade, retirar não. Conforme seus adversários, o próprio Zelaya já havia se retirado ele próprio do cargo, ao tentar reformar os artigos intocáveis da Constituição do país – algo que a própria lei hondurenha proíbe. Acusação, ordem de captura, aprovação de um novo presidente pelo Congresso. Uma sucessão muito rápida de fatos levou à operação, na calada da noite do dia 28 de junho. Por ordem de seu antigo aliado, o comandante do Estado-maior das forças armadas, Romeo Vázquez, os militares retiraram Zelaya de sua casa e o enviaram para a Costa Rica. Diz a lenda que ainda de pijama.

– Isso aconteceu porque todos estavam com medo – disse-me Henry Merriam, ex-prefeito de Tegucigalpa e um dos diretores da UCB, base de sustentação da saída de Zelaya, durante um encontro em uma sala de hotel próximo à embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Apoiados pela elite hondurenha, os militares seguiam um roteiro conhecido do que de pior a América Latina exportou na segunda metade do século XX: tanques nas ruas, prisão de opositores, emissoras de TV e rádio fora do ar e, no poder, um presidente-fantoches, Roberto Micheletti, líder do Congresso.

Na verdade, militares e políticos da oposição não temiam Zelaya, mas o fantasma representado por seu padrinho político Hugo Chávez. Depois de Bolívia, Equador e Nicarágua, o presidente venezuelano esticava seus tentáculos até a pequena e pobre Honduras. Por trás do discurso ideológico – e do maniqueísmo dos discursos que colocavam ricos e pobres em lados opostos – estava um sutil, mas poderoso ponto de discórdia. Na presidência, Zelaya elevou o salário mínimo e mexeu nos interesses de cinco famílias que controlam a política hondurenha há décadas. Ele planejava, por exemplo, acabar com a isenção fiscal de grupos internacionais que se aproveitam do guarda-chuva do Instituto do Turismo (Intur) para não pagar impostos. A elite hondurenha não

amava de paixão Roberto Micheletti, o presidente que assumiu o poder após o golpe, mas sobretudo odiava Zelaya.

21 de setembro de 2009, quase três meses depois. A apresentadora de TV Jeanine Padilla, uma das mais populares jornalistas hondurenhas, recebe um telefonema em seu escritório. É uma de suas empregadas. Está apavorada.

– Eles estão entrando aqui. Estão nos ameaçando – diz a mulher.

O sobrado de Jeanine, no requintado bairro de Colonia Palmira, está sendo invadido por apoiadores de Zelaya. São cerca de 300, diz a mulher. Pelo telefone, Jeanine consegue escutar os homens arrombando janelas de vidro, subindo no teto. Os manifestantes abrem a geladeira e comem sua comida. Mas, àquela altura, ela só consegue pensar em uma coisa:

– Minhas palmeiras! Minhas plantas são como minhas filhas – disse-me Jeanine, indignada, ao mostrar-me as fotos.

Estavam destruídas. Parte vandalismo, parte comemoração, os ativistas, a maioria agricultores dos rincões mais remotos de Honduras, estavam em transe. Festejavam o retorno de seu líder. Manuel Zelaya Rosales, que, em sua terceira tentativa desde o golpe, conseguira ludibriar, naquela madrugada, os agentes de fronteira e voltar a Honduras nos braços do povo – ou pelo menos parte do seu povo. A casa de Jeanine foi uma maneira que muitos encontraram para pular para o terreno ao lado, onde Zelaya havia recebido abrigo. Era um elegante prédio de dois andares, de paredes brancas, com amplos jardins, cercados por muros de quase quatro metros: a embaixada do Brasil.



Rodovia Pan-Americana, arredores de Tegucigalpa. Na barreira, o policial se aproxima. A capital hondurenha está sob toque de recolher. Pouco antes das 23h, dois carros violam a ordem presidencial. À frente, um veículo leva a equipe da Globo News, logo atrás, segue o

meu, onde estou acompanhado do cinegrafista e do repórter da TV Brasil. O policial inspeciona o carro da frente. Depois, vem até nós. Com a lanterna a fulminar nossos olhos, manda abrir os vidros.

– Ah... então são brasileiros...– diz, com sorriso irônico.

Silêncio. Vou economizar nas frases, penso. Qualquer palavra mal colocada pode nos criar problemas:

– Vocês aprovam o que Lula fez com Honduras? – insiste.

– Não temos opinião – respondo.

O homem, então, dirige-se ao repórter Roberto Maltick, que viaja no banco da frente:

– E você, de que meio é?

– TV Brasil.

– Ah, a TV de Lula – ironiza.

– E o que vocês pensam sobre isso tudo? O que vocês vão dizer aos brasileiros?

Estamos em apuros, penso. A bandeira brasileira, o futebol, as belas praias, o Carnaval, tudo o que sempre serviu para abrir portas no Exterior de nada vale na Honduras desses dias. Cartão de visitas eficiente nos mais longínquos grotões do mundo, a simples identificação como brasileiro aqui pode despertar uma sentença: no mínimo, nos impedir a entrada; no máximo, acabarmos presos. Ser brasileiro, para a maioria dos hondurenhos, significa nesses dias apoiar Manuel Zelaya, o bigodudo presidente que, em 21 de setembro de 2009, arrasou o Brasil para o centro de uma tormenta política.

Desde o golpe, o Brasil e boa parte da comunidade internacional romperam relações diplomáticas com o país centro-americano e não reconhecem o governo de Roberto Micheletti. Ao abrigar Zelaya, a quem considera o presidente legítimo, na embaixada, o governo Luiz Inácio Lula da Silva comprou briga com metade de Honduras. Micheletti ordenou o cerco à representação brasileira, mas hesitava em invadir o prédio para prender Zelaya. Um ataque seria uma violação do direito internacional que garante à área diplomática o status de território

nacional brasileiro. Com o local ocupado por militantes que juravam proteger Zelaya até a morte, uma ofensiva das tropas certamente terminaria em massacre.

Lá de dentro, em entrevistas a meios de comunicação nacionais e internacionais, Zelaya passou a inflamar os seguidores a resistirem.

Com os quatro aeroportos de Honduras fechados e confrontos nas ruas entre manifestantes pró-Micheletti e pró-Zelaya, sou despachado para El Salvador, país vizinho a Honduras, com a missão de entrar por terra na zona conflagrada. No voo para San Salvador, a partir da Cidade do Panamá, encontro colegas de outros veículos de comunicação brasileiros com a mesma missão: Roberto Maltick e Gilvan Silva, da TV Brasil, e Rafael Coimbra e Ruy Silva, da Globo News. Ao desembarcarmos, decidimos formar uma parceria para tentar ingressar em Honduras em grupo. O fato de formarmos um time de jornalistas garantiria um pouco mais de segurança. Apressados para pegar estrada rumo à fronteira, quase caímos no conto do primeiro motorista salvadorenho que encontramos no aeroporto.

– Brasileiros não precisam de visto. Vocês entram – diz o taxista.

Não é de todo mentira. Até o golpe de 28 de junho, Brasil e Honduras eram amigos. Brasileiros e hondurenhos não precisavam de visto para visitar os dois países. Mas, com o rompimento das relações diplomáticas e a saída mútua dos embaixadores, tudo mudou. Nossa dúvida é: com um regime de exceção no poder em Honduras, quem de fato manda? Decidimos ir à embaixada hondurenha em San Salvador, mesmo temendo uma reação raivosa dos funcionários. Na calçada, um sinal:

– Zelaya, fique. Venceremos!

No interior do prédio, a sensação é de que Zelaya nunca deixou de ser presidente. Na parede do hall, sua imagem aparece em um grande quadro. Está sério, veste a faixa presidencial e traz no rosto o inconfundível bigode. A presença de Zelaya, mesmo que apenas na foto, é um indício claro de que Honduras está fracionada: se o poder está nas mãos de Roberto Micheletti, quem deveria aparecer no quadro não seria o presidente que tomou o poder em 28 de junho?

O visto sai em menos de uma hora. Com direito a cafezinho.

– São 18h, mas parece 4h da manhã.

O comentário é de um dos colegas na van que alugamos para chegar até a fronteira entre El Salvador e Honduras. Estamos a menos de cem quilômetros do território hondurenho. Nas janelas, escrevemos com fita crepe a palavra “Prensa”, imprensa em espanhol. Pela Rodovia Pan-Americana, seguimos até El Amarillo nesta noite sem estrelas. No posto fronteiriço, crianças pedem dinheiro, enquanto mulheres vendem comida, em um cheiro de algo fervido que impregna o ar. Ao observar os guardas, indentifico uma operação padrão, que pode levar horas. Alguns colegas aproveitam a espera para fotografar e filmar. Nessas horas, prefiro não expor a câmera. Estamos a poucos passos de entrar em Honduras. Uma imagem, penso, pode causar desconforto nos guardas e comprometer a cobertura.

Depois de quase uma hora, o oficial nos chama:

– Três dólares cada um – diz. – É a taxa de ingresso no país.

E estende a mão:

– Bem-vindos a Honduras.

Deixamos a van e seguimos em dois carros contratados do outro lado da fronteira. A equipe da Globo News segue no da frente. São seis barreiras, que vencemos graças à intervenção de nosso motorista hondurenho, acostumado a guiar jornalistas pelo país em crise e, por sorte, com boas fontes na polícia. Mas, às portas de Tegucigalpa, o policial está irredutível. Com os olhos fulminados pela luz da lanterna, ouço a pergunta:

– E o que vocês pensam do presidente Lula proteger Zelaya?

Trata-se, é claro, de uma armadilha. Não sabemos de que lado o policial está. Se dissermos que concordamos com a posição do governo brasileiro, ele pode nos expulsar. Se respondermos que concordamos com o golpe e o policial for um zelayista, pode ser ainda pior.

– É uma decisão do governo brasileiro, não nos cabe opinar – respondemos.

– Vocês, brasileiros, estão causando fome e morte a nossas crianças – insiste o policial.

Ele está com Micheletti. Agora, não há dúvidas. O policial fala ininterruptamente por quase cinco minutos, durante os quais só nos resta baixar a cabeça:

– Lula está se metendo em Honduras. Essa é a verdade.

Em uma pausa nas críticas, Roberto Maltick consegue responder:

– Se essa é a verdade, é o que viemos aqui para mostrar.

O silêncio volta a imperar no carro. O policial nos encara, mas a resposta do Maltick foi acertada. Praticamente desarmou o oficial.

– Estaremos monitorando suas transmissões por satélite – ele diz, e despede-se.

Aquele seria apenas o primeiro de uma série de atos de hostilidades que testemunharíamos ao longo da cobertura. A decisão de Lula de hospedar Zelaya na embaixada tornou os brasileiros *persona non grata* para muitos hondurenhos.

Ingressamos em uma Tegucigalpa vazia. Supermercados, lojas, shoppings estão fechados. Antes de ir para o hotel, peço ao motorista que nos leve até o palco principal daquela novela latino-americana: o prédio da embaixada brasileira. Um cordão de isolamento nos mantém várias ruas afastados. Os soldados fumam e parecem despreocupados com a nossa aproximação. Mas há um desconfortável silêncio no ar.



Não há santos em Honduras. E quando os dois lados de um conflito estão extremamente polarizados, é necessário equilibrar-se constantemente sobre um tênue fio para garantir a independência: desconfiar de fontes, do relato de emissoras locais, das palavras de apoiadores do regime e de seguidores de Manuel Zelaya. Um simples “sim” ou “não” pode esconder uma informação importante. Honduras vive

uma guerra midiática. Se você quer informação a favor do presidente deposto, deve sintonizar a Rádio Globo. Se deseja a versão de Roberto Micheletti, ouça a Rádio América. Com relação aos jornais, apenas o *El Tiempo* é independente. Os demais dão suporte ao presidente interino. O mesmo acontece com as emissoras de TV. À exceção do Canal 36, que simpatiza com Zelaya.

Para não se deixar influenciar por tudo isso, não bastam olhos bem abertos, é preciso estar com todos os sentidos em alerta. Os apoiadores de Micheletti são conhecidos como *Camisas Blancas*, grupos de classe média ligados a empresários e políticos de direita que vestem branco nas manifestações.

– *Lula, Lula, saque esta mula* – diz em coro a multidão reunida no primeiro grande protesto de oposição a Zelaya.

Mula, no caso, é Zelaya. Os ânimos estão exaltados. A rua do bairro Colonia Palmira, em Tegucigalpa, está tomada. Por precaução, o cinegrafista da TV Brasil Gilvan Silva retira a inscrição da canopla do microfone, que identifica a emissora. Faço o mesmo com a bandeirinha verde-amarela que carrego costurada ao colete. Ser brasileiro é um risco, mas é impossível não assumir nossa condição na hora de entrevistar os manifestantes.

– De onde vocês são? – querem saber os entrevistados.

E basta identificarmos-nos como brasileiros para que um círculo em torno de nós se forme.

– Por que os brasileiros estão fazendo isso? – Por que querem se aliar a Chávez?

Surgem cartazes criticando o governo brasileiro. Curiosamente, não estão escritos em espanhol ou português, como se poderia esperar. Em grandes letras, dizem em inglês: “Brasil, nós, o povo, não respeitaremos vocês, se vocês não nos respeitarem”. Em outros cartazes, a imagem do presidente Lula aparece ao lado do venezuelano Hugo Chávez.

– *Que se vayan los brasileños* – diz outra mensagem.

É estranho, confesso, observar um protesto contra o Brasil. Normalmente, estamos acostumados ao slogan *Yankees go home*, contra os EUA. Mas contra o Brasil?

De repente, no meio da marcha, corre-corre. Avisto um amontoado de cinegrafistas, com suas câmeras apontadas para o chão. Um homem na faixa dos 60 anos está caído. A cabeça sangra.

– Alguém atirou uma pedra – diz, aos berros, uma mulher.

Dois jovens, algemados, são levados para trás da barreira militar que circunda a embaixada brasileira. Em uma das mãos, pelo celular, transmito um boletim para a Rádio Gaúcha. Com a outra, seguro a câmera de vídeo, gravo o tempo inteiro. Aproveito a confusão para furar o bloqueio militar. Tento descobrir para onde estão levando os jovens. Dentro da área de segurança, sou o único jornalista. Mas por pouco tempo. O suficiente para ver os rapazes algemados com as mãos para trás, sentados no chão. Em seguida, são arrastados para uma van da polícia e somem de vista. Um policial, educadamente, me pede para sair dali.

Diante dos militares, os manifestantes apoiadores do golpe tratam-os como heróis. Os homens apertam as mãos dos soldados que cercam a embaixada brasileira. Algumas mulheres beijam os militares. Sorriem. Nunca se viram, mas hoje os homens fardados representam a mão forte do governo Micheletti. São eles, aparentemente, que respondem pelo que resta de orgulho aos hondurenhos: sitiam a embaixada do Brasil, mantêm o inimigo público número 1 do governo cercado e tornam alguns brasileiros, lá dentro, prisioneiros em seu próprio território.



Desde 28 de junho, quando Manuel Zelaya foi retirado do poder, o governo interino de Roberto Micheletti não concede entrevistas à imprensa brasileira. O Ministério das Relações Exteriores hondurenho considera que, ao acolher Zelaya, agora considerado hóspede brasileiro

na embaixada, houve “uma evidente intromissão” do Palácio do Planalto nos assuntos internos do país. Em Pittsburg, Estados Unidos, onde participa de uma reunião do G-20, o presidente Lula eleva o tom das declarações:

– Vocês têm que acreditar num golpista ou em mim.

A guerra verbal só ocorre por meio da imprensa. Por canais diplomáticos, Honduras e Brasil não se falam. Em Brasília, o chefe do Departamento de América Central e Caribe do Itamaraty, embaixador Gonçalo Mourão, diz que o governo brasileiro se recusa a receber comunicados de Honduras, porque não reconhece o governo. Na embaixada brasileira em Tegucigalpa, as ameaças de ataque de policiais e militares ao prédio são diárias. Zelaya dorme em um colchão improvisado na sala do embaixador. Seus seguidores não tomam banho há vários dias. Uma mulher contou que compartilhou a escova de dentes com outras nove pessoas. O cheiro ruim só é atenuado pelas janelas abertas. A alimentação se limita a biscoitos secos e feijão com arroz.

Relatos como esses, sobre a situação lá dentro da embaixada, nos chegam por telefone, pelo ministro-conselheiro Francisco Catunda Rezende, um dos quatro funcionários brasileiros que ficaram na embaixada após a chegada de Zelaya e seus apoiadores. Em 26 de setembro, ao deixar pela primeira vez o prédio brasileiro, Catunda desabafou:

– Vocês haverão de convir que, após cinco dias na embaixada, foi todo um ritual, pedindo a identidade e tudo (para sair). É alegado que isso era uma proteção a Zelaya ou para que a embaixada não sofra, mas, no fundo, é um absurdo. A embaixada do Brasil está cercada. Vocês são testemunhas, não passa carro, tudo sitiado, não está nada normal.

Aliviado ao deixar o prédio, ele afirmou que quatro pessoas (os funcionários) não podem controlar 60 (referindo-se a Zelaya e seus militantes). Naquele dia, Catunda foi substituído pelo ministro brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA) Lineu Pupo de Paula. A ideia do Itamaraty era iniciar um revezamento de autoridades na embaixada, mas, com a declaração do governo Micheletti de não permitir entrada e saída, não há certeza se esse acordo informal será cumprido.

Micheletti restringe o acesso dos próprios funcionários da embaixada ao prédio. E nós, jornalistas brasileiros, não podemos ingressar no território nacional. Ao longo dos dias, a falta de notícias sobre o que realmente ocorre no interior do prédio brasileiro, a desinformação e a arrogância do governo golpista nos indignam. Os assessores de Micheletti jogam a culpa no governo Lula: querem que o Itamaraty mande uma correspondência a Tegucigalpa autorizando a entrada dos repórteres. Por seu lado, Brasília diz que os nós, como brasileiros, podemos entrar no prédio, que o problema são os militares hondurenhos que cercam a representação diplomática.

Nos bastidores, começamos a desconfiar que estamos sendo usados por Micheletti para atrair o Itamaraty para uma armadilha. Ao mandar uma correspondência ao palácio presidencial de Honduras, o Brasil estaria, implicitamente, reconhecendo o governo golpista. Estabelece-se, então, uma brincadeira de gato e rato entre Micheletti e nós.

Tentamos ir ao encontro do presidente para pedirmos, em grupo, sem intermediação brasileira, para ingressar na embaixada. Aparecemos de surpresa no palácio presidencial. De emissoras concorrentes, uns 15 profissionais, entre cinegrafistas e repórteres, decidem trabalhar juntos. E assim conseguimos acesso ao interior do terreno do palácio, depois de uma longa revista de soldados e de um colega ter sido barrado porque estava de bermuda. No pátio, colegas de emissoras hondurenhas mantêm o tripé da câmera a postos, na frente da escada do palácio. O comentário é que Micheletti fala quando quer. Por isso, é preciso fazer plantão o dia inteiro.

Como temos dezenas de coisas a cobrir em Tegucigalpa, nos impusemos um limite de horário. Nas duas horas em que permanecemos no interior do palácio, os assessores caminham para um lado e outro, sem nos atender. Com muita insistência, um deles nos dá atenção:

- O presidente está com a agenda cheia – explica.
- Mas até agora ele não falou com a imprensa brasileira – retruco.
- É, mas, hoje, olhando a agenda dele, vi que vai receber a imprensa estrangeira até as 15h, primeiro CNN, depois Miami Herald – afirma.

– A maioria dos brasileiros não assiste à CNN. Ele tem de falar para o Brasil — insisto.

– Deixe o seu telefone que entraremos em contato.

Enquanto discuto com o funcionário, um rumor corre entre os jornalistas hondurenhos. A embaixada brasileira teria sido atacada.

– Jogaram gás na embaixada – alguém grita.

Revoltado com o chá de banco dos golpistas, deixo o palácio sem ter a versão de Micheletti. A avenida em frente ao prédio, distante cerca de 15 minutos da embaixada, começa a ser isolada por militares. Um caminhão blindado da polícia é posicionado para disparar jatos de água contra possíveis manifestantes. A tropa de choque chega. Não há dúvida de que a situação se deteriora. Tegucigalpa começa a se preparar para a guerra. Da periferia, a informação que temos é de que milhares de manifestantes marcham rumo à embaixada. Também nós nos dirigimos para lá.

No carro, tento um contato por telefone com Manuel Zelaya:

– Acabaram de jogar gás tóxico aqui dentro – afirma, ofegante.

O presidente deposto utiliza o celular do brasileiro José Wilson Batista, assistente da chancelaria, para fazer a denúncia. Batista torna a acusação mais consistente. Não parece ser uma jogada de marketing de Zelaya. Há cheiro de gás no ambiente.

– Estão dizendo aqui que há pessoas com o nariz sangrando e com sangue na urina – ele conta.

Zelaya está nervoso. Pergunto se o suposto uso do gás decreta o fim das negociações:

– Não se pode dialogar com pessoas que não respeitam os direitos humanos.

Durante 15 minutos de conversa, Zelaya destrincha argumentos que o colocam como vítima de uma manobra da Justiça, do Congresso e dos militares. A esta altura, centenas de manifestantes descem a principal avenida do bairro Colonia Palmira em direção à embaixada. Não há como o carro avançar. Decido ir a pé. Alguns militantes usam

chapéu estilo caubói, como o de Zelaya. Jovens escondem o rosto com lenços que trazem a imagem de Che Guevara.

Uma caminhonete avança sobre um grupo de repórteres. O motorista parece descontrolado. Corro para a calçada para não ser atingido. São 500 metros até a barreira militar, o limite da manifestação que se agiganta. Os soldados se posicionam para o combate. Estou pensando entre os escudos e os manifestantes. A faixa de asfalto diminui a cada segundo com a aproximação da massa humana. Uma mulher toma a frente do grupo e, com o dedo em riste, grita para os soldados:

– Assassinos!

Um soldado cobre o rosto com o escudo, protege-se de cuspes.

– Vão jogar gás – diz um repórter, colocando a máscara anti-gás.

Sem o equipamento, busco proteção próximo a uma lata de lixo ao lado de uma lanchonete. Vendo que o protesto poderia descambar para a violência, um dos líderes tenta afastar a multidão. Alguns recuam contra a vontade. Querem o combate. Mas ele não ocorre. Não seria desta vez que seria apresentado ao gás lacrimogêneo.



Domingo, 27 de setembro de 2009. No quarto do hotel Clarion, após uma ducha, preparo-me para comer um bife com fritas que pedi ao restaurante. Antes da primeira mordida, a bandeira hondurenha surge na tela da TV, acompanhada do hino nacional. Em cadeia nacional, às 20h15min (23h15min em Brasília), o ministro do Interior, Oscar Maturte, anuncia um decreto que determina uma série de restrições à movimentação e à liberdade de expressão dos hondurenhos. Fica proibida qualquer manifestação política nas ruas. E ameaça: os veículos de comunicação que incitarem a violência serão invadidos pelas forças armadas.

Imediatamente, deixo o prato sobre a mesa, ao lado do computador. Corro até o quarto dos colegas de andar.

– Vamos para a rua – digo.

Roberto Maltick e Gilvan Silva já estavam prontos. Enquanto separam apenas o equipamento extremamente necessário – máquina fotográfica e bloco, além de passaporte e crachá da empresa –, os colegas chamam nosso motorista. Com a ditadura escancarada, Tegucigalpa parece uma cidade fantasma. Nosso carro singra as avenidas às escuras. O medo maior é de sermos alvejados por militares nas ruas. Não há mais garantia de segurança para os jornalistas, declarados inimigos do regime. Decidimos nos dirigir até a sede do Canal 36, a principal emissora de TV pró-Zelaya. Ao nos aproximarmos, encontramos um segurança em meio à escuridão. Ao ver nosso carro, José Angel Sánchez pega sua única proteção: um revólver calibre 38. Suando muito, tenta disfarçar o nervosismo. Mas admite:

– Tenho medo. Dia desses, sofri um ataque com gás.

Há uma estranha calma no local. Nos despedimos e seguimos até o Stibys, um dos maiores sindicatos de trabalhadores de Honduras. Aqui dentro, a “substituição democrática”, como os apoiadores de Roberto Micheletti chamam a saída de Manuel Zelaya do poder, em 28 de junho, ganha uma definição mais simples e direta: golpe de Estado. O presidente deposto não é apenas chamado pelo sobrenome. Infla-se o peito, ergue-se o nariz e pronuncia-se cada palavra pausadamente, como quem exclama um nome messiânico: Manuel Zelaya Rosales.

A simples pronúncia de seu nome completo eleva o espírito, transforma humildes trabalhadores, machucados pela truculência policial dos últimos dias, em resistentes da causa, “soldados sem armas”, como dizem.

– Sou capaz de morrer por ele – diz, aos gritos, uma mulher.

Aqui, os brasileiros são vistos como heróis, um povo que respeita seu presidente, sua luta.

– É uma grande satisfação. Estamos muito agradecidos ao governo do Brasil – festejam.

Pobres, eles saíram de seus departamentos (Estados), deixaram plantações, abandonaram famílias para se unir à resistência. Na capital,

dormem em colchonetes, apanham da polícia, sentem saudade de casa. Natural de Choloma, Teófilo Pérez, 68 anos, é uma dessas pessoas dispostas a morrer por Zelaya. Em seu departamento, participa de uma cooperativa que planta cebola, arroz e feijão:

– Enfrentei a ditadura dos anos 30, a repressão dos anos 80, mas nunca vi algo como agora.

Comunista das antigas, sonha com um país como Cuba. Mas, ao fundo, na sede do sindicato, como que a trazê-lo de volta à realidade desses dias, ouve-se Michael Jackson. A avaliação do movimento é de que estão enfraquecidos. Fabíola, 28 anos, advogada, não é comunista como Pérez. Entrou para o grupo de apoiadores de Zelaya depois do golpe. Sua vida durante o governo de Mel, como chama carinhosamente o presidente, mudou. Construiu casa e viu seu salário subir de 2,5 mil lempiras para 5 mil lempiras (de R\$ 236 para R\$ 472). A crença é de que Zelaya abriu os olhos dos pobres para as desigualdades sociais de Honduras.

Finalmente, ser brasileiro, aqui dentro, não provoca medo. Na sede do sindicato, somos conduzidos por salões transformados em acampamentos, onde os agricultores vindos das regiões mais remotas do país – áreas onde a popularidade de Zelaya é grande – esticam colchões ao chão para dormir. Divididos por atividades, os responsáveis pela segurança do local me conduzem até os muros e indicam as fragilidades do prédio.

– Há homens de Micheletti ali – diz, apontando para uma zona de arbustos. – À noite, eles percorrem os bairros metralhando simpatizantes de Zelaya – afirma.

Verdade ou mentira, Honduras se tornou território de especulações, suspeitas. Os militantes não podem sair para a rua, estão fechados no sindicato. Quando tudo parece proibido, uma ambulância para atrás de nosso carro, em meio à escuridão imposta pelo toque de recolher. São 21h45min. Dois bombeiros correm para a porta de trás. Iniciam um trabalho de parto ali mesmo, na rua. Após alguns minutos,

Daniel Orlando sai nos braços de um soldado. A mãe, Mirtes, sentira as primeiras contrações durante o toque de recolher.

– Só quero tranquilidade para o meu país – diz a mulher, deitada na maca da ambulância.

Esta é uma das últimas cenas sublimes que me recordo nas primeiras 24 horas em que Honduras mergulharia ainda mais no caminho da incerteza.

Por volta das 5h da manhã do dia seguinte, as forças armadas invadiram e ocuparam as sedes do Canal 36 e da Rádio Globo. Não soube mais notícias de José Angel Sánchez, o segurança da emissora de TV, que poucas horas antes havia se assustado com a presença do nosso carro. Ao amanhecer, ao voltarmos lá, havia um cordão de militares na frente do edifício. A antena da emissora havia sido retirada, e o sinal, interrompido. A Rádio Globo também fora invadida: no estúdio, microfones foram arrancados da mesa. David Orlando, diretor da emissora, resumiu a sensação daquela que considero a mais longa das noites de Honduras:

– Para mim, a ditadura começou hoje.



Cedo ou tarde, eu passaria pelo batismo do gás lacrimogêneo. É uma das sensações mais desesperadoras que se possa imaginar. Você chora sem querer chorar. Sente uma sensação de queimadura nas terminações nervosas da pele, além de coceiras, inflamações e dor de cabeça. Uma leve vertigem, aliada à sensação de insuficiência respiratória. A testa e as bochechas começam a queimar. Mas, para mim, o pior mesmo é querer coçar os olhos diante do efeito do gás. Não faça isso. O movimento intensifica, espalha, os efeitos do gás.

Depois da primeira experiência com gás lacrimogêneo, passei a utilizar um kit artesanal no bolso do colete: uma garrafa de vinagre. Pode parecer estranho, mas é uma precaução. A partir de agora, para

cobrir manifestações políticas que estão proibidas, só andamos com essas garrafas nos bolsos ou mochilas. Comprei também pedaços de pano. O vinagre embebido no tecido e aspirado ajuda a reduzir os efeitos do gás.



Da grande janela do quarto do hotel Clarion, tenho uma visão privilegiada de Tegul, como os moradores chamam sua calorenta capital. Observo os morros que circundam a cidade, boa parte dos prédios e avenidas, o que me dá uma certa sensação de onipresença. Aqui do alto, sinto-me seguro em uma cidade à beira de uma guerra civil. Nesta manhã ensolarada, 1º de outubro de 2009, estou inquieto, aquela velha angústia que todo repórter sente quando está muito próximo de se consolidar um grande furo jornalístico.

Aguardo um telefonema. A fonte, um influente político hondurenho ligado ao golpe que derrubou Manuel Zelaya, a quem chamarei aqui de Mr. X, determinara que, nesta manhã, eu arrumasse minhas malas e ficasse a postos. Ao seu telefonema, eu deveria imediatamente me dirigir até o cordão de isolamento militar, no entorno da embaixada brasileira. Entrar no prédio diplomático para o qual convergem todos os olhares do mundo é o desejo de todos os jornalistas que estão em Honduras nesses dias. Especialmente para nós, brasileiros, mantidos à distância do local pelas tropas de Roberto Micheletti. Enquanto espero a ligação, repasso mentalmente a cobertura até aqui: a entrada por terra, as marchas e contramarchas, a noite em que a ditadura se escancarou. No anseio de conseguir furar o cerco militar à embaixada, enveredamos por um labirinto de desinformações arquitetado pelo regime golpista para despistar a imprensa. Tomamos um verdadeiro chá de banco na sede da chancelaria, onde nenhum funcionário de médio escalão apareceu para conversar conosco. Não éramos apenas alguns repórteres iniciantes tentando uma entrevista qualquer. Experientes em coberturas internacionais, representávamos os principais veículos

de comunicação brasileiros: Rede Globo, Estado de S. Paulo, SBT, RBS, lembro de uns 10 jornalistas. Todos mendigávamos um pouco de atenção. Naquele dia, ao sermos tratados como se tivéssemos ido até o Ministério das Relações Exteriores hondurenho pedir um favor, discuti com o funcionário que apareceu para nos enganar.

– Não há como entrar na embaixada – ele disse.

– Quer dizer que o governo hondurenho está proibindo os brasileiros de entrarem em seu próprio país? – questionei.

– Não é bem assim – ele rebateu.

– Mas é isso que está acontecendo. E é isso que eu direi à opinião pública brasileira – concluí.

Dificilmente perco a paciência. Mas, naquele dia, o descaso, o sorriso debochado, as palavras que me soavam enganosas dos burocratas de plantão foram a gota d'água. Existia uma guerra não declarada entre governo e imprensa. Principalmente a brasileira, vista pelo governo Micheletti como apoiadora de Zelaya. Os poucos jornalistas que estavam dentro da embaixada haviam ingressado na noite do retorno do presidente deposto. Entraram de roldão, ao lado dos ativistas e, desde então, tornaram-se parte da multidão asilada informalmente no prédio. Naquele manhã, considerava que a cobertura estava no ritmo correto. Entrar na embaixada, àquela altura, parecia impossível. O ingresso não era mais uma questão de competência ou não. Havíamos tentado todas as opções.

Resignado, busquei outras abordagens da crise, que não os protestos ou a embaixada em si. Queria saber o que os brasileiros que moravam em Tegucigalpa pensavam do fato de serem transformados em vilões no país que os acolhera. Foi por meio dessa comunidade que cheguei até Mr. X. Nos reunimos em um hotel do centro de Tegucigalpa. Durante três horas de conversa regada a xícaras de café, busquei compreender as razões de a elite hondurenha ter dado suporte ao golpe. Os apoiadores estavam certos de que Zelaya transformaria seu país em uma nova Venezuela, rachada ao meio por Hugo Chávez.

Consideravam que a retirada de Zelaya do poder fora uma manobra para salvar Honduras, mas admitiam que deportá-lo para a Costa Rica havia sido um erro. Pouco antes de encerrar a conversa, toda ela sem gravador ou câmeras, arrisquei:

– Zelaya transformou a embaixada brasileira em palanque político. E nós, jornalistas brasileiros, não podemos mostrar o que ele está fazendo dentro do nosso próprio território.

Calmamente, Mr. X pegou seu celular e deu um ou dois telefonemas na minha frente.

– Se você passar pelas barreiras, tem como entrar na embaixada? – ele questionou.

– Sim – afirmei, sem estar certo da minha resposta.

– Arrume todas as suas malas, amanhã pela manhã, você vai entrar na embaixada. Aguarde meu telefonema.

10h, o telefonema não veio. Decido ligar para Mr. X, que me atende com a maior tranquilidade possível. Ele não havia esquecido o compromisso, apenas estava aguardando um sinal verde dos comandantes de plantão. Sua calma me torturava. Alguém bate à porta.

– Rodrigo, está acontecendo uma manifestação. Há confronto – avisam-me os colegas.

Decido não ir ao protesto. Enquanto toda a imprensa brasileira se desloca para um lado da cidade, opto por me dirigir para a frente da embaixada. Levo na mochila duas cuecas, uma toalha de banho e duas camisetas, além de uma garrafa de água e dois pacotes de bolachas. Também carrego notebook, câmera e todos os fios necessários para conexão. É meu kit para sobreviver na embaixada, caso meu plano dê certo. Não havia garantia alguma, e, àquela altura, tudo indicava que eu levava um golpe de Mr. X. Mas, de alguma forma, estar aqui perto do objetivo desejado ajuda a diminuir minha ansiedade. Para não chamar a atenção de outros jornalistas que fazem plantão em uma esquina, opto por um acesso secundário, mais tranquilo, longe dos olhares da imprensa internacional, de ativistas e de curiosos. No local, soldados

se permitem até fumar um cigarro e beber água enquanto seus companheiros do outro lado não largam seus escudos e máscaras de gás.

– Gostaria de falar com o comandante – digo a um dos militares.

O oficial se aproxima, afirmo que tenho autorização para entrar. Ele faz uma, duas ligações. Entrego-lhe o telefone de Mr. X.

– Você vai entrar às 14h, junto com os senadores e deputados brasileiros.

Era o que eu temia. Desde a noite anterior, um grupo de parlamentares chegara a Tegucigalpa para tomar pé da situação na representação brasileira. Ninguém sabia até ali que eles também haviam conseguido autorização para furar o bloqueio militar. E certamente, no momento em que eles se aproximassem, toda a imprensa, brasileira e internacional, estaria ao redor. Entraríamos todos? Seríamos barrados, como sempre?

Ouçõ gritos, batucadas. A manifestação pró-Zelaya, que começara do outro lado da cidade, aproxima-se da embaixada. Um carro passa do outro lado da avenida, e um dos colegas brasileiros me reconhece conversando com os militares.

– O que está fazendo, Rodrigo? – questiona um deles, pelo vidro do veículo.

Sinto-me desconfortável em esconder minha negociação. Durante todos esses dias, trabalhamos juntos, passamos por momentos de risco. Nossa amizade crescia. Mas sabia que as chances de entrarmos na embaixada em grupo eram cada vez menores. Nossa parceria, por questões profissionais, terminava ali – pelo menos por algum tempo. Uma decisão difícil de tomar. E eu esperava que eles entendessem.

São 14h, após um sanduíche em uma lanchonete que se transformara em posto avançado dos jornalistas, na esquina mais vigiada de Honduras – o acesso principal à embaixada do Brasil –, estamos todos à espera da delegação da Câmara dos Deputados e do Senado. Coloco o coronel de plantão a par de minha autorização para ingressar na zona proibida e o faço entrar em contato com Mr. X. Um carro se aproxima

do cordão militar. Mas, ao invés dos deputados, quem aparece é Francisco Catunda, funcionário da embaixada que irá substituir, por 24 horas, o ministro Lineu Pupo de Paula no interior do prédio. Por ordem do Itamaraty, o revezamento iniciara entre os brasileiros porque a situação na representação se tornara difícil do ponto de vista físico e emocional. Nas entrevistas, havia relatos de que os militares usavam equipamentos que emitiam ondas eletromagnéticas para bloquear celular e internet, o que provocava sangramentos nas narinas e dor de cabeça. Escassa, a comida ingressava com atraso porque passava pela revista minuciosa de militares e seus cães. O grupo de jornalistas brasileiros cerca Catunda e o fulmina com dezenas de perguntas. Mantenho-me a dois metros da roda. Quando o funcionário dá por encerrada a entrevista e marcha até a barreira militar, me aproximo e o interpele:

– Tenho autorização para furar o bloqueio. Se eu passar, o senhor me autoriza a entrar na embaixada?

– Se você tem autorização para passar pelos militares, sim – ele diz.

– Vou com o senhor – decido.

Caminho ao lado de Catunda. Os demais colegas vem atrás. Passo em silêncio pelo cordão de soldados, que imediatamente barram os outros jornalistas.

– Rodrigo, o que está acontecendo? – ouço alguém gritar.

Viro-me para trás e abro os braços, como se pedisse desculpa. São 13h40min. Rompo uma, duas, três barreiras militares. A Rua República do Brasil está vazia. Casas com grades, grama alta no pátio, indicam que os moradores abandonaram as residências. Também eles tiveram suas rotinas alteradas pelo hóspede brasileiro. Permanecer significaria submeter-se a um cotidiano diário de revistas e interrogatórios nas idas e vindas do supermercado, do trabalho, da escola. Caminhamos a passos rápidos. Ao meu lado, o coronel que autorizou minha entrada na zona proibida e um outro oficial. Catunda não pronuncia uma palavra sequer. Ao chegarmos diante do grande portão de ferro pintado de verde da embaixada, o diplomata bate com o dorso da mão.

– Ei, você não pode estar aí – ouço alguém gritar ao longe.

Ouçõ também um apito. Viro-me, e percebo o oficial que comanda o efetivo policial à distância. Desde o início da crise, havia uma estranha convivência entre policiais e militares do exército hondurenhos no cerco à embaixada. Em um lampejo, dou-me conta de que posso ter tido autorização de um coronel do exército, mas, por algum motivo, a polícia não teria sido avisada. Nesse ínterim, o portão da embaixada se abre. Os policiais correm até nós, mas antes que cheguem próximos, pergunto a Catunda:

– Posso entrar?

Ele acena com a cabeça. Olho para o chão. É apenas um passo. Os policiais continuam gritando. O coronel que nos acompanha manda eu esperar a chegada dos policiais. Olho-o do outro lado do portão. Já estou dentro da embaixada. A porta se fecha. Ainda escuto policiais e militares discutirem quem dera a ordem para eu furar o bloqueio. Alguém bate no portão com força. Manda eu sair. Mas aqui dentro é território brasileiro, regido pelas leis brasileiras.

– Agora não adianta. Já está dentro – ouço alguém lá fora dizer.



Os primeiros momentos foram de nervosismo, euforia. A entrada na embaixada brasileira em Honduras foi tensa. Mas, depois, o que vem à mente é como aguentar a rotina entediante de ficar fechado aqui dentro, por tempo indeterminado. O grupo de zelayistas responsável pela segurança se encarrega de mostrar onde ficam os soldados hondurenhos, observando o que acontece aqui dentro. As conversas beiram a neurose: mostram locais onde os inimigos colocaram os supostos gases tóxicos, dizem que estão disparando raios para cortar o sinal de celular.

Manuel Zelaya não aparece muito. Fica a maior parte do tempo fechado na sala do embaixador. Só consegui vê-lo, até o momento,

quando retornou do encontro com deputados federais brasileiros autorizados a entrar no prédio. Usava um colete preto e o tradicional chapéu de vaqueiro. Um colega da agência Reuters, há mais tempo na casa, diz que, quando ele aparece, é preciso aproveitar para fotografar. Isso ocorre apenas uma ou duas vezes por dia.

Os colegas que estão aqui há uma semana já dão mostras de cansaço. Perguntam-me como dormirei esta noite, porque não trouxe colchão. Trouxe apenas duas cuecas e duas camisetas. O resto da mala ficou no hotel. Estou confiante de que aguentarei dormir no chão. Posso também descansar recostado na parede. São 20h10min do primeiro dia, mas a sensação é de que é mais tarde. Perdemos aqui, encerrados, a noção do passar do tempo. O mais difícil é a questão psicológica, saber que se está entrincheirado, fechado. Estou bebendo, por enquanto, a água que trouxe. Há comida, mas não tenho fome.

O ministro Lineu Pupo de Paula, diplomata brasileiro, foi convidado para jantar com Zelaya e sua mulher no gabinete do embaixador. Na hora em que estavam organizando a mesa, foi possível ver o quadro com a fotografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Somos ao todo 10 jornalistas aqui dentro. Eu, de Zero Hora, e representantes de Reuters, AFP, AP, Folha de S. Paulo e Telesur. Todos usam seu próprio acesso à internet. A fim de transmitir as primeiras fotos para o Brasil, usei o computador da sala de Lineu Pupo de Paula, mas o diplomata não se mostrou favorável a que eu utilizasse o local como redação. Sua sala virou também seu quarto, um quartel-general particular em meio ao império de Zelaya. Por isso, nos próximos dias, terei que ditar o material por telefone celular.

São 19h20min, há sete horas estou aqui. Conversei com muita gente, tentei ser o mais simpático possível, passar uma ideia de como é Porto Alegre, o Rio Grande do Sul, o Brasil. Mas tenho consciência de que, daqui para frente, vai demorar mais para o tempo passar. A comparação com o Big Brother me veio três vezes à mente. Só falta o glamour, camas, edredons, banho quente, piscina e, claro, belas mulheres.

O ministro Pupo de Paula fez uma espécie de censo aqui dentro. Somos oficialmente 63 pessoas. O mais difícil até agora tem sido ficar próximo de pessoas estranhas. Não se sabe quem são, e em alguns momentos tenho uma estranha sensação de que posso ser expulso do território do meu próprio país. Não sei explicar a razão. Então, prefiro o silêncio, ficar na minha. A noite cai, e um grande refletor é aceso no terreno ao lado da embaixada. É para vigiar o que ocorre aqui dentro e para dificultar nosso sono.

São 22h, estou tão cansado que nem sinto a cama improvisada no chão da cozinha. Nem mesmo a dor no pescoço dos últimos dias aparece. Busco refúgio em Elis Regina nos fones do aparelho de MP3. Quando olho no relógio, já são 23h. Todas as luzes da embaixada estão apagadas. Durmo ao lado de outras sete pessoas, todas zelayistas. A cama, um pedaço de papelão, e o travesseiro, a mochila. Por temer furtos, adormeço com a mão sobre a câmera e o celular. Escolhi este espaço, ao fundo da residência, porque é um dos poucos locais onde o celular funciona.

Francisco Madonado foi militar. Ele senta-se ao meu lado na escada. Não são nem 6h da manhã, e ele já transpira. Está nervoso, abaixa a cabeça e começa a chorar:

– Faz três noites que não descanso.

Na noite passada, dormiu pouco, porque teve de fazer a segurança da embaixada. Do alto de seu posto, dias atrás, viu um tenente-coronel discutir com um capitão lá fora, na rua. Como ex-militar, respeitador da hierarquia, sabe que é preciso obedecer ordens. Por isso, acredita que alguns soldados, trabalhadores como ele, não gostariam de fazer o que fazem. Às 8h, telefonará para sua filha:

– Vou te colocar para ouvir a voz dela.

Francisco espera pelas 8h e, quando a hora chega se põe a tentar ligar. Mas o telefone celular não completa a chamada.

Quando estava lá fora, me perguntava se, daqui de dentro, Manuel Zelaya conseguia ouvir os manifestantes gritando seu nome. Sim,

Zelaya ouve tudo. Ao fundo, a voz dos apoiadores se torna mais forte, aqui dentro um dos militantes ergue o braço:

– Viva a resistência.

O médico de Zelaya, Marco Girón, diz que algumas pessoas no andar de baixo estão com diarreia e enjoo. A culpa, segundo ele, é da comida, que antes de entrar na embaixada passa pela inspeção de cães do exército.

Xiomara, mulher de Zelaya, acorda com bom humor. Conseguiu imprimir a foto da neta, que nasceu há dois dias e que não conhece pessoalmente. É uma imagem em preto e branco, no tamanho ofício.



A convivência na embaixada é difícil. Como um grande Big Brother, é complicado reunir tantas pessoas com interesses diversos no mesmo lugar: os ativistas, que, com o tempo, longe da família começam a repensar se devem continuar ali; os assessores mais próximos de Zelaya, preocupados com o que a imprensa noticia sobre a casa e dispostos a dificultar nossa aproximação do presidente; a família de Zelaya e o próprio; o único diplomata que ficou no prédio, Pupo de Paula; e nós, jornalistas. Dentro desses grupos, também há divergências. Como sou o mais novo na casa, levo um tempo para ser aceito pelo grupo. Não vim preparado para passar mais do que quatro ou cinco dias no prédio. Por isso, trouxe poucas roupas e comida. Sentia-me capaz de suportar com algumas bolachas e água esse período.

Como forma de me desestabilizar psicologicamente ou de dar as boas-vindas, alguns colegas me perguntavam se eu havia levado xampu, sabonete, cigarro, principalmente cigarro, usado como moeda de troca aqui dentro. Normalmente, algumas mulheres aceitavam lavar as roupas dos jornalistas em troca de um cigarro.

Não pensei em como ou onde dormiria. Para mim, um sofá ou cadeira estaria bem. Estava lá para observar e descrever, não esperava

um hotel cinco estrelas com cama *king size*. Por isso, a primeira noite, contei com a solidariedade dos próprios militantes que, ao me verem deitar em um canto da cozinha, me alcançaram um pedaço de papelão. Confesso que me sentia mais à vontade ali, partilhando com aquela gente simples suas vidas, do que ter o privilégio da imprensa, que passava a noite em grossos colchões infláveis de casal, aqueles de acampamento, na antessala do embaixador com direito à ar-condicionado. Pela manhã, minhas costas doíam, claro. E, na segunda noite, compadecido, o colega Fabiano Maissonave me chamou para dormir com eles. Sem jeito para explicar minha preferência pela cozinha, acabei aceitando. Passei a noite dividindo o colchão com o fotógrafo da AP.

Outra dificuldade era a internet. A maioria dos colegas trabalhava com um chip 3G, cujo sinal era permanentemente cortado por supostos aparelhos instalados nos arredores do prédio pelas tropas. Consegui a senha para utilizar a internet de alta velocidade da embaixada por *wireless*. Assim, conseguia ficar conectado o dia inteiro, enviando vídeos e outros arquivos pesados para o Brasil. Em certo momento, mandei pela internet para Porto Alegre imagens da delegação de deputados brasileiros que visitaram a embaixada. Na sequência aparecia Zelaya, seus militantes descansando e, rapidamente, os jornalistas trabalhando aqui dentro. As cenas, as primeiras feitas por uma emissora de TV brasileira do interior da embaixada, acabaram no Jornal Nacional, da TV Globo. Mas os colegas jornalistas se sentiram desconfortáveis, ao serem mostrados nas imagens. Alguns julgaram-se confundidos com militantes de Zelaya. Um clima de mal-estar se formou, e foi necessário que eu telefonasse para o Brasil pedindo que os editores tirassem o vídeo do ar no site.

A hora do almoço e do jantar são as mais esperadas aqui dentro. Mas, para evitar complicações estomacais em um lugar como esse, adotei como regra comer apenas quando sentir fome, de preferência bolachas que trouxe e beber água. No início do dia ou da tarde, fazemos uma lista de itens que necessitamos. A relação é passada para contatos lá fora, normalmente colegas das agências de notícias que estão

em hotéis de Tegucigalpa ou de outros jornais. A Folha de S. Paulo enviou a repórter Ana Flor para acompanhar os desdobramentos da crise do outro lado. Acabou nos prestando apoio, a mim e ao outro brasileiro, Fabiano. Mesmo assim, sentia-me constrangido em pedir alguma coisa. Limitei a encomenda a uma toalha limpa e um saco de dormir. Tudo que pedimos é entregue pelos contatos a alguém de uma organização internacional, como as Nações Unidas, autorizado a entrar por alguns minutos na embaixada uma ou duas vezes por dia. Tudo passa pela revista policial.

No fim de semana, alguns colegas pediram uma bola de futebol e um jogo de tabuleiro *Monopoly*, o Banco Imobiliário. O jogo passou, a bola, não.

Quando chega a hora da entrega, nos colocamos todos à porta, na expectativa: São nossos sacos de “presentes”. Quando vi um pacote com meu nome junto à palavra *prensa*, fiquei feliz. Mas, ao abrir, vi que a única coisa que tinha entrado era a toalha. Meu saco de dormir fora barrado.



Não havia dúvidas de que Manuel Zelaya fizera da embaixada o seu palácio. Mas eu não podia dizer isso nas reportagens que mandava lá de dentro, sob pena de ser expulso. Ao decidir entrar, eu sabia que meus movimentos, reportagens, fotos e vídeos seriam monitorados pelos assessores do presidente deposto, que todos os dias pela manhã faziam uma espécie de *clipping* das notícias que saíam sobre o local, especialmente as enviadas por repórteres que estavam ali. A meu ver, submeter-me a essa censura era um preço que eu precisava pagar, pelo menos por alguns dias, para brindar os leitores com relatos exclusivos do centro dos acontecimentos. Mesmo que fossem relatos limitados. Só quando deixei a embaixada e voltei para a segurança do meu quarto no hotel Clarion é que pude dizer na Rádio Gaúcha e escrever com

todas as palavras em Zero Hora que Zelaya mandava e desmandava na embaixada brasileira. Uma amostra:

Domingo, 4 de outubro. Um comunicado circula entre os jornalistas sitiados na embaixada. O documento traz as bases do que seria a proposta de Manuel Zelaya para pôr fim ao impasse. Lá no meio há um item que passa quase despercebido: o presidente deposto oferece a representação brasileira como local para a negociação de um acordo. Assim estaria mais seguro, acredita.

Só há um problema: o único funcionário brasileiro responsável pela embaixada, colocado lá pelo governo para ser uma espécie de guardião do patrimônio brasileiro, o ministro Lineu Pupo de Paula, sequer havia sido avisado da proposta.

Outro episódio: dias antes, quando a delegação de deputados desembarcou em Tegucigalpa para se encontrar com Zelaya. No corredor de entrada da embaixada, os assessores do presidente me perguntavam:

– Como se diz bem-vindo em português?

Educação perfeita, mas, ora, os hóspedes eram eles.

A embaixada brasileira se transformou em bunker, palanque político de Zelaya para desespero do Itamaraty. Durante os quatro meses em que ficou abrigado no prédio, o presidente deposto recebeu parlamentares europeus, diplomatas e outras autoridades internacionais despachando no gabinete do embaixador, que virou sala de acesso restrito a familiares e assessores mais próximos, como a ex-ministra da Mulher Dóris López e seu braço direito Carlos Eduardo Reina. Até o ministro brasileiro Pupo de Paula precisa bater à porta para entrar no gabinete. De dia, o local é o escritório de Zelaya, à noite, um grande colchão de acampamento é inflado, e o gabinete vira suíte do líder deposto e de sua mulher, Xiomara.

O presidente acorda tarde. Certo dia, uma delegação do parlamento europeu foi visitá-lo, e foi necessário que o ministro brasileiro desse voltas, apresentando a embaixada, para que houvesse tempo de

Zelaya se aprontar. Seus 50 seguidores – já foram 300 – espalham-se por salas, banheiros e secretarias. As três únicas peças onde não há ativistas ou assessores são a sala ocupada por Pupo de Paula, o setor consular e uma sessão de informações – esta última fechada com cadeado, onde está um computador e documentos sigilosos.

O presidente deposto aparece pouco, normalmente uma vez por dia, para conceder entrevistas à rede de TV Telesur, a emissora de Hugo Chávez, que tem uma equipe de três profissionais na embaixada. Zelaya combina diretamente quando e como quer aparecer na Telesur. Ele praticamente ignora os demais veículos no prédio (Zero Hora, Folha de S. Paulo e as agências de notícias AP, Reuters e AFP). Mas, ao final, após seus pronunciamentos/entrevistas à Telesur, aproveitamos para questioná-lo. Nas demais vezes em que aparece, cruza pela casa trocando de quarto, sala, sempre com seu celular à mão. Em uma manhã, às 7h, deixou a sala do embaixador, sem seu tradicional chapéu de caubói, com o cabelo bem penteado e camisa para fora da calça. Sentou-se em uma das cadeiras usadas pelos jornalistas, na antessala. A maioria de nós ainda estava deitada nos colchões infláveis.

– Estão com sono... – brincou.

Mas logo o celular tocou, e ele seguiu dando orientações, por telefone, a seus assessores: queria emitir nota de desculpas por acusações feitas por seus seguidores de que Israel apoiara o golpe. Nem sempre está assim, de bom humor, falante. No final de uma entrevista, certo dia, reclamou de um repórter.

– Por que você faz cara feia quando me pergunta?

Outro dia questionou por que o fotógrafo de uma agência de notícias enviara uma foto na qual ele estava cabisbaixo e com uma cadeira vazia ao lado. A imagem mostrava, segundo ele, um homem derrotado.

– Mandem fotos boas – exigiu.

O alerta sobre a imagem, publicada pelo jornal La Prensa, partira de uma outra sala ocupada pelos assessores de Zelaya. Na porta, uma inscrição em espanhol: “Não entrar. Só pessoal autorizado.” Ali, um

grupo de assessores, bem arrumados e limpos, apesar do cerco militar que impede a entrada de roupas para a maioria dos seus seguidores, esquadrinha a internet diariamente à procura de notícias sobre Zelaya nos jornais mundo afora. Não raro são as vezes em que algum deles entra na sala dos jornalistas e pergunta:

– Quem é da AP? E da Reuters?

Querem rebater alguma declaração do presidente em exercício Roberto Micheletti ou exigir esclarecimentos.

Na hora do jantar, privilégios: Zelaya e a família recebem pratos especiais, que rompem o cerco à embaixada, enquanto no térreo seus seguidores dormem em pedaços de papelão e comem a sobra do almoço ou algum prato mais simples, enviado por organizações humanitárias. A refeição é restrita ao círculo de poder do presidente: a mulher, Xiomara, Doris Garcia, ex-ministra da Mulher, o padre Andrés Tamayo e Carlos Eduardo Reya, seu braço direito. Zelayistas, muitos dos quais largaram trabalho e família, jamais sobem ao segundo andar. Quando isso ocorre, um superior os manda de volta ao térreo.

Fiquei revoltado certa noite. Um dos guarda-costas que cuidava da porta do gabinete do embaixador, digo de Zelaya, cochilara na vigília por alguns instantes. Foi mandado para a cozinha, de castigo. Como o local estava muito sujo, ele conseguiu uma autorização dos superiores para mudar de ambiente. Passou a noite ao relento.



A saída estava marcada para as 10h. Mas desde as 4h eu estava acordado, tentando antecipar mentalmente como seria o momento de deixar a embaixada brasileira. Na saída de outras pessoas, promotores foram chamados para garantir que não fossem presas. Revistarão meus equipamentos, anotações, vídeos? Na dúvida, pedi a presença do Ministério Público. A entrada, cinco dias antes, foi o momento mais tenso da cobertura. Liguei também para a fonte que me abrisse

passagem entre o cerco militar. Arrumei a mochila, os equipamentos, revisei com o olhar todas as salas por onde estive nos últimos dias. Aquela velha e estranha sensação de que provavelmente eu nunca voltaria ali – com certeza, não irei voltar naquela situação. Despedi-me de um por um dos poucos militantes que resistiam.

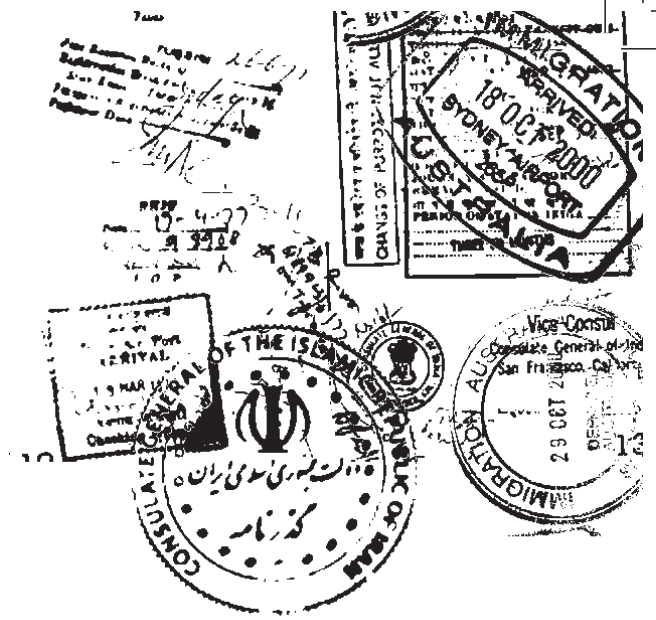
Tudo pronto. E nada do promotor, que só chegou às 12h15min. A Zelaya, próximo à escada, eu disse:

– Me vou. Obrigado.

Ele fez questão de tirar uma foto ao meu lado. Até um chapéu de caubói igual ao do líder deposto apareceu. Alguém o colocou na minha cabeça. Constrangido, só pude sorrir amarelo.

Saí acompanhado por um coronel do exército e o promotor. O carro do Ministério Público, com as janelas cobertas com película, deixou a área militar. Vi colegas do lado de fora da barreira à procura de informações. No Hotel Clarion, mais jornalistas, a mesma correria atrás de notícias. Era como se o tempo tivesse parado para mim. Movimento, comida, banho quente. Tudo o que não vi e não tive nos cinco dias em que mergulhei no mundo de Zelaya. Se há censura à imprensa por parte de Roberto Micheletti, também havia lá na embaixada, como eu tinha descoberto. Não há mocinhos nesta crise, como em nenhuma outra. Só sei que é bom estar de volta¹⁶.

¹⁶ Manuel Zelaya deixou a embaixada brasileira em 27 de janeiro de 2010, após passar quatro meses refugiado no prédio. Ele embarcou para o exílio na República Dominicana, de onde voltou a Honduras em 28 de maio de 2011. Após o retorno do ex-presidente, Honduras foi readmitida na Organização dos Estados Americanos (OEA).



OS 33 SEGUNDOS QUE DURARAM PARA SEMPRE

Porto Príncipe, janeiro de 2010

Ouvi certa vez de um diplomata brasileiro em Porto Príncipe:

– Quem vem ao Haiti está para sempre ligado à sua história.

Depois de duas vezes imerso na miséria sufocante do Haiti, eu pensava que nunca mais voltaria ao país caribenho. Mas, pela maldição dos deuses do vodu – ou seria puro encanto pela simpatia do povo? –, o diplomata estava certo. Minha terceira viagem começaria nos 33 segundos em que a terra tremeu. Às 16h53min de 12 de janeiro de 2010.

O país não precisava de mais tragédias para ter uma das histórias mais sangrentas do nosso tempo. Por conhecer pelo lado de dentro a sua pobreza e a precariedade de suas construções, acompanhei os primeiros relatos do terremoto pela internet com uma dor particular. Suspeitava que, em poucas horas, este milênio seria apresentado a um dos maiores desastres humanitários de seu tempo. As duas viagens que fiz para o Haiti me aproximaram muito dos haitianos, fizera amigos e me arriscaria a andar por algumas ruas do centro como se Porto Príncipe

já fosse a minha cidade. Por isso, imediatamente após o tremor de 7 graus na escala Richter e ainda com poucas informações, aventurei-me a comentar na Rádio Gaúcha os possíveis efeitos devastadores daqueles 33 segundos. Paralelamente, era necessário escrever artigos para Zero Hora e para meu blog na internet. Em meio a esse turbilhão de especulações, uma ligação telefônica:

– Vamos para o Haiti?

A convocação vinha do editor-chefe de Zero Hora, Altair Nobre. Àquela noite, Fernando Rech, cinegrafista da RBS TV, estava em Bento Gonçalves para a pré-temporada de Grêmio e Internacional. Um dos mais preparados profissionais do Brasil, Rech também topou na hora o desafio. Eram 23h, enquanto o número de mortos no Caribe crescia em progressão geométrica, inclusive com vítimas brasileiras, fui para a redação preparar a logística da viagem. Com o aeroporto de Porto Príncipe fechado, nossa única chance de chegar ao Haiti era via Miami, Estados Unidos, e em seguida, por terra, pela República Dominicana. Rech e eu nos encontramos às 4h da madrugada na redação da RBS TV. Lembro bem de seu olhar assustado. Havíamos trabalhado juntos durante 22 dias, no Vaticano, na morte de João Paulo II, em 2005, mas o Haiti, sabíamos, seria uma missão muito mais casca grossa. Desembarcar em Porto Príncipe parecia impossível. Permanecer, improvável.

Chegamos a Santo Domingo, capital da República Dominicana, na virada de 13 para 14 de janeiro. Tarde demais para qualquer negociação. Motoristas de táxi e gerentes de hotéis desaconselhavam viajar ao Haiti. Leva-se quatro horas de Santo Domingo até a fronteira. Depois, em situações normais, mais uma hora até Porto Príncipe. Era quase uma operação suicida. As notícias que vinham do outro lado da Isla Hispaniola nos preocupavam: todos os hotéis estavam destruídos, não tínhamos onde nos hospedar. Faltava comida, água, tudo. Desesperada, a população começava a saquear lojas e mercados. Não havia segurança, e muito menos combustível para reabastecer um carro.

A muito custo – de convencimento e financeiro... –, contratamos Miguel, um motorista de táxi disposto a viajar. Às 5h30min do dia 14,

depois de um sono turbulento no Intercontinental Hotel, embarcamos Rech, eu e o repórter do jornal O Globo Gilberto Scofield, que conhecemos no voo entre Miami e Santo Domingo, rumo à fronteira. Como precaução, afixamos nos vidros do carro folhas de papel com a inscrição “Press – Brazil”.

Enquanto os primeiros raios de sol começavam a brilhar por trás dos morros do lado leste da República Dominicana, ainda sonolento, eu tentava simular mentalmente o que encontraríamos adiante. A velha mania de antecipar fatos para evitar imprevistos. Sabíamos que dificilmente teríamos onde comer, por isso, compramos algumas barras de cereal, bolachas de água e sal, galões de água. Levamos conosco um galão de cinco litros extras no porta-malas. Com torres no chão, as linhas telefônicas já normalmente precárias não funcionavam. Ou seja, não haveria comunicação. Pouco adiantava chegarmos ao inferno de Porto Príncipe e, com as mãos amarradas, não poderíamos enviar nenhum relato ao Brasil.

– Depois da fronteira, não sabemos o que vamos encontrar pela frente e como será para enviar o material, já que as condições estão difíceis nesse cenário de caos – afirmei no primeiro boletim do dia para os ouvintes da Rádio Gaúcha, de dentro do carro pela Carretera Sánchez, a estrada que liga Santo Domingo à fronteira.

– Desejamos boa sorte – respondeu o locutor Antônio Carlos Macedo.

Por certo, eu sentia que carregava não apenas os desejos de sorte dos colegas, mas boa parte da solidariedade dos brasileiros. Nesse esforço hercúleo de imaginação, eu chegava a planejar – embora não confessasse a nenhum de meus editores em Porto Alegre – entrar no Haiti, apurar os fatos e tentar sair para transmitir o material, em uma viagem que talvez demorasse 24 horas no total.

– Você estava louco – disse-me um colega, meses depois.

Até hoje, diante do imprevisível, ainda acho que seria uma saída difícil, porém lógica.

Os últimos resquícios de civilização ficam para trás no vilarejo de Jimaní. Um portão enferrujado separa o século XXI da barbárie. De um lado, militares da República Dominicana. De outro, haitianos tentando fugir do país. Pela janela do carro, um homem pede apenas que anotemos nossos nomes em uma folha de papel amassado. Nenhum passaporte é exigido.

– Vocês vão encontrar coisas feias pela frente – avisa um policial.

Detrás do portão, dezenas de haitianos se amontoam.

– A fronteira está aberta para todos? – pergunto.

– Sim, pra quem quiser entrar ou sair – garante o homem.

Silenciosos, enrijecidos pelo sofrimento, os rostos dos haitianos parecem desmentir a afirmação. Essa é a primeira visão do Haiti: um portão velho emoldura semblantes resignados. A segunda visão do país é irônica. À direita, na estrada, um lago de águas cristalinas, o lago Azul, reflete o paredão de montanhas. Seria um ambiente perfeito para férias, não fosse o lago estar no lugar errado. Na hora errada.



Entre a turba de haitianos que inicia o êxodo de Porto Príncipe, os pés descobertos de uma mulher atraem o olhar: o rosa delicado das unhas denota um traço de vaidade na aridez do Haiti. Seu rosto está coberto por um pano preto, e o corpo, depositado na traseira de uma caminhonete. Não tem nome afixado, nem número de identificação. Carregada por familiares, a mulher morta no terremoto de 12 de janeiro deixa anônima a capital haitiana.

À frente, o normalmente caótico trânsito de Porto Príncipe está parado. Um comboio de caminhões, escoltado por tropas peruanas das forças de paz da ONU, provoca alvoroço. Mulheres correm, na tentativa de seguir os carros que trazem comida da República Dominicana. No caminho inverso, motoristas deixam os veículos e fazem as vezes de agentes de trânsito. Aos gritos. Dentro do nosso carro, o calor úmido do Caribe faz nossos corpos suarem.

A entrada na capital devastada pelo terremoto é assim: cheia de poeira, com cheiro de corpos em decomposição e cenas de desespero. Em um ponto da estrada, sacos de água são vendidos em um caminhão. Da carroceria, um homem vestindo terno preto recebe o dinheiro, enquanto outros distribuem o produto. Um puxa para lá, outro para cá, e está feita a confusão. Dezenas de pessoas se aproximam. Começa o saque.

A longa fila de veículos em vagarosa procissão faz com que um trecho percorrido em condições normais em menos de 15 minutos exija mais de uma hora de paciência. O ingresso na zona urbana é percebido pelo aumento na quantidade de escombros. Um muro caído, um telhado, um mercado inteiro. Quando um haitiano olha para a identificação do cartaz “imprensa brasileira” nos vidros do nosso carro, não fala nada. Apenas abre os braços, como se não entendesse o que está acontecendo com seu país. Depois de séculos de invasões estrangeiras, de violência, pacificação, violência, pacificação, agora, a volta ao caos – pelas mãos da natureza.

As zonas de maior destruição ficam no centro de Porto Príncipe – onde uma base brasileira desabou e 10 militares morreram – e um bairro localizado na área montanhosa, onde se situava o Hotel Christopher, sede da Minustah. O incipiente comércio de Porto Príncipe está fechado. Nem os ambulantes estão por aqui. Na frente de um shopping comercial desabado, homens ouvem rádio em aparelhos antigos, pesados. É o meio de informação mais comum no Haiti.

Mulheres correm de um lado para o outro equilibrando sacolas na cabeça. Com os maridos desempregados (uma realidade que atinge 70% da população haitiana), são elas, normalmente, as responsáveis pelo sustento da família. Nesses dias, são as responsáveis pela sobrevivência de todos.

No centro de Porto Príncipe, somos parados por haitianos que querem nos mostrar os efeitos do terremoto em uma escola salesiana. Cautelosos, distantes de muros e fachadas que ainda podem desabar, caminhamos alguns quarteirões arrasados. A sensação é de que qualquer

barulho, um vento, um toque fará com que prédios, os que ainda estão inteiros, venham a baixo, como castelos de cartas. Chegamos. No pátio da escola, pessoas cobrem o nariz com as roupas. Fernando Rech entra primeiro, com a câmera no ombro. Prendo a respiração, tento puxar o ar pela boca, mas o cheiro dos cadáveres em decomposição invade todos os meus sentidos. Volto alguns passos, penso em não olhar. Mas, como jornalista, sinto o dever de escancarar a realidade crua. Na escola, há pelo menos 10 corpos insepultos, na quadra de futebol, ao sol.

Pobreza, porcos misturados a pães, arroz e bananas e trânsito confuso sempre fizeram parte do dia a dia dos haitianos. Até o cheiro forte da comida temperada e exótica é antigo conhecido dos brasileiros. A diferença, agora, é que tudo isso está misturado ao cheiro de morte. Assim é o Haiti. Homens e mulheres que podem sofrer tragédias violentas uma ou duas vezes, ou até três – e depois sofrer ainda mais.



Casas destruídas, seres humanos matando-se por comida, corpos insepultos, inchados, pelas calçadas. Há partes de membros expostas, enquanto o resto do corpo ainda está sob escombros. Em meio ao inferno de Porto Príncipe, meu olhar alcança um carro de combate Casavel com as insígnias das Nações Unidas.

– Brasil! – grito.

Mas no braço do soldado que vai na parte superior, a bandeira é paquistanesa. Penso em seguirmos o veículo para chegarmos à base brasileira, mas, naquele momento, nada indicava que ele seguiria para o local – tampouco era possível estabelecer algum contato com o militar em meio à gritaria e ao caos do trânsito. O que lembro da geografia de Porto Príncipe não existe mais. Ruíram praticamente todos os meus pontos de referência, menos um: a imponente embaixada dos EUA, que recordo, fica próximo à sede do batalhão brasileiro. Adiante, a visão da bandeira verde-amarela trepidando a meio-mastro emociona.

Desço do carro para falar com os soldados no portão. O luto impera. Em seis anos de Minustah, o Brasil perdeu apenas quatro homens – nenhum em combate. Naqueles 33 segundos do terremoto, contabilizávamos agora 21 mortos (18 militares, o subchefe da ONU, o diplomata Luiz Carlos da Costa, a médica Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, e uma menina de cinco anos, de dupla cidadania, que havia sido adotada por um casal europeu).

– Gostaria de falar com o comandante. Somos jornalistas brasileiros – apresento-me.

Havia poucas perspectivas de recebermos abrigo. A base estava em estado de alerta, os corpos dos brasileiros mortos no terremoto haviam sido levados para o local, que estava superlotado de feridos – entre brasileiros e haitianos. O chefe da comunicação do Brabat, o coronel Alan Sampaio Santos, se aproxima:

– Nós vamos receber vocês, mas não podemos oferecer o melhor. Vocês entendem nossa situação.

Vibro por dentro. Tínhamos agora o principal: uma barraca para dormir, comida, água e internet. Percebi que o sinal de celular, que sumira desde que entramos no Haiti, voltara. Mesmo 36 horas depois do terremoto, éramos uma das primeiras equipes de repórteres brasileiros a chegar à capital haitiana. Nos primeiros instantes, enquanto registrava a nossa chegada à Base General Bacellar, em um boletim para a Rádio Gaúcha, passa por nós o então ministro da Defesa Nelson Jobim. Vou até ele, e estico o telefone celular:

– Ao vivo, ministro, para o Brasil. Uma avaliação do momento...

Surpreso, Nelson Jobim não teve como negar a entrevista, que seria uma das primeiras declarações suas em solo haitiano, onde chegara para inspecionar o trabalho de resgate.

Com 2 mil m² de área, a base brasileira não apenas era o lugar mais seguro do Haiti. Para nós, era como um excelente cinco estrelas. Uma cidade de contêineres de plástico e pouquíssima alvenaria – o que evitou uma tragédia ainda maior quando a terra tremeu –, construída

em parceria com a ONU em 2007. Fundadores do acampamento da imprensa, fomos apresentados pelos militares a uma barraca de campanha, nos fundos da base. Dois ou três colchões estavam ocupados por colegas que chegaram antes, mas havia pelo menos 13 livres no chão para escolhermos. Optamos, Fernando Rech e eu, pelos mais distantes da porta da barraca. E, antes de nos “hospedarmos” de vez, conseguimos convencer o nosso motorista, Miguel, a ficar conosco por mais uns dias. Ter um carro próprio era uma vantagem que nos permitia deslocamentos por Porto Príncipe de forma independente, sem atrapalhar o trabalho das patrulhas do Exército. Mas, ao mesmo tempo, nos exigia operações logísticas complicadas – como ter que ir até a fronteira, entrar de volta na República Dominicana para comprar combustível, viagens que nos faziam perder uma manhã inteira de trabalho. Nessas ocasiões, aproveitávamos para comprar sabonetes e toalhas de banho. Detalhe: infantis. Eram as únicas que havia nas lojas.

Em Porto Príncipe, as filas eram quilométricas nos postos de combustíveis, sem garantia de abastecimento. Durante todo o tempo, transportamos nosso galão extra de diesel conosco no porta-malas do carro – um risco assumido, uma vez que, a qualquer momento, poderíamos ser atacados por saqueadores.

Dormíamos pouco, pelo cansaço excessivo e pela tensão. Às 4h30min (7h30min em Brasília), acordava com o despertador do celular para fazer um boletim ao vivo para a Rádio Gaúcha. O braço direito doía muito, provavelmente por causa da tensão do dia anterior. Certa noite, Fernando Rech recebera uma visita na barraca.

— Acordei com um focinho na minha cara — contou, no café da manhã, provavelmente de um cão que circula pela base.

A cada dia, a tropa da imprensa começou a aumentar na barraca, e, claro, as condições de higiene foram se deteriorando. Tomávamos banho nos alojamentos dos militares, mas as poucas roupas começavam a escassear. Pela manhã, cada equipe tomava seu rumo. Por razões de segurança, trabalhávamos em grupo. Contratamos um intérprete, o Martineau Chérubin, e mantemos a parceria com o Gilberto Scofield,

experiente correspondente de O Globo. No retorno, a maioria dos jornalistas ocupava a sala do G7, de comunicações, no centro administrativo da unidade. O local, com mesas e computadores preparados para oito militares, tornou-se um arremedo de redação. Havia jornalistas em cadeiras de praia e pelo chão, próximos a tomadas de energia elétrica, com laptops, câmeras, microfones. A sala tinha hora para fechar, primeiramente às 19h (horário, claro, que foi ampliado nos dias seguintes). Quando a porta era cerrada, muitos de nós ficávamos nos degraus de cimento em frente ao G7, tentando uma rêsquia de sinal WiFi da internet para enviarmos as reportagens. Era também o local onde recebíamos as informações oficiais e ficávamos sabendo das operações planejadas para o dia. Com o tempo, descobri outra sala, mais tranquila e menos superlotada: passamos, Fernando, eu e alguns poucos colegas, a migrar para a sede da Companhia de Engenharia. A vantagem é que não precisávamos dividir o sinal de internet com muita gente – o que acabava aumentando a velocidade de envio do material. Estar na base significava nosso contato com o mundo. Enquanto Porto Príncipe estava sitiada, dentro dos muros da General Bacellar, tínhamos internet tão boa quanto em qualquer cidade brasileira – o sinal era transmitido por uma antena via satélite. Mantínhamos contato diário com os militares, ríamos com eles, chorávamos com eles, nos assustávamos com tremores secundários – quando todos saíam para fora dos contêineres, os livros das prateleiras sacudiam –, mas, sobretudo, era onde nos abastecíamos de um pouco de vida antes de voltarmos para o vale de lágrimas.



Com muita boa vontade e uma cortadeira na mão, Syllas Silveira salva vítimas de tragédias. Ele esteve em mais de uma dezena de desastres naturais em várias partes do mundo nos últimos 20 anos.

Com dinheiro do próprio bolso, sem conhecer ninguém, apenas com vontade de socorrer as vítimas, Syllas sai da cidade de São Jerônimo,

no Rio Grande do Sul, e chega ao local das catástrofes. Ele não conta com nenhuma ajuda financeira e, na maioria das vezes, não fala o idioma do lugar. Mas basta ligar sua cortadeira e cinco minutos para estabelecer-se a comunicação, não por meio de palavras, mas de gestos e sentimentos.

Conheci Sylas Silveira em 2005, por telefone. Pelo filho, recebemos na redação de Zero Hora a notícia de que ele estava ajudando vítimas no Sri Lanka, um dos países atingidos pelos tsunamis que varreram parte da Ásia. Conversamos e, dias depois, já de volta ao Brasil, ele me recebeu em seu sítio em São Jerônimo, a 70 quilômetros de Porto Alegre. Sua primeira aventura foi em 1985, quando um terremoto destruiu a Cidade do México. O exército brasileiro enviou ajuda. Sylas tentou doar três cortadeiras, mas não conseguiu. Frustrado com a burocracia, decidiu levar pessoalmente as máquinas. Financiou a passagem em 12 prestações e voou para a capital mexicana. Ao desembarcar, conquistou o primeiro voluntário.

– O taxista que me levava para o hotel disse: “O senhor me ensina a operar o equipamento, e logo teremos várias pessoas ajudando – lembrou.

Em 24 horas, Sylas retirou dos escombros o primeiro sobrevivente:

– Foi ali que descobri que tinha esse instrumento para fazer o bem para as pessoas.

Desde então, ele não parou de ajudar.

Com os equipamentos que fabrica em sua empresa, foi para os terremotos da Argélia, Colômbia e Irã. Passei a admirá-lo pela humildade. O olhar rude, de homem do campo, esconde o sorriso largo de um empresário que, apesar do sucesso nos negócios, leva uma vida simples: quando não está salvando pessoas pelo mundo, Sylas cria abelhas e carpas coloridas em sua chácara. No terremoto de 2007, no Peru, fui embora antes de sua chegada a Pisco. Desde então, sempre que uma tragédia de grandes proporções assombra o mundo, me pergunto: Será que o Sylas vai?

Eu tinha outra percepção: a resignação de um povo acostumado com a tragédia vence. Syllas nunca tinha visto aquela inércia. Sempre que chegara a algum lugar para ajudar, os moradores locais formavam mutirões, correntes humanas de resgate. Cavavam, levantavam pedras, enquanto sua cortadeira rugia, abrindo caminho. Mas aqui, em um país chagado por sucessivas tragédias, Syllas sentia-se impotente:

– Não dá...

No meio da tentativa de resgate, um helicóptero da Polícia Nacional Haitiana sobrevoa a região. Há tiros à nossa direita. Calculo que mais uma loja ou mercado fora saqueado. Com fome e sede, a população brigava por comida. Pela manhã, um fotógrafo da Folha de S. Paulo havia contado que vira haitianos brigando com facas por um galão de água. E fizera uma das fotos emblemáticas da cobertura: um homem morto na briga por sobrevivência. Estamos em alerta. Uma multidão passa correndo. Confusão. Pergunto para o Fernando se está tudo bem.

– Passaram a mão no meu bolso – ele diz.

Não senti nada, mas diante do aviso, boto a mão no bolso do colete onde estava a máquina fotográfica com as primeiras imagens de Porto Príncipe. O bolso está vazio. Fui saqueado.



Em 2004, quando a Seleção de Ronaldinho Gaúcho jogou em Porto Príncipe, Nasson foi um dos milhares de haitianos que correram atrás do comboio de veículos militares Urutu, sobre os quais os craques desfilavam. Ao saber que somos brasileiros, Nasson manda um recado:

– Avisa para o Ronaldinho que o povo haitiano está morrendo.

O bairro é Bel-Air, outrora um dos mais violentos do mundo.

Pacificado nos primeiros anos da missão brasileira, o território sem lei, dominado por gangues no período posterior à queda do presidente

Jean-Bertrand Aristide, é só revolta. Em uma praça transformada em campo de refugiados, um homem grita ao ver a câmera de televisão. Quer falar. Imediatamente, um outro se aproxima, um terceiro também, e logo estamos no meio de um círculo de olhares curiosos. Quem não conhece o Haiti e o carinho que os haitianos sentem pelos brasileiros poderia se assustar. Eles gritam, seus olhos estão arregalados. Mas tudo passa ao largo da agressão. Querem apenas clamar.

– Minha mulher está doente e precisa de um médico – diz um homem.

Por mais que a comunidade internacional anuncie o envio de homens, máquinas, comida e remédios, tudo parece não chegar ao chão empoeirado de Porto Príncipe. Mais de três dias depois do terremoto, os haitianos continuam clamando. A necessidade de falar é tanta que, na frente dos escombros do Palácio Presidencial, um outro homem chama nossa atenção. Estendo o microfone, mas ele apenas murmura:

– Tenho muito a dizer, mas tudo ficará guardado no meu coração.

No meio da nova confusão que se instala ao nosso redor, ouve-se no fundo:

– Minustah.

É a sigla da força de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.

– Eles pensam que você é da ONU – explica o nosso intérprete.

Um dos coordenadores de uma organização que presta auxílio às vítimas dá sentido à confusão:

– Não veio ninguém da ONU aqui até agora.

A sensação é de que falta coordenação entre a chegada dos comboios e a distribuição. Próximo dali, uma avenida larga se abre à nossa frente. Como o cenário da capital chechena, Grozny, arrasada pelo bombardeio russo na guerra de 1996, não há um prédio de pé. Peço ao motorista que pare o carro. Minha ideia é gravar uma passagem (o momento em que o repórter aparece na reportagem), caminhando entre os escombros. Desço do veículo, me posiciono, mas Fernando vê

o que não consigo enxergar: às minhas costas, uma turba de haitianos corre na nossa direção. Imagino que houve alguma réplica do grande tremor ou as ruínas de edifícios que ainda resistem ringem.

– Não dá, cara, vamos embora – grita Fernando.

Em segundos, a rua está tomada por moradores em fuga, em uma maré humana que circunda nosso veículo.

Em um supermercado, a velha sensação de que catástrofes como essas expõem o melhor e o pior do ser humano: nos escombros, um grupo serra o ferro retorcido para vender. Outro cavouca com as mãos à procura de pessoas. John Son, 22 anos, sabe que dificilmente encontrará sobreviventes. Mas, na quinta-feira, tirou dois corpos.

– Ainda há muita gente lá dentro – afirma.

Se não encontrar corpos lá embaixo, entre destroços de prateleiras do supermercado, há comida e água. O que, a esta altura, para os haitianos, parece valer mais.



Martineau Chérubin tem 25 anos, é haitiano e contraria todas as estatísticas do país mais pobre das Américas. Não está perambulando sem emprego por Porto Príncipe, como a maioria dos jovens de sua idade. Durante um turno, estuda no Centro de Estudos Diplomáticos e Internacionais, na capital haitiana, no outro atua como intérprete na base brasileira. Desde 2007, quando começou a trabalhar com os militares, o jovem aprendeu o português. Fala também inglês, espanhol, francês e o créole haitiano. No dia em que a terra tremeu, Martineau estava na sala de aula.

– Como estava no térreo, consegui sair – contou.

O prédio desabou, sepultando pelo menos 50 colegas dele.

– Na hora, percebi que era terremoto. Gritei para um colega: “Não fica aqui! Não fica aqui!”.

Ao sair para a rua, viu os muros de outros edifícios caírem em sequência. No interior do país, dois de seus primos morreram esmagados. Martineau também assistiu de perto ao Hotel Christopher, sede da Minustah, ruir. E perdeu vários amigos.

– Hoje, todo bombagay está chorando – diz, referindo-se à expressão usada pelos brasileiros para identificar os intérpretes da missão.

Compenetrado em auxiliar brasileiros e haitianos a se entenderem, Martineau percorre os destroços. E, ao olhar a destruição, sentencia:

– Foi Deus que me fez perceber na hora que era um terremoto e conseguir sair.

Até a nossa chegada, Martineau trabalhava como intérprete na base, mas foi liberado pelos comandantes para nos prestar serviços de tradução. Virou, assim como o motorista Miguel, integrante da nossa equipe. Desde que passou a nos acompanhar, eu ficava intrigado, tentando imaginar o que passava pela sua cabeça, enquanto nos guiava por sua cidade devastada. Ficava me imaginando fazendo isso a um estrangeiro na minha cidade natal, Porto Alegre.

Certa tarde, Fernando ficou na base transmitindo imagens para a redação. Descobri por colegas que havia confrontos por comida no centro, o nível de insegurança estava crítico. Era uma decisão difícil pegar o carro e deixar os muros seguros da unidade brasileira. Mas sentia que precisava documentar o que ocorria naquele naco de terra aparentemente abandonado pelo mundo. Convoquei Miguel e Martineau, que além de ter como qualidade o fato de ser um haitiano e perceber situações adversas, ele era, para nós, uma espécie de talismã.

No caminho, pedi para irmos a um hospital, ver como estava a situação. No pátio do Hospital Universitário da Paz, havia muitas barracas. Uma imagem triste, mas suportável. Porém, ao cruzarmos o portão, havia haitianos pelos chão, enfaixados, com os rostos cobertos, membros amputados, gritos de desespero. Até aquele momento, julgava que o visor da câmera me mantinha um tanto afastado do sofrimento. Em situações anteriores, servira quase como um filtro para o

horror. Mas aquele dia não consegui dar mais do que 20 passos dentro do hospital. Nem mesmo ao olhar a dor pela lente da câmera. Além das cenas fortes, havia o risco de epidemias. Voltei ao carro.

Martineau, que até então nos guiava pelas ruas tomadas por prédios desabados com rapidez, segurança e um aparente distanciamento, entrou no carro também.

– Meu Jesus! – disse.

– Tá difícil – suspirei, em direção a Miguel, que havia ficado no veículo, com o ar-condicionado ligado.

– Jornalista aguenta tudo — ele respondeu. — Se até vocês não estão aguentando, é porque a coisa tá muito feia, meu Deus — prosseguiu.

Não aguentamos tudo, pensei, mas não falei. Respirei fundo. Vi que Martineau se desesperou. Naquele momento, ali, na frente do hospital, uma lágrima correu pelo seu rosto negro, misturando-se ao suor.

– Jesus! Jesus! Jesus! – gritou.

Apesar de todo o sofrimento, eu não tinha visto nenhum haitiano chorar até agora. E quando isso acontece, é porque realmente não há mais esperança. Não, não são os jornalistas que aguentam tudo. São os haitianos, como Martineau, que aguentam tudo. Ou pelo menos aguentavam.



0h30min de sábado no Haiti (3h30min da manhã pelo horário de Brasília). Foi um dia extremamente cansativo. Há mais de 48 horas estou sem tomar banho. As roupas que trouxe para o Haiti começam a ficar escassas — ainda sobraram duas camisas que, imagino, precisam resistir até o fim da cobertura. Por não saber as condições no Haiti, deixei o resto da mala no hotel, em Santo Domingo. Trouxe apenas o básico para alguns dias. O cansaço físico é difícil de superar, mas pior

é o choque psicológico. Por mais experiência que se tenha em áreas de conflito, cenas como as que registramos aqui certamente demorarão para sair da memória – na verdade, nunca sairão. Cadáveres apodrecendo pelo chão, a ponto de revoltar até o nosso motorista, que, desde o início da viagem, se mantinha discreto. Hoje, depois de várias horas vendo se repetir o inferno de Dante diante de nossos olhos, Miguel irritou-se:

– Por que não enterram? – gritou com nosso intérprete haitiano, como se a culpa fosse dele.

– Vou voltar para o meu país, contar para minha família, e eles não vão acreditar! – repetia.

– Olha quanta terra tem aí. É só abrir um buraco e colocar dentro. Por que não fazem isso? – insistia.

Miguel tem toda a razão. A pergunta que nesta noite martela na minha cabeça é:

– Por que não enterram?

Aviões aterrissam e decolam a todo o momento do aeroporto de Porto Príncipe, sob comando dos Estados Unidos. Helicópteros cruzam os céus. Comboios emperram o tráfego nas rodovias, mas na boca dos haitianos não se vê nada. O esforço das tropas de paz da ONU não é suficiente. Infelizmente.



17 de janeiro de 2010. No retorno para a base, após uma de tantas incursões pelo centro, uma surpresa: um mercado aberto. Paramos, e no portão de grade, homens armados impediam a entrada. O dono abriu as portas, mas apenas estrangeiros ou funcionários da ONU podiam entrar. Injustiça? Não havia tempo para ponderações. Nos identificamos e ingressamos. Lá dentro, um oásis ocidental: garrafas de refrigerante, água, chocolates, pasta de dentes, tudo aquilo que a gente só passa a dar valor quando não se tem por mais de dois dias. Comecei a encher

o cestinho, como uma criança em uma loja de brinquedos. Mas Martineau, o intérprete, tinha pressa. Estava preocupado.

– O que houve? – perguntei.

– Não é bom ficar aqui – disse ele.

Só então caiu a minha ficha. Local coberto, supermercado, novas réplicas do terremoto. Palavras que me deixaram também preocupado. Nos caixas, na frente, equipes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pagavam suas compras tranquilamente. Apressei nosso grupo:

– Vamos sair logo...

Diante da fila, pensei em largar tudo o que estava no cesto e sair. Mas aqueles poucos produtos haviam se transformado da noite para o dia em itens de primeira necessidade. Ficamos, parecia sólido o prédio. Mas, minutos antes, centenas de edificações como aquelas que eu havia visto perto dali estavam no chão. Foram intermináveis 15 minutos lá dentro até conseguir pagar e deixar o local.

Sair do supermercado era outro problema. Coisas simples do dia a dia, que aqui se tornam complexas. Como saí na frente, fiquei esperando o fotógrafo da Folha de S. Paulo, que estava conosco. Ele ainda pagava. Eu, o motorista e o intérprete esperávamos no pátio. De repente, um estampido de tiros. Olho para trás, e um homem com uma pistola corre.

– Sequestro – gritam alguns, em creóle.

Expliquei a diferença entre sequestro e roubo de carro ao nosso intérprete e ele garantia que o haitiano tinha dito “sequestro”. Apressei o colega da Folha, o Caio, e saímos todos juntos. Corremos até o carro: 15 a 20 passos. Agora, éramos nós que tínhamos algo a ser roubados — água e comida –, portanto, também alvos potenciais dos saques.



Depositado sobre o painel do carro, o celular de Miguel não para de tocar. Há apenas 30 minutos, a porteira enferrujada que divide a Isla Hispaniola entre República Dominicana e o Haiti ficara para trás. Silêncio no veículo. Mentos em turbilhão. A última cena do país devastado pelo terremoto ainda lateja: mulheres esfarrapadas, magérrimas, tentando driblar os policiais, agarrando-se ao nosso carro, em uma tentativa vã, desesperada, de fugir do horror. O portão se fechara. As mulheres, empurradas para trás a golpes de cassetetes, eram jogadas de volta ao seu país. Ou ao que sobrou dele. Elas ficaram. Nós, os eleitos, passamos.

– Filha, o pai está bem. Vi coisas horríveis – diz, emocionado Miguel, em uma das tantas ligações ao celular.

Todosqueremsabernotíciasdele. Taxista do Hotel Intercontinental de Santo Domingo, Miguel, acostumado a guiar turistas pelo seu belo país, fora transformado em correspondente de guerra. Contratado por nossa equipe, ele vira no Haiti seres humanos insepultos espalhados pelas ruas, gente brigando por um pedaço de pão e uma garrafa de água, uma cidade que deixou de existir. Por isso, o choro ao falar com a filha.

– Deus nos livre de tudo o que eu vi, minha filha. Deus nos livre! – grita, em espanhol.

O que passaria pela cabeça de Miguel? No carro, somos cúmplice do seu desabafo. Compreendemos parte de seu sofrimento depois de uma conversa franca, dias atrás, no meio de uma poeirenta ruela de Porto Príncipe. Sua mulher, ele contara, viajara para a Argentina para trabalhar. Um dia, ele recebeu um telefonema: alguém avisava que ela fora assassinada. Foi há três meses, e agora ele estava ali, entre ruínas de prédios e almas. Por não ter tido a chance de se despedir da mulher, de trazê-la de volta à República Dominicana e de sepultá-la, Miguel revoltava-se diante de cada corpo que encontrávamos em Porto Príncipe.

– Por que não enterram os mortos? – perguntava.

Não tínhamos, o cinegrafista da RBS TV Fernando Rech e eu, respostas. Mas sabíamos que o Haiti não é para qualquer um. Mesmo

calejado por coberturas de desastres provocados pela natureza – e pelo homem –, como o furacão Katrina, em 2005, a guerra entre Israel e o Hezbollah, em 2006, e o terremoto no Peru, em 2007, as cenas que presenciei em Porto Príncipe me assombravam: o andar dos haitianos pelas ruas, zumbis sem chorar; o cheiro de cadáveres podres misturado ao odor de comida, porcos e lixo impregnando mãos, roupas e narinas; a briga pela sobrevivência, uma facada, um tiro disparado a esmo no meio da multidão.

Em um grande largo de Porto Príncipe, um mastro sem bandeira. No chão, o corpo de uma mulher vestindo saia, cabelo comprido, o rosto desfigurado. Os braços abertos em direção ao céu. O ronco da escavadeira se torna mais forte. Atrás, vem um caminhão. Meninos haitianos convertidos em homens pela rigidez destes dias descem do caminhão, empurram o corpo com pedaços de paus até a escavadeira, que o recolhe e o leva até a caçamba. Para eles, um entulho a menos na rua. Para Miguel, um ser humano a menos insepulto. Para mim, uma cena a mais a povoar meus pesadelos.

Aliás, de onde tirar o sono depois de um dia como este? A cabeça deita no colchão da barraca destinada aos jornalistas na base brasileira. Quarenta e oito horas sem banho. Os ombros pesam sob tensão. O corpo clama por descanso, mas a mente não permite: a apenas alguns metros da nossa barraca, está um menino de dois meses, abandonado na porta da base apenas com a roupa do corpo. Os pais, mortos sob os escombros. Seu olhar era como o de todas as crianças haitianas: elas têm fome, mas não choram. Trazem nos braços as feridas do dia em que suas casas ruíram sobre elas e suas famílias. Têm dor, mas até sorriem. Naquele momento, com a cabeça no colchão, ao lembrar a face do menino que não sei o nome, tive uma vontade infinita de colocá-lo no colo e trazê-lo para o Brasil. Adormeci.

Outra tarde, testemunhamos haitianos atirando contra haitianos. De um lado, um homem fardado tenta evitar que, de outro, um sem farda roube comida para alimentar os filhos. Quem pode duvidar de que, no momento em que tirar a farda, talvez o policial não faça

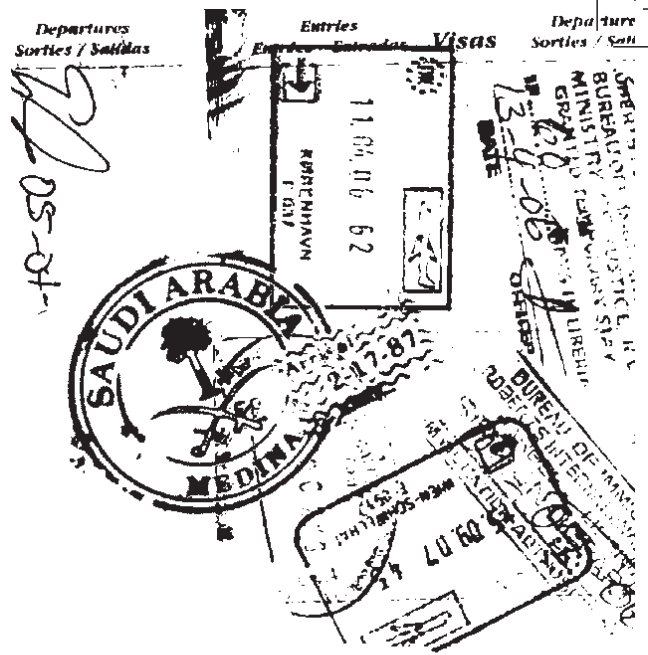
o mesmo? Mas, naquele momento, houve tiros. E um dos homens, o sem farda, morreu com a cabeça atingida pelo disparo. Garrafas de água espalhadas ao lado. Irmãos de raça matando e morrendo pela sobrevivência. Cenas que nos confrontam com a brevidade da vida e nos jogam de volta à barbárie.

O portão enferrujado que acabamos de deixar para trás encerra mais do que mulheres desesperadas, homens que brigam entre si por comida, toneladas de concreto que um dia foram prédios e casas. A fronteira isola do resto do mundo uma caixa de Pandora dos piores males da humanidade. Ao ver Miguel falar com a filha, lembro que também é hora de avisar minha família em Porto Alegre de que estamos fora.

– Deixamos o Haiti – digo ao telefone.

Em pensamento, a frase é outra:

– Fugimos do inferno.



RENASCIDOS DAS PROFUNDEZAS

Mina San José, Copiapó, outubro de 2010

Depois de longos 45 minutos na escuridão do Atacama, entre o vilarejo de Copiapó e a mina San José, avistei um clarão impressionante no céu, reflexo da profusão de holofotes, barracas, motor homes. Era o espelho de uma cidade de lonas arquitetada no meio de um dos desertos mais secos do mundo. E movida à esperança.

– Cara, somos apenas mais dois no meio desta multidão – disse Alvaro Andrade, ainda no táxi, espiando pelo vidro. – Vai ser muito difícil a gente se encontrar e achar fontes nessa loucura.

Senti-me espelhado no espanto de Alvaro, 26 anos, estudante de jornalismo do sexto semestre da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Eu me enxergava nele. Nas primeiras reportagens internacionais, muitas vezes me perdia em pensamentos por horas, no carro ou no avião, imaginando o que encontraria pela frente, como afinal começaria um texto, de que forma sobreviveria pelos próximos dias. Naquele momento, apesar da experiência acumulada em mais de duas dezenas de coberturas nos mais longínquos grotões do planeta, ainda hoje

sinto o mesmo frio na barriga da primeira vez. O medo de viajar até um país em conflito e não conseguir entrar na área conflagrada; dúvidas de sempre – haverá como transmitir o material, como sair em caso de emergência? E comida? Onde, afinal, encontraremos comida?

Naquela noite, 11 de outubro de 2010, o mundo começava a fixar os olhos em uma mina de cobre até então desconhecida fora das fronteiras chilenas. Estávamos chegando. Olhando a escuridão do deserto, eu me fazia exatamente a mesma pergunta de Alvaro: como iremos nos achar no meio dessa multidão, estimada em 1 milhão de pessoas? Parei por uns cinco segundos. Eu precisava manter – ou pelo menos aparentar – a calma. Agi, na comparação feita posteriormente por Ricardo Stefanelli, diretor de redação de Zero Hora, como um comissário de bordo em meio a uma turbulência no ar: se ele demonstrar alguma pitada de nervosismo, os passageiros vão procurar o paraquedas.

– Vai dar certo. O mais difícil já fizemos, que foi chegar até aqui – eu disse, com convicção, ao Alvaro, em uma frase que servia também como autoafirmação.

Os preparativos finais de um resgate audacioso estavam em marcha. Aproximava-se o fim do soterramento mais longo da história: 69 dias antes, 33 mineiros encontravam-se no meio de um turno de rotina, nas profundezas da mina San José. Fizeram a pausa de almoço no minúsculo refúgio de segurança a 688 metros de profundidade. Dez minutos depois, ouviu-se um estrondo fortíssimo e um ribombar profundo. Nuvens de poeira e detritos rodearam os homens. O desabamento durou cinco horas. Quando terminou, eles perceberam que estavam vivos, porém, soterrados sob toneladas de rochas. Os 33 sabiam que estavam vivos. Mas aqui fora, na superfície, o mundo os considerava mortos.

Familiares dos mineiros, jornalistas do mundo inteiro acorreram para o entorno da mina, distante 800 quilômetros de Santiago. Foi chegando mais gente, e ergueu-se uma cidade improvisada no Atacama. Em vigília. A perseverança de pais, mães, esposas e filhos que tiveram seus queridos enterrados vivos colocou o governo do presidente

chileno, Sebastián Piñera, contra a parede. Pressionado, ele ordenou que as buscas não cessassem enquanto não houvesse evidências das mortes.

Dezessete dias depois do colapso das rochas, uma perfuradora conseguiu chegar até os homens. Das profundezas da terra, os mineiros enviaram um bilhete para a superfície: “Estamos bem no refúgio, os 33”.

Duas semanas antes, em Porto Alegre, eu me preparava para entrar em férias. Planejava fugir do burburinho da capital gaúcha e buscar o sossego em alguma praia do litoral catarinense. Deixei o prédio da RBS TV, no Morro Santa Tereza, para almoçar. O celular tocou.

– Tu tens compromisso para os próximos dias? – perguntou Ricardo Stefanelli.

- Nada, além das férias – brinquei.
- Estamos pensando em te mandar para o Chile.
- Estou nessa – respondi, de pronto.
- Mas desta vez tu não vais sozinho – ele disse.
- Como assim?
- Vais com o Alvaro.

Três dias depois, conheci o Alvaro em um café no Bom Fim, o bairro onde moro há 32 anos em Porto Alegre. O rapaz havia ganho o concurso Primeira Pauta, realizado por Zero Hora, para incentivar jovens talentos das faculdades de jornalismo a se aproximar da redação. O prêmio: acompanhar um repórter do jornal em uma grande reportagem durante o ano. Com competência, Alvaro venceu mais de cem colegas estudantes. E, com muita sorte, ganhara a oportunidade de cobrir a história jornalística do ano, talvez da década.

Havia uma preocupação. O resgate, primeiramente, estava previsto para ocorrer em novembro, mas graças à rapidez dos trabalhos, dia após dia, as equipes abreviavam a angustiante espera dos familiares. O salvamento poderia começar em duas semanas, ou em uma, ou em três dias. A cada novo informe do governo, as horas escasseavam. Era uma boa notícia, claro. Afinal, os mineiros estariam mais próximos da

luz. Mas não havia certeza para a data do resgate. E não adiantava viajarmos com muita antecedência e ficarmos lá, plantados no meio do deserto, sem novidades a relatar. Acostumado a embarcar de imediato, pela primeira vez eu tive tempo mínimo para me preparar: estudar o terreno, a história de cada um dos 33 seres humanos soterrados. Não saber quando – e em que circunstâncias ficaríamos no Atacama – era o que mais me angustiava. Nos dias que antecederam o embarque, de férias, sem poder ausentar-me de Porto Alegre, mantinha o celular ao alcance das mãos, e os olhos, fixos no noticiário do Chile.

Todos os hotéis de Copiapó, um pequeno vilarejo próximo à mina, estavam lotados. Com a multidão de jornalistas que ocorreu ao norte do Chile, também não havia carros suficientes para locação. Com uma data aproximada para o resgate – 12 de outubro –, ainda que com a possibilidade cada vez mais provável de ser antecipada, embarcamos para Santiago em um domingo. Nas costas, barracas de camping, algumas barras de cereais e garrafas de água.



Copiapó é o patinho feio do Atacama. Normalmente, quando se pensa em fazer turismo no norte do Chile, planeja-se visitar Antofagasta ou, ao Sul, hospedar-se em La Serena. Os viajantes, em geral, pulam Copiapó.

Mas o patinho feio tornou-se conhecido de repente, e, graças a uma história que parecia tirada dos livros de Júlio Verne, Copiapó ficou famosa pela tragédia. Distante 45 quilômetros da mina San José, o vilarejo encravado entre um vale arenoso tem 130 mil habitantes. Dos 33 mineiros soterrados na mina San José, 24 são da cidade.

O acidente de 5 de agosto provocou comoção. Há um grande respeito por quem trabalha na mineração, a principal atividade econômica local. Cerca de 80% da população depende direta ou indiretamente da atividade. Não é à toa que seu nome, Copiapó, significa

nos dialetos quíchuas e aimarás “Copa de Ouro”. Segundo moradores, a empresa San Esteban, proprietária da mina San José, oferecia uma das piores remunerações. A média salarial de cada um dos mineiros que está debaixo da terra é de US\$ 1 mil, em uma atividade de risco e insalubre, considerada uma das mais perigosas do mundo.

Um filme lançado em 1951 oferece um paralelo cinematográfico para o acidente chileno. Em *A Montanha dos Sete Abutres*, um dos clássicos do jornalismo, do diretor Billy Wilder, um homem fica preso em uma mina e, por causa da cobertura de um repórter, torna-se um fenômeno midiático e a principal atração de uma pequena cidade no Estado do Novo México, nos Estados Unidos.

No filme, há um toque perverso: o jornalista Charles Tatum (interpretado por Kirk Douglas) vê na história de Leo, o homem preso na mina, uma chance de ganhar fama e recuperar seu emprego em um grande jornal de Nova York. Primeiro repórter a chegar ao local do acidente, ele escreve textos sensacionalistas para um diário regional e atua como uma espécie de diretor de cena, instruindo a esposa de Leo a parecer comovida, fazendo acordos com o xerife e até prolongando o resgate para conseguir mais tempo no noticiário. A obsessão de Tatum por comover os leitores com a tragédia de Leo se resume em uma frase dita por Kirk Douglas no filme: *Good news is no news* (Boa notícia não é notícia, em tradução livre). *A Montanha dos Sete Abutres*, indicado ao Oscar de Melhor Roteiro, foi inspirado na história real de W. Floyd Collins, preso em uma mina no Estado americano de Kentucky em 1925. O repórter William Burke Miller, que então trabalhava para um jornal de Louisville, ganhou o prêmio Pulitzer pela cobertura do acontecimento, que se tornou sensação nacional.

Não há como, hoje, não nos sentirmos um pouco Miller, da vida real, ou o Charles Tatum, do cinema. O governo chileno – e nós próprios – tornamos o resgate na mina San José um reality show, um Big Brother da vida real, transmitido ao vivo para todo o planeta.



Com tempo para nos prepararmos, consegui, ainda em Porto Alegre, inscrever nossos nomes em uma lista do Ministério de Minas chileno que nos permitiria o acesso à mina San José. Para chegar ao local do resgate cada vez mais lotado, era necessário passar por pelo menos três barreiras policiais. Somente familiares, equipes de resgate, autoridades e jornalistas credenciados previamente tinham permissão para entrar. Antes de viajar, recebi uma informação do governo chileno: nossas credenciais poderiam ser retiradas em Santiago, no Palácio de la Moneda, ou nos arredores da mina, onde assessores de imprensa do governo haviam montado um escritório para aqueles dias. Como nosso voo faria escala na capital chilena, onde ficaríamos cerca de sete horas à espera da conexão para Copiapó, planejei pegar nossos documentos em Santiago. Em seguida, tranquilos e com credenciais nas mãos, ingressaríamos à noite no deserto.

Mas, ao desembarcarmos no aeroporto de Santiago, havia algo estranho no ar. Ruas vazias, o centro, normalmente apinhado de moradores e turistas, estava silencioso. Pelo vidro do táxi, o La Moneda ergueu-se majestoso diante de nossos olhos. Só que suas portas estavam fechadas. O feriado de 12 de outubro, o Dia da Raça no Chile, havia sido antecipado. Não havia como retirar as credenciais.

Horas depois, quando as luzes do Acampamento Esperança iluminaram o céu do Atacama, ainda não tínhamos autorização para entrar na área da mina. Mesmo assim, já havíamos passado pela primeira barreira policial. No carro, além do taxista contratado no aeroporto de Copiapó, estávamos Alvaro, eu e Marc Burleigh, correspondente da agência de notícias France Press em São Paulo. Conhecemos o colega no aeroporto de Santiago. Com a promessa de que pegaríamos as credenciais lá dentro, os policiais chilenos, os temidos carabineros da era Augusto Pinochet, hoje extremamente corteses e profissionais, permitiram nossa entrada. Éramos praticamente os últimos a chegar à festa.



Schramm T-130, Fênix 2. Plano B. Os chilenos se acostumaram nos últimos meses a siglas e nomes que parecem retirados de um filme de ficção científica. Fênix é a ave mitológica que renasce das cinzas. É um pouco como os mineiros, que, se tudo desse certo, renasceriam da morte. Fênix foi o nome dado à cápsula fabricada no Chile, criada sob orientação de técnicos da Nasa, onde cada um dos mineiros entraria tão logo o resgate começasse. Seria seu transporte para a vida.

A perfuradora T-130, a mais avançada das três que trabalharam na operação de resgate na mina, chegou ao refúgio subterrâneo no dia 9 de outubro. Uma sirene soou às 8h2min no horário local (9h2min de Brasília), confirmando oficialmente que a máquina, batizada como “La Liebre” (A Lebre, em livre tradução) pela rapidez com que alcançou os quase 700 metros de profundidade, entrara no bolsão de sobrevivência dos mineiros.

Ao saber da notícia, o acampamento Esperança virou só emoção. Os membros da equipe de resgate comemoraram junto de familiares das vítimas, que passaram a noite acordados para acompanhar o avanço da perfuração.

– Os mineiros sabem o processo que vem agora e estão muito tranquilos, mais calmos do que a imprensa, ao menos – brincou o ministro de Mineração Laurence Golborne, em uma breve entrevista coletiva.

Alguns estudos indicavam que os especialistas tinham apenas 2% de chance de atingir a área onde estavam os mineradores.



Uma profusão de carros, guindastes, barracas, vans de emissoras de TV, tendas transformadas em redações, gente andando para vários lados com bandeiras do Chile, cartazes com os rostos de cada um dos mineiros. A primeira visão do acampamento Esperança era como um formigueiro no meio de um vale pedregoso. Uma ilha de vida entre léguas de nada, iluminada por holofotes.

O táxi nos deixou no meio desse turbilhão. Ao nos despedirmos do motorista, senti uma leve sensação de abandono. Como sairíamos dali? A pé, pelos 40 quilômetros de areia que ligam a mina San José à Copiapó? Na dúvida, anotei o número do telefone do taxista, sem a mínima certeza de que ele nos atenderia em caso de emergência.

Para mim, o que realmente importava é que estávamos, enfim, na mina. Sentia a gostosa sensação de adentrar no palco dos acontecimentos, o lugar, seja ele qual for, para onde o mundo olha. Testemunha viva da História.



Tive sorte em ter como parceiro o Alvaro, que além de muita vontade de aprender, cresceu praticando esportes ligados à natureza, como rappel, montanhismo e trilhas. Assim, logo de cara, ele tomou conta da missão de montar a barraca. Entre duas vans de emissoras de televisão, avistei um banheiro químico e sugeri, já pensando nas necessidades da noite, o local como nossa base.

– Aqui é o melhor lugar – afirmei.

Apesar dos holofotes, a iluminação era precária. Com uma lanterna acoplada à cabeça, Alvaro iniciou o árduo trabalho de cavoucar no chão pedregoso, enquanto eu testava os equipamentos – internet era a nossa maior angústia. Havia, ao fim daqueles dias, 3 mil habitantes na mina, uma população maior do que a de muitos municípios brasileiros. O acampamento Esperanza tornara-se uma cidade que não constava nos mapas oficiais chilenos.

Por isso, o governo montou uma estrutura razoável para dar assistência às famílias. ONGs garantiam comida e água aos parentes dos mineiros. A empresa Telecom Chile instalou antenas que possibilitavam o acesso à internet sem fio. Quando soube disso, vibrei. O meu computador imediatamente conectou-se ao Brasil, mas daí a ter velocidade suficiente para enviar fotos com rapidez seria outro

desafio. Navegar na rede mundial de computadores era penoso. E a velocidade variava de acordo com a localização. Depois de enviar o primeiro texto a duras penas para a redação de Zero Hora e fazer um boletim de estreia da cobertura na Rádio Gaúcha, decidi caminhar pelo acampamento. Com dificuldade, tropeçando nas pedras e quase caindo nos buracos do terreno, sem enxergar completamente, andei em missão de reconhecimento. Só então descobri que estávamos fora da área oficial do acampamento Esperança. Na verdade, os limites oficiais transbordavam. Nossa base estava, na verdade, montada no estacionamento. Isso se, naquele momento, com mais de 2 mil jornalistas, havia algum tipo de limite.

Graças à intervenção de Luciano Nagel, colega da Rádio Guaíba, que havia chegado na noite anterior, consegui entrar, sem credencial, no acampamento propriamente dito, a área onde as famílias mantinham vigília. Foi uma espécie de salvo-conduto dado por um coronel chileno, que, gentilmente, concedeu um acesso. Pra quem pergunta sobre a solidariedade entre os colegas, mesmo de empresas concorrentes, sempre lembro desse episódio. Nagel foi meu primeiro guia no Esperança.



Esperança é uma cidade de lona encravada no Atacama e fora do mapa-múndi. Esse município informal não tem apenas uma bandeira. São 33 (32 do Chile e uma da Bolívia), fixadas no alto de uma colina, a representar cada um dos mineiros. O aglomerado urbano no meio da poeira do deserto tem até prefeita: Maria Segovia, mulher de um dos refugiados presos a quase 700 metros de profundidade. Desde o dia 5 de agosto, quando a tragédia na mina San José lançou Copiapó ao mundo, Maria tornou-se a mulher mais famosa do acampamento. É ela quem busca informações sobre o resgate junto às autoridades e as repassa aos demais familiares. Com bom humor, ela também fala sobre a situação das famílias aos jornalistas.

Desde sábado, quando a perfuratriz T-130 tocou o fundo da mina, pequenos gestos têm se tornado grandes símbolos de uma epopeia que está por terminar: sempre que um grito de esperança emerge das profundezas da mina, familiares, jornalistas, amigos, curiosos escalam a colina até as 33 bandeiras. É como uma procissão silenciosa. São momentos emocionantes. Houve o abraço apertado de cada um dos familiares aos trabalhadores que por vários dias levaram o chamado Plano B ao sucesso. Eram desconhecidos que, da noite para o dia, passaram a ser também parceiros dessa luta.

A partida da T-130, pouco antes do início da retirada dos mineiros, foi também um momento ímpar. Não era nada mais do que uma geringonça mecânica, fria. Mas, para aqueles familiares, era como uma heroína. Eles se despediram da máquina com aplausos.

Aliás, heróis e heroínas têm aparecido com frequência no acampamento Esperança nesses mais de dois meses: anônimos como os trabalhadores que perfuraram o local, socorristas, políticos, parentes resistentes à variação da temperatura do Atacama, de 40°C ao dia para 0°C à noite. Cerca de 2,5 mil pessoas habitam o acampamento Esperança, dividem poucos banheiros químicos e partilham a comida – no início das operações de resgate, eram 200 refeições por dia, hoje esse número é incalculável.



São 2h27min de 12 de outubro. Levei quase 30 minutos para conseguir colocar um texto no blog de Zero Hora. Escrevo de dentro da barraca. Aproveitei a boa vontade dos policiais e fiz uma incursão de uma hora pelo acampamento, na parte restrita às famílias. O clima é de entusiasmo. Encontrei crianças jogando bola, sorrindo. Agora, parece que é questão de horas. Idosos sentados próximos a fogueiras feitas com carvão para aquecer o corpo apenas esperam. Está frio, menos de 8°C, mas, sinceramente, achei que a temperatura cairia mais.

Caminhando pelo acampamento, encontrei também uma confraternização: jornalistas e familiares dos mineiros repartiam o pão. Subi a colina onde ficam as 33 bandeiras. Cada uma leva o nome de um dos trabalhadores. São muitas pedras, e o risco de escorregar é grande. Lá de cima, a gente tem uma ideia da amplitude da área. A parte das barracas fica a uns 300 metros distantes da plataforma que irá retirar os mineiros.

O som dos geradores de luz das emissoras de TV atrapalha a concentração. Também aparecem ruídos estranhos vindos do local do resgate, como se um gás estivesse escapando. Outras vezes, escutamos o barulho irritante de uma serra elétrica. Algumas pessoas até tentam descansar. Neste momento, alguns repórteres estão dentro dos carros, outros, como nós, nas barracas. Mas dificilmente o acampamento dorme.



– Por incrível que pareça, nossa melhor noite de sono foi justamente a que dormimos na barraca montada na fria e escura noite do deserto do Atacama – lembrou o Alvaro.

Foram apenas seis horas de descanso. Devido ao adiantado da hora e às condições difíceis de se armar as barracas por causa da pouca iluminação, dividimos a mesma lona. Antes de deitar, tomei uma decisão: depois de quase 24 horas de viagem, melhor deixar as botas do lado de fora para evitar odores. Forramos o chão pedregoso com sacos de dormir e um providencial cobertor que minha mãe colocara em minha mala sem que eu percebesse. Era algum conforto.

São 5h, acordo suando frio. Lá fora, a temperatura certamente está abaixo dos 5°C, e aqui dentro o vapor provocado pela nossa respiração faz decantar pingos no teto de lona da barraca. Para piorar, um pensamento aterrorizante me passa pela mente: e se alguém furtar minhas botas lá fora? Não tenho outros calçados. Aguentaria o calor

do deserto de pés descalços? Decido olhar. Lentamente, abro o fecho da barraca, na tentativa de não acordar Alvaro. Coloco a cabeça pela fenda e vejo minhas botas ali, no mesmo lugar onde as deixei. Ufa! Porém, a visão seguinte é ainda mais assustadora: vejo uma enorme van crescer, andando de ré, na direção da nossa barraca.

– Ei!!! O que é isso!!!?? – grito.

Alvaro acorda com a confusão.

– Por que fazem isso? – insisto.

A van para. O motorista desce gritando.

– Esta é nossa área, reservamos ontem à noite.

O homem trabalhava para uma emissora de TV chilena. Havia, é verdade, pedras no local, como demarcando a área, mas naquelas circunstâncias a terra do Atacama, pelo que se podia depreender, não tinha dono. Cada equipe armara seu acampamento próprio onde bem entendesse. Mas, àquela altura, talvez fosse melhor deixar para lá. Às 5h da manhã, sonolento, trocamos duas ou três ofensas com o motorista. E, para não piorar a situação, resolvemos arrastar nossa barraca para cinco metros dali. Quando me perguntam sobre solidariedade entre colegas de emissoras concorrentes, também me lembro desse episódio.



Havia mais jornalistas na mina San José do que familiares dos 33 mineiros. Um enxame, uma invasão. Repórteres tomaram conta, por exemplo, do refeitório do acampamento Esperança, antes reservado aos parentes dos trabalhadores. Os organizadores do local criaram uma regra: primeiro comem os familiares, depois os jornalistas. A norma foi obedecida por alguns dias, mas logo caiu em descrédito. Na manhã do dia 12 de outubro, por exemplo, repórteres, cinegrafistas e fotógrafos ocupavam desde cedo a mesa do café, antecipando um dia de muito trabalho. O pão, que já era racionado, estava acabando. Eu e o Alvaro sequer conseguimos um pedaço.

– A gente está aqui desde o primeiro dia, e não havia quase ninguém. Agora lotou, deve haver 10 jornalistas para cada família – contou Sandra Zuñiga, produtora da TV Nacional do Chile.

Outro jornalista, Guillermo Baez, acredita que a imprensa está emocionalmente envolvida com o acidente:

– Todos estão torcendo para que o resgate dê certo.

Diante da rotina, surpreendo-me com a capacidade de pequenos fatos, que certamente passariam despercebidos em situações normais, virarem notícia. Um palhaço com a bandeira do Chile, por exemplo, atrai as lentes de dezenas de fotógrafos ao aparecer. Na semana passada, uma ambulante começou a vender *lingeries* às mulheres dos mineiros. Tudo devidamente registrado como a notícia do dia. Também basta alguém começar a falar em algum canto do acampamento para, logo, ser cercado por jornalistas. Na tarde que antecedeu o dia do resgate, um senhor grisalho passou a dar entrevistas a um grupo de repórteres. Tratava-se de um dos homens-chave da operação, o ministro da Saúde Jaime Mañalich. Mas, à volta, quase ninguém sabia quem era o entrevistado.

– Deve ser alguém importante, vou perguntar depois – disse uma repórter de uma TV boliviana, entre risos.

Alguns familiares dos mineiros já estão cansados de dar entrevistas, mas mantêm a educação. Elisabete Segovia, irmã de Darío Segovia, um dos 33, tinha os olhos vermelhos. Havia dormido pouco, mas estava cercada por jornalistas.

– A senhora está cansada de dar entrevistas, deste assédio todo da imprensa? – perguntei.

– Não, vocês tiveram grande importância aqui. Sem os meios de comunicação, isso não teria acontecido (o resgate) – afirmou, educadamente.

Era difícil manter uma conversa aprofundada com Elisabete. Tão logo pedi licença para entrar na barraca da família, dezenas de outros repórteres aproveitaram a brecha. Buscavam, desta vez, não a palavra

da irmã do mineiro, mas o registro da imagem de outro familiar, um senhor que tocava violão. A região onde jornalistas e familiares mantêm esse relacionamento é subdividida em três áreas: mais no alto, ficam emissoras de TV estrangeiras, que foram parte da encosta com cabos e antenas. No centro do acampamento estão as barracas dos familiares e três precários centros de imprensa. Uma rua improvisada com cavaletes cruza esta área. Um alambrado foi colocado para tentar manter a ordem entre o trânsito de pedestres e veículos de serviço. Mais abaixo, os automóveis dividem espaço com barracas em um estacionamento. Entre furgões e antenas de transmissão, estão distribuídos banheiros químicos alugados e fechados com cadeados. Até mesmo tomadas de energia elétrica e pontos de acesso à internet são disputados. Foram improvisados estúdios de transmissão sobre plataformas e até camarins rudimentares. O resgate dos mineiros roubou a atenção das transmissões internacionais e levantou a discussão: quando uma história se transforma em circo? É bem verdade que palhaços circulam pelo acampamento. Mas estão aqui para animar os filhos dos mineiros.

Dias depois do resgate chileno, uma tragédia em uma mina na China foi mortífera. Em 18 de outubro, uma explosão na província de Henan deixou 31 mineiros mortos. Ao menos seis trabalhadores permaneciam presos no fundo da escavação, e as esperanças de retirá-los com vida eram cada vez menores a apenas 50, 80 metros de profundidade, bem menos se comparado aos quase 700 metros onde estavam os chilenos. A cobertura internacional deste caso não se comparava à do Chile.



Depois de sermos despejados de nossa base, decido buscar abrigo dentro da área oficial do acampamento, mas, para isso, ainda é necessário a credencial. Não tínhamos como abandonar a barraca, com nossos equipamentos e roupas. Por isso, enquanto vou para a fila próxima

ao portão de acesso das equipes de resgate, Alvaro fica zelando pelos computadores. O sol começa a nascer. Há apenas dois funcionários do governo para credenciar centenas de jornalistas. Parte da explicação para a demora, eu compreendo: acabaram as fichas nas quais são colocados os nomes dos repórteres. No nosso caso, por exemplo, pegamos um cartão de imprensa nacional, e não “imprensa internacional”, como seria o correto. Mas, do jeito que está este acampamento, não sei mais se a credencial tem alguma validade. Todo mundo circula por todos os lugares sem identificação.

Passa do meio-dia, e parece que o deserto do Atacama resolveu mostrar porque tem a fama de ser o mais seco do mundo. O único lugar onde a internet está funcionando fica próximo à nossa barraca. Não é nada confortável ficar escrevendo ao sol, sentado em um amontoado de pedras. A boca fica constantemente seca, e a pele do rosto, ressecada pela poeira. A bota arde, acreditem, queimando o pé por dentro. É tanto calor que o solado do meu calçado descolou. Também me rendo ao protetor solar.

Pelo menos neste ponto, a internet está rápida. Daqui, ainda tenho uma boa visão do local onde está a máquina que irá trazer os mineiros de volta. Sentado sobre as pedras, observo a 300 metros a estrutura branca que irá içar logo mais, à noite, os trabalhadores.

Os riscos da operação de retirada dominam as conversas na mina San José. A subida de pessoas por meio do túnel de 622 metros de comprimento por 66 centímetros de diâmetro apresenta perigos. O maior deles é o desprendimento de rochas, sem falar na carga psicológica da operação. Não há precedentes. O manual vai ser escrito pelos próprios mineiros.

Ao encontrar colegas brasileiros, decido trocar a barraca de lugar pela terceira vez. Agora, para um local mais próximo da sede do acampamento. Nos ajustamos ao lado da barraca da TV Brasil, onde encontrei companheiros de coberturas no Haiti e em Honduras. O local vira uma espécie de embaixada do Brasil no deserto.



– Vamos viver uma noite histórica.

Assim, Sebastián Piñera, presidente do Chile, começou seu pronunciamento, no alto da colina, a cerca de 200 metros das máquinas que irão içar os 33 mineiros de volta à superfície:

– Será uma noite de lágrimas de alegria.

Ao lado da primeira-dama com cabelos ao vento, Piñera falou por 15 minutos. Foi a última declaração antes do início das operações. Estava otimista, sorridente. Fez um rápido histórico da situação desde o dia 5 de agosto, quando ocorreu o acidente, agradeceu aos trabalhadores que se ocuparam do resgate e lembrou que a retirada, em uma previsão inicial, deveria ocorrer em novembro. Capitalizando o resultado, afirmou que o Chile venceu o terremoto que devastou o país em 2010 e também estava superando o acidente com os mineiros.

– O próximo desafio é vencer a pobreza – disse.

Piñera também confirmou que Florencio Ávalos seria o primeiro mineiro a ser retirado e garantiu que iria acompanhar a saída de um por um, “leve o tempo que levar”. Ele previu que a operação estaria concluída num prazo de 24 a 48 horas.

– Acredito que na quinta estará terminado – afirmou.

A essa altura, Alvaro e eu conseguimos uma vaga em um contêiner com mesas e cadeiras para oito jornalistas. Havia o dobro. Montamos nossa base em um dos cantos, com acesso à internet por cabo. É o melhor lugar que poderíamos escolher: a 400 metros da Fênix 2. Lá dentro da área reservada, apenas a emissora de TV estatal poderia fazer imagens próximas do buraco. Aqui, no contêiner, temos uma televisão. Se sairmos pela porta, damos de frente para um dos telões, por onde as famílias acompanharão o resgate. Era o melhor lugar para ficar, não havia dúvidas. Mas precisaríamos nos alternar no uso do único computador com acesso à internet. Alvaro saía para entrevistar os familiares, enquanto eu guardava nosso lugar, twitando freneticamente.

Quando ele retornava, passava a utilizar o computador, enquanto eu saía para fazer boletins para a Rádio Gaúcha. Algumas vezes conseguimos dividir a mesma tela transmitindo ao vivo pelo Twitter imagens do nosso trabalho.

O resgate começa. E decido inovar. Pelo Twitter, aviso:

– Nem sempre poderemos estar falando com vocês, mas vou deixar a câmera ligada para que acompanhem a emoção aqui.



O vento do Oceano Pacífico ajudava a amenizar o calor da noite no deserto quando Florencio Ávalos, 31 anos, voltou do inferno, à 0h10min da madrugada de 13 de outubro de 2010. Era o primeiro, faltavam 32. A cada içamento, pela cápsula Fênix 2, o mundo prendia a respiração. Gritos, palmas em vários cantos do acampamento. Mas ninguém vibrara tanto com a saída do que María Silva, de 61 anos, a mãe do mineiro. Depois de estarem separados por toneladas de terra e rochas por mais de dois meses, ela agora estava ali na boca do túnel, quando Florencio voltou das profundezas. Horas antes, havia me dito:

– O período em que ele ficou preso foi o de maior tristeza da minha vida.

Até pouco tempo atrás, ela não sabia que o filho seria o primeiro a sair. Descobriu pela boca do presidente Sebastián Piñera, que anunciara em entrevista coletiva. Um a um, os sobreviventes saíam das entranhas do planeta.

À 1h, o segundo mineiro, Mario Sepúlveda, chegou à superfície. Exultante, ele abraçou demoradamente o presidente da República. Surpreendeu pela forma física, entusiasmo. Distribuiu aos presentes um “suvenir” original: pedras da mina trazidas em um saco.

O resgate avançou madrugada adentro. O terceiro a sair foi Juan Illanes, às 2h10min. O quarto foi o boliviano Carlos Mamani, às 3h10min. O quinto Jimmy Sanchez, 19 anos, o mais jovem do grupo

e aparentemente mais abatido. Ele estava havia apenas cinco dias trabalhando na mina quando ocorreu o acidente. O sexto foi Osmán Araya.

Às 6h2min, o termômetro marcava 9°C. Muitos jornalistas dormiam nas barracas. Também havia poucos familiares acompanhando pelo telão o salvamento. Até agora, as equipes levaram em média uma hora para retirar cada homem do interior da mina San José.

Houve um blecaute no acampamento – o que provocara a derrubada da internet. A cápsula Fênix 2 também passou por uma manutenção que durou 40 minutos. A expectativa agora era para a retirada de José Ojeda, 46 anos, autor do famoso bilhete com a inscrição: “Estamos bem no refúgio, os 33”. O pedaço de papel foi um grito de resistência, quando todos já achavam que eles estavam mortos.

Previendo uma manhã cansativa, sugeri ao Alvaro que descansasse na barraca. Aproveitei para enviar um vídeo que fiz dos primeiros resgates. A cada uma hora em média, entrava com boletins na Rádio Gaúcha. Nos intervalos, cochilava sentado no contêiner, enquanto via o avanço do vídeo na internet.

Às 8h da manhã, quando Alvaro retornou ao contêiner, me dei por vencido. Precisava dormir. Com a certeza de já ter sido batizado nas duras provas dos correspondentes, entreguei a ele o comando da cobertura, especialmente na rádio. Desabei na barraca, com o calor de 36°C. As botas ardiavam, e o pó invadia as narinas. Dormi apenas uma hora. Acordei com pesadelos, o suor escorrendo pelo rosto. Voltei ao front antes do meio-dia.



É perto das 15h. Levanto da cadeira no contêiner, depois de mais de 15 horas no ar na Rádio Gaúcha. Tudo ao redor balança. Estou sozinho. Alvaro foi em busca de algo para comer. Prefiro ficar em silêncio. Sinto-me tonto, e volto a sentar. Tento lembrar quando foi a

última refeição que fiz. Não recorro exatamente, mas calculo que foi na segunda-feira, em Santiago, quando jantamos no aeroporto. Lá se vão 36 horas comendo barras de cereais. A água acabou. Há 48 horas não dormíamos direito. Não é permitido o comércio no interior do acampamento, e cada vez que tentamos pegar alguma comida no refeitório, somos barrados.

– Só para as famílias (dos mineiros).

Alvaro aparece na porta do contêiner. Como se adivinhasse meu sofrimento, traz uma maçã. Foi a única coisa que consegui. Mas é o suficiente para me reanimar. Pouco depois, Rodrigo Carvalho, repórter da Globo News, também entra no contêiner:

– Estou passando mal, muitas horas sem comer.

Proponho um acordo. Como ele e o cinegrafista Julinho Aguiar tinham um carro alugado, sugiro buscarmos algo para comer fora do acampamento. Duas horas, que fossem, para realimentar o corpo. Eles aceitam. Abandonamos por alguns instantes o acampamento. Após 30 quilômetros por uma estrada que corta o Atacama, a imagem que se descortina é inacreditável. O deserto encontra o mar, o Oceano Pacífico. Tão perto e tão longe do inferno da mina San José. No trajeto, pudemos observar o que o breu da noite de segunda-feira escondeu. O deserto, apesar de monocromático e árido, tem uma beleza peculiar. Tons de marrom contrastam com um céu sempre azul. As escarpas formam sombras que acentuam o relevo. O mais interessante é observar que há vegetação em uma das regiões mais secas do planeta. E pasmem: flores brotam por todos os cantos.

Baía Inglesa, uma espécie de resort, é um excelente destino para quem estava há dois dias sem se alimentar corretamente. O local é um oásis para viajantes. Escolhemos um pequeno restaurante na orla do Pacífico, com suas águas cristalinas e tranquilas. Um peixe frito com batatas e arroz foi o menu perfeito para quem precisava de um pouco de descanso.



Às 21h57min, Luis Urzúa apareceu. Estava acabado, 22 horas e 49 minutos depois de a Fênix ir às entranhas da mina para buscar o primeiro mineiro, Florencio Ávalos. Quando Urzúa saiu, pessoas ao meu lado choraram. Outros gritavam de felicidade. Com uma das mãos, gravei toda a movimentação em um vídeo, da saída do túnel até o sino do acampamento ressoar, o mesmo que tocou quando a T-130 chegara até os mineiros. Com a outra mão, estava em contato por telefone com a Rádio Gaúcha, em Porto Alegre, pelo celular. Emocionado, eu disse, ao vivo, no intervalo do jogo entre Internacional e Santos na Vila Belmiro, pelo Campeonato Brasileiro, naquela noite:

– Atenção, festa no Chile.

Alguns segundos se passaram, quando o locutor José Aldo Pigneiro me chamou. Eu estava ao vivo. Então, disparei:

– Luis Urzúa, 54 anos, faz história ao deixar a cápsula Fênix 2, e se tornar o último dos 33, *el último de los 33*, uma jornada que certamente vai virar filmes, livros, DVD's, entrará para a história nesse dia 13 de outubro de 2010. Festa com champagne, festa com fogos de artifício, festa com gritos, choros e alegria aqui no acampamento, onde as famílias esperaram por 69 dias, o retorno de seus parentes, de seus pais, filhos, irmãos. Terminou! Terminou o resgate que durou mais de 20 horas, 69 dias de angústia terminam agora com o sucesso da megaoperação do governo chileno com a maior tecnologia possível do século XXI.

– Chi-chi-chi-le-le-le! – gritavam os chilenos, em coro.

Parei ao lado do sino, e encerrei o boletim. Então virei a câmera pra mim, já fora do ar.

– A gente, que acompanhou tudo de perto, se emociona ao ver que terminou. Os 33 mineiros saem com vida, saem felizes, pra junto de seus queridos.

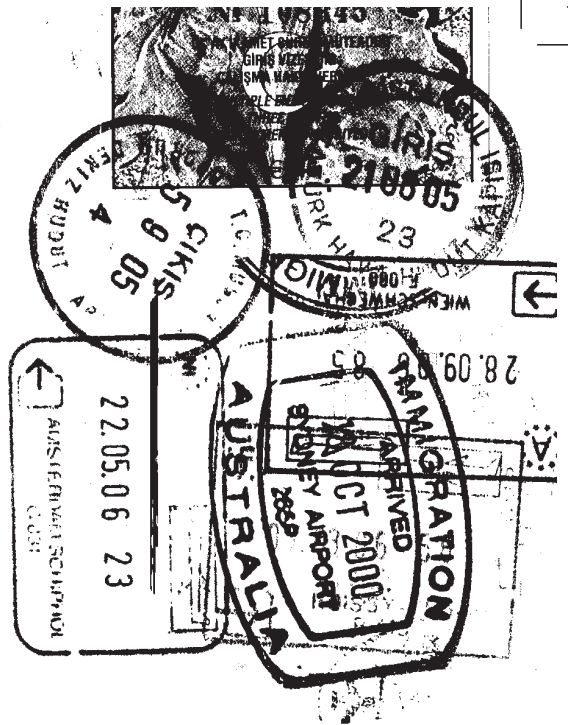
O final da frase é quase inaudível. Eu também chorava.



O que terá passado pela mente de Luiz Urzúa, o último dos 33, quando a cápsula Fênix 2 transportava seu corpo para a superfície? Lá embaixo, o inferno de 69 dias. Acima de sua cabeça, um país inteiro à sua espera. Pouco mais de 11 minutos de subida é tempo suficiente para passar um filme pela cabeça. Quando a cápsula tocou a boca do túnel, o país inteiro explodiu em alegria. Aqui, no acampamento, champagne, papel picado colorido, sinos. De repente, pessoas que nem se conheciam se abraçavam, choravam. E quando o hino chileno foi entoado, um silêncio emocionado tomou o ambiente. E aí, nem eu segurei as lágrimas. Neste momento, mais uma vez os familiares sobem a colina da esperança, onde estavam as bandeiras representando os mineiros. Foi nesse local que eles rezaram, sofreram e agora comemoram.

Nessa noite, fomos todos chilenos.

Ninguém volta igual de uma experiência como essa. Mudaram os mineiros, suas famílias, os médicos, socorristas, autoridades, o Chile. Mudamos também nós.



NA LÍBIA DE KADAFI

Nalut, março de 2011

Liberdade. De pé na parte de trás da caminhonete dos rebeldes, o vento do deserto líbio massageia os músculos do meu rosto. Tentando me equilibrar na grade de ferro do veículo, vejo, à frente, o sol se pôr entre cânions de areia. Estamos a 160 km/h. Não sinto medo, embora desconfie que, detrás das dunas, a qualquer momento, podemos ser atacados em uma emboscada. Não há refúgio. Do que tento enxergar, percebo apenas vultos: não decifro a diferença entre uma árvore e um ser humano parado; não sei se há uma casa de barro ou um monte de entulhos. Está tudo embaçado. Como se estivesse em outra dimensão. Tenho certeza apenas do que fica no máximo a um metro dos meus olhos: o fotógrafo Ciro Fusco, da agência de notícias Ansa, que está ao meu lado, minha mochila, a câmera fotográfica no pescoço e a lantaria do carro. O resto são apenas sensações: as cores do crepúsculo, as rajadas baforentas que sopram no norte da África.

Há 14 anos, sofro com a miopia. Atualmente, são quase três graus em cada olho. E acabo de ser saqueado. O vento do deserto líbio

me roubou, sem que eu tivesse tempo para reagir, minha principal ferramenta de trabalho: meus óculos. Não durou um segundo. Enquanto aproveitava o momento, veio a rajada e, vuuuuupt!!! Os óculos voaram. Agi com normalidade. Tentei disfarçar.

– Perdi os óculos – disse a Cairo.

Mais do que caneta, bloco, meus óculos são a extensão daquele que considero o principal sentido de um repórter: a visão. Tento não pensar em como serão, quase às cegas, os próximos dias de uma cobertura que não tem data para terminar. Concentro-me apenas na sensação de missão cumprida. Horas antes, eu fizera, ao vivo, uma das primeiras transmissões de uma rádio brasileira de dentro da Líbia. Saboreio um pouco mais o vento ladrão. E tenho certeza de que nunca mais terei essa experiência: a 160 km/h, na traseira de uma caminhonete das forças rebeldes, deixo a porção da Líbia que está livre de Muamar Kadafi.



A viagem à terra de Kadafi começara seis dias antes, em Túnis, berço da revolução que varria os países árabes. Aqui, na capital da Tunísia, foram gestados em janeiro de 2011 os protestos que corroeram os pilares da ditadura de Zine El Abdine Ben Ali, e, que, como rastilho de pólvora, implodiram o regime do egípcio Hosni Mubarak:

– Kadafi está louco.

Foi a primeira frase que ouvi ao desembarcar em Túnis. Do taxista que me levaria do aeroporto ao hotel Sheraton. Obviamente, louco o ditador que está há quase 42 anos no poder não é. Raposa da política, Kadafi dançou conforme a música por décadas para se manter no poder, esmagando a oposição e comprando aliados ocidentais com petrodólares. Formado em Ciência Política, o jovem Muamar tomou o poder aos 27 anos com um golpe de Estado que derrubou Idris I.

Ao final dos anos 60, grandes quantidades de petróleo líbio eram exploradas pelos EUA, sem compensação ao país produtor. Ao assumir, Kadafi estabeleceu suas filosofias nacionalistas expressas no Livro Verde, no qual prega “uma alternativa ao socialismo e ao capitalismo”: declarou ilegais bebidas alcoólicas, fechou bares e danceterias, expulsou judeus e confiscou propriedades. Nos anos 70, patrocinou grupos e países antiamericanos. Estabeleceu que o poder é exercido pelas massas, o conceito de Jamahiriya, que usa para justificar porque não pode deixar o comando que não seria dele – e, sim, do povo.

No final dos anos 80, Kadafi foi acusado de ter financiado atentados. O maior deles, a explosão de um jato da Panam, que caiu sobre Lockerbie, na Escócia, matando 270 pessoas. O ditador virava pária internacional, até 2003, quando, acuado diante dos ataques aliados ao Afeganistão dos talibãs e ao Iraque de Saddam Hussein, renunciaria ao uso de armas de destruição em massa. Virou amigo do Ocidente, discursou nas Nações Unidas, foi recebido por Nicolas Sarkozy, Tony Blair, Silvio Berlusconi e Luiz Inácio Lula da Silva. Seguiu a cartilha de outros líderes mutantes: como Osama Bin Laden, que participou nos anos 80 da luta contra os soviéticos, recebendo apoio dos EUA, e depois tornou-se o inimigo número 1 da América ao derrubar as torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Também copiou Saddam Hussein, aliado americano na guerra contra o Irã e decapitado pelo governo George W. Bush por armazenar supostas armas proibidas que nunca foram encontradas.

Não, apesar da vestimenta estranhamente monocromática e dos discursos inflamados, não há nada de louco em seu perfil. Ao contrário do que pensa o taxista que me recebe em Túnis. Entrei no carro de Mohamed no momento exato em que o ditador líbio discursava pela emissora estatal, em sua terceira manifestação desde o início da crise. A capital da Tunísia ainda exhibe as fraturas da Revolução do Jasmim que enxotou do palácio o ditador Ben Ali: da sacada do hotel, vejo carros de combate do exército tunisiano nos portões da emissora de TV estatal. Nos muros da Praça Al-Kasbah, pichações exigem reformas. É

ali que encontro Aribé, uma das poucas mulheres líbias que aceitam divulgar o nome – mesmo assim, apenas o primeiro nome. Ao lado dos pais e de dois irmãos, ela deixou Trípoli para fugir da guerra. Pelos relatos da jovem de 22 anos, estudante de Medicina, com conta no Facebook, como boa parte dos protagonistas da revolta árabe, é possível compreender o cotidiano de incertezas do país. Foram 14 horas até o posto de fronteira de Ras Ajdir, na Tunísia. Em pelo menos quatro barreiras, homens armados com fuzis AK-47, vestindo trajes civis, tentaram extorquir dinheiro da família. Um deles lhes roubou o celular.

A gota d'água para que deixassem a Líbia, unindo-se ao êxodo de quase 1 milhão de refugiados foi o discurso de Kadafi, na terça-feira, 22 de fevereiro de 2011. O ditador prometeu resistir até a última gota de sangue. A família de Aribé juntou algumas malas, colocou-as no carro e rumou para a Tunísia, onde vivem parentes. Recuperada da tensão da fuga, ela e os irmãos deixaram os pais na casa dos familiares e foram até o centro de Túnis. Separados por 700 quilômetros das garras de Kadafi, ousaram protestar. Trouxeram até um cartaz: “Kadafi e Ben Ali são iguais”.

Liberdade, sim. Mas até certo ponto. Aribé posa para fotografias na frente da bandeira tunisiana, onde foram grafadas as exigências da população. O pano vermelho, com uma lua crescente ao centro, foi afixado como uma tábua de 10 mandamentos da revolução em um prédio do governo. Quando pego a câmera para fotografar Aribé, ela se esconde:

- Do que vocês têm medo?
- De que Kadafi não caia. Afinal, um dia, terei que voltar pra casa– diz.



Não quero ser contaminado pelo ambiente da Tunísia. A tensão aqui ainda permanece, mas o mundo agora olha para o país vizinho.

Estou a 700 quilômetros da fronteira, distante demais do caldeirão líbio. Há, é claro, uma tentação natural em ficar longe do perigo. Nas primeiras vezes em que cobri grandes tragédias, ainda resistia em avançar. Fui me deixando atrair para o coração da violência aos poucos porque não há como informar a partir da margem das cenas – a menos que se limite a descrever as causas e consequências de um conflito. Isso cabe aos analistas. Repórteres só compreendem o contexto emocional de uma catástrofe estando dentro dela.

Antes de descansar, busco nos mapas do Google o que há de civilização mais próxima da fronteira líbia: tento hotéis ou pousadas em Ben Gardene e Zarzis, mas não há vagas. Busco então Djerba, na chamada Riviera tunisiana. De uma lista de 15 hotéis – todos, pelas fotos, luxuosos demais para o meu propósito de viagem –, escolho o primeiro, Iberostar. Com muita lábia – e dólares –, convenço Habibie, outro taxista, a me levar.

Às 4h30min, deixo a capital rumo a Ras Ajdir, o último vilarejo da Tunísia antes do território de Kadafi. No caminho, uma estrada com seis pedágios corta vilas árabes que sobrevivem graças ao comércio de produtos tradicionais, como tapetes. São sete horas de viagem. O frio de 9°C e o ar seco fazem sangrar meu nariz. No banco de trás, durmo a maior parte do tempo. O motorista fala comigo em inglês precário, mas conversa muito, em árabe, com um amigo, que trouxe, disse ele, para aumentar a nossa segurança.

A Tunísia ainda está muito militarizada. São sete barreiras policiais na nossa rota, que vencemos apenas porque sou identificado como jornalista. Perto do meio-dia, o carro para mais uma vez. Agora, no acostamento. No horizonte, observo um homem com roupas coloridas, um beduíno, cado em punho a guiar um grupo de pelo menos 10 dromedários. Nunca tinha visto esses animais assim, em seu habitat.

– Foto! – grita o motorista, insistindo para eu ir até lá, como se fosse um turista.

O convite é tentador. Caminho no deserto. O sol do final da manhã já pesa. À distância, registro a cena bucólica, que parece ter saído

de um conto de *As Mil e Uma Noites*. É a última cena bela deste dia. Estamos às portas da fronteira dos desesperados.



Ras Ajdir, 12h20min. Um homem agarra em uma das mãos o passaporte de capa verde líbio e um pedaço de pão. Na outra, leva um aparelho de DVD com os fios que parecem ter sido arrancados às pressas da TV. Sobre os ombros, carrega um cobertor que acabara de ganhar.

À esquerda, outros dois estancam a conversa, retiram os sapatos e ajoelham-se para a oração. Ironia do destino. Voltados para Meca, a cidade sagrada do Islã, ao levantarem a cabeça, o que veem é o território da Líbia de Muamar Kadafi que acabaram de deixar para trás.

Assim é Ras Ajdir, um lugarejo encravado na terra árida do sudeste da Tunísia, para onde convergem líbios desesperados, tunisianos tentando ajudar e jornalistas à espera da queda da fronteira. Um local de cenas estranhas: por que um homem em fuga da guerra civil que se instaurou em sua pátria carrega um aparelho de DVD? Um lugar de seres capazes de esquecer, por alguns instantes, que estão no meio de um campo de refugiados improvisado, à espera de um ônibus para Túnis, para elevar o pensamento a Alá.

Para quem observa do lado de cá da fronteira, o território líbio se limita a três torres de telefonia e um prédio governamental pintado de amarelo e verde. Mais do que isso não se consegue ver. Tento enxergar algum militar líbio, mas não vejo ninguém.

Em tempos normais, o regime de Kadafi já não permite a entrada de jornalistas estrangeiros. Nesses dias, é impossível. Pelo menos na área do país onde o ditador ainda governa. Muitos repórteres entraram pelo Egito, na fronteira Leste, chegaram até a capital dos rebeldes, Bengazi, mas de lá não conseguem avançar até Trípoli. No Oeste, onde estou, a Líbia isolada do mundo expõe seu cotidiano de medo por

meio do relato dos refugiados. Como o homem que carrega o DVD. Ele chama-se Aquel. Deixou Trípoli sozinho, de ônibus. Pegou o aparelho porque acredita que, com ele, conseguirá algum dinheiro. Parece atordoado com as pessoas à sua volta.

– Como está a situação para chegar até aqui? – pergunto, em inglês.

– Calma, é preciso ser mais gentil – repreende-me meu motorista, a observar os gestos do homem, que parece em choque.

Habibie tem razão. Intimidado com as pessoas ao redor, Aquel está quieto. Até recusa uma garrafa de água mineral que um tunisiano, ansioso por ajudar, tenta lhe entregar. Mas nos surpreende ao começar a desabafar:

– Deixei Trípoli de madrugada, a cidade está cercada. Há homens armados por todos os lados. Não se sabe quem está com Kadafi e quem não está.

É esta incerteza que corrói a população. Em quem confiar?

Os jovens que rezam em direção a Meca reparam que os observo. Com a oração encerrada, me chamam.

– Pense no que será dessas crianças – diz um deles.

De fato, crianças é o que não faltam nesse êxodo. De tão pequenas, chegam a sumir atrás do amontoado de malas dos adultos. De mãos dadas com as mães, sem entender o que acontece, elas cruzam o portão azul carregando bonecas de pano, cobertores que ganham das equipes de ajuda ou apenas nacos de pão. Prêmios de consolação na chegada a Ras Ajdir. Trípoli, a capital líbia, fica a apenas 200 quilômetros da fronteira. Em situações normais, duas horas de carro. Mas hoje é uma cidade proibida. Para nós, jornalistas estrangeiros, e para seus próprios moradores. Pode-se abandoná-la, mas não se pode ingressar nela. Nem mesmo trabalhadores voluntários de equipes de socorro conseguem algum contato mais próximo com os militares do outro lado do posto fronteiriço. Kadafi e seus asseclas fecharam a Líbia, na tentativa de esconder dos olhos do mundo seus desmandos. Lá dentro,

praticamente não há acesso à internet, e o sinal de celular é quase nenhum. O que acontece? Tortura, execuções sumárias? Pela fresta aberta por relatos de opositores, a ditadura se escancara. Nos bastidores do plantão que fazemos na fronteira, especula-se sobre uma tentativa de coordenação dos rebeldes para que militares e policiais do lado oeste do país traíam Kaddafi. Essa região da Líbia, justamente onde fica Trípoli, seria o último bastião do ditador, seu enclave de resistência. Mas se os militares que ainda estão ao seu lado se juntarem às fileiras da revolução, estará tudo acabado. A fronteira cairia em 24, 48 horas. Essa expectativa toma conta de nós, a possibilidade de marchar com as tropas rebeldes até Trípoli é corroborada por relatos de líbios que deixam o país: “Kaddafi não vai resistir”.

Era mais um desejo do que realidade.



A cerca de 200 metros do posto de fronteira de Ras Ajdir está o prédio amarelo e verde no qual funciona a alfândega líbia. No telhado, o vento que sopra do Mediterrâneo faz tremular uma pequena bandeira verde, a oficial da Líbia de Kaddafi. É para ela que convergem os olhares dos jornalistas, médicos tunisianos e voluntários de organizações internacionais que comungam da mesma expectativa: a retirada daquele símbolo do regime instaurado em 1969. Quando o pano sumir do campo de visão, estará consumado o fim de um dos últimos bastiões do ditador líbio.

Se depender de quem está na Tunísia, do lado de cá da fronteira, a substituição pela bandeira anterior ao golpe, com listras em vermelho, preto e verde, e com a lua crescente e uma estrela no centro, não tardará. Em uma debandada de proporções bíblicas, centenas de refugiados continuam chegando: em 16 horas, 8 mil pessoas ingressaram em território tunisiano. Quem sai, conta que as três principais cidades a oeste de Trípoli – Zuara, Sabratha e Al-Zawiya – capitularam para o lado da oposição. Mas, no meio do caminho, há três barreiras de homens leais

a Kadafi, que saqueiam e extorquem a população em fuga. Por isso, nos últimos dias, foi necessário abrir uma trilha alternativa pelo deserto. Enquanto a bandeira verde não cai, a fronteira vive de rumores: certa manhã, uma agência de notícias teria enviado um alerta a seus assinantes informando que a passagem estaria livre. Em Ben Gardene, um repórter europeu foi acordado por seus editores de Madri:

– Pegue suas coisas e vá para a fronteira. Caiu.

O repórter pegou o carro e foi. Era alarme falso. A bandeira de Kadafi continuava lá, impassível. A 50 quilômetros de Ras Ajdir, Ben Gardene, um vilarejo permeado por bosques de oliveiras, foi convertido em acampamento da imprensa internacional. Por suas ruelas apinhadas de mercados árabes, circulam jornalistas do mundo inteiro – e muitos rumores. Um exemplo: durante a madrugada, uma correspondência teria chegado aos hotéis: “12h de domingo, entrevista coletiva em Ras Ajdir”.

Não se sabe quem a convocou e quem falaria na tal entrevista. Que nunca aconteceu.

– São muitas informações contraditórias. Mas eu só vou embora quando Kadafi cair – diz Catharine Norris, 30 anos, produtora da emissora de TV France 24.

Pouca informação, e alguma tensão. Às 12h30min, acompanho a movimentação no posto de Ras Ajdir. Um homem deixa o grupo onde está e marcha, aos gritos, até nós:

– Precisamos de ajuda. Não de TV.

Humilhados, os refugiados evitam a imprensa. O homem que grita revoltou-se porque um cinegrafista apontou a câmera quando ele estava almoçando – pão e água ganhos na fronteira. Outro grupo de tunisianos se formou. E começou uma discussão.

– Isso não é bom para os árabes – diz um deles.

– Prometeu, agora vai pagar – afirma outro.

A briga, desta vez, exhibe uma prática comum nesses dias: impedidas de entrar no território de Kadafi, algumas emissoras estariam pagando

tunisianos para passar seus correspondentes ilegalmente para o lado líbio, como os coiotes mexicanos na fronteira americana. Outra tática utilizada por aqui consiste na compra de fotos feitas por refugiados. Como os militares leais ao ditador confiscam máquinas fotográficas e câmeras de vídeo, quem sai, esconde o cartão de memória no sapato. Na fronteira, o chip é repassado aos jornalistas por até 3 mil dinares, cerca de R\$ 3,5 mil.

Antes um abandonado posto de fronteira espremido entre o Mar Mediterrâneo e o deserto, Ras Ajdir começa a ganhar ares de vilarejo. Até uma lojinha para vender telefones celulares e cartões telefônicos foi improvisada. No caminho, a gasolina é vendida em pequenas tendas na beira da estrada. O combustível é contrabandeado dos ricos campos de petróleo líbios. É bem mais barato do que o vendido nos postos legais – e de melhor qualidade.

Em uma caminhonete transportando garrafas de água, um cartaz em árabe: “Tunisianos + líbios = um só povo”. Nas janelas dos ônibus que levavam refugiados, há grandes bandeiras – desta vez, não as de Kadafi, mas da revolução. À espera da queda do ditador, também estão voluntários ansiosos por entrar em Trípoli e auxiliar a população. Psicólogo do Crescente Vermelho, organização equivalente à Cruz Vermelha nos países muçulmanos, Samir, 25 anos, chegou à fronteira há quatro dias. Desde então, dormiu apenas duas horas por noite. Evita falar sobre política e está preocupado com a falta de informações precisas sobre o que ocorre no Oeste líbio:

– Só poderemos entrar quando Kadafi cair.

Alguns apostam tanto na queda do ditador que preferem não se afastar muito de Ras Ajdir. Pedreiro em Trípoli, o egípcio Saad, 32 anos, espera com a família nas barracas improvisadas a hora de voltar. Na fuga, chegou a receber um ultimato dos homens de Kadafi:

– Você está com Kadafi ou não? – foi a pergunta.

Se a resposta fosse não, significaria morte.



Rumores dão conta de que a fronteira em Dehiba, mais ao Sul, está sem controle. Kadafi não comandaria mais aquela parte do país. Recebo esta informação, enquanto estou na recepção do hotel Iberostar, o único lugar onde funciona o sinal de internet. Em um dos sofás, montei minha trincheira: dois notebooks, cabos, máquina fotográfica e de vídeo, blocos de anotações e mapas. É como uma redação multimídia ambulante, portátil, que considero capaz de erguer poucas horas em qualquer lugar do mundo. Basta ter uma tomada e internet.

Diariamente, acomodo-me em um dos cantos para escrever, editar fotos e vídeos e enviar o material para Porto Alegre. Dali, levanto-me só uma ou duas vezes para pegar um copo de água ou refrigerante. Hotéis normalmente não estão preparados para receber correspondentes de guerra. Muito menos em Djerba, uma ilha paradisíaca, de resorts gigantescos, com várias piscinas térmicas, saunas e turistas ansiosos por desfrutarem daquele paraíso exótico a apenas duas horas de voo da Europa.

Certa noite, enquanto eu tentava me concentrar para escrever, um anão e um homem com uma jiboia se exibiam em um palco, sob risos e aplausos de crianças. De repente, reconheço a melodia de axé. E foi assim, entre um anão, uma jiboia, alguns flashes de máquinas fotográficas de turistas maravilhados com a batucada de “Bate forte o tambor”, da banda amazonense Carrapicho, que fico sabendo, pela internet, que a fronteira de Dehiba caíra sob domínio rebelde.



O conflito no mundo árabe expôs dramaticamente os limites da mídia. Se entrarmos no país de Kadafi, seremos considerados espionês. Ao ficar de fora, omissos. A bíblia dos correspondentes de guerra – *A Primeira Vítima*, de Philip Knightley – diz que nos conflitos a primeira a morrer é a verdade. Nunca fui confrontado, no dia a dia, com tamanha realidade. Desde que acordo até a hora de ir dormir, se é

que se consegue dormir nessas circunstâncias, pergunto-me em quem confiar, quais são os interesses das pessoas que me concederam um minuto de sua atenção, as entrevistas. Desconfio de tudo e de todos. Qualquer frase, pra mim, cheira à manipulação, interesses escusos de um lado ou de outro.

Em fevereiro, os jornalistas Corban Cista, da Rádio Nacional, e Gilvan Alves, da TV Brasil, parceiro de coberturas em Honduras e no Chile, foram presos, tiveram os olhos vendados e os equipamentos e documentos apreendidos no Egito. No episódio que ficou conhecido como o 11 de Setembro da imprensa, o colega de Zero Hora Luiz Antonio Araújo teve passaporte e o dinheiro roubados por seguidores do regime de Hosni Mubarak, no Cairo. Dias depois, Lara Logan, veterana de coberturas no Iraque e no Afeganistão e cobrindo o Egito pela rede americana CBS, foi estuprada durante a celebração após a queda do ditador. Segundo o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, pelo menos um profissional da imprensa morreu, 52 foram agredidos e 76 detidos durante os protestos que puseram fim à era Mubarak. A Líbia de Kadafi também testava nossos limites. Enquanto estava no norte da África, três jornalistas da BBC, Chris Cobb-Smith, Gorkay Koraltan e Feras Killani, foram encapuzados, algemados e agredidos por integrantes do exército líbio e da polícia secreta. Quatro profissionais do The New York Times também conheceram os porões de Kadafi. Nem a experiente correspondente da CNN Christiane Amanpour escapou de ser detida.

Como brasileiros, fomos apresentados a uma realidade já comum em países do norte da África e do Oriente Médio: a violência contra a imprensa e sucessivas violações aos direitos de expressão. O jornalista gaúcho Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, permaneceu detido durante uma semana, juntamente com seu parceiro de viagem Abdul-Ahat, do britânico The Guardian, depois que a dupla foi capturada em Misrata. Um bombardeio matou Tim Hetherington, de 41 anos, jornalista da revista americana Vanity Fair e coautor do documentário indicado ao Oscar *Restrepo*.



Chegamos a Dehiba depois de três horas de carro pelo deserto. Sinto uma fisgada do lado esquerdo do abdômen, a mesma dor que me importunara alguns dias atrás. No caminho, apenas vilarejos árabes, com modo de vida bastante primitivos. Ao contrário de Ras Ajdir, Dehiba é um posto de fronteira praticamente esquecido pela imprensa internacional. Aqui não se vê a invasão de refugiados, Dehiba não é notícia. Grupos de dois ou três líbios fogem de casa, com uma calma que contrasta com o desespero de quem sai pela fronteira Norte.

A área é considerada zona militar. A presença do exército tunisiano é maior, há barreiras a cada 30 quilômetros. Também aqui, no posto de fronteira líbio, ainda tremula a bandeira verde do regime Kadafi. Questiono um guarda tunisiano:

– Com quem estão os militares nessa parte da Líbia, com Kadafi ou com o povo?

– Oficialmente, estão com Kadafi, mas você dá US\$ 70 a eles, e deixam passar.

Nas entrelinhas, o guarda deixou claro que os oficiais líbios teriam passado para o lado rebelde. Vim até aqui para observar a situação. Tenho como premissa que, se não houver segurança razoável, não irei entrar. A fronteira, aparentemente, balança para um lado e outro. E uma traição pode significar execução sumária. Está na cara também que os US\$ 70 não correspondem a nenhuma taxa de alfândega. É propina.

Outros jornalistas chegam a Dehiba. Observam, conversam com os guardas tunisianos. Rhida, meu motorista, e eu ficamos à distância. Já temos algumas informações privilegiadas sobre quem chega agora. Mas surge uma dica importante. Por volta do meio-dia, diariamente, um homem ligado aos rebeldes vem até a fronteira para buscar os repórteres que quiserem entrar no país.

– Vocês logo reconhecerão quando ele chegar – diz um informante.

Percebo que se trata de uma espécie de tour montado pelos rebeldes para a imprensa internacional. Se não está ganhando a guerra no campo de batalha, a oposição já conquistou boa parte dos corações e mentes do Ocidente, para quem Kadafi é de novo o vilão. Na guerra da propaganda, organizar viagens de jornalistas ao front é parte da estratégia. Tudo isso é pura reflexão posterior. Sei que, ao embarcar no tour, a visão que terei da Líbia será parcial, o preço a pagar para ingressar no país.

Rhida está preocupado. Eu só consegui convencê-lo a me trazer até a fronteira de Dehiba, uma região do país que ele próprio não conhecia, e contra a sua vontade, porque garantira que iríamos apenas observar a situação. Como tunisiano, sem passaporte, ele não pode me acompanhar ao país vizinho. A partir daqui, seguirei sozinho.

Meu maior medo, obviamente, é encontrar tropas de Kadafi no caminho – o que significaria prisão, na melhor das hipóteses. Tortura e desaparecimento, na pior. Decido adotar uma posição o mais discreta possível: deixo câmera de vídeo, laptop e microfone com Rhida. Levo alguns dólares comigo, para o caso de emergência, a máquina fotográfica dentro da mochila e o passaporte no bolso. Tenho certeza de que meu celular brasileiro não irá funcionar na Líbia. Rhida me empresta um de seus dois aparelhos com linha tunisiana. Quem sabe, com sorte, consiga contato com o Brasil. Tomo também uma atitude necessária, porém, difícil: em um bilhete, escrevo para Rhida: o nome da minha mãe, o telefone de casa, do meu editor Luciano Peres e o número da redação de Zero Hora, em Porto Alegre.

– Se eu não retornar dentro de 10 horas, ligue para esses números – oriento.

Em silêncio, Rhida entende o recado. Estarei nas mãos dos rebeldes, os quais não conheço e não estabeleci nenhuma relação de confiança. Mas algo me diz, talvez aquele sexto sentido da experiência, de que há condições, sim, de continuar. Entraremos em um grupo de 12 jornalistas de respeitadas organizações da imprensa internacional, entre elas Associated Press, agência Ansa e o jornal italiano Corriere

della Sera. Se formos capturados, pelo menos muito barulho será feito aqui fora até que nos soltem. É meu alento.



Um homem de grossos óculos escuros e um lenço árabe na cabeça causa burburinho entre os jornalistas que aguardam na fronteira. Não sei seu nome, mas algo me diz que é a fonte que precisamos para nos passar para o outro lado. Confirmando a informação com um dos guardas tunisianos. Rhida conversa em árabe com ele. Combina que quero ir até Nalut, a principal cidade, a 55 quilômetros de Dehiba, e retornar antes de o sol se pôr. No grupo de repórteres e fotógrafos, alguns querem permanecer na cidade, outros também irão voltar. Cada um de nós se encarrega de fazer os trâmites burocráticos no posto tunisiano. Com o carimbo de saída da Tunísia, ingressamos em território neutro, 200 metros de deserto entre o lado tunisiano e o líbio. Terra de ninguém. Não sabemos o que há do outro lado. Militares de Kadafi? O que dirão ao passarmos? Estarão mesmo do lado da oposição? São perguntas que me faço, enquanto aguardo, sentado, que todos terminem de carimbar seus passaportes.

O máximo que consigo ver de onde estou é a carranca do ditador em um grande painel. Também está lá a bandeira verde do regime. Algumas caminhonetes, uma van e carros particulares se aproximam em alta velocidade, vindos da Líbia. Param próximos a nós. Embarcamos. Imediatamente, telefono para a Rádio Gaúcha para um boletim. Ligo também a câmera fotográfica na função vídeo. O comboio passa pelo posto de alfândega líbia, um pequeno prédio de alvenaria no meio do deserto. Não há militar algum. Ninguém sequer para carimbar o passaporte. Nem cobrar o tal valor da propina. O regime de Kadafi aqui parece não existir mais.

A bandeira e o gigantesco painel pairam agora como fantasmas do que foi a Líbia durante quase 42 anos.

– São 13h25min, neste momento, estamos cruzando a fronteira com a Líbia. A Rádio Gaúcha fala ao vivo de dentro do território de Muamar Kadafi. Não há sinal das tropas do regime. Ou seja, Kadafi não manda mais aqui – relatei aos brasileiros, no programa Gaúcha Atualidade, às 9h25min pelo horário de Brasília.

Falo pelo celular e, ao mesmo tempo, registro imagens em vídeo, na intenção de eternizar o momento que, pra mim, já é histórico. Ao desligar o telefone, já nos primeiros quilômetros do deserto líbio, ficaria sem comunicação com o mundo.

– Você vai ver homens armados, mas todos estão do nosso lado – diz Imad, 29 anos, vestindo jaqueta de couro e o lenço árabe ao pescoço.

Com as janelas cobertas com panos amarelos que escondem a movimentação no interior, o veículo avança a 140 km/h. Penso que pode haver algum risco de emboscada. Mas o motorista da van sorri, enquanto conversa com outros rebeldes. Ninguém, aparentemente, está armado. Imad, o rapaz com roupas ocidentais que foge ao estereótipo de qualquer guerrilheiro, diz que nunca viu milícias de Kadafi na região. A rebelião em Nalut começou, segundo ele, na sexta-feira, 18 de fevereiro. Os jovens ficaram sabendo da revolta no resto do país pela rede de TV árabe Al-Jazeera. Saíram às ruas para protestar contra o regime. No dia seguinte, sábado, foram até postos da polícia e do exército, que passaram a apoiá-los. A ocupação da cidade teria ocorrido sem confrontos, diz ele. Mas nos canteiros de várias avenidas encontro cartuchos de fuzis AK-47.

No meio do caminho até Nalut, repousam pneus e carcaças de veículos queimados. A tranquilidade só vem quando avistamos no alto de uma antena a bandeira utilizada pelos opositores. Ao longo de 55 quilômetros, é possível testemunhar pouco a pouco o regime sendo corroído por dentro. Há apenas uma barreira guarnecida por um rebelde armado com um fuzil Kalashnikov. Próximo dali, um outro homem exhibe uma espada. Levanta o instrumento quando passamos, a nos saudar, e uma cena de *Lawrence das Arábias* me vem à mente.

Não há sinal das tropas de Kadafi. Os últimos vestígios da ditadura foram destruídos pelos opositores. Nas ruínas de uma casa incendiada, um líder rebelde guia o grupo de jornalistas por salas que outrora serviram ao regime. No banheiro, um cofre está atirado ao chão, ao lado de dois quadros de madeira com a cara de Kadafi espantados. Um jornalista italiano pega as fotografias e as leva para a van que transporta a imprensa. Mas o guia se revolta:

– Para que você quer isso?

– Suvenir – diz o repórter.

Fico incomodado com a atitude do colega. Para mim, parece pilhagem. Dois ou três jornalistas carregam debaixo do braço quadros quebrados com o rosto de Kadafi. O rebelde líbio, sem entender, começa a pisotear a imagem recolhida por um dos repórteres. No mundo árabe, mostrar a sola do sapato é um dos piores xingamentos possíveis.

– O jogo acabou para Kadafi – grita.

Somos levados a ver um painel do tirano pichado com tinta preta. Há poucos moradores pelas ruas. Nenhuma loja, banco ou escola está aberta. Próximo do centro, há pelo menos 200 pessoas, de carro e a pé, em fila, em busca de combustível. Buzinaços, gritos. Os moradores protestam porque o carregamento, que chegou à cidade pela primeira vez em 24 horas, acabou em duas. Em uma edificação que servia ao governo local, apoiador do regime, somos apresentados a três anciãos. Na parede onde havia uma TV de LCD está afixada a foto de Omar Namy, opositor preso nos porões de Kadafi e dado como desaparecido. Do outro lado da sala, a bandeira, que virou símbolo da libertação, é colada às pressas por auxiliares, com fita isolante.

– Pela primeira vez, Nalut está livre – afirma um dos anciãos. – E vamos marchar até Trípoli.

Trata-se de uma entrevista coletiva improvisada, na qual o líder garante que foi formado um conselho de administração na cidade. Mesmo que o sinal de celular não funcione aqui – tampouco internet –, ele garante que mantém contato com o comando rebelde em

Bengazi, que ocupa o leste do país e aproxima-se de Trípoli. A partir de Nalut, é possível circular, segundo os rebeldes, até 80 quilômetros antes da capital. Kadafi estaria cercado. Nalut é apenas o microcosmo da falência múltipla dos órgãos da ditadura.



A dor que sentia no carro, durante a viagem, aumenta. Estou ainda dentro da residência tomada pelos rebeldes. Mal sabia eu que, aquele princípio de dor abdominal me levaria de volta ao Brasil em poucos dias com sintomas de um cálculo renal e, posteriormente, o diagnóstico confirmado de hérnia inguinal. Mas, naquele momento, sentia apenas dor. Precisava ir ao banheiro. Não era desculpa para sair da entrevista, mas aproveitei que todos estavam concentrados nas palavras dos anciãos para circular sem a vigilância dos rebeldes pela casa. Espiei um quarto de casal. Em tons vermelhos que lembravam uma suíte de motel, a cama estava desarrumada, sugerindo uma fuga rápida. No banheiro, não há luz, água ou papel higiênico. Em todas as salas, gavetas reviradas, papéis sobre mesas e cartazes colados às paredes. O prédio havia sido invadido pelos rebeldes. E quem morava aqui fugiu, foi preso ou, morto.

– Nosso povo não vai se render. Nós vamos vencer ou morrer.

No relógio, 17h. O grupo de jornalistas se separou. Uns planejam dormir na cidade, outros querem usar Nalut como ponto de partida para avançar até outros vilarejos e, quem sabe, chegar até Trípoli. E outros ainda, entre os quais me incluo, querem retornar à fronteira. Estou há mais de quatro horas sem comunicação com o Brasil. Em poucos minutos, começará a anoitecer. Um dos rebeldes deixa claro que não há hotéis. Quem quiser ficar, terá que dormir nas casas dos líderes opositores. Começo a me sentir pressionado a ficar, o que contraria meu acordo com eles. E o ponto máximo de tensão chega quando um deles diz:

– Não temos gasolina para levá-los de volta até a fronteira.

De fato, a visão das filas no posto de combustível de Nalut cancelava a afirmação. A gasolina vem de Trípoli, e Kadafi cortou o fornecimento das cidades rebeldes. Uma caminhonete para a nossa frente. Na tentativa de forçá-los a nos levar de volta, eu e o fotógrafo Ciro Fusco, da agência Ansa, pulamos na carroceria do veículo.

– Vocês não podem ir aí – grita um dos rebeldes.

Mas não fazemos menção de sair.

– Queremos que saiam com conforto. Logo, chegará uma van para levá-los.

– Vamos nesse – insistimos.

E foi assim que acabei na traseira da caminhonete, em meio ao vento do deserto líbio que levou meus óculos.



A dor, que crescera com o passar dos dias, se tornou lancinante. Em vários momentos, chorei sozinho no quarto do hotel. No avião da Tunisian Air que decolou de Djerba rumo a Túnis, tento pensar se chorei mais pela dor ou pela decisão que havia tomado. Sem dúvidas, a mais difícil da minha vida. Ainda em Djerba, procurei um médico, que diagnosticou:

– Pedra nos rins. Em 24 horas, expele e passa.

Naquela noite, telefonei entusiasmado para o diretor de Produto do Grupo RBS, Marcelo Rech. Em breve estaria recuperado. Ficaria algumas horas fora de combate, mas em pouco tempo retornaria ao front. Depois de entrar na Líbia pelo lado Oeste, minha ideia era viajar ao Egito, para, de lá, ingressar em Bengazi, a capital dos rebeldes. Seriam 700 quilômetros pelo deserto, sem comunicações ou recursos médicos.

No dia seguinte, a dor não passou. Julguei que seria irresponsável ao continuar. E, naquele momento, eu precisava tomar uma atitude

profissional, afastar-me dos desejos e vontades. Entristecido, mas seguro, embarquei de volta ao Brasil. Quando, pela janela do avião avistei lá embaixo a terra da Tunísia misturar-se às escuras águas do Mar Mediterrâneo, lembrei da noite em que retornei ao hotel, depois da incursão à Líbia.

Com mais de 400 fotos na máquina, vídeos e muitas histórias para relatar, sentei na cama. Abri meus e-mails pela primeira vez depois de 12 horas. Havia um recado do jornalista Andrei Netto, de O Estado de S. Paulo, por meio do colega de Zero Hora Humberto Trezzi:

“Sei que pode ser tarde, mas manda o Rodrigo avaliar muito bem, muito bem mesmo, a sua ida a Dehiba. Segundo as informações que eu tenho, jornalistas do Corriere della Sera foram roubados e espancados por ‘passadores’ tunisianos. Outros decidiram não entrar pela fronteira por causa da insegurança. Me parece que uma equipe francesa passou e estaria em Nalut, mas o exército está reforçando posições e pode atacar a cidade a qualquer momento. Não é o melhor momento para tentar passar por ali, velho.”

A mensagem, sim, chegara tarde. Eu já havia ido e, felizmente, voltado com segurança de Nalut. Naquela noite, cansado, mas realizado pela missão cumprida ainda entrei ao vivo na programação da emissora de TV Globo News, relatando a viagem ao país de Kadafi – ou melhor, dos rebeldes. Em seguida, percorri meus rituais de decompressão, na intenção de reorganizar pensamentos e me readaptar ao que o homem um dia chamou de civilização. Vã ilusão, tentativa fracassada de enganar minha mente. No fundo, sei que, quando desembarcar no Brasil, reencontrar minha família, voltar à rotina de amigos e colegas, levarei a guerra comigo, no meu corpo.

O quarto do hotel arrumado, a cama estendida, as toalhas quentes lembram-me que minhas mãos ainda estão sujas. Areia nos olhos, orelhas e nariz. Antes de começar a escrever o texto de Zero Hora, ponho vinho tinto até a metade da taça e entro em um longo banho quente. O vapor de água embaça o vidro do box do banheiro. Com o indicador da mão direita ainda trêmula pelas fortes emoções de ter

escapado da guerra e voltado ao mundo da vida, escrevo em grandes letras, aproveitando o vapor d'água:

– Obrigado, meu Deus!

Doze horas depois, Nalut foi retomada pelas tropas de Kadafi. O posto de fronteira fechado. Ninguém mais entrou ou saiu¹⁷.

¹⁷ Em 17 de março de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou a criação de uma zona de exclusão aérea para proteger a população civil de ataques das tropas do ditador Muamar Kadafi. Uma coalizão formada por EUA, França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália começou a bombardear a Líbia em 19 de março de 2011, quando o presidente americano, Barack Obama, fazia sua primeira viagem ao Brasil. Até a conclusão deste livro, mais de 10 mil pessoas haviam morrido no conflito na Líbia, e o governo de Kadafi resistia. Rodrigo Lopes retornou ao Brasil em 7 de março de 2011. Foi substituído por Humberto Trezzi, que, ferido em um acidente de carro durante bombardeio a Ras Lanuf, na Líbia, também voltou ao Brasil.

Agradecimentos

Jornalismo não se faz sozinho, principalmente em coberturas complexas como as que você leu aqui. É preciso uma empresa apostar em reportagem, alguém ajudar na logística, outros tratarem com carinho o material enviado. É também necessário sorte, luz, uma boa dose de carinho de amigos e familiares e principalmente fé. Por isso, agradeço:

A Deus, pelos dons do Espírito;

A meus pais, Rejane e Darcy, pela oportunidade de estar nesse mundo;

A todos os meus familiares, em especial vó Ana e vô Osvaldo (*in memorian*), meus padrinhos Arizoli, Tânia e Luciano, meus tios João, Jorge (Isa), Paulinho e Dirceu, minhas primas Simone, Luciana, Larícia, Vanessa, Maressa e Isabela, e meus afilhados Lucas, Bruno, Laura e Miguel, com seus olhinhos que parecem janelas abertas para o mundo;

A Roberta, pelo acalento;

A todos os meus amigos, em especial aos irmãos de vida Luciano, Telmo e Leandro, por serem os mesmos em caráter e carinho desde que os conheci na infância;

A todos os colegas do Grupo RBS, em especial Marcelo Rech, por reconhecer em um auxiliar de redação um jornalista internacional, a Ricardo Stefanelli, por me ensinar que o bom repórter ilumina a cena, a Luciano Peres, meu editor, pela precisão, amizade e inquietações que me fizeram crescer como profissional, a Luiz Antonio Araujo, pelo e-mail certo na hora certa, a Marta Gleich, Cyro Silveira Martins Filho, Altair Nobre, Rosane Tremea, Moisés Mendes, Luiz Zini Pires e Rosane de Oliveira, pelo apoio e confiança de sempre;

A todos os demais colegas da redação de Zero Hora, à editoria de Mundo, a Sandro Silveira, do departamento Administrativo, que me coloca e me tira de qualquer lugar do mundo em poucas horas, e às telefonistas, amigas e também excelentes repórteres;

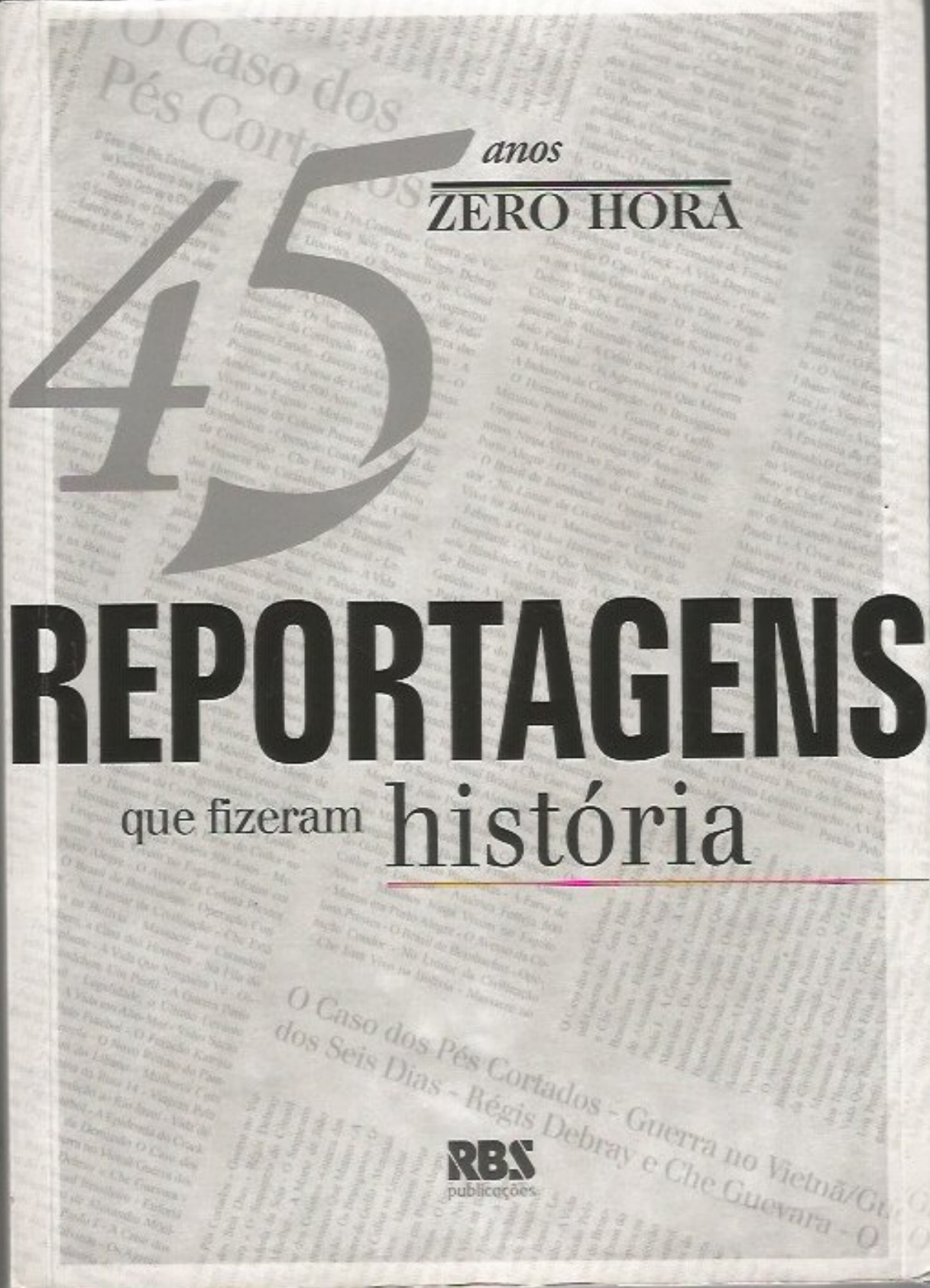
Aos colegas da Rádio Gaúcha, por terem aberto as portas e os microfones para a minha voz;

Aos colegas da RBS TV e TVCOM, em especial a Raul Ferreira, motoristas, cinegrafistas, repórteres, produtores e editores por terem me ensinado a fazer televisão;

Aos diretores do Grupo RBS, em especial Nelson Sirotsky e Jayme Sirotsky, por apostarem no jornalismo independente e acreditarem que boas histórias podem estar do outro lado do mundo ou do outro lado da rua. Obrigado por terem viabilizado o sonho de um guri de testemunhar a História ao vivo;

A Maikio Guimarães, a Marco Cena e à Editora BesouroBox por acreditarem no meu projeto.

E, claro, obrigado aos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas por permitirem que eu os conduzisse, por meio de meus olhos, ouvidos e sentidos, aos quatro cantos desse mundo.



anos

ZERO HORA

REPORTAGENS

que fizeram história

RBS
publicações

O Caso dos Pés Cortados - Guerra no Vietnã/Che Guevara - O dos Seis Dias - Régis Debray e Che Guevara - O

na - busca o empate. As jogadoras, Cassia, técnico e técnico, marca penalti do gol. Mas, tu é cego? Não viu que o gol? - esbraveja Valmir, rindo.

Pedraño bate para fora. O goleiro do banco de reservas, Carlos, entra com uma bola para a zaga do time do Brasil. Faz o estilo "mais que talento", mas, no São Paulo, 99% de transpiração ajuda a bola duas vezes - no primeiro e no segundo. Na terceira "jogada" perde para o goleiro.

Carlos passa a ser orientado por Pedraño, 36 anos, parecido de

defesa. A mãe sofreu toxoplasmose na gravidez e ele perdeu a visão aos 16 anos. Carlos, de falta, faz 2 a 0.

Nova saída, o repórter acha que é driblado por Pedraño, que bate a gol e comemora:

- Ai, Caco. Pegou no canhoto, hein?

Como Pedraño sabe que a bola foi no canhoto?

- Ele sentiu o chute rasteiro e cruzado. Sabe que defendi no canto - diz Caco.

Cansado de rodar sem encontrar a bola, o repórter tira a venda. Certo de que está na zaga. Mas está no meio da quadra.

- Se te serve de consolo, há três anos o Dunga bateu bola conosco - diz Carlos. - E não jogou nada.

2005

AUTOP: Jorge Lopes
PUBLICAÇÃO: eletrônica

O FURRACÃO KATRINA

Quibus lotados, carros de polícia, caminhões do exército e veículos de bombeiros se enfileiram em uma rodovia do sul dos Estados Unidos no final da tarde de 3 de setembro de 2005. Seguem todos na mesma direção. Eles deixam para trás a Louisiana e avançam rumo ao vizinho Estado do Texas. Carregados de flagelados, são parte do esforço de resgate e evacuação de New Orleans, a cidade devastada onde ninguém quer estar naquele momento. Nessa hora, surge na estrada um automóvel solitário rodando no sentido oposto. Ele segue direito para o olho do furacão. Dentro dele, vai um repórter de Zero Hora.

- Imprensa? Pode passar, mas não garantimos a sua segurança lá dentro. Há saques e roubos. New Orleans não tem luz - avisa uma policial, em uma barreira a 65 quilômetros da cidade.

A presença em todos os continentes - testemunhando os dramas vividos por populações de idiomas e culturas disparas - tem sido uma marca de ZH desde os seus primórdios. O jornal especializou-se em lançar um olhar gaúcho sobre os grandes fatos do mundo e em traduzi-los para a população rio-gran-

deuse – não importa se o acontecimento em questão é o furacão Catarina, a passagem de horas da Redação, ou o furacão Katrina, em outro hemisfério.

No caso de setembro de 2005, tratava-se do Katrina. O furacão se abateu sobre a costa sul dos Estados Unidos em 29 de agosto. Nos dias subsequentes a tragédia revelou uma dimensão tenebrosa. Os mortos chegavam a 100, e o prejuízo alcançava a cifra inelutável na história norte-americana de US\$ 80 bilhões. A cidade que fora o vibrante berço do jazz, New Orleans, estava arrasada com 80% de sua área submersa. A maior potência mundial via-se de frente com sua capacidade para socorrer seus necessitados. O olhar gaúcho precisava trabalhar.

Para cumprir essa tarefa, ZH embarcou em 1º de setembro o repórter Rodrigo Lopes para a região assolada. Foram 70 horas até a chegada a New Orleans, o epicentro do desastre. Depois da viagem aérea até Houston, no Texas, o repórter seguiu para a cidade da Louisiana ao volante de um carro. No caminho, os relatos eram feitos ao vivo para a Rádio Gaúcha, por celular, e enviados por e-mail para Zero Hora. Na Redação, uma equipe de repórteres e editores estava mobilizada para servir de retaguarda, ampliando, contextualizando e aperfeiçoando os relatos a quente produzidos por Lopes.

O risco envolveu muitas das grandes apostas de cobertura de ZH no caso do Katrina, avançar até New Orleans consistia na parte mais delicada do missão. Lopes era o motorista solitário seguindo para a cidade quando todos faziam o possível para deixá-la. No percurso, precisou dormir no automóvel por falta de onde se hospedar e frustrou-se com estabelecimentos comerciais de prateleiras vazias. A partir de um determinado momento, assumiu a responsabilidade por sua própria segurança – New Orleans virara uma espécie de terra sem lei, com ondas de saque e violência.

Passou três dias na cidade desesperada. Ditava as reportagens por telefone, por falta de internet na região. Contou aos gaúchos o sofrimento das multidões de desabrigados, descreveu as ruínas de comunidades variadas do mapa, registrou as palavras esperançasas de quem prometia reconstruir cidades e vidas.

A bem da verdade, uma correção deve ser feita. Lopes não estava sozinho no Chevrolet Cavalier que, durante uma semana, percorreu 2.850 quilômetros por cinco Estados norte-americanos vertigastados pelo furacão. Levava milhões de gaúchos na carona.

ORLEANS: UMA VISITA AO INFERNO DE NEW ORLEANS EM 2005 ORLEANS: UMA VISITA AO INFERNO DE NEW ORLEANS

Canal Street, centro de New Orleans. Usando chapéu preto para se proteger do sol do meio-dia, Edward Cottingin caminha lentamente pelo canteiro central da avenida. Traz junto ao peito duas garrafas de água que ganhou de uma amiga. No bolso da camisa, um pequeno pacote de bolachas. É o que tem para passar os próximos dias em um apartamento a duas quadras dali.

– O senhor sabe onde posso encontrar mais comida? – pergunta.

Edward não tem carro. Mas não foi esse o motivo que o fez ficar.

– Tenho seis canários em casa. Não podia deixá-los.

Se Edward andar cinco passos para a direita, terá de mergulhar o torso nozele na água barrenta que cobre a rua. O mesmo acontece se for para a esquerda. O canteiro central da Canal Street, onde outrora passava o trem metropolitano, foi poucado das águas, na área mais próxima do Rio Mississippi, porque fica em um terreno mais alto.

Poucos moradores ficaram. Quem tem algum negócio e voltou para ver o

que sobrou anda armado. Essa semana de cidade sem lei, aliada ao barulho dos rasantes de helicópteros, faz de New Orleans um território sitiado. A julgar pela movimentação de veículos militares, é como se uma guerra estivesse acontecendo. Não há outra cidade – nenhuma sinaleira funciona.

De repente, uma van com seis policiais com luzes apontados para o alto irrompe em uma das esquinas da Royal Street, no coração do bairro Francês. É apenas uma patrulha, mas a demonstração de força assusta quem vaga sem destino atrás de comida. Mesmo na tragédia, o Bairro Francês mantém o charme – não apenas pelo visual colorido de suas casas ou pelo candelabro ainda aceso em um restaurante abandonado às pressas. O Johnny White Sports Bar, um pequeno pub da Bourbon Street, por exemplo, decidiu manter as portas abertas. A proprietária, Marcie, 33 anos, explica que o local nunca fechou em 10 anos. Não seria desta vez.

– Sempre fomos um ponto de referência para os solitários que buscavam aqui um alento.

Fachadas de prédios desabadas sobre carros, acessos interrompidos e nenhum morador. À medida que se avança em direção ao estádio Superdome, vai ficando difícil circular sem barco. É longe dos arranha-céus que o drama se aprofunda. Desviando de árvores caídas e fios de alta-tensão pelo chão, anda-se até 10 quadras sem encontrar ninguém. Na Dublin Street, uma senhora descansa no balanço em frente a sua casa. Marie Holzenthal, 74 anos, e o marido, Robert, 73 anos, foram os únicos moradores de seu apartamento que não deixaram a residência.

Marie olha distante. Tremula, ela tenta segurar um crucifixo de ferro, com um terço do rosário enrolado na mão.

— É isso que nos mantem vivos — mostra, chorando.

Diferentemente de Edward, Marie e

Robert não têm passaros para cuidar, nem motivos para ficar. Só não têm quem os tire dali.

Nas lojas, proprietários que saíram às pressas deixaram sofás abandonados em frente às portas, na tentativa de evitar os saques. Em vão. Além da insegurança, falta luz. Na manhã de ontem, John Braun, 37 anos, saiu de bicicleta para tentar conseguir com bustivel para o gerador de energia elétrica. Acabou ganhando de graça dois galões de um jornalista mexicano.

— Só mesmo um milagre para ter conseguido tão rápido — disse etc.

Facero com o presente, Braun fazia questão de levar o visitante para o que acredita ter sido um segundo milagre: nos fundos da catedral de St. Louis, a estátua de Cristo de braços abertos permanecia intacta entre três árvores caídas.

2005

AUTORA: Dora Kato
 FUGIÇÃO: canhoto eirovante

BAÚ DO BRIZOLA

Passava do meio-dia de 1º de setembro de 1999 quando Faustino bateu com a palma da mão na escriturinha e propôs uma reunião. O almoço preparado por dona Selma, a governanta. Antes de a reunião sobre seus 15 anos de exílio recontecer, o ex-governador brasileiro e a repórter de Zero Hora Dione Kuhn pelos principais ambientes do apartamento de Copacabana, que ocupava todo o sétimo andar de um prédio da Avenida Atlântica. Mostrou a pequena adega, alguns quadros, a escada bela vista para o mar. De repente, escancarou uma cortina.

— Aqui está uma parte do meu pequeno baú — disse ele, com um olhar maroto de quem sabia que estava atizando a curiosidade da jornalista.

Era um móvel abarrotado de documentos. Bastou a repórter questionar sobre quando poderia fazer uma reportagem sobre o “pequeno baú” para o governador fechar as cortinas e mudar de assunto.

— Quando chegar o momento. Ainda está muito longe. Para falar a verdade, nem eu sei direito o que tenho guardado.

Comçava naquele instante a tarefa de Zero Hora de tornar público a

NO VIETNÃ, A GUERRA
 ILUMS - RÉGIM DE BRAN
 EVÁRIA - O SEQUESS
 CONSTIT. BRASILEIRO
 DA SÓCIA - O SEQUESS
 EX-ANIMÉ MOELLER
 DE JORNALISMO - A
 COLÔMBOS - A LITERA
 SANS - OS NEGOTIANT

CORRUPÇÃO - OS BRASILEIRAS
 O TIPO EM ERRAO - GUERRA D
 GOLFO - MENINAS PROSTITUAS
 A FÁBRIA DE FOLIOO NO ERRAO
 AMÉRICA PESTEIA 500 ANO
 MENINOS NINA VIETM NO ERRAO
 TO - MOTIM EM PORTO ALLEG
 O ATESOR DA COLÔMBIA PRESTI
 O BRASIL DE BOMBASILEAS - OI

2006

AUTOR: Rodrigo Lopes
 PUBLICAÇÃO: julho e agosto

NO FRONT DO LÍBANO

Repórteres são ávidos por carimbos no passaporte. Valorizam-nos como troféus de suas coberturas ao redor do mundo. Mas, ao desembarcar em Tel-Aviv, em julho de 2006, o enviado da RBS Rodrigo Lopes contrariou essa lógica: pediu ao funcionário da imigração israelense que deixasse o seu documento intacto. Era uma precaução que poderia salvar a espinhosa missão de que estava incumbido.

Uma semana antes, em 12 de julho, quando uma nova guerra entre árabes e israelenses se desenhou, sabia-se que o conflito era um capítulo novo, ainda que sangrento, de uma história de mais de um século de violência e hostilidade. Não havia como ser taxativo quanto a quem estava certo ou errado. Só existia uma saída: respeitar a complexidade da situação e fazer um investimento pensado para retratá-la pelos dois lados. Empenhada em cumprir essa missão, a RBS embarcava Lopes para a região conflituada.

Ao se propor a tarefa de ver a guerra por olhares antagônicos, a imprensa estava conscientemente impondo a si própria dificuldades tremendas. Na hora de conflito, quem não se mostra a favor é tachado de adversário. Por isso, o jornalista optou por não carimbar o seu passaporte no aeroporto de Tel-Aviv, sabia que o registro de sua passagem pela cidade tornava-o suspeito aos olhos de países inimigos de Israel – países por onde precisaria passar para completar sua incumbência.

Apesar de precauções como essa, Lopes esteve com a cobertura sempre em risco e precisou enfrentar o desespero, driblar barreiras diplomáticas e aprender que a geografia obedece a regras muito particulares no Oriente Médio. As agruras do repórter ganharam contornos nítidos na tarde de 22 de julho. Ele estava no extremo norte de Israel e havia acabado de testemunhar o de relatar ao vivo para a Rádio Ganicha um combate entre tanques israelenses e posições da guerrilha libanesa do Hezbollah. A batalha era pelo controle da cidade de Maroun al-Ras, do outro lado da fronteira. O triunfo de Israel foi um episódio importante da guerra: abriu caminho para uma ofensiva no território do Líbano.

Ao cobrir o confronto, Lopes podia dar por concluída a primeira parte da missão: mostrar a guerra aos leitores de ZH e aos ouvintes da Rádio Ganicha pelo lado israelense. Era o momento de cruzar a fronteira. Em um mundo regional e pacífico, bastaria dar alguns passos. Mas havia um abismo entre a realidade dos mapas e a realidade. Área militar, a divisa entre os dois países era bloqueada. Não havia como entrar no Líbano pelo território israelense.

A alternativa era dar meia-volta e retornar a Tel-Aviv, a cerca de cem quilômetros, conseguir um visto para a Jordânia e, de lá, chegar ao Líbano, passando pela Síria. O primeiro visto saiu rápido, e o voo até Amã durou 20 minutos. Na embarcada da Síria em solo jordaniano, porém, o plano esfaleceu-se. A fronteira apertou o passaporte de Lopes, saiu por uma porta e voltou cinco minutos depois, cara amarrada.

– Você não vai entrar na Síria. Você estive em Israel.

A Síria era um dos países inimigos de Israel que haviam motivado Lopes a

pedir que seu passaporte não fosse carimbado em Tel-Aviv. Ele sabia que seria barrado se o carimbo estivesse no documento. Seguro por causa da previsão, questionou a funcionária:

– Existe alguma prova de que estive em Israel?

Existia, sim. A mulher mostrou o passaporte. No meio de tantos cuidados, um detalhe escapara: o visto para entrar na Jordânia trazia o selo “feito em Tel-Aviv”. A reportagem estava ameaçada, e tempo precioso era perdido.

Lopes correu para a embaixada brasileira em Amã e insistiu para conseguir um novo passaporte. No início da tarde, com o passaporte zerado, retornou à embaixada síria. Esperava que houvesse uma troca de turno e que outro funcionário o atendesse. Mas a mesma mulher de antes apareceu do outro lado do guichê. Ele entregou os documentos tentando ocultar o rosto detrás dos cabelos afixados no vidro. A funcionária olhou-o, encarou o passaporte, folheou-o, olhou o repórter de novo e decretou:

– Você já esteve aqui. Está tentando me enganar. Agora é que não vai entrar mesmo.

Parecia o fracasso e o fim da missão. Como explicar naquele ambiente hostil o slogan “A Vida por Todos os Lados”, que marca ZH? Lopes saiu dali de desesperado. Retratara apenas um dos campos em guerra, exatamente o que não podia fazer. Seguiu para o hotel, talvez para fazer as malas. Mas a desolação aos poucos foi dando lugar à pertinácia. Bastou um telefonema para a Redação, em Porto Alegre, para que uma nova estratégia recebesse aprovação. Significaria gastar mais tempo e dinheiro, mas podia dar resultado.

O repórter viajaria mais de mil quilômetros para longe do centro dos acontecimentos, até a Turquia, que não exigia visto. Lá, tentaria a permissão para entrar na Síria. Vóou no mesmo dia. Em Istanbul, para se garantir, o jornalista obteve uma carta de recomendação do cônsul brasileiro. Seguiu para o consulado sírio na metrópole turca, apresentou a documentação e foi orientado a voltar no dia seguinte. Mais espera, mais perda de tempo, mais apreensão. Mas o visto foi concedido. No total, a fronteira fechada entre Israel e Líbano fezera o repórter perder três dias nos labirintos da burocracia.

